J.O.de Meira Penna

O DINOSSAURO

Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas.

OrdemLivre.org

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA

O DINOSSAURO

Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas.

T. A. QUEIROZ, EDITOR
São Paulo

Capa:
Dept. de Arte da TAQ

Versão digital produzida e revisada por
Elisa Lucena Martins

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P459d
Penna, José Osvaldo de Meira, 1917-
O dinossauro : uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas / Jose Osvaldo de Meira Penna. -- São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

Bibliografia.

1. Brasil - Política e governo 2. Burocracia
3. Burocracia - Brasil 4. Elite (Ciências sociais) - Brasil
5. Intelectuais 6. Intelectuais - Brasil I. Título.
II. Título: Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas.

CDD-302.35
-302.350981
-305.520981
-305.552
-305.5520981

88-0572 -320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Burocratas: Classes sociais : Sociologia 302.350981
2. Brasil .-Elite: Classes sociais: Sociologia 305.520981
3. Brasil : Intelectuais : Classes sociais : Sociologia 305.5520981
4. Brasil: Política320.981
5. Burocratas: Classes sociais: Sociologia302.35
6. Intelectuais: Classes sociais: Sociologia302.552

ISBN 85-85008-66-0

T. A. QUEIROZ, EDITOR, LTDA.
Rua Joaquim Floriano, 733 — 9º
04534 São Paulo, SP

1988
Impresso no Brasil

O DINOSSAURO

OUTROS LIVROS DO AUTOR

Shanghai—aspectos históricos da China moderna. Afneri Edit., 1944.
O sono de Sarumoto— o romance da história japonesa. Borsoi, 1948.
Quando mudam as capitais. IBGE, 1958.
Política externa, segurança e desenvolvimento. Agir, 1967.
Psicologia do subdesenvolvimento (prefácio de Roberto Campos). APEC, 1972 (duas edições).
Em berço esplêndido — ensaios de psicologia coletiva brasileira. José Olympio/INL, 1974.
Elogio do burro. Agir, 1980.
O Brasil na idade da razão. Forense Univ./INL, 1980.
O Evangelho segundo Marx. Convívio, 1982.
A ideologia do séculoXX. Convívio, 1985.
A utopia brasileira. Itatiaia, 1988.

Coniugi Dilectissimae

Sobre essa raça de homens impera um poder imenso e tutelar que se atribui a obrigação exclusiva de gratificá-los e presidir sobre seu destino. Esse poder é absoluto, minucioso, regular, providente e suave. Seria como uma autoridade de pai se, como essa autoridade, fosse seu propósito preparar os homens para a idade adulta; mas ele procura, ao contrário, mantê-los em perpétua infância: contenta-se em que o povo se divirta, contanto que não pense em outra coisa senão divertimento. Para sua felicidade tal governo trabalha com prazer, mas deseja ser o agente único e árbitro exclusivo dessa felicidade...

Assim cada dia torna menos útil e menos frequente o exercício da livre capacidade do homem; circunscreve a vontade num âmbito cada vez mais estreito e gradualmente priva o homem de todos os usos que, de si mesmo, pode fazer. O princípio da igualdade preparou os homens para essas coisas, os predispôs para suportá-las e frequentemente para considerá-las como bens.

Alexis de Tocqueville
em *De la Démocratie en Amérique*
(vol II, IV, cap. 6, "Que espécie de despotismo devem temer as nações democráticas", 1840)

O Brasil só cresce durante a noite... porque de noite o governo está dormindo!

Paráfrase de um ditado popular

NOTA

(Indicação sobre a edição original de alguns ensaios)

O presente trabalho representa a minha primeira contribuição para a Coleção do pensamento neoliberal ou liberal-conservador que a Sociedade Tocqueville pretende editar. É composto de material inédito e de artigos vários já publicados no correr de dezesseis anos de atividade jornalística e literária no *Jornal do Brasil, Jornal da Tarde, Visão, A Tarde* e outros. O principal capítulo, entretanto, "O dinossauro ou a burocracia brasileira", constou do livro *Psicologia do subdesenvolvimento,* editado pela APEC em 1972 e reeditado no mesmo ano. A presente versão do "Dinossauro" é evidentemente atualizada com novos dados, pois a burocracia não tem definhado mas conhece um crescimento teratológico. O capítulo "O Brasil e a Idade da Razão" é texto da Introdução ao livro do mesmo nome (Forense Universitária, 1980).

Alguns dos artigos referidos são os seguintes: "O Brasil e o mercantilismo" *(JB,* 20-2-85) e "Patrimonialismo e democracia" *(JB,* 10-7-85); "O novo pensamento liberal-conservador" *{JB,* 21-10-85); "Racionalismo e romantismo" *(Digesto Econômico,* 234, Nov. 1973); "Hobbes e o Instinto de Segurança" *{JB,* 19-8-73); "Rousseau e a falácia romântica" (Caderno Especial *do JB,* 30-9-73), "Democracia e romantismo no Brasil" (Visão, 29-10-80) e "Rousseau e o mal latino" *(Jornal da Tarde do* OESP, 7-8-85); "Stepan, Lacerda e os militares" *(JT,* 26-8-85); "O espírito das leis" (77; 16-9-85) e "Keyserling e o Estado brasileiro" *(JB,* 18-6-85 *eJT,* 17-6-85); "Do bom selvagem ao bom revolucionário" *(JB,* 30-4-83, e na Introdução do livro de Carlos Rangel, com o mesmo título, Editora da UnB, Brasília, 1981); "Protágoras ou o intelectual" *(JT,* 16-2-82); "Falta de líderes e bom governo" (Suplemento de sábado, *JT,* 31-12-83); "Profetas e sacerdotes" *(JT,* 22-7-85); "O gentleman" *(JT,* 20-2-84), etc.

Sumário

Introdução

O mundo evolui e a humanidade se transforma, enquanto sofre uma das mais profundas crises da história. Podemos repelir algumas das novidades que a civilização tecnológica moderna nos proporciona. Podemos temer, com razão, sua destruição cataclísmica. Seu suicídio. Mas temos sempre que enfrentar a realidade do *moderno,* o que quer dizer do futuro na prenhez do presente. O futuro está aberto e a história é imprevisível. O futuro é sempre criado, é sempre novo, sendo o risco o preço da mutação evolucionária.

Até princípios deste século, os que se negavam a aceitar as transformações aceleradas da realidade contemporânea eram tidos como "conservadores". Eram em geral autoritários. Monarquistas em matéria política. Eurocêntricos e encontradiços em círculos abastados, de uma certa idade e educação. Às vezes racistas e antissemitas. E concentravam-se em grande número no seio da Igreja católica. No *Syllabus* dos erros da civilização contemporânea, Pio IX colocou Roma fortemente do lado da reação conservadora, ainda escarmentada pelas sequelas da Revolução francesa. Pio X condenou oficialmente o "modernismo" na encíclica *Pascendi,* de 1907. As catástrofes políticas da primeira metade do século confundiram as questões entre o progresso e o conservadorismo, entre o avanço criador e a estagnação reacionária, substituindo a alternativa por uma falsa dicotomia político-ideológica de esquerda x direita — produto intelectual espúrio do romantismo jacobino de 1793 e 1848. Agora, no final desta centúria e deste milênio, creio que uma nova e mais esclarecida perspectiva se impõe, graças à qual contemplamos a paradoxal reversão de posturas filosóficas, obediente ao mecanismo contraditório da dialética da razão.

Com efeito, eis o paradoxo: os intelectuais de esquerda que se autointitulam "progressistas" são hoje "ecologistas" e os maiores inimigos das transformações que o mundo moderno nos propõe. Inversamente, os mais leais seguidores da clássica Filosofia Perene são aqueles que mais abertos se declaram, mais se arriscam diante das alternativas geradas pelo Moderno. Do mesmo modo, os chamados teólogos da libertação, longe de promoverem a liberdade, o desenvolvimento e o progresso, fazem uma opção preferencial pela pobreza do passado colonial, recusam-se a aceitar as propostas imperativas de controle da natalidade, atêm-se à velha estrutura do clericalismo autoritário e paternalista — como

se sua intenção fosse recriar a república teocrática dos guaranis. O milenarismo dos deserdados constitui a velha promessa compensatória para aqueles maniqueístas que são incapazes de arrostar os desafios de um mundo tecnológico que se transforma e deixa para trás os inadaptados, os ignorantes, os preguiçosos, os seguidores passivos de lideranças carismáticas, os que perderam o bonde do Moderno.

Vejam: os "progressistas" admiram a União Soviética e o socialismo, quando são os Estados Unidos a nação que carrega o futuro. A URSS é o último abencerrage do absolutismo monárquico, do imperialismo territorial, do nacionalismo *vieux jeu* que aspira à autarquia econômica e à hegemonia política. O socialismo é a receita da estagnação, a última expressão da "religião civil" como nostálgica memória de uma organização coletiva, fortemente comunitária, onde não devam reinar os imperativos darwinianos evolucionistas de concorrência e luta pela vida. Longe de ser a filosofia insuperável pretendida por Sartre, é o marxismo a mais obsoleta versão do romantismo antieconômico, antimonetário, anti-industrial do século XIX. Nesse sentido, talvez tenham razão os teólogos marxistas quando acreditam, como anunciava Nietzsche, que o socialismo seja a versão secularizada de um Cristianismo supostamente em decomposição. Estará Marx mais perto de Pio IX, Pio X e Paulo VI do que podemos imaginar? De qualquer forma, o totalitarismo nacional-socialista empaca na alternativa de uma cristalização e arcaização definitiva do indivíduo num tipo de sociedade fechada, uma sociedade de massas coletivizada, como uma formigueira ou uma termiteira. Mas será isso o que nos anuncia o futuro?

Na vida internacional, de fato, continuará presumivelmente, por longo tempo, a coexistência mais ou menos pacífica entre o Ocidente democrático, livre, pluralista e aberto, e o sistema soviético fechado, opressor, militarizado e esclerosado. Entretanto, todos os povos, mesmo aqueles que mais detestam a América, se americanizam. Aron está certo quando postula: "a paz impossível, a guerra improvável". Os dois mundos irão talvez conviver, como o império romano conviveu durante século com Parthas e Sassanidas, sem solução do dissídio. Certo: os terceiro-mundistas torcem pela vitória do nacional-socialismo marxista mas apostam errado e é isso, precisamente, o que compromete a mitologia que preside à política externa brasileira. Mais cedo ou mais tarde, os que sentam em cima do muro pagarão caro a sua miopia ou a sua covardia. O mundo moderno não comporta a postura da avestruz.

Mas se o totalitarismo reacionário constitui um desafio ao Ocidente, um desafio que indubitavelmente exigirá um esforço de imaginação para superar as nossas deficiências e injustiças — do outro lado da Cortina o confronto apenas confirmará os comunistas nas

suas formas peculiares de tirania, de brutalidade, de estagnação econômica e de atraso cultural. No cenário internacional, de novo, apenas reflete a *intelligentsia* que se intitula de "esquerda" o obsoletismo de suas convicções filosóficas.

Não podemos saber o que será o mundo do século XXI. Contudo, é lícito antecipar que as forças de transformação mais enérgicas da época contemporânea conduzem a um universo cosmopolita, mul-ti-racial, ecumênico, pluralista, de interdependência cultural, integração política democrática e economia de mercado dominada pelas grandes corporações multinacionais. A ideologia do Estado-nação soberano deve ser superada. Tudo indica que o modelo de desenvolvimento experimentado na área do Atlântico Norte (com uma sucursal no Extremo-Oriente) é o modelo do futuro — precisamente porque é o modelo mais liberal, mais polêmico, mais dinâmico, mais imprevisível, mais contraditório. Diante da "sociedade exemplar" ocidental, o Terceiro-Mundo é o resquício folclórico do passado autoritário pré-moderno, a imagem pré-histórica da Idade da Pedra, o último vagão de carga de um trem da história cuja locomotiva trafega em algum lugar entre Milão e Londres, entre Nova York e Los Angeles, entre Tóquio e Singapura. O homem do século XXI mais se parecerá com um pedestre da Fifth Avenue, dos Champs Élysées ou da Avenida Paulista, do que com um caçador de cabeças da Nova Guiné ou um cacique de xavantes do Mato Grosso. O atual Terceiro Mundo fornecerá quiçá os elementos imaginativos, estéticos, emocionais e religiosos que serão elaborados no século XXI, mas a elaboração se processará no Primeiro Mundo!

É interessante destacar os sintomas da nostalgia folclórica dos que resistem ao "choque do futuro" — as fantasias do complexo de retorno ao ventre materno daqueles mesmos que se consideram os machistas do "progressivismo". Com a energia do desespero na mitologia romântica do Bom Selvagem procuram os motivos para suas elucubrações saudosistas. Detrás da crítica à cultura moderna, naquilo mesmo que ela obedece à Filosofia Perene do Ocidente, está o desejo de fazer *tabula rasa.* Mas representa essa revolução em última análise, pela própria força das chamadas "leis dialéticas", um retorno ao passado, uma *revolução* a uma ordem petrificada, arcaica e cristalizada. A única revolução válida é aquela que, pela reforma dos costumes, institucionaliza a liberdade dentro da ordem. *Novus Ordo Saeclorum...* O verdadeiro revolucionário é aquele que, obediente às lições do passado transmitidas na *áurea catena* da Filosofia Perene, se sustenta em sua autonomia moral e em sua responsabilidade racional. O progresso se dirige, como queria Weber, no sentido da racionalização do comportamento, mas também da introjeção do imperativo ético. A lei impressa na pedra passa a ser gravada no coração.

A esquerda é crítica por definição e se a crítica da cultura constitui elemento indispensável de todo avanço, o ímpeto criador do homem não é, também por definição, suscetível de classificação ideológica. O homem criador explora o desconhecido, avança no imprevisível, liberta o indeterminado. O homem criador arrisca-se. Lança-se na liberdade de todo constrangimento no momento mesmo em que se ergue sobre o pináculo da cultura. O desafio prometeano ao poder da natureza, a penetração luciferiana nos segredos da Teodiceia são as alavancas que, a partir do pensamento ocidental — greco-judeo-cristão — transformam o mundo. Na transmutação de todos os valores, o próprio Nietzsche enfatiza a constância da cultura, centrada no indivíduo, *no homem singular*. A esquerda crítica não terá outro papel senão o de apontar para os erros ou descarrilamentos dos criadores, que tomam riscos precisamente porque enfrentam os enigmas e penetram às cegas nas brumas do porvir. Avançar é arriscar. A esquerda crítica é como um eunuco: pretende saber como se faz, mas não pode...

Em suma, a ideia mais revolucionária é a ideia mais antiga do Ocidente, é a mais moderna e a ideia do futuro, a que surgiu entre os profetas hebraicos, aquela que está no centro da mensagem de Cristo e se desenvolveu no pensamento de Sócrates e de Platão: o homem é um ser livre e moralmente responsável. Como dizia Kant, não pode ser um meio porque é um fim em si mesmo. Não pode, portanto, ser um escravo do Estado.

O futuro não pertence aos supostos "progressistas" marxistas, social-estatizantes, terceiro-mundistas e nacional-socialistas. O futuro pertence aos que pensam e intuem. Pertence aos inventores e inovadores, "àqueles que não repetem velhos chavões, aos que não aderem a partidos, não seguem ideologias mas se lançam para o desconhecido, seguros em sua fortaleza moral. Este o manifesto de um mal chamado liberalismo conservador, cujo objetivo imediato é reduzir o poder do Estado burocrático.

A Liberdade, já assinalava Benjamin Constant, "nada mais é do aquilo que os indivíduos têm o direito de fazer e o que a sociedade — entenda-se, o Estado — não tem o direito de impedir".

* * *

O que é o Estado? A ciência política o define como um sistema institucional, dotado da legitimidade do uso da força, do poder de coerção, e destinado a assegurar a ordem, a justiça e a liberdade dos cidadãos na sociedade que o institui. Teria sido o Estado

formado pela imposição do domínio por parte de uma minoria guerreira, como ocorreu na alta Idade Média em qual ocasião a classe feudal impôs uma ordem local que, pouco a pouco, se estendeu e veio a constituir o poder monárquico de âmbito nacional? Ou terá sido o Estado o produto de um Contrato Social, por parte de cidadãos originariamente iguais e livres? As duas explicações são válidas e não necessariamente contraditórias. Em nosso país podemos encontrar as origens do Estado brasileiro na autoridade da potência colonizadora portuguesa, no domínio dos grandes senhores rurais e líderes das expedições bandeirantes que, no sertão, representaram um arremedo de aristocracia feudal. Podemos também encontrá-las no Contrato Social implícito que acolheu os imigrantes que para cá, voluntariamente, se trasladaram a partir dos meados do século XIX. índios e negros pertencem a uma parte da população que foi, originariamente, submetida por conquistadores europeus. Os imigrantes europeus, libaneses e japoneses pertencem à outra parte da população que aceitou as cláusulas implícitas do Contrato Social ao desembarcarem nos portos do país. Desde o princípio, contudo, parece certo que era do interesse dos indivíduos aqui nascidos — a qualquer raça que pertencessem — possuírem essa instituição, destinada a lhes granjear segurança e justiça, mesmo se frequentemente de modo brutal. O Estado foi feito *para os indivíduos* e não vice-versa.

A ideia de que cabe ainda ao Estado ajudar os pobres, estimular o desenvolvimento e garantir o crescimento industrial do país é relativamente recente. É um corolário da obrigação de justiça e segurança. Data do século XVIII, é oriunda do Mercantilismo e se deduz do imperativo de igualdade surgido com a Revolução francesa. Ela precedeu e condicionou a Revolução industrial. O Mito do Estado foi poderosamente assistido pela literatura romântica e naturalista do século XIX, de homens como Victor Hugo, Zola e Dickens, que nos descreveram sob cores lúgubres as *coketowns,* as minas de carvão trabalhadas por mulheres e crianças, as favelas imundas e poluídas de Londres e Birmingham, a prostituição e a miséria da migração rural, o universo cruel do "capitalismo selvagem". O Estado apareceu como um Salvador predestinado. Estava empenhado em eliminar essas injustiças, não só porque a maioria assim o exigia num regime democrático, mas porque as próprias classes cultas, dominantes, formadas sob critérios caritativos cristãos, se indignavam com o espetáculo de desigualdades consideradas escandalosas. No Brasil contribuiu ainda a visão paternalista do Estado, a ***mamãezada.*** Aqui como em outros países pobres, sob o estímulo das "sociedades exemplares", a missão soteriológica do Estado se completou com a de nos arrancar do subdesenvolvimento. O apogeu desse mito estatal ocorreu na década de trinta quando a esquerda, a direita e o centro democrático,

todos três, exaltavam contraditoriamente o Estado e dele se tentavam apossar. Keynes salvara o capitalismo ao propor a intervenção do governo para prevenir as crises econômicas cíclicas de depressão e inflação, essas mesmas que haviam contribuído para a ascensão de Roosevelt nos E.U.A., de Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, MacDonald na Inglaterra e o *Front Populaire* em França.

Curiosamente, a liquidação do totalitarismo nazista, na Europa, e a "guerra fria" contra o totalitarismo soviético não determinaram uma reconsideração do papel do Estado no Ocidente, mas estimularam seu crescimento. Quarenta anos se passaram e o mundo ocidental conheceu os "trinta anos gloriosos" do milagre econômico, mas o papel do Estado nesses eventos não foi contestado. Só a crise provocada pelos árabes petroleiros e o fenômeno inédito da *stagflation* teria talvez desencadeado o princípio de contestação ao Estado. Sugiro também a circunstância do amadurecimento dos antigos estudantes contestatários que provocaram a rebordosa anárquica da Revolução Cultural dos anos sessenta: ao atingirem a idade adulta, tornaram-se conservadores mas não esqueceram sua ojeriza à burocracia estatal. O anarquismo converteu-se num liberalismo mais moderado.

Como acentua J. F. Revel (artigo em *Le Point,* 5-12-83), o que a nova sensibilidade liberal rejeita é um Estado que pretenda trazer a felicidade ao conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que tira-niza cada um dos indivíduos que a compõem. Revel cita aí Louis Dumont que, em seu *"Éssai sur l'individualisme",* observa que, sendo o indivíduo o valor cardeal das sociedades modernas, está também perpetuamente obcecado por seu contrário, o totalitarismo. Nunca se falou tanto e tanto se respeitaram os direitos do homem, e nunca foram esses direitos tão maciçamente violados como em nosso século. Os comunistas e terroristas que mais clamam por tais direitos são também aqueles que, ao assumir o poder, mais flagrantemente os desacatam. Acrescente-se que a ameaça à liberdade e identidade do indivíduo tem procedido tanto dos revolucionários de esquerda quanto dos reacionários de direita. Os católicos conservadores da tradição tridentina também denunciam o individualismo, confundindo-o com o pecado atribuído ao liberalismo, ao modernismo e ao protestantismo.

* * *

Em entrevista publicada no suplemento Cultura de *O Estado de S. Paulo,* de 27 de janeiro de 1985, sob o título "A ambição liberal é restaurar a ordem", um dos jovens intelectuais franceses mais ativos, Guy Sorman, tido como "o principal agitador das ideias liberais na França", define alguns princípios do chamado "neoliberalismo" que atravessa,

como uma vaga, os Estados Unidos e a Europa.

Sustentando o ponto de vista de seu compatriota, numa conferência que pronunciou em São Paulo em julho de 85, no auditório da Federação do Comércio, Jean-François Revel referiu-se à "grande reviravolta cultural da década". Segundo o ilustre jornalista e escritor francês foi por volta de 1980-81 que o "estoque" de ideias que se havia acumulado após a segunda guerra mundial e reforçado na década dos 60 — passou a ser contestado e liquidado. Nossa meditação neste livro gira sobre esse tema.

Na realidade, creio que o ano crucial foi o "ano louco" de 1968 — o ano da Grande Revolução Cultural, dos *hippies***,** do *chienlit* de Paris, das aberrações de Marcuse, da revolução sexual e das badernas universais de estudantes. Foi esse o momento de apogeu de um fluxo ideológico romântico que, na falta de melhor expressão, qualificaríamos de "Nova Esquerda". O movimento coincidiu com a política de *détente* em relação à URSS; com a descolonização afro-asiática e a criação do conceito de Terceiro-Mundo, "não-alinhado", a favor do comunismo nacionalista; com o processo de integração racial nos Estados Unidos e a catástrofe do Vietnã; e, finalmente, com o aparente triunfo da ideia igualitarista segundo a qual o poder do Estado devia ser identificado com o interesse geral — eis que tudo aquilo que participasse do domínio da iniciativa privada refletiria o egoísmo, a concorrência selvagem e a decadência do "capitalismo tardio".

Um dos mais curiosos paradoxos do neoliberalismo é, justamente, essa sua conexão com o movimento da Nova Esquerda de 1968 e a Revolução Cultural chinesa. Lembremos que a Revolução Cultural foi desencadeada *contra a burocracia* do PCC e o estranho paradoxo se descobre no fato de que o burocrata-mor, o mandarim-tipo, o herdeiro fiel de Chou Enlai, a vítima milagrosamente sobrevivida da violência dos Guardas Vermelhos é Deng Xiaoping, aquele que hoje dirige o processo de modernização da China e encabeça a luta contra o poder excessivo do Estado.

Na Europa também muitos dos principais pioneiros do pensamento neoliberal são egressos dos *événements* de maio de 1968. Foram os *Nouveaux-Philosophes* que primeiro denunciaram os campos de concentração comunistas e retiraram o Marxismo da prateleira dos livros de sucesso. É de 1970 o livro de Benoist, *Marx est mort...* Afinal de contas, até um dos gurus do Ano Louco foi Marcuse, uma de cujas obras influentes consistiu em denunciar como burocrático o comunismo soviético. Assim, uma forte dose de destempero anárquico que caracterizou a Nova Esquerda passou para os libertários dos anos oitenta, tidos hoje como de direita. Mas de qualquer forma, no decorrer da década dos 70, lentamente o pêndulo balançou para o outro lado.

Os liberais sentem, de certo modo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, em França e nos demais países avançados da Europa, que o futuro lhes pertence. A esquerda marxista e socialista tornou-se cética, cínica, pessimista. Na França de Mitterrand, podemos assinalar que a vitória da coligação socialista-comunista em 1981, aliás já desfeita, teve a virtude de lançar na oposição a chamada "direita", com todo o *glamour* que a postura oposicionista adquire nos meios intelectuais franceses. O fato é que o pensamento marxista em França esgotou-se, fenômeno perfeitamente simbolizado na cuca doente de um Althusser ou de um Lacan. Os Novos Filósofos gozam do atrativo adicional de haverem, na juventude, fumado o ópio dos intelectuais. Escrevem, por isso, com o fervor paulínico de novos conversos, denunciando os horrores do totalitarismo. Surgiu ao mesmo tempo uma *nouvelle-droite* radical e ardente, não sendo de espantar que a reversão das expectativas ideológicas tenha levado o partido do Front National do Sr. Le Pen a receber mais votos que o PCF.

Na Europa ocidental, a virada de 180° foi marcada pela vitória eleitoral de Kohl na Alemanha e de Mrs. Thatcher na Grã-Bretanha. A Dama de Ferro foi aquela que, com maior tenacidade e coragem, se propôs liquidar com o monstruoso edifício do *Welfare* e do sindicalismo, que havia sido montado desde 1945 e marcou a decadência do Reino Unido. O propósito da grande líder conservadora é reverter essas expectativas — mas a questão ainda permanece em aberto. Em quase todo o resto da Europa Ocidental, inclusive na Escandinávia, Áustria e Países Baixos a tendência é no sentido de superação do social-estatismo, muito embora o liberalismo esquerdizante e populista da linha de Rousseau continue, do mesmo modo como nos Estados Unidos, a controlar os pilares do *establishment* cultural.

O social-estatismo populista mantém-se como alternativa dominante nos países da Europa meridional, isto é, justamente nos mais atrasados e naqueles que, por mais tempo, foram afetados por ditadores direitistas estatizantes: a Espanha, Portugal e a Grécia. Podemos salientar que, na Espanha, os excessos do estatismo são atribuídos a Franco, o que induziu o socialista Gonzalez a defender paradoxalmente um regime de mais livre iniciativa. Essa cínica postura "neocapitalista" dos partidos marxistas ou paramarxistas é a grande novidade da década dos 80 — uma novidade com repercussões surpreendentes não apenas no Ocidente, mas na Europa oriental (o caso da Hungria) e no Extremo-Oriente. A China de Deng Xiaoping é o mais clamoroso e mundialmente influente exemplo do desprestígio em que está caindo o profetismo do velho economista barbudo do século XIX.

Resta o problema do pacifismo, da *détente* e da *dezinformatsiya* conduzida pela União Soviética. Traço comum das novas tendências liberal-conservadoras é recolocar em

foco a legitimidade do anticomunismo, apontando para a crescente ameaça do imperialismo soviétivo. É nesse terreno de política externa, creio eu, que se travará o combate ideológico decisivo. A popularidade de Reagan ultrapassa hoje a de Roosevelt e Kennedy. Há uma reação característica contra o derrotismo que perdurou do Vietnã à administração Carter. Não obstante as manifestações contra os mísseis Pershing pelos pacifistas e "verdes" europeus, surge uma vaga de protesto contra a decadência e contra a ameaça soviética. Os marxistas, que continuam controlando o magistério, grande parte dos meios de comunicação e vastos setores das igrejas, estão hoje contudo na defensiva, incapazes de explicar os fracassos econômicos catastróficos da URSS e de seus satélites, e dos governos socialistas em França, Alemanha e Portugal. Preferiram então recuar para a técnica da "conspiração do silêncio". Promovem o patrulhamento...

Se o socialismo não possui mais dinamismo, não revela mais qualquer criatividade, está falido — o que Sorman chama de "hora planetária" da solução liberal se manifesta pelo sucesso de Reagan, inclusive na Europa — por mais que se esforcem os *litterati* festivos de debicá-lo e caluniá-lo. Não é o marxismo mas o liberalismo conservador que é hoje *chic* entre a juventude mais sofisticada. E até o governo do senhor Mitterrand se pretende "modernizante", para não usar o termo "liberalizante" de seus adversários. *Universalmente, o público descobriu, como uma revelação súbita, que a culpa de nossos males atuais cabe ao Estado, ao Estado forte e açambarcador, ao Estado burocrático repressivo.* Eu mesmo me confesso surpreendido com essa "revelação" — embora minha primeira crítica ao Dinossauro date de 1972.

Triunfa nos Estados Unidos a corrente dita neoconservadora (Kristol, Novak, Sowell, Friedman, Gilder, Podhoretz, etc). Em França, são os chamados *nouveaux-philosophes* e homens como Peyrefitte, Besançon, Monnerot, Ellul, J. M. Benoist, Lepage, Revel. Na Inglaterra, uma série importante de pensadores acentuou o declínio do socialismo dos Fabianos que haviam conduzido ao impasse sindicalista. Curiosamente, em 1984 comemorou-se os primeiros sinais de sucesso da reação orwelliana. Reativou-se, simultaneamente, graças à escola de Viena transferida para Londres e Chicago, o espírito do "capitalismo democrático". Brilharam homens como Hayek, von Mises, Friedman e Peter Bauer (*lord* Bauer), até então desconhecidos. Em princípios da década de oitenta, na época mencionada por Revel, o que ocorreu é que a maré neoconservadora ou neoliberal — com a releitura de Locke, de Adam Smith, de Montesquieu, de Burke, dos Pais da Pátria americanos, de Tocqueville a Benjamin Constant, de John Stuart Mill e" outros — começou a alcançar os degraus do poder. Na América, essa vitória foi assegurada pela eleição de

Reagan: uma série enorme de tendências variadas e frequentemente contraditórias proliferaram, desde a *Moral Majority* e os partidários do Senador Helms, até os *Libertarians* e os *Anarcho-Capitalists,* alguns associados à ala direita do Partido Republicano, outros fiéis aos princípios jeffersonianos do Partido Democrático. O movimento não é ideológico mas francamente anti-ideológico (Daniel Bell). É pluralista, às vezes ambíguo e sempre dificilmente passível de definições. Contém, no entanto, um traço comum que é o combate à excessiva intervenção do Estado na economia, para assegurar o *welfare,* e na política social para impor a igualdade econômica. Mantém-se, contudo, a ambiguidade do termo "liberal" que, nos EUA, carrega um ranço esquerdista socializante, mais condizente com as tradições populistas da linha romântica de Jefferson, Paine e Jackson do que com os componentes verdadeiramente liberais de 1776. Diga-se de passagem que, não obstante o comprometimento oficial da reagonomics com a desestatização, o fato é que o próprio Reagan ainda não conseguiu seriamente abalar o poder do social-estatismo surgido à época do New-Deal rooseveltiano.

Na entrevista de Sorman a que me refiro, notei um erro, não sei se do entrevistado ou do entrevistador, mas de qualquer forma sintomático. Bernard de Mandeville, embora de origem huguenote, não era francês mas holandês de Rotterdam. Viveu e morreu na Inglaterra **(**† 1733). Sua *Fábula das abelhas* desempenhou sem dúvida um importante papel na gênese da Teoria do Liberalismo econômico moderno — mas não do tipo daquele suscetível de "restaurar a ordem". Sorman só superficialmente se refere, na parte final de sua entrevista, ao fato de a restauração de uma economia de mercado, com suas "virtudes", implicar um novo vigor da ordem moral. Isso está claro nos aspectos mais salientes da chamada Revolução conservadora americana. "A economia liberal só pode desenvolver-se efetivamente dentro de um estado de direito... Se você vive numa sociedade que não respeita a palavra dada, os contratos, os acordos, a situação dos empregados, etc. o capitalismo não pode subsistir." Enfim, contrariando Mandeville, não são os "vícios privados" que se tornam benefícios públicos, mas uma poderosa estrutura ética e legal (e também religiosa) que assegure, como queria Tocqueville, o funcionamento harmonioso de uma democracia e de um *laissez-faire* econômico.

O neoliberalismo nesse sentido terá que escapar das velhas e rígidas fórmulas da bipolaridade ideológica esquerda x direita. *A dimensão ética é vertical: não está nem à esquerda, nem à direita.* Não se trata tampouco de fazer "a crítica do autoritarismo sob todas suas formas". Trata-se, isso sim, de impor uma forte *autoridade moral* que, sobre o alicerce das *virtudes privadas* e a consciência da responsabilidade, possa erguer o majestoso

edifício da liberdade individual. As virtudes democráticas, afirma Midge Decter, a secretária do Comitê pelo Mundo Livre (Committee for the Free World de N. York) e notável ativista neoconservadora, as virtudes democráticas são a modéstia, a humildade e a castidade.

Talvez tenhamos dificuldade, nós latinos, em entender que o liberalismo não é a porta aberta para a libertinagem, e que a "ordem liberal" só poderá ser construída com o fortalecimento da autonomia da consciência moral. O Estado legal implica não apenas a garantia dos direitos humanos mas a coerção e punição dos transgressores. O *dever* dos cidadãos. Não nos esqueçamos de que a ordem liberal e uma economia de mercado só funcionam a contento nos Estados Unidos e na Europa quando leva o Estado a sério a sua função precípua de fazer respeitar o Direito.

Em suma, o liberalismo-conservador está em ascensão. Não é só que o programa liberal comporta a luta contra o "social-estatismo" — e que, no Brasil, poderíamos também denunciar como o nacional -socialismo do monstruoso Estado burocrático. Mas o que ele oferece, sob inspiração das velhas doutrinas de Locke, Montesquieu, Adam Smith, Burke, os militaristas britânicos, Tocqueville e os Pais da Pátria americanos, é uma nova versão socioeconômica, única suscetível de carregar de enxurrada a ideologia totalitária que desgraçou nosso século — inclusive neste país. O tema liberal tem que ser ventilado. Como sempre, permanecemos no Brasil com vinte ou trinta anos de atraso e ainda estamos vivendo a Grande Revolução Cultural, ainda estamos experimentando a rebordosa desvairada de 1968, quando o problema é restaurar a Ordem, sendo isso, exatamente como acentuam os liberais-conservadores, a ambição liberal. Festivais de *rock*, aberrações antinômicas, contestação geral, greves, avalancha pornográfica e o esplendor da Esquerda Festiva que, controlando as universidades, os meios de comunicação de massa e a Esquerdigreja, subiu arrogantemente ao Planalto na aparente ignorância do que se passa no resto do mundo, nada disso mudará a realidade. Mas nem tudo o que podemos fazer é esperar que o festival de tolice se esgote por si mesmo, antes que um aventureiro populista possa empolgar o poder vacante.

Há vários pontos, entretanto, que de fato não me satisfazem e que, inclusive, acho obscuros na obra de Mises, Hayek, Aron, Friedman e outros. Razão pela qual acredito na necessidade de debate intenso e esclarecimento, pois não podemos importar a ideologia (mais uma!) sem sabermos precisamente qual seu conteúdo, numa nação em desenvolvimento ou em plena revolução industrial. O neoliberalismo é bem-vindo em nossa terra e oxalá tenha algum efeito nos programas da Nova República Velha, isso na medida

exata em que estamos oprimidos pela velha Nova Classe burocrática, a qual começou a se apossar das alavancas de comando muito antes de 1964, muito embora o agravamento do fenômeno se haja processado mais nitidamente a partir das presidências Médici e Geisel.

Na verdade, o social-estatismo no Brasil é herdado da velha estrutura paternalista ou patrimonialista, autoritária, mercantilista e clientelista dos tempos de Pombal e da colônia. É uma paradoxal combinação de nacional-socialismo do século XX e absolutismo modernizante de fins do século XVIII. As circunstâncias do Brasil ainda estão longe de corresponderem às dos países avançados da Europa ocidental e América do Norte, onde redesponta a estrela liberal depois de um século de eclipse. Contrariando as teses do ilustre senador Fernando Henrique Cardoso, não creio que jamais tenhamos sofrido uma verdadeira revolução burguesa liberal. Terá chegado o momento? Uma vez que já nos elevamos pelo *take off* do desenvolvimento industrial, podemos porventura avançar para o neoliberalismo sem antes sobrepujar o pesado *handicap* social do analfabetismo$_t$ da falta de saúde, da pobreza rural, da criminalidade, da explosão demográfica? Tais as questões que merecem ser levantadas no amplo debate. Tocqueville falava no conflito entre os dois princípios democráticos, o de liberdade e o de igualdade. Foi o segundo que alimentou o movimento socialista estatizante mas, no mundo ocidental, se impõe novamente o retorno ao primeiro. À luz dessas considerações, a pergunta que permanece é: que fazer no Brasil? Nosso país atrasa-se. Como sempre, mentalmente subdesenvolvido. Ainda que compartilhando do pessimismo de Revel quanto aos perigos mortais que cercam a democracia ocidental e que ele expõe em sua última obra — sou otimista num outro sentido. Acredito que a crise de patologia ideológica — melancólica acompanhante da Nova República — se poderá dissolver à medida que os melhores autores do novo pensamento ocidental forem sendo traduzidos e lidos. Oxalá isso em breve se manifeste.

Meu propósito é oferecer uma análise das origens filosóficas do social-estatismo, a partir da dialética do Racionalismo de Hobbes e do Romantismo de Rousseau. A crítica do Dinossauro burocrático será necessariamente seguida de uma tentativa de caracterização do que tem geralmente sido descrito como a Nova Classe. Quem constitui a velhíssima "Nova Classe", os intelectuais ou os burocratas? Minha intenção é destacar claramente o papel que desempenha na sociedade moderna, e de modo particularmente conspícuo na nossa, a tensão dialética entre esses dois setores da elite da nação, notáveis por seu poder e influência nos últimos anos.

Brasília, outubro de 1986

CAPÍTULO I

O Estado racional e o Estado romântico

Things fall apart. The center cannot hold.
Mere anarchy is loose upon the world.
The blood-dimmed tide is loosed and everywhere
The ceremony of innocence is drowned.
The best lack all conviction and the worst
Are full of passionate intensity.

William B. Yeats

(Rompem-se as coisas. O Centro não mais aguenta.
Mera anarquia anda solta sobre o mundo.
A maré sangrenta não é contida
E por toda parte afogada a cerimônia da inocência.
Privados os melhores de qualquer convicção
E cheios os piores de apaixonada intensidade.)

1

RACIONALISMO E ROMANTISMO,

duas doenças da alma coletiva

A psicologia moderna aceita, como postulado fundamental, o princípio de equilíbrio ou compensação, segundo o qual toda tendência unilateral ou excessiva, que venha a dominar a consciência, provoca a atividade inconsciente de uma tendência diametralmente oposta. À hipertrofia da disposição determinante, em certo momento, corresponde, necessariamente, uma intensificação da inclinação contrária. O dinanismo psíquico implica, consequentemente, o fenômeno de substituição de uma tendência dada pela tendência antagônica, num ritmo cíclico ou pendular. Assim, para oferecermos um exemplo, pode o Romantismo da primeira metade do século dezenove em seus primórdios ser entendido, em termos psicológicos, como uma reação normal ao Racionalismo exacerbado do século XVIII, a Idade da Razão. Do mesmo modo, é lícito analisar os movimentos mais importantes dos últimos cem anos pelo predomínio, *à tour de rôle,* de um elemento racional e intelectualista, e de um fator romântico, emocional ou sentimental que, pela sua permanente tensão, ativam a psique coletiva. O movimento *hippie* da década dos sessenta é suscetível, similarmente, de ser apreciado como uma reação jovem contra a civilização industrial e puritana, triunfante na era vitoriana. As correntes místicas da época moderna, o renascimento da astrologia e do ocultismo, o próprio sucesso da psicologia de C. G. Jung, o revigoramento do sentimento religioso sob formas exóticas e o protesto filosófico contra a civilização tècnico-científíca representam, todos, fenômenos paralelos de contestação à civilização industrial e aos excessos da sociedade de consumo materialista.

Esse conflito constituiu uma das preocupações essenciais de Jung em suas pesquisas psicológicas, como, aliás, a de tantos outros pensadores que se têm debruçado sobre os desequilíbrios da Idade moderna. Foi, precisamente, nessa grande idade das artes e do pensamento ocidental — a assim chamada Iluminação, Ilustração, *Aufklärung, Enlightenment, les Lumières* — que a tendência fatal principiou a registrar-se, conduzindo à procura frenética do poder através da ciência e da tecnologia. O homem se declarou soberbamente seguro de sua força intelectual, sem a intervenção da Providência de Deus — *dominis private superbis.* O humanismo transformou o homem em medida de todas as

coisas. Na proporção em que o processo vicioso se desdobrou, a revolução tecnológica foi criando um verdadeiro *split* na alma coletiva. Roendo lentamente as raízes de nossa civilização, a ênfase extrema sobre a Razão e sobre o intelecto proporcionou instrumentos maravilhosos de domínio sobre a natureza, mas abriu simultaneamente os portais do mundo subterrâneo em nosso tempo.

Desde Max Weber estamos bem informados sobre a "racionalização" da ética e do comportamento entre as nações influenciadas pelo Protestantismo. O triunfo do método e do metodismo. O desenvolvimento tremendo da civilização tecnológica, tanto quanto a filosofia da ciência com ela associada, foram de certo modo determinados por esse momentoso passado religioso. Temos que mirar para trás. Temos que reconhecer a crise histórica da Reforma e *Aufkärung* subsequente, tal como deixaram rastos no Inconsciente Coletivo das grandes nações industriais do Ocidente, a fim de obter uma melhor compreensão dos acontecimentos correntes. Nem tampouco podemos abstrair as contracorrentes geradas, em todo o mundo menos desenvolvido, pelo impacto dessa civilização tecnológica.

Não se trata porém, aqui, de definir a reação do Romantismo. Descobrir se consiste na procura de um "espírito nacional" como ocorreu na Alemanha, na Itália e em países da Europa oriental, assim como na América Latina. Se, nesse sentido, é um "racismo literário", como o definiu Thibaudet. Se, esteticamente, determinou o nascimento de um culto do estilo gótico, em contraposição ao Classicismo propugnado desde o Renascimento e triunfante na Idade da Razão. Se, assim também na literatura dos "romances", tem sua origem na poesia dos trovadores medievais, como sugere Denis de Rougemont — a fórmula implicando, nesse caso, a contestação do casamento monogâmico cristão. Se, finalmente, é o "liberalismo na literatura", definido por Victor Hugo e, por extensão, a contrapartida literária e estética do movimento liberal no âmbito da política, essencialmente um ímpeto antinômico e niilista. Não nos estenderemos, por enquanto, sobre essas graves e difíceis questões. O problema específico com que estamos aqui preocupados não pode ser, apenas, o do século que deu nascimento ao Moderno, mas o problema histórico da tensão entre o Racionalismo e o Romantismo. Explodindo em sua epifania moderna lá para os meados do século XVIII, o movimento romântico contrabalançou e constrangiu a marcha triunfal da Razão, contra ela combatendo e, ao mesmo tempo, estimulando-a com novo vigor emocional. Na literatura, nas artes, na filosofia, nas ciências políticas e, finalmente, no próprio comportamento das massas, o mito revolucionário romântico constelou energias insuspeitas, iniciando um processo de antítese dialética que teceu a história dos últimos 200

anos. Meu propósito é tentar descrever nossa presente situação psicológica como o resultado da colisão de emoções apaixonadas, de fonte inconsciente, com a estrutura altamente racional, sensível e inevitavelmente sofisticada da sociedade industrial. O coração contra a eficiência cerebrina... A explosão romântica teve o efeito imediato de libertar, com força devastadora, os instintos que nosso pobre, nosso soberbo e também tolo intelecto exigiu séculos para controlar.

Cabe assim certo espanto quanto aos motivos por que Jung, como aliás muitos outros pensadores modernos, não tratou o fenômeno romântico da mesma maneira ríspida com que julgou o Racionalismo. Como membros da cultura dominante, nórdica e protestante, esses pensadores parecem menos preocupados com a explosão do *pathos* romântico. Uma exceção, talvez, possa ser aberta para muitos alemães que sentiram na pele os resultados funestos da filosofia idealista de Herder, Fichte, Hegel, Schelling, Marx e seus seguidores — pensadores que, para a metafísica, carrearam o ímpeto do exagero elucubrativo.

Vale aqui apontar para o estudo que, em sua obra sobre os "Tipos psicológicos", desenvolveu Jung quanto à distinção postulada por Nietzsche entre o Dionisíaco e o Apolíneo. Essa dicotomia do filósofo germânico adquiriu uma bem merecida fama, embora não devamos esquecer que, em sua versão original tal como exposta em *O nascimento da tragédia***,** os termos de Nietzsche estavam unicamente relacionados com um problema de valor na área da estética pura. Naquele capítulo ainda, está Jung a preparar o argumento de seu esquema de duas *atitudes* e quatro *funções* da consciência. O Apolíneo e o Dionisíaco são usados como introdução para seu próprio conceito tipológico. Em outra seção da obra, Jung critica, além disso, a antítese biográfica de W. Ostwald entre os tipos Clássico e Romântico. Jung parece associar o arquétipo nietzscheano do Apolíneo ao homem cuja reação é basicamente reflexiva, elaborando imagens de acordo com o caráter da atividade intelectual. Corresponderia, *grosso modo***,** ao tipo clássico introvertido de Ostwald. Por outro lado, a descrição emocional que Nietzsche nos oferece do espírito de Dionísio sugere uma extraversão violenta de sentimento, juntamente com um elemento de sensação. Jung considera essa atitude sob o título de *Gefühlsempfindungen***,** o que quer dizer, sentimento-sensação. Está naturalmente fora dos limites deste nosso inquérito discutir o que pretendia Nietzsche exatamente alcançar com suas noções de Dionisíaco e de Apolíneo. Uma coisa parece certa: essas categorias originariamente estéticas evoluíram, no decurso da vida do filósofo, de modo a atingir um "prodígio metafísico" quando ele propôs a conciliação dos dois deuses — filhos de Zeus, irmãos e inimigos — num plano superior de harmonia dentro dos sagrados precintos de Delphos. Em minha tentativa de capturar uma imagem aceitável

do caráter nacional brasileiro, empreendida no livro *Em berço esplêndido,* tentei assim também a ele aplicar as categorias nietzscheanas do Apolíneo e do Dionisíaco como fórmulas psicológicas conflitantes cuja conciliação se impõe, no Brasil, como condição da emergência de um nível superior de cultura.

A glorificação de Dionísio por Nietzsche talvez não possa ser equacionada ao Romantismo. O Romantismo foi por ele assaltado com aspereza desenfreada nas pessoas de Rousseau e de Wagner. Mas é possível que esteja Jung pensando na revolução romântica quando declara que "os impulsos represados no homem civilizado são terrivelmente destruidores e muito mais perigosos do que os impulsos do homem primitivo". O horror da inimizade entre os fantasmas de Apoio e de Dionísio — uma querela que os gregos conseguiram pouco a pouco superar, à medida que alcançaram seu supremo triunfo cultural — constitui, certamente, uma das maneiras de descrever o mal-estar espiritual da civilização. Jung oferece-nos uma chave para a compreensão da extraordinária intuição de Nietzsche. O homem ocidental ainda requer uma conciliação da antítese — antítese que aqui contemplamos sob a perspectiva do antagonismo entre o cérebro racionalista do frio classicismo apolíneo e o coração ardente no *pathos* do romantismo revolucionário dionisíaco.

Há ainda um lado importante nesta questão: quando trata extensamente de seus tipos psicológicos, salienta Jung o fato de que o tipo de Sentimento, o tipo afetivo verdadeiro, é geralmente encontradiço entre as mulheres. Ele declara, sem sombra de dúvida, que a maior parte dos extravertidos de sentimento que conheceu eram mulheres. Ora, possuía o psicólogo uma experiência relativamente limitada de pacientes de origem latina — italianos, espanhóis, outros nacionais da Europa mediterrânica e sul-americanos. Houvesse conhecido essas pessoas com maior intimidade, certamente teria revisto sua opinião. O fato é que os latinos e os meridionais de um modo geral (árabes, africanos, iranianos, hindus) e digo, *homens* latinos e meridionais são, segundo creio, tipos geralmente afetivos. São homens conscientemente submissos às regras e humores de sua ânima. Não são prometeanos, são epimeteanos. Eles ouvem o conselho de Rousseau: *"Eu sempre sinto antes de pensar.* Sou o animal mais sensível da terra"... Ouvem igualmente o de Goethe: *Gefühl ist Alies...*

Podereis objetar, naturalmente, que o movimento romântico pouco tem a ver com a classificação de tipos psicológicos e que, além disso, o Romantismo não se limitou à Europa meridional. Na verdade, Mme. de Staël, inspirada talvez por Benjamin Constant e os irmãos Schlegel, sugeriu que o Romantismo era, mais propriamente, uma tendência

literária alemã. Certo. Na medida em que se configura no Racionalismo uma postura filosófica extrema daqueles que gozam e proclamam um desenvolvimento extraordinário das funções intelectuais, pode o Romantismo ser definido, em contraposição, como uma tentativa de restringir a tirania da massa cinzenta e alargar o âmbito do rubro coração. A ênfase sobre o poder da Razão Humana é certamente sensível entre os italianos do Renascimento. Mas prosperou somente depois da Reforma protestante — sobretudo a de Calvino e Zwingli — e ganhou terreno na Europa ocidental e setentrional, alimentando-se da propensão dos Protestantes nórdicos em dirigir sua vida consciente de acordo com estritos e metódicos princípios racionais. Nessas circunstâncias, o Romantismo deve ser considerado, na Europa nórdica, não como dado estrutural primário, mas como fenômeno reativo, como compensação necessária, como contrapartida, contraproposta ou contradição psicologicamente explicável na base das relações consciente-inconsciente.

Entre os latinos meridionais, ao contrário, constitui o Romantismo mais que um ponto de vista filosófico ou um estilo literário: é um modo de vida. É uma forma primária de expressão. E uma tendência poética natural, uma característica musical inata. Jung compara a profundidade de significado da palavra *Sentiment* entre os franceses com o tipo inferior de sentimento de um alemão, por exemplo. As erupções românticas de *Gemütlichkeit* comumente cheiram a cerveja. Para um alemão típico, um alemão do norte, ser *gemütlich* significa afagar os seios de uma gorda Fraulein, enquanto ouve um Lied de Schubert. Fausto é o modelo, o homem-símbolo do alemão de estilo gótico. Se Splenger pôde chamar a civilização ocidental de Fáustica e oferecer o grande alquimista com protótipo da cultura germânica — poderíamos, de igual maneira, propor Dom Juan ou talvez Otelo, esses heróis extravertidos e eróticos, como gênios tutelares da cultura católica latina. Ora, Fausto é um homem de razão, um intelectual apanhado pela cauda mefistofélica à sedução do Romantismo, ao passo que Dom Juan é romântico de nascença, um herói romântico e desafiador demoníaco da ordem do Logos divino.

Na verdade, o herói latino típico é eminentemente romântico. Não por acaso escolheu Shakespeare, entre os latinos, seus grandes personagens amorosos — Romeu e Otelo. Hamlet, por outro lado, esse pensador introvertido e angustiado, é necessariamente um nórdico. No latino, o arquétipo da Grande Mãe exerce seu poder hegemônico muito perto, quase ao nível da consciência, enquanto lhe controla a ânima o comportamento normal em relação ao mundo. Nenhum italiano precisa ser convencido de que *la Madonna* e *la Mamma* são figuras de importância primordial em sua vida, sobretudo se é um napolitano, um calabrês ou siciliano. Nenhum espanhol requer os ensinamentos de Freud para ser

persuadido do papel predominante em sua alma desempenhada pela libido sexual. Contrariamente ao que ocorreu entre os anglo-saxões, os alemães, os escandinavos, os suíços ou os holandeses, em cujo meio o arquétipo feminino mergulhou com modéstia, com temor e vergonha, nas sombras do Inconsciente, os católicos do Sul não reprimiram tenazmente os seus impulsos eróticos e seus entusiasmos dionisíacos. Na verdade, a noção de um Complexo de Édipo possui limitado mérito revolucionário em nossas partes do globo, já que sabemos intuitivamente que, em nossa sociedade patriarcal e patrimonialista, é o Pai de fato o representante do Logos. Ele é o chefão, rodeado de prestígio, respeito e não pouco terror — Pai, padrinho e patrão. A questão existencial que comporta o machismo latino é, precisamente, contra ele rebelar-se como o espanhol que, ao chegar a um novo país, pergunta: "Hay Gobierno? Soy contra!" Entrementes, entre nós permanece a Mãe como a grande deusa de mil seios, amante e devoradora, que adoramos e que, há milênios, governa ao redor das praias deste mais belo e mais venerável de todos os mares do mundo, o Mediterrâneo. Afetos extravertidos e intuições profundas constituem as funções de referência usual do latino, para serem usadas em suas reações artísticas e musicais perante o mundo. E inclusive nos campos político e social. Por isso sempre caracterizei o brasileiro como um afetivo intuitivo.*

Consequentemente, na dialética do classicismo racional e do protesto romântico encontramos uma certa antítese que possui conotações religiosas, raciais e geográficas, tais como as que acabo de rascunhar. O problema é transportá-la para o âmbito da política. Em suma, no meu entender, o Racionalismo representa a forma de expressão *consciente* daquela que chamo de "sociedade lógica", e o Romantismo a ilimitada expressão da alma da "sociedade erótica". Ambos os movimentos constituem, *mutatis mutandis***,** formas reativas inconscientes nessas duas sociedades. E assim como as atitudes e pontos de vista cartesianos estão criando um profundo impacto sobre os afetivos da área meridional em desenvolvimento, os quais sofrem em seu lado sombrio ao enfrentar com sofreguidão e angústia os desafios da Idade Industrial — assim também o movimento romântico representa uma influência anímica profundamente agitadora e desequilibradora que se exerce sobre os pensadores severos, introvertidos e reflexivos do mundo protestante nórdico. Isso não quer dizer, insisto, que qualquer das duas tendências filosóficas, literárias ou estéticas em debate possam ser exatamente equacionadas com tipos raciais, psicológicos ou religiosos. Minha digressão possui a intenção única de estabelecer alguns pontos de referência para uma tentativa de apreciação dessa difícil matéria.

---

* Meus livros ***O Brasil na Idade da Razão e A Ideologia do Século XX.***

Para facilitar o caso no âmbito da filosofia política, um dos melhores métodos será o de concentrar nosso inquérito sobre algumas poucas personalidades-chave. Apenas alguns episódios e alguns pensadores: essas simples ilustrações deverão satisfazer nosso propósito. Entre as personalidades escolhi Thomas Hobbes para retratar a postura racionalista extremada e Jean-Jacques Rousseau como representante do fenômeno romântico. E os franceses, no cenário de Versalhes, foram eleitos para carregar o peso inicial de nosso argumento.

2
VERSALHES COM O REI-SOL. O ABSOLUTISMO

No maravilhoso cenário de Versalhes*, a Corte tornou-se o centro da vida francesa. Uma peça teatral no estilo de uma ópera de Lulli em que o Rei-Sol desempenhava o papel de estrela principal. Um sistema planetário regido por estritas leis newtonianas. O Rei não se satisfazia com suas vitórias militares, ganhas no princípio do Reinado; e menos ainda com as conquistas de uma administração eficiente que grandemente contribuiu para o rápido crescimento da fortuna da França. À sua glória desejava acrescer ao cercar-se de homens a quem as Musas haviam amado. A França era sua plateia e patrimônio. Afinal de contas, era Apoio, o Rei-Sol, o centro do Universo. Sua generosidade para com o talento estimulou o florescimento do gênio francês. Nunca, desde os tempos de Péricles e de Augusto, ou desde a Renascença italiana, um tamanho lustre fora testemunhado:

La docte antiquité, dans toute sa durée,
À l'égal de nos jours ne fut point éclairée...

assim cantava Charles Perrault com justo orgulho. O prestígio da França na guerra, nas artes e na literatura ecoou por toda parte, num fulgor de tal ordem que permaneceu na vanguarda da civilização durante os duzentos anos seguintes, graças ao impulso alcançado. Na verdade, o sol do Rei brilhou, com uma tal claridade que a época se qualificou orgulhosamente de "o Século das Luzes". E os contemporâneos se declararam ofuscados!

Enquanto viveu, Luís XIV transformou sua capital-palácio num palco brilhante onde deliberadamente fez-se de Cosmocrator, nomeado por Deus. A etiqueta complicada, o luxo extravagante, as cerimônias de caráter semirreligioso como o *Grand Lever* e o *Coucher du Roi*, qual alegorias da alvorada e do crepúsculo; as festas de ostentação em que participavam milhares de pessoas; as decorações e a indumentária ridiculamente opulenta; a arte da cortesia e da bajulação cortesã elevada à categoria de método maquiavélico de governo e se transformando na preocupação exclusiva da nobreza-da-corte — tudo isso

* No capítulo ***"Versalhes"*** de meu livro ***Quando mudam as capitais,*** examinei mais pormenorizadamente o relacionamento entre o urbanismo e arte do' palácio versalhesco com os fundamentos da Idade da Razão.

visava salientar o culto da personalidade do Rei como símbolo central da coletividade e encarnação do logos político. Um Leviatã muito civilizado... O poder absoluto patrimonialista.

Michelet procurou as origens desse "culto da personalidade" do soberano na antiga divinização de Alexandre. A ideia apolínea solar de Versalhes lembra, sem dúvida, as pretensões faraônicas do grande conquistador macedônio mas, na verdade, tais associações do Rei e do Sol são tão velhas quanto a ordem cosmológica das antigas sociedades orientais. A identificação do soberano como herói solar é motivo familiar de todas as mitologias políticas, desde as de Babilônia e Egito, até as da China e Japão. Aparece na República de Platão. Invade o Ocidente com os projetos de Alexandre em Heliópolis. Está presente em Roma com o culto do *Sol Invictus* onde influências orientais da mesma espécie se fizeram sentir, na época da decadência; e culminou no césaro-papismo teocrático de Bizâncio onde as colunas de pórfiro do templo do Sol foram adornar Santa Sofia e o Palácio imperial. Em Constantinopla, o herdeiro da coroa era o Porfirogêneta. Mesmo no Cristianismo, como é sabido, a associação persiste nos atributos de Cristo como Sol da Justiça; no simbolismo do galo que, do alto da torre da igreja, anuncia a alvorada; em certas sobrevivências da cosmologia pagã como, por exemplo, na designação do domingo como Dia do Senhor *(Sonn-tag* e *Sun-day),* e na celebração do solstício de inverno (o dia do nascimento do sol nas latitudes setentrionais) como data do Natal do menino Jesus.

Na identificação de Luís, o Rei-Sol, com o soberano dos céus, descobrimos, portanto, a revivescência de ideias muito antigas que veiculam um dos motivos mais perenes da simbologia política. A paixão de Luís XIV pela glória constitui uma manifestação tangível e terrena da imagem da radiação de luz, calor e força de gravitação universal. Mais facilmente podemos assim compreender a tese urbanística de que o plano de Versalhes exprime a ideia dominante do absolutismo monárquico. Mas, não é necessário supor que os arquitetos da época estivessem conscientes de tal significado, nem certamente avaliassem até que ponto estavam exprimindo adequadamente o arquétipo, ao desenhar suas cidades segundo um plano radioconcêntrico, em forma estelar. O leito do Rei foi colocado bem no meio do Palácio, como foco de todo o esquema urbanístico. Luís considerava-se a própria emanação da França: *"L'Etat, c'est moi!"* dizia bem alto. Isso sobretudo quando dormia em seu leito de aparato, o que prova que a planta do palácio não representava apenas uma solução racional para o problema artístico: sente-se uma verdadeira emergência de matéria-prima inconsciente, constelada em torno dessa obra arquitetônica suprema da Idade da Razão.

Sem dúvida, é a beleza de Versalhes a expressão própria de uma filosofia e mesmo de uma visão monárquica do mundo. A beleza, declarou Hegel, é uma manifestação da mente. A arte barroca foi incontestavelmente o produto da Idade de Descartes: mostrou os efeitos da invenção da bússola e do uso de coordenadas no desenho de *mapa-mundi* tão necessários para a descoberta de novos continentes. Refletiu a cosmologia mecânica de Copérnico, Kepler, Galileu e Newton. Manifestou um paralelismo com os novos brinquedos mecânicos que fascinavam os contemporâneos, anunciando a aurora da Revolução Industrial. "Mecanização do tempo, mecanização do espaço, mecanização do poder" comenta Lewis Mumford. Podemos assim afirmar que Descartes, Newton, Spinoza e Leibniz, o cálculo diferencial e a trigonometria são criações da psique barroca, tanto quanto Le Nôtre e Hardouin-Mansart, Poussin e Claude Lorrain, Bach, Mozart e a música contrapontística. No *Discurso* de Descartes deparamos com o método de clareza, de precisão matemática, lógica dedutiva, crítica fria e mais soberba simetria que tão caracteristicamente presidiu à elaboração do pensamento da época. É verdade que essa arte é uma arte intelectual. É uma arte sem muito gênio intuitivo, uma arte infusa por certo *esprit de finesse,* o espírito francês no que há de melhor, corrigindo a lógica cartesiana e o *esprit de géometrie* (para usar as categorias de Pascal) na sua talvez excessiva rigidez.

Entretanto, permanece o fato de a identificação solar do Rei não constituir apenas um simples recurso poético. Não é uma parte plenamente consciente do protocolo de estado, nem mero "cerimonial da corte" destinado a exaltar *toutes les gloires de la France...* O que ocorria era uma verdadeira anexação de camadas profundas do Inconsciente Coletivo, produzindo uma extensão da personalidade do Rei. O mesmo que ocorreria em nosso século em personalidades paranoicas como as de Hitler, Stalin e Pol Pot. Esse fenômeno pode atingir pessoas sobrepujadas por novos conhecimentos ou por novas realizações: "O conhecimento infla", escreveu S. Paulo aos Coríntios. Maior ciência ou um acréscimo de consciência acarreta o perigo da vaidade e do orgulho, da obsessão do poder, da megalomania ou do que os teólogos costumam condenar como pecado de *Superbia*. Foram os novos conhecimentos da Idade da Razão, de que o *Cogito* cartesiano constituiu a fórmula suprema, o que explica a ominosa ocorrência desse sintoma inflacionário.

Uma coisa, porém, é incontestável. O retorno ao simbolismo cosmológico pagão constituía um sinal muito mais sério, no âmbito da política, do que compreendiam ou admitiam os contemporâneos. Os racionalistas tendiam a desvalorizar esse simbolismo. Encolhendo os ombros, consideravam tais "alegorias" inteiramente aceitáveis, sempre que confinadas ao campo das artes e da poesia. Do ponto de vista da especulação filosófica,

consistiam apenas em "ornamentos", sem valor intrínseco. Não escondiam outro propósito senão o de dar vida às pedras, significado à vegetação, enchendo as águas, as florestas, as grutas e as clareiras de Versalhes com uma nova população de seres fantásticos. Seriam escapadas românticas para o sonho. Ilusões estupendas a inflamar com sensualidade o domínio frio dos espaços e as abstrações geométricas da "arquitetura da inteligência". Entretanto, uma vez reduzida a linguagem dos símbolos a algo que só pode ser compreendido quando externalizado em arte, perde inteiramente seu poder sobre o espírito humano: torna-se artificial e morre. O Romantismo representa uma tentativa fracassada de dar nova vida aos símbolos. Os românticos são, no fundo, reacionários que apenas agravam a dissociação entre o Logos e o Eros, o aspecto mais alarmante do modernismo. Por outro lado, a tentativa intelectualista de "explicar" o mito solar conduz ao absurdo completo, como quando escreveu Renan: "...antes que tenha a religião conseguido proclamar a Deus no absoluto e no ideal, isto é, fora do mundo, um só culto foi racional e científico, o culto do sol". Com a lógica de tal argumento, o animismo da mitologia primitiva é declarado "científico e racional"! É essa a atitude paradoxal dos positivistas.

O fato é que a simbolização cosmológica pagã era um sinal portentoso dos novos tempos. O indício da nova religião civil estatal. Na medida em que o culto da personalidade cobria uma divinização real do *Homo Sapiens***,** na pessoa do rei, correspondia a uma perda sensível do poder dos símbolos cristãos sobre a alma coletiva. Ouçamos La Bruyère, que escrevia: "Quem quer que considere a fisionomia do rei como a felicidade suprema do cortesão, e passe a vida olhando para ela e a mantenha no âmbito de sua vista, poderá até certo ponto compreender como constitui a visão de Deus a glória e a felicidade dos santos." Neste ponto, citemos as observações de Jung concernentes aos fenômenos neuróticos que coincidem com a inflação psicológica, na situação anormal resultante da emergência de conteúdos inconscientes. Um sinal infalível, escreve Jung em *Dois ensaios de Psicologia Analítica,* "parece ser o aparecimento do elemento 'cósmico', isto é, as imagens nos sonhos e nas fantasias ficam relacionadas com qualidades cósmicas tais como infinidade temporal ou espacial, velocidades enormes ou extensão do movimento, associações 'astrológicas', analogias telúricas, lunares ou solares, mudanças nas proporções do corpo, etc... O elemento coletivo é muito frequentemente anunciado por sintomas peculiares como, por exemplo, sonhos onde o sujeito se vê ou se sente voando pelos espaços como um cometa, *ou pensa que é a Terra, ou o Sol***,** *ou uma estrela*".

A inflação provocada pelo absolutismo monárquico estendeu-se da política para a aparência pessoal, que se tornou tão artificial quanto possível. Todo o mundo e todas as

coisas passaram a usar uma máscara fantástica. Criou-se uma Persona fenomenal. Os cortesãos vestiram cabeleiras de tamanho enorme e roupas extravagantes, usando *make-up* feminino. As árvores foram cortadas em formas geométricas. Os interiores se carregaram de pesadas decorações douradas. As fachadas dos palácios transformaram-se em *décors* para cenário de óperas heroicas e tragédias racinianas. Luís XIV fez-se chamar de Rei-Sol, considerando-se talvez uma reencarnação de Apoio. A identificação do Rei-Estado com a Persona produziu um sentimento de elevação vertiginosa. Foi um desenvolvimento fatal pois acarretou uma consciência de semelhança a Deus, como se Deus não passasse de um Logos cartesiano cuja existência pudesse ser comprovada por um raciocínio matemático, não importando se o modelo para a corte, como esfera celeste, fosse simplesmente o novo céu "racional" e mecânico, inventado por Copérnico, Kepler e Newton. A Razão,

> *God-like reason...*
> *that noble and most sovereign reason...*

essa razão tão nobre, tão soberana, tão igual à divindade, matutada pelo Hamlet shakespeareano, procurava uma localização espacial no cérebro humano enquanto, coletivamente, já encontrava a sua representação adequada no sistema de governo do Déspota Esclarecido e sua monarquia absoluta. Descartes postulou, enfaticamente, que todas as ações de valor emanam de grandes personalidades. E assim a supremacia da "Razão de Estado" passou a constituir um corolário do *L'Etat, c'est moi***,** configurando, precisamente, a gravidade do processo pelo qual o símbolo do Estado nacional pretendeu configurar uma manifestação do Logos Divino. Ouçam estas palavras de Bossuet: "O trono real não é o trono de um homem, mas o trono de Deus!" Exaltando a personificação do Estado como um instrumento secularizado da providência divina, passou essa concepção falaz a dominar progressivamente a vida coletiva dos povos ocidentais, gerando a nova religião estatal do nacionalismo. Por toda parte fórmulas sacrílegas foram inventadas ou ressuscitadas: *Gesta Dei per Francos, Gott mit uns, Dieu et mon Droit, Deutschland über alles...*

Um Logos desse tipo é um falso ídolo, um demônio, um fantasma, o Leviatã que perdeu suas raízes no verdadeiro Centro da alma. Culpado da soberba absolutista, isto é, da própria Falta Original de Satanás, esse Logos dissolve a consciência pela corrupção fatal da vontade de poder. No palácio do Rei-Sol descobrimos apenas os primórdios do processo. Mas logo que foram os conteúdos irracionais ativados pela autonomização do intelecto,

conduziram inexoravelmente os acontecimentos à neurose da Revolução e aos distúrbios bem mais graves que atormentam nossa própria idade.

No final das contas, o rei acabou perdendo a cabeça. A guilhotina passou a ser o novo símbolo da coletividade revolucionária: um símbolo certamente romântico... Mas, logo em seguida, foi a vez de Paris, a capital (do latim *caput*, cabeça), de inchar e acrescer de modo patológico. Nos últimos duzentos anos, quinze vezes mudou a França de regime. Atravessou crises sérias em 1814, 1815, 1830, fevereiro e junho de 1848, 1851, 1871, 1937, 1940, 1944, 1958, 1968 e 1981. A Comuna de 1871 é prova eloquente de que a oclocracia de um populacho anárquico e sedento de sangue, fácil presa de demagogos, pode fazer periclitar os destinos da nação tão seriamente quanto uma corte parasitária e corrupta. As revoluções e os distúrbios, provocados pelo grito contagioso de "às barricadas!" entre os *hoi-poloi,* ocorreram nas ruas estreitas da capital (antes que Haussman abrisse os grandes *boulevards* para facilitar o tiro de canhão) e decidiram, em dez ocasiões diferentes, do destino dos governos. Violentas oscilações abalaram a vida política do país, ora para a direita, ora para a esquerda; ora para governos pessoais autoritários, ora para a difusão do poder em assembleias ineficientes e agitadas, tão prejudiciais aos processos suaves de evolução social. Versalhes sem dúvida se havia desligado de Paris. Mas Paris frequentemente ignorou os verdadeiros sentimentos da França, e os caprichos de suas multidões arruaceiras não foram menos condenáveis do que o *bon plaisir* dos reis.

A Revolução Francesa ofereceu um modelo e constituiu um ensaio para as rebordosas românticas que ocorreriam, daí por diante, aqui e acolá em todo o mundo. Criou-se a mística da Revolução jacobina. Exaltou-se a paixão rebelde com seus símbolos, suas bandeiras, seus hinos, seus heróis, suas crueldades e sobretudo seus líderes populistas carismáticos. Depois do assassínio ritual do monarca — a decapitação pela guilhotina da imagem do Logos — o gesto simbólico seguinte foi levado a efeito pelos Jacobinos entusiastas que promoveram uma meretriz entre os *sans-culottes* e entronizaram-na em Notre-Dame — convenientemente transformada, para a ocasião, em templo ateísta — como personificação da Deusa Razão. Uma colheita grotesca, sem dúvida, para as sementes do método cartesiano! A alma francesa foi então eroticamente possuída por um incubo proxeneta que havia substituído o Logos sem cabeça: o incubo da ideologia social-estatizante.

Em seguida, à mercê dos caprichos desse demônio obsceno, foi escravizada por uma nova manifestação ressurgida da Razão imanente, Napoleão — que a grandiloquência de Hegel proclamou "a alma do mundo" *(Weltgeist)!* Um pequeno intervalo neoclássico na

tragédia...

Mais tarde, houve novos sintomas evidentes de que o feliz matrimônio da idade de ouro da Razão ia por água abaixo: sinais da violenta querela entre os dois companheiros no segredo da alcova. E mesmo quando uma solução artificial parecia haver sido encontrada, na superfície dos acontecimentos, sempre permanecia uma sombra escura, ameaçadora, ativando todas as filosofias radicais, idealistas, nacionalistas, socialistas, positivistas, fascistas e comunistas; todos os movimentos de massas, perseguindo utopias sociais; e comportando-se como *L'Autre* no eterno triângulo do adultério que tanto empolga a imaginação francesa. Entretanto, não foi a França nem a única, nem a pior sofredora. Ela apenas ofereceu, a esse respeito, graças ao brilho invulgar e à lógica da inteligência francesa, os sintomas mais visíveis da doença. O distúrbio afetou subsequentemente a alma germânica, cujos sinais de equilíbrio perdido foram cedo atestados pela produção de um Hegel, de um Fichte, de um Wagner e de um Nietzsche — cada um através de sua própria expressão de conteúdos neuróticos. Na Alemanha, efetivamente, deveria causar calamidades mais terríveis do que em França, tanto em detrimento de si próprio quanto do resto do mundo.

3
HOBBES E O INSTINTO DE SEGURANÇA

A melhor expressão que já tenha talvez sido oferecida ao conceito do Estado como um produto racional da vida coletiva, visando garantir a ordem e a segurança, é a que se encontra no *Leviathan* de Thomas Hobbes.

O homem, em sociedade, é simultaneamente impelido por duas necessidades, dois impulsos básicos mas contraditórios: o de Segurança e o de Liberdade. Segurança contra o medo, a fome, as necessidades da vida, para sua própria conservação diante dos perigos que o cercam, e a defesa *coletiva* de seu grupo. Liberdade individual contra a regra, a lei, a opressão, as estruturas sociais conservadoras que mantêm injustiças; e contra o agressor e o domínio do mais forte.

Desde sempre, na história, a dialética desses dois ímpetos naturais teceu o emaranhado da política, a política de poder, servindo de pano de fundo para o jogo cruel dos interesses, das ambições, das intrigas e ferozes lutas partidárias. A excessiva preocupação com a Segurança, a ponto de amortecer o desejo natural de ser livre, determinou o aparecimento de regimes autoritários, eficientes na preservação da ordem. Contrariamente, a ânsia de independência não apenas joga pela janela todas as contingências legais, mas se atreve a enfrentar os perigos anárquicos e circunstâncias imprevisíveis da vida social — procurando o novo, o inédito, a solução que implique progresso e mudança, ou o que chamaríamos hoje Desenvolvimento.

O gozo excessivo de liberdade incontrolada desinibe, porém, as forças do mal. A libertinagem aumenta a desordem, estimula o crime e o abuso. E ainda, por conversão dialética num movimento pendular conforme aos ritmos da experiência histórica, desperta novamente no povo a procura da segurança perdida. E assim como antes acompanhara o herói que, diante de seus olhos, fizera brilhar a chama ofuscante da liberdade, recebe agora, com alívio, a autoridade draconiana daquele que reconstitui a ordem, restabelece a segurança e garante a subsistência.

O desejo de segurança física e econômica está supinamente desenvolvido nos velhos países da Europa ocidental, especialmente em nações neutras como a Suécia e a Suíça. Muitos séculos de invasões e de flagelos naturais, como a fome e as epidemias,

escarmentaram seus povos no sentido de seriamente pensarem no futuro. Esse o sentido literal da previdência social, o *welfare*. É preciso recordar que, ainda no século passado, se morria de fome nos invernos da Escandinávia, sendo essa uma das razões pelas quais parte tão considerável de sua população emigrou para o Novo Mundo. Na Suécia, o conceito de ***trygget*,** que carrega ao mesmo tempo o sentido de confiança protetora (como a da criança no colo materno) e o de ausência de perigo (quando se fala, por exemplo, na segurança do tráfego), ou de carência de risco (o risco corrigido pelo Seguro, no sentido comercial da palavra), reflete uma procura obsessiva de segurança. É um sentimento tão poderoso que pouca margem acaba deixando para o espírito de iniciativa e a liberdade humana. Se uma permanência em qualquer cidade escandinava, suíça ou neerlandesa proporciona uma sensação imensamente confortável de tranquilidade — o turista não está ameaçado de roubo, de assalto, de atropelamento, de prisão, nem de qualquer outra violência imprevista — no fim de algum tempo essa sensação se vai tornando opressiva. O Princípio do Nirvana de que fala Freud pode ser um dos que orientam o comportamento humano. Acarreta também o tédio...

O sistema previdenciário pode ser utilizado, em alguns países muito avançados no caminho do socialismo, como um método de controle e arbítrio estatal. É na base da fiscalização previdenciária que já foram os suecos chamados de neototalitários. Segundo Roland Huntford o ambiente a que chegou a Suécia já é o da gaiola de ouro — eis que para um passarinho representa a gaiola, com sua alimentação diária garantida, um ambiente certamente mais seguro do que a floresta hostil. Na Suécia, em nome da prosperidade, da igualdade e da segurança econômica, o partido social-democrático do sr. Olof Palme governa desde 1932 — com uma curta interrupção — estabelecendo precisamente esse tipo de neototalitarismo. As teocracias seculares comunistas da Europa oriental oferecem condições semelhantes. Conta-se que os judeus russos, ao emigrarem às dezenas de milhares para Israel e ali encontrar um ambiente absolutamente entregue à audácia da iniciativa privada, sentiram-se em alguns casos a tal ponto desambientados que alguns preferiram o retorno à União Soviética. Há uns vinte anos dois pilotos da Força Aérea Soviética fugiram com seus Migs e pousaram na Turquia. Ali pediram e obtiveram asilo político nos Estados Unidos, onde foram viver. Um ano depois, segundo contaram os jornais, um deles se apresentou ao Consulado da URSS em Nova York, declarando desejar voltar para sua pátria de origem. O cônsul russo naturalmente convocou imediatamente a imprensa local para entrevistar o rapaz. Perguntado por um repórter americano a razão espantosa de preferir deixar os EUA, enfrentando a severíssima punição que certamente o

esperava na KGB como desertor e trânsfuga, o oficial arrependido respondeu: "Não posso continuar a viver num país *onde ninguém me diz o que devo fazer!...*" Não foi um tipo de reação como essa que inspirou Dostoievski, em uma das peças mais profundas e gigantescas que tenham sido escritas sobre filosofia e teologia política — na Legenda do Grande Inquisidor?

A filosofia do socialismo seria, justamente, a de proporcionar segurança econômica — segurança contra os lances adversos da empresa privada, azares notórios, riscos de falência, de desemprego, de miséria. Nesse contexto, o socialismo comporta exatamente o oposto da concepção clássica do liberalismo capitalista, tal como politicamente proposto por Locke, por Adam Smith e por seus sucessores até Hayek, Friedman e Gilder nos dias que correm. Numa economia dedicada à competição, à luta, à eliminação darwiniana dos menos eficientes e menos dotados, em benefício dos mais trabalhadores, dos mais previdentes, mais espertos e sem escrúpulos, ou mais austeros e econômicos, mais propensos à poupança ou mais bem aquinhoados pela sorte cega — impera a liberdade mas se reduz a margem de segurança. Em grau extremo, fala-se mesmo em "capitalismo selvagem"...

Segurança econômica. É por ela que se está disposto a sacrificar a liberdade, ou pelo menos uma parte dessa livre iniciativa. Já Aldous Huxley previra o funesto resultado em sua famosa distopia — *Admirável mundo novo* — que apresenta, justamente, um quadro premonitório de uma sociedade absolutamente condicionada contra os riscos da liberdade. Repitamos: levado ao extremo, o socialismo promete a gaiola de ouro...

Outro aspecto mais banal da manifestação do instinto de segurança, que determina o aparecimento do Leviatã totalitário, é a xenofobia, com o temor patológico à ameaça externa. Eis a motivação mais forte na ideologia nacional-socialista. Na Alemanha hitleriana como na Rússia soviética, a ameaça externa, real ou suposta ou deliberadamente brandida como um espantalho mobilizador, serviu de justificação para o "contrato social" coercitivo que promove a entrega servil ao Estado das liberdades e da própria dignidade individual.

A segurança que os anglo-saxões derivam de seu sistema de estrita obediência e respeito às leis — concebidas justamente para defender as liberdades e direitos do cidadão — configura, a meu ver, a única solução sensata e mediana à antítese dos dois impulsos contraditórios. Ora, é essa segurança que, no Brasil como em muitos países latinos, ainda só pode ser encontrada no âmago da Grande Família patriarcal e do círculo restrito dos amigos e clientes. Depositamos geralmente no recurso ao apelo da amizade aquela confiança que,

bem ou mal, entre os povos nórdicos democráticos se dirige ao juiz, ao policial e ao funcionário público. O problema evoca profundas meditações filosóficas do domínio da ética.

Segurança e liberdade seriam as duas exigências fundamentais ou objetivos permanentes que, na história política, justificariam, respectivamente, os regimes de tendência conservadora autoritária e os regimes liberais progressistas. Na história da filosofia, esses dois regimes procurariam legitimar-se através de duas metafísicas igualmente contraditórias, sendo que a primeira enfatizaria a crueldade essencial do homem, ao passo que a segunda alardearia a crença em sua bondade natural. São, ambas, posturas fundamentalmente naturalísticas que, colocadas com exclusão uma da outra, acabam falseando a verdadeira natureza problemática da alma humana.

Não abordaremos aqui essa questão, politicamente da maior relevância, relacionada com o Bem e o Mal. Mencionemos apenas suas origens teológicas no Maniqueísmo, no Pelagianismo e no pensamento central de Sto. Agostinho. Desde logo, porém, podemos notar que os pensadores políticos da atualidade, ditos "neoconservadores", se articulam quase que unanimemente numa postura que procura recuperar, na filosofia política, o conceito cristão de *falta moral.* Existiria no exercício do poder, e consequentemente no Estado, como que uma manifestação indisfarçável de um "Pecado Original", uma forma viciosa do que chamavam os gregos de *pleonexia,* a corrupção do poder. A separação entre poder temporal e poder espiritual encontra sua justificativa nessa presença do mal — e é a razão mais profunda pela qual nos aconselhou Cristo a dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Homens como Eric Voegelin, Leo Strauss, John Hallowell, William Buckley e outros reintroduziram no vocabulário político da atualidade a noção de pecado e de Mal Original, sem por isso invocar necessariamente textos eclesiásticos. É a mesma linha de pensamento que inspirou *lord* Acton em seu famoso aforismo: "O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente". A atitude dos neoconservadores na Europa e nos Estados Unidos se explicaria pelo trauma de duas guerras mundiais, pela ameaça crescente do Estado totalitário soviético e pelo aparecimento do "universo concentracionário" moderno. Todos esses autores concordam com a tese de que a tradição do pensamento judeo-cristão no Ocidente, expressa sobretudo na filosofia de Sto. Agostinho, se prende à crença na presença de um núcleo luciferiano na natureza humana, elemento que se manifesta no relacionamento social. A ideia de Sartre que *"l'enfer, c'est les autres"...* O liberalismo revolucionário ou de esquerda, ao contrário, tende a menosprezar essa crença. Criou o mito da bondade natural do homem, mito que aparece no

Renascimento e atinge o pináculo de sua popularidade no século XVIII, particularmente na filosofia de Rousseau. O socialismo é hoje o principal suporte da convicção esdrúxula de que a presença do Mal deve ser exclusivamente atribuída às "estruturas sociais", as quais cabe subverter e substituir por outras. Mas, não nos adiantemos...

Ao longo do debate que opôs, nas academias europeias, os racio-nalistas e os românticos — tiveram os primeiros tendência a exaltar o planejamento pela autoridade racional e seu valor no governo eficiente, segundo os princípios do "direito natural"; ao passo que os românticos, menos preocupados com a lógica de seus argumentos, sempre se sentiram seduzidos pelos ímpetos ardentes do protesto libertário. Isso não quer dizer que os racionalistas da *Enciclopédie* não hajam contribuído para a Revolução Francesa. Nem tampouco que a filosofia idealista alemã, de tendências românticas, não haja exaltado o Estado prussiano nascente e o nacionalismo belicoso, criador do imperialismo germânico. Nem, menos ainda, que os socialistas de esquerda, oriundos ao mesmo tempo do Racionalismo e do Romantismo, não hajam, em nome da Liberdade, elaborado as bases ideológicas para o despotismo mais feroz que o mundo jamais conheceu. De qualquer forma, o que há de mais típico na crítica racionalista é o ceticismo de Voltaire: "Prefiro ser governado por um grande Rei leão, do que por ratos como eu, um milhão"...* O verdadeiro fruto da idade da Razão é o Despotismo Esclarecido. E alguns consideram que também a verdadeira vocação da civilização tecnológica e científica moderna é para a arregimentação autoritária, com gigantismo estatal. Foi essa convicção pessimista que inspirou as duas maiores distopias do século XX: o *Admirável novo mundo* de Aldous Huxley, e o *1984* de George Orwell.

O tema que nos ocupa é, portanto, da mais lídima atualidade. E vale por isso relembrar o que sobre ele nos tem a dizer Thomas Hobbes, que morreu em 1679, com 91 anos — Hobbes que foi, provavelmente, um dos mais funestos e o maior psicólogo político que já conheceu a Europa. O sucesso supremo de Hobbes foi haver compreendido e sentido a tônica pessimista da posição racionalista extrema (Hobbes considerava-se discípulo de Descartes e de Galileu), no que diz respeito aos problemas do Estado, do poder, da lei, da ordem e da segurança nas sociedades civilizadas modernas. Tal pessimismo, que contrasta, tão surpreendentemente, com o otimismo generalizado da maior parte dos racionalistas do Século das Luzes, Hobbes o revela, desde logo, na própria escolha do título de sua obra. Ele evocou o *Leviathan* da Bíblia. O destino de uma Cidade (no sentido de Estado-nação) que é construída neste mundo sobre a base única de um Logos secularizado, imanentizado e

---

* *Je* ***prefere être*** *gouverné par un grand lion de* ***Roi,*** *que* ***par um million*** *de* ***rats comme*** *moi.*

autonomizado, é certamente o de transformar-se nesse animal robusto, Leviatã, "essa serpente escorregadia, serpente tortuosa e dragão que está no mar" (Isaías 27:1) — um monstro terrível, feito sem medo, ou um redemoinho que devorará o homem, a não ser que o Senhor, "armado com sua espada dura, grande e forte", o visite e mate.

Os Santos Padres da Igreja sempre reconheceram no Leviatã o seu sentido etimológico original — a "sociedade dos maus". O império romano, por exemplo, para os primeiros mártires cristãos. Leviatã é a sociedade do demônio e seus discípulos. Leviatã tem, portanto, um significado apocalíptico. Hobbes, obviamente, conhecia essa procedência da palavra. Isso nos deve levar a insistir não seja Hobbes verdadeiramente um apologista entusiástico do Estado absoluto, como vulgarmente é descrito — mas talvez um realista dogmático e pessimista que reconhece a essência perversa e demoníaca do poder político. Ele não seria um Satanista mas apenas estaria explorando aquilo que está profundamente impregnado no sentimento cristão. O poder é perverso, o poder é corruptor e diabólico. O Estado, por conseguinte, é mau. E tanto pior quanto mais poderoso. A partir dessa tese de Hobbes, os pensadores liberais, a começar com Locke, Adam Smith e Montesquieu, iriam propor a redução do poder do Estado, ou sua descentralização ou divisão em "Três Poderes" funcionais. Em suma, é nesse sentido que não me parece correto adiantar tenha Hobbes proposto a *ressacralização* do Estado, pois algo que é descrito, mesmo por ironia, como um monstro satânico dificilmente poderia ser santificado ou endeusado.

Com olhos gélidos e lúcidos, percebeu Hobbes a essência do problema político no mundo moderno em gestação, este nosso mundo ocidental que produziu, ao mesmo tempo, a monarquia absoluta, a democracia liberal e o nacional-socialismo totalitário. Mais profundo do que Maquiavel, pressentiu as contradições em que se formava o Estado, secularizado pela Reforma e pela decadência do poder da Igreja de Roma, e ressacralizado pela monarquia absoluta. Para o pensador inglês, vivendo emocionalmente os anos das grandes revoluções inglesas do século XVII, a política é um produto da razão a qual tem que enfrentar as vorazes paixões do homem. Particularmente, a paixão fundamental, a mais central, a mais íntima, a mais tirânica, irresistível e englobante: a *pleonexia,* a *libido dominandi.* Esta é o impulso ou instinto, a concupiscência de domínio, a Vontade de Poder de que, exaltado, falará Nietzsche, que estudará Adler e que angustiará Freud (dando-lhe o nome de Instinto de Morte) — a agressividade sob todas suas formas; preocupação dos etólogos e antropólogos; aflição de todos aqueles que contemplam as grandes tragédias da história contemporânea.

A *libido* de poder seduz para o pecado de orgulho — *superbia,* o próprio vício do

Diabo, sendo corolário do Pecado Original — a ponto de obter uma ascendência completa sobre o Ego. E, já que a psique humana é apenas motivada por desejos e que seu objeto "não é apenas de gozar uma única vez, e por um só instante", mas de "se assegurar para sempre o caminho para seu futuro desejo", conclui Hobbes, pessimisticamente, que "existe uma inclinação geral da humanidade, um desejo perpétuo e infatigável no sentido de obter poder e mais poder, o qual apenas cessa com a morte". Lembrai-vos do aforismo de Lenine: a única realidade é o poder. Eis o postulado exclusivista e unilateral da psicologia de Hobbes: a natureza primária do instinto de vida é a preservação darwiniana de si próprio e o domínio sobre os outros, por quaisquer meios. Esse ponto de vista pode oferecer aspectos lamentáveis: o amor, por exemplo, nada mais seria que o sentimento de nosso próprio poder, quando dele suficientemente dispomos para nos permitir o luxo de ajudar a outrem. O princípio dos opostos, na doutrina determinística das "moções vitais", é construído como uma polaridade de prazer e de dor, de desejo e aversão, de amor e ódio, de medo e ataque — todos esses impulsos surgindo a partir do instinto primordial de autopreservação. Toma Hobbes de Sto. Agostinho a concepção de *amor sui,* literalmente o "amor próprio" ou egoísmo que constituiria o campo volitivo de nossa vida objetiva na terra. E a partir desse argumento, que ressurgirá na metáfora darwiniana de luta pela vida e de "gene egoísta" que se quer reproduzir a qualquer custo, propôs-se Hobbes a reconstruir, com lógica e exclusiva seriedade, um edifício político de envergadura realmente monumental.

* * *

Em contraposição aos apetites primitivos e naturais e às nossas aversões — que encontram sua origem no coração e em virtude dos quais sofremos de emoções — podemos propor um outro princípio que é o racional. A Razão habita a cabeça pensante. A Razão dirige nossas ações inteligentemente. Ela tende para objetivos de autopreservação melhor arquitetados e logicamente dispostos. Escreve Hobbes: "Uma lei da natureza é um preceito ou regra geral, descoberto pela razão, em virtude do qual é vedado ao homem fazer aquilo que é suscetível de destruir sua vida, ou de lhe privar dos meios para preservá-la; e a omitir aquilo através de que acredita possa ela ser preservada da melhor maneira." A Razão é, consequentemente, um princípio estritamente utilitário: limita-se à previsão dos meios, mais eficazes e mais distantes possíveis no tempo e no espaço, de preservar a vida e garantir a segurança. Eis o que escreve: "E dado que a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso governado por sua própria razão, e, não havendo

nada de que possa lançar mão que não seja suscetível de servir-lhe de ajuda para a preservação da vida contra seus inimigos, segue-se daí que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. Portanto, enquanto perdurar este direito de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem (por mais forte e sábio que seja) a segurança de viver todo o tempo que, geralmente, aos homens a natureza permite viver." (Cap. 14)

Hobbes declara-se um empiricista na tradição inglesa mas segue, neste particular, linhas geométricas de argumento que obedecem aos postulados *a priori* da Idade das Luzes. Seu método é o de definições causais inteiramente despidas de colorido emocional. Mais cartesiano do que Descartes, ignora inteiramente o papel que a intuição pode, eventualmente, desempenhar na procura de verdades profundas, através de meios não racionais. Na psicologia de Hobbes, as categorias do comportamento humano, tais como as sensações, os sentimentos e o pensamento, são examinadas mecanisticamente, como se não passassem de meras modalidades do movimento. Até mesmo o prazer, afirma ele, "nada mais é que uma moção do coração". Seu positivismo legal é absoluto.

As moções que se relacionam umas com as outras na vida social do homem determinam, necessariamente, os fundamentos da política e da arte de governar, enquanto a liberdade poderia ser interpretada, nesse contexto, como uma simples ausência ocasional de obstáculos ao movimento. Vemos que uma tal concepção não é inconsistente com a crença na Necessidade absoluta, determinística e inexorável. Hobbes transfere para a psicologia política e seculariza a noção calvinista radical de Predestinação.

Antes de Hobbes já havia Maquiavel proposto metodicamente uma ciência da política, a ser concebida como pura técnica. O Florentino imaginava essa ciência em termos da ética privilegiada do Príncipe o qual, orientado exclusivamente pela sua própria Razão autônoma, a "Razão de Estado", na perseguição de seus interesses dinásticos específicos, se privaria, consciente e deliberadamente, de sentimentos humanos mais altos e de uma verdadeira centralização na ordem de sua própria alma. Maquiavel teria idealizado César Borgia como modelo do Príncipe, esperando talvez que este unificaria a Itália e expulsaria os estrangeiros. Muito antes do filho do papa Alexandre Borgia, porém, o Imperador ítalo-alemão Frederico II Hohenstaufen, cognominado *stupor mundi***,** já havia tentado criar, em pleno século XIII, um protótipo de estado moderno maquiavélico e hobbesiano, a partir de suas bases na Itália meridional. O Príncipe maquiavélico é perfeitamente consciente de seus objetivos. Procede em direção a metas egoístas de domínio e poder com a astúcia de uma raposa e a fúria de um tigre, sem consideração moral alguma quanto aos meios utilizados.

Deduziu-se daí uma declaração brutal e escandalosa da crueldade, satanismo e imoralidade da política de poder, vícios que se tornaram associados ao nome do brilhante pensador florentino.

Hobbes ofereceu uma base mais teórica para a estrutura do "corpo artificial" que constitui o Estado maquiavélico e da "alma artificial" que é a Soberania nacional. Vale relembrar como partiu para sua célebre versão do Contrato Social. O arrazoado é o seguinte: no estado de natureza vigora uma liberdade total. Mas essa liberdade, por ser o homem um ente agressivo e cruel, é a da luta ou da guerra de todos contra todos *(bellum omnium contra omnes).* Hobbes parece conjurar Heráclito. Ora, "a força e a fraude são, na guerra, as duas virtudes cardeais". No estado primário, o homem é o lobo de si próprio, é um animal, uma besta desencadeada para o estupro, o roubo, a violência e o assassínio. Eis aí proclamado o famoso aforismo *homo hominis lupus.* Aforismo oriundo de Plauto (na *Asinaria)* que transforma o povo num animal feroz, necessitante de uma ordem repressiva.

Vale citar Hobbes por extenso no seu *Leviatã* (1651): "Para todos os homens, os outros homens são concorrentes. São todos ávidos de poder sob todas as formas. Ora, se consideramos as coisas em seu conjunto, todo homem é igual a um outro... Igualdade de capacidade que dá a cada um a esperança de alcançar seus fins e o impulsiona a esforçar-se por destruir ou subjugar o outro. Concorrência, desconfiança recíproca, avidez de glória ou de reputação trazem como resultado a guerra perpétua de todos contra todos... O homem é o lobo do homem (*homo hominis lupus).* Uma tal guerra impede toda indústria, toda agricultura, toda navegação, todo conforto, toda ciência, toda literatura, toda sociedade e, pior que tudo, engendra o temor aos perigos contínuos de morte violenta. A vida é solitária, pobre, grosseira, estúpida e curta. Numa tal guerra, nada é injusto, nem o pode ser... não há propriedade, não há *teu* e *meu* distintos, só pertencendo a cada um aquilo que pode tomar e pelo tempo que o pode guardar. Eis a miserável condição em que a simples natureza coloca o homem. Eis o estado de natureza."

Existe, entretanto, uma outra paixão, uma só, que seria possivelmente mais poderosa que o orgulho de poder, o impulso do desejo e o instinto carnívoro: essa paixão é o medo irrefragável do *summum malum* que é a morte. O medo seria o aspecto negativo, compensatório e antitético da paixão de poder dominante no homem. Se a vida deve ser concebida como a expressão do instinto de autopreservação através do uso do poder, então a lei psicológica das compensações requer, necessariamente, uma tal sinistra convicção e não nos devemos espantar de ler, nas declarações autobiográficas deixadas por Hobbes, que sua mãe, no momento do parto prematuro, "dera à luz dois gêmeos, eu próprio e o pavor"...

Detenhamo-nos um momento sobre essa tese. Verificamos que, na verdade, o que domina na psicologia de Hobbes tanto é o impulso de domínio, a agressividade, a vontade de poder, quanto o medo. Nasceu Hobbes no momento mesmo em que a *Armada Invencible* de Felipe II se aproximava do litoral inglês e que o maior susto percorreu as ilhas desde as invasões dos bárbaros, na alta Idade Média, e até que a Luftwaffe de Hitler lhes sobrevoasse os ares. Sob o signo do medo nasceu e viveu Hobbes — uma época de violência e angústia que lhe imprimiu no caráter um traço de insegurança, agrura e depressão. Na época, um pensador que mal se colocasse em política corria o risco de sentir a cabeça decepada a machado, por ordem do rei, de Cromwell ou do Parlamento. O próprio Hobbes sofreu exílio de doze anos em França e suportou a censura de seus livros, alguns dos quais tiveram que ser publicados na Holanda, então o país mais liberal do continente. A filosofia hobbesiana pode ser assim, logicamente, deduzida de uma intranquilidade existencial inata que explicaria seu temperamento acerbo e dogmático. Sabe-se que Descartes o achou insuportável. Hobbes formalizou, num edifício de conceituação política que é sem dúvida um dos mais majestosos no pensamento europeu, o sentimento perene de insegurança e inferioridade que apavora o homem. Em nosso século, foi Adler, o psicanalista dissidente da escola de Freud, aquele que melhor analisou o problema: o complexo do medo. O próprio pânico está hoje sendo estudado como uma síndrome característica que acompanha a depressão. Para Hannah Arendt, Hobbes foi o único filósofo político que incluiu o conceito de morte — sob a forma do pânico e temor da morte violenta — como esquema-chave de seu edifício teórico. A agressividade é, na perspectiva hobbesiana, o instinto primordial em toda análise sociológica, juntamente com seu contrário necessário e antitético, o medo da morte violenta. A dialética do poder e da morte se resolve racionalmente pela constituição do corpo político: eis a essência da tese.

O receio mútuo do homicídio, incoercível, leva os seres a concluírem um contrato *(covenant),* graças ao qual é instituído o governo. O único dever do soberano é manter a ordem e a paz. Os homens, como partes contratantes racionais, chegam a essa espécie de "arranjo", tendo em vista propósitos bem claros e definidos: *"conferem todo o seu poder e sua força a um homem ou a uma assembleia de homens, de maneira a reduzir suas vontades, ou sua pluralidade de vozes, a uma única vontade" que será a vontade soberana do Leviatã.* O processo é teleológico: o desejo de segurança coletiva impõe suas regras. Ocorre, conforme o trecho que obteve justo renome, do seguinte modo: "*Autorizo e concedo o direito de me governar a este homem ou a esta assembleia de homens, sob*

condição que eles, também, me deem seu direito e me autorizem a todas as ações da mesma maneira". O raciocínio termina numa justificativa do despotismo, da monarquia absoluta ou da ditadura totalitária: "Contratos sem a espada nada mais são do que palavras e de força alguma para assegurar o comportamento de um homem". E de novo: "os laços criados pelas palavras são demasiadamente fracos para refrear a ambição, a avareza, a cólera e as outras paixões do homem, sem o medo de algum poder coercitivo". Pois a psicologia de Hobbes só pode ser compreendida na base de um pensamento exclusivamente preocupado com o interesse próprio, sofrendo do medo onipresente de aniquilamento fatal.

Acrescente-se entretanto que, fora deste ponto de vista melancólico a respeito do Inconsciente instintivo, a concepção de Liberdade afagada por Hobbes — na medida em que somente no chamado "estado de natureza" pode o homem livremente expressar seus desejos e aversões, e externar, sem constrangimento, a libido de sua vontade de poder — não se distingue fundamentalmente da dos Românticos, na versão original que nos deixaria Rousseau do Contrato Social.

A psicanálise freudiana, especialmente a que se inspira no Freud já envelhecido, o Freud do Instinto de Morte, o Freud que já sofria de câncer e já conhecera os dissabores da rebelião de discípulos queridos
— oferece uma curiosa versão moderna da teoria hobbesiana. Surge o mesmo problema da ordem social que Hobbes levantara. Para Freud, a psique humana transforma-se no campo de batalha e de tensão, no qual o Eu consciente se depara, de um lado, com as forças do Superego, representante dos valores sociais e morais que mantêm a integridade do grupo; e de outro, com a energia rebelde do Id, carregando os impulsos instintivos de sexo e agressão. Em *Totem e Tabu,* Freud se refere ao primeiro "contrato social", que teria sido concluído entre os filhos rebeldes após o parricídio canibalesco do gorila primordial, com a imposição do tabu do incesto, o culto totêmico e a regra da exogamia.

A concepção de um conflito interior entre Thanatos e as restrições morais inflingidas pelo Superego, enquadra-se perfeitamente como expressão psíquica do contrato leviatânico de Hobbes. Aliás, não passa de uma variante da crença generalizada nos séculos XVII e XVIII quanto à necessidade das "paixões da alma" serem controladas pela Razão. O Contrato Social, quer o de Totem e Tabu, quer o do Leviatã, quer o de Locke e o de Rousseau, é sempre um produto da Razão reprimindo os impulsos das paixões instintivas. A crença é constante na Filosofia Perene. Ela surge talvez em clara expressão filosófica no famoso capítulo 7 da Epístola aos Romanos, onde S. Paulo, o primeiro grande psicólogo da história da filosofia, alude à tremenda batalha interior entre a Vontade racional de fazer o

bem e os instintos incoercíveis, tidos como expressão do "mal que está em mim".

A originalidade de Hobbes reside em outro ponto de sua tese: depois da conclusão do Contrato, Hobbes alega que deixa a pessoa humana de existir individualmente. Uma vez que os homens concordaram em se submeter a um líder ou a uma elite (uma "assembleia de homens" escolhidos), a esse líder ou a essa aristocracia "submetem suas vontades, a cada um sua vontade, e seu julgamento a seu julgamento". Como a fusão das vontades coletivas constitui "uma verdadeira unidade de todas elas", surge Leviatã como um esquema de totalidade, um *holon*. E já que o Soberano dispõe dos instrumentos de poder, a ele conferidos, "é capaz de formar as vontades de todos eles, num sentido de paz em sua própria casa e ajuda mútua contra seus inimigos externos".

Isso, conclui Hobbes, com indisfarçável grandeza, *"é a geração do Grande Leviatã, ou melhor ainda (para falarmos com maior reverência) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, sob a égide do Deus Imortal, nossa paz e nossa segurança".*

A vida e a obra de Hobbes foram certamente influenciadas pelos trágicos acontecimentos que se registraram na Inglaterra em meados do século XVII. Aliás, qual é o pensador político que não tenha sido determinado pela conjuntura em que escreve? A obra de Platão é fruto da crise da cidade-estado helênica, como a de Cícero da crise da República romana. Hegel está pensando na invasão napoleônica e na reconstrução do estado prussiano, vergonhosamente esmagado na batalha de Iena, do mesmo modo como Marx reage aos desequilíbrios provocados pela Revolução industrial na Inglaterra. Locke está lançando os fundamentos teóricos da "Revolução Gloriosa" de 1688, do mesmo modo como Tocqueville antecipando o confronto entre a jovem democracia americana, em formação, e o velho despotismo oriental russo em transformação. Os conceitos hobbesianos são portanto ininteligíveis se não considerarmos o período da Grande Revolução, da guerra civil, da condenação e execução de Carlos I, da ditadura de Cromwell, do exílio e da Restauração monárquica. O último de seus livros importantes, o *Behemoth*, composto em 1668 quando já carregava 80 anos de vida, ostenta como subtítulo "A História das Causas das Guerras Civis na Inglaterra". Aí ele volta à velha análise platônica da tirania — e se refere à figura do líder revolucionário, que derruba a tirania e se torna por sua vez tirano. Está pensando em Cromwell. *A sedição surge da sedução exercida pelo tirano sobre as massas vulneráveis.* Nessa obra, o pragmatismo e relativismo de Hobbes é absoluto: ele acaba declarando que o governo é bom e legítimo quando o povo o aceita como bom e legítimo; é mau e tirânico quando o povo assim o considera. Nada mais. Se o monarca perde seu poder porque a resistência tem ganho de causa, então é ele um tirano e os súditos perdem a

obrigação de respeitá-lo e sustentá-lo. Não é de admirar que após noções dessa natureza o monarquista Clarendon haja considerado Hobbes um autor detestável. Acrescentemos que essas teses do filósofo lembram bastante o pragmatismo do filósofo político chinês Mencius (Meng Tzu), discípulo de Confúcio, com sua doutrina da Investidura Celeste, *Ming.*

Devemos considerar a posição racionalista e autoritária de Hobbes *vis-à-vis* a Revolução de 1648; a de Locke, o liberal racionalista e empiricista em relação à Revolução de 1688 e à Revolução americana de 1776; e a de Rousseau, o romântico, em relação à Revolução francesa de 1789. Essas três posturas contraditórias conduziram à tese — que aceito como correta após a leitura de *On Revolution* de Hannah Arendt, essa autora às vezes tão ambígua e incoerente mas também, outras vezes, de intuição genial — segundo a qual a Revolução não conduz à liberdade mas à tirania. Se a Revolução inglesa de 1688 e a americana de 1776 criaram um *Novus Ordo Saeclorum*, liberal conservador, é porque na verdade não foram verdadeiramente revoluções, com profunda subversão social, mas apenas movimentos de libertação destinados a assegurar a autonomia do cidadão responsável. Tratava-se, simplesmente, de institucionalizar a liberdade que, essa sim, permite a mudança, a reforma e o progresso.

É curioso observar, além disso, que um homem como Bertrand Russell, um positivista liberal e um agitado pacifista entre os Santos dos Últimos Dias, tenha encontrado tão pouco para criticar no pensamento de Hobbes. Em sua *História da filosofia ocidental***,** Russell considera Hobbes o primeiro escritor realmente moderno no campo da teoria política. Cita, entre seus méritos, que seja "completamente livre de superstições; nem argumente com o que aconteceu a Adão e Eva no tempo da Queda. É claro e lógico: sua ética, verdadeira ou falsa, é completamente inteligível e não envolve a utilização de conceitos dúbios." Russell conclui que ele erra apenas por simplificar demasiadamente as coisas. Se, superficialmente, nos poderíamos admirar de encontrar Russell na companhia de um autor que tem sido geralmente apontado como propugnador do despotismo e seria hoje acusado de fascista — existe, indiscutivelmente, uma certa *logique du coeur* no empenho com que o filósofo positivista pregou a coexistência pacífica com a versão mais moderna do Grande Leviatã. Um *slogan* do tipo "mais vale ser vermelho, do que morto" *(better red, than dead)* pode ser matematicamente deduzido, pelo positivismo lógico de Russell, da premissa hobbesiana segundo a qual o homem inteligente deve fazer a entrega de sua liberdade ao Estado por medo da morte...

Eric Voegelin notou, por outro lado, que, ao empreender essa análise do Estado em termos da existência *imanente* do homem, Hobbes provou ser "um dos maiores psicólogos

de todos os tempos". "Sua façanha em desmascarar a *libido dominandi* por detrás de um pretenso zelo religioso ou idealismo reformador, está hoje tão solidamente estabelecida quanto ao tempo em que escreveu." Acrescenta Voegelin (em *The New Science of Politics): "O* estilo da construção é magnífico. Se admitirmos que a natureza humana nada mais é que uma existência passional, desprovida dos recursos ordenadores da alma, o horror do aniquilamento será, de fato, a paixão predominante que irá compelir a submissão à ordem. Se o orgulho não puder vergar-se diante de *Dike* (a Justiça), nem ser redimido pelos efeitos da Graça, não haverá remédio senão nos dobrarmos diante do Leviatã que é 'o rei de todos os filhos do orgulho'. Se a alma não pode participar do Logos, então o soberano que, na alma, impinge terror será forçosamente a essência da *commonwealth*".

Cabe aqui um parêntese para lembrar a figura de John of Salisbury e suas intuições sobre *apleonexia* do poder. Aparentemente, a preocupação com o poder e com as consequências políticas do conflito constitui uma tradição na literatura filosófica inglesa. Salisbury, clérigo e pensador do século XII, é conhecido principalmente por haver sido secretário, confidente e biógrafo de S. Thomas à Becket, o célebre arcebispo de Canterbury assassinado em sua catedral por ordem do rei Henrique II. Foi também um dos melhores latinistas e eruditos de seu tempo. Morreu como bispo de Chartres, onde sua casa pode ser descoberta detrás da belíssima catedral.

No pensamento político, ficou Salisbury conhecido por uma obra, *Policraticus,* em que defende a supremacia eclesiástica sobre o poder civil, argumentando que a Igreja é a alma ou cabeça do corpo político. Colheu, contudo, elementos na filosofia grega. Influenciado sobretudo pelos pensadores latinos Cícero e Sêneca, já intuiu a noção do Contrato ao considerar a *Respublica Christiana* como a sociedade "unida por um comum acordo a respeito da lei e dos direitos". Sua preocupação essencial na obra, porém, era o Tirano. Foi um dos primeiros a formular uma defesa em regra do tiranicídio: provavelmente fora traumatizado pelo assassinato de S. Thomas, seu mestre. A diferença entre o soberano e o tirano é que o primeiro obedece às leis, das quais se considera o servidor, ao passo que o segundo delas se liberta.

Voegelin, entretanto, salienta que, antes de Hobbes, foi Salisbury um dos primeiros a conceber o homem autônomo, o indivíduo que, igonorando seu *status* exato e sua obediência a Deus, "aspira a uma espécie de liberdade fictícia (em suas próprias palavras), imaginando displicentemente que pode viver sem medo e fazer com impunidade o que quer que lhe agrade e, de certo modo, sentir-se logo como um deus" (VIII. 17). "Embora não a todos os homens seja dado conquistar o principado", afirma John,

"entretanto o homem que não esteja completamente contaminado pela tirania é, na verdade, raro ou não existente. Na linguagem vulgar, é o tirano aquele que oprime um povo inteiro por domínio baseado na força, mas poderá fazer isso se o quiser mesmo na mais modesta posição. Pois, se não sobre toda a massa do povo, de qualquer forma cada homem será senhor sobre os demais até onde seu poder lhe permitir". Por essas palavras, Voegelin considera John of Salisbury um precursor de Hobbes por força de sua capacidade de denunciar a *libido dominandi* em todos nós.

Voegelin descobriu as falácias do "mundo onírico contra-existencial" na obra de Hobbes. Um outro autor teuto-americano, Leo Strauss, aprofundou-se ainda mais diretamente no estudo da relevância do filósofo inglês para a época moderna. Nascido de uma família de judeus ortodoxos em 1899, Leo Strauss emigrou para os EUA em 1938, fugindo da perseguição nazista. Exercendo a cátedra de filosofia política da Universidade de Chicago, tornou-se um dos pilares do pensamento neoconservador (no final da vida, porém, identificou Maquiavel como um vilão ainda mais detestável que Hobbes, em sua genealogia intelectual dos demônios do pensamento filosófico político). Considerou que a perversidade residia precisamente no empreendimento do autor do *Leviatã* de repudiar a velha tradição ocidental do Direito Natural, substituindo-a por uma "lei da natureza" em que os homens possuem "direitos naturais" baseados na força e no egoísmo. No cerne da filosofia de Hobbes, segundo alega Strauss, estaria a negação da natureza humana como um dado permanente da transcendência. Considerem o seguinte trecho do capítulo 15 do *Leviatã:* "Para que as palavras justo e injusto possam ter lugar, é necessária alguma espécie de poder coercitivo, capaz de obrigar igualmente os homens ao cumprimento de seus pactos, mediante o terror de algum castigo que seja superior ao benefício que esperam tirar do rompimento do pacto e capaz de fortalecer aquela propriedade que os homens adquirem por contrato mútuo, como recompensa do direito universal a que renunciaram. E não pode haver tal poder antes de erigir-se um Estado. O mesmo pode deduzir-se da definição comum da justiça das escolas, pois nelas se diz que a justiça é a vontade constante de dar a cada um o que é seu. Portanto, onde não há o seu, isto é, não há propriedade, não pode haver injustiça. E onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há Estado não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas. Portanto, onde não há Estado nada pode ser injusto".

Em sua obra *The Political Philosophy of Hobbes* (Chicago, 1952), publicada inicialmente na Inglaterra em 1936, mas só reconhecida como importante nos EUA depois da guerra, e também em outro livro, *Natural Rights and History* (Chicago, 1953), Leo

Strauss alega que Hobbes, obviamente, "partiu, não como exigia a grande tradição, da 'lei' natural, isto é, de uma ordem objetiva, mas do 'direito' natural, isto é, de um reclamo *(claim)* subjetivo absolutamente justificador, o qual, longe de depender de qualquer outra lei, ordem ou obrigação prévia, é ele próprio a origem de toda lei, ordem e obrigação." A moral é assim por Hobbes integrada na lei positiva. Varia com esta à mercê das decisões do Estado, que é produto do egoísmo. A tese prosperaria com Hegel e com os cultores do direito positivo. A responsabilidade de Hobbes reside, portanto, no fato de haver contrariado a Filosofia Perene do Ocidente ao estabelecer, primeiro, a absoluta prioridade do indivíduo sobre a sociedade para, em seguida e contraditoriamente, propor o Estado como Leviatã, senhor absoluto do corpo e alma do indivíduo. Considerava, com isso, o indivíduo basicamente associal. O paradoxo perverso reside precisamente nesse fato que Hobbes salienta os "direitos naturais" ou "direitos do homem" (como o farão de modo crescente os românticos da linha de Rousseau) *em vez de enfatizar os "deveres" morais,* sem os quais nenhuma sociedade verdadeiramente livre pode sobreviver. A questão que, em suma, se coloca, tal como posso deduzir do arrazoado de Strauss, é a da alternativa racional entre uma ordem imposta *exteriormente,* pelo medo da punição, e uma ordem *internamente* determinada pelo imperativo moral.

Devemos, naturalmente, admitir que Hobbes acreditava nos postulados de onde deduziu a monstruosa tese de absolutismo lógico. Também podemos seguir a opinião de G. Sabine *(History of Political Thought),* de que "sua filosofia ilustra a frase de Bacon segundo a qual 'a verdade mais facilmente emerge a partir do erro do que a partir da confusão'". Harald Höffding *(A History of Modem Philosophy)* admite igualmente que Hobbes seja importante "principalmente pela clareza com a qual expôs as limitações da hipótese materialista". Na verdade, levou Hobbes às suas últimas consequências as pressuposições radicais da Idade da Razão e, no *Leviatã,* foi alcançada uma profundidade de visão sobre os fundamentos do Estado nacional soberano cuja importância indiscutível só se torna óbvia quando posta em contraste com as ideias ainda mais falaciosas dos Românticos liberais.

Mas o trabalho intelectual consciente, baseado nos postulados exigentes do materialismo racionalista, deve haver evocado os monstros mais terríveis na sombra da psique de Hobbes. Estes fantasmas só se tornam manifestos para o agudo observador quando descobre os vícios de rigidez, o pessimismo e as contradições internas de sua vida e de seu pensamento. O filósofo foi um empiricista que fundamentou seus conceitos em princípios de matemática completamente arbitrários e não provados, assim como em uma hipótese antropológica sobre o "estado de natureza" também sem qualquer alicerce

científico. Era filho de um vigário, mas debochou o livre-arbítrio e atacou a hierarquia eclesiástica. Foi um monarquista que se submeteu a Cromwell — escandalizando e ofendendo, ao mesmo tempo, os partidários do rei Carlos pelos argumentos naturalísticos, quase cínicos, em favor do absolutismo (e Clarendon o denunciou como preferível a título de inimigo, do que como amigo). Foi um cético que falou da religião como se em nada mais consistisse do que na lei e na obediência. Adorava ao mesmo tempo, com a maior veneração, o "deus mortal" da política, o qual batizou com o nome de um monstro mitológico fantástico do Velho Testamento. Talvez algumas dessas contradições íntimas expliquem por que Hobbes acreditou, ingenuamente, haver encontrado a solução matemática do enigma da Quadratura do Círculo. Se pensava realizar a façanha no campo da política, nada o impedia de esperar alcançar sucesso do mesmo quilate no terreno da geometria, ciência que representaria o próprio fundamento das demais. A presunção, dogmática e impertinente, dessas alegações um tanto ou quanto tolas são muito típicas das rachaduras no monumento soberbo que o Racionalismo filosófico tentava erguer, paralelamente ao florescimento em Versalhes do Despotismo Esclarecido.

Hobbes não perde seu valor por esse motivo. Seus excessos chamam a atenção para o que é sua contribuição perene: o reconhecimento da natureza problemática do homem, que não é necessariamente um anjo, como pretendem os filósofos românticos libertários; e a necessidade que essa maldade inata impõe de fundar um Estado, para a manutenção da segurança de todos.

Antes de terminar esta seção, cabe ressaltar que uma interpretação interessante da obra de Hobbes se encontra no livro de Nelson Lehman da Silva, *A religião civil do Estado moderno.* Esse professor da Universidade de Brasília trata extensamente do problema do Leviatã hobbesiano no capítulo 2, sob o título "A teologia civil" do Estado moderno. Ele observa que, na tentativa de estabelecer os inícios concretos do pensamento político moderno, mormente no que diz respeito ao crescimento teratológico do poder do Estado, a maioria dos autores aponta para Thomas Hobbes. Na verdade, esse Estado moderno surgiu do rompimento da tradição agostiniana que separava os dois poderes, as duas "espadas", a do *Imperium* e a *da Ecclesia.* Lehman aponta corretamente para essa ominosa tendência que se coloca, muito precisamente, no momento do Renascimento e da Reforma protestante. A confusão entre poder temporal e poder espiritual e a renúncia ao paradigma transcendente da Cidade de Deus acarreta a relativização positivista da lei e da moral.

O retorno à teologia política do paganismo se coloca, em princípio, na obra de Hobbes. E a tendência que, como veremos mais adiante, se intensificará com Rousseau e

Hegel. Lehman insiste nas consequências igualmente relevantes do tratado *De Cive,* publicado por Hobbes em 1642, nove anos antes do *Leviathan*. Nessa obra, mais claramente ainda, rompe Hobbes com a tradição agostiniana que é essencial à concepção cristã. Na capa da edição original do *Leviathan,* Hobbes fez representar o "corpo místico" que se transforma em corpo civil e político: a cabeça coroada é a do soberano, o corpo é formado por uma multidão do povo, enquanto o braço direito segura uma espada e o esquerdo o báculo episcopal. Nesse ponto, recordemos que já no século XV, elogiando as leis inglesas, *Sir* John Fortescue propunha a transformação do símbolo do corpo místico numa imagem do reino inglês. A ideia era ominosa pois introduzia a teoria do Estado como um superorganismo, ideia que reviveu posteriormente entre os pensadores totalitários dos séculos XIX e XX, e mesmo na atualidade em algumas teorias dos chamados sociobiologistas, inclusive no mais conhecido deles, Edward Wilson, professor de Harvard.

Para Pierre Legendre, em *Jouir du Pouvoir,* o Estado moderno nada mais é, realmente, que um grande crocodilo ou baleia faminta, cruamente localizado por Hobbes sob a alegoria bíblica. Legendre, em linguagem um tanto confusa, impenetrável mas irônica, procura psicanalisar e identificar os elementos místicos, sacralizantes, que envolvem o Estado, particularmente, na área latina, após a Contra-Reforma. O Estado "patriótico" torna-se uma "mátria", amada e cultuada como uma expressão divina ("Pátria amada, idolatrada, salve, salve"...) "O Estado sou eu", de Luís XIV, transforma-se naquele sentimento bem traduzido por um teólogo francês do século XVII, Zacharie de Lisieux: "A sabedoria do Estado relampeja fortemente no mistério da Eucaristia".

A fusão entre religião e política, com a consequente ressacralização do Estado, apareceria de modo fortemente expresso no capítulo 29 do *Leviatã:* "...considerando que o poder espiritual disputa o direito de declarar o que é pecado, ele se arroga consequentemente o direito de declarar o que é lei, pois o pecado nada mais é que a transgressão da lei; e, além disso, o poder civil, arrogando-se o direito de declarar o que é lei, cada súdito deve obedecer a dois senhores, os quais exigirão que suas ordens sejam observadas como lei — o que é impossível".

Desse arrazoado parte Hobbes para sustentar, contra a fé cristã, que o Reino de Deus nada tem a ver com a esfera espiritual mas deve ser explicado como sendo "um reino propriamente assim chamado". Ele reduz então os principais conceitos da teologia cristã a concretas dimensões terrenas. Diz que "o Reino de Deus é uma república civil onde Deus mesmo é o soberano, primeiramente por virtude de um antigo pacto, depois renovado, pelo qual Ele reina por seu vigário ou lugar-tenente"... até o dia de seu retorno, "para reinar real

e eternamente" nesta terra. Hobbes estaria propondo, em suma, uma volta à concepção teocrática hebraica que implica considerar o messias um líder terreno, de carne e osso. Quando, em seguida, no capítulo 35, vem a definir o conceito de Igreja, torna-se claramente inconfundível, como nota Lehman, a identificação que faz entre religião e o culto do Estado-nacional moderno. Vale novamente citar o trecho relevante da obra de Hobbes: "...uma Igreja, enquanto capaz de ordenar, de julgar, absolver, condenar ou fazer qualquer outro ato, é o mesmo que uma república civil, formada por cristãos ... Governo temporal e governo espiritual não passam de duas palavras trazidas ao mundo para fazer os homens verem duplo e confundir seus legítimos soberanos... Não existe portanto nenhum outro governo nem do Estado, nem da religião, senão o temporal". Nesse sentido, assevera Lehman em seu comentário, "contém o *Leviatã* e prescreve uma radical secularização do que até então tinha sido aceito pela teologia cristã". Podemos nós acrescentar que a maior parte dos comentaristas conservadores da obra de Hobbes salientou as consequências ominosas desse repúdio ao dualismo das Duas Cidades. A negação da tese agostiniana na verdade está na origem da substituição do paradigma agostiniano da *Civitas Dei* pela Utopia. A Utopia política constitui uma secularização vulgar do modelo transcendente, paradigma situado "no céu" ou no futuro indeterminado. Doravante, a tensão moral permanente entre a realidade do poder temporal, na cidade terrena, e o ideal do poder espiritual na Cidade de Deus se transformará num impulso permanente para alcançar a Utopia da perfeição de justiça, felicidade e amor *através de meios políticos revolucionários.* A Revolução configura a Salvação. A Religião Civil nacional-socialista substitui a religião cristã.

Lehman finalmente lembra que o termo *Theologia Civilis,* designando o elo pagão indissolúvel entre política e religião, ocorre na própria obra de Sto. Agostinho, *De Civitate Dei,* com referência crítica à doutrina de Marcus Varro, um autor político do primeiro século antes de Cristo e famoso patriota erudito. Agostinho tenta ali demonstrar, com todo vigor, a insensatez de uma religião civil ou a incoerência de uma religião concebida em função da política, do ponto de vista da teologia cristã. Ora, acontece que esse problema levantado pelo grande filósofo católico perdura até hoje, eis que a chamada "teologia da libertação", que fascina largos setores alienados da Igreja brasileira, nada mais é que uma tentativa medíocre de novamente fundir religião e política, e transformar o paradigma da Cidade de Deus em um novo modelo de utopia política. Lehman corretamente assevera que a identificação de política com religião sempre foi a regra desde o início da história humana, acarretando a sacralização do Estado e o endeusamento do monarca. O

Cristianismo rompeu com essa tradição. Sua principal consequência política consistiu, precisamente, na dessacralização do Estado e na rígida separação entre os reinos respectivos de César e de Cristo.

O Racionalismo hobbesiano levanta outros problemas. Hobbes foi talvez, com Maquiavel, o primeiro a negar a existência de valores morais absolutos e a propor a tese de que a sociedade é apenas determinada por interesses. O positivismo científico nas ciências sociais, assim inaugurado, estender-se-á nos séculos seguintes a todos os ramos do conhecimento humano, inclusive ao terreno controlado pela jurisprudência, pelas ciências políticas e sociais, e pela psicologia. O caminho ficou assim bem preparado e adubado para o florescimento luxuriante do socialismo e do nacional-socialismo totalitário, ideologias que também se pretendem científicas e enraizadas no conhecimento positivo da realidade social. O apogeu do que chama Hayek o "construtivismo" filosófico se coloca nos séculos XVIII e XIX mas o rastro se prolonga na *praxis* da presente centúria. O espírito cartesiano aplicado às ciências sociais pode ser exemplificado pela frase de Voltaire no *Dicionário Filosófico*: "Se Vocês desejam boas leis, queimem todas as que possuem e façam para si novas leis"... O que Becker chamou a Cidade Celeste dos Filósofos do século XVIII é perfeitamente exemplificado por essa crença teimosa na capacidade do homem, dotado de razão, de compreender as leis que governam a constituição da sociedade e, na base desse conhecimento, construir a sociedade perfeita. Hobbes proclamou a solução "geométrica" da equação social e concluiu, com método cartesiano, que era despótica. Rousseau seria também um perfeito discípulo de Descartes e de Hobbes, não obstante a inimizade que nutria e sofria de parte dos demais Enciclopedistas.

Em suma, se a sociedade é gerada por um mecanismo e se as leis e imperativos morais nada mais representam do que regras positivas que governam esse mecanismo — então fica o terreno perfeitamente preparado e lavrado para as roldanas eleitorais que impõem o domínio absoluto da maioria demagógica numa democracia, ou de uma minoria amparada na força armada num estado totalitário. A compreensão das leis sociais e, consequentemente, o desejo de manobrá-las com o poder implícito de controlar a sociedade passou a constituir a ambição indisfarçada da Nova Classe de intelectuais: economistas, sociólogos, historiadores, psiquiatras, biólogos, antropólogos, jornalistas, clérigos, comunicadores sociais, etc. Todos eles passaram a cultivar em comum um soberbo desdém pelos "valores" — considerados como essencialmente excluídos da investigação científica e indignos da atenção de um cientista positivo. Auguste Comte foi o detestável filósofo cuja influência introduziu essa atitude no Brasil e, desde então, nenhum cientista social em nossa

terra, que se considere positivista, deixará de repelir a incidência dos "valores subjetivistas". Os valores morais só são válidos quando racional e empiricamente demonstrados, como numa gaveta de biólogo. Na realidade, os valores devem ser logicamente deduzidos de sua utilidade. Toda lei deriva necessariamente de um ato consciente de legislação, conforme proposto por Hobbes. Toda lei tem um propósito positivo, conforme aos interesses do grupo, da classe ou do soberano que a decretou. A moralidade no sentido transcendente do termo — isto é, no sentido de uma regra de comportamento a que obedecemos *inconscientemente*, sem compreender as razões de sua obrigatoriedade, sem calcular seu alcance e contrariando os interesses racionais do sujeito ou do grupo a que pertence — passa então a ser apreciada como uma mera "ilusão". Os psiquiatras, como Freud ou como Brock Chisholm, secretário geral da Organização Mundial de Saúde, citado por Hayek, postulam então que os conceitos de Bem e de Mal são meras reações de uma instância inconsciente denominada Superego, sem qualquer significado objetivo para um cientista comprometido com o Princípio de Realidade, A integridade intelectual do homem exige que se superem esses "preconceitos religiosos", equivalentes a sintomas mórbidos de uma psicopatologia coletiva. O Bem e o Mal são apenas formas positiva ou negativa de nossa reação ao Princípio do Prazer. Os marxistas pretenderiam que o Bem e o Mal correspondem apenas aos interesses, positivos ou negativos, da classe proletária. A Utilidade da classe, da raça e da nacionalidade conduz indefectivelmente ao sistema hobbesiano. Como poderia ser de outro modo, se os critérios transcendentes dos valores tradicionais têm uma origem que nos escapa? O Campo de Concentração será o resultado inevitável de uma moral militarista, positivista e pretensamente "científica".

Ao concluir esta seção, vamos apenas salientar que a obra de Hobbes corrige o otimismo da noção aristotélica clássica do *zoon politikon.* Insiste em que a sociabilidade humana é uma sociabilidade problemática. *O Estado existe em virtude do Mal.*

Nós mesmos, em nosso país, estamos assistindo, no momento histórico que atravessamos, ao conflito evidente entre as exigências contraditórias da Liberdade e da Segurança. Quando percebemos que nossa segurança econômica se evapora na voragem da inflação; que campeia a desordem, a exploração, o crime e o roubo; que a tranquilidade social é ameaçada por greves, conflitos rurais, badernas nas ruas; que corremos o risco de temerárias aventuras diplomáticas ou nos sentimos ameaçados pela presença de um inimigo externo implacável — logo surgem muitos, à "esquerda" ou à "direita", que preferem em novo "contrato social" apelar para um novo líder, um supremo comando militar, uma "assembleia de homens" ou mesmo um partido totalitário a fim de que, a custa do sacrifício

de certas liberdades, restabeleçam o clima de paz e de confiança imprescindível ao progresso e ao bem-estar coletivo.

O papel do verdadeiro filósofo, entretanto, é transcender a postura naturalista e, procurando conscientizar o caráter antitético dos dois impulsos naturais de liberdade e de segurança, conceber e firmar uma possível reconciliação política entre suas exigências inflexíveis. A política é a arte do possível...

4

INTELECTO E PAIXÃO

Na presente seção, vamos estudar os fenômenos do Racionalismo e do Romantismo na base dos pressupostos teóricos levantados anteriormente. O intuito é procurar enquadrar sua ação sobre a cultura latina à qual pertencemos. Escolhemos a França como objeto da análise em virtude de haver esse país, pelo brilho invulgar de sua inteligência, pela sedução do mito revolucionário igualitarista e pelo prestígio adquirido desde o Grande Século de Luís XIV, exercido uma dominante influência sobre nós, do ponto de vista cultural. A civilização brasileira, desde a independência e até a época contemporânea é, reconhecidamente, um reflexo dos movimentos espirituais e culturais que se processaram na Europa sob influência francesa. A Europa constitui para nós a "sociedade exemplar". Somos profundamente marcados pelos fluxos e refluxos da alma europeia, mas nessa nossa sensibilidade extremada sempre predominou, de modo insistente, a sedução do Romantismo. Ora, acontece que estamos entrando na Revolução industrial. Esta vem acompanhada da necessidade premente de uma transformação de nossa mente num sentido de maior racionalidade — uma racionalidade que tenta firmar-se no campo político e econômico a partir da crise dos anos sessenta.

Não será difícil atribuir todas as discórdias interiores que afetaram a França nos últimos duzentos anos à tensão psicológica provocada, num povo de sensível disposição afetiva, pela imanentização e autonomização pronunciada do Logos, isto é, pelo crescimento mórbido da Razão como um complexo autônomo na psique coletiva, em contraposição a um Eros igualmente imanentizado e superficializado. Sem dúvida, não se limitou à França o processo. Descobrimo-lo nas bases de toda a cultura europeia e, por consequência, nos países que, como o Brasil, embora plasmados no irracionalismo natural dos povos ainda psicologicamente imaturos ou subdesenvolvidos, sofreram a influência da literatura, das artes e das modas da "sociedade exemplar" em seu período formativo. A França desempenhou um papel determinante nesse grande drama da civilização ocidental porque, na época de que nos ocupamos, as tendências contraditórias do Racionalismo e do Romantismo encontraram seus porta-vozes mais representativos e mais brilhantes entre seus artistas, seus escritores, poetas, filósofos, pensadores políticos, estadistas e heróis

revolucionários.

Acontece que os franceses, como herdeiros da tradição mediterrânica de uma Cultura da Forma, são um povo caracterizado por uma "função do sentimento" fortemente diferenciada e refinada. São igualmente meio-germânicos. Num sentido que contrasta com os outros latinos, comungam do intelectualismo frio e pragmático dos povos nórdicos. Mais que qualquer outra nação, talvez, cultuam os franceses essas duas divinas qualidades do homem, *l'intelligence* e *l'amour.* Infelizmente, nem sempre souberam manter uma tensão criadora, muito menos uma harmonia tranquila entre as duas vigências opostas. O amor, sempre intelectualizado, tornou-se, não raro, tão artificial quanto um coração de pano rubro para o florete da esgrima mental. A inteligência, por sua vez, transformou-se, frequentemente, num veículo de paixões reprimidas, a serviço de ressentimentos suspeitos. É por esse motivo que a Idade da Razão, ainda tão soberbamente equilibrada e majestosa no Grande Século do Rei Sol, degenerou em seguida num conflito íntimo, de que a dialética agitada entre Racionalistas e Românticos representa apenas a manifestação exterior.

Tudo ainda correu de modo satisfatório enquanto o espírito francês pôde encontrar um terreno de acordo sutil graças à posição excepcional da mulher, o que lhe permitiu manter um contato relativamente íntimo com sua ânima inspiradora. Desempenharam as mulheres, como *egéries,* um papel de primeiro plano no contexto claro e formal do classicismo francês. Nos séculos XVII e XVIII afirma-se a presença feminina nos negócios mundanos, no gosto e na moda, na literatura, nos padrões artísticos e no controle dos segredos de estado. Idade de elegância, refinamento e galantaria! Os reis mais poderosos submetiam-se aos bons conselhos ou caprichos das mulheres: *"Qu'en pense Ninon de Lenclos?"* costumava perguntar Luís XIV nas mais importantes questões de estilo. A graça da cortesia desenvolveu-se. Também a arte do cortesão. Surgiu o conceito de estilo e de moda, assim como, pela primeira vez em política, se ouviu falar na "opinião pública" como força social efetiva. Uma opinião pública que, como a mulher, é caprichosa e volúvel. O erotismo procurou formas refinadas de expressão, mas o amor ainda reconhecia uma ordem mais elevada, não obstante sua procura labiríntica da união sexual... Talleyrand (ou terá sido Mirabeau?) esteve bem perto da verdade ao declarar, como ponto de vista saudosista de aristocrata privilegiado, que "quem não viveu antes de 1789, não conheceu *la douceur de vivre",* doçura de viver para a qual muito contribuíram essas adoráveis criaturas como o melhor dos seus ingredientes.

Uma observação interessante pode ser feita a esse respeito. O papel da *femme inspiratrice,* no perfeito equilíbrio alcançado pela cultura barroca francesa, lembra a tese de Jung concernente ao lado feminino da alma masculina que ele denomina de *Anima.* "Assim como o homem realiza o seu trabalho, como criação completa, graças à sua natureza feminina interior, à sua Anima, assim também o lado masculino interior da mulher, seu *Animus,* gera sementes criadoras que possuem o poder de fertilizar o lado feminino do homem". Nessa capacidade, a mulher eleva o Eros a algumas de suas mais altas esferas, agindo como um espírito sedutor na mediação entre os opostos e despertando a chama do gênio, porventura adormecida na mente do varão. A pronunciada diferenciação dos impulsos afetivos, mesmo nos círculos mais intelectualizados, granjeou ao espírito francês um certo predicado de animus, de modo que a imagem feminina adquiriu aqueles atributos masculinos de razão e de lógica que, nos casos normais e entre gente de tipo mais claramente cerebrino, seria o apanágio exclusivo da consciência viril. Isso explicaria não apenas o fato de que, em França, tantas mulheres foram autoras ilustres, mas sobretudo a influência indiscutível que, como Egérias, exerceram sobre os maridos, os amantes, os amigos e os protegidos. A história artística, literária e filosófica da França é magnificamente enriquecida por essa presença do belo sexo. Suficiente é apontar a contribuição dos famosos *salons,* como os de Madame de la Fayette, da Marquesa du Deffand ou de Mademoiselle de Lespinasse, para medir o valor fecundante desse matrimônio sutil entre a Inteligência e o Amor, através da conversa polida e espirituosa que a mulher presidia.

Mas, depois, foi o desastre! Dissolveu-se a ordem da alma e, enquanto Voltaire e os Enciclopedistas usaram a Razão para liquidar com os remanescentes da cultura gótica, outros invadiram o campo vindos de direção oposta, transformando a paixão romântica num instrumento igualmente pernicioso de dissociação psíquica. Tanto Diderot quanto Rousseau alcançaram o mesmo fim, não obstante sua áspera querela. Madame du Deffand, a célebre patroa de um dos mais prestigiosos *salons* parisienses onde se reunia a fina flor dos *philosophes***,** costumava matutar: *"Il me faut absolument des malheureux pour en faire des heureux"...* Esses desgraçados que se deviam tornar felizes com a leitura das obras da panelinha filosófica subversiva constituíam a massa de manobra que, poucos anos depois, os intelectuais jacobinos iam utilizar para derrubar a Bastilha e desencadear a Revolução.

A Razão autônoma seduziu a mente com a intoxicação do poder, com o orgulho da inteligência, às vezes magnífica em seu domínio sobre a natureza, outras vezes vã e cínica — enquanto o Romantismo reduziu o *ágape* cristão, submetendo-o ao culto do *eros*

tyrannos (a sexualidade, o egoísmo, o ciúme, a inveja, o ressentimento vingativo e o amor-próprio) na exaltação emotiva que deixa a psique à mercê da desordem dos instintos. *Superbia et Concupiscencia!*

A inteligência humana foi concebida pelos Racionalistas como algo parecido ao mecanismo de um relógio, um autômato talvez um pouco mais complicado do que os que faziam a admiração maníaca do século barroco (algo que prenuncia o nosso atual assombro com os computadores). Acreditavam ser possível deduzir os "movimentos" da mente pela aplicação do tipo de leis que determinam o funcionamento de uma simples máquina, pois a psique de fato, na medida em que *pensa* num processo puramente lógico e analítico, compartilha da mesma causalidade estrita e da mesma irreversível necessidade imposta a um aparelho feito de rodas, roldanas, correntes, eixos, alavancas e manivelas. Seria essa a crença de Hobbes, por exemplo. Os Românticos, ao contrário, identificavam a alma a uma planta ou a uma flor pois, impressionados com os crescimentos espontâneos e irregulares da Mãe Natureza, tendiam poeticamente a abraçar um ponto de vista vitalístico, orgânico e estético. Contemplando a alma como um ser amado, não tentavam disciplinar-lhe os arroubos ou comandar-lhe a expressão. Divorciavam-se de ambos. Afastavam-se do Centro Divino em que se sustenta a ordem da alma. E como no *Fausto* de Goethe,

> Cedo, receio,
> Romper-se-á a união.*

Pascal, ao prevenir que *"le coeur a ses raisons que la raison ne connait poini"* parece ter sido um dos primeiros a diagnosticar seriamente essa discórdia íntima quando apontou, com olhos críticos, para os riscos ocultos detrás da exagerada ênfase na Geometria cartesiana: *Descartes inutil et incertain...* Não deixa de ser significativo que o Catolicismo francês, conhecedor ainda de santos admiráveis como Francisco de Salles e Vicente de Paula no ardente renascimento do misticismo e da caridade ocorrido durante o reinado de Luís XIII, sofreu com sua intelectualização cada vez mais pronunciada na época de Luís XIV. Pascal compreendeu muito bem que "aqueles que estão acostumados a raciocinar de acordo com princípios, nada entendem das coisas dos sentimentos". Prevenia também contra dois exageros: *"exclure la raison, n'admettre que la raison".* Sem dúvida, parte da angústia existencial do filósofo, ao contemplar os "abismos" com que se defronta a alma humana, decorre de uma intensa convicção quanto ao âmbito limitado da Razão, caniço

---

* ***Bald Löst, ich fürcht/Sich der Verein.*** (parte II, ato III)

balouçado pelo vento quando não profundamente enraizada na experiência transcendente da Fé.

Citado por Pascal, ensinava Sto. Agostinho existirem, escondidos em cada homem, uma serpente, uma Eva e um Adão. A serpente representa nossos sentidos e nossa natureza, que nos induzem em tentação; a Eva é o Eros, o apetite concupiscível e o fervor emocional; Adão personaliza a Razão — a primeira frequentemente desejando, mas somente o segundo, por força de seu consentimento, deixando que o pecado seja consumado.

Malebranche costumava distinguir entre "o conhecimento pela ideia clara e o conhecimento pelo sentimento interior", esperando com otimismo descobrir uma solução moral nesse difícil antagonismo entre o lógico e o erótico. Mas quando Madame de Staël, falando como uma mulher de imensa inteligência e ardor, aspirava encontrar no pensamento um "asilo contra os tormentos do coração", estava evidentemente se defrontrando com um mal-entendido que intensificava a tensão dos opostos, acarretando esse mal-estar, essa nostalgia, essa profunda saudade da harmonia perdida que iriam caracterizar a revolução romântica. Laclos, melhor informado nesse terreno, ao descrever com sombrio e cínico talento as implicações de tais *liaisons dangereuses*, escrevia que "a maioria dos homens preferiria até renunciar a seus prazeres, se lhes custasse a fadiga de uma reflexão"... Na verdade, num meio social estruturado sobre uma função afetiva bem diferenciada, a Razão autônoma se iria facilmente transformar num incubo ideológico pernicioso, capaz de possuir a ânima coletiva e de conduzi-la, graças a seus meios sub-reptícios, a perigosas aventuras políticas.

Nos cem anos que medeiam a crise da Idade da Razão e a obra de Nietzsche, bem como nos cem anos que vão do Super-humanismo nietzscheano à época contemporânea, assistimos à rápida desagregação da ordem moral, desagregação descrita como uma "transmutação dos valores". O fenômeno francês da segunda metade do século XVIII anuncia o que aconteceu na Europa e acontece hoje em todo o Ocidente. Restif de la Bretonne glorifica a perversão. O marquês de Sade a persegue metódica e deliberadamente. Acredita ser a única maneira razoável de viver. A fúria grotesca do Terror em 1793 coroa um desencadeamento de paixões que não mais possuem um Logos para controlá-las; e de uma razão que se põe a serviço das paixões. Dizia Hume, em trecho pouco conhecido: "a razão é e deve ser somente a escrava das paixões, e nunca pode pretender qualquer outro ofício senão servi-las e obedecê-las". A filosofia idealista alemã, como manifestação gloriosa do movimento romântico, passaria a exaltar o Homem Natural. Seria uma criatura de instintos, a "besta loura", membro irracional de uma tribo guerreira — rejeitando a

Razão e o bom senso de uma vez por todas. É esse homem tribal instintivo que ergueria a cabeça para flagelar a Europa em agosto de 1914 e em setembro de 1939 — orgulhando-se de seus instintos, mesmo quando se proclamando instrumento de uma nova e mais alta forma de *Kultur*.

A Revolução romântica pode ser definida pela proposta de Rousseau de "aperfeiçoar a Razão graças ao Sentimento". Entretanto, acreditava Jean-Jacques que "um homem pensante é um animal depravado"! Por isso louvava a "moralidade do sentimento" no homem comum, ao mesmo tempo em que levantava contra o *cogito* cartesiano o princípio do impulso autônomo do amor que justifica qualquer ação. "Existir para nós é sentir", tal o seu desafio a Descartes. Ao propor uma tese a tal ponto radical — que escandalizou e alarmou os grandes pró-homens da Idade da Razão — Rousseau desencadeou a força feroz do movimento romântico cujos contra-choques chegaram até nossos dias e cujo herói se personifica num *puer aeternus,* um eterno adolescente, esforçando-se inconscientemente para voltar ao seio mortal do grande arquétipo materno.

Sem dúvida, em seu matrimônio feliz com a tradição clássica tal como se exprime no magnífico exemplo de Goethe, o Romantismo ainda podia produzir um jovem de surpreendente beleza, alegria e coragem, o rebento imaginário da Grécia e do espírito da Idade Moderna — filho de Fausto e de Helena. Contudo, mesmo do Euphorion do II Fausto, ouvimos dizer

> O! Nascido para a felicidade terrena,
> De alta linhagem, de esplêndido vigor,
> Porém, por desgraça, perdido por ti mesmo,
> Eis que, da juventude, és levado na flor.*

Era, com efeito, um espírito sublime, mas desordenado. Destinado a grandes conquistas e a uma glória brilhante, a descobertas e invenções magníficas nos reinos deste mundo — mas também a uma catastrófica *débâcle* nos domínios da alma! Os filósofos, os poetas, os homens de letras prosseguiriam com suas intermináveis e cada vez mais sofisticadas especulações, tecendo esteticamente e de mil maneiras diversas os complicados, hiperintelectualizados meandros das intrigas da paixão nos limites da Razão. Recusavam-se, entretanto, obstinadamente, a transcender o âmbito estreito que haviam estabelecido para sua própria consciência orgulhosa e satisfeita. No campo político, mais que em qualquer outro, os efeitos da dissociação entre sentimento e razão se tornaram

---

* *Ach! zum Erdenglück geboren,/Höher Ahnen, grosser Kraft/Leiden früh dir selbst verloren,/Jugendblüte weggerafft!*

imediatamente sensíveis. É na controvérsia entre os Racionalistas — com tendência para o chamado "Despotismo Esclarecido" — e os Românticos, com pendor para a libertinagem terrorística, que foi preparado o terreno para o Modernismo totalitário. Nela encontramos a fonte original do curso lamentável de acontecimentos que conduziram aos desastres do século XX.

O pensamento político de Platão e de seus discípulos, o dos Estoicos romanos, dos Santos Padres cristãos, de Sto. Agostinho e dos Escolásticos preocupou-se com princípios abstratos tais como a Lei, a ideia de Justiça, o ideal de Liberdade, o conceito de autoridade e o dualismo de lealdades. O que, em última análise, se reduz à procura de uma definição exata das relações mais perfeitas entre as duas cidades: a Cidade de Deus em nós; e a cidade exterior, a cidade concreta no mundo social objetivo. Desde a Renascença, porém, o aspecto psicologicamente subjetivo da política — a *politeia* da Cidade da Alma — é progressivamente posto de lado e toda a atenção se focaliza sobre os aspectos objetivos. A concepção do Estado Legal era necessária para garantir a segurança e a ordem da Cidade, e por conseguinte uma soma suficiente de poder deveria ser concedida à personificação da autoridade máxima, o rei, líder ou imperador, de modo que sua ação para o Bem-Comum se tornasse tão eficiente quanto possível. Mas a Lei também deveria assegurar a Liberdade e o Bem-Estar dos cidadãos. O problema em discussão consistiria em encontrar um equilíbrio ideal entre duas tendências opostas: o Eros dos afetos e das paixões entre indivíduos que desejam agir livremente; e a força disciplinadora do Logos que contempla uma ordem racional, imposta pelo Estado e protetora da segurança de todos. Além disso, grandes debates foram ouvidos em torno da questão de se saber se o Logos imanente, como a Razão da ordem legal positiva (e a Razão de Estado), se deveria encarnar em uma única pessoa — rei, imperador ou sumo pontífice — ou se deveria, eventualmente, ser "descentralizada" e abstraída num regime democrático de "poliarquia", entre todas as classes de cidadãos, tomados individualmente.

O problema da representação no Estado Legal e a escolha do "melhor sistema de governo" constituíram a substância dos arrazoados que atroaram durante os grandes séculos da cultura europeia e ainda hoje não terminaram, tecendo o manto elaborado de nossa vivência política. No decorrer de tal debate, porém, tornou-se cada vez mais claro que, quanto mais a filosofia, em sua análise dos fundamentos da vida política, dirigia a sua atenção para a periferia objetiva da Cidade, tanto mais assim forçava a dissociação entre "esquerda" e "direita" dos componentes, erótico e lógico, de sua estrutura arquetípica. Esses componentes, precisamente como resultado da dissociação, principiaram a concentrar

energias como se fossem complexos autônomos, adquirindo com isso um poder diabólico sobre o Inconsciente coletivo dos povos do Ocidente e daqueles que, mais de perto, estavam em contato com o espírito do Ocidente.

* * *

O Romantismo, em sua primeira expressão, alimentou-se das frustrações da epopeia revolucionária e napoleônica, perdurando como elemento dinâmico até as revoluções de 1848. Os filósofos idealistas alemães estabeleceram uma estranha aliança com a maquinaria do tiranossauro militarista que crescia na Prússia. Mas era, sobretudo, na literatura, na poesia e no "romance" que os tuberculosos apaixonados do luar melancólico, dos lagos tranquilos, das flores e dos campos perfumados, cantando a *Weltschmerz,* procurariam extraverter seus sentimentos transbordantes — até fenecer sob o impacto da reação do puritanismo vitoriano e da arregimentação no estado industrial, triunfante na segunda metade do século.

Política e socialmente, o sonho construtivista-utópico se manifestaria na obra de homens como Fourier, Owen, Saint-Simon e Proudhon — o socialismo em seus primórdios. Marx revela a cisão do romantismo e do racionalismo materialista em seu próprio pensamento. Eis o motivo por que se descobre, hoje, o "jovem Marx" de antes do Manifesto Comunista de 1848, o Marx do profetismo revolucionário, libertário, emocional, ardente, indignado com as injustiças sociais — em contraposição ao Marx "científico", autor frio, pesado e carrancudamente debruçado sobre *Das Kapital.*

Na superfície da história pragmática, a profunda intranquilidade dos espíritos, na medida em que está relacionada com os fenômenos de desintegração da alma sob o impacto antitético do Racionalismo e do Romantismo, manifesta-se pelo culto do grupo divinizado no Estado nacional. A "rebelião das massas" de que nos fala Ortega evoca um novo evangelho legitimador. É a religião do "Deus Mortal", desse monstro a que Hobbes dera o nome de Leviatã e cuja energia decisória foi definida por Rousseau como a "Vontade Geral" do grupo. Sua ideologia, no que tem de mais "moderno", é o Nacional-Socialismo revolucionário. A dialética da esquerda e direita; os debates infindáveis entre conservadores, liberais e socialistas; o duelo mortal que ensanguentou o segundo quarto do nosso século entre fascistas e comunistas, procurando, cada um a seu modo, desmanchar os nós cegos amarrados por Hobbes, Rousseau, Hegel e Marx; a incapacidade de conciliar as exigências opostas da liberdade, da justiça e da segurança; o movimento pendular entre

executivos autoritários e demagogias anarquizantes, com verbosidade parlamentar desordenada; ou ainda, a crescente falta de compreensão das novas realidades gigantescas de poder que tomam forma no mundo moderno — tais os indícios político-psicológicos da neurose coletiva. Todos os "ismos" que a fértil imaginação do incubo ideológico produz, numa pletora de doutrinas, de programas e de panaceias supostamente salvadoras, oferecidas pelos charlatães da política, constituem os dogmas em nome dos quais o monstro continua a exigir sacrifícios humanos em hecatombes, como os antigos ídolos do paganismo.

Entretanto, a consciência moderna está a exigir uma compreensão mais profunda da universalidade e transcendência do destino do homem neste planeta. Um novo patamar espiritual. Nesse sentido, a paz só será atingida pela superação do mito da Razão onipotente e do mito antitético do herói romântico revolucionário — os quais, filosoficamente, alimentaram o culto idolátrico do grupo (nação, raça, classe ou partido), organizado num Estado e para o Estado: *Ein Volk, ein Reich, ein Führer.* Essa é a tarefa que incumbe às elites dos países chamados subdesenvolvidos, a tarefa que incumbe às elites brasileiras. Na medida precisamente em que nossa ignorância, espírito folclórico e primitivismo mental nos tornam vítimas fáceis do incubo ideológico, herdado do pensamento europeu, incumbe-nos, num novo liberalismo responsável, sobrepujar, pela educação, a cultura moral e o conhecimento de nós mesmos, esse legado nefando.

No desenho estupendo de avenidas que se irradiam a partir de um monumento central, do *rond-point* de l'Étoile em Paris — talvez a aplicação mais famosa e mais bem realizada do plano estelar na Cidade-Ideal, criada pelo urbanismo do Renascimento — podemos admirar a concepção da Glória, tão amada por Luís XIV e tão abusada por Napoleão. A figuração plástica, em tamanho e beleza, não parece ter paralelo em todo o mundo. É, pois, natural que o herdeiro de Luís XIV e Napoleão, de Gaulle, tenha tido seu nome honrado na famosa praça.

É verdade que o Arco de Triunfo napoleônico não é um quarto de dormir, nem qualquer metáfora da mesma natureza. O Arco é um símbolo feminino e celebra a glória coletiva, através da imagem abstrata da Terra-Mãe, a Pátria ou a República. As glórias militares do *puer-aeternus* romântico, gravadas na pedra, consagram a Mãe ideal desse Euphorion, concebido com tanto amor e tantas esperanças primaveris. Que o centro espacial dessa estupenda Mandala parisiense seja, presentemente, ocupada pelo túmulo do Soldado Desconhecido, eis o que permanece como um pungente e significativo epitáfio para essa tragédia da alma ocidental.

5
ROUSSEAU E O MAL ROMÂNTICO

Interpretações várias têm sido oferecidas do mal que consome o mundo ocidental. Para alguns é o Individualismo, para outros o Materialismo, ou ainda o Liberalismo, o Modernismo, o Gnosticismo ou o Agnosticismo, o Utopianismo, o Nominalismo, o Secularismo, o Coletivismo ou qualquer outro *ismo* ideológico. Anthony Burgess descobriu o Pelagianismo liberal. Há soluções ao enigma para todos os gostos, caprichos e preferências. No momento, quero explorar apenas uma: o mal romântico. Minha alusão não é, evidentemente, ao romantismo como estilo literário, é ao romantismo como fenômeno cultural, social e sobretudo político. O romantismo no contexto da reação contra o racionalismo. É também ao romantismo como fenômeno religioso e aí se torna pertinente a lembrança de Pelagius, eis que o teólogo britânico do século quarto teria sido o primeiro pensador romântico do Ocidente. Não desejo, porém, retroagir até as origens medievais do romantismo, tão interessantemente desenvolvidas por Denis de Rougemont com sua tese sobre os Trovadores da Provença e da Bretanha.

O mal romântico a que me refiro se declara, na sua vertente moderna, em fins do século XVIII e com a obra de Jean-Jacques Rousseau. Explode na literatura poética e novelesca da primeira metade do século XIX e adquire perversidade no edifício monumental da filosofia idealista alemã, coroada por Hegel. A metástase mortal começa a se manifestar ao encerrar-se esse mesmo século XIX e princípios do atual, com os sintomas crescentes da Ideologia — o Nacionalismo, o Socialismo, o Racismo, o Populismo democrático, o Fascismo e o Comunismo. As grandes datas políticas do mal romântico são 1789, o terror de 1793, as Três Gloriosas Jornadas de baderna em 1830, a rebordosa de 1848, a Comuna de 1871, um milhão de mortos em agosto de 1914, novembro de 1917 com "dez dias que abalaram o mundo", a década horrenda de 1930 e o "teatro do absurdo" no ano louco de 1968. Se colocarmos o Freudismo como essência refinada do mal romântico no âmbito do instinto sexual e considerarmos que hoje ele domina o Ocidente, teremos uma visão modesta da extensão dessa psicopatologia coletiva, do *malaise* que afeta nossa cultura.

O que é o Romantismo? Difícil explicá-lo, e as definições mais desencontradas

têm sido propostas. Trata-se certamente de um dos movimentos históricos mais polêmicos que se conhece. Alguns traços característicos, porém, podem ser esboçados. O mal romântico constitui uma perversão secularizada do evangelho joanino, o evangelho do amor na falsa hermenêutica de Pelagius. É um fenômeno de adolescência cultural — talvez a adolescência do mundo moderno pós-industrial, pois quase todo garoto na puberdade apresenta sinais indiscutíveis de desarvoramento romântico. É uma exacerbação da afetividade e do meramente emocional, o culto da sensibilidade cordial em prejuízo da racionalidade lógica e fria que nos conduz à apreciação empírica do real. A doença infantil da industrialização. Um protesto contra as restrições e a rigidez artificial da Persona gigantesca que se formara no Século das Luzes. Um desejo de expressão sem limites, sem fronteiras, inclusive as do bom senso, sem qualquer autocrítica, sem senso do ridículo, sem equilíbrio. Uma explosão daquilo que Nietzsche denominaria o espírito de Dionísio, em contrapeso ao hierático formalismo apolíneo do classicismo.

"O Romantismo se impôs ao opor-se a tudo que lhe havia antecedido", escreveu Taine. Mas talvez nisso não esteja com inteira razão pois os românticos frequentemente idealizaram o passado, a Antiguidade, por exemplo, e sobretudo a Idade Média, gerando um revivalismo gótico precisamente para desafiar os classicistas do Racionalismo (é certo que, em arquitetura, o Romantismo contribui para um *pot-pourri* de neogótico, bizantino, sarraceno e outras fantasias gênero "exposição internacional"). Nos meios românticos mais radicais, o movimento implicou a liberdade de retorno à natureza, de tal modo que alguns tupiniquins chegaram a propor a Utopia Selvagem.

Na pintura, o Romantismo ia claramente rebelar-se contra a arte acadêmica que Claude Lorrain, Poussin e David haviam imposto à francesa. A pintura romântica atrasou-se e só triunfou na verdade a partir de 1830, evoluindo no final do século para o Impressionismo e o Expressionismo. Os grandes nomes são então Turner, Constable, sobretudo Delacroix. Aparecem também os primeiros Surrealistas como o suíço Füssli e William Blake, que também foi um poeta e místico profético que escapa dos aspectos mais banais do Romantismo. Goya foi outro gênio torturado pelo conflito entre a Razão e as paixões desencadeadas do Romantismo, exprimindo em sua obra alguns dos traços mórbidos da psicopatologia que começava a alcançar a Europa. Edvard Munch.

O romantismo também gerou inúmeras *égéries, femmes fatales* e inspiradoras geniais de gênios infelizes que, quase todos, como autênticos *pueri aeterni,* faleceram cedo, de tuberculose. Os dois maiores exemplos foram Mme. de Staël e George Sand, de nome verdadeiro Amandine Dupin. George Sand talvez tenha definido uma das exigências típicas

do Romantismo quando escreveu: *"Le vrai est trop simple, il fauty arriver toujours par le complique"* (em carta a Armand Barbes). O complicado incluía a canibalização literária de seus amantes, cuja paixão era posteriormente por ela utilizada como tema de romance.

A lista dos grandes poetas românticos é infindável. Schiller e Goethe na Alemanha, embora Goethe tenha ultrapassado o fervor inicial do *Sturm und Drang* para as alturas olímpicas de sua maturidade no II Fausto, Lamartine, Victor Hugo, Alfred de Musset, Alfred de Vigny, Chateaubriand, em França, uma plêiade que não desdenhava de se comprometer com a política. Produziu também dois formidáveis romancistas, Balzac e Stendhal. Na Inglaterra, temos Byron, Shelley, Coleridge, Keats, Wordsworth, nomes que mobilizam as letras inglesas, mas talvez sendo esse o motivo pelo qual a Grã-Bretanha, na época de sua maior expansão, foi quase preservada das incursões do Romantismo na política: os românticos permaneceram cuidadosamente confinados no recinto das letras e das artes. Alguns foram combater na Grécia: Byron, uma espécie de Che Guevara... No resto do mundo latino, os grandes poetas também invadiram a política, como foi o caso de Leopardi na Itália. Não nos esqueçamos de que vários de nossos Inconfidentes foram poetas e que o maior esforço da literatura brasileira, em meados do século XIX, se localizou no terreno da poesia heroica e lírica. Sobre a influência do Romantismo na política brasileira, nos referiremos mais adiante. É tema e argumento fundamentais.

Na música triunfa o romantismo com Berlioz, Rossini, Verdi, Chopin, Liszt, Schumann, Schubert, Mendelsohn, Brahms, quantos outros, e o maior de todos, Beethoven — para terminar, já na transição para a música dita "moderna", no apogeu da sonoridade dramática polifônica da ópera de Wagner. Talvez a música se preste melhor que outras artes para a expressão das emoções, o que explicaria haja alcançada tais culminâncias num século que, por outro lado, foi freqüentemente feio e vulgar, e pobre em inspiração artística.

O Mal Romântico implica o culto do amor, do sangue e da morte. É um *pathos*. Mas de origem principalmente germânica e latina, invadindo mesmo as áreas anglo-saxônicas mais pragmáticas. O exagero emocional, um certo histerismo retórico que às vezes descamba para a psicose cíclica ou maníaco-depressiva comporta também o mito da Revolução e do terror. A obsessão antinômica. Vejam o que perorava Sukarno, o líder da *merdeka,* ou seja, da independência da Indonésia — um oriental que recebeu os ecos longínquos da mente ocidental: "Sou fascinado pela Revolução. Estou completamente absorvido pela ideia. Estou enlouquecido, obcecado pelo seu romantismo ... A Revolução surge, relampeja, troveja em quase todos os cantos da terra ... Venham, irmãos, venham soprar sobre as chamas do incêndio ... Sejamos lenha para alimentar a fogueira da

revolução..." O desejo de revolta registra-se desde o início do movimento romântico — e de novo aí podemos notar com admiração como nossos Inconfidentes da Vila Rica de Ouro Preto tenham tão cedo percebido essa conexão entre a rebelião contra a autoridade monárquica da Metrópole e o seu próprio lírico desarvoramento emocional. Shelley, um "anjo belo e ineficaz" *(beautiful and ineffectual),* como o descreveu Matthew Arnold, ia no entanto proclamar com extraordinária energia a revolta de Prometeu contra a ordem lógica dos deuses da Razão clássica. O espírito de contestação e revolta viria a configurar uma das características permanentes na inspiração dos grandes poetas românticos que tamanho papel desempenhariam na primeira metade do século XIX. Mas isso de modo algum implica a crença de que o Romantismo não se tenha também podido transformar, sobretudo no pensamento filosófico, em fonte de tendências profundamente reacionárias.

O culto da morte é uma das características mais notáveis do Romantismo. *My name is death,* cantaria Southey: *the last best friend am I.* Esse culto, na tradição da filosofia idealista alemã, conduz também a uma hiperdulia da violência e a uma concepção trágica da vida, nos quais podemos descobrir os pródromos da cosmovisão terrorística que eclodiu em nosso século. O romântico percebe que a morte é a suprema violência que sofre o indivíduo. É a violência que suprime a própria existência e que nos anula a consciência pela negação de nosso próprio Ser. Georges Cottier aponta para a influência que essa ideia de violência e de morte exerceu sobre Hegel, cuja filosofia vitalista passa então a afirmar a morte como uma condição dialética da vida, o foco fecundo de renovação da natureza. Os processos de nutrição, particularmente no espetáculo impressionante da vida dos animais carnívoros, comportam o sacrifício dos vivos em benefício da sobrevivência de outros seres. A natureza demonstra, efetivamente, que sua renovação eterna se desenvolve pelos encontros duplamente agressivos e amorosos, de amor e devoração, entre os seres vivos. A violência passa assim a ser considerada um elemento essencial da existência, no mesmo sentido que o amor, e a consciência dessa realidade conduz ao existencialismo trágido de Unamuno. O que os antigos e os escolásticos chamavam o *humor irascibile* ou colérico do homem, a concupiscência de domínio são condições da defesa da própria vida. O culto da violência e do heroísmo vital, na luta constante que é a vida, acabará tomando um cunho niilista na filosofia frenética de Nietzsche.

Harold Nicolson (num artigo na revista *Horizon,* maio de 1961, vol. III, nº 5) descreve o movimento romântico como um desejo de expressão mais livre e mais individual, em ziguezagueante e explosivo protesto contra os velhos padrões de simetria geométrica e "correção". Diríamos então que é um protesto contra Bacon que, por

intermédio da ciência, começa a se apossar da inteligência humana. De um certo modo, pensa Nicolson, corresponderia a um progresso do senso estético para além dos cânones em vigor desde a época helenística. Nicolson lembra os conselhos clássicos de Estilo. Podemos aqui recordar Voltaire e citar Boileau. Em *L'Art Poétique,* Boileau havia aconselhado a seguir fielmente as regras draconianas do estilo. O conselho dos racionalistas não era no sentido da liberdade e da expressão emocional irrestrita, mas no sentido da disciplina, da censura e do equilíbrio. Boileau pontificava:

Faltes choix d'un censeur solide et salutaire,
Que la raison conduise et le savoir éclaire.

O Romantismo, ao contrário, acarreta o rompimento dos controles e censuras da Razão, o levante contra o que seria o "recalque" dos psicanalistas. O romântico revolucionário não descobre o Mal em si mesmo, mas o projeta sobre os outros. Aceita suas paixões como divinas e se recusa a arcar com a pesada carga da introversão ética. Ele quer "derrubar as estruturas" e a tradição, porque são as estruturas da Lei e do Superego patriarcal. Freud descobriu muito bem o Complexo de Édipo como fórmula original do romantismo mas, na realidade, foi Jung quem apontou para o Complexo materno não resolvido, tendente inconscientemente para o incesto com a Mãe. A mãe devoradora e castradora. O romântico é um *puer aeternus,* um eterno adolescente, e na educação permissiva inspirada por Dewey, Dr. Spock e a psicanálise encontramos o resultado mais refinado e triunfante desse psicologismo mórbido cujos sintomas poderiam ser congregados na expressão "síndrome do romantismo".

Nunca tanto se falou em *Le Sentiment* quanto durante a Idade da Razão. As grandes damas, os aristocratas, os reis, os pensadores orgulhavam-se da intensidade de suas paixões, da finura de sua sensibilidade, da beleza de suas virtudes, das agruras de seus amores. Os impulsos que o Cristianismo austero havia tentado conter pelo medo do castigo eterno, expandiam-se agora livremente sob o pretexto de que o homem era "bom". A frieza de uma consciência controlada solidificou-se apenas, como norma de comportamento, entre os puritanos dos países calvinistas e os pietistas dos países luteranos enquanto, nas elites francesas e alemãs, o Romantismo em seus primórdios se apresentou como uma maravilhosa libertação — que se traduziu em torrentes de lágrimas no evangelho de Rousseau.

Na literatura, como notou Denis de Rougemont, o tema central do romantismo é o triângulo amoroso, com o paradigma original de Tristão e Isolda. Ou da rainha Guinevère e Lancellot du Lac do ciclo arturiano. O tema arquetípico do adultério, o triângulo, se repete indefinidamente, em torno da luta entre a paixão e a ordem racional da família. É sempre a Libido em revolta contra o intelecto frio.

A razão, entretanto, é um dos bens mais preciosos de que dispõe a humanidade — e só peca pela arrogância. Os pensadores românticos na linha de Rousseau, Fichte, Hegel, Comte, Marx, submeteram a razão a seus propósitos passionais e criaram a ideologia. A ideologia é uma falsa construção teórica, aparentemente racional mas carregada de energia emocional incoerente e fanática. O romantismo seria então a reação desarvorada contra *"los suenos de la razón producen monstruos",* do famoso desenho de Goya.

A forma política mais comum do romantismo político é o chamado Culto da Personalidade do herói salvador e messiânico. Luís Carlos Prestes em certa época foi o Cavaleiro da Esperança: a lenda arturiana e sebastianista permanentemente renasce em nossa terra. Conheci um intelectual brasileiro que sucessivamente admirou Hitler, Gandhi, Nasser, Fidel Castro, Che, Mao. Estaria hoje aplaudindo o comandante Ortega ou o coronel Gadafi. Enfim, a escolha de Ortega denunciaria uma certa decadência dos modelos heroicos, desde as décadas triunfantes de Hitler, Mussolini e Stalin.

A atitude dos românticos em relação à figura emergente do herói militar, do líder carismático, do chefe de guerra é caracteristica-mente ambivalente: machista e feminina. Vejam o caso de Bonaparte. A epopéia napoleônica inicialmente fascinou todos os poetas românticos, como assinala Harold Nicolson. Goethe e Beethoven, Chateau-briand e Victor Hugo, Stendhal e Manzoni, Byron e Scott, até mesmo Goya se entusiasmaram pela figura gigantesca do Corso que ia dominar a França e tentar ordenar a Europa. A arte francesa de princípios do século XIX — *Style Empire* — quase que invariavelmente celebra a grandeza do herói. O próprio Napoleão, aliás, correspondeu ao fascínio quando na adolescência se deixou seduzir por Rousseau. Hegel, por sua vez, veria no general vitorioso em Iena o próprio *Weltgeist,* o Espírito do Mundo montado em seu cavalo branco. A personificação do Leviatã em seu despotismo, em seu cinismo, em sua ambição sanguinária, sua absoluta falta de compaixão pelos sofrimentos que causava, e em seu intelectualismo opressivo, acabou horrorizando aqueles que o haviam aplaudido. Beethoven rasgou a dedicatória da 3ª Sinfonia, a *Eroica,* e Goya pintou o "Massacre de 3 de maio", início de uma série sombria sobre os horrores da invasão napoleônica na península. Mas a legenda e a epopeia perdurariam por mais de cem anos, acometendo todos os líderes que surgiam na América

Latina e estendendo-se posteriormente ao chamado Terceiro Mundo. Bolívar, Santa Anna, Pedro I imitaram Napoleão. A forma derradeira que tomou o Bonapartismo foi o Fascismo do período entre as duas guerras: Napoleão é um proto-fascista como Mussolini e Hitler são fracos imitadores do grande Corso.

Característico do romantismo é a opção preferencial pelos pobres, pelos boêmios, os fracassados, os falidos, os vagabundos. A atual exaltação do criminoso, do assaltante, do assassino e terrorista é outro aspecto do mito romântico que Rousseau inaugurou. O romantismo exulta no exagero da retórica violenta, no desproporcional, assimétrico e desequilibrado, no dramalhão, no *grand guignol,* na obscenidade sangrenta e no Apocalipse. O suicídio e o homicídio com rebuscadas lucubrações cerebrinas. A arte romântica é essencialmente wagneriana, razão pela qual foi Nietzsche ao mesmo tempo o maior dos filósofos românticos e o mais perspicaz e terrível de todos os críticos do romantismo. É por isso que estamos no século de Nietzsche — a figura simbólica e compensatória precisamente do triunfo da ciência ateia e da tecnologia implacável.

Entretanto, o mito romântico da Revolução ia terminar na segunda metade do século XIX, em meio à poluição, à fuligem, à feiúra e ao *smog* de outra grande revolução: a industrial. A rainha Victoria na Inglaterra, Napoleão III em França, Bismarck na Alemanha, Pedro II no Brasil são representativos da consolidação da ordem burguesa-industrial, que ainda é uma ordem monárquica, a qual promoveria um neopuritanismo e conservadorismo farisaicos. Essa situação de aparente estabilidade perduraria por quase 70 anos — até ser desfeita em agosto de 1914. Isso de modo algum implica a tese de que os elementos passionais e rebeldes do Romantismo se tenham evaporado como por encanto: o mal tomou novas formas. Ocorreu como que uma metástase. O período entre as duas guerras, 1918-1939, pode ser descrito como o produto de uma manifestação mais complexa, hedionda e ideologizada do Mal romântico. Do mesmo modo, a década de 1963 a 1973 em nossa própria época. No meu entender, o Ano dos Hippies em 1968 configura a mais recente expressão do Romantismo, mas talvez o sinal de que tenha entrado em agonia final.

* * *

Hobbes havia partido do postulado de uma natureza perversa, estabelecendo o desejo de poder, associado ao medo da morte, como o princípio dinâmico de uma psicologia política introvertida. Seu argumento era estritamente racional. Era lógico e geométrico — tão sólido, desgracioso e terrível quanto um *bunker* de concreto. Rousseau

admitiu, inicialmente, a bondade básica da natureza humana. Seguia, nesse ponto, o otimismo de *lord* Shaftesbury para quem a natureza humana é a melhor possível num mundo o mais harmonioso possível (o melhor dos mundos possíveis de Leibniz). Ao aceitar, entretanto, a bondade da natureza humana, Rousseau era pessimista no que diz respeito à civilização. Em vez de um complexo de inferioridade adleriano, escravizado ao Logos do monarca absoluto, Rousseau pretendeu construir sua sociedade ideal nos alicerces movediços de um Eros extravertido. É relevante, no contexto de nosso argumento, observar essas diferenças entre os pensadores racionalistas e os Românticos. O Inconsciente dos Românticos, até Freud, se associa a uma imagem feminina de bondade instintiva que conduz, pela lógica inerente e paradoxal do incesto edipiano, ao assassínio da instância paterna, arquetípica, de Autoridade e Lei, *o Nomos,* símbolo da Repressão. A aceitação da premissa do Contrato Social é o ponto de partida — que vamos reencontrar na "sociologia" freudiana. Todo o problema de Rousseau consiste em procurar meios de conciliar a Liberdade, definida como o jogo aberto e sem constrangimento dos sentimentos naturais, com a existência de uma sociedade civilizada a qual é considerada, essa sim, *summum malum. L'enfer c'est les autres...*

Enquanto estava Hobbes preocupado com a submissão dos "maus" instintos do lobo no homem, Rousseau atendia ao ímpeto de preservar a pretensa inocência, pureza e liberdade emocional do bicho natural — aquele que era chamado *le Bon Sauvage.* O mito do Bom Selvagem aparece na Europa com o Renascimento. Reação contra a ênfase medieval do *homo spiritualis,* foi fantasmagoricamente constelado depois da descoberta de primitivos negros africanos e índios americanos, na esteira das Grandes Navegações ibéricas.* No mito do Bom Selvagem, a história da criação do Homem segundo o Gênese foi transmudada, para fins de repaganização, sugerindo uma escapatória pelagiana para longe das consequências do Pecado Original. A sofisticação da Europa barroca e o artificialismo de sua Máscara, no século do Iluminismo versalhesco, parecia exigir essa idealização compensatória graças à qual o "nobre selvagem", simples e nu, destituído de malícia e de cobiça, foi imaginativamente transplantado de suas florestas primevas do Novo Mundo, para servir de modelo exemplar contra o luxo e a corrupção das grandes cortes principescas. Tratava-se de, se possível, corrigir e desmascarar a *Persona* excessivamente pretensiosa do aristocrata do século de Luís XIV, com sua cabeleira postiça e seus punhos de renda. Montaigne, como se sabe, muito contribuiu para a vulgarização da imagem

---

* Já tive ocasião, no livro ***Em berço esplêndido,*** de discutir a influência do mito sobre a Visão do Paraíso Tropical que fascinou os descobridores portugueses, ao desembarcarem em nossas praias, e que continua a determinar o comportamento do Brasil litorâneo, hedonista e preguiçoso.

fabulosa do paraíso tropical. Há um trecho célebre em seus *Ensaios* em que procura reabilitar os canibais e provar que os animais são mais humanos que os homens. Sobre os índios escreve ele: "... *leur âme, déchargée de toute passion et pensée et occupation tendue ou deplaisante, comme gens qui passent leur vie en une admirable simplicité et ignorance, sans lettres, sans loi, sans roi, sans religion quelconque."* As viagens de Swift, na pessoa de Gulliver, ilustram a extensão da crítica das condições reinantes num mundo já alcançado pelo espírito voltairiano, sendo que as figuras de animais foram frequentemente utilizadas com esse propósito, como o fizeram La Fontaine e o próprio Swift. Na falta de animais de quatro patas, serviam os índios para o efeito procurado. Processava-se uma projeção sentimental para a utopia retrógrada da Idade de Ouro: não um Paraíso Perdido miltoniano como o dos Puritanos calvinistas, mas uma fantasia nostálgica e erótica de reabsorção no colo amante e terno da Magna Mater telúrica. As *Isles flottantes* de Morelly oferecem um exemplo da utopia nesse espírito de nudismo tropical e liberdade sexual que dominou a época (e domina a nossa...). Rousseau teve a capacidade de formalizar o mito em teoria. E a teoria tornou-se uma tremenda *ideia-força*. Sem duvida, estava reagindo contra o extremo racionalismo de sua época e servindo de veículo intelectual para uma descarga emocional de conteúdos psíquicos coletivos longamente reprimidos pela austera educação da Reforma e da Contra-Reforma. *"Exister pour nous, c'est sentir"* — eis seu desafio mortal ao *cogito, ergo sum* cartesiano e ao "Método para bem conduzir o pensamento"... O homem que pensa seria para ele um animal depravado.

Como ponto de partida para suas cogitações frenéticas, Rousseau argumentou que, por motivos econômicos, os homens não necessitavam uns dos outros no estado de natureza: cada um podia satisfazer os seus desejos por si próprio. Não existem desigualdades naturais, nem obstáculos à absoluta liberdade. Também, contrariamente a Hobbes, a paz seria o estado originário do homem, a guerra só aparecendo após se haver tornado um cidadão, um burguês, um habitante civilizado de uma cidade. Em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, procura Rousseau sustentar esses preconceitos, argumentando no sentido de que a anatomia comparada indica ter sido nossa espécie, originariamente, um bípede frutívoro. Ora, a antropologia moderna inclina-se fortemente para a tese de que o Pitecântropo foi, não frutívoro, mas carnívoro. Essa discrepância é interessante como demonstração de diferenças de pontos de vista, mesmo em ciências que se pretendem objetivas, imparciais e desprovidas de critérios de valor. Cabe notar, nesse particular, que o inimigo de Rousseau, Diderot, por ódio à Igreja, também propugnava a ideia da bondade natural do homem, considerando o Pecado Original

um mito detestável. Diderot aconselhava: "Gozai sem susto... Sede felizes... Tende a audácia de libertar-vos do jugo da religião... Retornai à natureza, ela vos proporcionará conforto e dispersará de vosso coração todos esses temores que vos oprimem".

O homem, sendo bom em estado de natureza, cabe à sociedade a culpa inteira pelos seus crimes. O relacionamento e interdependência social constituem a fonte de todos os males. Rousseau acentuava possuir "provas fatais" de sua estranha teoria. Se houvesse permanecido na "maneira solitária de vida que a natureza prescreve", o homem não teria perdido sua inocência original. Os homens tornam-se infelizes e maldosos ao se socializarem. Os homens que saem do Acre ou Roraima e vão para São Paulo. Enquanto viveram como Robinsons Crusoes, gozaram de "uma vida livre, saudável, honesta e feliz"* — teoria tanto mais extravagante quanto devemos considerar Rousseau, posteriormente, como o profeta de um coletivismo quase que totalitário.

Ele próprio estava convencido, entretanto, de que tudo isso era uma mera construção imaginária, uma conjectura sobre um estado de coisas que talvez nunca haja existido, que já não mais existe e jamais existirá — e, na verdade, revelando tão pouca conformidade com o que conhecemos, empiricamente, da pré-história quanto a versão oposta, de Hobbes, da guerra de todos contra todos. O único argumento "empírico" de que se valeu Rousseau para a defesa de sua hipótese era que encontrara o verdadeiro modelo do Paraíso original em seu próprio coração. No sexto parágrafo de seu *Discurso sobre a desigualdade,* ele apresentou o arrazoado de uma maneira assaz peculiar para quem se propunha defender uma teoria científica: "Commençons donc par écarter tous les faits". Comecemos por afastar todos os fatos, "car ils ne touchent point à la question". Ele não queria pensar muito no assunto pois, de qualquer maneira, "a fadiga de pensar se torna cada dia mais pesada para mim"...

Curiosamente, para um homem da Iluminação e para um revolucionário, Rousseau se revela um inimigo intrínseco do progresso — que descreve como "um passo para a decrepitude do homem". Ele aceita a evolução e até mesmo declara que o desejo universal de reputação, de honras e de preferências representa o que há de melhor e o que há de pior em nós. No entanto, descreve os camponeses da Suíça, isolados em seus altos vales alpestres, como o paradigma supremo da felicidade para a humanidade. O atraso e o tédio são equacionados com a felicidade, mas quem sabe se não se esconde alguma verdade na

* "Tant qu'ils ne s'appliquèrent qu'à des ouvrages qu'un seul pouvait faire, et qu'à des arts qui n'ont pas besoin du concours de plusieurs mains, ils vécurent libres, sains, bons et heureux autant qu'ils pouvaient l'être par leur nature, et continuèrent à jouir entre eux des douceurs d'un commerce independant." — em ***Discours sur l'origine et les fondements de l'Inégalité.***

ideia? Também condena os avanços nas comunicações entre os homens, pois só acarretam a corrupção. O espírito de empresa significa a exploração das forças de outros homens (o socialismo em gestação!) enquanto o progresso tecnológico e científico só pode provocar mais autoridade, mais malícia e mais corrupção. Rousseau se coloca definitivamente contra esse grande ídolo do século XX que chamamos de desenvolvimento: ele é, na verdade, o primeiro profeta do modo de vida dos *hippies.* O primeiro cantor de *rock.* Mas sua condenação nostálgica do progresso devia ser esquecida: os românticos políticos herdaram-lhe as invectivas contra as instituições e as desigualdades, mas desprezaram seus frágeis argumentos básicos. Tais caprichos do destino frequentemente ocorrem...

Que tenha Rousseau decidido construir um edifício filosófico sobre fundamentos tão precários e que tenha sido historicamente bem sucedido em seu empreendimento, eis que ilustra o passo infelicíssimo dado para trás no pensamento ocidental, desde os tempos de Platão e de Sto. Agostinho. Sempre vale repetir: o sucesso histórico de uma teoria pouco tem a ver com a veracidade de sua argumentação empírica e a solidez de sua construção lógica. Rousseau poderia ser colocado no grande divisor de águas entre os filósofos individualistas e racionalistas do Contrato Social dos séculos XVII e XVIII, de um lado, e os *maîtres penseurs* alemães do século XIX, do outro. O poder de seus livros sobre nosso próprio século resulta do fato de que representa ambas as correntes, ambos os lados do *nosos* que ainda nos afeta. Postado na origem da loucura no pensamento político de nossa época, foi ele que, pela primeira vez, deu forma ao Íncubo ideológico que possui a psique coletiva do homem moderno; foi ele que gerou o demônio da inverdade que o privou de julgamento livre e o forçou a formar suas opiniões em termos de dogmas, de *slogans* de propaganda, de medíocres pontos de vista, de reportagens preconcebidas, de notícias condimentadas, de *dezinformatsiya* e de toda espécie de "ismos" cuja potência de convicção está em proporção direta à sua falta de vigor intelectual.

Alguns aspectos salientes da vida de Rousseau são muito preciosos na revelação do *background* psicológico de sua filosofia. Devemos crer na observação de Fichte, para quem "a espécie de filosofia que escolhemos depende do tipo de homem que somos. Pois um sistema filosófico não é um pedaço de móvel, que se pode adquirir ou atirar fora à vontade. Está animado pelo espírito do homem que o possui." Isto está de acordo com o que nos explica Jung sobre o relacionamento entre o tipo psicológico de um autor e sua doutrina. Jung, na verdade, decidiu-se pela redação de uma de suas principais obras, *Os tipos psicológicos***,** numa tentativa de compreender as diferenças entre as teorias de Adler e as de Freud pela introversão do primeiro e extraversão do segundo. Há poucos exemplos na

história do pensamento humano em que se poderia, com menor hesitação, relacionar as construções teóricas de um pensador com seus problemas íntimos. O genebrino queixou-se, certa vez: "Não aprendereis jamais que se deve explicar os discursos de um homem pelo seu caráter, e não seu caráter pelos seus discursos?" No caso, a alternativa é particularmente ambígua: a maior parte do que podemos inferir sobre seu temperamento e caráter origina-se, justamente, do que escreveu, de todo o material hagiográfico, abundantemente lacrimoso e soluçante, que deixou de si próprio e graças ao qual tem sido possível à posteridade empenhar-se numa discussão volumosa e contraditória sobre sua personalidade. Nesse debate, uns elogiam e compreendem, com simpatia, sua vida e obra. Outros não têm hesitado em acusá-lo de hipócrita, impostor, comediante, neurótico, chato, mentiroso, mascarado e pervertido.

Ainda em vida, nosso herói tornou-se uma figura eminentemente problemática. George Sand o chamou de Santo Rousseau. Em seu favor recebeu os elogios de homens ilustres como Kant, Schiller e Tolstoi. Schiller chegou mesmo ao ponto de considerá-lo "uma alma como a de Cristo"! Tolstoi levava um medalhão de Rousseau ao pescoço e, como seu herói, acreditava "nunca haver encontrado um único homem moralmente tão bom quanto eu". O farisaísmo romântico do russo não está na retaguarda do do francês. Bergson-reconheceu que "nenhuma obra na literatura exerceu uma influência comparável à de Jean-Jacques Rousseau". *Lord* Acton acreditou que a pena de Rousseau "produziu maiores efeitos que a de Aristóteles, ou de Cícero, Sto. Agostinho ou S. Tomás de Aquino". E, mais recentemente, o antropólogo Lévi-Strauss teceu salmos de louvor estruturalista ao grande sofista.

Diderot, porém, que fora seu amigo, o descreveu como "falso, vaidoso como Satã, ingrato, cruel, hipócrita e malicioso". Uma de suas aristocráticas namoradas, desiludida, qualificou-o de "anão moral, montado sobre pés de pau". Hume, que o protegera no exílio na Inglaterra, não tardou em qualificá-lo de "monstro que se considera a pessoa mais importante do mundo". Grimm, outro velho amigo, acabou detestando-o. E Voltaire, com quem manteve uma célebre querela, chamou-o de "vagabundo malicioso, malandro insolente, cão bastardo de Diógenes, monstro de vaidade e baixeza". A ferocidade dos ataques e das defesas não encontra paralelo na biografia de qualquer outro filósofo.

J. H. Huizinga publicou, recentemente, um estudo interessante e profundamente irônico para descrever como o processo hagiográfico, que se formou à sua volta, tende a transformá-lo em uma espécie de santo profeta da democracia liberal de esquerda, a democracia de massas, a democracia igualitarista. O próprio Huizinga explica o mistério da

reputação ambivalente de Rousseau pela sua instabilidade emocional, sua superficialidade como pensador, sua frivolidade e a incoerência caótica que distingue os seus ensaios. Huizinga observa: "Todo esse palavreado audacioso contradiz frontalmente outros trechos do mesmo livro. É mais um exemplo dessa irresponsabilidade do escritor que deposita, no papel, qualquer pensamento que porventura lhe passe pela cabeça e qualquer sentimento que, por um momento fugidio, lhe domine o coração; e não importa se o que conta ao leitor, no fim da página, não faz pé nem cabeça com o que acabou de dizer no alto da mesma". Na verdade, em sua obra, o sonho se mistura com a lógica. Conforme o sentimento do momento, temos a impressão de ouvir um revolucionário ou um reacionário, um nacionalista ou um cosmopolita, um individualista ou um coletivista, um cristão ou um ateu, um liberal ou um totalitário. Sempre confessou o próprio Rousseau que permanece "o mais agudo conflito de interpretações" sobre seu pensamento. Donde a diversidade caleidoscópica de sua influência. O dr. Johnson talvez tenha razão quando observou que "um homem que escreve tão bem coisas tão sem sentido, deve ser que o que escreve não faz mesmo sentido"... Ou quiçá mais certo esteja Jules Lemaître ao considerar a obra de Rousseau "uma das mais fortes provas jamais oferecidas da estupidez humana". François Mauriac, de qualquer forma, admite que "a era moderna está enraizada em suas mentiras ... demorando um século e meio para que seu veneno tivesse efeito". Entretanto, Jean-Marie Benoist, o jovem liberal-conservador francês, pede desculpas por ainda o admirar...

Como São Paulo, mas sem a genialidade de seus meios e propósitos, Rousseau quis ser todas as coisas para todos os homens. Com uma versatilidade mistificadora, ele revelou sobretudo o talento para *épater le bourgeois:* lançava um petardo na praça pública e, quando a multidão se congregava, assombrada, satisfazia-se em apresentar-lhe um sermão. Na maior parte das vezes indigesto, confuso e anódino.

Podemos deduzir de suas numerosas autobiografias, nas quais se excedeu em confissões mórbidas, de natureza dúbia, que sofria agudamente de humores cambiantes e dominadores. Criou assim uma atmosfera peculiar de farisaísmo, que consistia em justificar suas faltas mais óbvias pelo calor e profundidade de um coração generoso. Esse coração era tal que "me dispensa de ser bem educado" — declarou certa vez. Na verdade, todo o trabalho de Rousseau pode ser compreendido como uma tentativa egomaníaca de racionalizar e exprimir logicamente as experiências de típico *puer aeternus,* de eterno adolescente emocional. Ele confessava, aliás: "sob muitas facetas, sou ainda uma criança"... uma criança narcisista e malcriada, certamente sim.

Em flagrante contraste e desobediência à velha tradição clássica-estoica, reforçada

pela introspecção austera do puritanismo calvinista, de evitar a qualquer preço a revelação de nossas próprias emoções e esconder dos outros a nossa própria alma com suas angústias, baixezas e sofrimentos — *le moi est haissable,* como se dizia — Rousseau teve a pretensão de descobrir seus segredos mais íntimos. Confessou-se publicamente. Quase masoquisticamente. Sordidamente. Mas jamais parece haver tentado aprender a lição, com proveito de autocrítica. Insistiu repetidamente, junto ao público que lhe admirava os livros e as conversas, no sentido de que fossem todos testemunhas beatas dos processos maravilhosos de sua angústia. ("Parecia-me que o destino me devia algo que nunca me deu ... Esta consciência de meu valor interior provocou-me um sentimento de injustiça que me concedia uma espécie de compensação e era causa de que chorava pesadas lágrimas, as quais me agradavam enquanto corriam"...) Outros poetas românticos posteriormente lhe seguiram o exemplo em obras fortemente autobiográficas. Pelo menos em sua juventude, antes de atingir a maturidade sobranceira, conservadora e burocrática, Goethe confessou-se no *Werther.* Foi uma extensão de *Weltschmerz...* O *mal du siècle* também bate tambor em Chateaubriand e no *spleen* do *Childe Harold* de Byron.

É essa extraversão absurda dos sentimentos particulares, essa quase total ausência de modéstia ou pudor moral, bem como a ignomínia de suas fracassadas aventuras amorosas, que têm levado muitos críticos a duvidar da sinceridade entesourada nos apelos patéticos de Rousseau à virtude e à verdade. Ele parece mais convincente quando se demora nas contradições internas dos sentimentos, uma vez que o Eros não está enfeudado à categoria da consistência lógica: Eros e Logos contradizem-se.

A má consciência e um complexo de culpa, causador de tantas amofinações, inspiraram-no na masturbação intelectual de suas famosas *Confissões.* Sua personalidade um tanto ou quanto esquizofrênica foi mesmo usada como tema para um "Diálogo entre Rousseau e Jean-Jacques".* Esta obra ofereceu-lhe a ocasião para demonstrar seu *penchant* pronunciado pelo exibicionismo emocional, o masoquismo moral e a contemplação beata de si mesmo, com que fixou definitivamente o caráter do movimento romântico no século seguinte.

Ele insiste repetidamente que todos os homens — menos ele — são maus, todos são *méchants.*** No seu romance *La nouvelle Héloise,* o herói, que supostamente representa

---

* Aí escreve, a certa altura: "Rien n'est si dissemblable, à moi que moi-même. Je me trouve si bizarrement disposé à cet egard, qu'ètant un jour aborde par deux personnes à la fois, avec 1'une desquelles j'avais accoutume d'être gai jusqu'à la folie, et plus ténébreux qu'Héraclite avec 1'autre, je me sentis si puissamment agité, que je fus contraint de les quitter brusquement, de peur que le contraste des passions opposées ne me fit tomber en syncope".

** "Les hommes sont méchants, une triste et continuelle expérience dispense de la preuve." No segundo Dialogo, tem isso a revelar de si próprios: "J'ose même dire qu'il n'y a point de constitution plus eloignée que ía sienne de la mechancetè; car son vice

o próprio autor, é significativamente chamado Saint-Preux, o que quer dizer "o santo corajoso"... Um tal mórbido narcisismo contrasta, infelizmente, com o que sabemos de outras fontes a respeito de Jean-Jacques, o que levou William James, entre outros, a qualificar seu caráter de "desprezível".

É sintomático tenha Rousseau se sentido compelido a descrever uma experiência libidinosa infantil quando, com 12 anos, recebeu uma bem merecida palmada por parte da filha de seu preceptor, apreciando a sensação suficientemente para relembrá-la em seus escritos de velhice. A palmada freudiana "teve um efeito decisivo sobre meus gostos, meus desejos e minhas paixões para o resto de minha vida".*** Suas primeiras experiências sexuais ocorreram com uma senhora da alta sociedade e hábitos ligeiros, madame de Warens, treze anos mais velha do que ele, que o converteu ao Catolicismo, o introduziu no *grand monde* e continuou sendo chamada de "Maman" mesmo depois de se haver tornado sua amante: em suma, uma realização idealizada do incesto edipiano!

O antifeminismo declarado de Rousseau jamais parece haver afetado suas inúmeras e inconsequentes aventuras amorosas, nem contradiz a submissão total aos caprichos da ânima. Nos últimos anos, as tendências hipocondríacas, as excentricidades, inibições sexuais, perversões, os delírios de perseguição e outros sintomas neuróticos parecem lhe haver contaminado a mente. Taine assim descreve seus gostos de velho rabujento: "a elegância o desgosta; o luxo lhe é inconfortável; a polidez lhe parece uma mentira; a conversa é mera tagarelice infantil; o espírito é demonstração pomposa; a ciência é charlatanismo; a filosofia, mera afetação e a moral simplesmente podre..."

Mas igualmente importante para a análise do caráter e obra de Rousseau é o relacionamento de quase toda a vida que manteve com Thérèse Levasseur, uma doméstica pobre, feia, ignorante e corrompida, imensamente inferior a seu gênio e que, no entanto, lhe deu cinco filhos ilegítimos. Rousseau nunca se decidiu, nem a casar, nem a abandonar a pobre criatura. Quanto às crianças, incidentalmente — se é que as teve, pois até sobre isso provocou dúvidas — não hesitou em largá-las em um Asilo de Abandonados, após o que passou a compor, com a maior seriedade e entusiasmo, um tratado sobre a Educação, o famoso *Émile*... Podemos acrescentar, entre parênteses, que o *Émile* prega uma espécie de

---

dominant est de s'occuper de lui plus que des autres, et celui des méchants, au contraire, est de s'occuper des autres plus que d'eux"... A ideia de que o amor-próprio, o egoísmo constitui a única verdadeira fonte de virtude e que todos aqueles que se preocupam com os outros são ***méchants*** é certamente um dos postulados morais mais absurdos que foram jamais propostos, mesmo se oriundos de um introvertido afetivo. Atentai agora para o ***puer aeternus*** em autoadoração: "Jean-Jacques m'a paru doué de la sensibilité physique à un assez haut degré ... et la campagne elle-même aurait moins de charmes à ses yeux s'il n'y voyait les soins de la mère commune qui se plait à parer le séjour de ses enfants ... Ses amusements, ses plaisirs sont innocents et doux comme ses penchants: il n'y a pas dans son âme un goût qui soit hors de la nature, ni coûteux ou criminel à satisfaire"...

*** Jean Cocteau pergunta ironicamente: "***Le postérieur de Jean-Jacques est-il lesoleil de Freud qui se lève? J'y distingue plutôt le clair de lune romantique...***"

revolução da juventude, no estilo de 1968. O conceito de que a gente está com a razão pelo simples fato de ser jovem na idade é, sem dúvida, ridículo para qualquer jovem que, como eu, espera haver amadurecido na provecta idade da razão de setenta anos... Mas mesmo depois de nos sentirmos satisfeitos com uma interpretação psicanalítica (o que já foi feito), seu complexo materno peculiar (complexo que é bem sensível, muito embora haja perdido a mãe ao nascer) ainda merece exame sob critérios diferentes de apreciação — como exemplo clamoroso da discórdia de uma *belle âme* que não é dirigida pelos princípios ordenadores do Logos. Acentuam-se, então, a fuga constante às *rêveries;* devaneios nostálgicos de um passeador solitário; excursões ao seio da natureza, cujas belezas eternas jamais se cansaria de exaltar com encanto sincero (seu romance, *La nouvelle Héloise,* configura um idílio rural); devoção à botânica e aos jardins ingleses (que de longe preferia à geometria formal dos chamados "jardins franceses"); bem como súbitas inspirações que oferecem indicações suplementares para o poder que a natureza exercia sobre suas propensões afetivas.

Devemos, entretanto, salientar a existência de um outro aspecto na mentalidade de Rousseau. Além da ascendência e autonomia dos sentimentos, esse componente explicaria o entusiasmo extraordinário causado por suas ideias, no período revolucionário: o utopianismo. Sendo escravo de uma fértil imaginação cujos produtos sempre levou muito a sério — o que constitui outro erro fatal dos românticos! — confessou, com toda a candura, preferir a submissão aos êxtases do sonho e o abandono às asas da fantasia, do que sofrer por força da reflexão e se atolar na realidade do quotidiano. Como o poeta que cantava: "voe, voe, pássaro, a mente humana não pode tolerar a realidade"... Parece haver acreditado que todas as suas construções filosóficas se desenvolveram a partir de uma única iluminação arrebatadora e delirante quando, aos 37 anos de idade, uma "voz do sentimento interior" o chamou de repente, durante um sublime quarto de hora no bosque de Vincennes. Corria o ano de 1749. Acabara de ler o anúncio da Academia de Dijon sobre a questão de saber-se se o restabelecimento das ciências e das artes havia ou não contribuído para o aperfeiçoamento da moral: *"À l'instant de cette lecture, je vis un autre univers, et je devins un autre homme".* "Todas as minhas pequenas paixões foram apagadas por um entusiasmo pela verdade, a liberdade e a virtude", acrescentou. O ensaio que escreveu, em resposta à Academia, recebeu um prêmio e marcou o início de seu sucesso literário. Confessou, mais tarde, a Malesherbes que, se jamais algo se pareceu com uma súbita inspiração, foi a emoção que o dominou ao pensar sobre o assunto: "De súbito me senti ofuscado por mil luzes; uma torrente de ideias fez pressão sobre mim com tal força que fui lançado em uma tormenta indescritível".

A voz interior tornou-se tirânica, a ponto de acostumá-lo a falar de si próprio na terceira pessoa ou como "Jean-Jacques". O sentimento supremo de auto-suficiência *("tant que cet état dure, on se suffit à soi-même, comme Dieu...")* denuncia uma condição psicológica inflacionária de paranoia bastante séria, seguida de identificação com conteúdos arquetípicos. Contra tais imersões bravias na corrente divina do sonho acordado, a Razão consciente evidentemente nada podia fazer. Contrariando uma extensa linhagem de filósofos mais severos que tentaram reduzir as paixões ao governo da razão, Rousseau enfatizou positivamente o poder dos sentimentos e dos afetos na política. Tendeu a favorecer a emergência da soberania das massas desde que, por consenso geral, as massas são mais suscetíveis de se deixarem embalar por emoções desabridas do que os poucos indivíduos da elite, privilegiados com inteligência fria. Pela mesma razão, repudiava a monarquia e a aristocracia: elas são frias e severas. Entretanto, a história tem provado, empiricamente, que a democracia só pode permanecer como um projeto viável de governo entre povos — e os há em número reduzidíssimo — cujo comportamento coletivo é controlado pela mente racional. Tal privilégio admirável parece, até agora, estar limitado a certas nações da Europa norte-ocidental e a seus herdeiros no além-mar, com poucas outras exceções.

A tendência inflacionária de Rousseau para o sentimentalismo, reforçada pelo amor sem objeto, pelo amor do amor, pelo sonho de amor entre personagens idílicos da fantasia romântica, o amor-paixão como supremo critério — essa tendência, dizia eu, fascinou uma sociedade que se sentia saciada na sua ênfase unilateral na ordem do classicismo e, desesperadamente, procurava uma forma de fuga emocional. Foi tal ingrediente utópico da salvação pelo sentimento, na tentativa aventurosa de Rousseau de trazer de volta o alado Eros ao campo da política, que tornou a obra do filósofo francês uma poção revolucionária tão potente. Ernst Cassirer assevera (em sua *Filosofia da Aufklärung)* que, "depois das mentes mais influentes da época haverem tentado, em vão, atrair Rousseau de volta à sua maneira de pensar, acabaram considerando-o um intrometido, um pensador cujo poder demoníaco sentiam, mas que eram obrigados a rejeitar, a não ser que estivessem dispostos a sacrificar a clareza e estabilidade de seu ponto de vista filosófico".

Acredito que os frios, lógicos e um tanto ou quanto céticos *philosophes* enfrentaram as mesmas dificuldades que aterraram a posteridade, ao tentar destrinçar os nós cegos das declarações contraditórias de Rousseau. Como resultado, nosso pensador foi também elogiado e criticado com a mesma falta de consistência. A nave de seus pensamentos foi de encontro aos escolhos que criara numa tempestade desesperante.

Afirma Gaston Morin (em *La révolte des faits contre le code)* que "pode Rousseau, com justo título, dar-se como teórico dos despotismos, assim como da liberdade. Ao menos, porém, em seu pensamento repousa o despotismo sobre a ideia de liberdade. É a tese do Contrato Social". Tanto quanto podemos admirar o gênio do genebrino em anunciar profecias apaixonadas, nos sentimos perdidos no perplexo labirinto de sua doutrina sistemática. De Bonald asseverou que ele pretendeu *"ordonner le désordre"* e Benjamin Constant, o mais sincero liberal, depois de observar que o que Rousseau sentia com tanta força, não conseguia definir com precisão, acusou-o da criação "do mais terrível instrumento para toda espécie de despotismo".

As inconsistências de Rousseau seriam, ao que me parece, da própria essência de sua filosofia. Não podem, consequentemente, ser sobrepujadas. A emoção é incoerente, ambivalente, ilógica. Os paradoxos encarnam a natureza dialética mais íntima da ideologia que foi refinada por Hegel e por Marx e que triunfa em nossos dias quando, por toda parte neste mundo, os regimes mais disparatados, antagonísticos e incompatíveis reclamam emocionalmente a mesma esplendorosa defesa da Liberdade, da Justiça e da Democracia. O fato de os mais vociferantes defensores dos direitos humanos e invocadores da "vontade do povo", nos augustos cenáculos das organizações mundiais, serem também os promotores das formas mais abomináveis de tirania, só serve para acentuar o labirinto ideológico em que nos encontramos. Não é verdade que as mais pesadas ditaduras se proclamem, num duplo pleonasmo, "repúblicas democráticas populares"? E que algumas ainda mais obscurantistas se intitulem "científicas"? George Orwell inventou o termo magnífico *double-think.* o "duplo-pensar" configura a linguagem do incubo ideológico: está enraizado na circunstância de que Rousseau pregou a liberdade individual ao invocar reiteradamente a Razão, ao passo que a movimentação dos poderes irracionais do Leviatã foi a consumação natural de seu papel, ao desembestar as emoções de multidões anárquicas. O triunfo da oclocracia. O grande antagonista de Rousseau, Edmund Burke, pode ser singularizado como o pensador que compreendeu imediatamente o problema da conciliação difícil entre a liberdade do indivíduo e a necessidade de manutenção da ordem e da segurança pela autoridade estatal responsável. Tal conciliação não pode ser concretizada sobre os fundamentos problemáticos de um quebra-cabeça ideológico. Não se trata de manobrar fórmulas, teorias, instituições ou constituições. A solução só pode ser encontrada na ordem interior da alma de cada cidadão: uma razão prática...

Muitos dos admiradores modernos de Rousseau protestam, às vezes veementemente, contra as suspeitas que recaíram sobre sua obra desde a época de

Robespierre, de Hegel, Marx, Stalin e Hitler. Talvez o próprio Rousseau se houvera sentido absolutamente aterrado com o uso que foi feito de suas teorias, se tivesse contemplado Auschwitz e o arquipélago Gulag. Mas não estou tão seguro. Um homem que escreveu sobre todos os assuntos de um modo ou de outro, só pode ser interpretado desse modo ou de outro. As antinomias insolúveis conduzem a traduções insolúveis e a vereditos contraditórios. Afinal de contas, temos que considerar o que ele disse, literalmente. E o que ele disse, em termos tão confusos, tão ardentes e inconsistentes, e com tamanha predileção pela bela fórmula e o *slogan* impressionante, só poderia acarretar os resultados lamentáveis que conhecemos. De acordo com São Mateus (7:15 e 16), ainda acredito que devemos temer os falsos profetas e que é por seus frutos que os podemos reconhecer...

Além disso, devemos levar em consideração que, sendo governado pelo coração, os hábitos de pensamento de Rousseau foram femininos. Diríamos, em termos psicológicos, que foi o ânimus de sua própria ânima que falava por sua voz — o que naturalmente não contribui para a coerência lógica:

Souvent femme varie
Bien sôt est qui s'y fie...

Raymond Aron asseverou, com lucidez, que todos os aspectos liberais constitucionalistas da obra de Rousseau são tradicionais e não oferecem qualquer originalidade. Já tinham sido concebidos por Locke, Montesquieu, Voltaire e os *philosophes.* A única originalidade de Rousseau reside no fervor revolucionário de suas ideias, expressas com convicção apaixonada. Essas foram as ideias que influíram sobre seus contemporâneos e sobre seus seguidores jacobinos. Cassirer procura resolver nossa perplexidade ao manter que a unidade do pensamento de Rousseau deve ser procurada na qualidade essencialmente ética de seus ensinamentos. Mas — pergunto eu — como pode um homem tão claramente privado de caráter ser tomado com seriedade e exclusivamente em bases éticas? Alfred Cobban, outro admirador, confessa que nenhuma síntese de suas ideias é possível: elas devem ser catalogadas num ou noutro de dois grupos contraditórios. Mas, acrescenta Cobban, "a confusão pode haver surgido parcialmente do fato de se ler, retrospectivamente, em Rousseau sua suposta influência histórica e, parcialmente, de uma tentativa de forçar seu pensamento em categorias teóricas de que jamais cogitou quando escreveu". A resposta a Cobban é que não podemos, na verdade, julgar Rousseau exceto na base da influência muito real que exerceu sobre a história universal. Não existe escapatória. A consistência de Rousseau reside na *logique du coeur* que o liga a Marat e Robespierre, e

a todos os jacobinos, terroristas, demagogos nacionalistas e agitadores socialistas, que seguiram sua inspiração.

O padre francês R. L. Bruckberger, eminente teólogo, companheiro de Sartre e de Camus no agitado período da segunda pós-guerra, identifica em outro fanático discípulo de Rousseau, Saint Just, o principal antepassado do totalitarismo socialista. Bruckberger, em um ensaio sobre o capitalismo citado por meu amigo Otávio Tirso de Andrade (em artigo no *Jornal do Brasil)***,** cita por sua vez o seguinte texto do incomparável teórico do Terror: "É da natureza das coisas que nossos negócios econômicos se confundam cada vez mais, até que a República, implantada, abranja todas as relações, todos os interesses, todos os direitos, todos os deveres e dê uma abrangência integral a todas as partes do Estado." As palavras desse texto longínquo, observa Otávio Tirso, redigido duzentos anos antes das diatribes de Fidel Castro, dão-nos a explicação para o encarniçamento dos saturnídeos em tingir de política as reivindicações meramente econômicas dos trabalhadores. A "abrangência radical" de que falava esse discípulo jacobino de Rousseau e de seu maior admirador, Robespierre, nada mais significa que a implantação do Estado totalitário soberano, nacional e socialista.

6
O CONTRATO SOCIAL

O caminho para a formulação de seu edifício político foi encontrado, por Rousseau, na ideia fundamental de que a comunidade da Cidade-Estado constitui o mais alto valor moral — um conceito que o Cristianismo católico havia tornado obsoleto, mas de que se deve Rousseau haver inspirado em Platão e Aristóteles, senão herdado de seus antepassados huguenotes de Genebra. Rousseau também idealizava Esparta e Roma. Émile Faguet, o conhecido crítico francês, pensa que os livros de Rousseau constituíram a última obra teológico-política do Calvinismo. Mas não poderíamos notar que Genebra, sob o governo de Calvino, foi talvez o primeiro exemplo moderno de democracia totalitária? Prefiro acreditar que o Calvinismo evoluiu para o liberalismo-conservador moderno...

Rousseau idealizava as virtudes republicanas de Genebra. Muito conscientemente valorizava o papel desempenhado por Calvino na elaboração do Contrato Social moderno, por intermédio dos Puritanos anglo-saxões.* Nas *Confissões* e em *La nouvelle Héloise* tem frases de grande ternura para com sua cidade natal. Se acreditarmos no que escreve nessas páginas, lágrimas suficientes para encher todo o lago Léman foram por ele derramadas na contemplação nostálgica da cidade que descreve como a mais livre, a mais nobre, a mais bela, a mais pacífica do mundo. Entretanto, foi precisamente o governo dessa república ideal o único que se atreveu a condenar o seu *Contrato Social*. O livro foi destinado aos fogos da Inquisição (pois a democracia também conhece seus auto-da-fé, eis que, contrariamente à crença geral, a prática nunca esteve limitada à Espanha). Talvez também tenham os genebrinos sido menos inocentes, minguadamente suscetíveis às artimanhas de Rousseau, e não tenham tardado em descobrir o escorpião escondido entre as flores. Nesse ponto, decidiu Rousseau que, afinal de contas, a ingrata Genebra não era verdadeiramente sua *Patrie* e que a república ideal devia ser procurada em seu próprio desvairado coração.

Através de todas as ambiguidades inconsequentes de suas teorias sociais, deparamo-nos sempre com um esforço dialético para aniquilar e fundir totalmente a consciência racional no grande caudal tormentoso da vida coletiva. A absorção na comunidade encobre uma recusa da mente madura em aceitar as responsabilidades da

---

* ***"Quelque révolution que le temps puisse amener dans notre culte, tant que l'amour de la patrie et de la libertè ne sera pas éteint parmi nous, jamais la mémoire de ce grand homme ne cessera d'y être une bénédiction."***

Liberdade — o que pode parecer paradoxal quando é Rousseau considerado o verdadeiro profeta da democracia. Entretanto, em sua produção a esse respeito ainda mais confusa, Rousseau sempre foi incapaz, não obstante toda a sua preocupação teatral com a *moralité,* de atingir um entendimento verdadeiro da natureza da Ética. Donde a incapacidade igual de alcançar o significado transcendente da Cidade como uma vivência íntima da alma, no sentido agostiniano.

Para Rousseau, *o grupo possui uma realidade própria.* O *moi commun* representa um Ego coletivo. Consequentemente, é uma entidade moral possuidora de sua própria vontade, a "Vontade Geral" *(volonté générale),* capaz de fixar os próprios gabaritos morais de todos os seus membros. "A ordem social", proclamou, "é um direito sagrado que constitui a base de todos os outros direitos". E de novo: "Cada um de nós oferece em comum sua pessoa e todo seu poder, sob a direção suprema da vontade geral; e recebemos em corpo cada membro como parte indivisível do todo." Os direitos fundamentais do homem confundem-se, assim, com os do grupo a que pertence. O resultado, segundo se pode facilmente imaginar, é "a alienação total de cada associado, juntamente com todos os seus direitos, à comunidade": "a alienação sendo feita sem reservas, a união é tão perfeita quanto possa ser, e um associado individual nada mais pode exigir." O homem civil é apenas uma unidade fracionária. Ele detém o denominador e seu valor reside na relação com o todo, isto é, com o corpo social, o Estado. As boas instituições são aquelas que melhor sabem "naturalizar" o homem, retirando-lhe existência absoluta para dar-lhe uma relativa e transportar o *eu* na unidade comum. Robes-pierre, o grande discípulo de Rousseau e dirigente do Comitê du Salut Public, pensava que a salvação pública só podia ser encontrada em uma única vontade, *une volonté une.* Num discurso de fevereiro de 1794, alguns meses antes de ser derrubado e guilhotinado, o líder jacobino proclamava "tudo o que tende a excitar o amor da pátria ... a dirigir as paixões do coração humano em favor do interesse público, deve ser. adotado; *tudo o que não tenda a concentrá-las no aviltamento do eu pessoal....* deve ser rejeitado ou reprimido." Compreender esse núcleo da filosofia de Rousseau equivale a compreender sua influência sobre as pseudo-religiões totalitárias do mundo moderno.

Mas, em que consiste exatamente a Vontade Geral? Como podemos entender, corretamente, esse mais misterioso de todos os quebra-cabeças políticos em que tão prolífica foi a pena de nosso autor? Discussões intermináveis foram geradas e, provavelmente, continuarão a respeito da questão do que entendia exatamente Rousseau com seu conceito. Noção absoluta, o caráter abstrato e universal da Vontade Geral lhe

granjeia soberania na esfera política. Não pode ser confundida com a "vontade de todos". É diferente de cada vontade singular e, entretanto, compatível com a livre determinação de cada indivíduo. Rousseau insiste na diferença entre as duas espécies de "vontade", desde que a segunda representa apenas o somatório de todos os interesses privados, enquanto possui a primeira uma realidade superior, em qualidade e valor, à realidade dos membros individuais do grupo. A Vontade Geral é definida como *l'organe sacré de la volonté d'un peuple".* É indivisível, indestrutível, inalienável, incapaz de ser representada e, através do pacto social, concede ao corpo político *(corps politique),* isto é, ao Estado, um poder absoluto sobre seus membros. Tentem, pois, resolver o criptograma!

A distinção agradou a Hegel imensamente, como seria de esperar, tão bem ela se adaptava a seu abstruso processo dialético da história. Assim também, a declaração de Rousseau de que "a vontade soberana, meramente em virtude do que é, é sempre o que deveria ser" concorda facilmente com a identificação hegeliana entre o Real, o Racional e o Direito *(le souverain, par celà seul qu'il est, est toujours tout ce qui doit être).* Como Rousseau se recusou repetidas vezes a aceitar a possibilidade de que a Vontade Geral fosse relativa, falsa ou imoral, temos que aceitar literalmente seu argumento de que ela maneja um poder totalitário, ao qual deve o indivíduo entregar por inteiro sua liberdade de consciência. Naturalmente, insiste Rousseau na condição de que, se algo não andar corretamente ou for injusto ou confuso, não poderá ser o produto da Vontade Geral. O argumento é vicioso. Como poderemos saber se há ou não coincidência entre a justiça e a Vontade Geral? Como determinar a natureza do grupo particular cuja opinião se pretenda exprimir através da Vontade Geral? Quando Rousseau insiste que todo homem é virtuoso quando sua vontade particular está conforme em tudo à vontade geral *("Tout homme est vertueux quand sa volonté est conforme en tout à la volonté générale"),* onde devemos encontrar o paradigma absoluto e a corte suprema de apelação, no caso de qualquer discrepância? Será Hitler virtuoso porque sua vontade parecia conforme à vontade geral do povo alemão, expressa através de retumbantes plebiscitos? E Stalin obedecia virtuosamente à Vontade Geral do povo russo quando mandava 20 milhões de russos para o Gulag? Na verdade, se a Vontade Geral é sempre pura, sempre a mesma e sempre suprema, é ela alçada ao nível sublime de emanação direta de uma Alma tribal, semidivina e onipotente *("la volonté générale ne peut pas errer, elle est toujours droite, elle tend toujours à la conservation et au bien-être du tout et de chacun qui est la source des lois et la règle du juste et de l'injuste").*

T. H. Green observou, corretamente, que uma vez que a vontade do povo, em

qualquer outro sentido do que a medida do que é tolerável pelo povo, é realmente incapaz de ser avaliada nas grandes nações da Europa — o caminho fica aberto para os sofismas do gerenciamento político moderno, para a manipulação dos corpos eleitorais, para a influência sobre os organismos eleitos e para os arranjos plebiscitados. Cobban, ele próprio, acaba reconhecendo que todo o argumento de Rousseau constitui, na verdade, um enigma esfingético sem sentido. O professor Hans Barth, de Zurique, também discute extensivamente o problema da distinção entre Vontade Geral, vontade particular e vontade de todos. Se é o dever do cidadão exprimir sua vontade pessoal e se todos os cidadãos exercem o seu dever da mesma maneira, através de eleições legítimas, o resultado nunca poderá ser a Vontade Geral mas somente a vontade de uma maioria caprichosa e volúvel.

O povo, ao contrário do que postulava Rousseau, *pode* errar e erra com bastante frequência. Se Robespierre e Saint-Just deixaram de desvendar o segredo da Vontade Geral francesa, em 1794, não nos devemos surpreender se suas cabeças foram eficientemente cortadas graças à máquina homicida inventada pelo dr. Guillotin. O fato mesmo que a Vontade Geral nem sempre é correta, nem justa, pode ser demonstrado pelos mais ilustres exemplos, colhidos na história da filosofia e da religião. Pois, afinal de contas, o que representa um dos mistérios centrais do Cristianismo senão o fato que, diante de Pôncio Pilatos, o "povo" preferiu Barrabás a Jesus? E o que é o significado transcendente da filosofia moral, senão o fato de que o povo de Atenas sentenciou Sócrates a beber a cicuta — embora estivesse Sócrates com a razão e Atenas sem ela? *Na Apologia,* Sócrates declara perante a assembleia que o está julgando: "Se eu me tivesse comprometido com a política, teria perecido há muito tempo e não vos teria trazido benefício, nem a mim mesmo ... Ninguém que entre em conflito com vós ou com qualquer multidão, lutando honestamente contra os muitos atos ilegais e injustos que são levados a cabo num estado, salvará sua vida. Aquele que combate por um direito, se quiser viver mesmo por um curto espaço de tempo, deve manter uma situação privada e não pública." A história tem sido reiteradamente testemunha da justificação do indivíduo contra as massas. Poderemos repetir a prova hoje em dia, ao lembrar o conde von Stauffenberg e o pequeno grupo de soldados e civis que conspiraram contra Hitler em 1944: eles estavam com o direito e a justiça contra a Vontade Geral do povo alemão, naquele momento preciso. E quem hesitaria — a não ser que tenha sacrificado sua consciência ao *eu* comum da URSS — em se colocar com Solzhenitsyn contra a Vontade Geral da Rússia de Lenine, de Stalin e de Breshnev?

J. L. Talmon argumentou, com muita ênfase, no sentido de que a noção mística de uma Vontade Geral antecipa diretamente o sistema de governo das "democracias

totalitárias" modernas. Inevitavelmente, na República de Rousseau, uma elite, uma pequena minoria de intelectuais ativistas organizados aparecerá para, na conquista do poder pela violência e a astúcia, invocar a Vontade Geral do povo. Se a Vontade torna-se verdadeiramente uma realidade imanente da vida social, qualquer homem suficientemente poderoso ou passavelmente velhaco pode pretender representá-la ou encarná-la, ou ser o único incumbente e responsável pela mesma. Agindo graças à sugestibilidade histérica que cria, o aventureiro político pode proclamar o carisma da sua vontade. O demagogo é dono da Vontade Geral. A única diferença então com as asserções gratuitas e a identificação majestosa de um Luís XIV com *a Raison d'État* será que o demagogo pode, simplesmente, conjurar as forças misteriosas de sua personalidade carismática, enquanto, como notaram tanto Burke quanto Tocqueville, sempre se encontra o rei acorrentado, pela tradição, à necessidade de invocar a unção divina para confirmar um princípio racional e abstrato de sucessão legítima ao poder.

Lenine foi o primeiro grande Édipo que conseguiu matar a Esfinge política: ele concebeu sistematicamente a teoria do *partido* que alcança a maravilha matemática de ser, ao mesmo tempo, o *todo.* Mas, muito tempo antes de Lenine, Benjamin Constant já havia descoberto o verdadeiro modo de operação da Vontade Geral e de como os desejos do povo são entregues às mãos daqueles que pretendem agir em seu nome. Max Weber descreveria, mais tarde, esse tipo de liderança populista: chamou-a de "carismática". Constitui de fato uma graça mística que é, porém, muito mais frequentemente concedida pelo sombrio Príncipe deste mundo do que por Deus onipotente.

A democracia pluralística não pode aceitar o conceito de Vontade Geral. Se tem que ser unânime e se a soberania está reservada à assembleia de todo o povo, então Jeremias Bentham está com a razão quando, ironicamente, salientou que nenhuma lei de qualquer estado europeu satisfaria Rousseau, exceto talvez a da República de San Marino. A democracia liberal, *por definição, não tem vontade própria:* só os indivíduos possuem vontade. A "vontade" do verdadeiro estado democrático é o resultado do compromisso, um vago denominador comum dos interesses transitórios e contraditórios de todos, conforme sejam interpretados por funcionários eleitos, falíveis, e por burocratas profissionais mais ou menos honestos. O fato permanece que, quando é predicada a Vontade Geral — e muito amiúde ouvimos de demagogos altos brados e apaixonados apelos ao "povo" e à "vontade do povo"! — podemos estar certos de que os fantasmas da ditadura demagógica despontam no horizonte.

Por Hegel e por todos os filósofos totalitários foi enormemente apreciado outro dos paradoxos metafísicos de Rousseau (ou sua "chantagem semântica", como diz Huizinga), de acordo com o qual o cidadão "deve ser forçado a ser livre"! *(Quiconque refusera d'obéir à la volonté générale y sera contraint, par tout le corps: ce qui ne signifie autre chose sinon qu'on le forcera d'être libre.")* Não é de surpreender que, do mesmo modo como Hegel, tenha também Robespierre admirado essa tese, o que constitui o motivo por que deve Jean-Jacques ser considerado não apenas o Profeta da democracia, mas o promotor do Estado totalitário moderno.

Contrariamente ao arrazoado de alguns dos admiradores de Rousseau, nenhuma constituição liberal força qualquer pessoa a ser livre. Não força nem mesmo a ser eleitor. É nas democracias totalitárias que assistimos a "liberdade" ser constantemente usada como um *slogan* opressivo de propaganda. O princípio de Rousseau configura um mero jogo de palavras. E, precisamente, porque ele apreciava tais dispositivos sofisticados é que pode ser considerado um dos precursores das técnicas modernas de propaganda e patrulhamento. Se é verdade que qualquer regime democrático poderia argumentar com essa tese (tal como costumava ser feito no Brasil) para perseguir e eliminar os partidos extremistas que lhe ameacem a existência — também é certo que, nos caminhos tortuosos da especulação de Jean-Jacques, o contrato social democrático é dialeticamente levado a transformar-se numa Ditadura Popular. Tanto a França terrorista dos jacobinos de 1793, quanto a Alemanha nazista, a Rússia soviética, a Argentina peronista e o Brasil de Getúlio Vargas pretenderam, de fato, constituir democracias e representar a Vontade Geral. Todos eles anunciaram o apoio unânime de seus cidadãos. Os ditadores demagógicos, quaisquer que tenham sido as suas verdadeiras convicções, seus títulos, seus cargos, as cores de suas camisas ou os gestos de suas mãos, sempre agiram e falaram como se sinceramente acreditassem estar combatendo pela liberdade de seus povos e defendendo, heroicamente, sua Vontade soberana. Hitler, como *Reichskansler,* obteve maiorias estrondosas nas eleições que o elevaram e mantiveram no poder, em nome da Liberdade do povo alemão. Perón, Getúlio Vargas, Nasser, Fidel Castro, Gadafi, Jaruzelski, Pol Pot e o marechal-de-campo Idi-Amin Dadá também nunca duvidaram de estar cumprindo a Vontade do povo na imposição de uma autoridade que o "forçava" a ser livre e lhe impunha, tiranicamente, a "felicidade pública".

Em suas violentas diatribes contra a revolução francesa — cuja culpa punha corretamente sobre os ombros de Rousseau — Burke ofereceu-nos um quadro bastante claro do processo. As paixões das multidões são, em primeiro lugar, excitadas e seu

impacto contra a ordem moral existente e a autoridade constitucional as derruba. As velhas instituições são então abolidas. Como primeiro passo, um sentimento de euforia se manifesta. O povo acredita que alcançou afinal o estado ideal de liberdade, igualdade, justiça e felicidade. Cedo, entretanto, crescem as dificuldades. A anarquia se transforma em proveito dos mais astuciosos e ambiciosos. Quando não mais se encontra ali o velho monarca, cuja cabeça foi cortada, os novos líderes da revolução tomam o lugar vacante. A única diferença é que os novos dirigentes são bastardos ilegítimos que não se sentem restringidos pelos costumes e tradições as quais, pelo menos, inibiam o antigo déspota pela força de certas obrigações morais. No final, o agitador das massas toma o lugar da velha ordem, dura ou meramente ineficiente, trocando-a por um novo e implacável sistema de opressão. O processo da revolução francesa, que Burke apreciou e predisse com incrível clareza, terminou no terrorismo da Convenção e na ditadura militar de Napoleão. Cento e trinta anos depois, o mesmo ocorreu na Rússia. A história se repete invariavelmente. O mais interessante é que o próprio Rousseau, no seu ensaio sobre a Desigualdade, chamou a atenção das futuras gerações para o caso de que lessem excessiva e perigosamente bem seus Discursos.*

* * *

De novo, os pensamentos de Rousseau sobre os problemas sociais de igualdade, propriedade, o direito às riquezas, etc. são tão contraditórios que ele foi descrito tanto como o fundador do socialismo quanto como o defensor do capitalismo selvagem. Émile Faguet acreditava que o movimento socialista começou com Rousseau. No seu *Discours sur l'inégalité* e outros ensaios descobrimos uma espécie de rancor revolucionário contra todos os ricos e os nobres, sentimento que era absolutamente desconhecido naquela época. Constituem, na verdade, o primeiro exemplo dessa opção pelos pobres e expansão de ódio apaixonado contra os abastados que constitui um dos traços mais característicos do mundo presente, em perfeita coexistência, aliás, com um ímpeto geral de procura da afluência por parte de todas as classes, todas as raças, nações ou grupos de homens. Sobre a propriedade, contudo, pode-se citá-lo de tal modo que se colocaria na tradição de Locke.

Se os homens são maus, quando eram originariamente bons — assim procede o argumento de Rousseau — o motivo reside no crescimento de interesses e necessidades

---

* ***"Les peuples unefois accoutumès à des maîtres ne sont plus en état de s'en passer. S'ils tentent de secouer le joug, ils s'eloigment d'autant plus de la liberté que, prenant pour elle une licence effrénée qui lui est opposée, leurs révolutions les livrent presque toujours à des séducteurs qui ne font qu'aggraver leurs chaines."***

econômicas mútuas, criadas pela sociedade. *"Qu'on admire tant qu'on voudra la société humaine, il n'en sera pas moins vrai qu'elle porte necéssairement les hommes à s'entre-hair à proportion que leurs intérêts se croisent."* Essa ideia extraordinária estava fadada a conduzir ao conceito de Marx de uma generalizada luta de classes como inerente ao desenvolvimento da economia numa sociedade civilizada. Notai a antítese com as ideias de Hobbes e, coincidentemente, com as da maior parte dos liberais utilitaristas, para quem o interesse egoísta forma a sociedade, já que seu propósito é suprimir as lutas selvagens do estado de natureza.

Trata-se de um fato conhecido que a liberdade e a igualdade são noções incompatíveis, dada a desigualdade natural dos homens ao nascer. Tocqueville foi o homem que melhor se ocupou dessa incompatibilidade. A igualdade só pode, portanto, ser imposta pela lei, em detrimento da liberdade. No *Contrato Social,* ele declarou muito correta e claramente: *"Cest précisément parce que la force des choses tend toujours à détruire l'égalité, que la force de la législation doit toujours tendre à la maintenir".* Como todos os socialistas modernos, há poucas dúvidas quanto ao fato de que Rousseau estava preparado a sacrificar o direito de propriedade em benefício do conceito abstrato de igualdade. *"Loins de vouloir que l'État soit pauvre, je voudrais, au contraire, qu'il eut tout, et que chacun n'eût sa part aux biens communs qu'en proportion de ses services."* Trata-se, nada mais nada menos, da socialização de toda a fortuna pública e dos meios de produção.

Ao invés de associar o conceito de Estado e as bases do Contrato Social a uma imagem paterna, de Lei e Razão, como fez Hobbes, Rousseau enfatizou o grupo como dependente de um arquétipo naturalmente feminino, alimentado, não pelo intelecto, mas pelo sentimento. Ele descreveu a substância do grupo como um corpo místico. O grupo teria uma realidade própria e um poder absoluto ao qual está presa a personalidade dos cidadãos: *"Le Pacte social donne au corps politique un pouvoir absolu sur tous ses membres"***.** Seguindo nessa linha de pensamento, ele alcançou a imanentizaçâo e secularização final do símbolo da *Ecclesia.* Como Maquiavel e Hobbes, e nesse particular também como Calvino, Rousseau condenou a doutrina tradicional do Ocidente cristão que, por quase dois mil anos e não obstante conflitos tremendos, havia regulamentado as respectivas esferas de influência da Igreja e do Estado, o que quer dizer, das coisas espirituais e das coisas temporais. Criticando os "deveres contraditórios", deplorou a existência de "dois chefes, duas pátrias" e aconselhou ser o único remédio "reunir as duas cabeças da águia, tudo reduzindo à unidade política". Ao destruir a Igreja cristã, Rousseau esperava criar uma nova "religião do cidadão". O Cristianismo é um mal — declarou —

porque, "longe de acorrentar o coração dos cidadãos ao Estado, teve o efeito de desviá-los de todas as coisas terrenas. Nada conheço de mais contrário ao espírito social".

Em suma, Rousseau consignou ao novo culto do Leviatã, que rapidamente substituía o Cristianismo como religião universal, o elemento afetivo que lhe faltava. Exprimiu grande surpresa quando o *Contrato Social* foi condenado pelo arcebispo de Paris e protestou, com indignação ofendida. Entretanto, ele próprio, nesse mesmo livro, propôs as mais severas sanções para todos os não-crentes. Qualquer cidadão refratário que não se submetesse à nova Religião Civil deveria ser severamente punido e banido. Na verdade, um novo sistema inquisitorial de controle do pensamento ia ser inaugurado e a censura hoje exercida pelos patrulheiros da intelectualidade de esquerda, nos meios acadêmicos e na imprensa, encontra suas raízes no pensamento paradoxal de Rousseau.

Em *La nouvelle Héloise* encontramos novamente Rousseau estendendo-se, com deleite, sobre os métodos de doutrinação que se tornaram conspícuos na época moderna. Converte em heróis o informante secreto e o agente provocador. Joga com o vocabulário do que Orwell chamou de *Newspeak* de uma maneira que faria o grande Chefão babar-se de inveja. As pessoas que aparecem nessa novela são condicionadas a "querer aquilo que são obrigados a fazer" *("en sorte qu'ils pensent vouloir ce qu'on les oblige de faire").* As técnicas behaviouristas ou de psicologia do comportamento, inventadas por Pavlov e aperfeiçoadas por Skinner, já são sugeridas com incrível precisão. No *Émile,* a educação é induzida, de maneira que o aluno não deva fazer senão aquilo que quer, mas de tal modo que não deve querer senão aquilo que se quer que ele faça *("ne doit faire que ce qu'il veut, mais il ne doit vouloir que ce que vous voulez qu'il fasse").* Depois de o jovem cidadão ter sido *dénaturé* e sofrer o que se chama lavagem de crânio, chega o momento de ser *formado* de acordo com os novos princípios, de maneira que deseje fazer exatamente aquilo que o reflexo condicionado pavloviano, dirigido por seus guardiães, preparou-o para querer.

Foi a obra de Rousseau, em suma, um dos mais importantes elos na cadeia de ideias que nos prendem ao "modernismo" do século XX, pois resultou na submissão total do pensamento político ao malfadado incubo ideológico da psique coletiva. Suas ideias levaram duzentos anos para amadurecer. E fomos deixados com a dura alternativa de decidir se ele é, meramente, um excêntrico poeta neurótico, favorecido por acaso com algumas inspirações idílicas concernentes à beleza da natureza e à necessidade de reduzir alguns dos artifícios obnóxios da civilização — ou, então, se é um pensador cujo romantismo apenas dissimula as doutrinas mais maléficas que a filosofia política jamais gerou.

Os conceitos metafísicos de Rousseau formam o centro não muito coerente de seu sistema político. Eles abrem caminho para a visão hegeliana do Estado como entidade ética central e para a teoria marxista da alienação. Isso representa a imanentização integral da existência humana, inspirando o que tem sido chamado de humanismo ateísta moderno. As consequências dessa pseudo-teologia é que a liberdade, considerada como pura liberdade do mal, só pode encontrar sua perfeita concretização na obediência ao "milagre" da "grande alma do legislador" que é intérprete da Vontade Geral. Devemos concordar, segundo creio, com o professor Sérgio Cotta que, em suas análises, relaciona o desenvolvimento do pensamento político de Rousseau com suas convicções religiosas. Cotta chama a atenção para a consequência de tais princípios de submissão consciente ao grupo, no que diz respeito aos fenômenos recentes de lavagem cerebral, propaganda maciça, confissões públicas de culpa e outros acontecimentos semelhantes que nos têm horrorizado em nossa própria época.

Quando Rousseau escreveu "a consciência nunca nos engana... O que sinto ser correto é correto, e o que sinto ser falso é falso", ele pretendeu combater o "dogmatismo" da Igreja. Na realidade, estava lançando o alicerce de um subjetivismo moral que constitui o mais secreto e peçonhento veneno do romantismo político. Mesmo ao proclamar e influenciar o renascimento do sentimento religioso, estava Rousseau, em sua crítica à Igreja, contribuindo mais que os materialistas e ateus como Helvetius e Diderot para o ataque ao Cristianismo. Seu vício de *superbia,* sua negação do pecado original, até mesmo suas falsas pretensões como advogado do amor e elogiador de Cristo constituíam um perigo bem mais sutil para a Igreja do que as imprecações de um Voltaire. Na realidade, não foi Marx mas Rousseau que, pela primeira vez, propôs a doutrina segundo a qual, através da ação de novas instituições políticas e sociais, se poderia criar um novo meio ou ambiente social — donde também um novo homem, um homem bom e virtuoso.*

* * *

Também, cada vez mais, através da única porta do Eros tirânico, tentou Rousseau penetrar em sua Cidade Ideal. Mas a autonomia absoluta do sentimento, *la morale sensitive* que não obedece a qualquer imperativo ético racional, o despencou nas lutas históricas consigo mesmo e com o mundo que marcaram o triste fim de sua vida. Ele acreditou então

---

*"***Celui qui ose entreprendre d'instituer un peuple doit se sentir en état de changer pour ainsi dire la nature humaine, de transformer chaque individu, qui par lui-même est** *un* **tout parfait et solitaire, en partie d'un grand tout dont cet individu reçoive en** *quelque* **sorte sa vie** *et* **son être.***"* (no ***Contrato Social).***

que "toda uma estrutura de sombras se ergue contra mim".

Refletindo na própria psique as tensões de sua grande época, ao embarcar numa odisseia através da Europa a fim de escapar da indignação que seus escritos haviam provocado, o profeta da igualdade entre os homens teve que confiar na proteção de poderosos amigos aristocratas: duques, príncipes, marqueses, o duque de Saxe-Gotha, o marquês de Mirabeau, o rei da Prússia, *milord* Marshall e uma penca de grandes damas elegantíssimas e esnobes — todos contribuindo generosamente, com o seu suor, para a escavação de suas próprias sepulturas políticas. Os anos de expiação foram lamentáveis. Sentiríamos maior compaixão pelos sofrimentos desse homem basicamente religioso se as projeções de complexos neuróticos sobre o mundo da história pragmática não houvessem contribuído, de maneira tão horrenda, para os desmandos atuais da nossa sociedade. Seus protetores foram os mesmos que descreveu como "essa canalha", *"cette racaille",*

Que l'on appele grand Seigneurs,
Frippons sans probité, sans moeurs,
Mangeant fièrement notre bien;
Exigeant tout, n 'accordant rien.

Bergson acreditava que Rousseau representou a influência mais poderosa que houve sobre a mente humana desde Descartes. Se acrescentarmos os nomes de Marx e de Freud à linhagem de Rousseau, Bergson certamente tem razão: esses são, na verdade, os grandes falsos profetas desta nossa Idade. Goethe diria: "Com Voitaire o velho mundo termina. Com Rousseau um novo mundo se inicia." Harold Nicolson é de opinião que Rousseau foi bem-sucedido ao destruir a Idade da Razão e "em substituir um universo de fantasias que introduziu muita confusão, muita infelicidade, muita crueldade e muitas ilusões no mundo civilizado, e mesmo no mundo não-civilizado". Rousseau, como observou Jacques Maritain, não foi um democrata: "Se houvesse uma nação de deuses, seria governada democraticamente. Mas um governo tão perfeito não é próprio dos homens". E Bertrand Russell cita as ditaduras na Rússia e na Alemanha, especialmente esta última, como um resultado dos ensinamentos de Rousseau. "Que outros triunfos tem o futuro para oferecer a seu fantasma", pergunta Russell, "não me atrevo a predizer"... Quaisquer que sejam os outros rebentos desse espectro, o fato é que depois de duzentos anos os resultados lamentáveis de suas lucubrações ainda podem ser prognosticados.

Das sequelas da produção literária de Rousseau, poderíamos facilmente construir, segundo as sugestões de Jung, *"uma teoria política da neurose,* na medida em que os

homens de hoje estão principalmente agitados por paixões políticas, das quais foi a 'questão sexual' apenas um prelúdio insignificante". Isso, afinal de contas, apenas confirmaria uma das intuições mais originais de Rousseau. Ele expressamente declarou, em suas *Confissões,* que entre as diferentes obras a que se dedicou, aquela que por mais tempo carregou na cabeça, que trabalhou com maior afinco, à qual desejaria haver devotado toda sua vida e que lhe deveria selar a reputação, foi seu tratado político. Pois havia chegado à conclusão de que "tudo está radicalmente ligado à política e, qualquer que seja o nosso comportamento, ninguém será diferente daquilo que a natureza de seu governo o fez".

Uma obra completa de psicologia política poderia ser empreendida em torno desse tema, graças à aplicação correta dos conceitos da psicologia analítica moderna à história contemporânea. Limitados, porém, pelas exigências do ensaio, não faremos senão um exame sucinto dos desdobramentos da posição romântica que acabou acorrentando a razão ao serviço do Estado burocrático.

7

O DESPOTISMO ESCLARECIDO

Tentemos agora, no Brasil, fixar com maior precisão nossa postura histórica. É costume referirmo-nos ao século XVIII como a Idade da Razão. A Idade da Razão ou Iluminação *(Aufklärung)* cobriu, em graus diferentes, a França, a Inglaterra, a Alemanha, os Países Baixos e estendeu-se, aos poucos, por toda a Europa, atravessando os oceanos e gerando o seu mais famoso herdeiro na América do Norte. Com ela inicia-se, propriamente, a idade moderna, razão pela qual pode também o desenvolvimento ser definido como um processo de modernização. Donde, um processo de racionalização do comportamento. Mas em que consiste essa Idade e qual é, exatamente, nossa situação, do ponto de vista histórico, em relação ao domínio cartesiano sobre o Ocidente?

A Idade da Razão não registra apenas o triunfo dos *Philosophes* e Enciclopedistas franceses. Não representaria simplesmente uma Minerva, de proporções esculturais, nascida como por encanto da cabeça de Francis Bacon e René Descartes. Não configura tampouco um mero movimento científico e sistemático, dedicado a combater os privilégios, as torturas, as superstições, práticas absurdas e crenças falaciosas da época, resquícios daquela que veio então a ser chamada "Idade Média". Céticos e às vezes ateus, embora mais comumente deístas, os pensadores da época barroca meditaram profundamente sobre moral, sobre política, sobre filosofia das leis e sobre a necessidade de mudanças sociais que o sentimento de justiça lhes inspirava. Carl Becker fala-nos com ironia e erudição sobre a Cidade Celeste com que os filósofos do século XVIII sonharam.

O racionalismo fora atingido pelo pecado de *superbia,* o orgulho diabólico. A pretensão de alcançar uma compreensão total e perfeita dos negócios humanos levou a considerar a possibilidade de planejar inteiramente o destino do homem. Seria esse, precisamente, o objetivo do socialismo. O "cientificismo" pretendeu atingir, nas ciências humanas, o mesmo grau de precisão e certeza matemáticas que triunfava nas ciências física e astronômica. Os racionalistas concebiam a capacidade do homem de construir a Utopia. É essa a razão pela qual os séculos XVII, XVIII e XIX são tão ricos em projetos utópicos, sendo que Marx, ao criticar os socialistas ditos utópicos, seus contemporâneos, ia conceber a maior e mais funesta de todas as utopias. Popper deseja substituir a Utopia pela

engenharia social. Hayek chamou à pretensão de planejar o destino do homem de *construtivismo.* E Kristol definiu o racionalismo como "um caso de elefantíase do espírito de inquérito racional — um espírito que, em si, nada por princípio possui que seja digno de objeção. Mas se desejamos ser teológicos a seu respeito, poderíamos acentuar que o racionalismo nas ciências sociais é um caso de *hubris"...*

Não foi Marx o primeiro a propor a transformação radical do mundo: todos os belos metafísicos do século XVII, com seus redingotes de veludo, suas perucas brancas e seus punhos de renda, fizeram *courbetes* ao oferecer projetos grandiosos e profetizar, com entusiasmo ingênuo, uma visão da Utopia com o progresso vertiginoso da liberdade no futuro. A América, aliás, valeu-se desses sonhos construtivistas e passou a ser o "Novo Mundo". Numa sociedade ideal nasceriam, sob o império da Razão, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A ciência daria ao homem progresso ou o que chamamos hoje Desenvolvimento. Essas utopias concretizaram-se no século XIX em projetos detalhados, rebentando, no nosso próprio século, em movimentos milenaristas revolucionários de efeitos catastróficos bem conhecidos. Duas guerras mundiais, várias revoluções sangrentas, duzentos milhões de homens massacrados e outros tantos escravizados, tudo em nome da ciência, da técnica e de um qualquer discurso totalitário, essas tristezas finalmente despertaram em nós uma saudável desconfiança para com os sonhos de juventude talvez mal inspirados.

Naquela época, porém, venerava-se a ciência e a razão. A inteligência racional do homem seria o remédio aplicável a todas as atividades humanas e a todos os setores da realidade histórica existente: a fé inocente perdurou até que a loucura humana se tornasse mais evidente. A Idade da Razão coroa, de qualquer forma, uma evolução cujas origens se podem encontrar na idade clássica, na Grécia e em Roma. Muitos chegaram a acreditar, do alto de seu orgulho impertinente, que o homem ocidental é um homem de razão e que, nesse sentido, a história da Europa configuraria, toda ela, um esforço de expressão da Razão ou do Espírito (o *Geist* hegeliano), nela imanente, e se contrapondo ao obscurantismo oriental. Na verdade, sementes desta altiva posição podem ser encontradas na Escolástica, pois foram os clérigos medievais, discípulos da lógica aristotélica que, primeiro, aprenderam a pensar dentro dos cânones draconianos fixados pela Igreja.

O Renascimento liberou o homem de suas cadeias conservadoras enquanto a Reforma e a Contra-Reforma abarcam, num vasto conflito interior, a grande crise espiritual do homem ocidental. Nunca, como nessa época, foram tão intensas, tão violentas e dilaceradoras as paixões políticas, os sentimentos religiosos e o esforço intelectual para

traduzir a fé em atos, declarações e "profissões" de lealdade. Do fogo ardente dessas lutas intestinas saíram as mentes temperadas para a grande expansão da civilização europeia que começa a eclodir na idade barroca — preparatória da Revolução industrial. Em seu aspecto mais sólido e criativo, alia-se o racionalismo francês à *Aufklärung* germânica e ao sólido pragmatismo britânico para engendrarem o estado moderno e a democracia liberal parlamentarista, como hoje os conhecemos. Esse mesmo pragmatismo utilitarista, favorecido pelas circunstâncias especiais vigentes nas Treze Colônias da América, dá nascimento à primeira grande República da época moderna.

Descartes é quem proclama, solenemente, a supremacia da razão e funda a nova filosofia. Seu instrumento é o método analítico rigoroso, precedido da crítica lógica que, em termos claros e precisos, parte da dúvida para chegar à verdade. Mas antes de Descartes, outros colocam Francis Bacon como o primeiro pensador da nova Idade. Bacon contribui com a ideia de utilidade. O objeto da ciência é melhorar a vida humana, aumentar nossa felicidade — *commodis humanis inservire.* É o método experimental, uma nova sistemática do pensamento para a conquista da natureza em benefício dos interesses humanos. Em sua Utopia, a *New Atlantis,* o chanceler inglês promove a ciência em seu valor social como caminho exclusivo para o progresso comum. Nessa visão otimista, o Estado não é mais conduzido por filósofos, como desejava Platão, mas por cientistas ou o que hoje chamaríamos de tecnocratas, os quais governam com autoridade incontrastável, tendo em vista o desenvolvimento das nações. "Conhecimento é poder", dizia Bacon. Pelo seu empirismo, seu utilitarismo prático, sua obsessão com os fatos objetivos, de experiência, e seu entusiasmo pela ciência e a técnica, graças às quais sonha magnificamente alcançar um mundo futuro de admirável poder e bem-estar — pode Bacon ser considerado o primeiro inspirador e profeta da Revolução científica.

Assim como Descartes lança a dúvida no início de qualquer filosofar, também propõe Francis Bacon um expurgo de todos os "ídolos", de todas as falsas maneiras de pensar, dos preconceitos, mitos, prejuízos, falácias, ilusões, defeitos de lógica, superstições e ignorâncias. É preciso varrer esse lixo do passado. É mister estabelecer os alicerces da nova Idade. Imitando Bacon e Descartes, também devemos prosseguir nosso estudo com um exorcismo de nossa "sombra" intelectual. Gramsci, em nosso próprio século, dirá que só a Verdade é revolucionária...

Quando entramos na idade barroca, a Razão já se tornou a concepção central da filosofia. O valor do *esprit systématique* é proclamado por toda parte. As elites se consideram racionais. Os reis querem governar racionalmente. Os ministros apregoam

reformas racionais e Boileau pontifica

> *Aimez donc la raison, que toujours vos écrits*
> *Empruntent d'elle seule et leur lustre et leur prix...*

Mas embora já houvesse homens suficientemente lúcidos para, como já lembramos Pascal, prevenir que o coração tem suas razões que a razão desconhece, todos os inteligentes da época se consideram racionais e erguem o culto de Minerva como elemento central da civilização da época.

Hoje, já não entendemos tão facilmente esse fascínio dos homens do século XVIII. O Romantismo interveio entrementes. Consideremos, entretanto, que eles tinham consciência de haver descoberto a arma definitiva do intelecto e imaginavam que, com ela, todo progresso seria possível. Não obstante as grandes revoltas do irracionalismo contemporâneo, essa ideia ainda permanece válida para aqueles que continuam a acreditar numa evolução indefinida, segundo as promessas da ciência. Ela é válida, sobretudo, para aqueles que ainda não criaram dentes de siso.

Comparemos, por exemplo, o que ocorre na Europa do Século das Luzes com as nossas próprias circunstâncias atuais brasileiras. O racionalismo gera uma mentalidade. Os homens sentiam então que estavam a sair do atraso, do ambiente de superstição e rotina grosseira, da ignorância e da tradição carcomida. Libertavam-se do subdesenvolvimento, mas num sentido antes cultural, social e político do que propriamente econômico. Imaginavam um novo mundo a construir que marcaria o triunfo da inteligência e é nesse momento, efetivamente, que o Mito do Progresso os empolga. A civilização avança, promete e abre perspectivas alucinantes para as grandes potências que estão na sua ponta de lança. Quem nasceu na idade barroca, tão equilibrada, tão elegante, tão suave de maneiras e teatral em suas pretensões, viveu numa constante expectativa de novas revelações, surpreendentes, que deviam beneficiar toda a humanidade.

A grande revolução científica originou-se não somente na descoberta medieval do poder do intelecto humano mas no reconhecimento dos fatos como são. A Idade moderna não é apenas racional, é empírica.

Não é mais dedutiva como Descartes mas indutiva como Bacon. Nesse sentido, poderíamos propor a tese de que, se a Razão, em nossa época, perdeu algo de sua antiga glória e fama, os fatos em si continuam a ser reconhecidos como tenazes e irredutíveis — qualquer que seja o sucesso, das tentativas do realismo mágico, do espiritismo, da astrologia e da neofeitiçaria para contestar o empirismo. A tecnologia baseia-se na

convicção de que os fatos são o que são. É uma certeza matemática. Aquilo que torturava Ivan Karamasov: dois e dois são quatro. No mundo pré-dostoievskiano, não é possível contornar essa fórmula: as leis físicas são leis como aquelas às quais se referiam os romanos, *dura lex sed lex***.** As regras matemáticas não são contestáveis por qualquer espécie de *slogan* subversivo.

Foi Hume quem, com mais audácia, procurou descrever a natureza como uma espécie de imensa máquina, em extensão do universo newtoniano. Hume refletiu o entusiasmo pela máquina recém-descoberta, sobretudo pelos relógios que pareciam representar, na sua perfeita mecânica e controle cronológico, o admirável aparelho cósmico gerado na mente de Galileu, Kepler e Newton. No seu *Diálogos concernentes à Religião natural,* convida Hume à contemplação de todas as partes do mundo: "só descobrireis que nada mais é do que uma imensa máquina subdividida num número infinito de máquinas menores, que de novo admitem subdivisões, até um grau que ultrapassa tudo o que as faculdades e sentidos humanos possam imaginar e explicar" ... "A curiosa adaptação dos meios e dos fins, através de toda a natureza, assemelha-se exatamente, embora de muito exceda, aos produtos da inteligência humana." O positivismo de Hume estendeu-se à sua filosofia política.

A concepção mecanicista da natureza, da vida e até mesmo da alma humana ainda vigora, em nossos dias, em muitos setores da ciência oficial, contribuindo para seus avanços. Entretanto, a mentalidade filosófica está mudando: "Qual sentido há em falarmos em explicação mecânica", pergunta Whitehead em sua obra *Science and the Modem World,* "quando não sabemos o que se quer dizer com mecânica?" O relógio newtoniano dissolveu-se nas distâncias ultramicroscópicas e nas grandezas astronômicas. As leis mecânicas transformaram-se em leis estatísticas. Os *quanta.* A matéria evaporou-se em energia e a própria física não mais se distingue da matemática. A razão esbarra com contradições insuperáveis, como por exemplo na teoria da luz, ora concebida como ondulatória, ora como partícula. Tudo se transforma em abstrações...

Mas se assim é na vanguarda do pensamento, nós, que ainda permanecemos na retaguarda, ainda temos que passar pelo método, pela mecânica, pelo relógio, pelo *esprit systématique, l'esprit de géométrie* e pelo império tirânico dos fatos objetivos — para podermos avançar até o nível do desenvolvimento. Se o mundo moderno pretende transcender o racionalismo, isso não significa que possamos nós fazê-lo, no Brasil, sem antes passar pela Idade da Razão. Neste terreno, não é viável o conselho de pular da carroça de boi ao avião, sem usar a estrada de ferro...

A contrapartida política da Filosofia da Razão, no século das luzes, constituiu o que veio a ser chamado de Despotismo Esclarecido. Vale notar que o Despotismo Esclarecido precedeu a teoria da liberdade, elaborada sobretudo pelos filósofos ingleses e pelo Romantismo de Rousseau. O termo foi definido pelo marquês d'Argenson, que idealizava um rei-filósofo, de moldes platônicos, capaz de unir a inteligência, o bom senso e a preocupação com os interesses do povo a um poder absoluto. Os Déspotas racionais da época desejavam concretizar o ideal de Platão que, na *República* (V 473 d), adverte: "até quando forem os filósofos reis, ou os reis e príncipes deste mundo adquirirem o espírito e poder da filosofia, e a grandeza política, juntamente com a sabedoria, em uma só pessoa se encontrarem ... até então as cidades contra seus males não conhecerão tranquilidade." O poder da inteligência monárquica para transformar a sociedade refletiria, no século das luzes, o desejo de fazer triunfar a autoridade racional sobre os privilégios, os preconceitos, as tradições obsoletas, as superstições ideológicas e as estruturas sociais arcaicas, especialmente a servidão do campesinato. Compreendia, em alguns casos, a libertação dos entraves tradicionais ao crescimento de uma livre economia de moldes capitalistas, como teremos ocasião de discutir em capítulo subsequente.

O problema da democratização da Europa envolvia, assim, numa primeira etapa, a centralização absolutista do Estado, uma vez que era necessário destruir, previamente, as bases do feudalismo, domesticando a aristocracia e substituindo-a por uma burocracia de serviço, aberta à burguesia. Só depois de terminado esse processo de aliança dos reis com a burguesia mercante, seria asado galgar o patamar mais alto, limitando o poder arbitrário da monarquia através do movimento constitucionalista. A democracia venceu, primeiro e mais solidamente, precisamente naqueles países em que os reis se tornaram constitucionais por pressão dos senhores feudais. Aliás, até hoje, as mais estáveis e avançadas democracias do mundo (com exceção da Suíça) são monarquias: a Grã-Bretanha, a Holanda, a Bélgica e os escandinavos. Talvez esses reis impotentes tenham, pelo menos, o poder de neutralizar o aparecimento de lideranças populistas de consequências tão desastrosas.

Vale notar que, ao contrário do que se supõe comumente, os *philosophes* da época, com a notável exceção de Rousseau, não eram revolucionários no sentido que se dá hoje ao termo. Não eram "subversivos", inimigos da autoridade. Nem pregavam a derrubada violenta dos governos constituídos. Ao contrário: se pregavam a liberdade, pregavam-na com moderação, considerando-a um corolário da obediência à lei, sobretudo do respeito à lei moral. Eles concebiam a democracia não tanto como um método de governo "do povo,

para o povo, pelo povo", quanto como um sistema racional-legal que suprime a arbitrariedade, a desordem e o privilégio. Estritamente, regime moderno seria aquele que estabelece a igualdade de todos perante a lei, eliminando os privilégios oriundos da hereditariedade e interesses afetivos espúrios.

Em seu *Ensaio sobre os primeiros princípios de governo,* de 1768, Hume chamou enfaticamente a atenção para o fato de que o problema básico da constituição de um governo consiste em identificar o interesse dos governantes com o interesse dos governados. Ora, essa identificação pode ser alcançada em governos não-democráticos. "Déspotas esclarecidos" do tipo de Frederico II, o Grande, da Prússia, que se considerava o primeiro servidor do Estado; ou, voltando um pouco atrás, o cardeal de Richelieu que havia "fulminado mais do que governado os mortais"; ou Luís XIV, que afirmava *"L'État c'est moi!"* — eram perfeitamente conscientes da identificação. Hume exemplificava: suponhamos que "o rei da Inglaterra e as duas casas do Parlamento façam uma lei, de acordo com todas as formas usuais, com o propósito de isentar os membros de qualquer das duas câmaras de pagar impostos e de se apropriar dos bens de seus concidadãos. Uma lei como essa abriria os olhos de toda a nação e lhe mostraria os verdadeiros princípios de governo e o poder dos governantes. A nação veria que os governos mais regulares [diríamos, hoje, mais "legais"] podem tornar-se tirânicos e seus governantes opressivos, *se separarem seus interesses do povo que governam".*

O papel revolucionário que Voltaire exerceu, em França, se prende, não a qualquer defesa de um regime republicano, mas à luta contra a burocracia, a arbitrariedade, a tortura, a censura, o abuso e o privilégio irracional. Não podemos confiar no julgamento do povo, afirmava ele. Quando a multidão começa a raciocinar, tudo está perdido: *"Quand la populace se mêle de raisonner, tout est perdu"...* O trauma inicial de sua carreira como escritor e filósofo subversivo ocorreu quando foi espancado por uma *gang* de brutamontes, a soldo de um aristocrata medíocre, o *chevalier* de Rohan, com o qual havia tido uma desavença a respeito da dignidade dos respectivos nomes. A prepotência do homem, cioso de seus privilégios de família, foi o que irritara Voltaire. O protesto contra o arbítrio levou-o à Bastilha e ao exílio na Inglaterra.

Tocqueville escreveu que os franceses *"veulent 1'égalité dans la liberté et, s'ils ne peuvent l'obtenir, ils la veulent encore dans 1'esclavage".* O problema, contudo, é que o desejo de igualdade, em termos de justiça, e o gosto pelo privilégio são impulsos contraditórios, encontradiços na maioria dos homens. De Gaulle também fez essa observação a propósito dos franceses. Ela é válida, porém, para todos os povos,

particularmente para os latinos. Isso quer dizer que o anseio natural que conduz à procura da igualdade e da justiça, sendo de caráter racional e abstrato, pode perfeitamente conviver com o obsessivo zelo no sentido de obter prerrogativas, imunidades e vantagens especiais. E o motivo dessa aparente incongruência é o seguinte: a ideia de justiça na equidade está relacionada com as funções intelectuais, é uma noção abstrata, intuitiva e de aplicação geral, correspondente aos princípios de Razão prática, segundo Kant. A igualdade se impõe como uma exigência da Razão. Surge a partir da consideração do sujeito que não deseja ser discriminado. Insistimos pela *isonomia,* como dedução lógica de um "contrato social" entre irmãos que se consideram igualmente credores da benevolência e proteção paternas. O privilégio discriminatório, ao contrário, constitui uma reação afetiva concreta, diante de situações transitórias: situa-se na área da preferência por motivos de amor, simpatia, lealdade ou amizade.

Em sua famosa distinção entre as três formas de legitimação do poder ou domínio — o tradicional-patrimonial, o carismático e o racional-legal — Max Weber torna claro que só a terceira permite a superação do privilégio. A "rotinização do carisma" acarreta o privilégio daqueles que estão de certo modo relacionados com a autoridade. O prestígio é contagioso e os que se associam ao carisma do chefe são *ipso facto* privilegiados. Isso se transmite por "tradição" imemorial e se converte em rotina. Só o processo de racionalização que configura o sistema democrático-burocrático moderno permite eliminar a exceção pessoal discriminatória.

O tema é interessante. Encontrei em uma obra do antropólogo Roberto da Matta, que lecionou muitos anos nos EUA, uma observação pertinente sobre as reações opostas do americano e do brasileiro numa situação determinada — digamos, numa fila de espera. Se nos Estados Unidos alguém desejar, impetuosamente, romper a fila, passando na frente dos que esperam, os protestos serão gerais e imediatos: "Quem você pensa que é?" *(Who do you think you are?)* A multidão exige o respeito geral, isonômico, ao ordenamento, lei e regra. Não pode haver exceções. A lei é dura mas deve ser igual para todos. O reclamo desse tipo está profundamente entranhado na sociedade democrática americana e lhe constitui mesmo uma das características essenciais. No Brasil, entretanto, um indivíduo que, por qualquer motivo, procura escapar pelo privilégio da rotina da lei e do regulamento imposto ao comum dos mortais, se chamado à ordem por alguma autoridade, logo retruca com a clássica pergunta prepotente: "Você sabe com quem está falando? "...

O anseio de privilégio é facilmente explicável pela estrutura originariamente aristocrática e patriarcal de nossa sociedade — uma sociedade de fundo colonial cuja

autoridade seria classificada por Weber como tradicional patrimonialista. Se a Grande Família constitui a unidade primária de nossa sociedade e se a Família é uma organização que se mantém necessariamente pela força dos laços afetivos, vamos por natural reação exigir o privilégio. A mãe privilegia o filho. O senhor privilegia o protegido. O patrão privilegia o cliente. O amigo, o amigo. *Surge uma vasta tessitura clientelista e familiar que mantém sua coesão pela discriminação privilegiada de seus membros.* Se um relacionamento pessoal domina os fatores de coração, "cordiais", de simpatia ou antipatia — o homem afetivo, temperado nessa estrutura emocional de relações pessoais de dívida e crédito, encontrará dificuldade em se adaptar à frígida rigidez uniforme e igualitária da isonomia. Diz-se que a grandeza de Roma foi assegurada pela capacidade dos velhos cidadãos da República de recalcarem os interesses particulares e sentimentos familiares em obediência à dureza da lei. As virtudes republicanas exigiam, por exemplo, que um Brutus ou um Manlius Torquatus mandassem executar seus próprios filhos porque se haviam tornado culpados de crimes contra o Estado.

Weber falava no processo de racionalização do mundo. Como não passamos ainda pela Idade da Razão, encontramos alguma dificuldade em nos extrair do espírito patriarcal, clientelista e personalista. O esforço de supressão do privilégio exige um longo processo educativo na lógica fria do método cartesiano. Vejam como o pendor para a exceção privilegiada se estende a todas as classes: o motorista de chapa branca se considera imune às leis do tráfego. O juiz tem o privilégio do tribunal especial: se cometer um crime será julgado por seus pares e, naturalmente, absolvido. Privilegiado o congressista cujas imunidades jamais lhe serão retiradas em caso de contravenção, abuso ou transgressão penal. Privilegiados os membros da corte palaciana que gozarão de impunidade pelas falcatruas que cometeram no exercício de seus cargos. Os barões da burocracia, os tecnocratas das grandes sesmarias autárquicas estabelecem seus próprios privilégios patrimoniais e poucas instâncias existem para controlar qualquer abuso. Talvez o mais escandaloso de todos os privilégios é o esquema de refinado artifício, em consequência do qual ficam praticamente isentos do pagamento de imposto de renda os parlamentares, os magistrados e os militares — o que quer dizer, precisamente a "nobreza de espada e de toga" que governa este país como, no século XVIII, governava a França. Ocorre aí uma tendência muito normal, do tipo da que foi mencionada por Hume, de confundir o cargo com a propriedade, ou uma incapacidade de distinguir o que é seu do que é público. É essa uma das fontes mais comuns de corrupção. O funcionário se locupleta com o bem do Estado, pensando que é seu... Patrimonialismo significa confusão entre o que é público e o

que é privado.

Entretanto, fundamental em uma organização democrática é que, dadas as desigualdades naturais, se consolidem duas igualdades essenciais, pelo menos: a de oportunidades e a de submissão à lei. É nesse sentido que podemos sustentar a necessidade de superar a mentalidade de privilégio. Sem isso, jamais alcançaremos a tal famosa democracia que queremos...

* * *

O símbolo da aliança do intelectual com o déspota reformista nos é oferecido pela amizade de Descartes com a rainha Cristina da Suécia (e lá se foi o pobre filósofo, de cabeça forte e corpo franzino, para morrer de pneumonia em Estocolmo...); e pela de Voltaire com Frederico o Grande, da Prússia.

Voltaire, o grande espírito da época, que debicava tudo, que pregava contra a Igreja e o clero, que reinava pela malícia e a ironia, insistia no entanto, em 1769, que "não se trata de fazer uma revolução como no tempo de Lutero e Calvino, mas de fazê-la no espírito daqueles que nasceram para governar". Tratava-se, isso sim, de provocar o que chamamos hoje de "mudança de mentalidade" nas elites, na cúpula governamental, se possível na cabeça dos reis. Como Voltaire, os outros filósofos enciclopedistas não podiam conceber uma forma de governo como a Confederação Helvética e os Países Baixos, ou Estados novos que surgiam na América para surpresa e pasmo da opinião pública europeia. O próprio Hume, por exemplo, negava absolutamente que um grupo de homens pudesse concluir um Contrato Social, sem audiência e concordância de seu soberano. Hume morreu exatamente em 1776, poucas semanas depois da Declaração de Independência americana que lhe desmentia o preconceito. Os pensadores mais eruditos, como Montesquieu, admiravam acima de tudo o exemplo inglês porque nele descobriam o segredo da separação e equilíbrio dos poderes — não apenas no sentido funcional, mas no sentido hierárquico. Na Inglaterra vigorava uma perfeita distribuição de funções, de autoridade e de responsabilidade entre o rei, chefe constitucional mas de uma constituição não escrita; a elite aristocrática e a alta burguesia com assento na Câmara dos Lordes (alguns vitalícios e outros hereditários); e, finalmente, o povo em geral, com representação na Câmara dos Comuns. A soberania estava expressa na fórmula concisa: "O Rei no Parlamento"...

O movimento de reforma, na segunda metade do século XVIII, teria conduzido talvez toda a Europa para uma evolução pacífica em direção à democracia parlamentarista — paralelamente ao que ocorrera na Inglaterra — se não houvesse sido frustrado, de um

lado, pela inércia reacionária e a corrupção da instituição monárquica em França, desfavorecida com dois reis infelizes, o lascivo Luís XV e o medíocre Luís XVI. E se, de outro lado, o vírus romântico, que Rousseau fermentara em suas lucubrações desregradas, não o houvesse feito descarrilar. O elemento anárquico da Revolução, de 1789 em diante, é com efeito distilado pelo Romantismo e por isso, sem dúvida, Diderot e os Enciclopedistas reagiram com tamanho horror aos princípios de Rousseau.

Essencialmente, configura o Despotismo Esclarecido a transição histórica da autoridade tradicional, patrimonialista, para a autoridade racional-legal — para usarmos as expressões de Max Weber. O objetivo em todos os países é o mesmo. Trata-se de liquidar, de uma vez, com os resquícios do feudalismo, sobretudo com a servidão rural. Proporcionar uma base legal para as reformas, corrigindo os privilégios injustos, estendendo a imposição a todas as classes em bases igualitárias, suprimindo as torturas e práticas desumanas, promovendo a instrução pública, inspirando a tolerância religiosa, liberando a economia dos entraves corporativos, cultivando terras novas, incentivando o desenvolvimento tecnológico e científico e, de um modo geral, ampliando o bem-estar geral — assegurando, em suma, o que chamaríamos de Desenvolvimento. Sem esquecer as considerações de segurança e poder nacional que desempenhavam, na época, enorme papel na consciência dos governantes.

Vale insistir no fato de que os *philosophes* detestavam o Absolutismo, não como excesso de autoridade, mas como risco de prepotência e irracionalidade. Para quem venerava acima de tudo a razão, o mal dos regimes monárquicos autocráticos não residia no exercício legítimo da autoridade, mas na arbitrariedade possível, no capricho, no privilégio atrabiliário, na ineficiência burocrática, na injustiça que brada aos céus e nessa empáfia dos filhos de duques que corrompiam o *ancien régime*. Que um déspota estivesse pronto a varrer todas essas práticas absurdas e os *philosophes* logo a ele aderiam, passando a louvá-lo como um herói. Se o que se pregava era a razão e a lei, o objetivo não consistia, simplesmente, em reduzir-lhe o poder, mas controlá-lo através de instrumentos legais. Essencialmente, o que se propunha era o império da lei. Mesmo os mais exacerbados inimigos da "tirania", como Diderot, Rousseau e Voltaire, não desdenhavam o convívio com príncipes, duques e marqueses, para não falar com a figura universalmente admirada de Frederico II de Hohenzollern. Voltaire, aliás, não era de modo algum igualitarista: o que ele pregava era o privilégio da inteligência em lugar do privilégio de sangue.

O critério último da autoridade, em suma, era racional-legal. Quando Voltaire acentua que *"la liberte consiste à ne dépendre que des lois"* — ele exprime esta convicção.

Ela é geral, aliás: a liberdade depende da imposição de uma ordem legal, universalmente respeitada. É errôneo pensar, como os liberais extremados de hoje, da linha esquerdista contestadora, que os objetivos da democracia fossem a supressão de toda lei, de todo constrangimento e toda ordem moral. As leis podem ser amenas, suaves e permissivas. Podem, pelo contrário, ser austeras, restritivas e violentas — contanto que existam e se imponham. O poder de polícia é uma garantia e não um abuso. Em última análise, a ordem social está estribada numa ética coletiva, numa ética social que qualquer libertino sempre poderá considerar repressiva.

Nestas circunstâncias, a distinção vulgar que se faz entre regime liberal e regime autoritário, para caracterizar a democracia como sinônima do primeiro, não procede. Democracia consiste em não depender da vontade caprichosa de quem quer que seja — rei ou multidão, aristocracia ou assembleia popular demagógica — mas apenas da lei, da lei moral, em primeiro lugar; da lei policial quando falha a primeira. Uma autoridade fraca, corrupta, errática e agindo na base de pistolões, privilégios e considerações de amizade e família, não é uma autoridade democrática, mesmo que assim se proclame demagogicamente. Nem é a anarquia o sólido alicerce da democracia. Platão já prevenia que a oclocracia é o caminho certo da tirania...

O grande exemplo, a meu ver, deste sentido exaltado da autoridade racional-legal é a famosa história do moleiro de Sans Souci. Frederico II mandara construir seu palácio perto de Potsdam. Mas as janelas lhe eram prejudicadas, na contemplação da paisagem, pelo moinho de um camponês seu vizinho. O monarca fez pressão para que o moleiro vendesse o moinho, a fim de ser derrubado, abrindo as perspectivas do jardim. O homem negou-se. O rei insistiu, ameaçou. Mas o moleiro arrematou: "ainda há juizes em Berlim!" E assim o moinho ainda hoje lá se encontra...

Ao examinarmos o panorama da Europa no século XVIII, verificamos que diversos foram os resultados do Despotismo Esclarecido. No que diz respeito à Inglaterra, algumas observações preliminares se impõem. A Inglaterra foi a exceção no século XVIII. Ou, por outra, ela teve seu despotismo esclarecido no reinado e na pessoa de Henrique VIII, Tudor, duzentos anos antes, cuja obra foi complementada por sua filha, a grande Elizabeth († 1603). Déspota cruel e egoísta em seus atos caprichosos, decapitando esposas e amigos com a mesma sem-cerimônia com que mandava torturar selvagemente seus inimigos, Henrique Tudor consolidou todavia o poder do Parlamento, a ponto deste crescer sob a dinastia seguinte, a dos Stuart, e ser capaz de resistir vitoriosamente à tentativa absolutista do rei Carlos I. Henrique VIII foi descrito como "um déspota sob as formas da lei" — o que

bem explica os motivos de seu sucesso. Conseguiu efetivamente dar forma legal a todas as profundas alterações que impôs à Inglaterra, na transição do feudalismo para a organização moderna. Nenhuma de suas esposas infiéis e nenhum de seus ministros foram parar no patíbulo sem o uso (sincero ou hipócrita, não importa) de todos os recursos legais. Nele encontramos o amor da eficiência e o entusiasmo renascentista pelo progresso e a "virtude" de poder, no meio das veleidades anárquicas que se faziam sentir sob a cobertura de convicções religiosas contraditórias. É interessante notar que Samuel Huntington atribuiu aos Tudor as instituições que até hoje governam a América do Norte. O fato é que, em pleno século XVI, Henrique VIII e sua filha Elizabeth foram os últimos autocratas carismáticos que governaram a Inglaterra. É com eles que se estabelece aquele perfeito equilíbrio hierárquico entre o rei, os lordes e os comuns o qual, com poucas interrupções e alterações (refiro-me ao período da Revolução Inglesa, de Carlos I a Cromwell) se manteve no arquipélago britânico. Tal regime tornou a Grã-Bretanha, na época de seu maior brilho, o país mais bem governado do mundo. Em sua obra *Political Order in Changing Societies,* alega Huntington que os Estados Unidos criaram instituições democráticas tão difíceis de compreender e tão impossíveis de imitar graças aos Tudor. Foi justamente o fenômeno tão essencial de rápida modernização da sociedade americana que impediu a modernização de suas instituições políticas, de modo que seriam hoje os Estados Unidos, segundo Huntington, "uma das mais antigas *policies* do mundo". Huntington aponta, em outras páginas, para o caráter francamente obsoleto das instituições americanas, presididas por mecanismos complicados, de natureza legal, com muito pouca flexibilidade. Com tais instituições arcaicas estabelecidas por um déspota esclarecido foram os americanos, entretanto, que inovaram e introduziram vários dos expedientes modernos de participação popular. Huntington dá-lhes mesmo o crédito — que creio imerecido — de haverem inventado os partidos em princípios do século XIX. Na verdade, os partidos já existiam no Parlamento inglês do século XVIII, com seus *Whigs* liberais e seus *Tories* conservadores. Na Suécia, enfrentavam-se os Chapéus, civis, partidários de uma política externa pacifista, e os Quépis, favoráveis a uma linha dura na diplomacia. E, na própria França, a Revolução introduziu os partidos dos Jacobinos, dos Montagnards e dos Girondinos. Mas de qualquer forma, foram os anglo-saxões os primeiros que transitaram do feudalismo para a democracia moderna.

As reformas da Idade da Razão não constituíram, todavia, obra exclusiva dos reis. Se considerarmos a evolução política da França para o modernismo, verificamos que o lento processo teve início com Henrique IV e seu ministro Sully; depois com Luís XIII e

seu ministro, o ilustre cardeal de Richelieu; e com Luís XIV que, com todo o amor extremado de glória pessoal, limitou sua intervenção no governo a assuntos de guerra e construção de palácios, deixando a ministros como Colbert e Louvois a administração do país. Esses ministros eram grandes burgueses. Luís XIV sempre suspeitou dos aristocratas na administração, achando melhor mandar os duques e marqueses morrer nos campos de batalha. Com Luís XVI, encontramos Turgot, que era um economista e administrador de enorme talento, o qual propunha simplesmente "reduzir as despesas abaixo das receitas" — o que quer dizer, combater a inflação e criar poupanças para estimular o crescimento da França, então o estado potencialmente mais rico da Europa. Se, em vez de um fraco e pusilânime monarca, houvesse Turgot encontrado um príncipe de vontade férrea para corresponder às suas ideias, talvez não tivesse havido Revolução francesa. É Napoleão, entretanto, o último e maior de todos os Déspotas Esclarecidos.

Nos países escandinavos aparece um Struensee, na Dinamarca, que, por andar depressa demais, perdeu a cabeça. Mas foi seguido de um Bernstorff e de um Reventlow. Na Suécia, é o próprio rei Gustavo III que procura introduzir as ideias filosóficas francesas, para revitalizar uma monarquia em franco declínio. Na Áustria, José II, tio-avô de nossa Leopoldina, tenta reformar completamente a velha monarquia habsburgueana entre 1780 e 1790, abolindo a servidão e tentando soluções centralizadoras que terminam em fracasso. É uma figura melancólica de potentado frustrado. Na Rússia a Grande Catarina, pequena princesa alemã que subira ao trono em circunstâncias suspeitas, limitou-se a fazer a propaganda de suas ideias liberais através de uma vasta correspondência com Voltaire, Diderot e D'Alembert. Catarina era uma comediante perfeita. Na realidade, reduziu ainda mais os mujiks à servidão, dedicando-se apenas a melhorar a eficiência administrativa e militar do país. Foi tipicamente russa!

Na Alemanha a situação é interessante. No século XVIII, acabava de se refazer dos desastres das lutas de religião e da Guerra dos Trinta Anos que a devastaram. Dividida em uma multidão de uns trezentos reinos, ducados, margraviados e outros pequenos estados, manejados como piões pelas grandes potências da época, o seu problema dominante é o da união nacional. Essa só se concretiza cem anos depois, em 1870, com a hegemonia da Prússia bismarckiana. O movimento da *Aufklärung* representa, entretanto, um fenômeno de conscientização nacionalista que os grandes filósofos encabeçam. Frederico Guilherme I, o Rei-Sargento, lança as bases do poderio prussiano, mas vale apontar novamente para o papel de seu filho, Frederico II († 1786). Efeminado em sua adolescência, extremamente culto, escritor, amante dos filósofos e dos artistas e ele próprio emérito flautista, Frederico é

também um extraordinário chefe militar e um administrador genial. Sua obra não se limitou a fortalecer o poder da Prússia, mas a estender a educação do povo, colonizar as áreas desérticas do país, distribuir a justiça e incrementar o desenvolvimento econômico de seus domínios. A infiltração da concepção prussiana em toda a Alemanha é lenta, porém segura. Numa nação de românticos, preocupados com

Wein, Weib und Gesang

(vinho, mulheres e canções) aparece um tipo descrito como "virtuoso, acima de tudo modesto, austero e admirador da ordem", e cujas raízes espirituais se encontram na filosofia teocrática, autoritária e monástica da Ordem Teutônica. Aos poucos, essa mentalidade brutalmente racional, disciplinada, agressiva, arregimentadora que, sob Bismarck, ergue o império guilhermino à altura de grande potência mundial, se corrompe com o veneno romântico do nacionalismo predatório, ao som das trombetas wagnerianas da Cavalgada das Walkírias e dos pronunciamentos grandiloquentes e proféticos do Zaratustra nietzscheano. O Reich precipita-se, a si mesmo e ao mundo, na voragem de duas guerras mundiais, tornando-se a besta selvagem da Europa.

A Espanha e Portugal também desfrutaram seus Déspotas Esclarecidos. A Espanha na pessoa de Aranda, Portugal na do terrível marquês de Pombal. Infelizmente, os esforços desses ditadores não foram suficientes para deter a decadência das duas monarquias ibéricas. Obviamente porque, ao invés de reduzir a autoridade estatal, o propósito de Aranda e Pombal foi consolidar o Estado patrimonialista.

Quando comparamos os Estados Unidos e o Brasil, no momento das respectivas independências, não é tanto o contraste material o objeto de nosso pasmo, as diferenças de riqueza e poder entre as duas nações, mas o abismo cultural que as separa. O Brasil, em princípios do século passado, é intelectualmente um deserto árido — e, no entanto (que admirável paradoxo!) conhece o fulgor da arte barroca mineira e, no Aleijadinho, o maior artista de sua história. O peso tremendo da ignorância e do analfabetismo corresponde à estrutura agrária primitiva, ao poder do Estado patrimonialista e ao obscurantismo irracional que domina a pequena classe burocrática dirigente da colônia, refletindo condições semelhantes às que imperam na metrópole. Nessa época, é a leitura de Descartes proibida. O poder despótico de Pombal lhe havia permitido eliminar as últimas resistências da nobreza portuguesa, que se verga ao jugo do Estado monárquico centralizador, mas as

reformas não haviam sido de molde a revitalizar a combalida e decrépita cultura lusitana. Sob Dona Maria I, tenta-se sistematicamente desfazer a obra de Pombal.

Nessas condições, só os mais leves sopros do Racionalismo chegaram até nós e na escuridão marginal de longínqua e esquecida colônia nos mantivemos, enquanto na Europa resplandecia o Século das Luzes. Entretanto, quando, com a vinda da corte lusitana logo seguida da Independência e da proclamação do Império, despertamos para o mundo, são os reflexos dissolventes do romantismo francês que nos atingem e contaminam. É essa falha em nossa formação cultural que — conforme expõe Mário Vieira de Mello — teve consequências tão fatais para nosso desenvolvimento. Naquela época, "perdemos o bonde" do progresso porque, em vez de técnicos, tivemos bacharéis; em vez de sábios, poetas; em vez de homens que pensam, sonhadores desgarrados das realidades empíricas; em vez de estadistas esclarecidos, burocratas clientelistas e coronéis provincianos patriarcais; em vez de autoridade racional, o patrimonialismo tradicional.

8

DEMOCRACIA E ROMANTISMO NO BRASIL

Em sua obra *Desenvolvimento e Cultura,* Mário Vieira de Mello já propôs a tese de que o romantismo francês exerceu uma influência deletéria no momento formativo de nossa história e determinou sistemas negativos de pensamento político, que ainda hoje se fazem sentir. O livro foi publicado em 1962 e posteriormente reeditado. A época era desastrosa e se, por um lado, podemos admirar a coragem do autor em enfrentar um ambiente tão hostil aos pontos de vista que defendia, devemos, por outro, lamentar que por esse motivo não tenha merecido a repercussão nacional devida. Infelizmente, nesse terreno (e hoje se repete o fenômeno), só os autores marxistas ou de inspiração direi "nacional-socialista" fazem jus a uma claque adrede condicionada, que populariza seus escritos medíocres.

Mário Vieira de Mello deu como subtítulo a seu estudo "o problema do esteticismo no Brasil". Existe um relacionamento óbvio entre o esteticismo e a influência romântica sobre nossa cultura. "De uma maneira geral", declara o autor, ele, o brasileiro "parece ser em nossos dias um homem que se contempla a si mesmo e que contempla os outros como se o mundo fosse um palco e como se sua vida devesse ser destituída de sentido, caso não pudesse se constituir como um espetáculo a que assistissem um certo número de pessoas assíduas e atentas. Esse traço que se encontra certamente em outros povos que, como nós, tenham sido sujeitos à influência do esteticismo, se apresenta naturalmente na nossa psicologia em graus extremamente variados, indo de um simples desejo de não deixar passar despercebidos um mérito, uma ação, uma qualidade ou uma intenção louvável, às manifestações excessivas de um exibicionismo sem pudor ou de um cabotinismo indiferente às exigências mais elementares da modéstia." O traço tão bem apanhado por Mário Vieira de Mello resulta, no meu entender, de uma forma peculiar de extraversão emocional encontradiça nos meridionais, um traço de afetividade cujos aspectos psicológicos procurei analisar em meu *Em berço esplêndido.* O exibicionismo despudorado foi evidentemente inaugurado, no movimento romântico, pelo próprio Jean-Jacques Rousseau...

É em torno da tese da influência romântica sobre nossa vida política que orientarei a presente seção.

Representa o Romantismo realmente um dos movimentos de ideias mais potentes que plasmaram o inconsciente coletivo brasileiro, determinando os rumos de nossa cultura nascente. Basta mencionar o impacto do Romantismo em nossa literatura e em nossa vida política, a importância psicológica de lugares-comuns como a predestinação do Brasil; ou a nacionalidade brasileira de Deus; ou a natureza fundamentalmente "boa" do homem brasileiro — para avaliar o quanto ainda vivemos na atmosfera soporífera de nossa visão romântica do Paraíso tropical. Mais recentemente, o romantismo tem invadido a própria teoria política. Na Teologia da Libertação, para a qual tanto estão contribuindo ilustres prelados patrícios, o mito revive com a concepção da "bondade" implícita dos subdesenvolvidos do Terceiro-Mundo em relação à maldade feroz dos industrializados, capitalistas, opressores e imperialistas de além-mar. Poderíamos chegar ao argumento de que o próprio sucesso do Marxismo em nossas plagas se prende às origens românticas do pensamento de Marx. Este com efeito era, em matéria de dinheiro, um boêmio nefelibata que refugava qualquer trabalho útil e qualquer poupança — no que muito se assemelha às nossas próprias tendências de aristocratas ociosos e especulativos, debatendo no Lamas os problemas do Cosmos. No estágio inicial primitivo da sociedade humana, dizia Marx, encontrava-se o paraíso sem o pecado original da propriedade privada. Vivendo toda a sua vida às custas de Engels, o que Marx provavelmente ansiava era o retorno àquele paraíso onde as regras ferozes da economia moderna ainda não estavam em vigor. O segredo do fascínio de Marx para nossos intelectuais reside, certamente, nessa postura antieconômica de que o dinheiro ou a propriedade é a origem de todos os males, de todos os pecados. Marx não estava aí recordando o Antigo Testamento mas a Primeira Epístola de S. Paulo a Timóteo, cap. 6, 1...

No momento da independência, dispunha o Brasil, como aliás as outras nações latino-americanas, de vários paradigmas políticos a escolher. Havia, teoricamente, um leque de opções disponíveis. Em virtude do funcionamento da instância psicológica da *Persona,* cabia-nos vestir a nossa vivência coletiva incipiente, motivada pelo jogo das paixões políticas, com uma máscara institucional. Fomos naturalmente buscar o modelo nas nações mais avançadas da Europa. Essas se tornaram, para nós, as sociedades *exemplares.*

É fácil de entender que tenhamos também, inicialmente, procurado nos Estados Unidos o paradigma apto a satisfazer-nos o anseio de liberdade e organização própria, ao tentarmos nos independizar do regime absolutista e mercantilista imposto por Pombal. De fato, com exceção do Brasil, as nações latino-americanas fizeram-se repúblicas presidencialistas e, ocasionalmente, adotaram o federalismo, não obstante haja este

provocado não poucos conflitos internos. O Brasil preferiu seguir o exemplo britânico. Durante o império tentamos a experiência do parlamentarismo liberal inglês e divertimo-nos com o joguinho do bipartidarismo — liberais X conservadores — um arremedo bastante artificial mas que, pelo menos, nos assegurou a liberdade e preservou da rebordosa anárquica e caudilhesca que, invariavelmente, atormentou nossos vizinhos. A república provocou o desmoronamento dessa estrutura. Com o pretexto de que a monarquia era anacrônica e incompatível com a atmosfera progressista do Novo Mundo, desprezamos um regime que nos granjeara longa tranquilidade e evitara as misérias imperantes à nossa volta.

A democracia oligárquica e patrimonialista da República Velha, entretanto, também assegurou-nos cerca de 40 anos de relativa estabilidade política que terminou em 1930. Isso porque, com certo pragmatismo e o uso do "estado de sítio", vestiu de formas liberais o que, na realidade, configurava um sistema presidencialista passavelmente autoritário, inspirado no Comtismo e praticamente independente da consulta popular. Desde então, e até 1964, o democratismo populista imperou. A minha geração foi testemunha de 50 anos de desordem, entremeados de ditaduras de vários tipos.

O espetáculo lastimoso não constitui privilégio brasileiro. Qual o país latino que não tenha sofrido sorte igual nos séculos XIX e XX? Vejam a França que, desde 1789, conheceu quinze regimes diversos. Ou a Espanha que viveu várias repúblicas e monarquias e "pronunciamentos" e guerras civis. E mesmo os países mais adiantados da América Latina como a Argentina, o Uruguai e o Chile, onde o sistema militar alterna com períodos de intranquilidade civil. Todos nós sofremos de um mal endêmico. Afeta-nos uma espécie de profunda moléstia — um *nosos* como o qualificam os filósofos gregos — da qual só talvez a pequena Costa Rica haja escapado. Democracia? É certamente uma ave rara nesta parte do mundo. E não se queira atribuir tal situação a motivos econômicos, raciais, geográficos ou outros, pois atinge tanto nações economicamente desenvolvidas, de raça branca e clima temperado como a Argentina e o Uruguai, quanto as nações pobres de raça mestiça e clima tropical como a Nicarágua ou o Peru. Devem existir motivações profundas, de natureza psicossocial, que nos cabe investigar.*

Notemos, antes de mais nada, que a crítica do artificialismo das estruturas político-legais por nós adotadas já há muito tem sido empreendida. Não é novidade. Certamente, nem o parlamentarismo liberal monárquico do Império, nem o presidencialismo federalista e autoritário da República correspondiam aos vigentes nas sociedades exemplares — Inglaterra e Estados Unidos — que havíamos adotado em nossas tentativas miméticas.

---

* Abordei o tema em minhas obras ***Em berço esplêndido*** e ***O Brasil na Idade da Razão***

Longe estava a corte de S. Cristóvão da de St. James, longe também o Rio de Janeiro republicano da Washington americana. Na realidade, falta-nos o espírito que anima esses regimes paradigmáticos, pois são eles sustentados por uma ideia político-legal de natureza ética, com cuja essência jamais atinamos. Fomos atraídos pelas aparências externas. Pela letra de suas constituições. Contaminados, porém, pela peçonha romântica, jamais percebemos qual o verdadeiro motor de suas admiráveis instituições liberais. Jamais penetramos no segredo de sua estabilidade; de sua capacidade de conciliação entre a ordem e a liberdade; de seu respeito aos direitos e confortos individuais; de seu indiscutível talento econômico que combina o estímulo lucrativo da concorrência capitalista com os imperativos da justiça, produzindo simultaneamente os mais altos níveis de produtividade e os mais equitativos padrões de distribuição.

A verdade é que as aparências externas de nossos regimes — a *Persona* — foram anglo-saxônicas, num reconhecimento inconsciente da superioridade de suas instituições e numa ilusão muito característica de que, se adotássemos a forma política liberal dos Estados Unidos da América, seríamos nós também, *Estados Unidos do Brasil,* tão ricos e poderosos quanto aqueles. O espírito, porém, que nos inspirou era outro: era o do romantismo francês. O fato é que, enquanto a América do Norte se independizou e consolidou anteriormente à Revolução francesa, a América Latina alcançou esse mesmo estágio posteriormente a 1789 e em consequência direta do grande tremor histórico provocado, em todo o Ocidente, por aquela Revolução e pelo regime napoleônico. Historicamente, foram o jacobinismo libertário populista e o autoritarismo bonapartista que, mui claramente, determinaram o desenvolvimento de nossa vida política. Foram a retórica romântica de Jean-Jacques Rousseau; o jogo desastroso da ideologia revolucionária, com o maniqueísmo da alternativa direita x esquerda; a morbidez emocional da literatura romântica — foram todas essas vigências da vida política e cultural francesa que, irremediavelmente, condicionaram nosso século XIX, prolongando-se seus dramáticos efeitos pelo século XX adentro.

A mística republicana foi reforçada em toda a América Latina pelos eflúvios da "religião civil" de Rousseau. Ricardo Vélez Ro-dríguez, ao tratar da Propaganda Republicana *em Evolução do pensamento político brasileiro,* nota que o *Contrato Social* circulava no mundo hispano-americano já nas primeiras décadas do século XIX. "Ao inserir a 'religião civil' como elemento essencial na consolidação das instituições políticas, Rousseau dava uma contribuição importante para a utilização do fator religioso por parte da nova elite republicana, que fizera a independência da Espanha: a orientação rousseauniana do libertador Simon Bolívar (1783/1830), bem como a forma em que ele cooptou o

elemento religioso na consolidação dos regimes políticos por ele estabelecidos, deixa ver claramente essa influência." Ricardo Vélez argumenta com o parecer de German Arciniegas. "As palavras com que Bolívar arengava seus soldados revelam essa convicção mística que o empolgava: 'A liberdade da América é a esperança do universo' "... Mas Vélez lembra também que o ideário liberal que se apossou dos intelectuais latino-americanos, naquele primeiro período decisivo de nossa história, se inspirou preferencialmente na chamada "retórica utópico-democrática", conforme fora chamada por Thomas Jefferson. Esta, segundo Vélez, originou-se na obra de Thomas Paine (t 1809). Paine pode ser considerado o principal criador da corrente "liberal" de esquerda americana com sua ênfase nos direitos do homem e seu pendor anarquista, sem muita consideração à necessidade de fundamentar solidamente a liberdade na ordem legal e na autoridade moral. O messianismo retórico de Paine teve efeitos perniciosos porque, inclusive, na genealogia das ideias, se transmitiu através de Saint-Simon e de Auguste Comte, como também salienta Ricardo Vélez.

É interessante apontar para o fato de que as ideias revolucionárias no Brasil não somente se transplantaram sob a forma que lhes dera Rousseau (com pouca ou quase nenhuma influência de Montesquieu ou do anticlericalismo de Voltaire ou mesmo de Locke), mas encontraram acolhida no clero. "As teorias de Rousseau, escreve Octávio Tarquínio, chegaram a fundamentar pastorais da Igreja, como a dos governadores do bispado, os 'patriotas' ... que sustentaram em 1817 não ser a revolução republicana contrária à religião, visto como os direitos dos reis portugueses, baseando-se num contrato bilateral, não mais subsistiam porque, faltando eles às condições estipuladas, haviam desligado os povos da lealdade jurada." Nestor Duarte, citado por Vicente Barretto no capítulo "Primórdios do Liberalismo" da obra *Evolução do pensamento político brasileiro,* que vale a pena consultar a esse propósito, assinala que "o padre foi, assim, em toda a sociedade colonial como no Império, um desajustado dentro da organização política. Não era, como não foi, uma força conservadora, antes o primeiro recruta do espírito revolucionário, a agitar ou a dirigir, como inconfidente e cabecilha, todos os nossos motins e reações políticas." É evidente que a referência é feita a clérigos individuais, frei Caneca por exemplo. Não envolve a hierarquia da Igreja a qual, naquela época, como ia provar por ocasião da Questão Religiosa ao final do Império e ao contrário do que é hoje, se revelava profundamente reacionária e inimiga do liberalismo. No momento, porém, o pequeno clero lera e se embriagara com o *Vicaire Savoyard,* como se droga hoje com as *Teses sobre Feuerbach* de Marx — sem entender em que proporção tais ideias subvertem totalmente a

fé cristã e a hierarquia inamovível da pedra de Pedro.

Além de Rousseau, Vicente Barretto *(op. cit.)* refere-se enfaticamente à influência no Brasil do Abbé Raynal († 1796). A sua *Histoire philosophique des deux Indes* teve, como acentua este autor, grande repercussão no final do século XVIII, tornando-se um *best-seller* que competiu com os livros de Rousseau. Nesta obra, ao descrever uma visão fantasiada da sociedade, ele ataca violentamente os padres, o poder monárquico e a escravidão dos negros — contribuindo assim para o "clima de opinião" que ia desencadear a Revolução francesa. Na verdade, o *abbé* Guillaume Thomas de Raynal, um jesuíta *défroqué* e condenado pelas autoridades que o obrigaram a viver no exílio, antecipa *avant la lettre* os nossos frei Beto e frei Boff no romantismo revolucionário violento em que querem transformar o Cristianismo. O padre destemperado ficou impressionado com as descrições de Bougainville sobre Taiti. O relato das viagens do almirante francês fora expurgado por Diderot de tudo que pudesse destoar do ambiente paradisíaco preconcebido pelo Mito do Paraíso Tropical e do Bom Selvagem. Para Raynal, as belas vahinês nuas, que haviam acolhido os marinheiros franceses e os haviam levado à loucura sexual — como o fariam poucos anos depois com os marinheiros ingleses do *Bounty* — não representavam o prodígio de beleza, felicidade, pureza e amor das descrições imaginativas. A Utopia edênica era conspurcada pelas doenças venéreas, pela tirania da classe dirigente dos guerreiros nativos sobre a massa da população, pelas guerras perpétuas que consumiam a substância das tribos da Polinésia e por outras mazelas, pouco condizentes com o Mito. O curioso é que Raynal denunciava a visão do paraíso de modo ambíguo, antecipando a ideia da religião como ópio dos povos. Com muita incoerência, típica aliás desse gênero de literatura, o que ele construía na *História filosófica das duas índias* era na realidade uma distopia. O que começara como uma aparente apologia da opressão universal das classes dominantes que procuravam manter o zé-povinho num estado de satisfação, inocência e contentamento obediente semelhante ao dos índios, transformava-se depois num grito de protesto contra a hipocrisia social. Tratava-se, portanto, para Raynal, não de pregar o retorno ao paraíso perdido do homem natural de Rousseau, mas de demolir a estrutura da sociedade civilizada, considerada pecaminosa. Adiantando-se aos antropólogos e teólogos terceiro-mundistas de nossa própria época, Raynal alegava que "a ignorância dos selvagens num certo sentido esclareceu os povos civilizados". Nessa base, cabia subverter as estruturas, como fez frei Caneca e fazem hoje os discípulos de Raynal na Teologia da Libertação.

"Se a audácia de tuas empresas me esconde às vezes de sua atrocidade, também sempre permaneço confuso, ora porque teus delitos me congelam de horror, ora porque tuas virtudes me arrebatam de admiração", assim escrevia Diderot a Raynal (1781) *(Si la hardiesse de tes entreprises m'en dérobe parfois l'atrocité, je suis toujours également confondu, soit que tes forfaits me glacent d'horreur, soit que tes vertus me transportent d'admiration).*

Não creio assim que a influência do romantismo francês tenha sido casual. Nossa opção não foi o resultado de coincidências ou mesmo de decisões plenamente conscientes. Foi, isso sim, consequência direta de nosso complexo psicológico latino-católico, de natureza afetiva e intuitiva; as facetas da sociedade erótica virtualmente avessa ao domínio das funções intelectuais, lógicas e pragmáticas; e a estrutura da Grande Família educada pela *Mater et Magistra.* Escolhemos a França como sociedade exemplar porque somos latinos e porque a expressão do sentimento e da emoção, própria do componente emocional da cultura francesa, foi o que nos atraiu. Desprezamos totalmente o classicismo apolíneo para nos deixar empolgar pela reação das *raisons du coeur,* desencadeada por Jean-Jacques. Entusiasmamo-nos pela tomada da Bastilha, pela epopeia do homem montado num cavalo branco, pelos grandes distúrbios libertários do século XIX. Ao invés de uma consideração serena do imperativo de Justiça, foi criada a mística, o Mito da Revolução — a Revolução como solução utópica a todos os problemas existenciais. Foi também assim criado o messianismo bonapartista.

Napoleão possuía um formidável intelecto. Ele representou, historicamente, o papel de último e maior dos "déspotas esclarecidos" na tradição do racionalismo dos séculos XVII e XVIII. Mas sua epopeia é essencialmente romântica: comporta o culto patriótico da glória nacional, a propagação violenta das ideias democráticas, a militarização da sociedade, a irresponsabilidade e irracionalidade de um império agressivo que transtornou a Europa, sem qualquer resultado positivo. Foram esses elementos de sua saga heroica e sangrenta que fascinaram as mentes imaturas dos latinos. Na América meridional, todos os grandes líderes populares quiseram pautar seu comportamento, quer no de Marat e Robespierre, quer no de Napoleão (inclusive no de Napoleão III). Doravante, colocou-se a alternativa entre o jacobinismo populista e o autoritarismo bonapartista, sustentado no canhão e no tanque. Em nosso próprio país, Pedro I comportou-se não como um príncipe absolutista de velha estirpe, mas como um herói libertador ("Independência ou Morte!") — proclamando-se imperador segundo o modelo francês. Anos depois, já em Portugal e com o título de D. Pedro IV, nosso herói de novo combateria e morreria tuberculoso como um

liberal romântico qualquer, ao lutar contra seu irmão D. Miguel. A influência francesa persistiu no início da República. Se é certo que ela se manifestou principalmente através do positivismo (que era ditatorial), não estaria eu defendendo uma tese esdrúxula se afirmasse que foram principalmente os aspectos românticos do "Humanismo" na vida e obra de Augusto Comte — e não seu positivismo científico — que prosperaram com maior vigor em nossa terra. O Castilhismo de que nos fala Ricardo Vélez Rodríguez está nessa linha.

Três são, a meu ver, os elementos essenciais do romantismo político, examinado sob o prisma de uma psicopatologia da sociedade brasileira:

1) O predomínio do fator emocional, em detrimento do racional. Hegemonia do coração sobre a mente. Como corolário, a constatação de que o romantismo funciona na base de uma lógica defeituosa, arcaica, e sofre a influência de *slogans*, de princípios sociológicos de evidente primarismo, de concepções conspiratoriais do mundo (os grandes bancos, os judeus, os monopólios internacionais, o Pentágono, as multinacionais, o FMI, a CIA, etc), de projeções contra bodes expiatórios estrangeiros, de ideologias espúrias. O romântico é essencialmente o indivíduo possuído pelo incubo ideológico.

2) O ímpeto libertário utópico — o que implica o frenesi antinômico irrefletido que despreza a difícil problemática da ordem legal, isso porque, negando o mistério da iniquidade, julga o homem fundamentalmente bom ("O brasileiro é homem bom"), cabendo à sociedade toda a culpa dos males deste nosso mundo imperfeito. O romantismo gera assim o álibi para o crime, a revolta e a transgressão.

3) A confiança na letra ao invés de no espírito da lei abstrata. Em outras palavras, a convicção de que as instituições funcionam através de cartas, constituições, leis, decretos, regulamentos, organogramas, etc, expedidos sem qualquer consideração quanto à sua aplicabilidade e meios de imposição, se necessários coercitivos. O romântico não compreende que, em qualquer lei, o importante não é sua mera proclamação verbal, mas a determinação interior de obedecê-la e a exterior de impô-la. Sobretudo, a ilusão nefasta que considera a possibilidade de, através de uma simples penada, resolver os complexos problemas políticos e sociais da nacionalidade. O que se poderia também descrever como a "magia negra institucional", a superstição de que o plano arquitetônico ergue o edifício por si mesmo quando, na realidade, o dilema político se debate na educação e cultura do povo.

9

O BRASIL E A IDADE DA RAZÃO

Neste mundo em desordem, quando a racionalidade parece haver desertado o comportamento dos povos mais adiantados da Europa e da América, não é de admirar que, também no Brasil, ainda não estejamos particularmente atentos à mentalidade cartesiana — não obstante as surpreendentes reviravoltas destes últimos anos. Os filósofos ingleses do século XVIII nunca foram lidos em nossa terra. Como o pensamento puro não é nosso forte, só indiretamente nos podemos considerar vitimados por aquele momento solene que William Temple considerou-o mais ominoso da história da Europa — quando Descartes, nada mais tendo a fazer do que se sentar à lareira, cogitou o seu famoso *cogito, ergo sum* e, sobre essa cogitação existencial, tentou reconstruir o pensamento ocidental. A verdade é que, se não somos cartesianos em nossos métodos mentais, nem por isso podemos deixar de sofrer as influências indiretas do racionalismo, pois vivemos num mundo que foi decisivamente afetado pelas cismas do grande filósofo francês. O Método de Descartes "para bem conduzir o pensamento" constituiu o supremo pronunciamento da Idade da Razão e foi o Racionalismo que, através do Calvinismo, gerou o espírito do Capitalismo (Locke, Adam Smith); foi o Racionalismo que, combinado com o método experimental aplicado à ciência, permitiu o desenvolvimento da tecnologia (Galileu, Bacon); e foi o Racionalismo, como técnica mental, que forneceu as regras de cálculo e os instrumentos de precisão intelectual da civilização industrial moderna.

O Método! *"Ce que l'on conçoit bien, s'énonce clairement, et les mots pour le dire arrivent aisément"...* O Método foi aplicado à religião e o Metodismo procurou arregimentar todo o Protestantismo anglicano. Foi aplicado à guerra e tivemos a ordem unida e a transformação dos exércitos em tremendas "máquinas de guerra", organizadas com a Prússia como modelo. Foi aplicado à economia e tivemos o Mercantilismo, antes de mais racionalmente funcionar o capitalismo, conduzindo à revolução industrial. Foi aplicado à política e surgiu o Estado moderno, burocraticamente organizado. E foi assim, na Idade da Razão triunfante, que, sob todas as suas formas — filosófica, literária, política, econômica e mesmo militar — foram lançadas as bases do mundo moderno e de sua civilização da qual, quer o desejemos ou não, somos parte integrante.

Nessas condições, tornou-se o método elemento essencial de qualquer projeto de desenvolvimento. Não é só que, como repara Roberto Campos, "a receita cartesiana de ideias claras e distintas não faça mal a ninguém, conquanto seja pouco encontradiça ao sul do Equador" — é que o Discurso constituiu mesmo a condição *sine qua non* para uma adaptação suficiente da sociedade erótica às exigências da vida industrial de grande escala.

Isso acarreta seja nosso problema psicológico, no momento, frontalmente diverso daquele que tanto preocupou Jung. Jung viveu numa Europa oprimida pelas cadeias do que ele, ardentemente, denunciou com os termos de "dogmatismo, intelectualismo e racionalismo". Condenando o excesso que desequilibra as bases psíquicas da vida coletiva, ao fazer perder de vista os elementos afetivos e intuitivos igualmente necessários à penetração nas áreas do Inconsciente e à saúde da Alma, o argumento do psicólogo suíço é válido para um mundo super civilizado, supermecanizado, super arregimentado e já sofrendo dos sintomas de perda de substância espiritual. Um mundo para o qual já é válido o aviso de Pascal: *"Descartes inutile et incertain"...* No Brasil, ao contrário, onde o senso comum ainda é, segundo pensava Rui Barbosa, o menos comum dos sensos — não se trata de condenar a Razão. Trata-se, isso sim, de fazer um rápido e metódico esforço de adaptação e consolidação das bases que ela já conquistou, de maneira a suprir a falta que nos faz o não havermos, historicamente, participado das Luzes. A falta que nos faz a lógica e a coerência. Precisamos recuperar o atraso: estamos *à la recherche du temps perdu...*

Desde já vale insistir que o Método, descurado em nossas atividades habituais e conscientes por falta de um esforço sério de educação, existe como instrumento do incubo da inteligência. Nem poderia ser de outro modo. Entrou no Brasil de contrabando, pela porta de trás. Poder-se-ia observar que existe método em nossa desordem, método em nossa afetividade derramada, método em nosso próprio irracionalismo, método sobretudo em nosso jeito de resolver problemas. A fórmula do existencialismo erótico brasileiro também revela metodologia consistente: *coito, ergo sum...*

Deixando as altas esferas da metafísica onde quase ninguém possuirá máquina cerebral suficientemente organizada para o acompanhar — insinua-se o método eroticamente, por toda parte. O Jeitinho... No campo da política, é o método maquiavélico. No campo partidário-eleitoral, é a demagogia populista. No campo da economia, é o método mefistofélico: cria a inflação e o esbanjamento perdulário do Estado patrimonialista, empreguista e mercantilista. No campo do pensamento político-filosófico, contamina-se de ideologias.

Sem dúvida, existe em nosso país ideal científico. O pendor de nossos intelectuais

pela política dita "positiva", ou pela política "objetiva" (Oliveira Vianna, Gilberto Amado), ou pela política "científica" (Pontes de Miranda), pela "organização nacional" (Alberto Torres), pela "racionalização do comportamento" (Roberto Campos) constitui, em todas as suas facetas, o reconhecimento certo de uma realidade que, justamente, nada tem de positiva, objetiva, científica, organizada e racional. É um pendor compensatório justificado. Seu intuito é pedagógico. O que propõe é uma educação da mente nacional no sentido daquele método.

* * *

O autoritarismo bem se definiu em *A organização nacional* de Alberto Torres. Podemos tomar o seguinte trecho como expressão da mentalidade que tanto contribuiu para reforçar o poder do Estado em nossa tradição republicana. "O espírito liberal", afirma Alberto Torres, "enganou-se reduzindo a ação dos governos; a autoridade, isto é, o império, a majestade, o arbítrio devem ser combatidos; mas o governo, forte em seu papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade, num regime de inteira e ilimitada publicidade e de ampla e inequívoca discussão, deve ser revigorado com outras atribuições. A política precisa reconquistar sua força e seu prestígio, fazendo reconhecer-se como órgão central de todas as funções sociais, destinado a coordená-las e harmonizá-las e regê-las, estendendo a sua ação sobre todas as esferas de atividade, como instrumento de proteção, de apoio, de equilíbrio e de cultura." Alberto Torres evidentemente não se dava conta de estar avançando uma proposta que hoje descreve o próprio Estado totalitário.

Paim salienta a tendência, triunfante no período republicano sob influência positivista, de *conceder ao Estado, e só ao Estado, a função pedagógica de educar o povo para a democracia.* Essa tendência se manifestou de modo contundente sob o governo de Getúlio Vargas, de tão claras afinidades castilhistas. Posteriormente, a UDN também se esmerou no sentido de solicitar a intervenção dos militares no processo político, para corrigirem as deturpações ocorridas sob "a ditadura" e sob o "regime dos pelegos". Além de Carlos Lacerda, Otávio Mangabeira e outros renomados paredros udenistas invocaram a relevância do papel pedagógico que poderia proporcionar a intervenção militar no processo político. Vale notar, contudo, que esse aspecto saliente da "ideologia" que presidiu ao regime de 1964 tem sido raramente mencionado nos estudos críticos feitos a respeito. Citando Wanderley Guilherme dos Santos, sustenta Paim que é em Oliveira Vianna que se encontra fortemente expressa a opinião segundo a qual precisa o Brasil de um sistema político autoritário para demolir as condições que impedem o sistema social de se

liberalizar. "Este diagnóstico das dificuldades do liberalismo no Brasil, apresentado por Oliveira Vianna, fornece um ponto de referência para a reconsideração de duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro: a tradição do liberalismo doutrinário e a do autoritarismo instrumental." A intervenção do Estado não representa, portanto, segundo Oliveira Vianna, uma ameaça para os "cidadãos", mas sim sua única esperança, se é que havia alguma, de proteção *contra* a oligarquia. O liberalismo político no momento seria impossível. A sociedade liberal requer um Estado suficientemente forte para romper os elos da sociedade familística. Se o liberalismo político conduz, na realidade, à oligarquização do sistema e à utilização dos recursos públicos para propósitos privados, seria o autoritarismo instrumental da burocracia estatal suscetível de criar as condições sociais que tornariam, um dia, o liberalismo político viável. Tal o complexo de ideias que explicaria o papel desempenhado, em primeiro lugar, pelo autoritarismo getuliano e, em segundo lugar, pelo autoritarismo militar nos últimos cinquenta anos. Devo dizer que concordo plenamente com a opinião de Ubiratan Macedo, hoje professor na Escola Superior de Guerra, segundo o qual a doutrina da ESG representa a evolução do nacionalismo de Alberto Torres e do pensamento de Oliveira Vianna quanto às virtudes do autoritarismo instrumental.

Poderíamos deduzir das teses do sociólogo fluminense que as relações de domínio na estrutura da autoridade patrimonialista sedimentam-se como prolongamento dos poderes da família patriarcal. Em tal caso, os laços afetivos de relacionamento pessoal predominam sobre a estrutura abstrata da lei. O patrimonialismo estatal seria um prolongamento do patrimonialismo familiar. Mas seria o caso de perguntar se um regime autoritário, num Estado agigantado, se revelaria realmente o instrumento mais eficiente para a superação dessa fase familista e clientelista de nossa história. Confesso que, durante muitos anos, também acreditei nesse autoritarismo instrumental. Hoje, sou mais cético. Parece-me que uma sociedade liberal, com a redução do poder estatal e fundamentada na responsabilidade moral de cidadãos responsáveis, deve ser uma lenta e penosa conquista da cultura e da educação, uma Paideia de toda a nação. O assunto, de qualquer forma, merece atenta consideração.

* * *

Estive em Nova York com o professor Alfred Stepan. Este conhecido "brazilianista" é autor de um dos livros mais interessantes sobre o período do regime de 1964, *Os militares na política.* Stepan, que é hoje chefe do Departamento de Relações

internacionais da Universidade de Colúmbia, defende naquela obra uma tese segundo a qual as Forças Armadas brasileiras seriam expressões de anseios e interesses da classe média, sendo a oficialidade do exército recrutada democraticamente em classes progressivamente mais humildes da nação. Elas seriam também infensas ao tipo de violento radicalismo militar que tem caracterizado, por exemplo, os exércitos argentino e peruano. Vale notar que Stepan escreveu no apogeu do regime militar, tendo sobretudo a experiência positiva da presidência Castello Branco em vista. Seu argumento final é que os militares, no Brasil, constituem uma elite *situacional* e não uma *elite de classe* que funcione como tal. Stepan deixou em aberto o papel que os militares poderiam exercer como transformadores do sistema e fermentos de modernização.

Visitando o notável brazilianista na Colúmbia recordei que eu mesmo frequentei aquela universidade nos anos 50. Tive ocasião na oportunidade de agir como intermediário interessado quando, em 1955, Carlos Lacerda apareceu em Nova York. Naquilo que a imprensa local descreveu jocosamente como um "exílio auto-imposto", o desterro fora causado, na realidade, pelo contra-golpe do general Lott (novembro de 1955) para assegurar a posse do presidente Kubitschek. O professor Frank Tannenbaum dirigia, na Colúmbia, um seminário dos mais proveitosos sobre Problemas do Hemisfério Ocidental, e o brilhante e agitado deputado carioca manifestou-me seu interesse em participar de tais reuniões.

Acontece que, no seminário, concorriam vários outros exilados célebres da América Latina, todos eles vitimados por regimes militares. Entre eles, lembro-me do jornalista Gainza Paz, fugindo de Peron; Galindes, um espanhol inimigo figadal do generalíssimo Trujillo e que, pelo mesmo, seria posteriormente assassinado; German Arciniegas e dois ex-presidentes da Colômbia, expulsos pelo então ditador, o general Rojas Pinilla; e não me recordo do nome de um venezuelano, um cubano e um peruano, expatriados respectivamente pelos ditadores militares Perez Jimenez, Batista e Odría. Ora, qual não foi a surpresa, o espanto e, talvez mesmo, a indignação do auditório quando todas essas ilustres vítimas de regimes militares ouviram Carlos Lacerda, outro herói espantado de seu país por um general, propor a tese inacreditável: a de que só um regime militar seria capaz de implantar a democracia no Brasil. O efeito foi traumático!

Carlos Lacerda, no entanto, raciocinou de modo correto. Ele seguiu uma linha de pensamento que, mais tarde, foi trilhada pelo professor Stepan na obra mencionada, e à qual eu mesmo me associei num livro de 1980, *O Brasil na Idade da Razão* — cujo capítulo pertinente é justamente o presente. Lacerda acentuou, em primeiro lugar, que o exército brasileiro sempre desempenhou, em nossa história, um papel diferente dos da maior parte

dos países latino-americanos, com a possível exceção do Chile. Ele insistiu na tese de que o exército exprimia a opinião da população mais moderada e culta do país. O exército, dizia ele, é "o partido da burguesia". De acordo aliás com seu papel histórico, herdado do Império, de "poder moderador" — o exército teria uma missão importante a cumprir para desmanchar os resquícios da ditadura getuliana, com seus mecanismos sindicalistas, peleguistas, clientelistas e populistas, preparando o povo para a democracia. Lacerda, infelizmente, era mais frio e sereno na lógica de sua teoria, do que no vigor destemperado de sua práxis. E isso se revelou, dramaticamente, 15 anos depois.

Na noite de 4 de abril de 1964 ocorreu talvez um dos mais importantes episódios que iam determinar o destino do movimento de 64. Numa reunião acalorada entre Costa e Silva e os governadores civis dos principais estados brasileiros (Magalhães Pinto, Lacerda, Adhemar, Meneghetti) que haviam todos prestado seu apoio decisivo ao movimento, um choque grave estourou com o ministro da Guerra que Lacerda acusou de querer "usurpar" os resultados do golpe militar. Lacerda, na ocasião, ameaçou renunciar ao governo da Guanabara. Foi desse dramático confronto que resultou o apoio à candidatura do general Castello Branco à Presidência da República mas conduziu em 1967, infelizmente, à subida ao poder de Costa e Silva com as consequências duvidosas por todos reconhecidas.

Não quero aqui voltar aos tristes fatos que, após o governo excepcional de Castello Branco, talvez o maior estadista que tenha até hoje a República produzido, levaram à deterioração progressiva do movimento cujo propósito fora renovar a democracia no Brasil. De qualquer forma, no final de minha conversa com o professor Stepan, meditei sobre a sorte que estava reservada para o próprio Carlos Lacerda no regime militar. Ele, que poderia ter sucedido a Castello Branco se tivesse sido mais hábil e menos descomedido, foi tragado na voragem dos Atos Institucionais. Por sua natureza passional, brigou com o marechal Castello, o único homem que lhe poderia haver assegurado a ascensão à suprema magistratura. E tornou-se assim vítima do projeto que pregara como único modo de alcançar à plenitude liberal democrática em nossa terra. Stepan retrucou-me que talvez Lacerda tenha assim mesmo tido razão. A pergunta que se pode fazer é, efetivamente: *até que ponto a Nova República é o resultado de um amadurecimento permanente do Brasil sob o impacto de vinte anos de regime militar?*

A questão é interessante. Durante muito tempo estive convencido de que os anos de "linha dura" da presidência Castello Branco correspondem em nossa história ao "despotismo esclarecido" modernizante que antecedeu e preparou os fundamentos da democracia liberal representativa. Não teria havido democracia em França sem Napoleão,

nem na própria Inglaterra sem Cromwell, dois ditadores militares. A "Revolução pelo Alto", promovida por uma aristocracia militar, de que nos fala Barrington Moore, também lançou os alicerces da democracia na Alemanha dos junkers de Bismarck e no Japão dos samurais de Meiji — alicerces sobre os quais se reconstruíram as duas nações após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. No Japão podemos ainda salientar que a admirável fortaleza da estrutura hierárquica de sua sociedade foi forjada, dura, flexível e eficiente como uma espada de samurai, por 300 anos de autoritarismo militar de Shogunato.

Teria realmente o regime militar de 64/85 educado o Brasil para a democracia, como pretende agora a Escola Superior de Guerra em sua nova doutrina, "revista" apropriadamente para a conjuntura? Muita gente concordará com o termo "despotismo" que usei, mas negará o adjetivo "esclarecido". Na verdade, após Castello Branco, o regime aos poucos se corrompeu e recaiu na maioria dos males contra os quais povo e exército se haviam levantado em março/abril de 1964. Mas que amadurecemos, não há dúvida — o problema é saber quanto amadurecemos. O país é hoje econômica e socialmente muito diferente do que era na década dos 50. Terá tomado juízo? Talvez ainda seja cedo para julgar a Nova República e, com ela, a Revolução de 1964 *que foi feita, precisamente, para prepará-la...* Mas o ponto principal do argumento é que, constantemente, em 1930, 1937, 1950, 1956, 1964 e, de novo, 1986, o Estado patrimonialista socializante, ineficiente e centralizador tem saído reforçado de tais refregas. Obviamente, as mudanças superficiais de regime nunca hão alcançado o cerne da problemática nacional.

* * *

A pergunta que se pode fazer e que constantemente fazemos nas entrelinhas e nos subentendidos dos nossos ardentes debates, é: "por que o Brasil é um país subdesenvolvido, por que é uma nação atrasada, por que um Estado com tantas dificuldades políticas, sociais e econômicas quando dispomos de um dos mais ricos patrimônios naturais do planeta?" A tendência natural, humana, demasiadamente humana, é pôr a culpa em cima dos outros. Ou de circunstâncias, ou de acasos infelizes, ou de conspirações externas. A tendência natural é procurar causas *exógenas,* nunca indagar das causas endógenas. Trata-se do famoso mecanismo de Projeção de Culpa sobre bodes expiatórios, um mecanismo tanto mais habitual quanto o bode expiatório deve ser estrangeiro e, por conseguinte, desprovido de vínculos afetivos com o nosso grupo social. A Projeção de Culpa se alimenta desse que é um dos mais poderosos vícios da alma humana: a inveja e ressentimento pelo fracasso.

Ninguém aprecia o descobrimento da própria responsabilidade. Ninguém encontra prazer no próprio sofrimento ou pecado, a não ser o masoquista. E por que nos é, normalmente, difícil admitir a nossa culpabilidade por erros, destemperos e misérias sofridas é que Sócrates propôs o conhecimento de si-próprio — *Gnothe seauton* — como o sublime princípio de toda sabedoria. Essa sabedoria de autocrítica e exame de consciência tornou-se, através do Cristianismo, o fundamento da Filosofia Perene do Ocidente.

Tomemos um caso específico para exemplificar o que afirmo. Debrucemo-nos sobre um dos problemas centrais de nossa situação coletiva conjuntural: a dívida externa. Com risco de cair em lugares-comuns, procuremos analisar os aspectos morais das altas taxas de juros que estão sendo cobradas ao Brasil. E verifiquemos se são justos os reclamos nacionalistas contra uma suposta extorsão de que estaria o Brasil sendo vítima. Falemos de usura. E ao fazê-lo, levemos em consideração o que se ouve em discursos políticos, manifestações no Congresso, artigos de jornal, entrevistas na televisão e livros de bolso, como expressão de aparente, justa e conscienciosa indignação contra os banqueiros internacionais e o arquivilão da mitologia botocuda xenófoba, o FMI! Coitado do Brasil! Pediu inocentemente emprestado alguns biliõezinhos de dólares. Queria honestamente superar o subdesenvolvimento. Pretendia celeremente debelar a pobreza. Desejava manter as altas taxas de expansão que haviam notabilizado o famoso "milagre brasileiro", e agora esses execráveis usurários nos roubam e exploram com juros extorsivos, invocando secretas e demoníacas instituições de sentido hermético, tais como a *libor,* o *prime,* o *spread,* fechando seu mercado em injustificado protecionismo, arruinando nosso pobre povo, coitadinho, criando recessão e desemprego, baixando o PIB, encalacrando-nos, entalando-nos... Miseráveis! Foi apressadamente retirado das prateleiras bichadas o mofado *Brasil, colônia de banqueiros* de Gustavo Barroso. Esqueceu-se que Gustavo Barroso era comandante da milícia integralista e que seus ataques se dirigiam sobretudo contra judeus — os Rothschild, os Lazare, os Pereyre, os Goldschmidt e outros indigitados semíticos financistas sem pátria. O que vale é sua apaixonada denúncia do dinheiro cosmopolita que nos esfola. Protestemos ardentemente contra o roubo!

Mas também, analisemos melhor e mais friamente o tema!

A condenação da usura, ou seja, do empréstimo a juros, é antiquíssima e pode ser ocasionalmente encontrada em todas as sociedades. A tradição judeo-cristã enfatizou a proibição que a Bíblia transformou em dogma. O Salmo XV condena a usura: "Quem anda com integridade e pratica a Justiça... jura com dano próprio sem se retratar; não empresta dinheiro com usura, nem aceita suborno contra o inocente". Na Primeira Epístola a Timóteo

(6:10), S. Paulo acentua que "a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro", assim confirmando o *auri sacra fames (Quid non mortalia pectora cogis, auri sacra fames)* de Virgílio. Como resultado de tal ascético tabu, estendeu-se a proibição do empréstimo a juros durante a Idade Média, proibição de que ficaram isentos os judeus para sua vergonha e infelicidade. Isso contribuiu tanto para sua transformação em joalheiros, banqueiros e bodes expiatórios, quanto para a justificação do anti-semitismo e ocasionais *pogroms.* A principal consequência da condenação escolástica, entretanto, foi a estagnação econômica do período. Isso não impediu, aliás, que certas ordens monásticas, como por exemplo a dos Cavaleiros Templários, se transformassem em banqueiros dos reis.

É conhecida a tese de que os primórdios do capitalismo e do desenvolvimento econômico do Ocidente datam de fins do século XV, especialmente na Holanda, quando começa a fixar-se um limite legal, uma espécie de teto nas taxas de juros permitidas — libertando assim, ainda que parcialmente, o comércio do dinheiro. A usura é perseguida como crime acima de tais limites. É também interessante notar que, na Inglaterra, o teto baixou de 10% em 1541, ao tempo do rei Henrique VIII, para 5% em 1713. O desabrochar da expansão capitalista e industrial segue de perto a libertação da transação bancária. Foram Turgot em França (1775), Adam Smith e Jeremy Bentham na Inglaterra (1787), os primeiros a atacar incisivamente a teimosa ideia de um controle legal sobre as taxas de juros. Em meados do século XIX, a libertação do empréstimo a juros, segundo a lei da oferta e da procura, era já quase universal. Permanece, em alguns casos, o controle pelos tribunais da incidência clamorosa de abuso e extorsão, ao mesmo tempo em que cessa a prisão por dívidas. Observemos que o FMI não é um tribunal que procure coibir a ganância dos credores, mas apenas assegurar a seriedade dos devedores, nas medidas de auto-contenção para o serviço da dívida.

Numa crítica a William Pitt, então primeiro-ministro, Bentham escreveu: "Vocês sabem que é uma velha máxima de minha autoria que os juros, como o amor e a religião, devem ser livres". Sustentado no *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações,* de Adam Smith, o grande liberal manifestava sua tese de que se devia estender o princípio da libertação de comércio ao dinheiro. Em carta a um amigo, *Sir* John Bowring, enuncia claramente o princípio: "Nenhuma pessoa de idade madura e mente sadia, agindo livremente e com os olhos abertos, deveria ser impedida, tendo em vista alguma vantagem sua, de fazer tal negócio ao obter dinheiro conforme julgue adequado; nem deveria... ser impedida qualquer outra pessoa de supri-lo." O problema do controle e proteção da temeridade ou prodigalidade dos empresários, do tipo daqueles que nos têm governado

sobretudo a partir de 1972/74, permanece integral desde a época de Turgot, Adam Smith e Benthan, como preocupação de moralistas e juristas. Mas Bentham explica: "Aqueles que tomam a resolução de sacrificar o presente ao futuro (os que poupam, emprestam e são credores) tornam-se objeto natural da inveja daqueles que sacrificam o futuro ao presente (os que pediram emprestado e são devedores). As crianças que comeram o bolo são inimigas naturais daquelas que ainda possuem o seu"... O ressentimento, em suma, é uma das mais poderosas e entranhadas reações humanas. Tanto a nível individual quanto coletivo, reconhece Bentham sua presença entre os devedores. Pois a eles custa confessar o erro cometido, seu vício de prodigalidade, seu hábito de gastar mais do que ganham, sua boa vida ao procurar utilizar a poupança alheia antes que o produto de seu próprio e duro trabalho acumulado: é muito mais fácil esbravejar contra o rico banqueiro, sobretudo quando é estrangeiro, do que apertar o cinto e "fazer economia"...

Eis aí a questão fundamental do problema moral levantado. Vamos recapitular os dados principais da questão. Na década dos 50 a energia parecia barata e o petróleo era extraído na Arábia Saudita a menos de um dólar o barril. O Brasil, durante a presidência Kubitschek, fez uma opção deliberada e que parecia muito sábia, no sentido de criar uma indústria automobilística de porte e transportar de caminhão, por estrada, um volume considerável de sua carga pesada — volume que alcança 70% do total. Sem possuirmos jazidas de petróleo abundantes, tornamo-nos pesadamente dependentes do petróleo importado. Posteriormente, na década dos 70, conhecemos o "milagre" econômico. As taxas de crescimento do PIB atingiram cifras prodigiosas de 9, 10 e mesmo 14% ao ano. O país era dirigido (pelo menos assim se supunha) por "homens de idade madura e mente sadia", cumprindo a condição essencial de Bentham. Estava agindo livremente e com os olhos abertos. Chegara à decisão, que então parecia justificar-se, de estimular ainda mais o desenvolvimento pelo recurso à poupança externa. Poderia haver seguido, por exemplo, o modelo da Coreia, Formosa, Singapura e Malásia, que são hoje países em acelerado progresso industrial, sem sofrerem de inflação, nem registrarem o peso de considerável dívida externa — isso porque fizeram apelo, principalmente, à poupança interna, trabalhando muito e gastando pouco. A alternativa implicava, pois, mais esforço, mais austeridade, mais sacrifícios do que estava nossa sociedade disposta a oferecer. Nem todos os povos se sentem inclinados a abandonar sua *dolce vita*... Não sendo o mercado bancário internacional uma instituição de caridade, nem uma entidade previdenciária ou um asilo de desamparados, não cabe ao sistema financeiro mundial o dever de — nos termos do arrazoado escolástico contra Bentham — "proteger a indigência contra a extorsão e a

simplicidade mental contra a impostura". De qualquer forma, não aceitaríamos ser acoimados de simplórios mentais...

Aconteceu então a crise do petróleo. Depois de haverem durante anos esbravejado contra as "injustiças da ordem econômica internacional" e reclamado, inclusive sob inspiração e liderança dos bravos economistas do Itamaraty, contra a famosa "deterioração das relações de troca", alguns países do Terceiro Mundo, que dispunham desse produto primário, resolveram aumentar drasticamente os preços do apreciadíssimo ouro negro. A "nova ordem econômica internacional" que assim surgia nos caiu pesadamente na cabeça: os dois choques do petróleo de 1974 e 1979 elevaram os preços do barril importado para acima de trinta dólares. Setenta bilhões de dólares foi o que nos custaram, em doze anos, as importações do precioso "ouro negro", para gáudio dos xeques das Arábias, generais levantinos e o Xá-in-Xá da Pérsia. Setenta bilhões de dólares é mais da metade da dívida externa brasileira: os petrodólares dos árabes e os euro-dólares, acumulados por um longo período inédito de prosperidade, permitiram aos banqueiros internacionais oferecerem empréstimos fáceis a todo solicitante imprevidente que, a semelhança do Brasil, pretendia acelerar a delirante velocidade do *take-off* industrial. A origem da situação é exatamente essa: na década dos 70 uma quantidade fenomenal de dinheiro tornou-se disponível como poupança, resultado do trabalho dos ocidentais após os "trinta anos gloriosos" e particularmente a partir dos lucros lotéricos *(windfall)* dos árabes. Tratava-se de "reciclar" todo esse dinheiro. Era essa a função dos banqueiros: assegurar lucros e renda fixa ao dinheiro depositado pelos xeques, os magnatas e também o pequeno poupador europeu e norte-americano, lucro e segurança política contra expropriações e impostos. Os banqueiros não angariaram todas as vantagens do negócio, mas apenas suas regias comissões bancárias e mais as taxas de risco — o que era aliás suficiente para conceder a monstros como o Citicorp, o Chase Manhattan, o Crédit Agricole e outros, benefícios monumentais. Os árabes de nós, perdulários, ganharam duplamente: como vendedores de petróleo caro e como donos do capital que nos era emprestado a juros elevados. E pedimos emprestado basicamente por dois motivos: porque nossa economia dependia desastrosamente do petróleo importado (já que a Petrobrás não se decidira, em momento oportuno, a acelerar a sua pesquisa e exploração do petróleo na plataforma continental) e porque ansiávamos pelo bolo do desenvolvimento antes das outras crianças... Foi essa uma das consequências paradoxais do terceiromundismo: que tenha sacrificado o Terceiro Mundo boboca, que não dispõe de petróleo, ao Terceiro Mundo esperto, que o possui, por intermédio de financistas ainda mais espertos do Primeiro Mundo...

A título de comentário final, mais uma citação de Bentham: "Não é certamente um motivo de indiferença que uma classe de pessoas — qualquer que seja o ponto de vista segundo o qual possa sua conduta ser julgada; quer seja em relação a seu próprio interesse, quer em relação ao interesse daqueles com os quais conclui negócios, assim como segundo um critério de prudência ou de beneficiência... mereça encômios mais do que censura — seja classificada com os desamparados e os descarados, e imputada com um grau de injúria que deveria ser aplicado apenas àquele cujo comportamento... é exatamente o oposto do seu próprio."

* * *

É sabido que, no terreno econômico, a Idade da Razão lança as bases do capitalismo industrial moderno. Assistido por condições favoráveis, científicas e tecnológicas, que permitem o rompimento da Revolução industrial na Inglaterra — com contribuição decisiva por parte de seus economistas — a economia moderna de crescimento é fruto de uma atitude racional, liberal, competitiva e pragmática perante as exigências da vida material. O triunfo do capitalismo é atribuído ao liberalismo holandês e britânico, e à emergência da burguesia empresarial como classe de vanguarda. Mas, como filosofia, está associado ao utilitarismo metódico, ao mecanicismo e ao darwinismo. No capitalismo puro, concebe-se o funcionamento da economia sem referência alguma a inibições morais e sentimentais, na base exclusiva da mecânica de oferta e procura segundo as leis do mercado, com a seleção automática dos mais eficientes e mais trabalhadores na concorrência geral — sendo a luta pela vida, com seu efeito altamente estimulante, controlada apenas por dispositivos legais que asseguram a justiça e o direito à propriedade.

A invocação do nome de Max Weber seria aqui supérflua. É bem conhecida a análise que o grande sociólogo alemão nos oferece do fenômeno psicológico e religioso do racionalismo ético protestante na inspiração do espírito do capitalismo. Para o entendimento exato da expansão da economia capitalista moderna e do poder colossal que exerceram e ainda exercem as nações protestantes, a avaliação do papel da Razão Prática calvinista me parece imprescindível. A influência da obra de Weber em nosso país tem sido ponderável, mas talvez não tão grande quanto seria de desejar, ofuscada que ainda se apresenta pelo fantasma marxista. A frequência com que o termo "racional" aparece em discussões de economistas testemunha contudo o impacto dessa obra para a apreciação de nossas circunstâncias, até hoje bem pouco racionais. Weber dedicou-se a exorcizar os íncubos,

desfazer os mitos, expurgar as falácias e liquidar com a magia como técnica apropriada à solução dos grandes problemas sociais e políticos. É o que chama de *Entzauberung der Welt.* O que quer dizer o processo de "desencantamento", desmitificação ou desmistificação do mundo, que equipara ao próprio progresso cultural. Em meu livro *Psicologia do subdesenvolvimento,* de 1972, tive oportunidade de me estender longamente no estudo das conotações weberianas em nossa situação, procurando aquilatar em que medida a inexistência de condições éticas, semelhantes às vigorantes nas nações calvinistas, pode haver exercido um efeito negativo ou desestimulante sobre nosso desenvolvimento. A presente seção constitui, de fato, uma reedição de parte do que tive ocasião de debater naquele livro, publicado pela editora APEC em pleno apogeu do chamado "milagre brasileiro". Em obra posterior, pretendo explorar com mais cuidado os aspectos éticos, de justiça, liberdade e eficiência, relacionados com o desenvolvimento capitalista.

Contra um socialismo que se quer científico mas que reduz todos os fatores religiosos, morais, culturais e espirituais numa sociedade a meras "superestruturas" das condições materiais de produção, criou Weber um impacto irreversível sobre as ciências sociais ao restaurar a importância do papel do homem, de sua psicologia, de sua moral e de sua religião no quadro de explicações respeitáveis. Cabe notar que Weber não pretendia, de modo algum, contra-atacar o marxismo e seus preconceitos materialistas. Ele achava que seu método devia ser considerado uma simples *preparação* para a pesquisa. Considerava que a interpretação unilateral devia ser deixada "ao tipo de diletante que acredita na unidade da mentalidade de grupo e na sua redutibilidade a uma única fórmula".

As teses da Sociologia da Religião de Weber têm sido criticadas e comentadas de várias maneiras. Seu sistema constitui a última tentativa de conceber a sociedade em termos positivistas. Essa é sua grandeza e, ao mesmo tempo, sua limitação. Hoje, procuramos transcender o racionalismo positivista. No entanto, como ainda nós, brasileiros, não atingimos esse estágio de visão exaltada, somos obrigados a ele recorrer para explicar os motivos de nosso atraso em relação aos povos da Europa nórdica e às nações da América do Norte que foram colonizadas por Protestantes. Fundamentalmente, se aceitamos as teses de Weber, concluiremos que a ética protestante ou, mais exatamente, a ética do "ascetismo intra-mundano" determinou condições de seriedade de comportamento, de disciplina profissional, de honestidade comercial, de trabalho eficiente, de severa poupança, de administração metódica e racionalidade nas empresas, de capacidade de se governarem a si próprios e, sobretudo, de admirável "boa consciência" na acumulação de riquezas — que explicariam suficientemente o sucesso alcançado por esses povos os quais, repito, ainda

hoje se colocam entre os mais ricos, desenvolvidos e bem governados do mundo. Isso, quaisquer que sejam as peripécias históricas mais recentes, de contestação antipuritana, tendentes a confundir este quadro simplificado.

A história da Europa nos séculos XVIII e XIX demonstra que as nações nórdicas tomaram facilmente a dianteira em seu desenvolvimento material e cultural. A Inglaterra inaugura a revolução industrial em plena luta contra o imperialismo napoleônico. Os Estados Unidos, que se expandem rapidamente para o oeste, superam a crise provocada pela Guerra de Secessão e avançam com tal presteza que, no limiar da Primeira Guerra Mundial, há setenta anos, já constituem a mais importante economia industrial do mundo. A França, que não é só um país latino mas, em sua formação psicossocial, encerra muitos elementos germânicos, cresce mais lentamente, não obstante as crises políticas sucessivas, reveladoras de um profundo mal-estar no embate entre o Racionalismo e o Romantismo sob o poder crescente do Estado. Prospera a Alemanha através de uma Revolução pelo Alto que impõe o prussianismo a toda a nação. Do mesmo modo, pequenos países protestantes como a Suíça, os Países Baixos e as monarquias escandinavas contribuem para o desabrochar da civilização industrial-científica. Fora da Europa, países de língua inglesa como o Canadá e a Austrália, embora de colonização tardia, também tomam economicamente a dianteira, salientando o contraste com o Brasil mais nitidamente ainda do que o que nos separa dos EUA.

Nessa mesma época, no entanto, a Itália e sobretudo a Ibéria, mergulhadas na miserável decadência que se seguiu ao Renascimento e à Contra-Reforma, procuram a muito custo sair da estagnação. Na América Latina, são a Argentina e o Chile que, em princípios deste século, revelam condições relativas de progresso de que, aliás, não se deixam de vangloriar. O caso da Argentina é interessante quando posto em confronto com o da Austrália. A Argentina possui território, população, disponibilidade de recursos naturais, homogeneidade racial e nível cultural que a coloca no mesmo patamar da Austrália. Ao contrário da Austrália, contudo, tem sido mal governada, na realidade tão mal governada que, de país plenamente desenvolvido no princípio do século, decaiu para o subdesenvolvimento na atualidade. O atraso "latino" é geral. É necessário esperar o fim da segunda guerra mundial para que ocorra o *mirácolo* italiano; para que a Espanha entre em processo de modernização e para que, em todo o continente sul-americano, se notem enfim os sinais alvissareiros de uma possível transformação. De um modo geral, a defasagem entre nosso progresso e o daquelas áreas nórdicas pode ser em parte explicado, senão weberianamente pela ausência de uma educação calvinista ou, historicamente, pela nossa

omissão de quase dois séculos em participar do grande movimento de transformação intelectual ocorrido desde o início da Idade da Razão, pelo menos, psicologicamente, pela míngua em nosso caráter nacional das virtudes racionais de operosidade, organização, poupança, seriedade, obediência à lei, disciplina intelectual e moral, e "boa consciência" econômica que, na oportunidade, impulsionaram aqueles para a frente.

Insistamos sobre esses aspectos psicológicos e culturais do problema. O Calvinismo associou-se a uma filosofia francamente racionalista, associação que é evidente no caso de Zwingli, o reformador de Zurique. Mas não é apenas o Racionalismo como tal, é *o racionalismo aplicado à profissão.* A profissão começa sendo uma "profissão de fé" e termina como uma atividade econômica específica. O processo de santificação da vida adquire, aos poucos, o caráter de uma empresa comercial. A companhia não é mais um grupo de amigos mas um grupo de sócios, empenhados em ganhar dinheiro. Elimina-se, progressivamente, o sentimento e a emoção (que encontram outras formas de expressão ou, mais comumente, são recalcados no Inconsciente). O comportamento torna-se mais frio e objetivo. Weber acentua que "o *homo politicus,* tanto quanto o *homo economicus,* desempenha melhor seu dever quando age sem consideração à pessoa interessada, *sine ira et studio,* sem cólera e sem amor, sem predileções pessoais e, portanto, sem graça mas puramente de acordo com a responsabilidade fatual e material imposta por sua vocação, *e não como resultado de qualquer relação pessoal concreta".* Em poucas palavras, o homem moderno, segundo o modelo típico do *businessman* anglo-saxônico, desobriga-se de suas responsabilidades da melhor maneira possível quando age tão próximo quanto convém dos regulamentos racionais do moderno sistema de poder. Weber assinala que a racionalização da economia acarreta um processo, quase mecânico, que não pode ser mais controlado por apelos sentimentais, românticos e caritativos aos indivíduos. A ética da Grande Família católica e patriarcal, que é ainda a nossa, confronta-se assim com um mundo de relações despersonalizadas que, por razões filosóficas fundamentais, não se pode submeter a suas normas afetivas. Cria, sobretudo, um conflito crescente com o puro sentimento de Justiça: *as preferências familiares são, por essência, injustas.*

É fácil de compreender a seriedade do problema moral que assim se coloca. Se os princípios acima apresentados, da sociedade industrial capitalista, são verdadeiros, eles se apresentam então como inteiramente incompatíveis com uma sociedade tradicional de tipo patrimonialista. Dentro da estrutura nuclear da Grande Família, o comportamento de nossa sociedade — que gosto de qualificar como "erótica", usando o termo Eros no sentido platônico — é dominado pelos impulsos afetivos personalistas e os lampejos da intuição. O

desenvolvimento industrial requer a repressão do sentimento, o esclerosamento da simpatia, a preocupação com as Coisas materiais em detrimento das Pessoas, e a atenção aos Fatos objetivos em detrimento das reações emocionais que esses fatos possam provocar. O Homem cordial não coincide com o *Homo economicus.* Nem costuma o *Homo ludens* levar a sério as regras draconianas de trabalho e os fatos agrestes que exigem a administração eficiente de uma nação economicamente poderosa. Há uma contradição abissal entre o homem de pensamento racional e o homem cordial, o homem "de coração", o homem afetivo que Bernanos chamava o "homem da amizade".

Em outras palavras: a Grande Família patriarcal estaria condenada a perecer no processo de desenvolvimento, se não for encontrada uma solução conciliatória. Seria este, no meu entender, um dos motivos secretos em virtude dos quais o clero brasileiro, quer defendendo reacionariamente os interesses tradicionais da sociedade patriarcal condenada, quer promovendo revolucionariamente ideias socialistas, ditas "avançadas" e "progressistas", estaria, na realidade, *em oposição de princípio à racionalização,* implícita em qualquer modelo econômico neocapitalista, tão radicalmente refratário a qualquer sentimento. A Igreja sente, instintivamente, que o problema consiste em saber até que ponto nossa fé será afetada pelo desenvolvimento ou poderá, por sua vez, afetar o desenvolvimento, no sentido de sua humanização. Isso quer dizer que, na realidade, a Igreja não está fazendo opção preferencial pelos pobres. Está fazendo opção pela pobreza. Não deseja que os pobres enriqueçam, pois o enriquecimento geral determinará a redução de seu prestígio e poder. A apostasia. Que o problema não é insignificante, a prova a podemos colher no triste fato de que tantos padres e até mesmo bispos e cardeais se tenham desgarrado para o marxismo. Do mesmo modo, podemos propor a tese de que o poder adquirido pelos militares nos últimos vinte anos se prende à crença dos mesmos de haverem constituído o único segmento da sociedade que possui virtudes de organização, disciplina e racionalidade, suscetíveis de permitir a condução do desenvolvimento através do Estado.

O que está ocorrendo no mundo é que o espírito profissional e racional da economia de mercado tornou-se parte integrante do conjunto de atitudes e da própria mentalidade da civilização ocidental. As virtudes calvinistas tornaram-se as virtudes do Ocidente do mesmo modo como os trajes masculinos sóbrios e escuros, calça, jaquetão, gravata e colete, a barba raspada e o cabelo cortado, introduzidos pelos puritanos ingleses (os *round-heads)* no século XVII, são ainda os que usamos em nossas atividades profissionais. Tais virtudes são as virtudes "modernas". Elas valorizam o trabalho. Retribuem a eficiência, a *performance* e a organização profissional de equipe (a empresa).

São aquelas virtudes também que, curiosamente, invadem a outros títulos todo o mundo não-europeu que, consciente ou inconscientemente, lhe procura imitar o modelo.

O nosso desafio é precisamente o de conciliar as exigências do desenvolvimento em termos racionais (a *Entzauberung der Welt),* conforme as leis draconianas da economia moderna, com o mínimo de abandono dos lados aprazíveis, mais cordiais, mais calorosos e simpáticos de nossa forma de viver. Conciliar, em suma, a atividade da Avenida Paulista com o lazer da praia do Pepino... Se acreditamos que, por uma lei fatal de psicologia, tudo que na consciência se alevanta, de modo unilateral, alto demais ou exclusivo, é compensado pela mobilização inconsciente (na Sombra) de conteúdos de natureza antitética, inferiores e traiçoeiros; e se sabemos que, historicamente, tal fenômeno se registrou na Europa após a idade da Razão, então não ficaremos surpreendidos com as contradições de nossa situação. Trata-se de um desafio monstruoso — e não estou absolutamente seguro que o saibamos enfrentar.

Como Descartes, devemos começar duvidando *(de omnibus dubitandum).* Duvidando de nossa vocação desenvolvimentista e de nossa capacidade de organização e institucionalização política. Como Bacon, devemos também derrubar os ídolos, no início de nossa tarefa. É a partir de um saudável e construtivo ceticismo analítico que podemos partir para a aceitação de nossas transformações; para a consolidação do planejamento sereno como método administrativo (sem prejuízo da iniciativa privada); para a criação de uma verdadeira ciência política — ciência que, talvez de todas, seja aquela de que mais careçamos; e para a redução do poder do Estado num regime de verdadeiro liberalismo conservador.

Descartes acreditava que *l'âme pense toujours...Hélàs!* Lançou a psicologia moderna dúvidas atrozes sobre esse triunfante asserto da Razão, ao descobrir as configurações sombrias e abissais da alma humana cuja liberdade de raciocínio é, afinal, muito aleatória. A filosofia existencial estremeceu ainda mais fortemente a correlação e harmonia necessárias, propostas pelo cartesianismo, entre a Razão, como sistema de ideias claras e definidas, e o Mundo, como totalidade dos seres criados. Essa correlação só é admissível se levarmos em consideração os mistérios insondáveis e os transcendentes desígnios de Deus.

Na realidade, há muita gente que não pensa, gente que pensa raramente. Ou gente que pensa de maneira defeituosa. A política é o terreno eminente das paixões, dos mitos e do carisma quando pouco se pensa. É o reino maravilhoso do irracional, do emocional e do imprevisto. Nela não se pensa, senão na oportunidade. Nela a força atuante é a dos

interesses e do instinto de poder, da vontade de domínio. Impera o *stupor mundi*. É verdade que, no Brasil, temos resolvido quase todos os nossos problemas fundamentais graças a um dom realmente notável de intuição profunda, essa forma feminina, muito peculiar, do pensamento por métodos não-racionais como centelha direta do Inconsciente. Se conseguimos improvisar "soluções brasileiras" (com nosso famoso jeito...) sob a pressão imediatista de circunstâncias urgentes; se temos também, graças à nossa admirável cultura do sentimento, amaciado e suavizado as tensões políticas e sociais, geradas em momentos de crise, numa população racialmente heterogênea e afetada por enormes contrastes de cultura, de educação e de riqueza — é porque possuímos o coração como estupendo e enorme recurso de nossa alma nacional. Mas é evidente que sentimento e intuição, de exercício excepcional, não são mais suficientes para atender às fortes exigências do momento. O processo de transformação da alma coletiva implica uma diferenciação aguda e minuciosa de novos instrumentos intelectuais, particularmente no terreno sensível da política.

Acontece que estamos, justamente, num momento em que é preciso *pensar* a solução brasileira. Pensá-la em termos políticos, sociais e culturais, como já a estamos pensando em termos econômicos. Se a conjuntura impõe a procura de fórmulas para nossas instituições, capazes de arcar com os problemas da passagem para uma nova ordem de democracia, de autoridade e de justiça; se o próprio desenvolvimento requer opções decisivas quanto ao caminho que devemos trilhar para enfrentar e superar os problemas gerados na tempestade da Revolução industrial — então, é imprescindível que haja julgamento amadurecido. Que haja crítica. Escolha. Decisão.

"Entre as leis que governam as sociedades humanas", escreveu o ilustre Alexis de Tocqueville em princípios do século passado, "há uma que parece ser mais precisa e clara do que todas as outras. Se os homens devem continuar a civilizar-se ou tornar-se civilizados, a arte de associação deve crescer e melhorar, na mesma proporção em que aumentam as condições de igualdade." A instabilidade política da Ásia, da África e da América Latina é atribuída, por muitos estudiosos americanos, precisamente à incapacidade desses países de atenderem a essa condição: a igualdade na participação política está crescendo muito mais rapidamente do que a "arte de associação".

Ecoando o grande estudioso da democracia americana, acentuou Walter Lippmann* que "não há maior necessidade para os homens que vivem em comunidades do que a de serem governados. Governados por si mesmos, se possível. Bem governados, se

* Em artigo de 1963, no ***New York Herald Tribune.***

têm sorte mas, de qualquer forma, governados." Confessa-se este prestigioso comentarista francamente discípulo de Aristóteles, que enunciou tais conceitos relevantíssimos. O homem é um animal político e a necessidade de organização política é tão forte quanto o anseio de desenvolvimento, sendo, na verdade, condição do desenvolvimento. "A ciência da associação", escrevia também Tocqueville, "é a mãe da ciência; o progresso de todo o resto depende do progresso que ela realiza". Ora, o problema da institucionalização do país permanece em suspenso há quase 60 anos: desde 1930! Em outras palavras, o ciclo que começou com o triunfo da Aliança Liberal, que se extremou no período imediatamente anterior ao Estado Novo, que pareceu se normalizar com a Constituição de 46, para novamente se agravar após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954 — esse ciclo, dizíamos, ainda não terminou. Nem com a chamada Nova República...

Vale notar que, com as únicas exceções do hiato ditatorial de 1938/44 (o qual coincidiu com a II Guerra Mundial e foi por ela favorecido), do governo Dutra e do período entre 1969 e 1975, marcado por uma concentração quase exclusiva sobre assuntos econômicos — o Brasil tem vivido, durante a República, num estado permanente de agitação e indefinição política. Se, além disso, considerarmos que a República Velha não foi muito mais tranquila, nem funcionou como uma verdadeira democracia. Se recordarmos que foi uma oligarquia patrimonialista dominada pelos senhores de Minas e de São Paulo, dedicados, "p'ra inglês ver", enquanto tomavam café com leite, a uma farsa eleitoral mui distinta e mui sutil — chegaremos à melancólica conclusão de que o Brasil republicano não encontrou, até hoje, quando se aproxima de seu primeiro centenário, a sua forma adequada de organização política.

Obcecada pelo modelo constitucional norte-americano, nossa República teima em querer forçar numa cama de Procusto alienígena uma estrutura social que, evidentemente, exige outros tipos de instituições. Como resultado, sucedem-se governos, regimes e constituições (já alcunhadas de "publicações periódicas"...). As crises são constantes: 1922, 1924, 1930, 32, 35, 37, 45, 54, 55, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 79, 85... com experiências várias, golpes, eleições, revoluções, quarteladas, manifestações de rua, para todos os gostos e todas as inclinações, "Governo Provisório", tenentismo, constitucionalismo, comunismo, integralismo, "Estado Novo", queremismo e getulismo, contra-golpe de Lott, janismo, parlamentarismo, República sindicalista, "Revolução redentora", "Atos Institucionais" e "Atos Complementares" sem conta, aberturas e "Nova República" — e a "solução brasileira" não é jamais encontrada. Ou por outra, é encontrada num eterno postergar. Num eterno compromisso. Num permanente "deixa para amanhã". Num adiamento sem fim em

que permanece o impasse. Quantas constituintes e constituições já tivemos?

As perguntas que então se colocam diante de nós são as seguintes: como pode um povo afetivo e essencialmente intuitivo como é o brasileiro, ainda sujeito a formas miméticas artificiais de institucionalização, alçar-se à realização de seu próprio modelo, original e autêntico, de associação política? Como atingir àquele ideal de "organização nacional" em que pensava Alberto Torres e com que, depois dele, tantos outros sonharam? No mundo dos chamados "países em desenvolvimento" que se modernizam, afirma o professor americano Samuel Huntington que *"controlará o futuro aquele que organiza a sua política"* .*

Como atendermos, então, a esse imperativo de organização, liberal e conservadora ao mesmo tempo, que requer profunda meditação sobre nosso destino, evitando que as soluções sejam sopradas pelo íncubo ideológico? Como impedir que as constituições periódicas sejam sempre simiescamente imitadas de modelos europeus ou norte-americanos; ou deixadas, taoisticamente, ao sabor das intempéries, segundo o formidável apotegma getuliano, "deixa como está, para ver como fica"? Finalmente, como transcender a própria Idade da Razão que nos impulsiona num sentido marcadamente materialista e incompatível com nossos mais profundos anseios? Como fazer opções que não sejam apenas as do crescimento do PIB e da renda *per capita?* Como evitar que nos embrenhemos mais ainda, em consequência do próprio colossal impulso desenvolvimentista, nas calamidades da explosão demográfica, da poluição ambiental e desbaratamento dos recursos naturais, da criminalidade urbana, das neuroses e da degradação moral? Como desviar a obsessão econômica que, subitamente, nos domina (reação extrema do *Homo ludens,* subitamente cansado de sua boêmia tradicional e empenhado, por capricho, vaidade ou espírito de aventura, a dar provas de "poder nacional"), para as preocupações superiores com a Justiça, com o que se chama a Qualidade da Vida, com o problema da conciliação entre Segurança e Liberdade, e com o ideal de Cultura? Finalmente, como combater o Dinossauro em benefício do indivíduo livre, em uma sociedade justa e bem ordenada?

A debater algumas dessas questões e a sugerir possíveis respostas se dedicam os capítulos subsequentes deste livro.

---

* ***"In the modernizing world he controls the future who organizes its politics."*** (Apud ***Political Order in Changing Societies.)***

CAPÍTULO II

Estado burocrático patrimonialista

A burocracia é o despotismo da inércia.

Émile de Girardin

O déspota moderno é a burocracia.

Jules Michelet

O aparelho do Estado centralizado... engloba o
corpo vivo da sociedade civil como um boa constrictor.
Todas as revoluções nada mais fizeram do
que aperfeiçoar a máquina estatal em vez de se livrarem
desse pesadelo sufocante.

Karl Marx

Alhures ainda existem povos e rebanhos, mas não
onde vivemos, meus irmãos; aqui há Estados. Estado?
Que é isso? Ora então, abri os ouvidos pois
agora vos vou falar sobre a morte dos povos. O
Estado é o mais frio de todos os monstros frios.
Mente friamente, e eis a mentira que de sua boca
escapa: "Eu, o Estado, sou o povo". Isso é uma
mentira! Foram criadores aqueles que criaram os
povos e sobre eles estenderam uma fé e um amor:
assim serviram a vida. Mas foram aniquiladores
os que constroem armadilhas para o maior número
e a isso chamam o Estado: sobre eles suspendem
um gládio e cem apetites... Onde quer que ainda
haja um povo, ele não compreende o Estado e o
odeia como um mal-olhado e como um atentado aos
costumes e aos direitos... Mas o Estado mente em
todas as línguas do bem e do mal; em tudo que diz,
mente; e tudo que possui, ele roubou... Somente
onde termina o Estado começa o ser humano que
não é supérfluo; ali principia o canto da
necessidade, a única e inimitável melodia.

"Sobre o Novo ídolo", em ***Assim falava Zaratustra*** (1ª Parte), F. Nietzsche.

10

MERCANTILISMO E PATRIMONIALISMO

O Brasil é o país do Grande Salto para a Frente. Realmente, ninguém segura este país! Pulamos da idade do carro-de-bois para a do automóvel e o avião, sem passar pela estrada de ferro. Mergulhamos no social-estatismo sem nunca haver saído do patriarcalismo patrimonialista e personalista. Penetramos na informática, na automação, nos satélites de comunicação, e vendemos tanques e aviões sofisticados ao exterior enquanto parte considerável da população permanece na idade da pedra, no estágio do paganismo umbandista e na fase do dionisismo carnavalesco. O Padim Cícero coexiste com a represa de Itaipu. A missa dos Quilombos com os aviões a jato da Embraer. Paradoxos e contradições! As decalagens e anacronismos são frutos de dois processos paralelos de desenvolvimento: o interno, natural ou endógeno; e o externo, exercendo-se através do "efeito demonstração", resultado mimético de nossa participação na esfera de cultura ocidental cuja evolução segue seu próprio ritmo acelerado. Sofremos permanentemente da necessidade de imitar e diligenciamos por acompanhar o desenvolvimento da chamada "sociedade exemplar", a sociedade moderna da Europa ocidental e da América do Norte que se apresenta como modelo ideal de cultura. A influência do ritmo externo, próprio da sociedade exemplar, perturba assim o ritmo interno, naturalmente mais lento. Somos, por um lado, um país semicolonial do Terceiro Mundo, sob certos aspectos vivendo ainda nos séculos XVII e XVIII — e, por outro, somos a sétima ou oitava potência econômica ocidental neste final do século XX. A disritmia já foi amplamente analisada pela sociologia brasileira. Poucas consequências práticas, porém, têm sido tiradas da análise. Há mais de trinta anos, Guerreira Ramos, então maioral do ISEB, propôs as categorias da Duplicidade, da Heteronomia, da Alienação e do Amorfismo. No que diz respeito à Heteronomia, ele assinalava que "país colonizado é uma coisa externamente e outra internamente. Nas relações com os demais países somos forçados a nos revestir da forma dominante na esfera internacional". O bravo intelectual fora influenciado, primeiramente pelo nacionalismo integralista e, em seguida, pelo terceiro-mundismo marxista-leninista, falando muito em "leis históricas inevitáveis" mas intuindo perfeitamente o fenômeno de decalagem cultural a que nos referimos. Ele desenvolveu uma tese que já fora explorada com sucesso por

Oliveira Vianna. De qualquer forma, é certo que a disritmia no desenvolvimento, que nos deixa na retaguarda em relação aos processos vigentes na sociedade exemplar, tem sérias consequências políticas, sociais e econômicas que mereceriam análise segundo critérios spenglerianos ou toynbeanos...

A falta de compreensão dessa realidade histórico-sociológica explicaria por que motivo fantástico alguns sociólogos ilustres, desconhecedores do fenômeno, e não menos prestigiosos clérigos da Esquerdigreja Festiva propõem a socialização dos meios de produção para corrigirem as excessivas desigualdades, supostamente geradas pela revolução liberal burguesa, quando, na verdade, ainda nos encontramos na fase pré-capitalista de transição — a que foi representada, precisamente na Europa dos séculos XVII e XVIII, pelo sistema dito mercantilista. Não nos devemos espantar, pois esse sistema ainda dominou a Alemanha em pleno século XX — durante as duas grandes guerras. Ainda domina a URSS em suas relações com o Ocidente. Quando escrevi um livro para demonstrar que o Brasil não era cartesiano e que não havíamos ainda penetrado na Idade da Razão, a obra obteve limitada repercussão, não porque, creio eu, seja falsa sua tese, mas porque ao distinto público é difícil admitir a verdade. *Humankind cannot bear very much reality,* assinalava T. S. Eliot. A humanidade não pode suportar muita realidade...

O Mercantilismo foi uma forma econômica que dominou a Europa, na fase preparatória da Revolução industrial desencadeada pelo Capitalismo. Ele precede, portanto, o sistema de autoridade que Max Weber qualifica de *racional-legal,* correspondendo antes à fase final do modelo de autoridade dito *tradicional patrimonialista.*

Vejamos do que se trata.

* * *

"Um sistema de coordenação imperativa pode ser chamado 'tradicional' " — afirma Max Weber (na análise da Autoridade legítima *(Herrschaft)* empreendida em sua obra *Wirtschaft und Gesellschaft,* III, 6, Primeira Parte), "se a legitimidade é reclamada em seu favor e aceita na base da santidade da ordem e dos poderes de controle a ela relacionados, conforme tenham sido herdados do passado, 'como sempre existiu' ". "A pessoa ou pessoas que exercem a autoridade", continua o sociólogo, "são designadas de acordo com regras transmitidas tradicionalmente." O objeto da obediência é a autoridade *pessoal* do indivíduo que dele goza, *qua* pessoa, em virtude de seu *status* tradicional. Um príncipe tem autoridade, por exemplo, porque é filho do rei. O genro tem autoridade porque é genro do excelentíssimo senhor presidente da República. O grupo organizado que exerce autoridade,

no caso mais simples, se sustenta primariamente em relações de lealdade pessoal, cultivadas segundo um processo comum de educação. A autoridade não é um "superior" mas um chefe pessoal, um Senhor *(Herr).* O relacionamento não possui base intelectual, mas alicerces de profundidade afetiva.

Weber distingue o regime feudal, tal como se desenvolveu na Europa ocidental (e poderíamos acrescentar no Japão), e o sistema patrimonialista. A aplicação de sua tese ao Brasil, e ao resto da América Latina, se faz mais correta e apropriadamente se considerarmos que, ao modelo primitivo do patriarcalismo semifeudal vigente na época colonial e, até certo ponto, sobrevivente nas regiões mais atrasadas do agreste nordestino (a Casa Grande da fazenda açucareira estudada por Gilberto Freyre, por exemplo), devemos acrescentar o modelo barroco absolutista. Na seção 7ª do mesmo capítulo dedicado à "autoridade tradicional", o sociólogo apresenta esse modelo. Conquanto tenhamos que admitir não seja a ideia ali desenvolvida como seria de desejar, o conceito weberiano é de extrema fertilidade. Ele afirma que, "com a criação de um *staff* administrativo puramente pessoal, especialmente uma força militar sob o controle do Chefe *(Herr),* a autoridade tradicional tende a se desenvolver sob a forma do *patrimonialismo".*

A teoria do Estado patrimonialista é, entretanto, antiga. Descobre-se talvez a tese, pela primeira vez, no Livro III de a *Política* de Aristóteles, embora em breve referência. O estagirita alude aí ao tipo de "governo paternalista" em que o rei ou chefe do Estado governa como se a sociedade fosse sua propriedade doméstica. Seguindo nas pegadas de Aristóteles, Jean Bodin, em 1576, refere-se em certo momento, em sua obra *Seis livros da República,* ao que denomina "monarquia senhorial", considerando-a um sistema de governo em que o governante é simplesmente *dono* de seus súditos e de toda a propriedade. Seria o tipo de governo referido como "Sultanismo" ou "Despotismo Oriental". Bodin sustenta seu argumento com a tese da origem do Estado na instituição do *pater familias,* o qual possui poder absoluto sobre seus dependentes e governa soberanamente toda a economia doméstica, da qual é o único proprietário. Entretanto, a posição de Bodin se coloca contra o comunismo implícito em certos aspectos das teses de Platão em *A República,* de S. Tomas Morus em sua *Utopia,* assim como no radicalismo de certas seitas Anabatistas de sua própria época (Tomas Münzer, por exemplo). Em outras palavras, Bodin procura estabelecer uma distinção clara entre a soberania *política* do Estado e a propriedade privada dos chefes de família, cujo direito particular enfatiza. Bodin antecipa nisso a Locke. Destaca-se assim, com precisão, o que é público e do Estado, do que é privado, da família ou do indivíduo.

Hobbes foi outro que se referiu ao assunto. Na realidade sua consideração do *Dominium* ou "Monarquia Patrimonial", na obra de 1650 *Elements of Law, Natural and Politic,* representa a primeira vez que o termo patrimonialismo é usado no sentido em que aqui o empregamos. *O Dominium* é criado, segundo Hobbes, pela conquista e submissão da população, a qual aceita a total soberania patrimonial "por medo da morte". Distingue-se, por conseguinte, da *Commonwealth* (República) que é espontaneamente formada pelos cidadãos, por consentimento mútuo, tendo em vista a defesa coletiva contra inimigos externos. Está claro, portanto, que Hobbes separa o *Dominium,* isto é, o Estado absolutista e patrimonialista imposto pela força, da República formada através de um Contrato Social. Seria em Weber, entretanto, que o conceito de Estado patrimonial adquire sua expressão perfeita.

Nesse sistema, poderes particulares e as vantagens econômicas correspondentes são "apropriadas", isto é, tornam-se propriedade particular do Chefe. Weber discute com certo pormenor a maneira como se processa essa "apropriação". Vemos, no caso do Brasil, que a descrição se enquadra com bastante exatidão no que ocorre em nosso regime clientelista — tal como é abordado, por exemplo, em *Bases do autoritarismo brasileiro,* de Simon Schwartzan; *Coronelismo, enxada e voto,* de Victor Nunes Leal; *Os donos do poder,* de Faoro; e nos trabalhos mais recentes de Antônio Paim, Ricardo Vélez Rodríguez e Ubiratan Borges de Macedo. Paim assinala que o adequado entendimento do "momento pombalino" é essencial ao exame mais atento dos aspectos doutrinários assumidos pelo que chama "ideologia patrimonialista". Vélez Rodríguez, por outro lado, enfatiza a influência do positivismo de Comte, antiliberal e pretensamente racionalizador e moralizador, na "ideologia" positivista desenvolvida por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, com influência dominante sobre todo o país graças à ditadura de Getúlio Vargas.

Antônio Paim comenta também, com ironia (em "A opção totalitária", Unidade XI do *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro),* o famoso dilema que tortura a mente transviada do marxista caboclo: saber se as relações de produção teriam sido, no Brasil, de caráter feudal ou de caráter escravagista. Em outras palavras, se o Brasil possuía, na época colonial, uma estrutura social correspondente à do feudalismo; ou se já se enquadrava pela exportação de açúcar e ouro, e pela importação de escravos, na estrutura do capitalismo internacional nascente. Nelson Werneck Sodré é o papa desse debate estéril. Mas convenhamos que suas encíclicas e declarações dogmáticas expedidas *ex-cathedra* não contribuíram para esclarecer o problema. E por uma razão muito simples — que é o problema assim mal colocado. Paim observa que "a tentativa de *naturalizar* a história,

empreendida pelo marxismo ortodoxo no Brasil, corresponde a um dos fenômenos mais infecundos dentre os que já tiveram lugar na evolução de nosso pensamento. Enquanto persistem vários temas cuja elucidação exige argúcia e capacidade de questionar, a mencionada tendência ocupa-se de produzir simplificações que não conduzem a nada"... Paim chega à conclusão de que "a compreensão da realidade do patrimonialismo luso-brasileiro, de sua longa e persistente história, é uma conquista das mais significativas da nova maneira de encarar o processo político brasileiro. Marca o início do longo caminho a percorrer para nos livrarmos dos esquemas simplificatórios, de inspiração marxista-positivista".

O problema da estrutura originariamente patrimonialista de nosso país, no relacionamento com suas origens em Portugal, foi exaustivamente estudado por Raimundo Faoro, nos dois grossos tomos de *Os donos do poder*. Ao examinar a formação do patronato político brasileiro, adverte Faoro que não segue estritamente a linha de pensamento de Weber. É pena. Mas permanece contudo claro, em seu argumento, que tampouco aceita os pressupostos marxistas de explicação. Não é a transição do feudalismo para uma sociedade burguesa capitalista, com a integração da nação como segmento semi-colonial de um "centro imperialista", vivendo no estágio do *Spätkapitalismus*, o que lhe chama a atenção. Faoro talvez procure abrandar ineficazmente a controvérsia com o uso da expressão "capitalismo de Estado" — que, no meu entender, nada significa a não ser, precisamente, o "patrimonialismo" de que fala Weber. Aparentemente, Faoro procura conciliar a controvérsia entre os marxistas — que insistem no caráter capitalista da economia brasileira da época colonial e na estrutura meramente feudal da organização produtiva nas *plantations* de açúcar e café e nos grandes latifúndios de pecuária — e os weberianos que acentuam a existência de uma classe burocrática poderosa, resultante do vigor tradicional do Estado português. No meu entender, a noção de "capitalismo de Estado" contribui muito pouco para esclarecer o debate. O termo mais adequado para a descrição da organização socioeconômica do Brasil desde a época colonial é o de "patrimonialismo mercantilista". Esse conceito de patrimonialismo mercantilista nos coloca exatamente no estágio de desenvolvimento de que estamos tentando emergir nas últimas décadas, com a revolução industrial iniciada durante a presidência Kubitschek.

Como resultado da discussão sobre a importância relativa do feudalismo ou do patrimonialismo centralizador nas raízes do Brasil, surge uma certa confusão. O próprio Faoro declara expressamente que não pretende penetrar mais a fundo na polêmica sobre o chamado feudalismo brasileiro (p. 130). Ele cita por exemplo Ruy Cirne Lima, para quem a

imposição de foros, nas sesmarias do Brasil, equivalendo a uma apropriação legal do respectivo domínio direto, "inaugura o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde desde então o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado ... para assumir definitivamente a concessão ... de latifúndios"*(Pequena história territorial do Brasil,* Porto Alegre, 1954). A Casa Grande do sistema sesmarial, no reino do açúcar com a monocultura e a escravidão africana, conquista a paisagem. É um sistema indiscutivelmente feudal. A serviço, porém, do mercantilismo patrimonialista do Estado português *com controle direto sobre a área litorânea da colônia.*

Referindo-se também ao regime clientelista imperante no período da República Velha, acentua Faoro especificamente seu caráter semi-feudal. "Cada Estado terá seu domínio pessoal ou de uma família, de um chefe ou de um grupo fechado. O norte se comporá de muitos ducados com as chamadas satrapias.... Cada Estado terá seu dono. Minas Gerais será o domínio de Tarasca; S. Paulo do Partido Republicano Paulista; o Rio Grande do Sul não sairá durante 25 anos das mãos férreas de Borges de Medeiros; o Ceará caberá aos Acioli; Rosa e Silva terá Pernambuco ao seu dispor".

O coronelismo, o clientelismo, o compadrio, o empreguismo, esse emaranhado extremamente confuso de relacionamentos e obrigações personalistas, ao nível municipal, que se associam à estrutura patrimonial do país, consistem essencialmente no *aproveitamento privado da coisa pública.* O "coronelismo" representa a forma local de domínio personalista. O patrimônio privado é ao mesmo tempo o patrimônio público. A privatização concreta se traduz pela incapacidade de conceber o governo como oriundo de um pacto social abstrato em que, segundo Hobbes, Locke e Rousseau, o Estado utiliza as leis como instrumento de sua autoridade. Um antigo governador do Ceará, o ministro Parsifal Barroso, contou-me que, quando visitava uma aldeia do interior, a população acodia para recebê-lo, aos gritos de "lá vem o governo!...": a pessoa do governador é confundida com o próprio governo, sem distinção entre o corpo concreto do homem e a ideia abstrata de uma instituição.

Em sua obra monumental sobre *A cultura brasileira,* Fernando de Azevedo confirma a opinião desses autores. Escreve ele:

"Enquanto... o Estado surge, na América do Norte, como uma criação consciente dos indivíduos e os cidadãos se mostram pouco desejosos de vê-lo intervir nas suas relações, no Brasil o Estado aparece como uma providência que precede os indivíduos e a que se recorre como um sistema de amparo e de proteção. O que se vê, atrás da estrutura do Estado não é o interesse coletivo de que é ou deve ser a suprema expressão; não é uma

vontade objetiva que se desenvolve e reforça a dos indivíduos, para que esta se possa realizar completamente; não é a sociedade politicamente organizada que, como um espelho mágico, transmite ao indivíduo, com sua imagem, um poder novo; são, antes de tudo, as forças vivas, as personalidades que agem e têm em suas mãos as alavancas do comando. Não são as instituições, não é a autoridade que se respeita, seja qual for o indivíduo em que ela se instalou; mas os personagens que detêm o poder ou se agitam no cenário político, envolvendo-se numa auréola de prestígio... Esse respeito e essa atração pelas individualidades sobranceiras não apresentam, no entanto, o caráter místico de devoção até o sacrifício que costumam impor, aos indivíduos atraídos pelo seu magnetismo, os grandes chefes e condutores de massas; desconfiado e irreverente, enamorado do acontecimento e da sensação, o brasileiro manifesta, nessa atitude, antes um interesse quase espetacular pela força atuante dos tipos representativos e um constante esforço para despojar das fisionomias reais, humanas, a que às vezes tenta prender-se, a máscara fascinadora de predestinados".

Uma das dificuldades sensíveis da luta contra o Dinossauro, entre nós, e contra sua intervenção na economia é há muito conhecida. Tão fortemente entrincheirado na tradição e nos hábitos empresariais é o fato de que o próprio setor privado não se julga, muitas vezes, inclinado a enfrentar os árduos riscos do empreendimento, recorrendo ao Estado quando as coisas andam mal: "O governo deve fazer isso. O governo deve fazer aquilo"... O empresário a ele recorre também, como rotina e quando pode, para aumentar seus lucros a custa de empréstimos baratos dos bancos oficiais, obtidos por pistolão. Sem fazer esforço. Como observou o senador Roberto Campos, é o hábito curioso de "privatizar os lucros e socializar os prejuízos"... Os bancos que arrebentam por incapacidade ou malandragem de seus diretores são imediatamente encampados pelo governo, de tal maneira que o público leva invariavelmente na cabeça, o público que paga impostos. Isso é realizado com o pretexto de proteger os infelizes correntistas e os empregados da empresa falida. Na realidade, os diretores responsáveis acabam quase sempre ganhando com a operação e recebendo de volta, com lucro, seus bens penhorados. Existe uma velha definição da empresa privada como uma "empresa controlada pelo governo", sendo a empresa pública aquela que "não é controlada por ninguém", mesmo se, na aparência, é administrada por coronéis reformados, tecnocratas profissionais, amigos do presidente da República ou políticos fisiológicos. O fenômeno é, em suma, um reflexo de uma mentalidade generalizada no povo de inteira dependência em relação ao paternalismo do governo. A impotência da iniciativa privada — salvo em São Paulo e áreas de influência paulista — está profundamente entranhada na cultura popular. Qualquer coisa que não funcione na vida

coletiva, diária ou local, não desperta o ímpeto espontâneo de corrigir o mal, reparar o dano ou providenciar o remédio por um esforço concentrado, um mutirão, uma diligência do grupo de vizinhança interessado. Não. A reação imediata e invariável é o apelo, o recurso, o pedido de socorro ao Estado maternal, a seus senhores ou agentes.

Nos Estados Unidos, o problema do *conflict of interests* ou seja, o conflito entre os interesses privados do candidato a uma função pública e os interesses do Estado que vai servir, é uma das mais graves questões que pode afetar a carreira de um político. O homem pode prejudicar irreparavelmente sua biografia se algum ilícito lhe for imputado. Qualquer dúvida a respeito é cuidadosamente investigada pelo Congresso. A confusão entre o público e o privado, origem de toda corrupção administrativa, é assim imediatamente reprimida, condenada e, se necessário, punida. No individualismo liberal, capitalista, o Estado representa, realmente, uma entidade racional e abstrata, estruturada por lei e cuidadosamente segregada da esfera dos interesses privados, os quais se fazem *representar* nas instâncias adequadas do legislativo. Inversamente, o indivíduo, por si só ou em colaboração com seus sócios, companheiros ou vizinhos, toma a iniciativa de enfrentar os problemas que surgem na esfera social, antes de pensar em qualquer apelo ao órgão público quando não está este institucionalmente preparado para fazê-lo.

* * *

Riordan Roett, um dos mais conhecidos "brazilianistas" atuais, professor na Universidade John Hopkins em Washington, num estudo sobre a "política numa sociedade patrimonial", observa com razão que o estado patrimonialista representa o "poder minoritário", ou o poder dos poucos na sociedade brasileira. Seria uma minoria mas assim mesmo uma minoria ponderável pois, com sete ou oito milhões de funcionários públicos e suas respectivas famílias, os parasitas do Estado não constituem parcela pequena da nossa sociedade. Roett entretanto acentua, com mais razão, que "São Paulo, onde o regime patrimonial enfraqueceu por causa da preeminência econômica daquele estado da federação, tem sido sistematicamente excluído do exercício do poder público, comensurável com sua estatura social e econômica na república. O papel predominante de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e um ou dois dos estados nordestinos é devido à sua disponibilidade em cooperar com o governo central, a fim de assegurar sua sobrevivência social e política." Creio que Riordan Roett, que de um modo geral sustenta seu argumento na obra de Raimundo Faoro, tem razão nesse particular quando analisa as circunstâncias pelas quais,

mais raramente do que seria justificado por seu poder real na União, conseguiram os paulistas serem "donos do poder". De qualquer forma, conclui o professor americano que no Brasil o conceito de Estado se manifesta pelo predomínio do poder público sobre o privado. "Desde os tempos mais antigos da colonização e do estabelecimento na terra, o Estado interveio em todas as esferas da atividade societal. O Estado assumiu a responsabilidade primária do desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento que frequentemente é deixado à iniciativa do setor privado em outras sociedades. O Estado brasileiro foi um estado intervencionista, um Estado paternalista, um Estado autoritário. Não procurou repetir o modelo ocidental liberal e democrático, embora as instituições desse modelo tenham sido mais tarde implantadas no Brasil, proporcionando um sentimento de mudança confuso e enganador." O mestre de Georgetown tende a salientar o contraste entre o tipo de desenvolvimento encabeçado pelo Estado que caracterizou nossa história desde o Descobrimento, e o tipo individualizado pela livre iniciativa que explica o sucesso extraordinariamente mais notável da colonização anglo-saxônica na América do Norte, Estados Unidos e Canadá.

* * *

Pelas Edições GRD foi publicado, em 1986, um livrinho sob o título *A Teoria da Coisa Nossa.* Nele, reuniu Oliveiros S. Ferreira o depoimento que prestou no Congresso sobre o chamado "caso das polonetas", além de outros dois ensaios, "A visão do pública como negócio particular" e "O Estado, a oligarquia e o sistema". Nas 70 páginas que compõem o volume, o professor Oliveiros Ferreira, tão intimamente associado ao jornal *O Estado de S. Paulo,* aborda o problema que, repito, deveria estar no centro de nossas atuais preocupações políticas, a saber, o do sistema ou organização de solidariedade que, mais propriamente, deveríamos denominar *Cosa Nostra,* para lhe salientar o caráter mafioso. A "Coisa Nossa" é o mecanismo de interesses da classe dominante estatal que liga "o Público e o Privado em teia tão intrincada de interesses, vantagens, proveitos e ganhos, que outro nome não se lhe pode dar". É uma estrutura que firmemente se consolidou no decorrer dos últimos anos da vida pública brasileira mas que, conforme não deixa de salientar o autor, já possui acentuada presença desde os primórdios de nossa história. Oliveiros Ferreira, sabiamente não restringe o domínio da oligarquia estatal ao período que se iniciou em 1964, nem mesmo ao período mais largo que nasceu em 1930. Na verdade, naquela época, surgiam tanto à direita quanto à esquerda ideologias autoritárias estatizantes que se

consubstanciavam naquilo que denomino o "nacional-socialismo" terceiro-mundista. Foi entretanto bem no centro, no autoritarismo positivista e personalista de Getúlio Vargas, que desaguaram as fontes filosóficas tendentes a tornar o Estado, no Brasil, mais forte que a sociedade. O estudo de Oliveiros Ferreira procura origens mais remotas ao sistema de oligarquia estatal. É pena, nesse sentido — e é a única restrição que faço a seu trabalho — que o ilustre jornalista e intelectual não haja recorrido à noção weberiana de Patrimonialismo como vertente do tipo de autoridade tradicional que domina nossa história. No Patrimonialismo, tal como o define Max Weber — é verdade que de um modo um tanto vago — encontramos a explicação adequada para essa visão tão caracteristicamente nossa que confunde a esfera da *Res Publica* com a do interesse privado. Ora, é na reação à confusão patrimonialista entre o público e o privado que devemos também entender os motivos dos protestos de uma mentalidade, já crismada pela racionalidade moderna, quando se escandaliza com o que qualifica de corrupção. O homem público que acha que seu cargo é um patrimônio pessoal e familiar legítimo não compreende a acusação. A distinção necessária entre a esfera do público e do privado só aparece num estágio muito mais avançado de consciência política o qual, infelizmente, ainda não alcançamos...

A Coisa Nossa brasileira não é necessariamente uma organização criminosa porque é tradicional. A Máfia siciliana também não é, na Sicília, considerada criminosa. Considera-se, ao contrário, uma "honrada sociedade". Ela constitui tão-somente, como acentua nosso autor, uma *coterie.* "Uma teia de relações sociais, às vezes centrada no que se poderia chamar de estruturas de parentesco, o mais das vezes tecidas na intimidade, primeiro, das experiências comuns nos bancos acadêmicos, depois na compartilha de iguais vicissitudes do início da vida profissional, dos mesmos desejos de fugir às responsabilidades do trabalho assalariado", etc. "A Coisa Nossa é uma *coterie,* ou se se quiser, no sentido da gíria brasileira, uma patota, isto é, grupo ou bando que, até se poderia dizer, faz patotadas." Os membros do sistema burocrático ou o que mais recentemente também se designa como *Nova Classe* ou *Nomenklatura,* "vivem de e pelo aparelho do Estado. Não diria que são corruptos ou cínicos, quando aceitam favores deste ou daquele a quem um dia favorecerão ... Eles têm esses favores que são cumulados como coisa natural: é parte inerente da função receber presentes!"

O autor dedica uma parte importante de seu ensaio para pesquisar o papel que, na manutenção e prosperidade do sistema social-estatizante, desempenharam os militares, tanto os da ativa, sustentando-lhe o poder com a força bruta, quanto os da reserva, guarnecendo-lhe os quadros dirigentes. A oligarquia estatal profissional não é, contudo,

fruto exclusivo dos idos de abril de 1964. Na presidência Castello Branco se procurou mesmo reagir contra as tendências já sensíveis nas crises de 1930, 1937 e 1954/55. Foi com o general Orlando Geisel, chefiando o exército sob a presidência Médici, e na administração do irmão, o presidente prussiano Ernesto Geisel, que se consolidou a hegemonia do sistema. Mas o autor assinala enfaticamente, citando Raimundo Faoro e sua obra *Os donos do poder,* que os burocratas brasileiros nasceram com o primeiro governo-geral, o de Tome de Souza.

Ricardo Vélez Rodríguez, era sua contribuição para o *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro* (Unidades V e VI, Editora da UnB), lembra também que, segundo Max Weber, nos países em que vingou uma experiência feudal completa, como na Inglaterra, o Estado moderno surgiu de forma desconcentrada. "A manifestação dessa desconcentração do poder do Estado é o regime de monarquia constitucional imperante nas Ilhas Britânicas, desde a Revolução de 1688. Pelo contrário, nos países em que a organização feudal não foi forte, como no caso da Espanha e de Portugal, o estado moderno consolidou-se como poder concentrado nas mãos do monarca, dando ensejo, assim, à organização estatal patrimonial, cujas características essenciais são as seguintes: em primeiro lugar, o poder político é exercido como uma forma de dominação tradicional, alicerçada não no consenso da comunidade, mas num arcabouço de tradições de tipo religioso; em segundo lugar, o poder político é exercido pelo monarca (presidente, governador ou chefe), não como instância pública, mas como se fosse uma propriedade patrimonial familiar; em terceiro lugar, desenvolve-se no seio do Estado um grande aparelho burocrático, que serve como apoio legitimador para compensar a ausência de consenso de parte da Nação".

Weber fortemente acentua a irracionalidade do sistema de administração patrimonialista. Poderíamos, contudo, argumentar com um tipo de *racionalidade sui-generis,* uma racionalidade *determinada pelo critério dos interesses afetivos,* ao invés de o serem por considerações abstratas de eficiência. Esse é o motivo pelo qual Jung inclui o "sentimento" entre as funções racionais, embora diametralmente oposto ao "pensamento" que, este sim, é positivamente admitido como função de racionalidade lógica. Os critérios patrimonialistas são critérios de *racionalidade afetiva,* determinada pela lógica dos interesses pessoais, em contraste com os valores racionais de eficiência e *performance* que surgem com o sistema de autoridade denominada por Weber de "racional-legal".

Estendendo o argumento, salienta o sociólogo alemão que, "nos sistemas patrimoniais geralmente, e particularmente nos de tipo descentralizado, toda autoridade governamental tende a ser tratada como vantagens econômicas que são apropriadas

privadamente". A mordomia, a aquisição indébita, a advocacia administrativa, os favorecimentos ilícitos, filhotismos e nepotismos, comissões e gorjetas tão comuns em nosso funcionalismo, do mais alto escalão ao mais baixo, são assim explicados, ainda que não necessariamente justificados — de modo que aquilo que, a um público urbano mais sofisticado, mais instruído, mais evoluído e julgando em termos racionais, segundo padrões de comportamento vigentes na "sociedade exemplar" da Europa e dos EUA, possa se apresentar como uma evidente manifestação de corrupção, condenável sob todos os aspectos, é tido no sistema patrimonialista como natural, honesto e legítimo. Nessa perspectiva, a corrupção geralmente reinante nos países subdesenvolvidos da África e da América Latina seria sintoma, não de um vício fundamental de sua estrutura moral, mas de um simples atraso ao nível patrimonialista no progresso para formas mais "legais" e mais "racionais" de comportamento coletivo. Quando, por exemplo, o presidente do Supremo Tribunal Federal, o mais altamente colocado magistrado do país e aquele de quem mais se poderia exigir o cumprimento rigoroso das Leis, quando esse juiz, dizia eu, exerceu interinamente a presidência da República, em 1945, após a primeira derrubada de Getúlio Vargas por um golpe militar — sua primeira preocupação, senão única, consistiu em nomear todos os parentes para cargos públicos, inclusive o próprio filho para a carreira diplomática. Em outras palavras, considerou imediatamente que a presidência da República era seu patrimônio particular. Por que não dela se locupletar enquanto houvesse tempo? Estou seguro de que nenhuma compunção moral o deteve. Criticado, o aludido magistrado achou suas iniciativas perfeitamente legítimas, não podendo mesmo compreender o sentido da crítica... Quarenta anos depois, terminou o regime militar e a chamada "Nova República" se inaugurou com uma verdadeira maré de nomeações e promoções da enorme clientela respectiva, em praticamente todos os estados da federação e em Brasília. O governador de S.Paulo, em que pese sua sofisticação, discretamente colocou em posições no Palácio dos Bandeirantes toda a sua família. O resultado do sistema é que a classe privilegiada que se apropriou das alavancas do governo graças a mecanismos representativos imperfeitos e, em muitos casos, espúrios, mantém indefinidamente seu poder, quaisquer que sejam as peripécias da vida política da nação. As "revoluções" ocorrem. Mudam os regimes. Os governos se sucedem. Mas os mesmos políticos ou seus clientes conservam o poder de controle absoluto sobra a *Cosa Nostra*...

Os marxistas tentam explicar tal fenômeno pela ideia de que é sempre a mesma "classe dominante" burguesa que controla o Estado, assim desvalorizando o que chamam de "democracia formal" e acoimando as eleições pluripartidárias de ilegítimas. Não estou

seguro de que uma revolução marxista no Brasil modificaria fundamentalmente a situação: a apropriação pessoal das rédeas de comando continuaria como dantes, com uma simples mudança de quadros numa estrutura burocrática já toda montada. *O vicio fatal do socialismo é,* com efeito, *a concentração do poder político e do poder econômico nas mesmas mãos.* Sem o controle de um poder por outro poder, sem a liberdade de crítica, não pode haver justiça, nem é possível evitar a corrupção.

* * *

Foi Sérgio Buarque de Hollanda, neste como em outros pontos relevantes associados à psicologia coletiva brasileira, um dos primeiros a apontar para o verdadeiro caráter do nosso patrimonialismo. No Capítulo V ("O homem cordial") de seu *Raízes do Brasil,* Buarque de Hollanda acentua que "não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente (o ambiente relacionado ao tipo primitivo da família patriarcal), compreenderem *a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público".* E continua o ilustre historiador e sociólogo paulista, que cito por extenso: "Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático quanto mais caracterizados estejam os dois tipos." Sérgio Buarque de Hollanda conclui essa observação sobre o Patrimonialismo com as seguintes palavras: "No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses

círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera por excelência dos chamados 'contatos primários' dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas".

O testemunho de minha experiência pessoal, como burocrata do Serviço Exterior brasileiro, pode contribuir para reforçar esses conceitos de Buarque de Hollanda sobre o "patrimonialismo" do sistema administrativo brasileiro. Em 1938, com vinte anos de idade, ingressei por concurso na carreira diplomática. Nem meu pai, nem qualquer outro membro da minha família mantinham qualquer relação de amizade ou clientelismo com os" donos do poder" da época. A própria instituição do concurso, com todos os cuidados que a protegem da intervenção de fatores afetivos relacionados com o personalismo, constitui uma expressão do sistema burocrático funcional, democraticamente aberto e concebido como instrumento da autoridade racional-legal. A instituição do Mandarinato na China confuciana já o admitira há quase dois mil anos! Pois bem, na véspera do dia em que eu e mais cinco colegas, aprovados no concurso, fomos nomeados para a *carrière* a que fazíamos jus automaticamente por aquele instrumento legal, dez outros simpáticos personagens locupletaram-se igualmente do decreto presidencial: eram todos filhos ou parentes de autoridades, ou amigos gaúchos do ditador. Nenhum deles preenchia as condições mínimas exigidas para a candidatura por concurso ao cargo inicial do Itamaraty. Chamava-se então àquilo de "entrar pela janela"... Queiram imaginar o estímulo que, para nós, concursados, representou aquele ato estupendo de privilégio patrimonialista!

No correr de 43 anos de carreira diplomática, marcados principalmente na década dos quarenta pela organização do Instituto Rio Branco, o problema da intervenção de fatores clientelistas e personalistas, estranhos à avaliação da competência e eficiência exigidas como critérios determinantes de promoção ou designação para cargos e postos, continuou a se fazer sentir de forma aguda. Pode-se dizer que permanece uma verdadeira tensão entre os dois padrões de comportamento administrativo. Notai que Itamaraty é considerado, *urbi et orbi,* como uma instituição brasileira excepcional por sua qualidade: imaginem se não fosse! Quarenta e três anos de carreira permitiram-me experimentar e observar a lenta transição da organização patrimonialista para um sistema um pouco mais cartesiano — não sem lamentáveis episódios de marcha à rê. Nas duas últimas

administrações do período militar, o regime de "panelinha" se instalou triunfalmente, mercê da total ausência de controle da Casa por qualquer instância do Legislativo ou do Executivo. A patota terceiro-mundista que então se apossou das alavancas de comando, consciente de sua invulnerabilidade e imunidade a qualquer exigência de prestação de contas, esbaldou-se na distribuição em proveito próprio dos cargos, postos, benesses, mordomias e promoções. Prosperou uma verdadeira mentalidade de *Cosa Nostra...*

Com a instalação da chamada Nova República, o problema não só não se reduziu, mas talvez se tenha agravado nas outras sesmarias do Estado. Cinquenta anos depois do Estado Novo, a nova República continua enfrentando, no serviço público, a relutância em impor critérios abstratos, racionais e impessoais de recrutamento e acesso. O empreguismo anticonstitucional, facilitado pelos esquemas eleitoreiros num sistema partidário que é essencialmente personalista e clientelista, mantém em toda a administração o domínio daquele tipo primitivo de autoridade. Nada há a fazer.

Mantenho meu ponto de vista de que a famosa "revolução de mentalidade" é uma espécie de carisma que, às vezes, favorece os povos — não estando a sociologia por enquanto habilitada a determinar as condições para a inauguração da idade da Razão, com a vitória definitiva de Locke, Montesquieu e Tocqueville. O dom da eficiência é algo profundamente subjetivo. Tudo quanto podemos esperar é que surja um dia uma elite consciente do problema e com poder suficiente para solucioná-lo. Uma Graça, em suma...

* * *

Basílio de Magalhães, citado por Victor Nunes Leal, assim descrevia os coronéis: "Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas — foram tais coronéis os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente o 'indivíduo que paga as despesas'. E assim penetrou o vocábulo 'coronelismo' na evolução político-social do país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros." O patrimonialismo, entretanto, escreve Faoro, consiste numa ordem burocrática dominante, com o soberano sobreposto ao cidadão. O "capitalismo de Estado", impedindo a autonomia da empresa, "ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, de livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais" (p. 18). O mal de longe vem como assinala ainda Faoro: "A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia,

expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens regias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole. Quando os colonos, isolados e perdidos nas distâncias, ameaçam ruralizar e extremar-se no localismo, a fundação da vila serve para lembrar a autoridade da Coroa, empenhada em substituir a força dos patriarcas pela justiça régia" (p. 149).

O ponto essencial do debate em que, por conseguinte, se deveria a sociologia brasileira empenhar é o de esclarecer a natureza exata e intensidade da tensão que perdurou entre a estrutura feudal da aristocracia rural, na Casa Grande, estrutura propícia ao desenvolvimento da propriedade privada e da liberdade, e a tradição portuguesa, paternalista, de um forte Estado patrimonial centralizador. Se é verdade que o feudalismo nunca se desenvolveu perfeitamente em Portugal, salvo na área norte do país, do lado da Galícia. Se também é certo que as circunstâncias especiais da luta contra os mouros estimulou o crescimento precoce de uma instância burocrática centralizadora. Se é ainda possível que tenha esse Estado — como pensa Ricardo Vélez Rodríguez — herdado dos próprios mouros um certo atavismo de "despotismo oriental", associado ao modo de produção dito "hidráulico" — então consistiria o problema em caracterizar, 1) a maneira como espontaneamente surgiu uma organização feudal na área rural sertaneja e, 2) a transferência para o Brasil, desde o início do Governo Geral em Salvador, do sistema do Estado patrimonialista burocratizado, com o poder de controle da economia, e sobretudo do comércio externo, pelo soberano. Levar-se-ia em conta que, enquanto o desenvolvimento colonial empreendido pelos ingleses e holandeses recorria principalmente à iniciativa privada das grandes "companhias das Índias", na América ibérica a colonização foi permanentemente dirigida pelo Estado. No exame dessas condições históricas, se sustentaria claramente o debate. E compreenderíamos em que condições os fermentos do mercantilismo foram lançados no Brasil, em chão tão fértil e hora tão matinal...

O certo é que a empresa colonizadora, nos primeiros séculos da ocupação do território, revela um nítido caráter mercantilista conforme a tradição dominante durante todo o período da gloriosa dinastia de Avis. Contrariando Sombart, Oliveira Martins e Sílvio Romero, poderíamos negar a natureza feudal do sistema de capitanias e enfatizar o papel que, desde o princípio do século XVII, desempenhou o Governo Geral na condução da política mercantilista. Efetivamente, nota-se uma ponderável diferença entre esse método de colonização centralizado (semelhante naturalmente ao que adotara a Espanha em seus

vice-reinados) e o método seguido pelos ingleses na América do Norte. Ali, bem no início do estabelecimento dos Pioneiros na Nova Inglaterra, a iniciativa coube aos colonos. Os Pioneiros dedicaram-se prioritariamente à agricultura e ao artesanato, desenvolvendo hábitos de *self-government.* O mesmo contraste, aliás, se destaca entre os colonos ingleses e os colonos franceses do Canadá, estes últimos em tudo dependendo de instruções e decretos emanados de Paris. Acresce que, no Brasil, as preocupações militares se afirmaram no sentido de proteger a exploração comercial do território (pau-brasil, açúcar, ouro) contra as investidas de piratas e corsários holandeses, franceses e ingleses. Na América do Norte, ao contrário, os pioneiros se empenhavam livremente na luta contra os índios e à expansão territorial em detrimento de outros colonizadores, franceses e espanhóis, sem intuito de rivalidade comercial. Em outras palavras, o mercantilismo ali não se instalou com a intensidade que o fez na América ibérica, nem conheceu a colonização um regime de centralização opressiva como o nosso. A liberdade de iniciativa pôde florescer em ambiente estimulante e o indivíduo, em seu isolamento diante da natureza, não conheceu um Estado paternalista a quem recorrer.

No Brasil colonial, destacam-se três classes bem definidas: em primeiro lugar, o proprietário rural, ou seja o patriarca do açúcar, do gado ou do café, o dono da fazenda ou do engenho, o senhor do latifúndio fechado com seus familiares e clientes diretos, formando a aristocracia rural mas não chegando a constituir um poder feudal distintamente independente. É a gente da Casa Grande tão admiravelmente descrita por Gilberto Freyre. Em segundo lugar, temos a massa rural de escravos ou caboclos semilivres. E, em terceiro, a "classe patrimonialista" dependente do Estado — raiz da futura burocracia dominante. Seria essa divisão tripartita peculiar o que distingue o Brasil, no contexto de nosso argumento, daquelas nações europeias e norte-americanas que emergiram para a democracia liberal capitalista: nelas, o problema que se colocou inicialmente foi simplesmente o de eliminar os privilégios da classe aristocrática hereditária e do clero católico, impondo apenas uma estrita ordem moral e legal que assegurasse o livre desabrochar da iniciativa privada. Aqui, resolveríamos o argumento acentuando a tensão que, desde o início da existência histórica do Brasil, opôs as duas classes superiores, a aristocracia sertaneja e a burocracia estatal litorânea, deixando a massa rural, servil ou escrava, espremida entre ambas. Valeria salientar, nessas circunstâncias, que o liberalismo no século XIX teria sido uma "ideologia" favorecida pelos grandes proprietários rurais para combater os privilégios e o autoritarismo das famílias urbanas ligadas à Coroa e à burocracia estatal. Enquanto na Europa o patriciado dominante se apoiou no Absolutismo

tanto quanto lhe foi possível, para resistir aos ímpetos libertários do "terceiro estado" em ascensão, no Brasil tratava-se para o patriciado rural de combater o monopólio do poder de que se locupletavam aqueles que mantinham ligações diretas com a Coroa. Em tais condições, seria crível que o conservadorismo se transformasse na ideologia da classe patrimonialista urbana, ao passo que o liberalismo na da aristocracia rural. Hipólito José da Costa diria que, para a elite patrimonialista burocrática, cabia, simplesmente, "comer à custa do Estado e nada fazer para o bem da nação". Oliveira Lima, por outro lado, acentuaria (em *D. João VI no Brasil)* que, para as "classes conservadoras" associadas à burocracia estatal, "organizar o império consistiria apenas em reproduzir a estrutura administrativa portuguesa e colocar em empregos públicos os desempregados"... Assim se estabeleceu a tradição de ociosidade burocrática.

O Feudalismo não cria um Estado em sentido moderno. Corporifica um conjunto de poderes políticos, divididos entre a cabeça e os membros separados de acordo com o objeto do domínio, sem atentar para as funções diversas e privativas, fixadas em competências estanques. Admitindo embora com reservas a tese de que nunca houve feudalismo desenvolvido em Portugal, tal como foi defendida por Alexandre Herculano, aceitaríamos em conclusão o corolário de que o rei português se elevou desde o princípio sobre seus súditos e vassalos. Uma ascensão muito rápida e não tortuosa como nas nações europeias, França e Inglaterra especialmente, em que durante séculos teve a monarquia de combater contra os grandes feudais para impor sua autoridade central. Enquanto o Absolutismo só temporariamente triunfou na Inglaterra com Henrique VIII (assim mesmo em termos), e, na França, com Luís XIV e Napoleão, já em Portugal a dinastia de Avis alcançara a hegemonia absolutista na época dos Grandes Descobrimentos, o século XV.

O mercantilismo que inspirou a conquista da Índia transformou o Estado português em gigantesca empresa de tráfico. Esse crescimento prematuro do poder do Estado, consolidado subsequentemente e modernizado com o despotismo de Pombal, teria consequências ominosas. Ele impediu o desenvolvimento do capitalismo industrial que é, essencialmente, fruto da iniciativa privada. A península ibérica e suas colônias não conheceram as relações capitalistas na sua expressão industrial íntegra. O atraso ocorreu em virtude dessa ausência de raízes feudais profundas e da permanência teimosa de estruturas patrimonialistas centralizadas. O poder perene do príncipe português sobre o comércio e a economia está na origem do social-estatismo burocrático e paternalista (ou seria maternalista?) que hoje descobrimos no Estado brasileiro. A herança é o Dinossauro, o qual constitui o objeto da próxima seção.

* * *

O que é peculiar no Estado patrimonialista em nossa terra seria então seu desenvolvimento a partir de fatos e influências completamente diversas da estrutura geral do patrimonialismo tradicional. Essa eventualidade é especificamente considerada por Weber na parte final de sua análise da autoridade tradicional — muito embora, evidentemente, desconheça o Brasil. Em nosso país o que ocorreu é uma combinação verdadeiramente espantosa: a superestrutura burocrática moderna e as formas exteriores de um regime representativo pretensamente racional-legal se impuseram, com um "jeitinho" de tipo bem nosso, sobre a infraestrutura tradicional do Estado absolutista centralizador dos séculos XVII e XVIII. O atavismo pombalino mascarado de democracia... A combinação do personalismo clientelista com a organização burocrática se deve à força do "efeito demonstração" exercido pela "sociedade exemplar" europeia e norte-americana, na época em que esteve esta influenciada pela ideologia keynesiana e social-estatizante. A Persona cultural do país, o que quer dizer, a máscara de civilização progressista exigiu essa discrepância heteronômica ou duplicidade entre "o que parece ser" e "o que é na realidade". *Schein und Sein.* A irracionalidade e suposta corrupção de nossos sistemas de governo devem, consequentemente, ser atribuídos ao fato de que existe uma disritmia ou anacronismo entre o desenvolvimento da "fachada" moderna e a estrutura mais autêntica da nação semicolonial.

Voltemos ao tema e façamos um pequeno exercício de confronto entre os dois ritmos de desenvolvimento histórico, o Ocidental, que se encontraria no estágio da autoridade racional-legal, e o nosso próprio, ainda tradicional. A hipótese que apresentamos é a seguinte: o social-estatismo brasileiro, com o prestígio atual da ideologia nacional-socialista, conforme proposta da intelectualidade de esquerda, não reflete um estado de coisas correspondente à evolução do que chamam os marxistas de capitalismo em seu estágio tardio *(Spätkapitalismus)* mas, pelo contrário, à fase pré-capitalista que, na Europa, foi representada pela monarquia absoluta, pela autoridade de tipo "despotismo esclarecido", pelo despertar do nacionalismo e pelo mercantilismo. A hipótese aqui levantada propõe a correspondência do ciclo histórico brasileiro, que se está encerrando e que se iniciou com a revolução de 1930 (marcado pelas etapas de 1934, 1937, 1945, 1954, 1964, 1969 e 1985), com certos aspectos do período europeu dos séculos XVII e XVIII. Ora, a filosofia econômica desse sistema político foi articulada pelo que os entendidos, sociólogos, cientistas políticos e economistas (sempre dificilmente de acordo entre si!) tendem a

descrever como expressão econômica da monarquia absoluta e da autoridade patrimonialista: o Mercantilismo. No fundo, como aponta Antônio Paim, é ainda o espírito do marquês de Pombal que aqui impera.

Hannah Arendt só superficialmente se refere ao aparecimento do mercantilismo (em *The Origins of Totalitarianism)* como tentativa do Estado monárquico em decadência de obter o monopólio compacto sobre o comércio e a indústria das nações. Mas o desastre que disso resultou foi provocado pela resistência concertada da burguesia mercante em ascensão (o que chamaríamos a classe média urbana) que deslanchou a revolução liberal, na Inglaterra e, a partir do século XIX, no resto da Europa ocidental — com o trauma da Revolução francesa e Napoleão no meio. Quando, em 1776, o ano da Independência americana, publicou Adam Smith sua obra momentosa — o *Inquérito concernente à natureza e às causas da riqueza das Nações* — o Mercantilismo ainda dominava, na teoria e na prática, a economia das principais nações europeias. A Inglaterra era a primeira a iniciar o processo de industrialização. Sinais muito tênues então apenas emergiam da revolução tecnológica que ia transformar o planeta.

Em sua *Formação econômica do Brasil,* acentua Celso Furtado estar implícito na teoria mercantilista, tal como se desenvolveu no Brasil, que, "se um país importava mais do que exportava — criando-se um desequilíbrio em sua balança de pagamentos, esse país se veria obrigado a exportar ouro, reduzindo-se consequentemente o seu meio circulante. Essa redução, de acordo com a teoria quantitativa, deveria acarretar uma baixa de preços — contrapartida da alta do preço do ouro — criando-se automaticamente um estímulo às exportações e um desequilíbrio nas importações, o que traria consigo a correção do desequilíbrio". Os empréstimos externos ajudariam, nesse mecanismo automático, a restaurar, em tempo de crise, a harmonia preestabelecida do comércio internacional.

O Mercantilismo foi definido por Jacob Viner (em "The Intellectual History of Laissez-Faire", *Journal of Law & Economics,* out. 1960) como "o corpo de doutrinas que expunha e, na prática, empregava meios pelos quais o governo podia forçar o interesse privado, submetido a taxas, impostos de exportação e importação, proibições várias, subsídios e outras medidas coercitivas e regulatórias, a se exercer no sentido de aumentar a riqueza nacional e o poder nacional". Não parecerá essa uma definição que se adapta às mil maravilhas ao desenvolvimento brasileiro, especialmente sob a forma obsessiva de aumento do poder nacional que tomou durante o regime de autoridade tecnocrático-militar? Tecnicamente, não estavam os mercantilistas interessados em economia, mas em poder nacional. Poder nacional! O sistema era militarizado no sentido que os déspotas

esclarecidos da época eram frequentemente grandes chefes de guerra (Pedro o Grande, Frederico II) ou então primeiros ministros (Richelieu, Colbert, Pombal, Aranda, Struensee, Potemkin) também empenhados em promover a riqueza e glória das monarquias que serviam. Basicamente, a economia do século XVIII era uma economia *política. Ela não tinha como objetivo prioritário os interesses do povo, mas os interesses do Estado,* o que quer dizer, os interesses patrimoniais da dinastia reinante. Ela visava, como salienta Irving Kristol (em *Reflections of a Neo-Conservative,* N.Y., 1983), assegurar um saldo permanente na balança comercial para os fins de domínio militar ou simplesmente, como no caso da Rússia de Pedro o Grande e Catarina, da Prússia de Frederico II e da Espanha de Carlos III, de modernização e colonização. No caso do Portugal de Pombal e José I, tratava-se de tentar modernizar o velho país, detendo-lhe a decadência evidente. "O Mercantilismo", acentua Kristol, "não pretendia o aumento da riqueza permanente do povo — aquilo que é o propósito da economia capitalista — mas antes aumentar a riqueza temporária do Estado, a riqueza que podia ser traduzida em poder internacional." Insistamos nesse ponto: na teoria do mercantilismo estava expresso o reconhecimento de que a *riqueza econômica constitui um instrumento da política de segurança e expansão do poder nacional.*

A xenofobia era uma característica essencial do sistema. Procurava-se o monopólio de Estado para a obtenção dos recursos naturais. Entidades como a Petrobrás e a Cia. Vale do Rio Doce só podem ser entendidas como produtos de uma mentalidade mercantilista. Outra característica era a de o Estado obter mais poder pelo aumento da população. Todos os déspotas esclarecidos conduziram uma política natalista. Uma população maior implicava a colonização de novos territórios, um mercado mais vasto, uma fonte de trabalho barato e um reservatório para recrutamento de soldados. Recursos econômicos meramente metálicos, recursos humanos em quantidade barata, tropas de infantaria abundantes — eis o que constituiu a racionalidade do sistema do século XVIII. Malthus apareceu para contestar essa visão demográfica expansionista. A correspondência com o que se passa hoje em nosso país me parece grandemente pertinente, assim como a explicação do porquê da antipatia em que é tido Malthus pelos ideólogos da esquerda nacional-socialista.

Em França foi Napoleão o último e o maior dos déspotas esclarecidos. O conceito mercantilista, que hoje nos parece irracional, foi o da economia napoleônica, como é ilustrado pelo recurso ao "bloqueio continental" da Grã-Bretanha, uma medida comercial visando obter resultados políticos. A URSS em nossos dias também concebe a economia como um instrumento a serviço da máquina de guerra, para alcançar objetivos imperiais em

todo o planeta. A alternativa canhão ou manteiga, própria de todo estado totalitário, constitui tipicamente uma fórmula mercantilista que seria compreendida no século XVIII.

As estruturas mercantilistas vingaram, naturalmente, na fase preparatória da revolução industrial e tecnológica que coincidiu com o pleno florescimento do regime capitalista. Nos fundamentos morais do mercantilismo, destacavam-se a desconfiança com a "avareza" e "usura" dos comerciantes burgueses; o desprezo em relação à preguiça, inércia e estupidez do povo trabalhador; e o orgulho da classe nobre, ociosa e privilegiada. As classes pobres deviam ser mantidas permanentemente na pobreza a fim de conservar os preços da exportação a nível baixo, competindo favoravelmente no mercado internacional e acumulando saldos em ouro para a formação do "tesouro de guerra". Kristol assevera que Adam Smith dirigiu suas teses criadoras da moderna teoria da liberdade individual, política e econômica, tanto contra o velho moralismo estático da economia medieval, inspirado pela Escolástica, como contra a avareza, o egoísmo e a insensibilidade do puro espírito de comércio. Um dos jovens e brilhantes economistas americanos, de tendência liberal-conservadora, George Gilder, lembra (em *Wealth and Poverty,* N. Y., 1981) que David Hume, em 1742, contrariava frontalmente o princípio mercantilista num ensaio "Of the Jealousy of Trade", quando afirmava desejar como súdito britânico fiel de Sua Majestade o florescimento do comércio da Alemanha, da Espanha, da Itália e até mesmo da França, o inimigo tradicional. Hume proclamava como "lei dourada" da economia liberal o mercado capitalista que Adam Smith ia formular em *Wealth of the Nations: a prosperidade dos outros contribui para a nossa própria.* Gilder insiste que a grande revolução da economia moderna ocorreu quando Adam Smith propôs a redução da hipertrofia da política de poder da idade mercantilista. O triunfo do novo *laissez-faire* consistiu em valorizar o poder da produção crescente sobre o suprimento e sobre o saldo adquirido pelo superávit no comércio externo, com acúmulo de divisas.

John Stuart Mill foi o outro grande defensor do liberalismo econômico. Ele publicou seus *Princípios de Economia Política* em 1848, o mesmo ano do Manifesto Comunista de Marx e já com uma experiência de 70 anos de grandes mudanças políticas e econômicas no quadro geral da Europa ocidental. Vale notar que Mill, embora tenha sido um dos principais teóricos do capitalismo democrático, sentia uma certa atração sentimental pelos ideais igualitaristas do socialismo. Entretanto, criticou severamente o Mercantilismo, porque este considerava que "o comércio do mundo devia ser apreciado como uma luta entre nações que deviam angariar a mais larga porção de dinheiro, ouro e prata existente; e, nessa competição, nenhuma nação pode ganhar coisa alguma, a não ser forçando as outras a

perder em proporções iguais". O erro denunciado por Mill resulta da forma de pensamento quantitativo infantil hoje qualificada de *zero sum game.* A quantidade de dinheiro sob espécie de ouro ou prata sendo fixa e estável no mundo, de acordo com a concepção mercantilista, uma nação só pode enriquecer à custa das outras. Cabe então lutar para acumular saldos. Nesse conflito de poder, o interesse nacional deve predominar sobre os interesses econômicos particulares dos súditos. Mill considerou essa visão da economia política falsa e primitiva, uma visão superável "tão pronto os homens começassem, mesmo de maneira imperfeita, a explorar o fundamento das coisas". O "fundamento das coisas" é, em suma, a capacidade criadora e expansiva do empresariado privado, o potencial produtivo crescente da iniciativa individual numa economia de mercado em progresso tecnológico. Contudo, podemos observar que a teoria econômica da soma zero foi herdada pelo marxismo das teses terceiro-mundistas, sem esquecer a encíclica *Populorum Progressio* do "papa angustiado" Paulo VI. Um exemplo particularmente grotesco de tal argumento (infelizmente muito vulgarizado!) é o que combate o capital estrangeiro e a remessa de lucros, sob o pretexto de que tais remessas acabam excedendo o capital investido. Abstrai-se, nesse caso, o aumento da produção que o capital estrangeiro proporcionou. Esse argumento primitivo inspira hoje a chamada teoria da "dependência". Tão do agrado da esquerda botocuda subdesenvolvida de nossas plagas, a ela recorrem aqueles que propõem a autarquia, o repúdio às multinacionais, a luta contra o capital estrangeiro, a moratória e o calote para o problema da dívida externa.

Evidentemente, não era Marx mercantilista. Marx era internacionalista. Não estava interessado em aumentar a riqueza das nações, mas em destruir a estrutura do capitalismo burguês em benefício dos intelectuais que iriam administrar a "ditadura do proletariado". O pensamento de Marx, contudo, insistia na fórmula simplista de que o enriquecimento de alguém só pode ser conseguido pelo empobrecimento de outrem. A aplicação leninista desse princípio criou a teoria do imperialismo e todo o arrazoado terceiro-mundista moderno. Seu corolário muito em voga nos arraiais da *intelligentsia* interessada em política externa, dentro ou fora do Itamaraty, é o de que é o Brasil pobre e subdesenvolvido por causa dos ingleses, no século XIX, e dos norte-americanos no século XX.

Podemos obter uma nova e mais profunda compreensão dos conflitos bélicos de nosso século, tão desastroso nesse particular, se considerarmos que as duas guerras mundiais foram provocadas, em sua perspectiva econômica, por potências nas quais permanecia, anacrônica, a mentalidade da política de poder imperial expressa no mercantilismo. Rússia, Alemanha, Itália e Japão, na década dos trinta, ainda argumentavam

que eram nações pobres, desprovidas de recursos e território *(have not)* por culpa das nações ricas *(have nations)* como a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos da América. O ressentimento constituía um dos grandes componentes de seu nacionalismo agressivo. Que se considere, entretanto, que nenhuma guerra, neste século, foi provocada pelas grandes nações democráticas capitalistas: elas entraram nesses conflitos e em alguns casos se desgraçaram por imperativo meramente defensivo. Para as nações democráticas, *a prosperidade e o poder se adquire pela indústria* e não *manu militare.*

O colapso do sistema mercantilista se coloca quando a *Wealth of Nations* de Adam Smith triunfa sobre o *Inquiry into the Principles of Political Economy* de Sir James Steuart, publicado dez anos antes, em 1767. Na prática, o Mercantilismo é derrotado no campo de batalha de Waterloo, em 1815. Seus princípios contudo renascem no nacional-socialismo de esquerda e de direita do século XX: as nações totalitárias são novamente mercantilistas. Usam o sistema de troca, *barter* ou *clearing.* Não obstante as resistências, durante todo o século XIX a concepção de uma economia internacional de mercado livre, sem barreiras alfandegárias e sem interferência do Estado, se vai lentamente estendendo por toda a Europa e América do Norte, não sem grandes retornos, reações e aberrantes interrupções. Ludendorff e o Grande Estado Maior prussiano controlavam, por exemplo, toda a indústria alemã em 1918. O Hitlerismo, com toda a produção nacional entregue ao controle de Speer, constitui tipicamente um fenômeno de regresso anacrônico ao despotismo monárquico absoluto e à economia mercantilista — acrescido, naturalmente, de uma superestrutura ideológica "moderna" e utilizando-se da tecnologia mais avançada, inclusive no terreno do controle da mente. No mesmo sentido, o Estalinismo está mais próximo do regime de Ivan o Terrível e Pedro o Grande do que poderia parecer. O mesmo ocorreu na China de Mao Dzedong, de economia fechada em absoluta autarquia.

Agora, o que se pode sugerir quanto à época moderna é que algumas poucas nações, as mais avançadas do Mercado Comum Europeu e da América do Norte (não incluiria o Japão nesta lista porque ainda fortes são os resquícios feudais e o mercantilismo da economia nipônica) estão a caminho de superar definitivamente o mercantilismo e a concepção paralela do Estado nacional soberano. Adam Smith finalmente triunfa. A criação de um vasto centro supranacional de desenvolvimento e poder, numa sociedade aberta, democrática, liberal e individualista, configura realmente a modernidade. A unificação política do mundo só poderá fazer-se pela redução do poder do Estado nacional numa sociedade aberta em que os interesses do indivíduo sejam prioritários, sendo a única alternativa para essa unificação o uso da força militar por uma superpotência imperialista e

totalitária.

Em conclusão: formulemos certos votos relativos à situação em que se encontra nosso país no presente estágio de transição política. Oxalá a Iluminação nos alcance — *a Aufklärung* — introduzindo-nos na Idade da Razão! Oxalá superemos na harmonia o estágio de transição mercantilista ou social-estatizante, estágio em que frequentemente prosperam as personalidades carismáticas de demagogos populistas. Oxalá nos encaminhemos para uma economia finalmente aberta aos estímulos vibrantes da iniciativa privada, num regime de capitalismo democrático e numa sociedade honesta e liberal! Nas seções do capítulo a seguir vamos examinar o problema da burocracia estatal cujo poder, no meu entender, se prende a uma forma paradoxal de patrimonialismo — na aliança do centralismo burocrático pombalino e do social-estatismo "moderno", de índole marxista. Mais adiante, no terceiro capítulo, falaremos daqueles estamentos que constituem a velha Nova-Classe parasitária do Estado: burocratas e intelectuais. Nossa intenção é ilustrar a tese de que a situação criada desde o século XVIII teve sua origem no conflito Intelecto e Paixão, com a dupla ação psicossocial do Racionalismo e do Romantismo francês — o primeiro imperfeita e frustrantemente seguido pelos burocratas, o segundo contaminando irremediavelmente as emoções dos intelectuais.

11

O DINOSSAURO

(ensaio sobre a burocracia brasileira)

O Brasil é o país das certidões, dos documentos carimbados com firma reconhecida, dos "processos" tão pesados e lentamente elaborados quanto o Antigo Testamento, das filas intermináveis no suplício medieval dos *ghichets.* É o país onde o processo de aposentadoria de um velho e cansado funcionário, que tudo deu pelo Estado, sofre a via dolorosa de, pelo menos, 193 encaminhamentos (se devemos dar crédito a um ministro do Planejamento), antes de ser despachado em favor do beneficiário. Outro ministro certa vez apresentou, na televisão, dezenas de metros de formulários, colados uns ao lado dos outros, para ilustrar qual a documentação necessária a um processo de exportação: verdadeira jiboia destinada a estrangular o afoito que pretendeu vender ao estrangeiro *soutiens* de senhoras.

O Brasil é um país onde o requerente tem de provar que está vivo, eis que maior crédito é dado ao atestado de óbito do que ao corpo do defunto. Certa vez, um diplomata aposentado que vivia no exterior e tinha trimestralmente de enviar ao Tesouro prova de que ainda permanecia vivo — recebeu seus proventos em janeiro e recebeu em julho; mas não conseguiu receber em abril — porque se esquecera, no segundo trimestre, de enviar o atestado necessário. Como explicar esse culto ao papelório e essa crueldade burocrática, à luz da tese de que somos essencialmente um povo bom, afetivo e cordial, e não um povo intelectual, cerebrino e amigo das letras?

Vejam os seguintes casos, noticiados por um jornal do Rio, em julho de 1986:

Iraci, portadora de síndrome labiríntica crônica, necessitava com urgência do medicamento argentino Tanakan, mas só o obteve após oito meses de luta. O auxiliar de almoxarife Carlos Palhares de Azevedo morreu em 1905 e seus herdeiros tentam até hoje, 81 anos depois, corrigir a pensão a que têm direito. A professora universitária Maria das Graças Figueiredo da Luz, sob a proteção de leis, reivindica o direito de transferência do Rio Grande do Norte para a Bahia e hoje, nove meses depois de iniciado o processo, só conseguiu obter dezenas de assinaturas em seus documentos.

Precisa-se aqui de um "cartão de leitor" com dois retratos 3x4 para se consultar um

livro na Biblioteca Nacional — o que denuncia evidente desconfiança para com o cidadão alfabetizado. No Brasil, o passaporte, a contragosto concedido pela policia para que seja válido e faça fé perante as autoridades dos países amigos, não é aceito aqui mesmo como documento de identidade válido e fiel. Aliás, o brasileiro nato que deseja passaporte para viajar tem que comparecer à Delegacia de Estrangeiros...

No Brasil, também vigora (ou vigorava até recentemente) a "declaração de próprio punho" — por incoercível desconfiança para com as máquinas de escrever. E também só agora é aceita como autêntica a cópia xerox por antiga desconfiança para com as máquinas fotográficas ou fotocopiadoras. Demora-se no Brasil quinze dias para obter um atestado de bons antecedentes porque todo cidadão, até prova em contrário, é considerado mentiroso e salafrário... Neste nosso pais um doente, à morte, que dá entrada no Hospital do INAMPS, tem previamente de apresentar contra-cheque, fotografia e certidão de casamento. Um candango que precisa obter uma carteira de identidade do INI de Brasília tem de tirar fotografia com paletó e gravata: só assim se "identifica"... Um cadáver de brasileiro, embarcado no exterior para ser enterrado no abençoado torrão natal, deve ser legalizado, pagar emolumentos consulares e ser despachado com a classificação "espécimen de história natural", sem o que não vencerá a barreira do Aquerontes alfandegário. Nesse barreira, uma escultura metálica de Mary Vieira foi certa vez embargada porque classificada como sobressalente de automóvel com similar nacional, sem licença de importação. Dois elefantes doados pela Índia para o jardim zoológico do Rio também não atravessaram o Styx. Pudera! Enorme esforço é empreendido pelo Estado para o desenvolvimento de nossas inesgotáveis potencialidades turísticas — e no entanto este mesmo Estado ergue, em suas repartições, uma barreira de desconforto, impolidez e terror destinada a afugentar o mais entusiástico admirador de Copacabana e das Cataratas do Iguaçu. Barreiras fiscais internas, denominadas "Barreiras do Inferno", compartimentam ainda o país, semelhantes às que dividiam a Europa antes da Idade da Razão (no rio Reno, existiam em fins do século XIV, sessenta e quatro estações para pagamento de portagem). Seu objetivo, no entanto, é pesar os eixos dos caminhões e cobrar um imposto dito "de Circulação"...

Mal de muitos consolo é: visitando o Brasil em 1832 — uma experiência inolvidável para ele e para a ciência, pois aqui se inspirou antes de escrever *A origem das espécies* — Charles Darwin teve que obter um passe, a fim de penetrar no interior. Sua experiência foi semelhante à de outro famoso colega, "um tal barão de Humboldt", que também, no alto rio Branco, se deparou com a desconfiança do burocrata brasileiro. Eis o que escreve Darwin em seu Diário: "Passou-se o dia procurando obter passaporte para

minha expedição pelo interior. Não é nada agradável a gente submeter-se à insolência de funcionários públicos; mas se submeter aos brasileiros, que são tão desprezíveis no espírito como miseráveis no corpo, chega a ser intolerável. A perspectiva, porém, de ver uma floresta que é habitada por belas aves, macacos, preguiças e lagos onde moram jacarés, fará qualquer naturalista lamber o pó que acaba de ser pisado até mesmo pelo pé de um brasileiro"... Como explicar esse caráter agressivo da burocracia patrimonialista, num país que se orgulha de ser tolerante e ambiciona desenvolver-se racional e legalmente, segundo o modelo democrático?

O Brasil é o país onde o casamento é tão caro e impõe tais exigências que a maioria da população (mais de 50% segundo o IBGE) abstém-se da formalidade. Exige-se, entretanto, certidão de estado civil para obter título de eleitor. Por quê? Este próprio autor, quando solteiro e ansioso por contrair justas núpcias, teve a experiência de solicitar Dispensa de Proclamas a fim de mais rapidamente poder embarcar e assumir o posto para o qual fora nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República — e soube finalmente das proclamas dispensadas pelo Meritíssimo Senhor Juiz *uma semana depois de casado...*

Em Bauru ocorreu certa vez que uma menina, chamada Denise, não podia ir para a escola porque fora registrada, ao nascer, como Dionísio: engano de cartório. Devendo ser menino quando, na realidade, era menina, as escolas locais se recusavam a aceitá-la, alegando erro de identidade. Isso quando a lei reconhece o direito à educação pública a toda criança, independentemente de sexo. Conheci um cidadão que se chama Wangner. Estranhando o sobrenome, perguntei-lhe certa vez se sua família era de origem alemã. Explicou-me que não: seu pai, amante de música romântica, lhe havia escolhido o nome de Wagner, mas o funcionário boçal do Registro Civil enganou-se e escreveu Wangner, e assim meu amigo passou a carregar, pelo resto da vida, o patronímico peculiar. Um outro exemplo divertido dessa interferência abusiva de amanuenses ignorantes e prepotentes com um dos patrimônios mais sagrados da pessoa humana — o próprio nome — pode ser registado em São Paulo onde descobri dois *nisseis,* filhos de japoneses, o primeiro, um homem, cujo nome Akira foi corrigido *para Akiro,* e a segunda, uma mulher cujo nome, Emiko, foi corrigido para *Emika.* Akiro e Emika, em japonês, nada significam. Em português tampouco. Se realmente todo feminino tivesse que terminar em *a* e todo masculino em *o,* então deveríamos dizer a mapa, a programa, a esquema, o canção, o constituição, o informação, etc. A estupidez burocrática pode ser aquilatada por essa flagrante violação de um dos mais fundamentais e legítimos direitos humanos, o dos pais

darem aos filhos o nome que desejam — direito frequentemente abusado, mas que certamente não cabe a um representante subalterno do Estado o privilégio de violar. Que mesmo um assunto tão essencialmente ligado à nossa vida, ao nosso destino, e tão absolutamente dependente da opção de nossos pais, — esteja sujeito ao arbítrio prepotente ou incompetente da burocracia, eis que simboliza o grau extremo de subserviência ao dinossauro a que chegamos!

Um outro caso, noticiado na imprensa antes das eleições de 86, foi o de dois gêmeos, Almir e Alcir. Os títulos eleitorais dos dois irmãos foram bloqueados no Serpro, que julgou falso o recadastramento, alegando "dupla inscrição" da mesma pessoa. Naturalmente, os funcionários daquela repartição puseram a culpa nos computadores quando, na verdade, a cretinice é do programador do Serpro que não aventou a hipótese de duas pessoas, do mesmo sexo e com a mesma cara, nascerem dos mesmos pais no mesmo dia — pois o que é isso senão o caso de gêmeos univitelinos? Na circunstância, um órgão do Estado resolveu, por estupidez de seus funcionários, que os dois gêmeos não têm direito de votar... Pois o fato é que, no Brasil, o Serviço Público não é vulgarmente considerado uma organização para prestar e receber serviços, mas para prestar e receber favores. Quanto mais boçal o empregado público, mais demora em atender às partes. Com ar de profundo enfado e soberba importância, o calhorda se comporta como se estivesse proporcionando enorme cortesia e obséquio a esse mesmo público humilde que, precisamente, o sustenta com o produto dos impostos e do trabalho.

Em nosso país, a principal tarefa do burocrata-tipo é o "engavetamento" dos processos (espécie de limbo das repartições); a principal função dos arquivos, perder os maços; o principal propósito dos encaminhamentos, desencaminhá-los; a principal responsabilidade dos chefes, despachar o processo para cima, até perder-se nas mãos olímpicas do mais alto colocado na hierarquia. Conta-se a história de um venerável diretor de repartição a quem a muito custo se tentou convencer de mandar incinerar um vasto arquivo de processos, já inteiramente concluídos e imprestáveis. Resistiu muito. Mas acabou concordando. Impôs apenas uma condição inapelável: que de cada documento a ser destruído se tirassem duas cópias... Conta-se também que uma ilustre figura da administração pública costumava despachar processos difíceis com a decisão: "arquive-se na pasta do aguarde-se"... É a decisão chinesa de tipo taoísta: *wu-wei,* "não-atividade", "não-interferência", "deixe como está para ver como fica"... Nas prateleiras de um Tribunal de Justiça encontraram-se processos não julgados do tempo do marechal Deodoro da Fonseca: eram ações levantadas por prejuízos causados a particulares durante o levante do

Rio Grande do Sul, em 1891! O ministro da Administração, Aluísio Alves, disse há pouco tempo a uma revista de grande tiragem: "passou por mim um processo com 114 carimbos. Era um problema simples. Um grupo de funcionários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem pedia determinadas vantagens nesse processo, que perambulava de seção em seção há vários anos. Acontece que os funcionários que examinavam o caso achavam melhor passar a responsabilidade de decidir para outras pessoas. Isso era comum. Ocorre que havia o terror de ser investigado pela Divisão de Segurança e Informações, de ser tachado de esquerdista ou de corrupto, mas felizmente o medo acabou..."

As comunicações entre as repartições públicas brasileiras lembram aquele diálogo de surdos: "Vai chover?" — "Não, vai chover" — "Ah! Pensei que fosse chover..." Diálogo de surdos. Também desejo deliberado de confundir, de ludibriar, de driblar, quando são as leis e regulamentos redigidos com tão notória falta de precisão que só se pode atribuí-la à intenção oculta de facilitar escapatórias e permitir aos homens do Foro a volúpia das filigranas jurídicas, das expressões bizantinas e das chicanas da advocacia. É preciso dar o que fazer aos bacharéis e administradores que continuam sendo o produto mais inflacionário de nossas universidades.

* * *

Há uma placa na parede: "é proibido cuspir". O transeunte cospe na placa. Na estrada há outra placa: "preserve a sinalização". A placa serve para tiro ao alvo. Um sinal na calçada: "estacionamento proibido". Todo o mundo ali estaciona e de preferência os automóveis com placa branca, inclusive de juízes e legisladores. Quando um caminhão conduz o aviso: "velocidade máxima controlada, 60 km/h" — podemos nos certificar de que estará trafegando a 80 ou 100 km horários. Fujamos dele! Qual é o semáforo ou sinal vermelho que é hoje respeitado? Cuidado ao atravessar a rua... A administração decide, por motivos de economia e de decência, acabar com a pletora de carros oficiais, chapa branca, em Brasília e proibir o uso de "chapa fria", em automóveis de propriedade do Estado. Quem é então o primeiro carro, nessas condições, que é descoberto pelos repórteres da televisão e filmado em flagrante delito? O do próprio Procurador Geral da República, o magistrado especialmente encarregado de defender os interesses do Estado. A proibição do uso de carros oficiais durou só dois meses. Hoje, 20.000 chapas frias andam por aí. O fato é que a lei no Brasil não costuma ser levada a sério. Se Montesquieu nos visitasse, ficaria abismado com o modo como aqui apreciamos o Espírito das Leis. Há cem mil leis, ou mais, e

"ninguém se exime alegando desconhecer a lei". Só nos últimos 21 anos foram produzidos 42.887 textos legais. Além disso, o artigo 153, § 2º da Constituição, determina "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei". Mas, seria o Brasil o país em que estaria Rousseau pensando quando escreveu o seguinte trecho (nos seus "Manuscritos de Neuchatel", citado *em Brasil, sociedade democrática,* edit. H. Jaguaribe, p. 402)? *"Si l'on me demandait quel est le plus vicieux de tous les peuples, je répondrais sans hésiter que c'est celui qui a le plus de lois. La volonté de bien faire supplée à tout, et celui qui sait écouter la voix de sa conscience n'en a guère besoin d'autre; mais la multitude des lois annonce deux choses également dangereuses, et qui marchent presque toujours ensemble: savoir que les lois sont mauvaises et qu'elles sont sans vigueur."* Rousseau aí recordava um princípio encontrado em Tácito: *Corruptissima Republica, plurimae leges.*

A Constituição é a lei maior, a mais respeitável, e já se reúne uma Constituinte para elaborar o texto de mais uma Carta Magna, a oitava ou nona, não sei bem. A qual seguirá o destino de suas antecessoras — o de ninguém levá-la a sério... A Constituição afirma (art. 160) que "a ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base ... I — *na liberdade de iniciativa".* Diz mais que seu objetivo é "a repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo *domínio dos mercados,* a *eliminação da concorrência* e o *aumento arbitrário dos lucros"* (inciso V). Dispõe ainda (art. 163) que "são facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade... quando indispensável *por motivo de segurança nacional* ou para organizar *setor que não possa ser desenvolvido com eficácia em regime de competição* e de liberdade de iniciativa". E o artigo 170 conclui, triunfal: *"às empresas privadas compete, preferencialmente,* com o estímulo e o apoio do Estado, *organizar e explorar as atividades econômicas".* Mas qual o governante e o legislador que, nestes últimos 20 ou 30 anos, se preocupou com esses dispositivos? Não é verdade que, contrariando tão solenes declarações, já mais de 60 ou 70% da economia do país se submete ao controle do Estado? Cabe então ao Estado possuir fábrica de tecidos? Um banco falido? Uma companhia de ônibus? A indústria de cinema nacional? Cabe ao Estado, como ocorre, abusar do poder econômico, controlar preços e salários, impor monopólios, eliminar a concorrência, aumentar arbitrariamente seus lucros? Mas a famosa concentração de renda contra a qual tanto se brada — para culpar o capitalismo — já porventura não se está realizando às escâncaras, concretamente, em benefício da burocracia e de seus parasitas, que controlam o Dinossauro da economia social-estatizada? O fato é que a maioria dos

integrantes da Constituinte é composta de ideólogos reacionários, obstinados, míopes, empenhados em manter o poder do Estado patrimonialista, empreguista e clientelista. De seus esforços poderá sair um aborto de constituição marxista-leninista, destinada a agravar a concentração da renda nacional nas mãos da velhíssima Nova Classe de burocratas, ideólogos e políticos populistas.

Querem outros exemplos de dispositivos constitucionais que não são cumpridos? O artigo 162, por exemplo: "Não será permitida greve nos serviços públicos...". Ou o artigo 97: "Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabecidos em lei"... de preferência para quem é primo de Dona Carmen. Pois na verdade só 4% dos funcionários públicos federais foram recrutados em concursos democráticos, baixando essa percentagem para 2% nos poderes legislativo e judiciário (as únicas exceções se registam no Itamaraty, nas Forças Armadas e no Banco do Brasil. Os artigos 33 e 35 falam em decoro parlamentar e em subsídios, ameaçando com a perda do mandato: mas algum deputado jamais perdeu o mandato por votar duas vezes ou receber *jetons* sem comparecer às sessões? E o que dizer do artigo 166 que, declarando livre a associação profissional ou sindical, não aceita o tipo de domínio político dos sindicatos por quem ocupa o Ministério do Trabalho? Ou o artigo 82, que se refere aos "crimes de responsabilidade" por atentado, entre outras coisas, à "probidade na administração"... É uma pilhéria!

O artigo 180 proclama que "o amparo à cultura é dever do Estado". A verdade é que, invariavelmente, as verbas de cultura, em todas as áreas da administração, são as primeiras a serem sacrificadas quando se trata de reduzir os gastos públicos. O ensino público será gratuito, promete o artigo 176 (III), "para quantos ... demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos". Mas quando saio de minha aula na Universidade de Brasília verifico que a grande maioria dos alunos, pertencentes quase todos a famílias da classe burocrática patrimonialista, sem haverem demonstrado aproveitamento efetivo, embarca em seus automóveis particulares, alguns de luxo, nada pagando pelas aulas que dei. O artigo 177 determina o caráter "supletivo" do sistema de ensino federal. Balela! O que estamos assistindo é ao progressivo controle do ensino federal pela hipócrita *intelligentsia* estatizante de esquerda, empenhada em impor à nação a sua própria ideologia nacional-socialista ou pseudo-marxista. Com isso também violando o artigo 153, § 8º, que proclama: "é livre a manifestação de pensamento", etc. Restringindo, porém: "Não serão toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações *contrárias*

à moral e aos bons costumes"... O parágrafo comina isso tudo mas a realidade é que campeia a pornografia, a propaganda da luta de classes, a exaltação da falta de vergonha. E é a própria diretora de um filme pornográfico e sacrílego que se vê arvorada em mentora da Nova Censura; e uma estatal, a Embrafilme, a financiadora dos filmes contrários à moral e aos bons costumes.

E fácil de verificar, caros leitores, após o exame perfuntório que fiz da Constituição, que não se pode levar muito a sério, nem a Constituição presente, nem as passadas, nem a futura. Ninguém respeita a lei. E o que é triste é que haja tanta gente iludida, ingênua, esperançosa, ou pouco inteligente, que ainda conte com a Nova Constituição como uma panaceia, um instrumento soteriológico ou a base macumbeira para uma nova democracia no Brasil. É pena! Sendo o país da fúria legiferante, a única lei no Brasil inexistente, segundo a observação famosa de Capistrano de Abreu, o velho sábio, é aquela que mandaria cumprir todas as demais — sendo que a mais poderosa é, de qualquer forma, a Lei do Menor Esforço. E tendo leis abundantes, oferece muitas que lembram aquele dispositivo do código criminal do Império, o qual impunha severas penas sobre quem conspirasse para mudar, pela força, o regime vigente... e dobrava a pena de quem chegasse a fazê-lo!

* * *

Possui o Brasil, no Ministério das Relações Exteriores, o orgulho de seu serviço público. A *carrière* conseguiu mesmo, na opinião imparcial de ilustres estrangeiros, invejável reputação entre as melhores do mundo. No entanto, como ex-burocrata do Itamaraty, permito-me falar. Também por uma questão de honestidade. Não estamos mais na época daquele Secretário Geral que detestava as máquinas de escrever e exigia de todo secretário amanuense que tivesse boa caligrafia. As notas deviam ser redigidas a mão, em papel de linha d'água manufaturado na Inglaterra, e todas as folhas amarradas com elegante cordãozinho verde-amarelo. Hoje, a tendência é para as máquinas, os computadores e os secretíssimos aparelhos criptográficos. Mas há poucas datilógrafas, poucos programadores e é mais fácil, nos corredores da Casa em Brasília, topar com um embaixador agregado do que com um técnico em computação em atividade.

Ao tomar posse no cargo de secretário geral do Ministério das Relações Exteriores em março de 1985, o embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima propôs um programa obediente à "diplomacia de resultados". Consistiria, entre outras coisas, em abrir o trabalho do Itamaraty no sentido de que "a política externa do país não seja um feudo de alguns, mas

possa recorrer à riqueza de interesses, de atores e meios de ação que se encontra na própria sociedade que a diplomacia representa". A proposta era sumamente interessante. A sociedade brasileira é rica de interesses, de atores e de meios de ação. O problema, porém, consiste em saber fazer opções entre aqueles interesses, meios e atores mais capazes de atender às exigências do progresso do país. Isso comporta, inclusive, a necessidade de reprimir os interesses pessoais de atores para os quais a diplomacia representa, não a sociedade brasileira, mas um meio de vida sem qualquer responsabilidade, um clube fechado ou mesmo uma simples companhia de turismo. Em viagem que realizei em 1985 pelas Europas e América, pude comprovar e reforçar a constatação com a qual me familiarizei em mais de 40 anos de carreira: o Itamaraty carrega um enorme peso morto, produzido pela tendência insopitável do país ao empreguismo estatal. A *carrière* representa, de certo modo, a elite da *Nomenklatura* brasileira, a fina-flor, o *café-soçaite* da Nova Classe. Sem desmentir a observação irônica de um velho amigo e colega britânico, para quem seria o Itamaraty o que de mais próximo a um clube inglês ele encontrou fora da Inglaterra — devo admitir que a instituição configura a forma mais elegante e refinada que o Estado-Supermãe ziraldiano inventou para proteger, aquinhoar e alimentar seus filhotinhos. Em poucas palavras: o Itamaraty dispõe de interesses, de atores e de recursos, mas muito mal distribuídos e aproveitados. O que predomina é o interesse do pessoal, e não o da nação. E talvez por isso tanto se fala, em discursos, em defender o interesse nacional. Um exemplo imediatamente ilustra aquilo a que quero chegar. A Nigéria é hoje um dos principais mercados do país. Econômica, cultural e eventualmente do ponto de vista político, temos enormes obrigações naquela maior nação da África Ocidental, com a qual nosso comércio em 1984 ultrapassou a casa dos 1,5 bilhões de dólares. A Embaixada brasileira em Lagos dispõe, contudo, de apenas meia-dúzia de funcionários: trata-se de um chamado "posto de sacrifício" e ninguém deseja para lá ser designado. Posso atestar essa situação pois sofri quase dois anos, como primeiro embaixador em Lagos. Justifica-se que o funcionalismo diplomático repugne em servir num posto climática e existencialmente tão pouco aprazível. Na Inglaterra, ao contrário, registrei o número de 170 membros da *Nomenklatura* entre diplomatas, adidos de diversas armas e ministérios, militares das comissões de compra (e venda), funcionários do IBC, IAA, Banco do Brasil, etc, etc Isso sem contar o pessoal subalterno, telefonistas, motoristas, guardas, mordomos que recebem também em dólares, como justa recompensa dos salários ínfimos que perceberam durante anos de leal serviço no Brasil. Londres é reconhecidamente uma das maiores cidades e centros culturais do mundo — e a vida ali oferece atrativos que só o mais tapado burocrata

não saberá apreciar.

Mas, o que dizer de Paris? A França pode haver perdido algo do prestígio imperial que outrora exercia sobre o espírito brasileiro, mas não reduziu seu poder de atração sobre os anseios da Nova Classe. Já o Zé Fernandes de *A cidade e as serras* proclamara os encantos do *pavé de bois* na Cidade da Luz, onde se congregam os Príncipes da Grã-Ventura para saborear a "delícia de viver" — como dizia o Jacinto... Não possuo dados precisos sobre o número de privilegiados que ali não tanto "servem" o país quanto saboreiam as mencionadas delícias — de grande variedade certamente... O número daqueles que só comparecem à Embaixada para receber, mensalmente, o contracheque de seu salário não é irrisório. É o mínimo que se possa dizer. Conheci um ministro-conselheiro que foi rapidamente despachado de Paris por haver tido a ousadia de exigir de algumas prestigiosas Marias Candelárias a assinatura diária do ponto...

Em Nova York, onde se concentram quatro embaixadores brasileiros, notei que a Lista Diplomática da ONU registra trinta nomes nas páginas reservadas a nosso país. Só três outros Estados superam o Brasil entre os 160 que compõem o organismo e junto a ele mantêm representantes: os EUA, por motivos óbvios, pois é dono da casa; a URSS, dois terços de cujo *staff* são agentes da KGB; e a China que, com um bilhão de habitantes, necessita de empregos para sua enorme população. É curioso notar que nem a Índia, nação líder do Terceiro Mundo vitimada por um social-estatismo comparável ao nosso, mantém em Nova York tantos funcionários quanto o Brasil. Nem o Canadá, nação muito rica que é vizinha da sede da ONU. Nem o Japão, que é a segunda maior potência econômica do mundo. Nem o próprio México, em cujas pegadas de social-estatismo corrupto gloriosamente trilhamos. Vale registrar que não por acaso o México, cuja dívida externa segue de perto a nossa (98 bilhões contra 104 bilhões de dólares), possui 29 funcionários onusianos para os nossos trinta. Talvez o subdesenvolvimento técnico e a baixa qualidade do pessoal seja compensada, no subemprego, pela quantidade, mas a hipótese mais plausível *é que se trata de empreguismo mesmo*! Já existem na carreira diplomática 133 embaixadores, entre os do quadro, os agregados, os comissionados, os "especiais" e os aguardando designação. A maioria deles jamais exerceu qualquer chefia de missão no exterior. Na recente "reforma" da carreira diplomática, sob a administração Abreu Sodré, mais dez vagas foram abertas! Por outro lado, há apenas 98 terceiros-secretários, no cargo inicial da carreira. Hierarquicamente, é uma figura geométrica esdrúxula: o vértice da pirâmide é maior que a base. Puro Kafka!

Além de Kafka, é também inflação. Em certa época, possuía o Brasil mais

marechais que todas as potências da II Guerra Mundial, inclusive a URSS. E mais almirantes que navios na esquadra. E mais odontólogos do que os Estados Unidos e o Canadá juntos (sendo também campeão de cáries dentárias). Por que não teríamos mais embaixadores do que secretários e datilógrafos? Os EUA, que são a mais rica e poderosa nação da Terra, só dispõem de seis embaixadores de carreira. O Brasil, que pretende ser uma grande potência ou talvez a maior de todas as Repúblicas de Banana do Terceiro Mundo, terá nove embaixadores na América para representar nosso poder, nossas virtudes cívicas, nossa sabedoria política e nossos dons de poupança... Eis o quadro de prodigalidade, desperdício, abuso e privilégio com que se deparou a "diplomacia de resultados".

Foi também no Itamaraty que, certa vez, tive a sorte de pescar esta verdadeira pérola para meu colar de estórias sobre a burocracia brasileira: havíamos assinado um acordo com a Suíça para dispensar de visto os passaportes dos nossos respectivos nacionais, em viagem de turismo. Pois bem, continuávamos a exigir o comparecimento aos consulados brasileiros dos cidadãos suíços que procuravam o Brasil, de maneira que seus documentos pudessem ser estampados com um carimbo especial que anunciava, triunfante: "Está dispensado de visto"!... Acrescentando generosamente: *Grátis.* Quantas pérolas, para o colar, existirão como essa?

* * *

O Brasil é um país onde, segundo consta, ainda existem 20 milhões de analfabetos. Isso significa aproximadamente 15% da população. Os analfabetos, contudo, não possuem escolas mas direito ao voto... Sendo um país onde a Educação é um dos mais graves desafios que enfrenta, é também aquele que levanta os maiores obstáculos à revalidação de diplomas de curso superior nas universidades dos países mais avançados. Com tantos analfabetos, temos também mais professores que os Estados Unidos. Há cerca de um milhão de professores atuando no ensino de primeiro grau, mas 45% desses mestres não possuem curso superior. São leigos na matéria. Certo ministro da Educação confessou-me que, no Pará, encontrou uma vez crianças "lendo" cartilhas de cabeça para baixo, porque a professora era analfabeta. "Parece anedota, mas não é!"... Exemplos desse tipo poderiam ser oferecidos *ad nauseam.* Em algumas regiões rurais do Nordeste (é outro ministro da Educação que nos informa, em 1985) o número de professores leigos atinge o índice de 87%! Relembre-se que o regime de 1964 proclamou, com alarde, que o problema do analfabetismo ia ser resolvido pelo MOBRAL — movimento então considerado o mais

gigantesco empreendimento de alfabetização realizado no mundo ocidental...

Entretanto, uma CPI na Assembleia Legislativa gaúcha detectou que apenas 40 mil professores estão em salas de aulas, enquanto outros 60 mil ocupam funções administrativas ou estão cedidos para outros órgãos.

Outros dados são mais lamentáveis. O ensino cria um gargalo dificilmente transponível. De cada cem crianças em idade escolar, 26 não chegam a iniciar o percurso para cima ou empacam na primeira série. Só doze pulam para o segundo grau e apenas quatro terminam o ciclo de instrução pré-universitária. O índice de reprovação na primeira série é de 50%, o que leva a pensar que uma proporção muito maior de adultos pertence à categoria de "analfabetos funcionais". É entre esses que são recrutados os professores... Deva-se dizer que a culpa dessa miséria não pode só ser atribuída ao governo ou às circunstâncias, tais como a falta de escolas ou a dificuldade de transporte em áreas de baixa densidade populacional. O incentivo da merenda escolar e do leite do presidente Sarney não é suficiente para convencer os pais da obrigação de dar educação aos filhos. É um círculo vicioso. Enquanto não for criada uma "mentalidade educacional" e um presidente não se decidir a dar "cinquenta anos de educação em cinco", não será fácil atacar o mal pela raiz. Ora, a educação de primeiro grau e o controle da natalidade representam os dois primeiros passos, *sine qua non,* para a eliminação dos bolsões de miséria. Os sessenta porcento das verbas federais de educação geradas pela benemérita emenda Calmon deveriam ser encaminhados ao ensino de primeiro grau e não ao ensino universitário. Este favorece, como se sabe, principalmente os filhos da classe burocrática patrimonialista dominante e exploradora.

Interessante é também registrar que existem pouco mais de 120.000 professores universitários para uma população de 1.400.000 estudantes. São 45.000 professores federais, 13.000 estaduais e 47.000 de estabelecimentos isolados, com 52.000 pertencentes a estabelecimentos de ensino particular. O resultado demonstra que a proporção é de um professor para pouco mais de dez estudantes, o que corresponderia a uma taxa excepcional em outros países (nos EUA a proporção é de um para doze). O que ocorre, entretanto, é que a proporção de professores por aluno aumenta assustadoramente em certas escolas de elite, nas grandes capitais. Na Faculdade de Medicina de São Paulo, por exemplo, encontramos quase um professor para dois alunos. Não se objete que o número considerável de professores se justificaria pelas atividades de pesquisa, porque não seria verdade. A explicação é que nessa área do ensino superior também se registra um descarado empreguismo.

País dos paradoxos, no Brasil os efeitos úteis são às vezes contrários à lógica aparente. É assim que, certa vez, no Maranhão, cortaram em um terço o número de eleitores e houve democratização. Também cada vez que diminui a extensão da rede ferroviária há progresso. A explicação, por mais estranho que pareça, é que, no primeiro caso, se suprimiram os eleitores fantasmas; no segundo, os ramais antieconômicos. Há também muitas cidades do Nordeste em que se registram mais atestados de óbito do que certidões de nascimento: a explicação é que o atestado de óbito é imprescindível para enterrar os mortos, ao passo que a certidão de nascimento — para os caipiras que são pobres e geram muitas crianças com poucas perspectivas de sobrevivência — é cara demais e difícil de obter. O elevado preço dos cartórios e da Justiça é responsável pelo fato de que, ao que parece, somente 55% das 4,5 milhões de crianças que nascem a cada ano serem registradas aos primeiros dias de vida, como manda a lei, nos 2.392 cartórios de Registro Civil existentes. As demais permanecem sem existência legal. Como trezentas a quatrocentas mil morrem, de qualquer maneira, antes de completar o primeiro ano de vida, pode então acontecer o resultado paradoxal mencionado acima. O não-registro no período de quinze dias após o parto acarreta uma multa de 100% que agrava a falta de incentivo aos pais para legalizarem o nascimento do filho. Esse me parece ser um dos exemplos mais flagrantes do *conflito entre país real e país legal,* para o qual os sociólogos insistentemente apontam, porém sem resultados.

O Estado Cartorial, de que falavam Hélio Jaguaribe e os ilustres mestres do antigo ISEB, onera justamente os pobres. Acontece que o abuso favorece as caixas de assistência dos advogados, a OAB, as caixas de assistência do ministério público, procuradores, membros da Assistência Judiciária, Associação de Conselheiros dos Tribunais de Conta e outras entidades no gênero. Todas elas, ilegalmente vejam bem, se locupletam com o esbulho, cobrando uma taxa sobre todo ato realizado nos ofícios de Registro Civil, Registro de Imóveis, etc. *O Cartorialismo é promovido pelo próprio poder judiciário*! Hélio Jaguaribe, infelizmente, não fala disso e propõe um reforço do regime social-estatizante.

Também no Brasil vigora o reverso da antiga fórmula famosa que deu origem à democracia representativa: "não pode haver taxação sem representação". Entre nós, o Congresso é mais generoso com os dinheiros públicos do que o Executivo e uma das grandes preocupações dos Atos Institucionais, no período do regime militar, era conter a fúria perdulária dos congressistas. O empreguismo, como veremos em outra seção, é a principal característica, o vício de nascença dos Estado cartorial jaguaribeano.

* * *

O espetáculo nacional apresenta curiosidades e incoerências que. às vezes, nos enchem de grande perplexidade. Vejam, por exemplo, o seguinte caso: nascem aqui cerca de quatro e meio milhões de crianças por ano. O índice de natalidade talvez ainda ultrapasse os 4%, elevadíssimo e próprio de país subdesenvolvido (o índice é de 4% e não de 2,5%, como afirma sua eminência reverendíssima, o cardeal d. Eugênio Salles, em artigo publicado no *Jornal do Brasil,* quando confunde índice de natalidade com índice de aumento demográfico, ignorando aparentemente que o segundo é o resultado da diferença entre o primeiro e o índice de mortalidade!). Dos quatro e meio milhões de bebês nascidos vivos, mais de 300.000 morrerão antes de alcançar cinco anos. Milhões serão abandonados. Milhares se transformarão em trombadinhas e, eventualmente, em marginais, assaltantes e assassinos. Tenho lido denúncias na imprensa sobre o número grotesco de molequinhos sem família, abandonados ao deus-dará, sem educação, sem escola, sem assistência de nenhuma espécie. Um dado que li alhures, e obviamente excessivo, registra a cifra de 26 milhões de crianças abandonadas em nossa terra — cifra que, mesmo se reduzida a 10% do total alegado, ainda constituiria um escândalo, uma vergonha para o país. Pois bem, eis o paradoxo: assim como o nacionalismo uterino se rebela contra uma política necessária, urgente e racional de controle da natalidade, esse mesmo extravagante sentimento mal dirigido de patriotismo age no sentido de dificultar o processo de adoção. Uma combinação indecente de burocracia e ideologia nacionalista. Vou contar um episódio que tive ocasião de testemunhar e que me encheu de espanto e de indignação.

Uma senhora, nossa amiga, se interessou no sentido de encontrar pais adotivos para o quinto filho natural de sua empregada doméstica. O interesse da patroa e da doméstica coincidiu com o de uma senhora europeia, com mais ou menos 40 anos de idade, casada com um empresário abastado, uma de cujas indústrias se localiza no Brasil. A senhora europeia (a quem dou o nome suposto de Verena), não podendo ter filhos, veio ao Brasil com o fim precípuo de receber a criança recém-nascida, para adoção plena de conformidade com todas as exigências legais. Mas aí começou o drama ou tragicomédia inacreditável. O dinossauro burocrático levantou a cabeça e reagiu emocionalmente sob o impacto do sentimento de xenofobia: com que então uma estrangeira se atreve a roubar de nossa pátria amada, idolatrada, um desses preciosíssimos frutos do útero nacional?! A reação do dinossauro foi lenta — como sempre acontece com esses animais antediluvianos, notórios pela dureza de sua carapaça, rudeza de seu sistema nervoso e insignificância do

poder cerebral. Tudo foi feito para dificultar o processo de adoção — como se o intuito deliberado do *establishment* jurídico-policial fosse mesmo reservar para o vasto depósito de menores abandonados mais um candidato à marginalização.

O pretexto invariável para a criação de dificuldades é a existência de um tráfico de crianças. Muito bem: esse tráfico existe. Mas será que por causa de um episódio em cem de aproveitamento ilegal de crianças, em processo de adoção, se deve investigar e perseguir como criminoso ou mafioso cada bem-aventurado e benemérito estrangeiro que deseja fazer uma adoção? Em nosso emperrado sistema burocrático, paga o justo pelo pecador. A parte é antecipadamente considerada com desconfiança: até prova em contrário, supõe-se que mentiu, que roubou, que sua intenção é perversa. No caso, a criação de dificuldades para vender facilidades exigiu a presença de Verena durante dois meses e meio nesta terra selvagem de Pindorama, mesmo porque a Justiça brasileira entra em recesso durante o Natal. Depois em férias de verão para gozar a praia. Depois, vai brincar de carnaval — 40 dias em que não se pode ser atendido porque o meritíssimo senhor juiz de menores quer tomar férias e não deseja que o substituto decida por sua conta. A *via crucis* da senhora Verena encheu um "processo" com dúzias de documentos, requerimentos, alvarás, atestados, exames, reconhecimentos de firma, registro em cartório, cópias xerox, despachos, transcrições, encaminhamentos, provas e contraprovas, etc, etc, etc, tudo como se o heróico ministro Hélio Beltrão jamais houvesse passado pela Secretaria de Desburocratização. No final das contas, a adoção custou a dona Verena uns trinta e poucos milhões de cruzeiros (ou seja, ao câmbio de fevereiro de 1985, cerca de oito mil dólares!), inclusive passagem de avião, permanência no Brasil, despesas de advogado e administração, com uma gorjetinha aqui e outra acolá para evitar que a máquina ainda mais se prolongasse ou que uma tranca fosse perversamente introduzida para arrebentá-la. Isso tudo sem falar na angústia da mãe adotiva que, já de posse da criança, só mesmo no fim chegou a ter certeza de que o juiz e o curador consentiriam na adoção e a autoridade policial concederia o passaporte do pimpolho. Na verdade, o parto burocrático foi, para a mãe adotiva, muito mais longo e doloroso do que o parto da mãe natural — sem falar no fato de que esta irresponsável gananciosa se livrou de um peso indesejado, possivelmente com algum lucro... Calculem só: oito mil dólares, se aplicados a cada uma das crianças nascidas no Brasil este ano, equivaleriam a 40 bilhões de dólares, o suficiente para resolver várias vezes o problema da criança abandonada e marginalizada, sua educação de primeiro grau, sua alimentação e sua saúde. Por aí se pode ter uma ideia da percentagem relativa do investimento efetuado por Verena em benefício da infância brasileira. Um investimento retribuído de maneira tão

pouco generosa pelo dinossauro socialisticamente enfadado.

A incoerência e irracionalidade da reação de nacionalismo uterino não poderia ser mais flagrante. Só comparável, de fato, à resistência cega, obstinada, irracional, incoerente, imbecil ao remédio mais evidente e mais imediato para o problema da maternidade indesejada: o controle da natalidade!

* * *

Mas, por falar em serviços públicos. A desorganização é talvez um dos nossos traços nacionais mais característicos — e daqueles que mais impressionam os estrangeiros. Possuímos em nossa linguagem popular uma palavra típica, intraduzível: *bagunça.* Notemos de início que a aviação e o tráfego rodoviário não padecem dos mesmos males que afetam as estradas de ferro, a marinha mercante e os sistemas de comunicação. Por quê? Porque nesses meios de transporte maior latitude foi deixada à iniciativa privada, havendo menos necessidade de organização coletiva. A concorrência elimina os incompetentes, como foi o caso da Panair. Mas logo que começam a crescer as companhias de aviação, já se notam os sinais de burocratização, como se se tornassem, insensivelmente, repartições públicas ineficientes.

Possui o Brasil duas metrópoles gigantes, o Rio e São Paulo. Antes do fim do século estarão entre as maiores do mundo, podendo São Paulo ultrapassar os trinta milhões de habitantes. Notabilizam-se essas cidades, não obstante os sinceros esforços de alguns entre os mais notáveis prefeitos e governadores (Pereira Passos, Carlos Lacerda, Faria Lima), pelo funcionamento permanentemente caótico de seus serviços públicos. Outrora, cantarolava-se

Rio de Janeiro
Cidade que nos seduz:
De dia falta água,
De noite falta luz.

Quando é resolvido o problema da eletricidade, surge o dos telefones. Facilita-se o tráfego, cavam-se buracos. Tapam-se estes, escorregam as montanhas, caem os elevados. Abre-se um túnel, "obra do século", para trazer água, e logo desmorona seu interior, entupindo o fornecimento. Vazam-se irregularmente os encanamentos. Constroem-se vias expressas, viadutos, trevos, numa demonstração de excepcional talento urbanístico. É então

a sujeira das ruas, o colapso da limpeza pública, o desaparecimento dos doze mil garis, a invasão dos ratos, a volta da febre amarela, o dengue. Assim se transforma a beleza em feiúra. No momento, foram pelo menos resolvidos, no Rio e São Paulo, os problemas de água, luz e telefone. Mas permanecem os do transporte coletivo, da limpeza urbana e, sobretudo, da segurança nas ruas e nas casas. Em troca dos serviços públicos à beira do colapso, os administradores constroem fachadas de escolas, sambódromos e expedem lindas promessas, empacotadas em comunicados cor-de-rosa onde se anuncia o eterno "empenho na solução de tão angustiante problema da família brasileira"... Que será do Rio e de São Paulo quando, daqui a 15 ou 16 anos, terão dobrado de tamanho?

Construir é fácil, requer imaginação, dinheiro e contratos com empreiteiros particulares. Conservar é difícil, requer atenção, cuidado, responsabilidade. Os mosaicos de pedra branca e preta, célebres nas calçadas cariocas, são também simbólicos: as pedras andam invariavelmente soltas para tropeço dos transeuntes. Os relógios públicos são numerosos, às vezes enormes como o da torre da Central — mas ninguém se lembra de mantê-los pontuais ou mesmo de lhes dar corda. Brasília, a cidade do futuro, a "nova capital", é também uma das mais sujas do planeta: lama, pó, detritos e lixo sobre os gramados. O relaxamento é o traço característico da administração. Em Brasília deparamos, na Ceilândia, com a mais formidável favela do país: mas os construtores de Brasília se diziam todos socialistas...

As prefeituras das cidades brasileiras gostam de fazer obras grandiosas, admiráveis, excepcionais. Quando o Fundo de Participação reservou uma percentagem substancial para os municípios, estes, sentindo-se eufóricos, desandaram do Amapá ao Chuí e do Acre ao Cabo de São Roque a plantar chafariz com repuxo na praça municipal. Ninguém pensa em bueiros e esgotos entupidos. Bueiro e esgoto não fazem cartaz. Não são monumentos ostentatórios que permitem festa com faixas, bandeiras, discursos, hino nacional, placas comemorativas e prestígio eleitoreiro. Os municípios têm o governo que merecem...

O Rio de Janeiro é uma cidade dos trópicos úmidos onde chove muito. Desde o tempo de Estácio de Sá que se sabe disso. Mas só após algumas centenas de mortos, governo e população começaram a tomar providências conjuntas para combater as enchentes, a erosão provocada pelo fogo das matas e a ameaça de deslizamentos. Dizem que o relaxamento, a anarquia e a falta de acabamento das cidades são indícios de subdesenvolvimento. Mas no Brasil atingem a verdadeiros prodígios de refinamento — como se um gênio maligno se houvesse dedicado com ardor sádico a atrapalhar, complicar,

dificultar, enganar, adiar, aborrecer, torturar. E em alguns casos mesmo, a matar.

Colapso dos serviços públicos. Caos. Lembram o *tohu-bohu* bíblico: "No princípio a terra era sem forma e vazia, e as trevas cobriam a face do abismo"... Vejam os correios! Nos países organizados, como a Suíça e o Canadá, as comunicações por via postal, telegráfica ou telefônica são consideradas o próprio sistema nervoso da nação, a base do progresso, o orgulho, o privilégio, a menina dos olhos do serviço público. Na Suíça, o ônibus dos Correios tem precedência, nas estradas, sobre qualquer outro veículo e não há lugar nos Alpes que seja inacessível à simpática e onipresente figura do carteiro. Contou-me um colega que, em Saigon, duas horas depois da desastrosa "ofensiva Tet" de princípios de 1968, já funcionavam os telefones públicos — consertados antes mesmo que fossem retirados os cadáveres. No Brasil, em plena paz, pode ocorrer que 50.000 cartas não sejam entregues a seus destinatários até que um dia, como anunciaram os jornais, alguém as descubra na repartição, empilhadas num canto, já envelhecidas. Eu próprio recebi um *Sedex* com dez dias de atraso. Mas a quem reclamar? Numa cidade chamada Araguacema, no Pará, a agência do Correio fechou, certa vez, com um cartaz anunciando que os funcionários tinham tomado "férias coletivas"... Entretanto, nem sempre se pode culpar os Correios porque o brasileiro, notório por seu péssimo hábito de não responder às cartas de amigos e clientes (isto não é aqui considerado falta de educação!), prefere atribuir-lhes seu doloso silêncio. No Brasil, é eminentemente válido o ditado popular: "quem quer vai, quem não quer manda". A palavra escrita tem pouco efeito, porque é abstrata, porque a presença humana concreta é essencial para desencadear a ação. Nenhuma decisão pode ser forçada sem o efeito moral da presença da pessoa interessada sobre aquela de quem depende a decisão. Lembro-me que, há alguns anos, quando nos visitou Aldous Huxley a convite da Divisão Cultural do Itamaraty da qual era eu chefe, enviei um telegrama a mestre Gilberto Freyre pedindo-lhe que, no Recife, acolhesse nosso ilustre hóspede. Gilberto Freyre recebeu o telegrama quando Huxley já se encontrava em Apipucos. Quatro dias depois. O nosso sociólogo, escrevendo sobre o encontro para a revista *O Cruzeiro,* acusou-me de, como diplomata, ignorar o Brasil e a ineficiência dos Correios e Telégrafos. Mal sabia ele que, só no Itamaraty, o telegrama havia demorado dois dias para ser despachado!

* * *

O problema da prodigiosa ineficiência é realmente velho. A burocracia emperrada já existia. Herdamo-la de Portugal, como vimos em seção anterior. No tempo de Dona Maria I, a reação contra o esforço modernizador de Pombal é bem descrito numa modinha

ou quadra que se refere aos vários ministros da época:

> O negócio se propõe,
> duvida El-rei nosso Senhor;
> Atrapalho o Confessor,
> Angeja a pagar se opõe.
> Nada a rainha dispõe,
> Martinho marra esturrado,
> Ayres não passa de honrado,
> e o Visconde em conclusão
> pede nova informação,
> fica o negócio empatado.*

O emperramento data talvez da trasladação da Corte Real portuguesa para o Brasil em 1808, premida pelas botas dos soldados de Junot. Dizem que dez mil pessoas teriam acompanhado o Regente, futuro D. João VI. A sede do Vice-Reinado tornou-se, subitamente, a capital do império colonial lusitano e era preciso arranjar emprego para todos os fidalgos necessitados. Cabia ao mesmo tempo dar as aparências da grandeza da Corte e chusmas de palacianos foram nomeadas para essa ou aquela sinecura, indo encher os belos palácios neoclássicos que construía Grandjean de Montigny.

Meio século depois, Joaquim Nabuco descreveu os partidos políticos brasileiros como "cooperativas de empregos ou seguros contra a miséria". Acrescenta Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo:* "O funcionalismo é... o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode dizer-se, em regras, como se diz das fortunas feitas no jogo, que não medram, nem dão felicidade. É além disso o viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento. Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e segunda ordem, que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos, tornando-se humildes clientes da escravidão; e outra dos que resolveram pela acumulação de cargos públicos e ter-se-ão, nessas duas listas, os nomes de quase todos eles."

A mesma opinião sobre o que hoje se chama "fisiologismo" é ecoada por Sílvio Romero, no livro *Provocações e debates:* "O recurso geral é a política, sob todos os aspectos grosseiros de que se costuma revestir, a verdadeira *politique alimentaire,* tão cruamente descrita pela escola social de Le Play e seus eminentes discípulos. Os partidos,

* Citado em ***Pombal e a cultura brasileira,*** edit. A. Paim, Rio, 1982, p. 89.

as associações ou agrupamentos quaisquer nas freguesias, nos municípios, nas comarcas, nas províncias, hoje Estados, na União, todas as instituições, todos os cargos públicos em número incalculável, não têm outro destino, não têm outra função: seu fim é fornecer meios de vida a uma clientela infinita. O Estado não tem por fim próprio a manutenção da ordem, a garantia da justiça, ou, se quiserem, a ajuda de certos empreendimentos elevados; seu papel preponderante, e quase exclusivo, é alimentar a maior parte da população à custa dos poucos que trabalham e isto por todos os meios, como seja, as malhas dum funcionalismo inumerável. Quando não são os empregos diretos nas repartições públicas, muitos deles inúteis, são as comissões para os influentes, as pensões, as gratificações sob títulos vários, as obras públicas de toda a casta e milhares de outras propinas. Nessas condições, não é de estranhar que a política preocupe muito os brasileiros, mas é a política que consiste em fazer eleições para ver quem vai acima e ficará em condições de fazer favores." Mais recentemente, observa Gilberto Amado em *À margem da história da República:* "Se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo coletivismo, não sonhado pelos comunistas, pois assenta no tesouro público, veremos que ele tem, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que, tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e os brancos julgar-se-iam desonrados nele ... O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprego público que o novo regime não pôde conjurar, antes acoroçoou, porque, não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos".

Dos partidos monárquicos, disse Oliveira Vianna que eram apenas "clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder". Dos partidos republicanos também se dirá, em termos mais ou menos idênticos, a mesma coisa, conforme acentua Hermes Lima. João Camilo de Oliveira Torres assinalou que a finalidade do Estado é "o bem particular dos amigos do grupo dominante". O tempo passa — o problema permanece. Isso porque a ausência de distinção entre a esfera do interesse privado e a esfera do interesse público constitui um dos traços mais característicos do sistema de autoridade tradicional patrimonialista, vigente em nossa terra.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento, apresentado pelo Ministério do Planejamento, em 1968, fez o seguinte *Diagnóstico da Administração Pública Federal* —

confessando na linguagem ponderada e eufemística que convém a um documento oficial, exatamente a mesma coisa: "Constitui ponto pacífico a observação de que os procedimentos administrativos no âmbito federal estão viciados por erros de muitos anos. Com o aumento das funções do Estado e o crescimento de sua estrutura administrativa, houve a necessidade de criar-se um sistema complexo de órgãos públicos, que passou a funcionar através de um emaranhado de normas jurídicas e técnicas, redundando na desordem estrutural e de funcionamento que, de há muito, vem exigindo corretivo. Com efeito, a baixa produtividade do setor público, sobretudo no que diz respeito à lentidão e à complexidade do funcionamento da máquina burocrática, acarreta profundas repercussões na política de contenção de custos e não se compadece com a aceleração do desenvolvimento... Os fatores da lentidão e do alto custo dos serviços públicos são facilmente identificáveis, entre outras causas, pelo alto grau de centralização do poder de decidir, pelo exagero do formalismo jurídico-burocrático, pela desarticulação dos serviços públicos federais com os serviços estaduais e municipais". Em artigo publicado num livro da AERP, o ministro Hélio Beltrão acentua que "o Brasil nasceu sob o signo do cartório, da ata, do registro e da certidão. Disto decorre uma certa inclinação a só acreditar que uma coisa realmente acontece depois que se transforma em documento escrito. Essa tendência foi exacerbada na administração pública, onde prevalece o princípio oposto ao da presunção da veracidade. Perante a administração pública, suas leis e regulamentos, vigora a estranha presunção de que *uma pessoa está sempre mentindo até prova em contrário*... Essa presunção mórbida conduz ao absurdo de exigir-se do honesto a prova de que não é desonesto; de atropelar-se o contribuinte com exigências fúteis..."

Quase vinte anos se passaram, o diagnóstico é o mesmo mas não houve terapia. O mal parece muito profundo para permitir tratamento. Isso provavelmente porque não interessa nem à burocracia, que ocupa o poder, nem aos intelectuais, que ambicionam ocupar o poder, corrigir o que se passa. O social-estatismo continua a dominar na teoria e na prática. Gilberto Freyre chamou de *intelectuários* os intelectuais de esquerda que pretendem se transformar em funcionários. Como se pode esperar aliás que os políticos, os parlamentares, os altos funcionários, oriundos quase todos da Nova Classe, imunes por outro lado ao imposto de renda, invocando seus privilégios e imunidades antidemocráticos para se Safarem das restrições universais que o Estado impõe — como se pode esperar que esses parlamentares e esses ocupantes dos altos escalões do Executivo sejam os defensores dos empresários privados e dos contribuintes da classe média contra o Estado?

* * *

Na Suíça, existe um único carro oficial, na capital, Berna. É o do Cerimonial do Departamento Político Federal, utilizado unicamente para transportar o Embaixador, na entrega de credenciais, ou o ilustre visitante estrangeiro em cerimônia oficial. Em Brasília, existiriam 2.300 carros de chapa branca, segundo o Ministério da Administração. Seria interessante fazer uma estatística do número total de veículos automóveis existentes em todo o território nacional e de propriedade do Estado em todos os níveis... Quantos? Meio milhão? Um milhão? Vinte mil, pelo menos, com chapa fria.

Tudo realmente se estatiza em nosso país, tudo cai sob o domínio leviatânico do Estado patrimonialista. Havia antigamente três coisas, três coisas únicas que o brasileiro levava a sério, contrariando o famoso julgamento pessimista do general de Gaulle: o futebol, o jogo do bicho e o carnaval. O futebol pouco a pouco se enreda nas malhas oficiais daquilo que deverá um dia transformar-se no Ministério dos Desportes. O jogo do bicho — um trabalho imenso é feito para legalizá-lo ou, por outra, para retirá-lo de um controle pelo ilícito semi-policial para um lícito governamental, depositando-o eventualmente no colo protetor do Estado que dele então retiraria boa renda. Quanto ao carnaval, ouçamos o que nos tem a dizer o engenheiro Sérgio Quintela, membro da Comissão de Estudos Constitucionais, industrial de renome e presidente do PFL do Rio de Janeiro: "... o Estado vem, crescentemente, assumindo o comando e a responsabilidade de coisas que, genuinamente, deviam ser conduzidas no âmbito dos indivíduos. Hoje é difícil dizer se o carnaval é uma festa popular, um evento oficial ou, pior que isto, a mistura das duas coisas, sem que se saiba exatamente onde começa uma e termina a outra. A Escola de Samba é uma pessoa jurídica de direito privado, subvencionada com recursos públicos; e o desfile das escolas é uma promoção organizada e regulamentada pelo Estado, realizada em um próprio estadual, *doublé* de escola pública e local de espetáculo popular. Finalmente, é o Estado (e não o público) que diz qual das escolas (de samba) é a melhor. Na verdade, por força da obstrução dos canais de representação e de um pragmatismo perverso, que perdeu a noção do recato e do direito, o Estado brasileiro estendeu sua soberania aos desejos e costumes dos cidadãos". (No JB de 10-10-85)

O professor Thomas J. Trebat estudou o caso do Estado como empresário numa obra com título *Brazil's State-owned Enterprises* e subtítulo *A case study of the State as entrepreneur* (Cambridge University Press, 1983). O mestre da Universidade de Vanderbilt e da Universidade do Texas em Austin chega a um resultado relativamente otimista sobre a

eficiência das quase 600 empresas públicas que encabeçaram o desenvolvimento econômico do Brasil até seu atual resultado de um PNB de cerca de trezentos bilhões de dólares anuais, o que nos colocaria em sétimo lugar entre as potências do mundo livre. É verdade que as comparações de Trebat se relacionam quase sempre com outros países em desenvolvimento, principalmente da América Latina. É provável, certo, que nossa administração pública seja mais eficiente e menos corrupta que a mexicana, ou a peruana, ou mesmo a argentina. Não é muito pretender! Trebat aceita a tese de que a empresa estatal desempenhou um papel de primeiro plano no esforço para conseguir a emergência do Brasil como nação industrial. Mas o mesmo resultado não teria sido possível pelo recurso à iniciativa privada, nacional e estrangeira, perguntamos nós? A discussão pode ser ociosa, mas o fato é que outros países conseguiram sobrepujar sua situação de subdesenvolvimento, sem recorrer a uma intervenção tão maciça do Estado na economia. Estamos agora mesmo assistindo ao desempenho admirável de países da Ásia Oriental como a Coreia, Taiwan, a Malásia e Singapura, que estão conseguindo esse sucesso pela confiança depositada na empresa privada.

Trebat de qualquer forma condena a defesa ou a crítica do empresariado estatal em bases exclusivamente ideológicas. Chego a concordar com esse ponto de vista pragmático mas me pergunto se o momento realmente não chegou, em nosso país, de reavaliarmos a intervenção do Estado na economia. Tudo indica, aliás, que a uma tal reavaliação já se está procedendo na presidência Sarney, embora fique também certo que as proclamações de amor à iniciativa privada se encontram frequentemente na boca de ideólogos fortemente comprometidos com o socialismo. Até um dirigente do Partido Comunista se abalou a elogiar a iniciativa privada: melhor faria se abandonasse sua sovietofilia... O professor americano opina no sentido de que as elites latino-americanas, ao levar em consideração as grandes desigualdades econômicas e culturais reinantes no continente, temem a empresa privada capitalista como susceptível de agravar tais desigualdades. Em toda parte, como no Brasil, o temor do enriquecimento dos empresários tem tido como consequência o enriquecimento ilícito dos capitalistas de Estado, o que quer dizer, dos burocratas patrimonialistas. Ao ponto de vista de Trebat poderíamos então acrescentar que são essas mesmas elites intelectuais privilegiadas as que vão administrar as empresas estatais e, desse modo, mantêm seus privilégios desiguais. O fato é que, se estivéssemos todos dispostos a aceitar o inevitável agravamento inicial das desigualdades, que acompanha a revolução industrial incipiente, lançaríamos as bases de um bem-estar econômico futuro de que participaria *toda a população.* Trebat, no entanto, não se estende sobre as raízes

psicológicas, culturais, religiosas e históricas da desconfiança em relação às leis do mercado, da ojeriza ao conceito de lucro e do medo quase paranoico a toda concorrência capitalista. O emérito professor conclui no sentido de que terá o Brasil de reformular a sua estratégia econômica se desejar continuar a crescer com sucesso o resto desta centúria. Também parece claro, afirma ele, que de novo a *performance* das companhias públicas terá um papel determinante no desempenho econômico de nosso país.

Um problema frequente na economia estatal brasileira é o incoercível ímpeto de autonomia das autarquias. Essa autonomia seria evidentemente um fator que consideraríamos positivo, se as autarquias competissem livremente no mercado contra outras autarquias, trabalhando no mesmo terreno. Mas tal não é o caso: as empresas estatais são monopolísticas. O governo pode pretender reduzir as despesas de custeio da empresa ou limitar seus lucros em benefício dos usuários industriais — em benefício do povo em suma. A diretoria da empresa resiste a tais intervenções. Pede subsídios maiores ou procura fazer lucros e distribuí-los entre seus diretores e funcionários. Verifica-se nestes últimos anos que a fiscalização das estatais é às vezes deficiente ou reduzidíssima, enquanto a própria empresa autárquica não se sente sujeita aos controles naturais existentes numa empresa capitalista em economia de mercado: os do próprio mercado onde atuam diversos concorrentes. Se a FEPASA, por exemplo, não dá lucro, não vamos imaginar que seus diretores reduzam por isso seus próprios salários, que ponham na rua o excesso de funcionários ociosos ou que declarem falência: o Estado estará sempre lá para ser sugado e mamado e, evidentemente, para sugar e mamar o contribuinte. O resultado dessa curiosa situação é que a tal empresa estatal, feita em última análise para o benefício do consumidor ou do usuário, acaba levando o que há de pior no socialismo e no capitalismo. Do capitalismo, leva o desejo de lucro, sem o corretivo da eficiência pela competição no mercado. Do socialismo, o subemprego, a ociosidade, a ineficiência, sem o benefício do interesse social para o povo.

Alfred Stepan, o conhecido brazilianista já mencionado anteriormente que dirige o Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Colúmbia, em Nova York, investigou as origens do social-estatismo na América Latina em um trabalho sobre o Peru: *The State and Society, Peru in comparative Perspective* (Princeton University Press, 1978). Assevera Stepan, em sua procura das bases filosóficas do papel social do Estado na América Latina, que o corpo de ideias social-estatizantes tem raízes que podem ser atribuídas a Aristóteles, através do direito romano, à concepção medieval de direito natural, e à filosofia social católica contemporânea, formando uma visão "orgânico-estatista"

coerente do papel do Estado na sociedade. Foi essa visão que influenciou as reações daqueles que são responsáveis pelo aparelho decisório *(decision makers)***,** na América Latina, às crises econômicas e sociais. A ideia central da visão orgânica-estatal da sociedade inclui uma ênfase sobre a comunidade política harmoniosa. Esta constituiria "o centro moral da visão orgânico-estatal" e o *conceito de uma "obrigação moral" do Estado de alcançar o Bem Comum.* O tema de Stepan é o mesmo que estudaremos mais adiante sob o signo do "Mal latino". Certamente o social-estatismo brasileiro tem também origens na Escolástica da Igreja Católica e no desejo do clero de, por sua "opção preferencial pelos pobres", manter o domínio que exerce sobre a população modesta. É um caso de *libido dominandi...*

* * *

Monstro antediluviano, foi a burocracia brasileira erguida como instituição patrimonial com seus castelos, cercados de bastiões, fossos e pontes-levadiças. Neles habitam os grandes barões do Estado cartorial, a aristocracia soberba dos "altos funcionários", duques e marqueses poderosos com sua enorme clientela de gordas escriturárias e magricelas serventes famintos que suplementam o salário-mínimo com gorjetas e comissões. Sobrevivem o foro, a enfiteuse e o laudêmio. Sólidos como o Pão de Açúcar, resistem ao sopro de renovação os direitos adquiridos, que são muitos: o direito ao cargo para o qual foi nomeado sem concurso, por ser filho de fulano ou primo de dona Carmen; o direito à promoção por ser amigo de beltrano; o direito à reclassificação, por ser amante de sicrano.

O Brasil ainda não atingiu à Idade da Razão. O brasileiro é o "homem cordial", o "homem erótico", o *homo ludens***,** o homem "amigo" de Bernanos — talvez mesmo o "homem bom" de Cas-siano Ricardo. Mas é também o "homem cartorial", que assim se chama por haver sido, outrora, descrito e classificado pelo professor Cartorius e outros filósofos ès-ciências administrativas contratados pelo ISEB. Algumas figuras exponenciais de nossa hierarquia burocrática merecem um tratamento especial em nossa análise, juntamente com suas idiossincrasias. Temos em primeiro lugar o alto funcionário.

Um de suas principais características é seu ar de importância. O alto funcionário possui sempre, como o descreve Machado de Assis na pessoa do Conselheiro Aires, "o calor do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que é um gosto ouvi-lo e vê-lo"...

Vou contar uma anedota tirada de minha experiência diplomática, para ilustrar comparativamente a importância do alto funcionário brasileiro. Estava eu servindo no Canadá, como jovem segundo secretário de nossa Embaixada em Ottawa, quando certa vez recebemos um telegrama urgente do Itamaraty pedindo empenho em obter informações do Governo do Domínio sobre o embarque de algumas centenas de milhares de toneladas de trigo — antes que o gelo fechasse os portos canadenses. Não sendo especialista em assuntos econômicos e recém-chegado ao país, atrevi-me entretanto a telefonar para o Ministério do Comércio Exterior *(Trade Department),* a fim de obter uma audiência com um qualquer dos diretores de serviço, habilitado a fornecer a informação solicitada, de vital interesse para a alimentação do nosso povo. Com grande surpresa minha, ao invés de ligarem com alguma secretária encarregada dos *appointments,* puseram-me imediatamente em contato, pelo telefone, com o vice-ministro, senhor Bull — um dos funcionários mais graduados da alta administração canadense, uma vez que o *trade* é fundamental para a economia do país. Ainda um pouco atônito, transmiti-lhe os termos da solicitação apreensiva de meu governo. Com a maior simplicidade, Bull me respondeu, fornecendo exatamente os dados de que carecíamos. Assim, meia hora depois de recebido o urgente telegrama do Itamaraty, partia a resposta para o Rio com o completo esclarecimento da situação. Imaginem simplesmente, meus leitores, por contraste, que o secretário da Embaixada de Maracangalha pretenda obter em Brasília (por telefone!), do chefe do gabinete do Ministro da Fazenda, do secretário geral da Seplan ou de algum diretor geral de Carteira do Banco do Brasil, uma informação dessa ordem!

Na burocracia brasileira o que vale é o *status.* O mandarim tem que se dar ares de importância. A Persona é importantíssima! O conceito de manter *a face.* Carro oficial com chapa branca, casa na península ou apartamento funcional na Asa Sul, esposa bem vestida pela moda francesa, casamento com a presença do senhor presidente da República. Reina, sobretudo em assuntos de interesse financeiro, uma atmosfera de solenidade, de mistério: os menores problemas se transformam em enigmas insondáveis. Cria-se uma barreira intransponível, se não existe um mínimo de intimidade pessoal entre os interessados. E os mais simples processos crescem com a complexidade e profundidade da metafísica de Kant, ou de alguma equação da teoria da Relatividade einsteiniana.

O alto funcionário, por outro lado, não gosta muito de tomar decisão que exija longo e frio julgamento, firme resolução, ação radical. A decisão só é alcançada quando a situação se tornou realmente intolerável e não há outra saída, senão "descascar o abacaxi" e "quebrar o galho". Mas se trata então de uma reação passional automática, acompanhada de

muita agitação, debates, às vezes uma confusão generalizada.

A combinação do desejo de se dar ares de importância com a relutância em tomar decisões, em seu próprio nível, tem como consequência a pressão tremenda exercida no sentido de empurrar todos os expedientes para cima, para os ministros de Estado e para o presidente da República. O ministro Passarinho, quando tomou posse no Ministério da Educação, descobriu que nada menos de 77 pessoas despachavam diretamente com o ministro: "Napoleão, que era um gênio, despachava apenas com sete. Mas a diretora do Museu Villa-Lobos também não abria mão de seus direitos: só despachava com o ministro". O ministro também descobriu que devia assinar até os *aceites* para que um material escolar fosse desembarcado no porto. Se não assinasse, a Universidade responderia pelos custos. O que tudo isso quer dizer é que os trâmites que sofre um expediente na máquina burocrática e a sorte que lhe é reservada nos escalões da hierarquia não dependem de sua importância intrínseca, mas são determinados pelo prestígio relativo do funcionário que dele fica encarregado. Se se trata de um *abacaxi,* o expediente é imediatamente expelido. Se não vale para realçar a importância do funcionário, é engavetado. Mas se pode servir para "despacho com o ministro", então é imediatamente aureolado de um conteúdo místico. Em relação à parte, o que vale é o futebol: o burocrata inteligente é aquele que sabe driblar o interessado. Pelé é sempre promovido...

Para defender o *status* dos altos funcionários, a burocracia criou uma série de intermediários, o principal dos quais é o "chefe de gabinete". A função desse é essencialmente a do cão Cérbero: barrar a entrada. Sobretudo aos chatos. Ai daquele que não possa colocar com suficiente ênfase e força de convicção, para penetrar no augusto recinto, a clássica pergunta: "O senhor sabe com quem está falando?"... Uma outra classe de intermediários é o despachante. Trata-se de um prodígio biológico: o parasita dos parasitas. Quando não se pode recorrer a esse espécime burocrático, há que utilizar uma das técnicas especiais de penetração na burocracia. O funcionalismo criou o que já foi chamado "a indústria de dificuldades para vender facilidades". Contra essa indústria, o recurso é o *jeito.* O trêfego e vivo Macunaíma, manhoso e cheio de velhacarias, aparece com seu saco de surpresas que sugerem a saída com uma brilhante sugestão salvadora. Toda a técnica pegajosa e açucarada do Eros é então utilizada para impô-la à situação, sobrepujando o obstáculo. A relação pessoal que se estabelece entre o funcionário e a parte sobrepõe-se ao dispositivo legal ou à inércia burocrática. Eros vence *Anankê,* a necessidade. É o jeitinho...

O húngaro Peter Kellemen, em seu divertido livrinho *Brasil para principiantes,* conta-nos a sua primeira experiência com autoridades brasileiras e com a nossa noção

peculiar da santidade da lei. Passou-se o episódio quando foi obter um visto no Consulado do Brasil, para entrar em nosso país. O Cônsul logo aconselhou-o a fazer uma declaração falsa — que era "agrônomo", ao invés de médico, como de verdade. Isso era uma maneira de "dar um jeito... e facilitar o contorno das leis de imigração, pouco favoráveis aos médicos. Conclui nosso autor (que acabou aprendendo a lição bem demais!) o brasileiro "é um povo onde as leis são reinterpretadas; onde regulamentos e instruções do governo já são decretadas com um cálculo prévio da percentagem em que são cumpridos; onde o povo é um grande filtro das leis e os funcionários, pequenos ou poderosos, criam sua própria jurisprudência. Ainda que esta jurisprudência não coincida com as leis originais, conta com a aprovação geral, se é ditada pelo bom senso".

A massa passiva do funcionalismo, que se poderia chamar o tecido adiposo formado de glicerina e ácido graxo de nosso Dinossauro, é a Maria Candelária. Constitui a classe média visceral da burocracia. Sentada o dia inteiro, notável pela sua esteatopigia, conversa ela com as colegas sobre as peripécias da última novela de rádio e as fofocas da repartição — enquanto se estende a fila do público desesperado pelos corredores da repartição e até o portão do Ministério.

Abaixo de todos, na escala hierárquica, temos a figura melancólica do contínuo. Sua missão é difícil de definir em qualquer sociedade que acredite em desenvolvimento e eficiência. Ele simplesmente existe. É expressão do subemprego generalizado com que o social-estatismo caritativo procura liquidar com esse horroroso crime do capitalismo que é a concorrência e o desemprego. O contínuo aparece num corredor ou numa portaria, ao lado de um gabinete, geralmente sentado com um olhar vago de indiferença. Às vezes fica de pé, respeitosamente, quando passa um alto funcionário. Abre-lhe a porta. Carrega papéis e mensagens de um lado para o outro. Tem o importante encargo de fazer café, levar a aposta da loteria esportiva, comprar cigarros e, ocasionalmente, o de receber propinas para desencravar processos perdidos em alguma gaveta ou obter assinaturas do chefe. Em troca, pede emprego para o filho...

Eis as personagens principais da repartição pública. E o ambiente? Sem dúvida é o Brasil muito grande. Faz muito calor. E Deus é brasileiro! O suor corre pelas costas e pela testa, pingando em cima dos maços e dos processos. Lá longe está a praia. Que delícia! Não se pode combater a tentação do Paraíso tropical com excessiva autoridade fascista, egoísmo capitalista e puritanismo calvinista. Há que recomendar tolerância, facilidades, boa vontade... Já em carta datada de 1558 e dirigida a el-Rei D. Sebastião, escrevia Mem de Sá: "Esta terra não se deve nem se pode regular pelas leis e estilos do Reino. Se Vossa Alteza

não for muito fácil de perdoar, não terá gente no Brasil"... não se pode de fato exigir o cumprimento da lei, a ordem no serviço, a presteza do despacho, a pontualidade no horário, a cortesia na janelinha, o método no trabalho, a responsabilidade na decisão — com a praia ou a piscina tão perto, as sereias seminuas tão atraentes, as ondas tão refrescantes. Aparece logo, dentro de nós mesmos, um fantasminha maroto, evocado como um ectoplasma pela mediunidade da Maria Candelária, que gritará como o fez Macunaíma logo ao nascer: "Ai, que preguiça! Diabo que leve quem trabalha"...

Desde muito cedo foi o governo do Brasil bom-moço e complacente, na terra abençoada do "homem bom". Há que perdoar o crime, abafar o escândalo, fechar os olhos perante a irresponsabilidade, esquecer o deslize, readmitir os demitidos, anistiar os terroristas, deixar aberto o ponto, não perturbar o boçal nem sacudir o indolente. Não se deve punir, aposentar, demitir, pois isso é antipático, impopular. Mais vale nomear, promover, conceder férias e licenças, aumentar os vencimentos e outorgar novas gratificações: é mais simpático, gera popularidade e atrai o voto. O homem cordial anseia pela popularidade e exala simpatia. O melhor que há a fazer na repartição é esperar pacientemente em ótimo bate-papo. Se o serviço público é composto de 50% pelo menos de funcionários que não fazem absolutamente nada, a não ser obter seu sustento mensal da prodigalidade de um Tesouro inflacionário e da tolerância de uma administração munificente — não nos devemos preocupar porque Deus é brasileiro e vai resolver todos os problemas!

* * *

Para ilustrar os problemas da burocracia em nossa terra, me permito, com a devida vênia dos leitores condescendentes, relembrar um dos períodos mais lamentáveis de minha carreira burocrática, que consistiu na passagem de pouco mais de dois anos pelo Ministério da Educação e Cultura (1971-73). Qualquer pessoa que tenha transitado pelo serviço público terá sofrido experiências semelhantes ou piores. Meu relato visa apenas instruir as verdadeiras circunstâncias amiúde enfrentadas numa repartição que, seja dito a bem da verdade, é uma das mais mediocremente organizadas da administração federal. Comecei minhas atividades no MEC ostentando o título de presidente da Comissão de Relações Internacionais. Era missão da mesma Comissão assegurar os contatos com a UNESCO e outros organismos internacionais: hoje em dia quase todos os ministérios, em Brasília, possuem órgãos paralelos, frequentemente ocupados por diplomatas e destinados a atender

ao relacionamento com o exterior no âmbito de sua competência. O meu trabalho na comissão revelou-se frustrante: o órgão colegiado não possuía membros, eu não dispunha nem mesmo de datilografa, não existia arquivo e o poderoso e confuciano secretário geral do Ministério, cioso de suas prerrogativas (ou ciumento), organizou a sua própria seção de relações internacionais, esvaziando a Comissão e prescindindo de fornecer os dados técnicos essenciais ao desempenho de minhas funções. Desisti do trabalho, ou melhor da sinecura, e fui nomeado diretor geral da Embrafilme. Nessa estatal me demorei três meses. Ali, deparei-me com uma situação insólita. Sem conseguir nomear um diretor executivo, enfrentei sozinho o diretor administrativo. Foi criado um impasse. A Embrafilme financiara pornochanchadas do tipo "Assim nem a cama aguenta", muito embora fosse um órgão de um Ministério dito de Educação e Cultura, repito *Educação* e *Cultura*. A Censura proibia a exibição dos filmes. Em outras palavras, um órgão do Estado financiava uma produção que outro órgão do Estado arruinava. Outros filmes patrocinados pela estatal eram de qualidade tão sórdida que os exibidores se recusavam a comprá-los. Resultado, os malfadados produtores, que haviam obtido crédito para a execução de suas obras imundas, não podiam comercializá-las e desse modo não estavam habilitados a pagar as promissórias devidas à Embrafilme. Nesse ponto crucial intervinha o diretor administrativo. Através do gerente financeiro da empresa, de quem era sócio e que também participava da firma de advocacia encarregada de levar a juízo o protesto das letras, esses respeitáveis funcionários pretendiam locupletar-se com polpudas comissões em todos os casos de execução judicial dos produtores inadimplentes. Em matéria de estupidez e safadeza burocráticas, poucos exemplos semelhantes conheço: apesar da sujeira em que havia sido obrigado a pisar ao longo de minha própria carreira, não estava preparado para assistir silencioso a esse tipo de transação e preferi afastar-me da empresa. Graças a Deus, pois assim não cheguei a enfrentar o pior, que eram os próprios parasitas do Estado, a classe dedicada à elaboração de filmes do mais baixo calibre moral e artístico. Exerci então outros afazeres sem grande significação. Mas, finalmente, deprimido, escarmentado e revoltado contra mim mesmo por me haver envolvido, voluntariamente e em momento de inspiração aberrante, com esse monstrengo do serviço público que é o Ministério da Educação, retornei ao Itamaraty.

A gota d'água foi um incidente provocado indiretamente por um personagem duplamente ligado ao MEC e ao Ministério das Relações Exteriores. Tratava-se de um cavalheiro, um verdadeiro gênio da bajulação e da picaretagem, italiano de origem e carregando o título de "ministro para assuntos econômicos" do Itamaraty, embora nada entendesse de economia. Também possuidor de alguns conhecimentos jurídicos, primários

aliás, era na época diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Terminaria a vida como Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, um cargo que foi outrora preenchido por sumidades como Clóvis Beviláqua, Levy Carneiro, Hildebrando Accioly e Haroldo Valladão. Ao morrer, a família promoveu-o a "Embaixador", com cujas honras foi enterrado...

Naquela ocasião, estava eu tentando obter, no Rio de Janeiro, o meu diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais por terminação de curso em 1939 — diploma que havia descurado de retirar em época oportuna, em virtude de não me ser útil na carreira diplomática. O documento se me tornava agora imprescindível para o exercício de atividade docente na Universidade de Brasília, conforme projeto que acariciava. Durante mais de três meses meu procurador no Rio tentou, inutilmente, obter o tal diploma na Faculdade de Direito. A indústria de dificuldades para vender facilidades funcionava, porém, a pleno rendimento: me exigiam provas infinitas de quitação com o serviço militar, de terminação de curso secundário, além de levantarem toda espécie de objeções oriundas de pequenas discrepâncias na grafia de meu nome no curso primário. Pensei comigo mesmo: se eu, embaixador, assessor do próprio Ministro da Educação, funcionário público então com mais de trinta anos de serviço, encontrava tamanhos obstáculos e chicanas para arrancar o documento da Faculdade, o que não deveria ser então a *via crucis* de um pobre estudante sem pistolão que tivesse terminado o curso e desejasse, com urgência, exercer a sua profissão na advocacia! Naquele momento exato, a imprensa anunciou um escândalo de derrame de diplomas falsos da mesma faculdade. Indignado, reclamei do Ministro e escrevi uma carta ao *Jornal do Brasil,* que foi publicada. Para terminar a conversa: o Ministro julgou nossa convivência impossível. Retirei-me, aliviado, e fui removido para a Embaixada na Noruega onde encontraria um clima mais frio, porém mais honesto...

Quero terminar este pequeno interlúdio memoroso sobre experiências pessoais com o Dinossauro, relatando o caso estupendo de um outro parasita e charlatão do serviço público que exemplifica às escancaras o baixo nível moral, comumente vigorante no funcionalismo brasileiro. Esse cavalheiro exerceu durante anos a função de "adido comercial" em Paris. Era regiamente pago em dólares, numa quantia apenas pouco inferior à do embaixador de quem dependia. Na realidade, seu sucesso em manter-se na Cidade Luz, sólido como a Torre Eiffel, se devia unicamente ao exercício pouco recomendável da profissão de *caften.* Arranjava mulheres (e que mulheres!) para todos os magnatas da burocracia botocuda que frequentavam Pigalle, Montmartre ou o Quartier Latin. Diziam que seu principal protetor era o então vice-presidente da República... O personagem,

segundo corria, nem era mesmo brasileiro: nascera no sul da Itália, ou na Apúlia mais precisamente. Um legítimo Cagliostro (Cagliostro, o mais famoso de todos os picaretas do século XVIII, que conseguiu até mesmo ludibriar a Goethe). Certa vez, esse charlatão dos pobres mostrou-me com orgulho, por ocasião do Natal, o resultado de sua "esfalfante" atividade em benefício da "eficiente promoção comercial brasileira em França": era uma sala da Chancelaria no boulevard Montaigne, apinhada de lindos pacotes, bem embrulhados com cordão verde-amarelo. Caixas de *marrons-glacés* que se destinavam a todos os seus protetores brasileiros — políticos, deputados, generais, ministros, jornalistas, empresários, membros da Academia Brasileira de Letras, toda aquela vasta e poderosa clientela graças à qual mantinha, ano após ano, a sua permanência em Paris como *Maquereau,* ou alcoviteiro de alto coturno.

Estou certo de que tipos dessa ordem existem e experiências como a minha ocorrem em todas as partes do mundo. O burocrata espertalhão é figura familiar em qualquer lugar ou nação. O que é peculiar à vida política e administrativa brasileira é a frequência singular do aparecimento de finórios desse tipo que, graças às suas técnicas sicofânticas imensamente refinadas de cordialidade e prestação de serviços pessoais, conseguem galgar os mais altos escalões da hierarquia do Estado.

* * *

Há mais de 50 anos (1931), o conde Hermann von Keyserling visitou-nos no decurso de uma viagem "filosófica" à América do Sul, no gênero das que costumava realizar. Dessa visita surgiu a obra *Meditações sul-americanas.* O livro é imperdoavelmente esquecido e até hoje não foi publicado em português. Keyserling quase desaparece, injustamente, do rol dos grandes pensadores do século. É curioso notar, entretanto, que algumas das observações que fez sobre nosso país ainda são absolutamente válidas e constituem, em certos casos, algo do que de mais profundo se tem dito sobre nossa cultura em gestação e sobre nosso "caráter nacional". Tais observações às vezes coincidem de modo admirável com as do *Retrato do Brasil,* de Paulo Prado (1928), e *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Hollanda (1936) — o que me leva a crer que tenha apreciado longas conversas com aqueles estudiosos de nossa psicologia coletiva, quando Keyserling passou por São Paulo. Aqueles autores eram então jovens e já brilhantes. Provavelmente, foi de tais tertúlias que explodiram algumas das intuições presentes nos três livros mencionados.

Há um ponto que merece nosso especial interesse. Keyserling, que era de nobreza

bálta, alemão de sangue e cultura, mas russo ao nascer, faz a certa altura a observação de que o Estado brasileiro muito lhe parecia assemelhar-se ao Estado russo. "O aparelho do Estado é um organismo à parte", escreve ele. "O alto funcionário brasileiro se parece como um irmão ao da Rússia tzarista. Mas o Brasil se revela perfeito e seguro naquilo mesmo em que a Rússia era imperfeita e vulnerável; e de tal modo que, poucos dias depois de minha chegada ao Brasil, já me podia dizer que se a Rússia houvesse sido governada como o Brasil, o povo jamais teria feito a revolução." O paralelo traçado por Keyserling é de alta pertinência. Em ambos os países, de grande extensão territorial, baixa densidade demográfica e grau acentuado de subdesenvolvimento, o Estado desempenhava um papel de vanguarda, como desempenha até hoje, ainda que sempre ineficiente, no esforço pela industrialização e progresso material. Uma diferença profunda, contudo, distingue esses dois monstros antediluvianos, esses dois Leviatãs grosseiros e açambarcadores. "No Brasil, mais do que em qualquer outro lugar", escreve Keyserling, "segue a arte de governar caminhos semelhantes aos da diplomacia da fêmea, a qual tudo refere ao primordial, e tal é precisamente a razão de seus êxitos." O filósofo alemão fala do Brasil em termos de *Delicadeza.* Com essa palavra portuguesa como título do capítulo em que mais se demora no Brasil, ele acentua que, ao contrário do Estado russo — useiro e vezeiro no uso do *knut,* do *ukase* e da Sibéria para a reeducação dos recalcitrantes —, o Estado brasileiro era todo suavidade, discrição e delicadeza na imposição de sua autoridade. Naquilo em que a Rússia se mostrava brutal, reina no Brasil a consideração mais refinada, e tudo que poderia alimentar algum descontentamento é encoberto de maneira a torná-lo invisível. Essa última observação me lembra o admirável sistema chocante, que adotamos para a eliminação dos criminosos: em vez da pena capital, a execução sumária pelos esquadrões da morte na calada da noite... Keyserling observa ainda, divertido, que se um dia o comunismo tomar conta do Brasil, as autoridades ficarão com pena dos burgueses capitalistas e terão a delicadeza de lhes restituir as casas e usinas desapropriadas ou, pelo menos, arranjar-lhes emprego na nova Nomenklatura...

Todos nós concordamos sobre o paternalismo absorvente que se mantém como um dos traços mais salientes de nossa política, através das peripécias históricas — Revolução "liberal" de 1930, "Estado Novo", "Nova República" de 1945, "Revolução" de 1964 e "Nova República" de 1985. O patrimonialismo paternalista implica o filhotismo, o nepotismo, o compadrio, a parentela, o clientelismo, o empreguismo, o "fisiologismo" e tantas outras expressões que designam formas diversas do mesmo fenômeno fundamental. Em poucas palavras: a confusão entre o público e o privado. A situação em que, quem não

tem pai-padrinho-patrão-patrono não tem vez... O paternalismo do Estado brasileiro deveria, na realidade, ser designado como *maternalismo.* O nosso Dinossauro é do sexo feminino... É a "mamãezada", essa admirável expressão nordestina que designa, precisamente, a falta de moralidade no serviço público, mas segundo o julgamento de um crítico que já evoluiu suficientemente para uma concepção ética do império da lei numa *Herrschaft* weberiana de tipo racional-legal.

Estive lendo sobre os 2.200 funcionários da Câmara Municipal de Niterói — mais do que os que servem ao Itamaraty em Brasília. Sobre os salários de 78 mil cruzados das datilógrafas da câmara de São Paulo. Sobre a Gaiola de Ouro do Rio. Sobre as mordomias mais escandalosas e os trens da alegria do Congresso Nacional. Sobre os abusos dos empregos remunerados em dólar no exterior. Na verdade, o Estado brasileiro às vezes se apresenta como uma ama de leite, um vasto asilo de desamparados, um ogro filantrópico, um gigantesco instituto de previdência social, cuja única função é proporcionar alimento para seus filhotinhos... a serem pagos pela máquina inflacionária. Estamos no estágio que foi atingido em fins do século XVIII pelos principais países avançados europeus — no momento em que se tornavam modernos. Duzentos anos de atraso!

12
EMPREGUISMO E A MAMÃEZADA

O Dinossauro seria composto, segundo se pode imaginar, de algo como sete ou oito milhões de cidadãos — 511.000 estatutários na administração direta, um número indeterminado de contratados em regime de CLT, e 1.300.000 nas empresas públicas e autarquias. Acrescente-se quatro milhões de servidores nos Estados da federação. E quantos milhões nos quase cinco mil municípios do país? E mais os professores das escolas públicas e universidades federais e estaduais, os membros das Forças Armadas (quase meio milhão) e os contingentes das forças policiais, subordinadas aos estados e aos municípios. A burocracia brasileira não se conhece a si própria. Como escreve Benedicto Ferri de Barros (artigos em *O Estado de S.Paulo,* 1986), uma pesada conspiração do silêncio cerca o assunto, como na *omertà* da Máfia siciliana. Foi necessário um recenseamento levado a efeito pelo DASP em 1965, por iniciativa do então ministro Roberto Campos, para que o Estado pela primeira vez pudesse descobrir o número aproximado de seus próprios dependentes. Lembro-me, na época, de haver preenchido uma espécie de formulário de recenseamento. Hoje, voltou a situação ao mesmo estado de profundo mistério, após as centenas de milhares de nomeações feitas a nível federal, estadual e municipal, ao apagarem-se as luzes do regime de 64 e ao se inaugurar, estrepitosamente, a Nova República velha. Os Dinossauros eram também fisiologicamente mal-organizados: atacados na cauda, não reagiam porque a excitação nervosa custava a chegar ao cérebro. Ou não chegava.

Um outro titular do Planejamento declarou ser uma terça parte dos nossos "funcionários", da administração direta e indireta, ociosa — o que quer dizer, são "funcionários que não têm função"... Após o recenseamento foi o IBGE encarregado de fazer uma lista dos cargos públicos, a fim de rever os programas de codificação organizadas. Foram encontrados títulos dos mais variados — provando que o Dinossauro não é, afinal de contas, tão totalmente desprovido de imaginação. Eis alguns exemplos, escolhidos a esmo, conforme a lista publicada num diário carioca: abastecedor, adjunto de vara, adutor de líquidos, aerologista balístico, ajudante de capista, alisador de sola de sapatos, bandolista, bolseiro, balizeiro, brochurista, cacique, carapina, cartagista, chamador,

chateiro, colante, compensador, auxiliar de agulhas, compressionista, compressorista, desodorizador, desossador, divisor e dublador, emendador, encarregado de equiparação de braças, engajador de café, enxugador, especialista de fogão, escavadorista, fiscal-furador, frisador de calçados, gaspeador, geo-mar, hialotécnico, instrutor de freios, lador e ladorista, logopedago, mandador (deve ser a mais alta função executiva!...), marroeiro, operador de cultura ostoptista, patrulheiro, patrolista, pedólogo, penteador, premanchador, prefermentador, professor de tecnologia de anzóis, rondante, rondeiro e tupieiro, zelador (farta coleção) e zelante, que também é zelador... O "condutor de veículo vertical" é obviamente um ascensorista, mas que "condução" executa? E o que será um "modelo vivo", como funções burocráticas? As funções são às vezes obscuras. Às vezes grotescas. Às vezes óbvias. No regulamento de uma universidade brasileira, há um dispositivo que declara, textualmente: "A função do porteiro é: a) abrir e fechar portas"...

A tradição de ociosidade é antiga em nosso serviço público. O ministro Aluízio Alves, da Administração, informou por exemplo que existem pessoas que têm uma carga horária de 6 horas de trabalho e faturam outras 10 horas extras. Tem gente que parece nem dormir de tanta hora extra que ganha do governo. Outro problema é a indústria das diárias corridas. O malandro ganha trinta diárias de viagem num mês sem deixar sua sala de trabalho e sem que haja qualquer outra evidência de que viajou um dia sequer. Os desníveis salariais são também curiosíssimos: por lei, há 35 níveis de salários para cargos médios e 25 para os superiores. Entretanto, através de decretos, portarias, instruções normativas e despachos, existe hoje um total de 344 níveis salariais diferentes. Há, neste mundo de faixas, coisas ridículas como a diferença de apenas um cruzado entre um nível salarial e outro. Um funcionário luta dois anos para subir e, quando vai verificar o que pode haver ganho com a promoção, descobre que ela lhe valeu um cruzado a mais por mês... O ilustre titular da pasta de Administração esclarece ainda que "há casos de pessoas que, valendo-se de artifícios legais, chegam a receber por nove funções diferentes. Assim, um funcionário aposentado ou da reserva das Forças Armadas pode ter emprego numa tabela especial, ser contratado como especialista por alguma outra repartição, assinar outro contrato com uma fundação de assistência técnica, além de lhe ser permitido fazer parte de até cinco conselhos ligados aos serviços públicos. Todos com *jeton*... Enfim, nove fontes de pagamento — e "há milhares de pessoas em situação parecida com a que descrevi", conclui o ministro Aluízio Alves. Acrescente-se que acumulação de cargos é ilegal...

Existem 20.500 repartições federais (e um número indeterminado mas certamente considerável de repartições estaduais e municipais). Das federais, segundo a SEPLAN, 282

funcionam na área da Indústria e Comércio, 339 na área de Educação, 554 atuando em assuntos de Saúde e 383 recolhendo impostos e trabalhando no sentido de tributar cada vez mais pesadamente "o sofrido povo brasileiro". Em 1987, o Estado brasileiro nem mesmo sabe quantos órgãos, empresas e imóveis possui e administra. Atualmente, ouve-se constantemente pela imprensa que repartições públicas "descobrem" imóveis e patrimônio de sua propriedade, cuja extensão desconheciam. As estatísticas são escassas. Mas essa ignorância sobre si mesmo constitui na verdade uma das características mais aberrantes do Dinossauro.

Mais uma vez, como em décadas anteriores, se fala em ociosos, e em Reforma Administrativa e na necessidade de transferências ou remanejamentos do pessoal "descartável". Pela nonagésima vez se proíbe a contratação de novos funcionários. Pela duocentésima vez se promete moralizar o serviço público. Nunca se fala, contudo, na necessidade mais lógica, justa, democrática, pragmática, cívica e patriótica de simplesmente *demitir* os ociosos... No mês de outubro de 1985, o senhor ministro da Administração, Aluízio Alves, declarou que não teme resistências à extinção ou fusão de repartições ou órgãos da Administração Direta ou Indireta, quando entrar em vigor a nova Lei Orgânica da Administração (mais uma!). Enquanto falava e prometia, anunciava-se que um relatório confidencial ao presidente da República denunciava que a máquina administrativa, em geral, não tem funcionado, a não ser no interesse político dos ocupantes dos cargos. O presidente da República teria "ficado irritado", conforme anunciou a imprensa. Entrementes, alguns outros membros da família do senhor presidente da República foram nomeados para cargos públicos. A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) liberou, em fins de 1985, Cr$350 bilhões para o Ministério da Justiça aplicar na construção de presídios e até hoje não foram concluídos sequer os projetos. A criminalidade continua a atormentar as grandes cidades brasileiras e um número considerável de criminosos é composto de foragidos de delegacias e presídios. De qualquer forma, os orçamentos sempre aumentam: é o que Oliveira Vianna, com sua sabedoria, chamava de "burocratismo orçamentívoro"...

O dr. Roberto Gusmão corajosamento afirmou: "É preciso desmontar por completo a máquina estatal e acabar com o ar de arrogância dos tecnocratas que, *ao invés de serem passageiros do Estado, funcionam como se dele fossem proprietários"...*Pouco tempo depois de afirmar esses sábios princípios, o dr. Roberto Gusmão foi demitido de suas funções. É que o ex-ministro da Indústria e Comércio fora taxativo a respeito do escândalo do IBC, ocorrido em fevereiro de 1985: "Eu pedi a extinção do órgão porque comprovei, através de uma auditoria, que aquilo é uma fonte de corrupção e negociatas". Aliás, há

décadas o IBC, que dispunha de 4.600 funcionários, tem sido periodicamente acusado de deslizes mais ou menos graves, em prejuízo para a economia nacional, num setor chave da produção — um setor que era outrora a principal fonte de divisas do país. Mas o IBC conseguiu o prodígio de assegurar à Colômbia, em 1985, o primeiro lugar na exportação de café, perdendo assim o Brasil uma posição que detinha há mais de cem anos: é a Lei de Parkinson — quanto mais funcionários, maior corrupção e menor eficiência... Lembro-me que, por volta do ano 1953/54, uma alta repentina do café nos EUA teria sido aproveitada por pessoas intimamente ligadas ao então ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, para a realização de lucros de milhões de dólares. A existência de um tal órgão, numa atividade que deveria depender exclusivamente dos produtores privados de café, é uma das mais inomináveis aberrações da administração brasileira. A redução do funcionalismo de 4.600 para 400 revela a magnitude do escândalo.

Evidentemente, há sempre um esforço de governantes, uma pequena minoria de governantes, com o intuito de enfrentar o apetite pantagruélico do Dinossauro. O esforço se dirige no sentido de coibir o crescimento do número de repartições e funcionários. Mas em vão! Assim, por exemplo, o INCRA dispõe de 10.600 funcionários mas nenhum deles percebeu o erro quando o governo desapropriou a cidade de Londrina para efeitos de reforma agrária: o então ministro da Reforma Agrária era apoiado pela CNBB e pelo arcebispo de São Paulo... Na COBAL há 8.000 funcionários, pelo menos o dobro ou o triplo do que se necessita. Noenio Spínola chama a COBAL de Frankenstein *(Jornal do Brasil,* 6-3-86). Nove secretárias servem ao presidente da empresa.. A organização, criada para servir à gente pobre da periferia das grandes aglomerações urbanas, deslocou-se para os centros, concorrendo com os supermercados. Escreve Noenio Spínola, conhecido jornalista especializado em temas econômicos: "Mares de hipocrisia, rios de aplausos ao Governo e toneladas de humor ingênuo ainda correrão na vida nacional até que o brasileiro desperte para o convívio com os monstrinhos que uma herança estatizante criou, e que aposta no apetite por cargos e privilégios dos políticos da velha e da nova guarda. Somos todos humanos. Bem examinados, no fundo da consciência e dos desejos de cada um talvez exista também o sonho remoto de, quem sabe, um dia, pendurar-se em um emprego público. Pode ser tão confortável..."

O Brasil é, em suma, o país que gerou uma das burocracias mais caras, mais pesadas e mais preguiçosas que existem sobre a superfície do planeta. Enfim, ninguém segura este país! Segundo o venerável professor Eugênio Gudin, que por sua experiência e inteligência se tornou um dos homens mais sábios do país, as despesas de consumo do

governo atingiam a perto de 15% do PNB em 1968. Só no orçamento federal calculado para 1986, os gastos de pessoal foram estimados em uma quantia que, ao câmbio da data, equivaleria a doze bilhões de dólares, 5% do PNB do país. A cifra não parece alta porque certamente ilusória. É de qualquer maneira superior ao PNB de cinco países da América do Sul: Bolívia, Paraguai, Equador, Guiana e Suriname. A inflação torna difícil um cálculo exato das despesas de custeio do pessoal na administração direta federal. Mais difícil ainda seria calcular as despesas totais com o pessoal da União, estados, municípios e autarquias, que seriam estimadas em mais de 40% do PNB!

Em 1985, os gastos federais foram calculados em 42 trilhões. A cifra implica um salário médio anual da ordem de seis a sete mil dólares por funcionário, ou seja o triplo da renda *per capita* média do brasileiro. Entretanto, teríamos de acrescentar aos gastos de pessoal confessados um número enorme de mordomias, benefícios, auxílios e outras vantagens que não aparecem tão claramente nos orçamentos. Creio de qualquer forma que, *se concentração de renda está ocorrendo em nosso país, é uma concentração de renda nas mãos da burocracia estatal.* Enquanto "o povo está ficando cada vez mais pobre", quem está ficando cada vez mais rico é o Dinossauro! É ele que está engordando. O ente antediluviano é um daqueles monstros grotescos da era terciária, de tamanho colossal, carapaça invulnerável, completa insensibilidade, estômago de jiboia e cérebro de galinha. O dinossauro, grande sáurio artrítico, lento, esclerosado, obsoleto, "emperrado" e que deverá desaparecer um dia para que a evolução (ou a Revolução ou o Desenvolvimento) possam continuar em seu ritmo, afastando darwinicamente o menos competente na luta pela vida. Na cabeça desse Dinossauro reina, soberana, a verdadeira classe dita "exploradora", "dominante" e "opressora": a classe burocrática patrimonialista, ideologicamente legitimada pelos intelectuais da esquerda festiva nacional-socialista.

* * *

A seguir vamos tecer comentários em torno de excessos, privilégios abusivos, escândalos e manifestações extravagantes de inépcia que, nestes últimos anos, têm sido denunciados pela imprensa e no Parlamento, sem qualquer resultado prático. Poderíamos registrar vários tipos de abusos, tão comuns que hoje quase ninguém a eles presta atenção. São, porém, escandalosos e comprometem a reputação do Dinossauro — animal que é totalmente insensível a qualquer compunção moral. Alguns exemplos:

As autarquias e outras empresas estatais não escondem o hábito de gastar fortunas

com propaganda. Para quê? Não são empresas competitivas. Com quem concorrem, porventura, a Petrobrás ou os Correios e Telégrafos? Tal tipo de despesa com reclame ou protesto contra ameaça ao monopólio podem servir para influenciar órgãos da imprensa e redes de televisão em favor do governo e, nesse sentido, constitui uma violação indireta do princípio da liberdade de expressão e do princípio de igualdade perante a lei. Ao retirar ou fornecer páginas de anúncio de um grande jornal, o governo (federal ou estadual), através de uma estatal, pode exercer pressão para modificar a linha política de um órgão de opinião. O método é mais sutil do que aquele que utiliza o governo mexicano, o qual controla a seu bel-prazer o fornecimento de papel de imprensa. Recentemente, temos visto o BANERJ despender fortunas em propaganda da campanha presidencial do latifundiário (vulgarmente conhecido pela alcunha que lhe concedeu El Comandante Fidel Castro, "el ratón") que governou o estado do Rio de Janeiro. Muitos outros governos de estado fazem propaganda eleitoral de seus chefes através de reportagens pagas nos *media.* Revelou-se mesmo que governadores e outros administradores pagam jornalistas com dinheiro retirado dos cofres públicos para cobrirem com simpatia suas atividades. Os trens da alegria do Congresso e do Executivo são familiarmente utilizado para corromper jornalistas e locutores de TV. Os comboios recolhem os mais diversos tipos de passageiros, para viagens de que sairão os políticos beneficiados. O Itamaraty, nesse particular, se especializa nas viagens ao exterior, sempre muito procuradas. O Congresso tem sido particularmente notório no uso dessa espécie de corrupção que, pelo assalto ao erário, prejudica o princípio da imprensa livre e independente. A *omertà* que protege o Estado burocrático patrimonialista é, em parte, assegurada por esse sistema.

O principal problema, entretanto, é o do empreguismo.

O empreguismo no serviço público é reconhecidamente uma das pragas do Brasil. Ninguém, porém, parece haver ainda avaliado o papel que desempenha no nosso subdesenvolvimento, na persistência da pobreza, na inflação e no fenômeno de concentração de renda. Quero dar alguns exemplos para ilustrar o assunto. Como no mundo totalitário e fantástico de George Orwell, *Mil novecentos e oitenta e quatro* — onde o Ministério da Guerra se chama Minipaz; o da Polícia Secreta, Ministério do Amor; o da Propaganda, Ministério da Verdade; e o da Economia, Ministério da Abundância — no Brasil foi o Ministério do Trabalho da época dos pelegos aquele que mais incentivou o ócio. A administração empossada em 1964 teria ali encontrado 123.273 funcionários! Para os ministros do Trabalho foi feito hercúleo, semelhante à limpeza das estrebarias do rei Áugeas, resolver esse problema... Mas no Tribunal do Trabalho em Brasília prosperam

cerca de 1.500 funcionários, grande parte dos quais nada faz. Imaginem o que seria se o Tribunal, em vez de ser do Trabalho, fosse do ócio!

Numa estimativa modesta, a soma que os chamados ociosos do serviço público consomem nos orçamentos federal, estaduais e municipais é superior às remessas de lucro das companhias estrangeiras, o que constituía, outrora, uma perene reclamação dos nacionalistas xenófobos. Ela se aproxima, estou certo, do total do serviço da dívida externa. Na primeira edição deste ensaio, em 1972*, fiz uma asseveração que acredito ser ainda verdadeira. Era a seguinte: essa soma é equivalente ou superior à média anual que temos recebido, a título de ajuda, por parte dos Estados Unidos e das agências internacionais. É também superior à chamada "deterioração das relações de troca" de nossos produtos primários de exportação — uma de nossas grandes queixas diplomáticas e postulado de política externa. É uma soma que teria sido suficiente para desencadear o tão esperado processo do desenvolvimento nacional, o nosso take off...

Arnold Toynbee referiu-se certa vez ao Brasil, em seu monumental *Estudo da História,* para mencionar que, ao receberem o nosso país e a China o "dom da eficiência", poderão transformar-se em grandes potências. Não sei se a China de Deng Xiaoping já foi visitada por esse carisma. O fato é que se converteu num fator de importância no palco da vida internacional. Será que também precisamos de uma revolução tão brutal quanto a chinesa para metamorfosear a nossa burocracia em uma administração eficiente, capacitada para o desenvolvimento? O problema tem que ser colocado, pois é devido a uma administração ineficiente e egoísta que morrem cada ano perto de 400.000 crianças, padecendo vinte milhões de sertanejos de endemias rurais e permanecendo nas trevas do analfabetismo 20 milhões de adultos. Que fazer? Despedir quatrocentos ou quinhentos mil ociosos, deixando na miséria mais de um milhão de dependentes? O fato é que, como demonstra M. H. Simonsen, "um funcionário ocioso que recebe o equivalente de 2.500 dólares anuais impede que a economia poupe o necessário à criação de um emprego por ano. Dez anos de ociosidade são dez empregos que deixaram de ser gerados". Esse cálculo deveria sensibilizar os que "têm pena" dos ociosos ou que "toleram o empreguismo como uma fórmula de apaziguamento da oferta da mão-de-obra num país sujeito à explosão demográfica"...

* * *

Na Petrobrás existe uma quantidade de funcionários familiarmente denomidos

---

* Em ***Psicologia do subdesenvolvimento,*** APEC, 1972.

petronautas, porque andam pelo espaço. Na Eletrobrás, uma Resolução de fins de 1985 (n° 679) criou o cargo curioso de "assessor remunerado provisório", resolução que seria uma maneira de remunerar funcionários sem função. Como sempre, o horror, o inominável, o execrável é demitir os ociosos! A Petrobrás é de fato a maior Capitania geral do país e, na verdade, uma das maiores empresas do mundo. Ela faturou em 1985 cerca de 19 bilhões de dólares, o que é mais que o Produto Nacional Bruto de sete nações sul-americanas. O resultado foi superior em dois bilhões de dólares ao de 1984, o que quer dizer um crescimento de 18%. A companhia de petróleo emprega, entretanto, 51.000 funcionários. Comparai com a Exxon que, sendo a maior companhia do mundo, emprega a quarta parte do número de funcionários da Petrobrás. Outro exemplo: a Internor, que é uma subsidiária da Petrobrás, possui 140 funcionários, pagos em dólar, nos Estados Unidos. Mas, qual é sua função? O gerente geral em Nova York recebe (ou recebia quando foi noticiado o fato, em fins de 1985) a soma mensal de 14.000 dólares, tanto quanto o embaixador do Brasil ou "Cônsul Geral de Primeira Classe", com nível de embaixador, que nosso país mantém naquela cidade. Não falaremos das mordomias do aludido aristocrata da Petrobrás-Internor...

O *Citicorp* é hoje considerado o maior banco do mundo, seus *assets* correspondem a 170 bilhões de dólares. Emprega 33.000 pessoas o que, mesmo segundo padrões americanos, é um número considerável de servidores. Comparem agora com o Banco do Brasil que possui 116.000 empregados, embora seja seu capital (40 bilhões de dólares) vastamente inferior ao daquela empresa bancária americana. Se alguém deseja compreender por que é o Citicorp o principal credor particular do Brasil e por que é o Banco do Brasil devedor, não deveria deixar de levar em consideração as percentagens respectivas de pessoal e capital das duas insituições, e o que isso implica em termos de eficiência...

O Estado controla ou é dono completo de 485 empresas ou entidades. Dessas 27 são empresas públicas, 190 sociedades de economia mista, 102 autarquias, 42 fundações, 26 órgãos autônomos, 56 sociedades civis e limitadas a 32 concessionárias. No cálculo das maiores empresas públicas brasileiras em 1979 (segundo a revista *Visão,* baseada em dados do IBGE) existiam 415.000 empregados nos seguintes setores, conforme discriminação: dezenove mil em mineração (Vale do Rio Doce, etc), 60 mil na siderurgia (Volta Redonda, Usiminas, etc), 51 mil na petroquímica, 48 mil em telecomunicações, 121 mil nas grandes hidroelétricas e 112 mil na Rede Ferroviária. Dados fornecidos pela SEST (Secretária de Controle das Empresas Estatais), em 1982, revelavam que a renda bruta das aludidas empresas elevava-se a 35 bilhões de dólares e elas empregavam um e meio milhão de

pessoas, consumindo mais de 15% de seu orçamento com pessoal. Não consigo encontrar dados exatos sobre o *custo total* das estatais e sua participação percentual no PIB.

Mas outros exemplos são ainda mais edificantes. O Congresso, que *representa* o povo brasileiro, emprega onze mil e tantos funcionários. Comparai com a Grã-Bretanha, cujo Parlamento os mantém em número inferior a 900. O Parlamento inglês, evidentemente, é a Mãe dos Parlamentos mas assim mesmo seus instintos não são tão maternais quanto os de nosso Congresso. O número de membros da Câmara dos Comuns e da Câmara dos Lordes ultrapassa largamente os mil, o que faz com que na Inglaterra — um país presumivelmente mais bem governado que o Brasil — haja dois MPs para cada funcionário, ao passo que, no Brasil, cada um dos 479 deputados e 66 senadores necessita de vinte serviçais para defender os interesses do povo e legislar em proveito da nação. É estupendo! Só a Câmara dos Deputados gasta aproximadamente o equivalente a cinco milhões de dólares por mês para manter seus deputados e mais cinco mil e tantos amanuenses. O Senado orgulha-se de possuir 5.400 funcionários, muitos deles com mordomias semelhantes às dos ilustres representantes dos estados da federação. O Brasil é um país subdesenvolvido. A Noruega é provavelmente o país mais desenvolvido e rico do mundo: o Parlamento norueguês, o Storting, dispõe apenas de 160 funcionários... O Congresso brasileiro, segundo se noticiou, contratou mesmo um certo número de alfaiates para melhor vestir os excelentíssimos senhores representantes do povo. Mas, não terá Millôr Fernandes mais razão quando afirma que os alfaiates estão encarregados de costurar todas as desculpas esfarrapadas que usa o Congresso para não abrir mão do *jeton?*

Vou agora alinhar outra série de exemplos ilustrativos do tipo de empreguismo orçamentívoro que contamina toda a administração pública. Quando fui diretor geral da Embrafilme, em 1972, a empresa dispunha de 35 empregados. Hoje, emprega 500. Uma parte considerável desses funcionários recebe em dólar, para assistir aos festivais cinematográficos de Cannes, Hollywood, Berlim, etc. Mas a qualidade dos filmes brasileiros não melhorou...

Alguns exemplos de sesmarias estatais seriam divertidos, se não fossem trágicos para os bolsos dos contribuintes. Vejam o caso da Companhia Usinas Nacionais, controlada pelo IAA e produtora do conhecido Açúcar Pérola. A primeira pergunta a fazer: por que a aludida empresa é estatal, uma vez que o Açúcar Pérola não constitui um item prioritário da economia nacional, nem tampouco matéria de segurança nacional? De qualquer forma, a empresa opera com cerca de 40% de capacidade ociosa e tem que conceder pensão vitalícia a mais de 300 funcionários aposentados, o que constitui aliás um dos entraves à sua

privatização. A companhia teria 2.040 empregados registrados conforme a CLT mas pagava salários para 2.387, não sendo possível saber como são remunerados os restantes. Os jornais informaram à época que, segundo auditoria efetuada, o passivo trabalhista da empresa era impossível de ser coberto, principalmente por causa das tais pensões vitalícias. O levantamento descobriu também que a companhia era dona de 25 imóveis em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Santos, Campinas e outras cidades. O caso ilustra perfeitamente o problema do contraste entre empresa privada e empresa pública: privada, a Companhia Usinas Nacionais já há muito teria falido. *As leis do mercado capitalista se encarregam de eliminar, inexoravelmente, o larápio ineficiente...*

Vejam agora o caso extraordinário da empresa conhecida como Caraíbas Metais, situada em Jaguarari, no sertão baiano. É um prodígio de ineficiência, provavelmente porque seus funcionários são mais dedicados à poesia, ao candomblé e à dança com trio-elétrico do que à extração de cobre. A mina, na qual foram investidos 700 milhões de dólares desde 1974 (600 milhões postos fora), dispõe de 1.800 empregados na jazida a céu aberto, na parte da mina que é subterrânea e numa usina de concentração e beneficiamento do cobre. Mas 2.200 outros funcionários burocráticos se dedicam a administrar, pessimamente, o funcionamento da mina, com sinecuras em Salvador, São Paulo e Brasília. Se a mina fosse particular, há muito teria falido e estaria fechada. No caso, a Caraíbas Metais, que vale pouco mais de cem milhões de dólares, existe apenas para sustentar seus funcionários.

Outro caso interessante e muito antigo é o do Lóide Brasileiro. A estatal opera com prejuízo acumulado de 50 milhões de dólares (mais de 3 bilhões de cruzados, aproximadamente, em 1987). Sua frota é obsoleta. Entrementes, o Brasil continua a gastar quase um bilhão de dólares anuais com afretamento de navios estrangeiros, enquanto a indústria naval, que é quase toda nacional, se queixa de abandono e ociosidade. O presidente do Lóide, para comemorar a obsolescência da frota e os prejuízos da companhia, nomeou novos delegados no exterior, com salários em dólar equivalentes a Cz$500.000 mensais (mais de US$10.000!), mais do que qualquer embaixador. O desastre da marinha mercante nacional se mede por um tal abuso. Ele representa uma das consequências típicas da estatização da cabotagem, acarretando o crescimento constante da frota de caminhões. Como o transporte rodoviário pertence à iniciativa privada, 70% da carga pesada — ao contrário do que ocorre nos EUA e na URSS — utiliza esse meio ao invés de aproveitar a cabotagem ou a ferrovia, sistemas reconhecidamente mais baratos. Outra explicação para essa distorção econômica é o tremendo peso que constitui a exploração empreendida pela

estiva sindicalizada.

Dois outros casos monumentais de desperdício, inépcia no planejamento e franca corrupção são a Açominas e a Ferrovia do Aço. Uma empresa como a Açominas nunca teria saído dos planos, se fosse criação racional da iniciativa privada. E se tivesse sido construída, ao preço extra de dois bilhões de dólares, teria conduzido seus proprietários à bancarrota — pois que grupo privado aguentaria um rombo desse porte? O que caracteriza a empresa estatal é a falta de previsão, a ausência de responsabilidade expressa no cálculo de gastos, o saco sem fundos dos orçamentos levianos e a impunidade dos planejadores ineptos.

Apreciai agora o caso da ECEX, empresa criada no governo Médici para construir a ponte Rio-Niterói. A ponte já existe, como todo mundo sabe. Mas passaram-se quinze anos e a empresa continua a "funcionar", sem nada ter o que fazer a não ser remunerar uma centena de militares reformados, parentes e amigos do poder de então. O curioso nessa política que, outrora, nos Estados Unidos, chamava-se de *spoils* (os benefícios ou raptos do partido triunfante, ao assumir) é que, no Brasil, os partidos, os governos, os regimes mudam mas jamais os novos detentores do poder têm a coragem de demitir o pessoal contratado pelos anteriores, para satisfazer seus apaniguados. Assim, o funcionalismo se vai engordando indefinidamente.

Os 24.000 funcionários da SERPRO e DATAMEC entraram, em 1986, para a história do sindicalismo, no capítulo das conquistas sociais: a adoção do hábito da *couvade,* em vigor entre certas tribos primitivas de índios. Os homens terão direito à estabilidade no emprego assim que for comprovada a gravidez de suas mulheres, estabilidade que se estenderá até 60 dias após o parto. O pai terá direito ainda a uma licença de cinco dias, durante os quais poderá ficar acamado, em solidariedade à parturiente ou para provar que desempenhou algum papel na concepção do bebê. Os empregados da SERPRO, além disso, não poderão ser demitidos em massa, no caso de avanço tecnológico sensível ou mudança nos processos produtivos que tornem inútil sua presença na empresa. É a vingança dos "lullitas" que, há duzentos anos na Inglaterra, protestavam inutilmente contra a introdução de máquinas na indústria têxtil, em prejuízo da tecelagem manual. Se o princípio houvesse então vingado, não teríamos tido progresso tecnológico, nem revolução industrial.

O personalismo, o clientelismo, o empreguismo são aspectos vários do que, repetidamente, temos caracterizado como o regime patrimonialista, o que quer dizer, o regime que confunde os interesses privados e os interesses públicos, em benefício da classe burocrática que sobrevive como parasita do Estado. O ex-coordenador do Programa

Nacional de Desburocratização, dr. J.G. Piquet Carneiro, consciente dos fracassos anteriores das reformas administrativas, acentuou (numa entrevista ao *JB* de 4.8.86) que "o maior inimigo que toda reforma teve e terá é que o clientelismo político" — a essência do patrimonialismo — "sobrevive à custa do empreguismo e da manipulação de favores burocráticos". O pertinente nesta afirmação é que *há unanimidade em torno dos motivos das desordens e gigantismo burocrático, faltando contudo a vontade de resolver o problema pela eliminação radical do patrimonialismo:* nenhum burocrata estaria disposto a eliminar-se a si próprio. Que fazer então? Quem estaria espontaneamente inclinado a abrir mão de seus privilégios?

Entre os privilégios supinos, geralmente não incluídos nas dotações de "pessoal" das repartições públicas, estão as viagens oficiais. É um dos tipos mais populares de mordomia. De quatro a seis mil funcionários viajam ao exterior, anualmente, à custa dos cofres públicos, com diárias fixadas no mínimo em 160 dólares. O Itamaraty não entra, naturalmente, nesse cômputo, pois seu objetivo é precisamente o "serviço exterior". Mas quantas vezes fui testemunha desse recurso simplíssimo com que se favorece o funcionário servindo em Brasília e, momentaneamente, com os bolsos vazios: é ele mandado a "serviço provisório" em uma ou outra embaixada, não porque o embaixador realmente precise do funcionário, mas porque precisa este reabastecer com dólares sua carteira. Aliás, o Itamaraty é a mais perfeita empresa de turismo do Estado patrimonialista brasileiro. Estou certo de que pelo menos 20% da atividade de um embaixador ou um cônsul ordinário, e às vezes muito mais (em Miami deve atingir 100% e em Paris 80%), consiste em prestar assistência turística às autoridades estatais brasileiras em trânsito por suas circunscrições. Muitas carreiras foram feitas ou arruinadas conforme soube ou não o funcionário diplomático atender às exigências "sociais" de uma alta autoridade em viagem de turismo. Muitos postos existem, não porque realmente necessite o Brasil de se fazer representar neste ou naquele país exótico (Kuala Lumpur, por exemplo, Bangcoc ou Nairobi), mas para oferecer uma boa sinecura em dólar a um ministro de 2ª classe necessitado, ou a um embaixador excedente...

Algumas viagens são extravagantes. Os trens da alegria famosos. Numa conferência em Nova-Delhi de países em desenvolvimento (UNCTAD), no tempo do ministro Magalhães Pinto (1967 ou 1968), o luxo e abundância da delegação brasileira eram de tal ordem que os delegados dos países industrializados — a quem se ia mendigar dinheiro para ajuda internacional — ficaram indignados com o esbanjamento perdulário desses solicitantes de má fé. Li que, ao 11? Painel Técnico da Comunidade Internacional da

Pimenta, em Rotterdam, o Brasil compareceu com sete "técnicos". Só esse vôo da alegria, sem nenhum propósito, teria custado 20.000 dólares. Outros casos são extravagantes. O ex-assessor de imprensa do presidente Sarney, Fernando César Mesquita, foi a Bogotá representar o Brasil... numa conferência sobre café. Eu mesmo, quando embaixador em Varsóvia, recebi uma delegação de mais de vinte pessoas que vinham negociar comércio com as autoridades polacas: o resultado foi o famoso caso das "polonetas", quando em troca recebemos dois bilhões de dólares em promissórias incobráveis... O turismo oficial pode sair caro!

Outro trem da alegria, silencioso, foi revelado em meados de 1986, mas havendo partido da estação em princípios de 1985. Nele embarcaram, entre outros, a filha do presidente Sarney — político esse que já teria empregado, desde quando foi deputado "bossa nova", depois senador e governador do Maranhão, algumas dezenas de parentes e amigos seus. É natural: no Estado patrimonialista o exemplo vem de cima.*

No que diz respeito à situação atual, na conjuntura em que este livro é publicado, ou seja, após mais de dois anos de governo Sarney, nada melhor posso fazer do que reproduzir alguns pontos de vista do jornalista Carlos Castello Branco, em sua coluna do *Jornal do Brasil* (31.5.86). O conhecido observador das coisas de Brasília, após analisar os resultados da reforma monetária de fevereiro do mesmo ano, acentua o que está na mente de qualquer pessoa de bom senso: "Mas há um problema que parece estar nas cogitações comuns, embora envolvendo divergências quanto a pormenores. É o da reestruturação do serviço público que, se era já sentida como uma necessidade em si, vem se agravando desde que os critérios políticos implantados pela Nova República que dividiu a administração pública entre as forças partidárias que contribuíram para implantá-la, fizeram decair verticalmente o nível de competência dos ocupantes dos segundo e terceiro escalões do serviço público. A incompetência agravou a ineficiência e o Ministério da Administração tem dificuldades em lidar com realidades políticas nas quais toda a estrutura de poder está envolvida."

* * *

---

* Eis a relação dos passageiros do Trem da Alegria do Senado, publicada na ***Folha da Tarde*** de 9-5-86 (acrescentando-se a 900 outros personagens contratados sem concurso, por Resolução votada em maio de 1986): "Além de Roseana Sarney Murad, foram efetivados no Senado Pompeu de Souza (ex-secretário de Educação do Distrito Federal e presidente da ABI/Brasília); Antônio Cândido Lima Furlan (filho do senador Amaral Furlan); Maria do Céu Jurema Garrido (filha do senador Aderbal Jurema); Neila Yara Michiles (filha da senadora Eunice Michiles); João Agripino Vasconcelos Maia (irmão do governador do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia); Magna Lúcia Gadelha (mulher do senador Marcondes Gadelha); Murilo Canelas (parente do senador Benedito Canelas); Marco Antônio Parente (parente do senador Raimundo Parente); e Antônio de Padua Kalume (parente do senador Jorge Kalume); os ex-deputados Altair Chagas e Raphael Faraco".

O mal, infelizmente, não é apenas federal. É também estadual e, sobretudo, municipal. Ele está profundamente enraizado nos hábitos do governo e do povo, penetrando por todos os poros da administração ao nível mais regional e local. No Estado de São Paulo, unidade da federação que é a mais avançada e progressista do país, haveria cerca de 800.000 funcionários em fins de 1985, segundo revelou a Secretaria da Fazenda do Estado. Isso representaria 120.000 a mais do que em dezembro de 1982, quando eram pouco mais de 640.000. Foi um crescimento de 18% em 3 anos, ou 6% ao ano — crescimento muito mais rápido que o aumento demográfico e o do produto interno bruto do Estado. A maior parte das nomeações dos 120.000 teria ocorrido na administração Montoro, mas também grande quantidade no final do governo anterior — explicando-se o exagero por motivações indiscutivelmente eleitoreiras.

Os abusos do empreguismo, dos privilégios e da ociosidade parecem ser tanto maiores quanto mais pobre ou atrasado é o estado ou o município. Vejam o caso de Alagoas, que adquiriu uma triste notoriedade. A Assembleia Legislativa alagoana encerrou suas atividades, em 1985, criando 240 cargos de assessores para cada um dos 24 deputados. O diretor da Assembleia, Edvaldo Meira Barbosa, recebe um salário mensal equivalente a dez mil dólares, salário do mais bem remunerado *executive* americano, com a diferença que o diretor brasileiro não paga imposto de renda. O chefe da consultoria jurídica ganha Cz$200.000 mensais. Dessa multidão de assessores (580), pelo menos 400 não trabalhavam, por falta de espaço físico. Alguém se espanta com a pobreza de Alagoas? Serão as multinacionais, o capitalismo industrial, a dívida externa ou os bancos estrangeiros responsáveis pela situação? Não parece claro qual o motivo local do subdesenvolvimento? Qual a justificativa para que um diretor da Sudene, cujo ofício consiste precisamente em tentar subrepujar a miséria e o atraso do Nordeste, ganhe três vezes mais que um ministro de Estado (40 milhões em novembro de 1985) e, inclusive, mais que o próprio presidente da República? Em Maceió, a prefeitura está completamente falida (JB, 10-1-86). A administração arrecada 10 milhões mensais e gasta 15 milhões com seu funcionalismo, que é maior que o da cidade de Paris. Concentrado em manter a mamãezada, o município não paga conta de luz há sete anos e já perdeu uma escola arrematada em leilão. E que justificativa para os *onze mil* funcionários da prefeitura de São Luís do Maranhão, outro estado entre os mais pobres da União, funcionários ociosos que foram demitidos pela prefeita da cidade, dona Gardênia, ao tomar posse em princípios de 1986? Esses funcionários demitidos protestaram contra sua justa sorte e, em repetidas arruaças dirigidas

pelos líderes da oposição, queimaram a prefeitura. No próprio Maranhão, aliás, o marido de dona Gardênia, quando governador do Estado, teria feito no mínimo 50 mil nomeações, o que prova que o mal do empreguismo desvairado independe totalmente do partido no poder. É uma perversão geral.

Pelo menos a proporção de empregados excedentes não é tão grande em São Paulo. O prefeito Jânio Quadros ao tomar posse na mesma data demitiu quinze mil, quinze mil de um total que, segundo parece, ultrapassa 140.000! Um empreguismo desse estilo impera na maior parte dos quatro mil e tantos municípios do país, e o pior é que não existe dado estatístico algum para comprovar o imenso rombo que essa massa gigantesca de ociosos abre no Produto Nacional Bruto do país. A incapacidade da população local para o *self-government* é demonstrada pela irracionalidade da conduta dos eleitores que são, teoricamente, os contribuintes, não se esforçam por reduzir os gastos das prefeituras com pessoal, a fim de preservar sua renda, mas procuram cada um por seu lado concorrer para a partilha do bolo empreguista. Onde fica nisso o princípio que deu origem à democracia representativa: "não há taxação sem representação"? A versão brasileira é "não há representação sem empregação"...

A nomeação de parentes próximos para funções de marajás já se tornou uma rotina nos estados. É a explicação da permanência indefinida do Estado patrimonialista. Vá lá que o presidente Tancredo Neves tenha seu filho como secretário particular: é natural e legítimo, pois o secretário particular é pessoa da inteira confiança do governante. Mas o que dizer do governador Montoro que colocou toda a família? E o governador Jader Barbalho, do Pará, o grande demagogo que nomeou sua irmã Maria Lúcia, duas cunhadas, Elcione Zalut e outra, além de uma prima para os cargos de procuradores e auditores do Estado? Indiferente aos comentários de que estaria praticando atos ilegais ao nomear essas pessoas sem concurso, informa a imprensa que o governador contestou a acusação de nepotismo com a alegação de que seus adversários sofrem de "puritanismo udenista"...

Alguns exemplos de empreguismo são hilariantes. Vejam o caso de um vendedor de picolé de Fortaleza que, pela prefeita, foi contratado como técnico de Raios X; e de um deputado desse mesmo Estado do Ceará que se sentiu no direito de acumular o mandato legislativo com o emprego de motorista do principal hospital local. Dos 29.764 funcionários municipais, 31% estão na Secretaria de Educação porque a prefeita do PT, presumivelmente, quer fazer demonstração de interesse pela educação popular. Desses funcionários, que pouco têm a fazer, 13% auferem mais de 40% das despesas em salários, gratificações e mordomias várias. Outras maravilhas do Ceará, contrariando a velha canção

"No Ceará não tem disso não, não tem disso não, não tem disso não": O vereador Marcus Fernandes, do PMDB, empregou na Câmara Municipal as quatros filhas, inclusive a mais nova que tem menos de 17 anos, como assessoras parlamentares. O prefeito César Cais Neto contratou para cozinheiro, vigilante, assistente trabalhista e outros cargos municipais, o senhor José Pereira da Silva que recebe algo como Cz$ 40.000 mensais. O deputado Antônio Barros Pinho (PMDB) autorizou, em quatro meses de exercício provisório da prefeitura, a emissão de 124 notas de empenho para pagamento de viagens de avião e ônibus, em nome de "terceiros" não identificados. Os jornais informam também que, numa de suas sessões mais longas e folclóricas, a Câmara Municipal de Porto Alegre rejeitou a redução dos preços das passagens dos ônibus, mas aumentou os salários do prefeito Alceu Collares (para Cz$ 52.000) e dos secretários municipais (para Cz$ 38.000). Durante a sessão, não faltaram guerrilhas de bolas de papel e de aviõezinhos entre as bancadas dos diversos partidos. No Rio de Janeiro, os ônibus foram encampados e imediatamente a empresa oficial começou a dar prejuízos, acumulando em poucos meses um déficit de 10 milhões. Na empresa Redentor, por exemplo, 80 de uma frota de 390 veículos estão parados por falta de manutenção. Em São Paulo, noticiou-se que uma datilografa conseguiu, através de vários recursos legais, acumular um salário mensal de Cz$ 85.000. À guisa de conclusão filosófica quero citar o senador Roberto Campos, que chama o Brasil de República dos Alvarás, onde tudo depende de licenciamentos cartoriais, com o tríplice custo para a burocracia empreguista, do papelório, da corrupção e da espera de decisões. É um capitalismo amordaçado pelo patrimonialismo burocrático. Diz ele: "Marcaríamos vários tentos no controle da inflação e na aceleração do crescimento simplesmente desregulamentando. Numa economia com baixo nível de eficiência, a competitividade internacional só tem sido mantida à custa de salários reais baixos (o que é cruel), ou à custa de desvalorizações cambiais (o que é inflacionário). Há certas organizações governamentais cujas funções precípuas são proteger reservas de mercado e, portanto, restringir a concorrência e fomentar o aumento de preços".

* * *

O grande sintoma burocrático da sociedade erótica é o predomínio do pistolão como critério seletivo — com seus corolários, a bajulação e a intriga. O pistolão é definido como a relação de um empregado (nomeado ou promovido) com alguém na organização hierárquica, por força de laços de sangue, casamento ou amizade. A parentela. Numa

sociedade erótica o pistolão goza de domínio hegemônico. O critério orientador do ingresso e sucesso no serviço público não é da competência e eficiência (critério lógico), mas o da simpatia do homem de influência (ministro, deputado, general, banqueiro ou diretor de jornal) em relação ao favorecido, por motivos de amizade ou parentesco.

O critério do pistolão adquiriu outrora uma complexidade prodigiosa. Houve um presidente da República que se queixava de serem as promoções do Itamaraty, por exemplo, um dos atos mais difíceis de sua administração. Os candidatos à promoção a embaixador ou a ministro ou ao posto de conselheiro da Embaixada em Paris se apresentavam armados, como num jogo de pôquer, de um par de senadores e um par de arcebispos; ou de uma trinca de generais; ou de uma sequência parlamentar (a bancada do Estado); ou de um pôquer de ministros, acrescido da diretora do Museu de Arte Moderna. Em outros ramos do serviço público o sistema não atingia tal sofisticação, mas o mecanismo é o mesmo.

O critério afetivo do pistolão tem o efeito não somente de prejudicar os incentivos naturais da seleção, mas também de ser absolutamente dependente de sorte. Na cena I do Primeiro Ato de *Otelo,* queixa-se lago:

> *'Tis the curse ofservice*
> *Preferment goes by letíer and affection,*
> *And not by old gradation, where each second*
> *Stood heir to the first.*

("A promoção somente se obtém por empenho e por amizade, e não por antiguidade que deveria fazer de cada segundo o herdeiro do primeiro.")

Referindo-se à atitude dos prejudicados em toda nomeação ou promoção de empistolados, observa Laurence Peter — ao propor uma nova ciência social que chama de *Hierarquiologia* — que, em qualquer hierarquia, os empregados não se importam realmente com a incompetência. O *Paradoxo de Peter* consiste nisso que se contentam de fofocar, a fim de esconder sua inveja do colega empistolado: é a justiça imanente das coisas.

De novo volvamos à questão inicial: a que atribuir as características de ineficiência que configuram o monstro antediluviano da administração barroca? Por que se manifesta, no Brasil, a patologia burocrática pela presença de milhões de funcionários de quem se poderia dizer, parafraseando Churchill, que "nunca tantos fizeram tão pouco, tão mal?" Qual a causa, se causa justificável existe, dessa incapacidade verdadeiramente inspirada que revelamos para a administração — uma incapacidade cuja explicação em termos históricos ou sociais não nos parece esgotar a matéria? Eficiência exige previsão, método cartesiano,

trabalho de equipe, cálculo duro e frio, atenção ao pormenor, pontualidade. Não são as virtudes do barnabé. Eficiência implica predomínio de certos critérios morais abstratos, no sentido mais largo de imperativos categóricos de dever, justiça, responsabilidade e serviço, sobrepondo-se a quaisquer considerações de ordem pessoal e afetiva — a Lei sempre cumprida *(dura lex, sed lex)* contra as exigências da amizade, do parentesco, da antipatia ou simpatia. A eficiência "cria problemas", é um abacaxi — e o homem cordial, o homem da delicadeza, nada mais detesta do que os problemas e aqueles que os criam. Como conciliar a eficiência com a cordialidade verbosa, o horror à rotina, o dengue molengo mulato e os voos da imaginação sambatucante, aquecida pelo trópico úmido afrodisíaco? É muito melhor o bate-papo com o amigo e colega lá de baixo: o cangote da fulana, o traseiro da beltraninha, os peitos da sicraninha e o último gol da seleção, o bicho que vai dar hoje e o samba lá de minha terra que deixa a gente tonta. Arre, que ninguém é de ferro!

Considerai o seguinte: O Estado desempenha, em nosso país, um papel preponderante, mais forte que o da própria sociedade, e isso antes mesmo de haver sido descoberto. Pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, o Brasil passou a pertencer à coroa lusitana quando sua própria existência concreta ainda era problemática. Vale lembrar a famosa observação do rei de França, Francisco I, de que desconhecia a cláusula do Testamento de Adão, dividindo o mundo entre seus primos de Portugal e Castela. Posteriormente à viagem de Cabral, um almirante que comandava uma esquadra equipada pelo Estado português com objetivos mercantilistas — houve uma tentativa fracassada de estabelecer no Brasil o regime feudal das capitanias hereditárias. Desde Alexandre Herculano, contudo, se considera que o feudalismo jamais vingou coerentemente em Portugal. Antes de qualquer outra nação da Europa ocidental, a monarquia portuguesa, sob a gloriosa Casa de Avis, centralizou todo o poder e suprimiu quaisquer veleidades de autonomia por parte dos grandes senhores da aristocracia territorial. O estabelecimento do Governo Geral em Salvador confirmou o traslado, para os novos territórios da América meridional, do sistema do Estado forte, patrimonialista e centralizador, mercantilista e autoritário. É nesse Estado burocrático que caracteriza a história de Portugal — e mais distintamente ainda a da Espanha — bem como a das nações subdesenvolvidas que lhes herdaram o império nas Américas. Sabemos ainda que, no século XVIII, Pombal nada mais realizou do que tentar modernizar e reforçar esse sistema caduco, se possível o enriquecendo com mercantilismo estatal. Foi sob sua influência perene que alcançamos a independência.

Considerai agora mais duas circunstâncias históricas pertinentes a nosso

argumento. A primeira é que a colonização holandesa e inglesa não seguiu de modo algum o mesmo método. Os ingleses que fundaram as trezes colônias da América do Norte, núcleo do futuro Estados Unidos, e de sua grandeza e riqueza, atravessaram o Atlântico por pura iniciativa individual. Os Padres Peregrinos eram dissidentes. Não queriam nem ouvir falar em governo. Opositores deste ou daquele regime dominante na metrópole, eles fugiam sempre do Estado. Ciosos de sua independência, odiavam qualquer intervenção de Londres e assim se preparavam para o exercício do *self-government.* Esse pendor pela liberdade (e seu corolário de igualdade perante a Lei) *contra* o poder do Estado, culminou em 1776, com a Declaração de Independência, seguida de uma guerra, a qual deu à luz uma nova forma de organização social e política, em que os cidadãos têm prioridade sobre o Estado. A colonização inglesa e holandesa nas Índias orientais e na América (Índias ocidentais), inclusive na Austrália e Canadá — se fez através de "companhias" que, embora às vezes oligárquicas e sustentadas pela Coroa, se orgulhavam de sua autonomia decisória. A Índia, por exemplo, só foi oficialmente incorporada à Coroa britânica em meados do século XIX. Um grande contraste com o sistema ibérico e francês de colonização — contraste que se manifesta hoje pelo desenvolvimento industrial, social e político das nações anglófonas, e pelo subdesenvolvimento das nossas, de língua portuguesa e espanhola.

A guisa de comprovação interessante do que estou avançando, acrescente-se que a pequena Costa Rica, na América Central, é o paradigma da democracia na América Latina exatamente pelo seguinte motivo: os pobres camponeses espanhóis que se estabeleceram na Meseta costaricence por volta do século XVII, foram abandonados pelo Vice-Reinado do México e o governo geral da Guatemala em virtude da miséria e da distância em que se encontravam. Assim isolados, não sofreram o peso da prepotência e incompetência dos burocratas de Castela. Não tiveram também outro remédio senão trabalhar para não morrer de fome, pois eram pobres demais para possuir escravos. Também na ausência de governantes soberbos e preguiçosos, foram obrigados a se preparar para o autogoverno. Hoje, embora desprovida de recursos naturais, a pequena Costa Rica tem uma das mais altas rendas *per capita* do continente, três vezes superior à de Cuba, e com índices sociais também invejáveis e comparáveis aos da Europa.

O terceiro ponto que desejo salientar é que, no Brasil, uma única província não sofreu a pressão esmagadora do Estado: São Paulo. As Bandeiras paulistas configuram a única e gigantesca exceção histórica ao poder avassalador do Soberano. Desde o princípio. As lutas contra os Emboabas, a descoberta das minas gerais, a Inconfidência, a conquista do vasto território para além da linha de Tordesilhas, representam episódios salientes da

heroica iniciativa privada, na tentativa persistente de libertação das cadeias do estatismo patrimonialista lusitano. Durante o Império, São Paulo começou a se destacar no desenvolvimento da nação, mercê precisamente do liberalismo esclarecido que se procurava firmar sob a égide de um poder moderador muito tolerante. Com a República, teve São Paulo que enfrentar, crescentemente, o arcaísmo patrimonialista de Minas e do Nordeste, de um lado; e o autoritarismo de índole caudilhesca, temperado pela ideologia positivista ditatorial (Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado) do Rio Grande do Sul, do outro. Depois de 1930, a situação piorou. São Paulo perdeu a liderança, diante do autoritarismo populista demagógico de Getúiio Vargas e seus herdeiros. Hoje, o Estado possui 30 milhões de habitantes, quase 50% do PIB nacional e uma renda *per capita* superior a 4.000 dólares, uma das mais elevadas do continente: é a terceira unidade mais importante da América Latina, depois do próprio Brasil e do México, e na frente da Argentina e da Venezuela. Representa a Pauliceia o grande triunfo da iniciativa privada e da indústria capitalista. De qualquer forma, São Paulo continua a ser a locomotiva que puxa os 21 vagões, não direi vazios, mas atrelados um atrás do outro ao monstro do Dinossauro burocrático social-estatizante.

Este país, efetivamente, poderia gozar de um crescimento mais acelerado e da redução de alguns de seus mais sérios problemas sociais, se deixasse livre campo à iniciativa privada — aquela que construiu, além de São Paulo, o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e de Mato Grosso, Rondônia, o norte do Paraná e, de um modo geral, todo o Sul incluindo particularmente Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Até quando este Brasil moderno aguentará continuar trabalhando para sustentar o Brasil arcaico de Brasília, Centro, Norte e Nordeste? Até quando o empresário privado concordará em labutar, correr riscos, criar, produzir, poupar, progredir em benefício da multidão de ociosos que guarnecem o serviço público? Até quando aceitará que as prefeituras de Aracaju ou Maceió empreguem mais funcionários que a de Paris? Até quando se curvará diante do egoísmo, da preguiça, do cinismo, da inércia, da prepotência arrogante dos que guarnecem o Estado patrimonialista enlouquecido? Até quando os vinte milhões de fazendeiros, industriais, pequenos empresários, membros das profissões liberais, se deixarão dominar pela classe opressora e exploradora de pseudo "servidores" do Estado? Até quando continuarão a entrar às oito da manhã em seus escritórios, deles saindo às sete ou oito da noite, pagando impostos de diversas espécies, para manter em suas sinecuras os ineptos e confusionistas políticos e marajás profissionais, incapazes de dirigir o país para um futuro mais consentâneo com seu destino manifesto? Não é tempo de acabar com essa farsa?

Empresários de todo o Brasil, uni-vos! Não tendes nada a perder, senão os grilhões do Estado patrimonialista selvagem!

* * *

Subdesenvolvimento é fogo! A frase é de meu amigo, dr. Paulo Pimenta de Mello. Conversando em Ribeirão Preto com esse sábio, erudito e "voltairiano" observador das coisas de nosso país, chegamos à conclusão de que o presente momento nacional oferece um quadro demonstrativo estupendo do subdesenvolvimento que caracteriza nossa vida intelectual e política.

O subdesenvolvimento é fogo precisamente na mentalidade daqueles que se recusam a perceber a realidade. Com tristeza reconheço na Igreja católica um dos obstáculos mais teimosos à necessária "conscientização" dos brasileiros sobre as verdadeiras causas da pobreza, da ignorância e atraso do país — causas mentais, causas culturais, causas morais, causas associadas todas ao papel paternalista e "matriarcal" do Estado. Vejam a carta infeliz que o papa enviou recentemente aos bispos brasileiros, a propósito da famigerada Teologia da Libertação. Nesse documento, que se seguiu ao Sínodo de Roma, João Paulo II condenou "o capitalismo desenfreado, o coletivismo e o capitalismo de Estado". Por que o uso do termo "coletivismo" quando a palavra exata seria "socialismo" ou, melhor, "nacional-socialismo"? Por que o ataque ao capitalismo quando foi, precisamente, o capitalismo que permitiu a São Paulo melhor resolver o problema da pobreza do que os estados que permaneceram amarrados à velha estrutura do regime social-estatizante? O que é esse famoso "capitalismo de estado" senão, justamente, a forma moderna centralizadora e inepta do patrimonialismo? *Por que a repugnância a usar o termo correto, socialismo!* Por que pôr a culpa em cima dos capitalistas por um estado de coisas que tem sua origem histórica na aliança, espúria e perversa, entre a Igreja católica e a burocracia patrimonialista, dominante no Brasil pelo menos desde os tempos do marquês de Pombal? Sua Santidade devia se enfronhar um pouco em economia, em história do Brasil e em filosofia política...

Emil Farhat presenteou-nos há alguns anos com uma interpretação do Brasil político como "o país dos coitadinhos" (1968). A nova versão descreve esse país como o *Paraíso do Vira-Bosta* (T.A. Queiroz, Editor). O livro se proclama uma anatomia de duas tragédias brasileiras, empreguismo e analfabetismo — mas é evidente que a atenção se detém principalmente no Estado empreguista, o qual, ele próprio fruto do analfabetismo, é

incapaz de corrigir esse mal.

Sem grande profundidade sociológica, nem procura das causas históricas mais longínquas do crescimento do Estado burocrático em nosso país, Farhat toca, entretanto, no ponto essencial ao analisar "o crescendo paralisante da cupidez, cada vez mais desinibida, ensandecida mesmo, que caracteriza o comportamento parasitário" da hierarquia política, e burocrática, direta e indireta. O autor acumula uma lista realmente fenomenal de fatos relativos ao empreguismo desarvorado da administração pública, inclusive no Legislativo e no Judiciário. A ênfase se concentra no paralelismo entre o comportamento do funcionário público e o modo de vida do pássaro que, no Brasil afora, é chamado de "chupim", "godero", "gaudério" ou "vira-bosta". Essa ave, como se sabe, se distingue pelo seu parasitismo, por seu hábito perverso de pôr os ovos no ninho de outros pássaros, sendo que os filhotes do intruso acabam expulsando do ninho a prole do legítimo proprietário. Na linguagem popular brasileira o vira-bosta representa aquele "amigo de viver à custa alheia", "parasita" ou "marido de professora que vive à custa dela" *(Pequeno Dicionário Aurélio).* Em outras palavras, Farhat descreve o estamento que, esse sim, constitui *a verdadeira classe opressora e exploradora da Nação,* detentora de 75% da renda nacional. E a classe burocrática e seu apêndice, *a intelligentsia* — composta daqueles intelectuais que ambicionam se tornar burocratas — os dois estamentos que se declaram socialistas de esquerda precisamente porque estão interessados na manutenção do *status quo.* São os seis ou oito milhões de políticos e funcionários federais, estaduais e municipais, os "donos do poder". Nas 242 páginas de seu livro, o autor alinha uma soma enorme de citações, de exemplos e de notícias extraídas da imprensa para demonstrar aquilo que já foi descrito por Carlos Chagas, o representante de *O Estado de S. Paulo* em Brasília, como "a transformação do Estado na grande vaca leiteira nacional". O Brasil tem o orgulho de ostentar, diz Farhat, "o maior cabide de empregos do mundo ocidental". Tudo o que sabemos é que os Estados estão falidos, a maioria das municipalidades idem. Em Salvador há 35.000 funcionários, em Fortaleza 32.000, em São Luís foram demitidos 12.000, sem nenhum efeito sobre o Estado do Maranhão, Estado de que o excelentíssimo senhor presidente da República foi governador e que ostenta os mais horrendos índices de miséria, subdesenvolvimento, ignorância e mortalidade infantil. Em suma, Emil Farhat evidencia, e os atos confirmam, que "o divisor de comportamento ético que corre entre as duas Repúblicas ainda é o mesmo rio de águas turvas — alimentado pelo igarapé dos interesses particulares, poluído pela enxurrada do fisiologismo e do primarismo imediatista".

Quero contribuir para o tremendo libelo de Emil Farhat com um único exemplo —

tirado de minha própria profissão, na qual percorri 43 anos de experiência. Têm os senhores uma ideia de quanto custa um único marajá, um embaixador, digamos o embaixador em Roma, cujo singular Q.I. é apenas de ser o amigo do presidente da República, que foi *quem indicou* esse diplomata para uma das mais ricas sinecuras da República? Por volta de meio milhão de dólares por ano! Nas mordomias e benfeitorias que favorecem esse funcionário exemplar se incluem férias periódicas remuneradas em dólar no Brasil; ajuda de custo para transporte dele e de sua família; residência, inclusive eletricidade, telefone, aquecimento, etc; criadagem que, em Roma, ultrapassa os 30 domésticos; Mercedes e outros automóveis com motorista; até mesmo comida e bebidas, muito embora o embaixador seja favorecido com verba de representação para custear *cocktails* e banquetes — em suma, uma remuneração total, *sem pagar Imposto de Renda,* que deixaria com água na boca o mais bem pago executivo americano do Citicorp, da GM e da IBM. E que milionário brasileiro, por mais fantástico que seja em seus voos de luxúria, já imaginou morar tão suntuosamente quanto no Palácio Dória Pamphili, um dos mais opulentos e grandiosos do barroco italiano, construído por um papa, possuindo mais de cem peças entre salões, galerias de arte, quartos e escritórios! Pode isso tudo justificar-se como residência de um representante (em geral medíocre) de um país em que 300 mil crianças morrem anualmente antes de completar um ano, em que há pelo menos 20 milhões de analfabetos e igual número de sertanejos sofrendo de endemias rurais? Mas acrescentai ao embaixador junto ao Quirinal o que representa o Brasil junto à Santa Sé e junto à FAO para não fazer coisa alguma, e os 20 ou 30 outros que servem em lugares absolutamente distantes de nossos interesses políticos, econômicos ou culturais. E as dezenas e centenas de outros funcionários de estatais, do IBC, do Lóide, do BB, de tantas outras repartições que não desejam ficar atrás do Itamaraty e pagam a seus executivos no Exterior salários nababescos de 14, 15, 16 mil dólares mensais e mais mordomias!

Não é de admirar que toda essa gente, parasitando e explorando a população brasileira, descubra as "injustiças sociais", reclame o calote na dívida externa, argumentando com a "fome de nosso povo", se declare marxista e denuncie as multinacionais. Pudera! Os vira-bostas muito terão a perder no dia em que o capitalismo, esse mesmo, for selvagemente imposto ao País...

É verdade que não se pode corrigir em poucos anos um mal secular (pois vem da época do Vice-Reinado e está relacionado com um traço do temperamento coletivo). A tolerância tradicional da "solução brasileira" e o "método gradualista", a ignorância generalizada que vem de um sistema educacional defeituoso em todos os seus níveis, a

ausência de uma verdadeira motivação para um ideal de "serviço" — ideal que, por ser abstrato, é dificilmente acessível a um coração impregnado de concreto imediatismo personalista — tudo conspira para dificultar a renovação de nosso serviço público.

A melhora há de vir aos poucos. Em meus 43 anos de carreira assisti, no Itamaraty, a duas revoluções: a primeira, na presidência Dutra, quando se suprimiram definitivamente as nomeações "pela janela" (como se dizia então). A segunda, durante a presidência de Castello Branco, quando as promoções passaram a ser feitas, pelo menos na medida do possível, por um critério de *merecimento julgado dentro do Ministério* e alheio às pressões políticas. Com isso conseguiu o Itamaraty colocar-se entre as mais eficientes repartições brasileiras. A que devemos esse sucesso, senão ao *glamour* que cerca a profissão; aos cânones estritos de seleção para o ingresso no Instituto Rio Branco; à noção de carreira recrutada, não mais na base do pistolão, mas de um sistema de austero concurso e intensa instrução especializada? Por que não estender a experiência do Itamaraty a todo o serviço público? Por que não formar profissionais no sentido clássico da palavra, lembrado por Max Weber, que o torna uma verdadeira profissão de fé: uma vocação para um trabalho determinado, de caráter quase religioso, como a dos antigos puritanos calvinistas? (Lembro-me que o maior elogio que já recebi em minha carreira foi o qualificativo de "profissional", dado por um bondoso colega estrangeiro.) Formar profissionais do serviço público, ao invés de recorrer a diletantes improvisados ou selecionados da pior maneira.

13

O MAL LATINO

É possível que uma revolução afete profundamente o caráter de um povo e modifique a mentalidade de sua burocracia. Isso ocorreu provavelmente em França, não na dos Jacobinos, histéricos, mas na França organizada e tiranizada de Napoleão, o filho da Revolução. Ocorreu também, ao que parece, na União Soviética, onde conseguiu, em que pese ao alto preço da ditadura, da crueldade e do totalitarismo absorvente, transformar o país em superpotência, vitoriosa na guerra e desenvolvida na paz. Mas métodos menos violentos devem existir, para alcançar o mesmo resultado. Se é verdade que o dom da eficiência não nos será concedido por feitiçaria, nem com a tolerância banana e o bom-mocismo preguiçoso, também não precisamos exigir sessenta milhões de mortos para impô-la: o preço seria exorbitante e provavelmente inútil — ao substituir uma burocracia por outra. Escolhemos o método gradualista em nossa revolução industrial.

Vale cotejar o nosso problema com o que afetou a França no século XVIII — o que tornará mais fácil uma apreciação em perspectiva histórica. Em capítulo anterior falamos nos efeitos da Idade da Razão sobre a França barroca. As queixas contra a incompetência, a desídia, a corrupção, a injustiça e a displicência da administração do *Ancien Régime* enchem as crônicas daquela época e, em grande parte, parecem haver motivado o espírito de inconformismo e protesto que desencadeou a Grande Revolução. Havia o mesmo paternalismo, a mesma centralização, o mesmo abuso dos privilégios, a mesma justiça inoperante e só atingindo, com suas leis e castigos, a massa dos não privilegiados. A mesma lentidão e complexidade do papelório, manipulado por funcionários ignorantes e vadios que compravam seus cargos para se locupletar com uma percentagem crescente dos impostos e taxas recolhidos. Uma minuta do Conselho de Estado de 1773, citada por Alexis de Tocqueville, constata que "o despacho dos negócios públicos é atrasado, em medida quase inacreditável, pelas formalidades administrativas, e o público frequentemente tem justa causa de queixa. No entanto, todas essas formalidades são indispensáveis"...

Outros vícios da burocracia já podiam ser então diagnosticados. Havia também fúria legiferante; leis que só valiam para a massa, mas de cujos efeitos os privilegiados

estavam isentos; o nepotismo dos grandes intendentes, verdadeiros tiranos de escritório, mais poderosos que duques e marqueses; a propensão deplorável a aumentar cada vez mais o número de cargos, destinados a satisfazer e criar uma clientela. Tocqueville nos informa, em sua obra sobre o *Ancien Régime,* que, entre os anos de 1693 e 1709, quarenta mil novos cargos oficiais foram criados, a maior parte dos quais abertos a membros da pequena classe média. Aparentemente, existia uma verdadeira corrida para o emprego público, o qual oferecia ao mesmo tempo segurança e prestígio, combinados com a dignidade do ócio. E não eram os nobres e aristocratas que disputavam tais cargos, pois seus títulos e propriedades já lhes garantiam a posição eleita na hierarquia social, mas a pequena burguesia em ascensão que encontrava no serviço público um método relativamente fácil de subir sem fazer força.

Tocqueville preocupou-se com o problema da centralização estatal e da ineficiência administrativa no fim da vida, quando em sua mente esse problema superou a questão da igualdade que lhe havia estimulado a atenção ao escrever *De la démocratie en Amérique.* Parece óbvio que atribui à obsessão igualitária e ao perigo da opressão da maioria, anotados em sua experiência americana, o fato de que as condições históricas parecem indicar uma incompatibilidade de base entre a conservação da liberdade e a marcha em direção à democracia, alimentada por aquela paixão igualitária. "Considero infinitamente detestável essa máxima segundo a qual, em matéria de governo, a maioria do povo tem o direito de tudo fazer", acentua Tocqueville. E explica: "Existe uma lei geral que foi feita ou pelo menos adotada... pela maioria de todos os homens. Essa lei é a Justiça. A Justiça constitui, pois, o limite do direito de cada povo." Notai que esse conceito coloca a Liberdade e a Justiça como valores transcendentes, superiores portanto à Vontade Geral, noção rousseauniana que, como vimos, estabeleceu as bases filosóficas da democracia burocrática e totalitária moderna.

O pensador, que por muitos é considerado uma espécie de autor americano de língua francesa, revela o seu temor em relação à ditadura da opinião pública que "traça um círculo formidável em torno do pensamento", porque exige e impõe o conformismo através das técnicas conhecidas de patrulhamento ideológico. Mas o paradoxo é que a ditadura da maioria pode conduzir à indiferença e à despolitização, entregando então o poder aos déspotas burocráticos que se arvoram em porta-vozes dessa opinião. O fenômeno nos é familiar com o espetáculo das "democracias populares" da Europa oriental. Tocqueville assim se expressa no *L'Ancien Régime et la Révolution:* "Quando penso nas pequenas paixões dos homens de nossos dias, na frouxidão dos costumes, na potencialidade de suas

luzes, na pureza de sua religião, na condescendência de sua moral, em seus hábitos metódicos, no apego que alimentam em relação ao vício, não creio que eles vejam seus chefes como tiranos, mas antes como tutores." Em artigo no *Nouvel Observateur* (1985), Jacques Julliard assinala que "Tocqueville aí se revela, antes de Ostrogorski, Michels e Weber, como o primeiro grande crítico da burocracia moderna; e nos apresenta essa 'servidão dosada, suave e pacífica' que poderia combinar-se com algumas das formas exteriores da liberdade, de modo que não seria impossível estabelecer-se à própria sombra da soberania do povo'. Visão profética, genial mesmo. Que são, pois, nossas modernas democracias senão uma espécie de 'compromisso entre o despotismo administrativo e a soberania popular'?"*

Tocqueville acentua ainda, enfaticamente, como o novo regime democrático, longe de favorecer o desenvolvimento da liberdade individual, proporcionou o crescimento do poder estatal centralizador. Tocqueville é sem dúvida o primeiro pensador que caracterizou concretamente o antagonismo entre o puro "democratismo" e o conceito de liberdade. Escreve ele *(op.cit.):* "Por debaixo da superfície aparentemente caótica, se desenvolvia um poder vasto e altamente centralizado que atraía para si e moldava num todo orgânico todos os elementos de autoridade e influência que até então se encontravam dispersos entre uma multidão de poderes menores e não coordenados... Nunca desde a queda do Império romano o mundo contemplou um governo tão altamente centralizado". Tocqueville salienta, desde logo, que foram o aumento da burocracia estatal, juntamente com sua crescente ineficiência e corrupção, muito mais que as guerras, os magníficos palácios e o luxo da corte que determinam o colapso financeiro da França, motivo imediato da Revolução. Versailles e as aventuras bélicas dispendiosas arruinaram, sem dúvida, o final do reino de Luís XIV. Mas a segunda metade do século XVIII foi relativamente pacífica e Luís XVI não se excedeu em construções extravagantes. A estrutura econômica do país era basicamente saudável. O que estava acontecendo é que um número realmente excessivo de indivíduos da nobreza e da burguesia mamavam nos úberes fartos do Tesouro. O Estado se depauperava. A França estava falida.

O exame dos vícios do *Ancien Régime* francês é importante para nós quando nos lembramos que os filósofos enciclopedistas que prepararam a Revolução não criticaram as "estruturas obsoletas", tanto pela opressão que impunham, quanto pela sua irracionalidade. Verificava-se, então, como se verifica na burocracia brasileira, que toda decisão governamental era sempre tomada numa base de interesse pessoal. Não se tratava tanto de

---

* Transcrito no ***Caderno Cultura de O Estado de S. Paulo, 7-7-85***

*cherchez la femme***,** mas *de procurar o homem.* O homem em cujo benefício tal decreto fora assinado, tal medida tomada, tal portaria exarada, tal cargo criado, tal obra encetada, tal lei elaborada. É o que se poderia chamar o Princípio da Onipotência do Interesse Pessoal — uma forma irracional de governo. O mesmo se pode dizer que ocorreu na Rússia tzarista. Não foram tanto as injustiças econômicas do regime (que aliás, nesse capítulo, melhorava rapidamente em princípios do século), mas sua monumental incompetência, revelada na guerra de 1914, que o deitou por terra. O tzarismo conseguiu o prodígio de ter um ministro da Guerra que era agente alemão e de mandar divisões inteiras para a frente de batalha sem fuzis e sem balas.

* * *

O problema da "mentalidade" burocrática leva-nos a considerar os fenômenos mais profundos do temperamento inato, das características psicológicas da raça e o inconsciente coletivo.

Foi um ministro do Planejamento que, empenhado em corrigir o nosso mal, declarou textualmente: "A reforma administrativa, antes de ser um problema para técnicos de administração apenas, é muito mais uma reforma de mentalidade, pois ela se realiza mais na cabeça das pessoas do que através de decretos e organogramas." Ao afirmar a necessidade de uma transformação da mentalidade coletiva, o senhor Hélio Beltrão deu *exata precedência ao aspecto psicológico do problema.* Assim, se à primeira vista certas facetas do Dinossauro burocrático são passíveis de uma arqueologia do período colonial, outras há impenetráveis, à crítica histórica e mais facilmente acessíveis à fina análise sócio-psicológica. Se a burocracia é efetivamente uma expressão sociológica da civilização moderna segundo Weber, sendo inseparável das transformações por que está passando o mundo na revolução industrial, também possui aspectos que são próprios da nossa área geográfica, cultural ou racial, e diferentes da área eslava, germânica ou anglo-saxônica. O nosso caso assemelha-se ao da França, da Itália e dos países ibéricos. Pertencemos à mesma Família Espiritual. Muito embora as condições históricas sejam, entre nós, diferentes, isso aponta para uma explicação psicológica, válida em todos esses casos.

Há alguns anos, publicou o conde Sanche de Gramont um retrato da França e dos franceses, no qual dedica 61 eruditas e divertidas páginas para descrever a maravilha de inépcia codificada que é a burocracia francesa. Segundo Gramont, a Revolução, Napoleão e o século do racionalismo não foram suficientes para corrigir todos os vícios do *Ancien*

Régime. "O folheto oficial sobre as leis fiscais francesas consta de 834 páginas e é tão obscuro quanto um livro de James Joyce". Como estudo de mentalidade, uma outra obra que merece menção mais demorada e *Le mal français* (Plon, 1976), do ilustre escritor, jornalista e político, antigo ministro da Justiça no governo de Giscard d'Estaing e atualmente diretor político de *Le Figaro,* o senhor Alain Peyrefitte. Nessa obra Peyrefitte aponta para a burocracia como um dos itens mais sérios da mentalidade viciosa que descreve sob o título de "mal francês". O livro, aliás, foi traduzido para o espanhol e o italiano sob o título *O mal latino.*

Concordo com André Siegfried que o estudo das mentalidades é refreado pelas próprias mentalidades. A psicologia dos povos não goza de boa reputação, vagamente contaminada que ficou com as elucubrações racistas de antes da segunda guerra mundial. É humilhante e desencorajador admitir que nossos fracassos, defeitos e carências resultam do que temos de mais íntimo e profundo em nossa alma. É tão mais cômodo, quando somos atrasados e subdesenvolvidos, pôr a culpa em cima de alguma circunstância geológica, episódio histórico ou então, melhor ainda, nas costas dos detestáveis imperialistas! No entanto, com muita coragem, Peyrefitte concentra-se teimosamente no problema das "mentalidades". Procurando escapar à lei dos gêneros, ele oferece ao mesmo tempo um ensaio de sociologia, uma pesquisa histórica, um manifesto político e um estudo de psicologia coletiva, esboçando ao final uma terapêutica. Ao desprezar as projeções do materialismo histórico que procura atribuir este ou aquele mal a esta ou aquela condição de natureza econômica, o autor apresenta um vasto cabedal de exemplos eruditos, ao pesquisar os problemas que o povo francês carrega em *si mesmo,* por força de suas idiossincrasias, disposições de temperamento e heranças culturais. É uma posição à qual não posso senão oferecer os meus mais entusiásticos aplausos.

Os primeiros sintomas já surgem no século XVIII, com a política de centralização de Luís XIV, mas o mal vai crescendo à medida que mudam os regimes. O autor, entretanto, dá ênfase particular como trauma na história da Europa à Reforma e à Contra-Reforma, trauma que lançou uma parte do Ocidente no caminho do desenvolvimento, retendo a outra parte no que ele descreve como uma sociedade hierarquizada e dogmática de índole romana. Grande parte da obra é constituída pela crítica acerba das "estruturas sociais doentias" resultantes do espírito administrativo rígido, centralizador, bloqueado, arcaizante, compulsivo que a França, com suas irmãs latinas, teria herdado da tradição católica romana. Manifesta aí ser discípulo leal de Max Weber, a quem cita repetidas vezes. Segui o mesmo caminho em meus livros sobre o Brasil, salvo que me parece merecerem

muito menor ênfase os aspectos negativos da herança católica a qual não afetou, *diretamente,* a nossa vocação para o desenvolvimento, mas nos teria apenas, *por omissão,* privado de uma ética econômica flexível e criadora, de afirmação terrena, como foi a calvinista, mais favorável ao florescimento da civilização industrial e capitalista moderna. Prefiro falar em "Espírito do Mediterrâneo" do que em espírito romano. Um espírito ao qual contribuíram árabes e mouros que ocuparam a península. O Espírito do Mediterrâneo, erótico, estetizante, imaginativo, antilógico, pela sua combinação ambivalente de um patriarcalismo autoritário com um fundo convulsivo de anarquismo antinômico e romântico, explicaria a notória carência de elementos de ordem e liberdade os quais, nos países de formação protestante, criaram as condições propícias ao pleno desenvolvimento da democracia.

A França, é bem verdade, não é um país inteiramente latino. O elemento germânico e, inclusive, protestante, desempenha ali um papel muito mais saliente do que entre as outras nações da mesma comunidade linguística e religiosa. Entretanto, é impressionante como os males a que se refere Peyrefitte são universais na área latina. No capítulo 13 e nos que se lhe seguem imediatamente, uma crítica áspera é empreendida das motivações de caráter espiritual que prejudicaram o desabrochar entre nós da civilização moderna, em contraste com o voo das sociedades pragmáticas inspiradas pela Reforma. Embora um capítulo especial seja dedicado à exceção que confirma a regra — qual seja, a atual decadência da Grã-Bretanha, sufocada pelo sindicalismo — Peyrefitte parece muito claramente querer atribuir o atraso relativo das nações mediterrânicas a essa espécie de rigidez romana, de cunho legalístico, que atinge suas formas de convivência na esfera pública.

As terceira e quarta partes (capítulos 23 e seguintes) são dedicados a uma investigação bastante aprofundada do Dinossauro, o paquiderme burocrático cujo imobilismo nefasto e ação deletéria pode ser facilmente observado de Roma a Buenos Aires, e de Paris a Brasília. É impressionante, na série de anedotas, episódios e incidentes que agraciam o livro, como o autor percebe, no conjunto de disposições mentais que afetam o paternalismo hierarquizante e arcaizante de nossas estruturas administrativas, os pontos de contato que aproximam o mal francês daquele de que sofre o Brasil. Os catalizadores de uma mentalidade econômica estimulante e progressista são também válidos para nós e notamos o de quanto os carecemos, salvo talvez em São Paulo. Do mesmo modo como o faz Vianna Moog, em seu *Bandeirantes e Pioneiros,* o autor francês compara os símbolos evangélicos de Marta e Maria — o espírito ativo e o espírito contemplativo — que

corresponderiam, *grosso modo,* à mentalidade nórdica e à mentalidade latina (Kierkegaard falou em "ético" e "estético"). Mas Peyrefitte acaba reconhecendo que, neste final do século XX, a oposição em apreço oferece um quadro muito mais complicado e nebuloso, com renascimento e expansões do lado de cá, colapsos do lado de lá. Assim como o mundo latino se está "protestantizando", mercê do desenvolvimento individual, o espírito do Mediterrâneo invade os Estados Unidos, com os hispânicos e pretos, e a Europa protestante. Por toda parte há crises que relançam a história em novos caminhos imprevisíveis.

Peyrefitte nos fala, com mais insistência, das origens do que chama o Mal Romano em seu aspecto imperial, a mania centralizadora, que é analisada na Segunda Parte de sua obra. Revela-se aí como herdeiro da venerável tradição sociológica surgida com Tocqueville. Obviamente, atribui pelo menos parte da responsabilidade pelo estatismo retardatário da França moderna aos efeitos da Contra-Reforma que perseguiu, em todos os países católicos, a iniciativa individual na indústria (o barão de Mauá dizia, amargurado: "O empresário deve perder para que seja o Estado beneficiado") e criou as condições para sua permanência no estágio do patrimonialismo autoritário tradicional. O pensador francês também insiste nos efeitos nefastos da política de grandeza, de guerra e de centralização obsessiva empreendida pelo Estado francês desde a época de Richelieu e de Luís XIV. As raízes dos vícios que posteriormente corromperam a República devem ser procuradas, como acentuava Tocqueville, nesse Absolutismo monárquico. Em outras palavras, o social-estatismo encontra seu fundamento histórico na política que, procurando originariamente combater o feudalismo dos grandes senhores, acabou concentrando um poder exagerado nas mãos do governo central. Richelieu, Luís XIV e Colbert prefiguram o Estado jacobino e napoleônico. No caso particular, um dos aspectos do desenvolvimento perverso pode ser descoberto na centralização das decisões em Paris, com o crescimento monstruoso da capital e consequente abandono e atraso das províncias. O luxo, a glória e refinamento cultural da corte em Versalhes e da vida em Paris escondem a miséria e *délabrement* do resto do país. Peyrefitte acentua que "o povo francês é um povo maltratado por instituições políticas em desequilíbrio perpétuo", instituições que sempre inibem a iniciativa individual. A decadência francesa, no diagnóstico desse esplêndido analista, coincide com o estabelecimento definitivo das redes de intervenção burocrática e dirigismo econômico. A França pretende tomar pela força — com Luís XIV e Napoleão — aquilo que a Inglaterra irá conseguir pela indústria. Na base do "ninguém segura este país", a França, como antes dela a Espanha, irá cometer o mesmo erro fatal que, no século XX, fará a Alemanha do Kaiser e de Hitler, e hoje está a Rússia concretizando.

Peyrefitte nota que a "inversão de sentido" no crescimento da França coincide com o estabelecimento da centralização e do dirigismo. "Colbert perseguiu uma quimera comparável à dos Jesuítas no Paraguai ou das sociedades planificadas do século XX: tornar próspero o reino ao transformar cada indivíduo em executante dócil das decisões econômicas racionalmente alcançadas na cúpula. No que diz respeito à docilidade, conseguiu o que queria. Mas não no plano da prosperidade".

E acrescenta: "De uma nação forte, o Estado poderia haver tirado sua força; o Estado, a si recolhendo toda a força, deixará débil a nação"... Ele resume com ironia o resultado: "Ontem, um rei se considerava o próprio Estado *(L'État c'est moi);* hoje é o Estado que rei se considera." O diagnóstico do ex-ministro incrimina o estatismo intervencionista das teorias mercantilistas e absolutistas, alucinadas pela ideia de que o despotismo dos decretos é capaz de resolver todos os problemas da nação. Mas a França perde sua posição de vanguarda, primeiro para a Inglaterra, e depois sucessivamente para os demais países da Europa ocidental e países ultramarinos de língua inglesa que deram confiança à iniciativa privada. Colbert é uma espécie de primeiro modelo do superburocrata. O Leviatã absolutista que Luís XIV impusera sobre a França incluía esse funcionário típico que trabalhava dezesseis horas por dia, que era tão frio, inflexível e cruel que madame de Sévigné o apelidara *"Le Nord",* e que esfregava as mãos de volúpia quando chegava ao escritório, às 5,30 da madrugada, e encontrava a mesa apinhada de processos para despachar. De fato, tudo despachava. Despachava também para as galeras os comerciantes que ousassem importar do exterior, em concorrência às manufaturas estatais, tecidos de algodão. E tudo regulamentava, disciplinava, obstruía, ordenava, coibia com suas famosas *Ordonnances.* E multiplicava os decretos criando empresas públicas, "manufaturas reais", "tecelagens reais", "forjas reais", "arsenais reais" e milhares de outras "companhias reais", sempre na crença de que cabia ao Estado incentivar a indústria. A iniciativa privada *era a priori* suspeita. A economia era desenhada geometricamente, *à la française* como os jardins, mas o resultado final é que em todos os terrenos a França começa a ficar para trás já a partir de 1800. Uma por uma, as repúblicas e monarquias capitalistas de religião protestante, com exceção da Bélgica, ultrapassam os índices de produtividade e de renda ostentados pela França. Peyrefitte é inexorável em sua crítica de tendências que, infelizmente, nos são por demais familiares, em nosso próprio país que da França tudo copia. *Mas saberá alguém reconhecer a lição aqui mesmo?*

Ao terminar seu argumento nessa parte da obra, cita Pyrefitte as palavras dirigidas por Fénélon ao Rei Sol em 1694: "Aqueles que vos educaram", diz o grande bispo e

escritor, "só concederam a Vossa Majestade como ciência de governo a desconfiança... Vossos Ministros abalaram e derrubaram todas as antigas máximas do Estado, a fim de incrementar ao máximo Vossa autoridade". E prosseguindo em suas acusações, com palavras que em certo momento lembram as que no próprio Brasil contemporâneo foram pronunciadas pelo ministro Hélio Beltrão, Fénélon conclui: "Não há mais confiança, nem temor da autoridade" enquanto "Vossa Majestade tudo tem entre as mãos, e ninguém mais pode viver senão de Vossos dons." Na verdade, Fénélon tinha razão. O rei açambarcara o poder, a majestade e glória que outrora haviam pertencido à Igreja. Isso aconteceu em França como na Espanha e em Portugal. O Absolutismo monárquico substituíra o Absolutismo da Igreja. O Estatismo absolutista está implícito na Contra-Reforma: a Igreja apelara para o Estado no sentido de suprimir a heresia. A Igreja conclamara os soberanos temporais para a luta contra o liberalismo dito protestante, anglo-saxão e "modernizante". Os reis absolutistas, Felipe II na Espanha, Luís XIII, com Richelieu, em França, e Luís XIV se aproveitaram da oportunidade para hostilizar os primeiros anseios de liberdade que se faziam sentir. Um liberalismo nascente que implicava a liberdade de julgar problemas morais ou liberdade de consciência e que seria fruto, segundo argumentava a Igreja, das detestáveis heresias de Lutero e Calvino. Em última análise, o liberalismo seria diabólico. O Catolicismo da Contra-Reforma é que, por tradição, transmite o autoritarismo o qual se transmuda hoje, naturalmente, no social-estatismo dos marxistas e dos teólogos da libertação.

* * *

Michel Crozier é particularmente interessante em sua análise do fenômeno burocrático em França. Suas conclusões (em *O fenômeno democrático,* p. 302) confirmam as opiniões dos autores anteriormente assinalados. Inicialmente, escreve ele que, "na França, a rigidez burocrática está associada à persistência dos estilos de vida tradicionais que a sociedade francesa tinha elevado a um alto grau de perfeição, antes da Revolução industrial. Resistindo a toda participação consciente e voluntária, e dando sua preferência à autoridade centralizada, à estabilidade e à rigidez de um sistema burocrático de organização, os franceses procuram, no fundo, preservar para a maior parte deles um estilo de vida que comporta um máximo de autonomia e de arbítrio individual, que procede dos mesmos valores aos quais camponeses, artesãos, burgueses e nobres da antiga França eram tão afeiçoados, e que deram origem a uma 'arte de viver' muito elaborada".

Crozier insiste aí nas diferenças oriundas de condições psicossociais que determinam, em cada país, o funcionamento da burocracia. Os homens de ação conhecem perfeitamente essas diferenças e não deixam de levá-las em consideração. "Mas as ciências sociais, talvez afetadas pelas lembranças desagradáveis deixadas pela *Völker Psychologie,* nunca se interessaram seriamente em tais comparações". E adiciona: "Tocqueville, é verdade, já tinha em seu tempo proposto uma série de sínteses dessa natureza, cujo vigor e contínua pertinência ainda hoje, passados cem anos, nos supreendem. Tanto em *La Democratie en Amérique* como em *L'Ancien Régime,* ele soube ligar a análise das relações sociais e das relações ao nível do que agora chamamos grupo primário, com a análise das estruturas administrativas e das regras do jogo social e político".

Tocqueville também explicou com muito acerto como a política municipal e principalmente a política fiscal dos monarcas absolutos dos séculos XVII e XVIII acabaram definitivamente com qualquer veleidade de iniciativa e qualquer possibilidade de atividade organizada espontânea, particularmente nos escalões inferiores. "Nesse sistema de impostos", afirma Tocqueville, "cada contribuinte tinha, efetivamente, um interesse direto em espionar seus vizinhos e denunciar aos coletores os progressos de suas fortunas: todos eram instruídos para a delação e o ódio". Vemos assim a semelhança com o que ocorreu no Brasil colonial em virtude das mesmas causas. A rigidez, a centralização e o controle opressivo do sistema francês se sustentam na necessidade de manter a ordem numa sociedade por natureza rebelde. Notai também a diferença com o que ocorre no Japão, onde o caráter hierárquico e disciplinado de uma sociedade condicionada por mil anos de feudalismo e trezentos anos de ditadura militar shogunal, a torna muito mais passiva e maleável.

Crozier observa ainda que os sucessos franceses sempre foram mais numerosos nos dois extremos possíveis das formas de atividade: "por uma parte nas aventuras e realização individuais no domínio da ciência e da técnica, onde o indivíduo é totalmente dono de seu esforço; e, por outra parte, nas atividades mais rotineiras, onde um sistema de organização burocrática, que protege perfeitamente o indivíduo contra qualquer arbítrio, tem chances de ser mais eficaz que outros sistemas mais flexíveis e favoráveis à concorrência". Mas o fato de que as tendências acima descritas sejam mais acusadas em França, pondera Crozier, não significa necessariamente que as organizações francesas sejam mais burocráticas que as de outros países. É possível, diz ele, que outros tipos de rigidez se desenvolvam a partir de outras premissas. "Se nos ativermos à nossa ampla definição de um sistema burocrático como *um sistema incapaz de corrigir-se em função de*

seus erros, podemos facilmente conceber outros sistemas diferentes do francês que possam também ser considerados como sistemas burocráticos".

Henri Lepage confirma por sua vez que o atraso da França principia a se caracterizar já no final do século XVIII, desde logo em relação à Grã-Bretanha e aos Países Baixos. O motivo é que seu Estado é absolutista e o daqueles republicano ou constitucional, isto é, *limitado.* Os direitos de propriedade privada são mais sólidos na Inglaterra e Holanda, mais respeitados, ao passo que em França a monarquia reivindica direitos econômicos excessivos. Essas observações seriam mais válidas ainda se aplicadas às nações em que permanecem as consequências do "despotismo oriental", como a Índia, a China, a Rússia tzarista e os dois velhos reinos da península ibérica. Neles, toda a propriedade ou grande parte dela está, teoricamente, nas mãos da Coroa e é administrada por uma classe de burocratas a serviço da dinastia reinante. É patrimônio do Estado. Henri Lepage salienta nessa altura a opinião da Escola dos *Property Rights,* dos direitos de propriedade na tradição de Locke — a qual sustenta *a relação direta entre direito de propriedade privada e crescimento econômico.* E conclui: "O crescimento (econômico) como fenômeno humano de dimensões mundiais só sobreviverá na medida em que em qualquer lugar subsistir uma 'potência capitalista'. Que essa potência seja suprimida e o crescimento, no sentido moderno do termo, desaparecerá". As palavras do economista francês são comprovadas pela aceleração do crescimento nas nações novas das áreas afro-asiática e latino-americana em que os direitos de propriedade são respeitados (Japão, Coreia, Singapura, Costa do Marfim, Gabão, Venezuela, Costa Rica), em comparação com a estagnação ou a crise daquelas que, como o México, o Peru, a Argentina, o Estado se dedicou ao mister inglório de perseguir a iniciativa privada, a partir de regimes autoritários socializantes ou ditaduras militares.

Nos países de monarquia constitucional e em repúblicas como a Suíça, a Holanda, e logo em seguida os Estados Unidos, a prosperidade econômica resulta, haja vista, do poder de controle que sobre o parlamento e o executivo detém uma próspera classe de mercadores, interessados em utilizar o braço do Estado para a defesa de seus interesses, inclusive na concorrência no mercado internacional. Em França, por contraste, o Mercantilismo gerido pela monarquia visa exclusivamente a criar barreiras ao comércio, manter um sistema quase autárquico, e acumular excedentes e um tesouro de guerra para o bem exclusivo do poder nacional.

Entre a França e a Inglaterra, uma das melhores comparações é a que pode ser feita no que diz respeito aos métodos divergentes utilizados em seu esforço colonizador no Canadá, dando como resultado a conquista daquele território pela Grã-Bretanha, embora

com a permanência de um forte núcleo populacional francófono no Quebec. O ensinamento que pode retirar-se da colonização francesa no Canadá, pensa Crozier, "valoriza sobretudo a importância capital do sistema de organização burocrática, para compreender o ideal francês da boa sociedade". Em um dos brilhantes trechos da obra *O Antigo Regime e a Revolução,* Tocqueville também salientou todas as características decisivas da administração real que somente muito mais tarde iriam manifestar-se na metrópole, características que já haviam sido levadas ao extremo no Canadá. Ali não eram mais toleradas instituições municipais ou provinciais autônomas. Os empreendimentos coletivos mais simples estavam proibidos e a administração havia finalmente tomado a seu cargo todas as atividades dos súditos. Para Tocqueville, a experiência canadense constituiu uma espécie de caso-limite, alguns de cujos aspectos mais lamentáveis deviam reproduzir-se mais tarde, na segunda grande experiência de colonização realizada pela sociedade francesa, a experiência argelina. O ponto importante é que Tocqueville salienta a rigidez e centralização burocrática extrema do sistema colonial francês em condições que muito lembram o ocorrido no Brasil e no resto da América Latina. O fracasso desse tipo de colonização e o subdesenvolvimento deixado como herança no Québec testemunham o fato de que as mesmas causas tiveram o mesmo efeito lamentável. É nesse sentido que as observações de Tocqueville são relevantes.

"Dos dois lados", escreve no fim de suas observações, "encontramo-nos na presença dessa administração quase tão numerosa como a população, preponderante, atuante, regulamentadora, constringente, tudo querendo prover, encarregando-se de tudo, mais a par dos interesses dos administrados do que eles próprios, incansavelmente ativa e estéril". Um pesquisador contemporâneo, o historiador e sociólogo Sigmund Diamond, citado por Crozier, estudou detalhadamente os métodos de colonização dos franceses e dos ingleses no Novo Mundo e confirmou a validade dessas análises. Diamond deu numerosos exemplos dessa paixão pelo pormenor de uma administração tão centralizada que devia decidir, desde Paris, "os conflitos concernentes a uma vaca extraviada em um jardim, uma disputa à porta da igreja e até mesmo as virtudes de uma dama". Quais os objetivos perseguidos com esses ensinamentos? Para Diamond, "o que caracteriza sobretudo esse desígnio é que leva a marca da paixão de racionalidade, desse desejo de simetria e de harmonia, pelo qual se reconhece qualquer empresa burocrática... A finalidade das autoridades francesas no Canadá não era a criação de uma sociedade governada por meios políticos mas a criação de um sistema administrativo dentro do qual as pessoas teriam posições claramente definidas no organograma do conjunto, e se comportariam da forma

mais conveniente para cada uma dessas posições"... O resultado não se fez esperar: a população francófona do Québec dispõe de um nível de vida e de uma renda *per capita* claramente inferiores aos da população de língua inglesa. Crozier conclui a sua pesquisa nesse ponto particular, propondo uma teoria segundo a qual "o sistema burocrático de organização não pode inovar, a não ser recorrendo à ajuda de um reformador individualista e autoritário, único capaz de lhe impor a mudança".

Jean-François Revel é outro combatente obstinado que, pelos jornais e pelos livros, ataca os burocratas e os ideólogos que alimentaram o Dinossauro social-estatista. Revel é um dos campeões do liberalismo-conservador em França, denunciando a "tentação totalitária" daqueles fumadores do "ópio dos intelectuais" de que falava Raymond Aron. Em conferência pronunciada em São Paulo em 1985, a convite da Federação do Comércio e em artigos desse mesmo ano, o influente e ativo jornalista constata a falência do socialismo sob a administração do presidente Mitterand — o qual está procurando realizar em seu governo exatamente o oposto do que prometera quando eleito com o apoio dos comunistas. Revel acentua: "Constata-se hoje na França uma interessante convergência verbal, entre a oposição e a maioria em favor do liberalismo. Os socialistas, naturalmente, evitam a palavra 'liberalismo' e a substituem por 'modernização'. O fato é que os vemos deplorando que a criatividade seja punida pelo fisco, venerando a economia de mercado e reconsiderando, pelo menos em seu funcionamento e em seu financiamento, 'conquistas' tão sagradas quanto as nacionalizações, a segurança social, as velhas e onerosas associações de turismo social que datam dos tempos da Frente Popular, tais como salário-desemprego".

Na verdade, são os próprios esquerdistas que confessam sua "derrota ideológica" — como num fórum sobre o futuro da França deixou escapar um de seus líderes mais prestigiosos, Marcel Rocard. Aliás, durante a visita do presidente Mitterand ao Brasil, o seu "assessor especial" para a América Latina, Regis Debray, foi recebido na Universidade de Brasília. O famoso autor da "teoria dos focos" revolucionários, ridículo promotor da ideia de "revolução na revolução" e antigo companheiro mais feliz de Che Guevara, na Bolívia, me fez recordar o quadro tragicômico daquela aventura patética e insensata no Altiplano: preso pela polícia, o calhorda desencadeou uma campanha universal de simpatia, promovida pela mãe e a namorada que foram chorar às portas do Elysée, para pedir misericórdia e que interviesse o presidente para evitar o fuzilamento iminente do filhinho, coitadinho. Foi esse mesmo Debray que, mais amadurecido e diante da plateia estupefata da Reitoria da Universidade, admitiu alto e bom som que ninguém mais é marxista em França; que a Frente Nacional ultradireitista do senhor Le Pen obteve mais votos que o PCF; que a

França é o país mais anti-soviético da Europa, depois da Polônia; e que todo o pensamento socialista em seu país está esgotado!

Revel, sem misericórdia, acrescenta a tais confissões que, "nas fileiras da oposição, a escolha liberal certamente se afirma de modo mais aberto. Estudos, livros e dossiês abundam e, ao contrário do que pretendem os socialistas, são frequentemente sérios, bem documentados e prudentes." E acentua ainda que "a grande, a indispensável reviravolta reside precisamente aqui". Em um dos mais sutis ensaios políticos publicados em 1985, *Le droit sans 1'Etat* (O direito sem o Estado, PUF), Cohen-Tanugi revela que "a França parece ter entrado recentemente em uma fase de transição, discretamente revolucionária, para a sociedade contratual". Esta se opõe à sociedade regulamentada que implica e ademais gera o infantilismo dos seus membros. "Os nossos dirigentes parecem sempre nos dar desdenhosamente a caridade de suas ideias ao dizer: 'Eu vos pedi os vossos votos e não os vossos conselhos'. É o que eles chamam curiosamente de 'não fazer demagogia'".

Recorrendo também a Tocqueville, lembra Revel que a ditadura ideológica vem de muito longe. Em *L'Ancien Régime et la Révolution,* Tocqueville cita uma circular real de 1761 anunciando que doravante *La Gazette de France* será composta sob os próprios olhos do governo. Não nos enganemos: "essa decisão exprimia menos um apetite de censura, na época já bastante enfraquecido, do que a convicção do governo de estar mais preparado do que ninguém, em França, para fazer um bom jornal... Os obstáculos que se opõem à modernização da França não provêm todos, porém, do Estado, mas seja qual for a sua fonte, percebe-se que eles derivam de um mesmo princípio e se constroem segundo uma mesma fórmula: uma minoria estática, administrativa ou corporativista, confisca o poder de decisão da sociedade civil. O país padece assim até a asfixia, especialmente nos serviços públicos, de mecanismos que seus utilizadores desviaram sub-repticiamente de sua legítima destinação." Um exemplo edificante que Revel oferece da "Sindicracia científica", promovida pela Nova Classe intelectual, é o do Centro Nacional de Pesquisas Científicas. Os vícios são flagrantes: "número muito baixo de horas de trabalho semanais, número muito elevado de semanas de férias anuais, número muito baixo de resultados e de publicações, número muito elevado de 'prêmios de pesquisa', falta de rendimento dos pesquisadores e às vezes ausência dos próprios pesquisadores: um deles se engajou na Frente Polisário! Outros dois desapareceram sem deixar endereço: uma senhora, para a qual o amor conjugal tem um brilho mais intenso do que o espírito científico, abandonou o seu laboratório para seguir o marido até la Rochelle. Todos esses eminentes trabalhadores intelectuais continuaram, não obstante, recebendo a sua remuneração durante muitos anos.

Não se fazia melhor em matéria de parasitismo social, nos tempos do *Ancien Régime,* com os famosos abades da corte e os bispos não-residentes estigmatizados pelos manuais republicanos".

E de novo numa referência que muito lembra o que ocorre em nosso país e que prova que as chagas do social-estatismo são semelhantes aqui e acolá, Revel conclui seu artigo: "As empresas consagram uma vasta energia não-criativa para caçar não o comprador, mas a subvenção." Essa caça é até mesmo objeto de uma ciência particular, segundo Michel Albert, a *"subsidiologia".* Eis por que não houve, não pode haver e jamais haverá, no sistema atual, uma recuperação do investimento espontâneo e profundo. Para obtê-lo seria preciso, como escreveu ao presidente da República, em 1982, Renaud de La Genière, na época governador da Banque de France, "que a concorrência seja exercida lealmente entre as redes (financeiras ou não) e que seu desenvolvimento seja função de seu dinamismo e não de seus privilégios".

* * *

Sabe-se que a burocracia é também um dos *handicaps* da Itália moderna. Corrompida por 40 anos de democracia-cristã cujo único mérito parece haver sido barrar o caminho ao comunismo, permitindo indiretamente o desabrochar do *"miracolo",* é um socialista, Betino Craxi, que na Itália abriu as portas ao programa liberal pelo incentivo da "economia paralela", imune à opressiva e inepta burocracia estatal. Havendo sido designado por um Parlamento de maioria de direita, não obstante a força persistente do Partido Comunista (o maior do Ocidente), procurou Craxi realizar essa "conversão ao liberalismo" que consiste sobretudo em reduzir o Estado para moralizar a nação...

O primeiro-ministro "socialista" aparentemente tem consciência das palavras de Maquiavel: "Nós, italianos, somos irreligiosos e corruptos, mais do que quaisquer"... Recorda também do que diz Jakob Burckhardt em seu célebre estudo sobre *A Civilização do Renascimento na Itália,* a respeito da relação íntima entre a corrupção individual e o caráter tirânico, opressivo e ilegítimo da autoridade estatal naquela época. Autoridade estatal esta inibida por uma autoridade eclesiástica, em Roma, ainda mais corrupta.

Muitos observadores têm manifestado o seu espanto com o *mirácolo* italiano, não obstante a ineficiência de sua administração, dirigida por governos transitórios, formados na base de coalisões parlamentares instáveis. Curiosamente, a Itália saiu vencida da guerra de 1940-45, em muito melhores condições do que, vitoriosa, da guerra de 1916-18. Ela

atravessa hoje um dos seus mais notáveis períodos de prosperidade e cria, na Europa, um verdadeiro prodígio industrial de que é Milão o símbolo e a força motora. Ora, o senhor Luigi Barzini, em seu esplêndido livro sobre *Os italianos,* que muito vale a pena citar, critica o aparelho governamental de seu país por vícios que se assemelham aos nossos. Comprova, a meu ver, a existência de um substrato psicológico comum no fenômeno da burocracia teratológica. Barzini começa aceitando em parte a explicação de alguns escritores, seus compatriotas, que atribuem ao longo domínio espanhol na Itália meridional alguns dos males administrativos aparentemente incuráveis do país. A culpa caberia, diz ele, ao desprezo "feudal" dos espanhóis pelas ocupações úteis e produtivas. O *galantuomo* consideraria sinal de distinção o não fazer nada. A ociosidade representaria um *status symbol.* Barzini analisa o assunto num capítulo final intitulado "O eterno barroco" e denomina "preconceitos barrocos" o conjunto de características que Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, entre nós, estudaram e classificaram como "complexo do *gentleman".* A forma principal é o desdém pelo trabalho manual, pelo comércio, o dinheiro e a atividade produtiva. Dizia-se, no Brasil colonial, "o ócio vale mais do que o negócio"... Hoje, a vingança do burocrata preguiçoso, que não é promovido, e do intelectual ocioso, que está na miséria, é pôr a culpa em cima do capitalismo e do imperialismo *yankee...*

Acontece que a burocracia italiana, segundo Barzini, estaria principalmente nas mãos de meridionais, oriundos quase todos da classe dos *galantuomini* do reino de Nápoles e Duas Sicílias, de modo que tais preconceitos teriam permeado toda a Itália oficial nos últimos cem anos. O contraste seria grande com a mentalidade eficiente e produtiva de Milão e Turim (São Paulo e Paraná entre nós...) "A gente modesta é tratada com desprezo em todas as repartições", escreve ainda Barzini. "Os impostos são, em regra geral, como os que eram decretados no tempo dos vice-reis espanhóis, ao acaso, arbitrários e pesados para todo mundo, recaindo especialmente sobre aqueles que manifestam espírito de empreendimento e produzem coisas. A maior parte dos funcionários e dos políticos acredita que a vida econômica é um mal que deve ser estritamente controlado pelas autoridades, como um rio traiçoeiro, e, quanto mais regulada, melhor para todo mundo".

O fato é que essa questão de mentalidade é opaca, envolvendo fatores religiosos, culturais, sociais, econômicos e históricos bem mais complexos que a simples atribuição de culpa aos espanhóis. Lembro-me de um dia haver entrado na Itália, de automóvel, vindo da Suíça. Que contraste entre os dois lados da fronteira! Do lado helvético, dois únicos funcionários, austeros, silenciosos e eficientes: um policial para examinar perfunctoriamente o passaporte e um guarda aduaneiro para perguntar se tínhamos algo a

declarar. Do lado italiano, que desordem, que barulho, que teatro! A fila enorme de carros crescia, enquanto uma dúzia de homens jocosos, desordeiros e trapalhões examinava toda a papelada, fazia perguntas irrelevantes sobre Pelé e o futebol brasileiro, se atrasava nos inúmeros vistos e carimbos e complicava as formalidades — todo o espetáculo histriônico acompanhado de exuberante alegria, *carabinieri* com bicornes de penas multicores, ópera, música, *o sole mio*... Havia uma atmosfera inconfundível de prolífica desordem meridional, contrastada imediatamente com o macambúzio metodismo helvético. Lembrei-me da célebre resposta do guia do Vaticano à pergunta intrigada de Goethe: *"per capire queste cose in Itália c'e bisogno un po' di confusione..."*

O sonho barroco espanhol paternalista, proposto por Barzini, representaria uma situação mental que apresenta certa extensão regional e possui provavelmente explicações psicológicas paralelas em toda a área do Mediterrâneo e do Atlântico Sul. *Un po' di confusione* seria um fenômeno suscetível de exame sob o prisma da "latinidade". Poderíamos acentuar que, como "latinos", herdamos certas características de índole favoráveis à proliferação de burocratas ineficientes, mantendo-nos teimosamente no estágio do patrimonialismo tradicional, muito embora se considerem modernizadores segundo as técnicas do pombalismo redivivo.

Na Espanha, já em princípios do século passado, um famoso jornalista, um dos primeiros "colunistas" da imprensa ibérica, Mariano José de Larra, falava da preguiça burocrática como uma das características espanholas: *"Vuelva usted mañana"*... Goya ilustrou com burros a burrice da administração, na sua famosa coleção de desenhos "Los Caprichos". Fernando Diaz-Plaja coloca hoje a preguiça, juntamente com o orgulho e a luxúria, entre os mais graves dos "sete pecados capitais" do espanhol. O *mañana* a tal ponto se identificou psicologicamente com a Espanha e a América Latina que, para os norte-americanos preocupados com eficiência e urgência, a expressão de certo modo descreve todo o modo de vida coletivo de nosso continente. O continente do amanhã... No Brasil, a fórmula burocrática do *mañana* é "nunca faças hoje aquilo que podes fazer amanhã". Nunca tomes agora a decisão que não possa ser mais amadurecida depois. Nunca despaches o processo que pode ser despachado pelo colega ou o superior hierárquico. Nunca resolvas no momento o assunto desse "interessado" que voltará mais tarde, mesmo de Madureira ou Caxias ou São Bernardo do Campo ou Ceilândia... "Até logo" quer dizer "até depois", "até mais tarde", "até nunca"...

O comentarista espanhol desenvolve outras teses que se aplicam facilmente ao nosso caso, confirmando a presunção de que possui o fenômeno em causa uma extensão

ibérica, senão latina. O autor considera que a principal manifestação da ociosidade espanhola é a ambição de ser funcionário público. Uma vez obtida a nomeação que, com o batismo e o casamento, é um dos três marcos cruciais da existência, a ambição se detém ou se limita a não perder as oportunidades de promoção que vêm automaticamente com a antiguidade. A iniciativa pessoal desaparece. "Alguém (Deus) ou alguma coisa (o Estado) está agora tomando conta dele"...

14

O OGRO FILANTRÓPICO

Oliveira Vianna, em sua *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil,* obra póstuma publicada em 1955, insiste no sentido que só em meados do século XIX foi, entre nós, lentamente penetrando a ideia capitalista, com seus critérios de trabalho, de concorrência e eficiência. Durante a época colonial que, no fundo, se prolonga até hoje, "os cimos da sociedade eram ocupados por uma pequena camada de indivíduos, ou antes de famílias todas elas assentadas sobre tradições de sangue. Estas famílias ou esta pequena camada exercia um prestígio fascinante sobre o resto das outras classes ou camadas da sociedade e por estas era considerada como superior por vários atributos — inclusive o privilégio de autoridade política. Era o *radiant body* de Veblen..." Ora, essas famílias aristocráticas, de "patrícios", "nobres" "eupátridas", "gentilhomens" ou "bem nascidos" consideravam-se desonradas ou desclassificadas (no sentido literal) se algum de seus membros se atrevesse a exercer atividades de trabalho manual, comercial ou artesanal. A virtude militar do nobre não podia ser conspurcada pelo trabalho pago. Oliveira Vianna segue a mesma linha de Peyrefitte, Revel, Gramont, Diaz-Plaja e Barzini ao notar que os padrões da nobreza de raça se opunham, nos países latinos, ao ideal produtivo da burguesia industrial em ascensão nos países protestantes. Cita Costa Lobo (em *História da sociedade em Portugal no século XV)* que considera: "Na Península Ibérica, forçada durante séculos a reconquistar o seu torrão natal contra os inimigos da fé, o sacerdote e o guerreiro enraizaram o seu predomínio e, muito mais desprezadas do que em outros países da Europa, foram as artes da riqueza e os seus obreiros: por isso, quando em tempos modernos foi derrocada a hegemonia daquelas duas classes e o produtor da riqueza tomou o seu lugar na estima pública, as nações da Península acharam-se, pela necessidade fatídica da sua história, imensamente distanciadas".

O nobre, instintivamente, desprezava e detestava o *plutocrata,* isto é, o indivíduo que queria fazer dinheiro pela indústria e não pela guerra. Oliveira Vianna destaca, no nosso *sermo vulgaris,* como forte ainda é a imprimidura deixada pela tradição peninsular na nossa consciência da "vivência nobre". Essa vivência implicava sempre um serviço ao rei, à Corte, ao Estado em suma, e um repúdio correspondente aos riscos da iniciativa privada

produtiva. É fácil de compreender então por que a carreira pública, política ou administrativa, ou a contratação para o funcionalismo continua sendo, em todos os níveis da sociedade brasileira tradicional, um ideal de vida. O traço característico dessa vocação seria, originariamente, o desprendimento. O que quer dizer, o desprendimento de lucros materiais, a repugnância ao dinheiro, a concepção do lucro como ilícito, o ódio ao empresário rico. Esses sentimentos, até então próprios da nobreza de sangue, mantém-se ainda vivos sob o exemplo aristocrático, mas se vão aos poucos corrompendo e vulgarizando, a ponto de explicar sua metamorfose final no ímpeto "fisiológico" de locupletar-se com os dinheiros públicos, tal como ocorre hoje. A conclusão é que o ideal de virtude e de nobreza sempre se concentrou no serviço, o "serviço público". Tendo como objetivo o fortalecimento do Estado, o ideal persistiu enquanto não se identificou, no estágio final de decadência do patrimonialismo, com a perseguição descarada do interesse privado egoísta *à custa do Estado.*

Oliveira Vianna, em sua descrição do fenômeno, acaba identificando-se com o ideal que pesquisa, sem reconhecer as possibilidades de sua corrupção. Ele assevera: "Nas sociedades pré-capitalistas, a riqueza é, para as classes nobres e dirigentes, para as camadas aristocráticas — um *meio;* para estas classes, nas sociedades mercantilistas — um fim. Nestas, a riqueza é aplicada na produção de novas riquezas, naquelas, é inteiramente consumida com as despesas e o desempenho dos encargos que asseguram o *status* dos seus possuidores... O supercapitalista acumula os seus lucros e os aplica produtivamente; o pré-capitalista os despende e gasta. O capitalista é um produtor de coisas necessárias à vida do homem e da sociedade; o pré-capitalista, um consumidor delas. Em síntese: o capitalista produz, o pré-capitalista consome".

Em troca de seus serviços, como observa ainda Oliveira Vianna, o nobre recebe seus *honorários.* O termo ainda hoje existe. Os honorários implicam uma ideia de sinecura. O *farniente* transforma-se no traço distintivo do *status* nobiliário. Na verdade, a justificação ainda persiste como álibi para a preguiça pura e simples, a ociosidade macunaímica. O nosso sociólogo invoca aí a *Theory of the Leisure Class* de T. Veblen. De qualquer maneira, o que se pode certamente deduzir das pesquisas de nosso grande sociólogo fluminense é que, ao contrário das nações nórdicas que, com sua educação ascética puritana, experimentaram a chamada Revolução liberal burguesa a partir dos fins do século XVIII, o Brasil, como os demais países de origem ibérica, católica, mediterrânica ou latina, permaneceu fascinado pelo ideal pré-capitalista, pré-industrial da vida aristocrática guerreira no *farniente,* na aventura e na sinecura, o ideal preguiçoso. Não se pode esquecer

a conotação que trabalho é coisa para negro escravo. É um preconceito que certamente ainda vigora na maior parte do Brasil ao norte do trópico de Capricórnio. Weber dizia: "Aristocrata em sentido sociológico é o homem que, devido à sua posição econômica, dispõe de tempo para dedicar-se à política, podendo viver *consagrado a ela* sem ter que *viver dela,* isto é, um rentista". Na formação de nossa ética econômica e no crescimento do social-estatismo em nossa terra devemos, portanto, levar em consideração que, como assinala Oliveira Vianna (p. 70, *op. cit.):* "Ainda hoje o serviço do Estado, expresso no emprego público, nas altas posições eletivas e nas grandes magistraturas, tornou-se título mais genuíno de merecimento, do prestígio e da nobilitação dos indivíduos nas sociedades da nossa civilização".

Oliveira Vianna termina sua obra anotando os tabus contra as atividades artesanais, comerciais e industriais que teimosamente persistem nas sociedades pré-capitalistas como a nossa. Seu estudo confirma, às avessas, as teses de Weber sobre os efeitos da ética protestante sobre o espírito produtivo do capitalismo — ética precisamente de que ainda estamos à míngua.

* * *

Cabe aqui uma breve referência ao fenômeno do Patrimonialismo na Rússia. Muitos na verdade foram os observadores que destacaram o caráter "patrimonialista" da estrutura social russa, onde a propriedade privada jamais se desenvolveu de modo acentuado, salvo talvez em alguns poucos anos que precederam a primeira guerra mundial e a revolução bolchevique. Afinal de contas, a própria noção de Marx sobre a existência de um "despotismo oriental" como modo de produção que se distingue da transição clássica do modo "antigo", escravocrata, para o feudalismo, e do feudalismo para o capitalismo, implica a tese de que aos domínios do Tzar não se aplica o marxismo. Richard Pipes estudou profundamente a formação do Estado patrimonialista despótico em sua *obra Russia under the Old Regime.* Pipes mostra como a estrutura feudal, imposta sobre as planícies russas pelos Varegas escandinavos, no período dito de Kiev (século XI) — e que se assemelha, guardadas as proporções, aos grandes empreendimentos mercantilistas da Europa dos séculos XVII e XVIII (como, por exemplo, as companhias das índias Orientais e a companhia da Hudson Bay) — se transformou, depois das invasões dos Tártaros e do crescimento do Grão-Principado de Moscou, numa estrutura de caráter distintamente patrimonialista. Ele se aprofunda no exame do gênero de Estado patrimonialista nos séculos

subsequentes do Tzarismo. Este adquiriu a sua característica mais marcante com a imposição final do comunismo. Pois o que é hoje, realmente, a URSS senão o Patrimonialismo da *Nomenklatura?* Pipes acentua ainda que a instituição da propriedade privada nunca encontrou fundamento seguro na Rússia medieval e mesmo na moderna. Consequentemente, jamais ocorreu uma distinção clara na posição do autocrata, ao mesmo tempo proprietário, soberano e pontífice máximo de seus súditos. A monarquia absoluta russa emergiu diretamente de um sistema de domínio senhorial para a exploração econômica, operando largamente na base do trabalho escravo. Esse traço torna-se supinamente evidente no estranho sistema de governo concebido pelo tzar Ivan IV, Grozny (Ivan o Terrível, † 1584). Assim, ao contrário da evolução que distingue a Europa ocidental, na qual os monarcas, mesmo os mais poderosos, sempre tiveram que respeitar os direitos de propriedade de seus vassalos e súditos, o grão-príncipe moscovita evoluiu de uma função de coletor de impostos e tributos do Kanato tártaro, para uma função de dono de todas as terras russas. Na instituição da chamada *oprichnina,* o sistema patrimonialista é curioso: o território russo ficou dividido em duas partes, uma de propriedade privada do Tzar *(oprichnina),* guarnecida por um exército, também privado, de subordinados diretos, os *oprichniki,* espécie de guarda pretoriana de 6.000 soldados e funcionários; e o resto do país, tremendo de terror diante do horrendo despotismo do autocrata enlouquecido. A divisão da população em duas classes, uma dominante, de servidores do Estado, e outra submissa e aterrorizada, antecipa o que hoje acontece com a separação entre os membros do PCUS, os que formam a *Nomenklatura,* e o resto da população proletária. Isso nos confirma na definição do socialismo *real:* a concentração do poder econômico e do poder político nas mesmas mãos. Se tal é o socialismo, deduziríamos que nada mais representa do que uma forma tecnológica moderna do Patrimonialismo clássico...

Muitos observadores se têm, ultimamente, debruçado com curiosidade sobre o modelo que o México nos oferece. Há uns dez anos, quando a ARENA dominava nosso cenário político, se dizia que o Brasil marchava no caminho do partido único, do tipo PRI, o Partido Revolucionário Institucional mexicano. Admirava-se a estabilidade política que essa organização assegurava, o prodígio da autoridade que detém a oligarquia mexicana, e a ordem imposta sem grandes protestos, nem transtornos. A permanência do partido único, prevenindo as crises sucessórias, parecia constituir uma garantia essencial de desenvolvimento. Invejava-se também o *boom* industrial mexicano e sua política externa astuciosa, assim como, merecidamente, se fica extasiado ante a forte individualidade cultural do México, quando posta em confronto com a gigantesca presença do vizinho ao

norte do rio Grande. Numa época em que o regime militar brasileiro era objeto de repugnância universal na Europa e na América, a popularidade do sistema ditatorial mexicano causava espanto, sem outra explicação do que a eficácia maravilhosa da retórica de esquerda. Mais recentemente, dois outros elementos do quadro mexicano atraem a atenção: 1) mais adiantado do que o nosso país está o México no processo de estatização dos meios de produção; e 2) mais avançado também do que o Brasil o fenômeno de corrupção, inseparável desse tipo de socialismo, ardilosamente acoimado de "capitalismo de Estado"...

Cultivado o modelo mexicano por nossa *intelligentsia* tupiniquim, na verdade verificamos que a estrutura de um estado socialista já está montada em torno do Popocatepelt. Aztecas, toltecas, chichimecas, olmecas e tlaxcatecas já mantêm pesadas hipotecas sobre o regime, não faltando nem o suporte intelectual da legitimação ideológica, nem os prodigiosos vícios da *Nomenklatura* dominante. As estimativas oficiais mexicanas sugerem um comando pelo Estado de 75% da economia. As estimativas privadas elevam o cálculo para 85%. A estatização de 57 bancos particulares em 1983 teria contribuído para ultrapassar os 3/4 confessados pelo governo, de conformidade com o programado no Plano Nacional de Desenvolvimento proposto pelo presidente De la Madrid. As diretrizes do Plano não são tanto marxista-leninistas. São estalinistas. Foi Stalin o grande inventor dos planos quinquenais para a coletivização forçada e a industrialização a galope. O poder da classe média empresarial está sendo reduzido pela crise inflacionária e a recessão externamente imposta. Sobram apenas, como setor enérgico da economia industrial, os grandes investimentos estrangeiros, mormente americanos.

Em recente visita ao México fui surpreendido por diversas facetas de uma realidade complexa e singular, com as cores fortes e os sabores picantes do huitlacoche, dos chiles e das mazorcas de milho. Certo, orgulha-se o México de uma poderosa personalidade. Nenhum outro povo latino-americano, nem mesmo o Brasil, se lhe compara no vigor do caráter nacional; na singularidade de um temperamento violento, apaixonado e criativo. Apesar de tudo, o país é muito mais homogêneo racialmente do que o nosso e se achega a um estágio bem mais avançado, no processo de amadurecimento e identificação nacional. As origens mexicanas são claras: o choque do conquistador espanhol e da massa indígena no trauma do longo crepúsculo colonial. A nação ainda vive o estraçalhamento de Tlatleloco, na *noche triste* de Cortez — esse gigante que a memória histórica da raça procura obstinadamente esquecer. Samuel Ramos e Octávio Paz nos falam do perfil do homem mexicano, passavelmente esquizofrênico e perdido no "labirinto de la soledad" que

é a sociedade hispano-azteca. É uma sociedade cuja brutalidade cruenta se reflete em sua arte, de tão pronunciado estilo; nos vastos painéis e pinturas de Rivera, Orozco, Siqueiros, Tamayo; no admirável Museu de Antropologia da cidade do México; na monumentalidade extraordinária da arquitetura pré-colombiana, que só nas pirâmides do Egito e na Muralha da China pode encontrar rival em grandeza; e na crueza sangrenta das lutas civis que se sucederam desde a Independência.

O que parece ser a segunda forte característica mexicana é o nacionalismo — com seu componente inevitável, o antiamericanismo. Não estaria longe de crer seja o próprio socialismo galopante não tanto uma opção econômica deliberada dos mexicanos, quanto uma reação instintiva contra o capitalismo *yankee.* Ambos os sentimentos, nacionalismo e antiamericanismo, são profundamente ambivalentes, como toda relação emocional. A afirmação cega e orgulhosa da identidade e originalidade do México se combina com uma profunda dúvida existencial, não de todo diversa da de nosso próprio "que país é este?". A cultura *yankee* invade a nação através do cinema, da televisão, do *beisebol,* da Coca-cola, da indústria automobilística e de um intenso turismo. Evidentemente, vive o México à sombra dos Estados Unidos. É um imperativo geopolítico irremovível: *pobre México, tan lejos de Dios, tan cerca de Estados Unidos...* Não podemos conceber, no Brasil, a relevância opressiva desse relacionamento pois, ao contrário do México, possuímos um forte ponto de apoio na Europa ocidental. Mas nessa correspondência amor x ódio se descobre ao mesmo tempo a válvula de segurança, eis que dos americanos recebe o país os capitais e a tecnologia de que necessita para seu desenvolvimento; e dos americanos a proteção militar, eivada de complexos de culpa, que lhe permite, sem susto, todas as aventuras ideológicas do lado do extremismo e do anarquismo.

A dívida mexicana atual é proporcionalmente bem mais considerável do que a brasileira, pois se eleva a 100 bilhões de dólares pára um PNB de 130 bilhões, a metade do nosso. O grosso do comércio internacional se realiza com os Estados Unidos: em 1981, importou 17,4 bilhões de dólares de produtos americanos. Além disso, calcula-se em dois milhões o número de trabalhadores clandestinos que, anualmente, cruzam as águas do rio Grande e as longas fronteiras desguarnecidas do deserto do Arizona, para engrossar as fileiras sedentas de *chicanos* e *wet-backs* do sudeste americano. Embora cidadãos de segunda categoria, ali ganham eles cinco ou seis vezes mais que em sua pátria, o que contribui para reduzir a pressão social criada pela presença de dez milhões de desempregados ou subempregados. De um modo geral, a impressão que deixa a cidade do México e algumas outras que visitei é de um nível de vida mediano mais baixo que o

brasileiro, porém sem os grandes contrastes ofensivos como os que existem entre São Paulo e o Nordeste, ou entre a avenida Atlântica e a favela da Rocinha. A revolução mexicana tem mais de setenta anos e não resolveu os problemas sociais do país. Mas continua sendo um paradigma para os economistas de meia-tigela que, desgostosos com nosso próprio processo pseudocapitalista, querem nos afundar ainda mais na estatização.

Quero aqui me referir a um dos ensaios de Octávio Paz, *El Ogro filantrópico.* Num dos capítulos dessa obra, estuda o grande poeta, crítico e ensaísta a fisionomia peculiar do Estado mexicano, oferecendo-nos sugestões que confirmam muitos aspectos de nossa própria tese sobre a etiologia do Dinossauro no Mal Latino. É com satisfação que constato a convergência de suas opiniões com as que tenho defendido no correr dos anos. Inicia Paz seu discurso assinalando que tanto os liberais quanto os marxistas acreditavam, outrora, estar o Estado destinado a desaparecer. Os liberais propunham a redução imediata do poder interventor do governo pela doutrina do *laissez-faire* e a proposta de máxima liberdade individual (liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de trânsito, liberdade de empresa econômica, etc). Os marxistas anunciavam a liquidação do Estado após um curto período de ditadura do proletariado, destinado a suprimir a burguesia e, com ela, a luta de classes. As esperanças e profecias se evaporaram no século XX, quando se revelou o Estado como uma força bem mais poderosa e mais terrível do que os velhos tiranos e déspotas monárquicos do passado. "Um amo sem rosto, desalmado e trabalhando não como um demônio mas como uma máquina fria". No Estado moderno, o mal conquista a universalidade e se apresenta como a máscara do progresso. Paz cita aí o veredicto de Hannah Arendt sobre a "banalidade do mal" — uma lembrança que se refere à análise de Arendt quanto à personalidade de Eichmann.

O autor mexicano concorda com nosso ponto de vista de que o Estado latino-americano é herdeiro do regime patrimonial ibérico — sendo por outro lado o palanque da modernização. Sua realidade é ambígua, contraditória e fascinante. Paz acrescenta que, não obstante a onipresença e onipotência do Estado no século XX, só recentemente renasceu, em França, na Alemanha e nos Estados Unidos a crítica ao Estado. Preocupados com a temática da dependência e do subdesenvolvimento, os estudiosos latino-americanos não se debruçaram ainda sobre o problema do Estado. Contudo, o ensaísta está combatendo no México por uma causa que o nosso próprio grupo da Sociedade Tocqueville procura iniciar no Brasil: a crítica neoliberal ou neoconservadora ao Dinossauro, ou seja ao "ogro filantrópico". O ilustre mexicano faz referências diretas a Max Weber sobre o qual sustenta seu arrazoado quanto ao papel hegemônico da autoridade estatal. Para tal, traça um paralelo

com o que ocorreu na Rússia na transição do tzarismo para o bolchevismo. Ele salienta que o Estado patrimonial mexicano constitui uma sociedade cortesã, pois no regime patrimonial o que conta, em última análise, é a vontade do príncipe e de seus clientes e agregados. Escreve Paz: *"La burocracia mexicana es moderna, se propone modernizar al país y sus valores son valores modernos. Frente a ella, a veces como rival y otras como asociada, se levanta una masa de amigos, parientes y favoritos unidos por lazos de orden personal. Esta sociedad cortesana se renueva parcialmente cada seis años, es decir, cada vez que asciende al poder un nuevo Presidente. Tanto por su situación como por sua ideologia implicita y su modo de reclutamiento, estos cuerpos cortesanos no son modernos: son una supervivencia del patrimonialismo. La contradicción entre la sociedad cortesana y la burocracia tecnócrata no inmoviliza al Estado pero sí vuelve difícil y sinuosa su marcha".*

O ponto nevrálgico do desenvolvimento do Estado mexicano se colocaria na ditadura de Porfírio Diaz. O rei-sacerdote azteca, o vice-rei espanhol e o ditador do período da independência foram substituídos, a partir de Porfírio Diaz, por um presidente todo-poderoso. Foi Porfírio Diaz que, governando direta ou indiretamente de 1877 a 1910, fez do México uma sociedade débil, governada por um Estado forte. O general na verdade desempenhou na história mexicana um papel que poderíamos descrever como o do despotismo esclarecido modernizador, legitimado pela liderança carismática — combinando assim o personalismo populista de Getúlio Vargas com a tentativa de racionalização característica, entre nós, do regime militar de 1964. A revolução industrial foi desencadeada no México naquela época. Isso colocaria o México uns 70 ou 80 anos na frente do Brasil, em seu desenvolvimento histórico. O ritmo do processo, entretanto, tem sido ali mais lento do que entre nós.

Porfírio Diaz criou um Estado que foi o principal agente da modernização. Mas a iniciativa de empresas industriais, a construção de estradas de ferro e o tremendo avanço adquirido no princípio deste século no disparo da revolução não foi tanto a expressão do dinanismo de uma classe burguesa, quanto o resultado de uma política governamental deliberada de estímulos e incentivos. O próprio turbulento processo revolucionário iniciado em 1910 interrompeu, então, por 40 anos, o desenvolvimento. Posteriormente, o presidencialismo sustentado pelo PRI "restaurou, graças às duas garras do Estado herdada da Nova Espanha — a burocracia e o exército — a solidez e estabilidade do Vice-Reinado" que haviam sido perdidas, da primeira vez, na agitação provocada pela independência e, da segunda vez, pela própria revolução. O processo de fortalecimento do Estado que foi absorvendo o antigo poder moral e econômico da Igreja se registrou, principalmente, na

presidência anticlerical de Plutarco Elias Calles († 1945). Hoje, é o Estado "o capitalista mais poderoso do país, ainda que não seja, como todos sabemos, nem o mais eficiente, nem o mais honrado". Paz considera que as duas burocracias que dirigem o México, a administrativa e tecnocrática, formando o pessoal governamental, e a que é constituída pelos profissionais da política encastelados no Partido, são a mente e o braço da modernização. Essas duas burocracias vivem em contínua osmose e passam, incessantemente, do partido ao governo, e vice-versa. O Estado é sustentado por uma trindade secular: o capital, o trabalho e o partido. Mas não é totalitário. *É um Estado patrimonialista que pertence a uma dupla burocracia.* Além disso, existe uma nova classe emergente, oriunda da pequena burguesia empresarial e formada por estudantes e intelectuais. Estes desempenham hoje o papel que cabia outrora aos frades e clérigos — com a diferença que o lugar antes ocupado pela teologia e a religião o é agora pela ideologia. Em nosso século, acentua Paz, a ideologia não é só uma lente de aumento, é também um cristal deformante que produz toda espécie de aberrações — não cromáticas, mas morais.

A racionalidade do Estado, afirma Paz, "não é a utilidade, nem o lucro, nem a poupança, é o poder: sua conquista, sua conservação, sua extensão. O arquétipo do poder não está na economia mas na guerra; não na relação polêmica capital x trabalho, mas na relação hierárquica chefes x soldados. Donde o fato de que o modelo das burocracias políticas e religiosas seja a milícia: a Companhia de Jesus e o Partido Comunista.... A burocracia do PRI, continua o notável escritor, "está a meio caminho entre o partido político tradicional e as burocracias que militam debaixo de uma ortodoxia e que operam como milícias de Deus ou da História". O regime nascido da revolução — que se iniciou com a derrubada de Porfírio Diaz — "viveu muitos anos sem que ninguém pusesse em dúvida sua legitimidade. Os sucessos de 1968, que culminaram com a matança de várias centenas de estudantes, quebraram gravemente essa legitimidade, gasta além disso com meio século de domínio ininterrupto". O resultado, observa Paz, foi a corrupção. O processo de corrupção econômica e ideológica alcançou seu apogeu nas duas últimas presidências, a de Echevarria e a de Lopez Portillo. Do senador Jorge Diaz Serrano, íntimo de Lopez Portillo, se diz que defraudou a Pemex em 34 milhões de dólares — pelo que foi formalmente acusado. Nada por enquanto aconteceu ao ministro do Patrimônio, Jose Andres de Oteyza, superior hierárquico de Diaz Serrano quando era este presidente da Pemex. Nem tampouco ao economista marxista Carlos Tello, sobre o qual pairam dúvidas quanto ao destino de cem milhões de dólares do Banco do México, no período em que o dirigiu. Diga-se em louvor da

tecnoburocracia mexicana que não faz por menos...

O ponto interessante que nos desperta a análise de Paz, de uma perspectiva comparativa, é o contraste entre o ocorrido no México desde 1910 e o desenvolvimento político do Brasil a partir de 1930. No México, a revolução deu inicialmente o poder a uma série de generais que se disputaram a presidência pela força — Huerta, Obregon, Cárdenas, Avila Camacho, às vezes com a assistência de figuras mais próximas do banditismo do que da disputa política, como Pancho Villa. Mas, a partir de 1940, o poder passou á ser controlado pela burocracia — que reina até hoje. No Brasil, ao contrário, a experiência getuliana cindiu a "classe dominante" patrimonialista e social-estatizante em uma "esquerda" e uma "direita". A esquerda foi para o PTB, o sindicalismo e a nova classe de pelegos da mente. A direita para a UDN e os militares de linha dura de 1964 a 1969. O resultado é que dois regimes sensivelmente parecidos foram impostos às duas nações, legitimados por pseudo-ideologias opostas: no México, o ministro da Justiça do PRI podia impunemente ordenar a matança de estudantes baderneiros e ainda emergir gloriosamente como presidente e governar como expressão de um regime supostamente esquerdista (e, inclusive, ambicionar o recebimento do Prêmio Nobel da Paz!) — enquanto, no Brasil, a repressão sob o AI-5 era acoimada de "direitista", "fascista", "reacionária" etc. Jean Meyer (em *Technocrates en uniforme),* citado por Paz, analisou essa distinção característica entre burocracia política e burocracia militar, estamentos que têm pretendido encabeçar a modernização nos países em desenvolvimento. Contudo, o problema político central do momento continua a ser, a meu ver, o da centralização burocrática num Estado de autoridade patrimonialista tradicional, se pretendendo "moderno" e vulnerável ao messianismo populista. O problema, em suma, do autoritarismo paternalista *contra* a liberdade individual do cidadão responsável. É esse problema que está sendo inextricavelmente confundido pelas falsas simplificações ideológicas que criaram a dicotomia de esquerda e direita.

Por isso, completando o que nos diz Octávio Paz, podemos sugerir que o terceiro aspecto da conjuntura mexicana que mais impressiona é o ideológico. O nacional-socialismo mexicano possui uma irracionalidade característica. Sendo uma sociedade eminentemente conservadora, como testemunham aliás Samuel Ramos e Octávio Paz — criou uma formidável superestrutura ideológica revolucionária e esquerdista que serve para legitimar o despotismo da classe burocrática. Dir-se-ia que a aliança entre o poder temporal e o poder espiritual, proposto pela igreja da Contra-Reforma, se metamorfoseou na "religião civil" da presente conjuntura leiga. Ao contrário do Brasil, não existe um dissídio, um

confronto entre a classe intelectual, que se quer anticlerical, marxista e oposicionista, e o governo: o esquerdismo da *intelligentsia* oferece todo apoio ao que constitui, na verdade, o segmento burocrático dominante. É curioso visitar as exposições de arte moderna mexicanas: o motivo quase perene é o da crítica política e social, como se a "elite opressora" não fosse exatamente aquela que financia tais exposições e guarnece o Partido Revolucionário Institucional, de cujas benesses depende toda a vida cultural do país. Prodígio de "duplo-pensar" que entusiasmaria Orwell! A intelectualidade marxista se impõe não apenas sobre as artes mas sobre os órgãos de opinião. Homens como Heberto Castillo e Manuel Buendia escrevem nos principais jornais, inclusive no mais influente de todos, o *Excelsior*. O pior é o controle quase absoluto que os marxistas detêm na Universidade do México, onde 300.000 alunos são condicionados pelo nacional-socialismo marxista-leninista para assumirem o futuro do país. Paz tem toda razão quando julga o sistema mexicano baseado num gigantesco jogo-duplo. "A mentira instalou-se em nossos povos quase constitucionalmente", afirma ele. "O dano foi incalculável e alcança áreas muito profundas de nosso ser. Movemo-nos dentro da mentira com a maior naturalidade... Disso resulta que a luta contra a mentira oficial e constitucional seja o primeiro passo para toda tentativa séria de reforma." A "democracia" mexicana, credora de tamanho apreço por parte da claque esquerdista internacional, é a mesma que manda fuzilar pelo exército os estudantes baderneiros da Universidade "autônoma". É a mesma que censura e controla a imprensa pelo mecanismo peculiar de distribuição privilegiada do papel de jornal. É a mesma que fixa os salários e mordomias monumentais da direção das estatais, selecionada particularmente na oligarquia do PRI. E um Sistema admirável! Uma barretada a esses farsantes...

Em matéria de política externa é que as acrobacias ideológicas do sistema obtiveram seus mais incontestáveis sucessos. Aliás, desde a década dos trinta quando flertou com Stalin e abrigou Trotski. Em troca do discreto apoio concedido à URSS nos cenáculos internacionais, onde vota quase que invariavelmente com a ala radical terceiro-mundista, obteve imunidade (por enquanto...) contra a ação do terrorismo e das guerrilhas comunistas. *Qui pro quo*. Sustenta, contudo, o regime marxista da Nicarágua e as guerrilhas vermelhas na América Central e não seria de admirar se um dia o feitiço se virasse contra o feiticeiro: afinal, poucos países na América Latina continuam a oferecer um espetáculo mais deprimente de tamanhas massas de miseráveis desempregados, alimentados com *tortilla* e propaganda.Um dia poderá ocorrer que eles se decidam a passar da ingestão passiva da *theoria* para o exercício mais ativo da *praxis* revolucionária...

Pouco a pouco reduzida pela inflação e a recessão à dieta de *tortilla-e-feijão* que corresponde ao alimento diário das multidões "libertadas" pela revolução de Zapata e Pancho Villa, de Madero e Carranza, de Obregon, Calles e Lázaro Cárdenas — a classe média mexicana, dedicada à livre empresa mas espremida entre aquelas massas e a oligarquia burocrática do Partido, tenta desesperadamente retomar o crescimento esperançoso que se registrou no princípio do *boom* industrial. Uma alternativa seria política. A pequena burguesia está começando a votar na oposição. Para o partido único da burocracia esquerdizante e socializante tem sido ominoso o crescimento de uma oposição "de direita", cristalizando-se em torno do PAN (Partido de Acción Nacional). Outra alternativa seria o refúgio do outro lado das fronteiras setentrionais. E não é de surpreender que a indigitada terra dos "imperialistas ianques" esteja recebendo a avalancha imigratória de "hispanos" — muitos dos quais constituem uma elite intelectual do que de melhor possui a América Latina para oferecer. O *brain-drain* não é aí palavra vã.

Concluímos com a constatação de que é o México o exemplo supremo do poder hipnótico e desastroso do mito revolucionário de que nos fala o venezuelano Carlos Rangel. O mito é utilizado com perícia pela oligarquia do PRI. Um outro recurso estupendo é também regularmente posto em prática, segundo o exemplo da Europa oriental: derrama-se por cima do presidente que sai a responsabilidade por tudo que há de perverso no sistema. O homem que parte é o bode expiatório. O homem que entra é o Messias esperado que vai salvar a pátria. Balança-se além disso, ciclicamente, um período presidencial conservador e financeiramente austero, com um período presidencial progressista e pródigo. Mas até quando funcionará esse mecanismo maquiavélico? Nação já muito entranhada no caminho da socialização, dirigida por um partido ditatorial de índole pseudomarxista, alimentada por um nacionalismo histérico antiamericano cuja vitamina econômica é o capital norte-americano — pode o México tornar-se facilmente, por afinidade eletiva, uma área de influência soviética às portas dos Estados Unidos. Washington não parece muito consciente desse perigo, comparado ao qual Cuba, Nicarágua e Salvador seriam brinquedos de criança. No México poderá também um dia jogar-se a sorte do Ocidente...

Há algo de depressivamente autodestruidor e sangrento no labirinto da solidão mexicano. Os aztecas sacrificavam anualmente milhares de prisioneiros no ritual do deus Huitzilopochtli: os corações das vítimas eram arrancados, ainda pulsando, como alimento sangrento necessário ao nascimento diário do Sol. Com algumas centenas de espanhóis a cavalo, Cortez conquistou o império dos Mexica porque as famosas "massas" indígenas acabaram se fartando da cruel insensibilidade da tribo dominante. Acolhendo os invasores

de ultramar que lhes ofereciam uma forma de vida mais civilizada, converteram-se a um deus mais humano, mais sábio e pedagógico, identificado a Quetzalcoatl. Talvez o mesma venha novamente a ocorrer, em termos modernos...

* * *

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil* a 15 de agosto de 1986, o ilustre jornalista Juarez Bahia desanca, sob o título "A lógica passional", o "diplomata" americano Lawrence Harrison que, em entrevista na *Veja,* teria manifestado opiniões "deterministas" sobre a inferioridade dos povos ibéricos. Harrison é acusado de racismo. É mesmo comparado a Gobineau e se lhe atribuem opiniões antissemitas e caluniosas contra as nações da América Latina.

Li o Livro de Lawrence Harrison que se intitula *Underdevelopment is a State of Mind***,** publicado em Harvard em 1985. E com ele discuti o tema, em Washington. Não encontrei em suas opiniões nenhum dos condenáveis preconceitos racistas alegados. Pelo contrário. A posição francamente culturalista do autor contradiz de modo radical a alegação do jornalista brasileiro de que "Harrison elege o determinismo cultural como síntese dás objeções raciais e climáticas" levantadas contra a América Latina. Ora, não existe tal coisa, chamada "determinismo cultural", de base racista e climática. O culturalismo, como aliás bem argumenta o autor americano, pressupõe um "estado de espírito", uma situação mental, uma realidade psicológica, uma decisão subjetiva na liberdade e na indeterminação, infensa a qualquer espécie de materialismo geográfico, racial ou histórico. Obviamente, muita gente boa sente dificuldade em compreender o arrazoado de Lawrence Harrison — o qual, acrescente-se, não é um "diplomata americano" mas um *scholar* que serviu, de 1962 a 1981, na Agência Internacional pelo Desenvolvimento (AID) na América Central.

Harrison, em sua pesquisa, segue um método comparativo bastante eficaz porque baseado na experiência direta dos povos examinados. Assim, por exemplo, traça um paralelo entre a Nicarágua e a Costa Rica. Explica os motivos históricos presumíveis do contraste entre a primeira dessas nações — trágica e permanentemente afetada pela violência, a guerra civil, a anarquia e a ditadura — e a segunda, um dos melhores modelos de democracia na América.

Na comparação entre Haiti e Barbados, Harrison salienta as semelhanças no clima, na formação étnica, na produção econômica e na origem escravagista das duas ilhas do Caribe. Como explicar então o destino tão flagrantemente contrastante de Haiti e Barbados,

ambas habitadas por descendentes de escravos africanos? Haiti é o mais escandaloso exemplo de miséria, subdesenvolvimento e colapso político do continente. Barbados, ao contrário, goza de uma renda *per capita* superior a três mil dólares e um índice de 99% de alfabetização. Os *West Indians* pretos que emigraram para os EUA desfrutam hoje um nível de vida que excede o da média americana e é quase o dobro da dos negros nativos. No meu entender, Harrison atribui corretamente o sucesso dos pretos de Barbados ao fato de haverem absorvido a cultura inglesa com seu substrato moral e religioso, sua ênfase na responsabilidade individual e seu incentivo liberal ao *self-government.* O colonialismo britânico gerou na ilha uma predisposição à liberdade na ordem, tradição oposta à do estado burocrático, mágico, paternalista e centralizador que se impôs em Haiti com a colonização francesa. Esta, além disso, também trouxe consigo o ímpeto romântico jacobino de rebeldia que conduz, por conversão dialética, ao despotismo. O contraste é mais saliente se compararmos o resultado alcançado por onze ex-colônias britânicas do Caribe (renda média *per capita* de US$2.000) e 21 nações da África Ocidental cuja renda *per capita* média, em conjunto, é de 700 dólares. Outro paralelismo esclarecedor sugerido por Harrison é entre Haiti e a República Dominicana, duas nações vizinhas. Seu argumento, porém, não é aqui tão preciso. No confronto entre a Argentina e a Austrália chegamos ao âmago do problema. Argentina e Austrália, nações de aproximadamente o mesmo nível de desenvolvimento cultural, a mesma extensão territorial e a mesma abundância de recursos naturais, estão hoje, a primeira, no rol das subdesenvolvidas, a segunda, com uma renda *per capita* de 10.000 dólares, entre as mais avançadas do mundo. O mistério da decadência argentina, após o esplendor do princípio do século que a levou à vanguarda do progresso mundial, como já tivemos ocasião de acentuar anteriormente, é um dos mais espessos da sociologia e muitos pesquisadores se hão debruçado sobre o problema, procurando entendê-lo. A princípio, com os radicais de Irigoyen, depois com uma sucessão quase ininterrupta de golpes de estado, ditaduras militares e instáveis governos civis, foi a Argentina perdendo terreno, não obstante manter índices sociais e culturais passáveis. A que atribuir a dramática decaída? O peronismo e o tipo de populismo carismático de índole nacional-socialista são apenas um sintoma de um mal profundo, de difícil diagnóstico. Curiosamente, Domingos Sarmiento, um dos maiores pensadores argentinos, já se intrigava com as causas misteriosas da anarquia dos Pampas que atribuía ao fundo árabe-mourisco da população ibérica. O que poderíamos simplesmente propor é a tese de que *os países são todos livres e responsáveis por seu destino.* Em última análise, *progride aquele que se sabe governar.* A boa política é o segredo do desenvolvimento e do bem-estar do povo.

O jornalista brasileiro parece insurgir-se contra as críticas de Harrison à indolência hispânica e às "atitudes fundamentalmente antidemocráticas, antiprogressistas, antissociais e, no caso da elite, até antitrabalho que decorrem da própria cultura ibérica". Bahia, ao que consta, se sente ofendido como brasileiro por essa crítica. Incidentalmente, Harrison não se refere ao Brasil em parte alguma de sua obra, mas poderíamos traçar um paralelo elucidativo similar — segundo seu método — num confronto entre São Paulo, o Brasil moderno, e o Norte-Nordeste, o Brasil arcaico. E não há dúvida que em São Paulo se trabalha mais do que no Norte-Nordeste. E de qualquer forma, por que se rebelar contra uma verdade? Os próprios autores espanhóis — entre outros Ortega y Gasset, Madariaga e Diaz-Plaja — reconhecem a indolência como um dos mais frequentes entre os "sete pecados, capitais" ibéricos, pelo menos entre as elites. Esse defeito, juntamente com o particularismo egoísta e familista e a tendência a tudo fazer depender do Estado patrimonialista, centralizador e retrógrado, são também encontradiços entre nós. Por que o negar? Meus caros leitores, a culpa não está nas estrelas, como já prevenia o Cassius shakespeareano, mas em nós mesmos se somos inferiores. Querer projetar a culpa por nosso subdesenvolvimento em fatores exógenos, como fazem os marxistas e os nacionalistas, só serve para confundir a questão e retardar ainda mais a necessária conscientização, essencial ao esforço pedagógico de correção de nossas mazelas.

15

O BOM GOVERNO PODE SER ENSINADO

A burocracia pode ser explicada ou definida, em certo sentido, como o produto de uma estrutura paternalista colonial ou patrimonialista, pré-capitalista — um organismo arcaico que, por inércia, se mantém em pleno século vinte, atrasando o nosso necessário progresso. Sociologicamente, certos aspectos lhe são sem dúvida peculiares: a inércia, o conservadorismo e a cristalização de velhos privilégios e hábitos que datam do tempo dos vice-reis. Esses aspectos arcaicos não podem ser olvidados, como vimos. Assim, a permanência de uma mentalidade pré-capitalista pode fazer com que uma tal estrutura, dita "obsoleta", se transforme numa estrutura considerada "moderna" ou "progressista", sem nada eliminar de seus vícios. Em nome do socialismo, pode-se restaurar formas antiquadas de paternalismo. Karl Marx, não podendo prever o desenvolvimento burocrático na "primeira pátria do proletariado", já prevenia contra o formalismo que "se torna um poder real, sua substância e próprio conteúdo... um tecido de ilusões". Temia Marx que "os objetivos do Estado se tornassem os da burocracia". Assim se explica que a burocracia ineficiente dos Tzares se tenha metamorfoseado no "Primeiro Círculo do Inferno", que nos descreve Alexandre Solzhenitsyn sob a forma dantesca de uma eficiente e ultramoderna prisão estaliniana. O Dinossauro se transforma, nesse caso, em Tiranossauro. A Nomenklatura é a cabeça do Leviatã...

No Brasil pode assim ocorrer que o Vice-Reinado de outrora se transforme no Estado cartorial de hoje; a Corte da Quinta da Boa-Vista, na Copa-e-Cozinha do Planalto; o latifúndio do açúcar, no sindicato dos boias-frias; e o fazendeiro soberbo, no tubarão e no pelego. Assim podemos dar um pulo do Governo Geral para o Estado nacional-sindicalista, sem que isto afete a estrutura da mentalidade burocrática. Pelo contrário, há indícios de que isso poderia ocorrer num ambiente estatizante. Já no Brasil esse perigo começou a materializar-se sob influência do getulismo ideológico e pouco falta para que façamos a experiência de um "Governo Geral" do século XVIII, vestido de *slogans* marxistas do século XX. Cuba, ao que parece, está completando uma experiência desse tipo, pois a ineficiência burocrática seria ali de tal magnitude que inspirou ao senhor Anastas Mikoyan, velho bolchevista, ministro soviético do Comércio Exterior e armênio esperto, seu célebre

comentário sobre a incompatibilidade da rumba e do socialismo.

É evidente que o problema do futuro da burocracia escapa ao âmbito de um estudo dedicado meramente à exploração de certos aspectos rebarbativos da nossa administração, os quais exprimem peculiaridades de nossa mentalidade coletiva. A burocracia, sem dúvida, é um fenômeno sociológico da época moderna. Dela sofremos nós, como sofrem outros povos, de outras raças e sob outros regimes. Existe burocracia em todo o mundo. Nos países capitalistas, como nos comunistas. A Ocidente como no Levante. Os americanos queixam-se de sua *red tape* e multiplicam as denúncias contra o crescimento do Estado desde Wilson, Roosevelt e Johnson. Os ingleses produziram um especialista, C. Northcote Parkinson, que empreendeu estudos tão aprofundados quanto deliciosos sobre ciência de administração, formulando uma lei famosa que lhe carrega o nome. Esta foi recentemente comprovada empiricamente. Nos países comunistas, a "nova classe" de burocratas centralizantes que, pouco a pouco, substituiu os antigos agitadores profissionais à testa do partido e do Estado, começa a ser combatida como um estorvo ao desenvolvimento e uma traição à Revolução. A "Revolução Cultural" maoísta foi dirigida contra os burocratas do PCC, mas Deng Xiaoping venceu a parada e hoje parece empenhado em "abrir" o país interna e externamente, em que pese a resistência desses mesmos burocratas. A burocracia é o produto monstruoso do século XX e da civilização industrial em seu presente estágio. Ela representa o próprio *establishment* em todos os seus níveis hierárquicos. Um outro autor recente, já citado, Laurence Peter, formula o seu Princípio de Peter do seguinte modo: "em uma hierarquia, todo empregado tende a elevar-se ao nível de sua própria incompetência; a nata eleva-se até azedar". A nossa burocracia, nesse sentido, não é diferente das demais, refletindo certas tendências universais da sociedade moderna, apenas que foram sobrepostas a alicerces de paternalismo colonial e são modificadas pelo calor original da *Mamãezada* de nossa sociedade erótica.

Como fatalidade moderna a burocracia é, pois, não somente um arcaísmo, como um desafio do futuro. Mesmo a rebelião dos *hippies* representou um protesto, talvez necessário, ao excesso de arregimentação, especialização e mecanização que o *establishment* impõe. A crítica de Parkinson também se endereça ao que a evolução burocrática tem de excessiva e monstruosa. Parkinson previne que "o trabalho expande para encher o tempo disponível". Consciente está de ser a problemática a do excesso, do desperdício de trabalho — trabalho não produtivo e desumanizante, com papelório, carimbos, arquivos, assinaturas, etc, e todas as regras do jogo de poder entre homens que, aos poucos, se vão tornando como que *chips* de um imenso computador social. Laurence

Peter denomina "automatismo profissional" a reação rotineira do burocrata para quem os meios são mais importantes do que o fim, sendo o exemplo clássico o da enfermeira que acorda o doente para dar-lhe um dormitivo. Em nosso serviço público, é notória essa tendência em transformar a papelada em um fim em si mesmo. Peter chama aos autômatos profissionais de "invertidos", porque invertem a relação meio-fim. Na sociedade lógica e pragmática, como é á americana, o excesso de automatismo descambará para o acúmulo inútil de fatos e informações. No Departamento de Estado foram levantadas críticas — por parte inclusive de um antigo embaixador no Brasil, Ellis Briggs — a essa patologia, citando-se como exemplo a Embaixada dos Estados Unidos então ainda no Rio, um de cujos mil funcionários se ocupava de redigir doutos relatórios sobre os hábitos reprodutivos das mariposas da Amazônia. Por que, de fato, precisa o governo de Washington saber algo sobre as mariposas amazônicas? Por que essa curiosidade de *esprit mal tourné?* O que se censura nesse caso é a futilidade de relatórios indigestos, a teratologia dos arquivos, a sócio-patologia dos escritórios de comando da revolução gerencial, a psicopatologia do *rond-de-cuir...* Num povo preocupado com coisas, como é o americano, a doença forçosamente tomará essa forma fetichista macrocéfala extravagante. Aliás, ali mesmo está ocorrendo uma evolução e os americanos já se queixam tanto de sua burocracia agigantada quanto de sua própria ineficiência. O professo Abraham Zaleznik acredita que "o espírito do Mediterrâneo" está começando a afetar a ética protestante...

A mesma moléstia, atingindo uma sociedade erótica como a nossa, preocupada não com coisas mas com pessoas, desenvolverá, não o trabalho, mas a ociosidade. A transformação dessa sociedade pela burocracia não se fará no sentido de uma maior racionalidade, como desejava Weber, mas de uma inflação irracional de efetivos. A lei de Parkinson, adaptada às nossas circunstâncias, poderia ser formulada do seguinte modo: *"o pessoal expande para encher o tempo disponível de ociosidade"...* (Sugiro ao senador Roberto Campos incluir esta variante parkinsoniana entre as suas já famosas "leis do Kafka"!)

O presidente Wilson chamava de "eficiência espiritual" o pensamento claro e desinteressado, e a ação destemida. Ora, a nossa sociedade não é lógica, não é racional, não gostando nem do pensamento claro, nem da ação destemida. Seus critérios não são os da eficiência ou *achievement,* mas os da simpatia, do jeito, do afeto e da cordialidade. Os dois critérios são incompatíveis. Excluem-se mutuamente. Eficiência significa aplicação do espírito à coisa e ao fato objetivo. Exige método, disciplina intelectual, pontualidade, sensibilidade ao empírico, atenção ao pragmático, capacidade de abstrair os sentimentos

pessoais em cada caso, em proveito do serviço em trabalho de equipe — traços e qualidades estes que são visíveis no tipo psicológico de pensamento e sensação, porém geralmente carentes no de sentimento e intuição. Para o funcionário brasileiro, prosperando num regime de natureza patrimonialista, cuja característica fundamental é a confusão entre o público e o privado — o emprego público é uma espécie, peculiar a nosso país, de *otium cum dignitate,* acessível ao aristocrata privilegiado que todos nós nos consideramos; uma forma sublime de previdência social que descobrimos muitos antes do socialismo. Pelo menos para dois ou três milhões de "servidores" e seus dependentes, Papai Noel ainda existe e o paraíso socialista já chegou. É o grande sonho da sinecura. A utopia cartorial. O Estado que, em outras plagas, aparece sob a forma de uma entidade hobbesiana, austera, poderosa e onipotente, às vezes tirânica — surge entre nós como imagem eminentemente rousseauniana, espécie de vaca leiteira ou de mãe-negra; ele parece existir para acolher, proteger, amamentar, sustentar (nomear, pagar, promover, aposentar) seus filhinhos queridos. O monstro do Cambriano que nos administra é um animal do sexo feminino: uma supermãe paquidérmica.

Entretanto, há uma fatalidade na burocratização da sociedade. Estamos sofrendo aquilo que James Burnham chamou a "revolução gerencial" e, mais recentemente, J. Galbraith descreveu como a nova instituição, a *Tecnoestrutura.* Os puritanos queriam ser profissionais, no sentido de cumprir a sua vocação religiosa. Nós estamos condenados a sê-lo. O próprio gigantismo da economia, da técnica e organização no mundo moderno impõe o tipo de racionalização no comando que consubstancia a nova tecnocracia gerencial — isto, quaisquer que sejam os percalços saudosistas que uma tal evolução nos possa inspirar. O burocrata, como tecnocrata, será sempre mais poderoso do que o *hippie* porque *o burocrata, por definição, dispõe do poder.* O autor polono-americano Zbigniew Brzezinski, ex-secretário do Conselho de Segurança Nacional do governo Carter, no livro *Between Two Ages,* admite que a sociedade — e não somente num âmbito universal mas no nível de cada nação ocidental, inclusive Estados Unidos — esteja cada vez mais rigidamente dividida entre os que pensam e os que sentem. De um lado os tecnocratas, tranquilos e metódicos, discípulos de Hobbes, controlando rudemente o poder. Do outro, os que Brzezinski chama de "emocionalistas" em rebelião contra a desumanização da sociedade de computadores. São os discípulos de Rousseau.

Ora, o nosso desenvolvimento está chegando. Ele impõe suas condições, as duras exigências de luta pela vida — e uma das principais, na sociedade industrial, é a da eficiência. Precisamos de uma hierarquia eficiente, inteligente, competitiva e dedicada para

conduzir o desenvolvimento. Precisamos de uma elite governante, pequena como toda elite. A nossa revolução deve ser uma revolução de mentalidade — não revolução no sentido romântico literário que simplesmente derruba a Bastilha dos privilegiados, guilhotina as elites, queima os castelos dos ricos e se empenha em violência inútil. O de que precisamos, sem prejuízo da contribuição que sempre nos darão os que sentem, é uma revolução do Logos — do bom senso, do equilíbrio, da inteligência — coisas que são necessárias, embora difíceis de obter, pois sem elas o monstro burocrático obsoleto estará sempre crescendo desmesuradamente.

É nesse ponto que se coloca uma das mais cruéis opções com que nos deparamos em nosso esforço de renovação e modernização — pois, se não eliminarmos a mamãezada e substituirmos o paquiderme terciário por um organismo mais evoluído, serão vãs nossas esperanças de desenvolvimento. A opção é essa. Só essa.

* * *

A pergunta natural para quem, de frente, fita o Dinossauro anteriormente descrito é o seguinte: Que fazer? Como caçar o monstro? Como eliminá-lo? Como diminuir o empreguismo, banir o clientelismo, combater o nepotismo, selecionar os melhores, aumentar a dedicação dos servidores, apressar e simplificar os processos, suprimir as tolices, racionalizar os serviços, *reduzir o poder do Estado?*

Não se trata tanto, a meu ver, de tomar esta ou aquela medida legal corretiva quanto de "mudar a mentalidade". Algo que virá lentamente com a educação, com o esforço consciente do governo e com o próprio desenvolvimento. Uma sociedade liberal moralmente estruturada poderá superar o estágio da mamãezada patrimonialista. Mas não é o caso de debater os remédios. Todo mundo sabe quais são, sobretudo se pertence à própria classe. Atrevo-me aqui apenas a apresentar uma sugestão num setor particular, embora crucial: o da seleção inicial para o alto funcionalismo. A ideia é a de criar, no Brasil, uma instituição calcada no modelo francês da *École Nationale d'Administration.*

Esse modelo talvez seja aplicável ao Brasil. Certos sucessos recentes de nossa história parecem indicar a existência, no setor de formação das elites administrativas do país, de uma espécie de vácuo que poderia ser preenchido por uma escola superior desse tipo. Com efeito, ao lembrar o crescimento da Fundação Getúlio Vargas e de várias faculdades de Administração em universidades brasileiras, assim com cursos de formação e aperfeiçoamento dos funcionários mantidos por algumas repartições federais e governos

estaduais, cabe ainda mencionar o papel desempenhado pela prestigiosa Escola Superior de Guerra.

No sistema que propomos, calcado no modelo francês, a Escola Nacional de Administração assumiria uma função precisa e nitidamente delimitada: assegurar o recrutamento e a formação da fração superior do funcionalismo civil. Na França, essa fração inclui os que devem servir nos grandes conselhos de Estado, na Inspetoria-Geral de Finanças (os inspetores de finanças, como o presidente Giscard d'Estaing ou o primeiro-ministro Fabius, constituem a elite da economia francesa, pública e privada), Tribunal de Contas, Corpo de Prefeitos (que são todos nomeados pelo Governo Central), tribunais administrativos e quadros superiores dos ministérios. Em França, a ENA também prepara para a carreira diplomática, incluindo, nesse sentido, a função entre nós atribuída ao Instituto Rio Branco. Tal fração, colocada no topo da hierarquia, representa de 5 a 6 mil funcionários, em um total de 1.300.000 agentes da função pública. No Brasil, cuja organização é federal, estadual e municipal, uma escola do tipo sugerido teria requisitos mais modestos, embora se possa imaginar estivesse ela pronta para preparar o pessoal, tanto para o âmbito federal, quanto para o estadual e para o municipal (onde a incompetência e a malandragem são às vezes fenomenais). Podemos conceber que a ENA brasileira admitisse um número anual da ordem de uma centena, para um curso de dois a três anos — fornecendo um efetivo de graduados ligeiramente inferior, em virtude dos abandonos e da erosão natural de uma seleção severa.

Outro traço original do sistema francês: são os próprios alunos que, por ordem de classificação final segundo o mérito, escolhem a carreira desejada nesse ou naquele Ministério, Tribunal ou Conselho mais procurado. O sistema cria um extraordinário estímulo, pois a escolha vai determinar o destino do rapaz nos 30 ou 40 anos seguintes. O serviço público deixa assim de constituir uma sinecura, alcançada a golpes de pistolão, para se tornar uma honraria dada ao mérito, e acompanhada de forte incentivo material. O serviço público adquire, em suma, o sentido mais alto de *carreira,* que encontramos nas armas e na diplomacia.

A vantagem principal da Escola não é, a meu ver, tanto a substância didática, quanto a própria noção de seleção, consubstanciada nos concursos de ingresso e exames finais — sistema racional e democrático de recrutamento, elevando o nível intelectual do funcionário e gerando uma mística, tão importante no sentido de aprimorar o padrão de eficiência e o sentimento de dedicação implícito na palavra SERVIÇO. O espírito cartesiano reconhece que, não obstante todos os possíveis inconvenientes do sistema (como

já foi notado, por exemplo, no Instituto Rio Branco), ainda é o melhor que se possa conceber. A sua descoberta ocorreu na antiga China, cuja civilização foi a primeira a se estruturar na base de uma aristocracia essencialmente política e administrativa — uma elite de intelecto, e não de sangue, de dinheiro ou de armas: o mandarinato. Durante mais de 2.000 anos a China confuciana adquiriu, através das piores catástrofes históricas, uma durabilidade ímpar entre as civilizações conhecidas, graças justamente à extrema solidez de sua burocracia imperial, selecionada por concurso. Poderíamos esperar, no Brasil, uma solução desse calibre? Seria a nossa sociedade capaz de adquirir a necessária racionalidade de comportamento administrativo, pela formação de seu pessoal através da ENA? Poderia a Grande Família da sociedade de tipo patrimonialista abrir mão de seu sistema de seleção inspirado no princípio afetivo: "para os amigos, tudo; para os inimigos, nada; para os indiferentes, lei neles?" E substituir o critério do compadrio, do nepotismo, do pistolão, da panelinha, pelo do merecimento puro?*

* * *

Uma outra sugestão merece aqui ser apresentada, uma vez que não existe em nosso país, quer na área privada, quer no setor público, quer no universitário, um ensino desenvolvido de ciência política, em instituto superior para a formação de elites governantes. Como professor do Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade de Brasília convenci-me desse fato. Em minha experiência anterior, na Escola Superior de Guerra (1965) e nos cursos da ADESG, pude também verificar que essa instituição, tão empenhada nos estudos do Poder Nacional em seus quatro campos, concede menos ênfase ao Político do que aos demais, a saber, o Econômico, o Psicossocial e o Militar. Na realidade, não se poderia entender haja a ESG adquirido a importância que hoje lhe reconhecemos, a ponto de haver constituído, durante a presidência Castello Branco, uma espécie de *alma mater* do regime, se realmente não arcasse com a honrosa e mui necessária missão de instruir, nos grandes problemas nacionais de natureza política, econômica, militar e psicossocial, um grupo crescente de pessoas com postos de responsabilidade na direção do país.

Também é verdade que a ESG é um instituto de altos estudos, uma espécie de pós-graduação política para o último escalão da hierarquia que governa o Brasil. Mas o que quero dizer é que a importância adquirida pela ESG no cenário brasileiro resulta,

---

* Vide meu ***Psicologia do subdesenvolvimento,*** APEC, 1972.

justamente, da inexistência de uma escola que prepare os civis para o governo, no início da carreira pública. O que não foi feito aos vintes e poucos anos, tem de ser realizado aos 40 ou 50, quando o homem já é ministro, coronel, secretário de embaixada, magistrado, diretor de departamento ministerial. A única (benevolente) crítica que se possa fazer à instituição da Fortaleza São João é que desperdiça esforços com muitos homens que, pela sua idade e hierarquia, já estão próximos da aposentadoria. Na época em que fiz estágio na ESG verifiquei a grande percentagem de perdas ou evasão de diplomados que, por esta ou aquela razão, abandonavam o serviço público logo após terminar o curso. Do mesmo modo, se o conceito de segurança, ao qual foi posteriormente adicionado o de desenvolvimento, representa o fulcro das pesquisas às quais se dedica a escola, o estudo filosófico da política jamais nela atingiu a profundidade que seria de desejar. Sabemos que o desenvolvimento foi acrescentado às preocupações centrais da ESG a partir de 1964, após a supressão do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) o qual, criado na presidência Kubitschek, tinha tido o louvável propósito, precisamente, de elaborar em nosso país uma filosofia do desenvolvimento. O ensino da política, como terceiro componente de um trinômio, não foi verdadeiramente considerado, nem em uma instituição, nem na outra. Existem, sem dúvida, muitas cátedras de ciência política em universidades brasileiras, mas é um ensino em geral superficial, meramente introdutório e sem aprofundamento na pesquisa, realizado de maneira perfuntória com aplicação em nossa terra de ideias provenientes da Europa e dos Estados Unidos da América. A prova, contudo, da existência de uma imensa demanda insatisfeita pode ser encontrada no fato de que um seminário, promovido pela UnB para deputados, em 1983, resultou no inesperado registro de duzentos e tantos congressistas, cinco vezes o calculado.

A falha a que me refiro teve consequências relevantes na história brasileira destes últimos 30 anos. Seu primeiro sintoma foi a conversão do ISEB, fundado sob tão eufóricos auspícios, em centro de difusão da doutrina marxista, acarretando seu posterior fechamento. A concentração dos estudos sobre os destinos do Brasil na ESG promoveu o binômio *segurança e desenvolvimento* como verdadeiro princípio orientador do "sistema" que nos governou de 1964 a 1984. Esse sistema, se por um lado concedeu ao Brasil um dos mais longos períodos de tranquilidade de sua vida republicana, proporcionando-lhe um extraordinário e incontrovertível progresso industrial e rápida modernização assim como a emergência da nação como uma das dez principais potências econômicas do planeta, gerou por outro lado a falácia. Uma falácia grave. A de acreditar-se que a segurança e o desenvolvimento, sendo objetivos solidariamente necessários, *são também objetivos*

suficientes da nacionalidade.

Ora, o desenvolvimento, como é notório, não diminui as tensões, exacerba-as. A crença de que, meramente através da expansão industrial, iria o Brasil reforçar a sua própria segurança, consolidar as suas instituições políticas e garantir a solução das tensões sociais foi totalmente ilusória. Foi o fracasso de 64. Os problemas mais graves do país não se encontram, hoje, nas suas regiões mais atrasadas, mas nas mais adiantadas. Os *handicaps* do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste são conhecidos: eles serão superados naturalmente pelo próprio ímpeto desenvolvimentista. Os problemas do Sul e do Leste, ao contrário, são de crescente complexidade e de solução desconhecida.

O mal, quero crer, reside numa falta de entendimento do fator político, desse misterioso elemento de sabedoria política sem o qual tanto a segurança quanto o próprio desenvolvimento podem conduzir, como conduziram, a um impasse. Podemos acrescentar que outras nações, nossas vizinhas, foram vítimas do mesmo erro de avaliação, em pior. A Argentina, que há uns cinquenta anos *era um dos países relativamente mais desenvolvidos do mundo,* e se vangloria de abundantíssimos recursos naturais, de um alto nível de cultura e de instrução pública avançada, graças a uma população relativamente homogênea e sem grandes contrastes econômicos e tensões sociais, chegou ao triste estado em que se encontra simplesmente por *incompetência política.* O problema crucial, em suma, é político. É um problema de sabedoria de governo por parte das elites dirigentes.

O processo de abertura que conduziu à Nova República tornou flagrante o fato de que a problemática institucional brasileira — que perdura, em última análise, desde a fundação da República — não foi resolvida, mas apenas deixada de lado. Adiada. A fina intuição política que norteou admiravelmente o processo de redemocratização do país, sem qualquer choque violento, tornou ao mesmo tempo patente que o sistema de simples improvisação está chegando ao ponto de exaustão. Corremos o risco de voltarmos ao marco da partida, com a perspectiva sempre possível de uma repetição da triste e lastimável história de nossa vida institucional entre 1930 e 1964: três constituições, duas ditaduras, três revoluções, quatro golpes militares. O fato lamentável, aliás apontado entre outros pelo senador Roberto Campos, é que todos os presidentes da República daquele período, sem exceção, ou foram precedidos por um golpe de estado que lhes assegurou a posse, ou tiveram o seu mandato terminado com outro golpe de estado. Positivamente, sem o recurso excepcional à ação moderadora das Forças Armadas, o processo institucional brasileiro é defeituoso e nada nos garante que o defeito tenha sido corrigido. Permito-me citar Shakespeare outra vez *(noHamlet):*

E resta agora descobrirmos a causa desse efeito —
Ou antes, a razão deste defeito;
Pois esse efeito defeituoso há de ter causa...

A causa do efeito defeituoso reside na ausência de verdadeira formação e educação política da elite governante em quase todos os níveis da sociedade, o que compromete profundamente o funcionamento adequado dos órgãos do Estado e torna aleatória a ação do governo.

Não quero dizer com isso que não exista muita sabedoria política em nossa terra — feita de intuição e experiência. Contudo, a observação empírica da história brasileira recente e a constatação imediata — que julga, por exemplo, o nível dos debates do Congresso, as intervenções nas convenções partidárias, na disputa eleitoral ou na maior parte dos comentários da imprensa — levam-nos à convicção inarredável de que o país que construiu a maior hidroelétrica do mundo, que já exporta armamento sofisticado e que tão suavemente resolveu os graves problemas da convivência de comunidades raciais e religiosas de notória disparidade, encontra-se ainda, em termos de cultura política, num nível de evidente primarismo folclórico umbandista. Poderíamos argumentar ainda com alguns exemplos aberrantes, nos resultados das eleições em alguns dos estados mais adiantados da Federação.

Esse primarismo é tanto mais desastroso quanto enfrentamos sérios problemas de desequilíbio social, de desafio demográfico e ecológico, de crise econômica, para não falar da ameaça universal do totalitarismo nacional-socialista cujos arrogantes promotores proliferam em nosso próprio meio. Problemas que não podem mais ser enfrentados na base de improvisação e do diletantismo.
Cabe, em suma, corrigir o mal.

A boa política pode ser ensinada — é esse o grande princípio que nos legou Platão como discípulo de Sócrates e que se incorporou ao próprio cerne da democracia, numa tradição que, no Ocidente, é mais de duas vezes milenar. *Deve-se promover a ética da responsabilidade.* Platão lembrava, com razão, que ninguém se atreve a entregar o tratamento de sua saúde senão a um médico, treinado para tal. Nem tampouco mora numa casa que não tenha sido construída por uma arquiteto qualificado. Nem ainda aprecia um prato que não tenha sido preparado por uma cozinheira de forno e fogão. E, no entanto, refletia o fundador da Academia que, na coisa mais importante da vida em sociedade, qual seja a conduta da *polis,* aceitamos ser governados por pessoas sem nenhum preparo ou

treino profissional. A filosofia platônica visava firmar as bases da *paideia* política na educação. Em outras palavras, acentuava que sem cultura e educação política em nossas elites dificilmente podemos conceber o funcionamento suave e eficiente da democracia.

* * *

Esta pequena introdução tem como objetivo solicitar a atenção para a importância do exemplo que nos oferece a *John F. Kennedy School of Government,* em Cambridge, Massachusetts. A mais antiga (1936) e, provavelmente, a mais ilustre de todas as instituições de ensino norte-americanas, a Universidade de Harvard já formou seis presidentes (John Adams, John Quincy Adams, Rutherford Hayes, Theodore Roosevelt, Franklin D. Roosevelt e J. F. Kennedy). E é relevante notar que, nesta que é a mais rica, mais poderosa e mais sólida democracia ocidental, tenha sido considerado essencial ao aperfeiçoamento democrático e ao aumento da competência do Estado, no enfrentamento dos gravíssimos problemas do mundo contemporâneo, a organização de uma escola especializada como parte integrante da universidade mais prestigiosa.

O primeiro dos presidentes acima mencionados, John Adams, declarou certa vez: "O governo nunca foi muito estudado, mas o deve ser. O resultado, com o tempo, ... será o aperfeiçoamento da humanidade." O terceiro, Hayes, observou também que "é uma esperança vã contar com o sucesso do governo de uma nação livre, sem os meios de assegurar a inteligência daqueles que são fonte do poder". Franklin Roosevelt opinou que "a universidade deve treinar os homens para serem cidadãos, naquele alto sentido ateniense que os obriga a viver sua vida, incessantemente conscientes de que seu significado cívico é o mais permanente". "A mente humana é nosso recurso fundamental", acrescentou mais tarde Kennedy, em memória do qual foi batizada, em 1966, a Escola de Administração Pública que fora fundada em 1936, dentro da Universidade de Harvard, por iniciativa e com recursos fornecidos pelo filantropo e ex-congressista Lucius Littauer.

A Escola de Governo de Harvard possui um programa de graduação — no que corresponde aos vários cursos de administração pública existentes em nosso próprio país (na FGV, por exemplo) e às disciplinas de ciência política da própria UnB. A peculiaridade excepcional da *Kennedy School* é antes o trabalho de pesquisa aplicada, os seminários e os cursos em alto nível de pós-graduação, para a formação política de pessoas — os futuros líderes na elite do poder — que já se encontram a serviço do Estado nas três categorias seguintes: 1) por força de um pleito eleitoral; 2) como servidores numa carreira organizada; e 3) como executivos de empresas públicas ou ocupantes de cargos de confiança, nomeados

pelo presidente da República. Não à toa formou a Kennedy School algumas das personalidades mais eminentes da vida política americana atual, além de três líderes estrangeiros conhecidos: o presidente De la Madrid, do México (1965), o *premier* Trudeau do Canadá (1948), e o *premier* Lee Yuan-Yew, de Singapura (1970). A Kennedy School mantém, efetivamente, vários tipos de conexões internacionais.

Sustentado no exemplo de Harvard e após análise da experiência brasileira, o que apresento como proposta idônea é a organização de uma Escola de Altos Estudos Políticos, funcionando no quadro da Universidade de Brasília e sediada na capital. Seu propósito central seria constituir um fulcro de pesquisa e uma ponte entre a universidade, como mais alta instituição educacional a meio caminho entre a esfera privada e a esfera pública, e o mundo da política. Repetindo aqui o que afirmou certa vez o presidente (reitor) de Harvard, Derek C. Bok, podemos acentuar que "o desafio maior que enfrenta a educação superior... nesta geração, é proporcionar um preparo profissional da mais alta qualidade para homens e mulheres capazes de desempenhar um papel de liderança no serviço público". O desafio do mundo moderno é o bom governo. A existência de uma elite política competente e dedicada. Ao visitar-nos no princípio do século, afirmava *lord* James Bryce, o grande estadista e *scholar* britânico, que nenhum povo mais do que o nosso lhe parecia depender, para seu futuro desenvolvimento, do que ele chamou *statesmanship*. Preparar estadistas, no sentido mais respeitável da palavra, e não meros políticos no significado banal (e às vezes pejorativo) que adquiriu o termo, seria o objetivo da instituição proposta. Sua colocação num quadro universitário teria a vantagem incomensurável de preservá-la de comprometimento com as vicissitudes das lutas partidárias, devendo ao mesmo tempo pairar suficientemente acima dos departamentos e faculdades da universidade para não sofrer dos percalços que, muitas vezes, comprometem essa austera instituição.

A dinâmica da política nacional, a dura realidade da existência internacional neste período agitado da história universal e a complexidade crescente da sociedade moderna que, a todos, impressiona — alimentam uma demanda progressiva para ação do governo em benefício de causas urgentes e valiosas. O próprio problema constitucional brasileiro que está sendo novamente objeto de debate, com sugestões quanto à mudança do sistema presidencialista que nos tem governado desde 1889. O voto distrital. O papel do Estado e seu agigantamento como alvos de polêmicas e de sugestões contraditórias. A própria extensão das franquias democráticas ou a permanência do autoritarismo que, evidentemente, tem contaminado a história brasileira. A organização da Federação, os mecanismos sucessórios e o desequilíbrio na balança dos três poderes. Eis alguns dos temas

que carecem de pesquisa exaustiva e na qual a contribuição de teóricos da ciência política objetiva poderá ser valiosa, no sentido de corrigir posições interesseiras, muitas vezes inspiradas na vulgata ideológica ou em casuísmos de oportunidade transitória. O tecnocrata que não possua um sólido conhecimento de filosofia política ficará isolado em sua torre de marfim especializada, insensível às correntes emocionais da vida nacional. O congressista, por outro lado, e o ativista da vida partidária, desprovidos de conhecimentos similares, procurarão respostas fáceis nos *slogans* e dogmas das ideologias da moda. Urge, repito, "profissionalizada atividade político-administrativa pelo estudo e a pesquisa. Se levarmos na devida consideração o famoso aforismo de Bacon — de que "conhecimento é poder" — diremos que a ciência política, não obstante seu caráter impreciso e altamente controverso, já possui um *corpus* de conhecimentos, analítico e histórico, suficientemente elaborado para proporcionar o fundamento de um treinamento sério para o serviço público em sua mais elevada expressão.

O de que se necessita, em conclusão, é de educação superior adequada de uma nova elite política. Uma profissão que incluiria as pessoas eleitas para o legislativo, nomeadas pelo executivo ou promovidas em suas carreiras estatutárias, independentemente das vicissitudes da vida partidária. Pessoas todas selecionadas na base de sua capacidade analítica, de seus conhecimentos teóricos, de sua sensibilidade aos imperativos da justiça, sua responsabilidade moral, sua competência administrativa prática e seu sentido de fidelidade institucional.

CAPÍTULO III

A velha nova classe

Esse poder executivo com sua tremenda burocracia
e organização militar, com sua maquinaria de governo
extensa e artificial, com seu exército de empregados
públicos de meio milhão de homens e mais
uma força militar de outro milhão, esse corpo
tremendo de parasitas que se enrosca em volta da
sociedade... fechando todos seus poros, teve sua origem
no tempo da monarquia absoluta, com o declínio
do feudalismo que ajudou a apressar. Os privilégios
principescos dos proprietários rurais e das
cidades foram transformados em outros tantos
atributos do poder executivo; os dignitários feudais
em funcionários públicos remunerados; e o sistema
confuso das senhorias medievais conflitantes, no
plano bem concebido do governo cujo trabalho está
subdividido e centralizado como uma fábrica.

Karl Marx em
O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte

Estou seguro que não há país da Europa onde
não se tenha a administração se tornado não só
mais inquisitorial e mais minuciosa: por toda parte
ela penetra, mais além do que outrora, nos afazeres
privados; à sua maneira, ações mais numerosas e
menores ela regula; e estabelece-se em melhor
posição todos os dias, ao lado, em volta e acima de
cada indivíduo para ajudá-lo, aconselhá-lo e sobre
ele exercer coerção.

Tocqueville

16

BUROCRATAS OU INTELECTUAIS?

A expressão "Nova Classe" tem sido recentemente usada para indicar uma camada, estamento ou grupo social que independe da grande antinomia burguesia x proletariado, dogmaticamente estabelecida pela vulgata marxista. Peter Meyer, em sua obra *Verdict of Three Decades,* em 1953, referiu-se à União Soviética como *"a new class society".* A expressão tornou-se conhecida graças às denúncias de Milovan Djilas, ex-companheiro do marechal Tito, contra o grupo de ideólogos ativistas, líderes do PC que se transformaram em burocratas e dirigentes privilegiados nos países da Europa oriental. O termo de Djilas já fora entretanto usado pelo próprio Lenine, mas de modo ambíguo. Irving Kristol o utilizou em outro sentido, ao criticar os intelectuais liberais ou liberaloides de opiniões esquerdistas em sua pátria. Jornalista, autor de *On the Democratic Idea in America* (NY, 1972) e *Two Cheers for Capitalism* (NY, 1978), além de outros trabalhos, inclusive a serviço de Washington, Kristol é considerado um dos primeiros promotores do chamado "neoconservadorismo" liberal americano. Na Alemanha, o professor Michael Zöller, da Universidade de Bayreuth (citado por Guy Sorman), tem estudado com o mesmo nome de Nova Classe o que se formou como um sistema de interesses pessoais egoístas, organizados em torno do Estado e tendo sempre como propósito o fortalecimento do poder do Estado sobre a vida civil, em geral, e sobre a economia em particular. Mas para os estudiosos americanos da Nova Classe, como Kristol e George Gilder, o material que seus membros gerenciam são as palavras. Seu capital não se traduz em dinheiro, mas em ideias, conceitos, símbolos, mitos, *slogans,* ideologias. As palavras representam para a Nova Classe o que é a moeda para os capitalistas, o trabalho para o proletariado, a força armada para os militares e o poder legítimo para os políticos. Fundamentalmente, os membros da Nova Classe são todos aqueles que detêm a informação — a informação abstrata, teórica e geral, se são intelectuais; a informação concreta, específica e prática, se são burocratas.

A Nova Classe na Alemanha se ergueu como herdeira da tradição da burocracia prussiana — aquela que serviu fielmente ao império guilhermino. Associada ao Grande Estado Maior e à intelectualidade contaminada de hegelianismo, de antissemitismo e de racismo, ela aderiu superficialmente à República de Weimar e se passou, de armas e

bagagens, para o hitlerismo. Depois da guerra, veio do mesmo modo formar no governo social-democrata do imundo Willy Brandt e do trêfego Chanceler Schmidt. O espírito tutelar dessa nova classe nunca deixou de ser Hegel, o homem que santificou o Estado como emanação suprema do *Geist* da história. O SDP sempre foi mais apoiado pela burocracia estatal, pelo corpo docente das universidades e pelos intelectuais do que pelo próspero operariado, grande parte de cujos membros sempre votou na democracia cristã. Segundo Zöller, a luta de classes prosseguiu. Só que não é a luta de classes proposta por Marx. É a luta entre os burocratas e os clérigos, os intelectuais sem compromisso, os *Herr Doktor Professor* de um lado; e os que vivem da economia privada, os empresários, os profissionais liberais, os comerciantes os camponeses proprietários, todos aqueles que estão enojados com os altos impostos, os regulamentos, as restrições de toda ordem e a opressão estatal. Até na Noruega, o país que se aproxima hoje da mais alta renda *per capita* do mundo, o fiel da balança num governo que opõe conservadores e trabalhistas, com um ou dois deputados de diferença no Storting, é o pequeno partido progressista do sr. Haagen — o qual propõe a fórmula liberal para livrar os noruegueses da tirania fiscal.

Os intelectuais e burocratas constituem realmente uma classe e não um simples estamento da burguesia, pois seus membros possuem uma comunidade de interesses, de cultura e de valores. Num sentido negativo de Esquerda Festiva, a Nova Classe é atacada nos EUA pelos conservadores por seu desprezo em relação aos valores tradicionais de trabalho, poupança, disciplina moral e recato sexual. Os membros da Nova Classe foram há dez ou vinte anos os arautos da Contra-Cultura. Criticavam o capitalismo, o *Big Business* e até mesmo o crescimento econômico. Hoje se dedicam as mais das vezes ao vegetarianismo, ao pacifismo, à ecologia, ao orientalismo e a outros misteres menos subversivos. Muitos são "verdes" e muitos *são gay...*

Mathew Arnold, o grande crítico inglês do século XIX († 1888), dividiu a sociedade britânica da época vitoriana em bárbaros, filisteus e populacho — o primeiro estamento incluindo a aristocracia, o segundo a classe média e o terceiro as massas aindas incultas e cegas. É de Arnold a primeira referência a uma "nova classe", composta pelos intelectuais que ele descreve ironicamente como *"people of sweetness and light"* — gente de doçura e luz. Na realidade, a Nova Classe inclui dois grupos sociais bem distintos: os burocratas ou tecnocratas donos do poder, de um lado; e os intelectuais, que desejam o poder, estão interessados em temas políticos e sociais e costumam formar o que se convencionou chamar a *intelligentsia,* do outro. A distinção entre as duas faces de Janus não me parece ociosa. É sobre o tema que me permitirei aqui oferecer rápidas

considerações.

Burocratas e intelectuais há muito que existem e são estudados como classes sociais distintas. A título de curiosidade histórica, podemos lembrar o antigo Egito onde se desenvolveu uma bem organizada burocracia imperial, ao mesmo tempo em que imperava um clero tão poderoso, politicamente, que acabou dominando a própria monarquia faraônica. A revolução religiosa empreendida pelo faraó Akhenaton foi dirigida contra o clero burocrático de Amon, reinante em Tebas. O papel da burocracia nos velhos impérios da antiguidade estaria associado ao tipo de sociedade "cosmólógica", conforme proposto por Eric Voegelin (em *Order and History,* volume I: *Israel and Revelation).* Na China, a constituição do Império Central desenvolveu uma prodigiosa instituição burocrática, recrutada por um sistema de exames aberto a todos, que é designada pelo termo de origem portuguesa "mandarinato" (de "mandar"). E não estaríamos longe da verdade se concebêssemos as duas "religiões" chinesas autóctones, o confucionismo e o taoísmo, como sistemas filosóficos apropriados, o primeiro, aos burocratas e, o segundo, ao anarquismo místico dos artistas, sábios e outros intelectuais avessos ao *establishment* imperial.

Partindo da tese de Marx sobre um "sistema asiático de produção" que teria sofrido evolução independente na dialética progressiva dos regimes econômicos — feudalismo aristocrático x capitalismo burguês x comunismo proletário — Karl Wittfogel estudou o "despotismo oriental" nas chamadas "sociedades hidráulicas", dirigidas por elites burocráticas onipotentes. Alguns chamaram esse tipo político de *Beamtenstaat.* A obra de Wittfogel, descrita como "um estudo comparativo do poder total", foi publicada em Yale, 1957. Ela nos interessa particularmente pela referência do autor à península ibérica. O sistema de produção dito "oriental" ou "hidráulico" teria sido introduzido na Espanha quando da invasão dos mouros. Os príncipes árabes, que eram acompanhados por burocratas sírios, trouxeram um modelo de irrigação artificial segundo padrões orientais, destinado a corrigir o clima às vezes bastante seco da parte meridional da península. Com esse modelo foi também adotado o gerenciamento estatal por uma burocracia subordinada à casa principesca. O impacto do Despotismo Oriental ter-se-ia assim exercido sobre toda a península de onde foi transferido para a América, no momento das Grandes Descobertas. Wittfogel escreve (p. 215): "Em contraste agudo com os romanos que se estabeleceram na Europa ocidental, os conquistadores árabes da Espanha estavam completamente familiarizados com a agricultura hidráulica e, em seu novo habitat, empregaram com afinco métodos que se haviam revelado extremamente profícuos em seus países de origem. Assim a Espanha moura tornou-se mais do que marginalmente oriental. Tornou-se uma sociedade

hidráulica genuína, governada despoticamente por funcionários nomeados e sujeita à imposição de taxas por métodos de aquisição por gerenciamento agrário *(taxed by agromanagerial methods of acquisition).* O exército mouro, que mudou rapidamente de um corpo tribal em exército 'mercenário', era tão distintamente um instrumento do Estado como seus equivalentes nos califados dos Umayyades e dos Abassidas". Wittfogel conclui que "a força extraordinária do absolutismo espanhol" deve ser atribuída a essas características do Estado mourisco, em que pese a certos traços do feudalismo europeu ocidental que vingaram na parte setentrional da península.

O sociólogo alemão não faz referência a Portugal em seu estudo. No Brasil, entretanto, Ricardo Vélez Rodríguez procurou aplicar as teses de Wittfogel à formação centralizada e burocrática do Estado brasileiro. Este, embora tenha conhecido um tipo de feudalismo incipiente com o sistema de capitanias hereditárias imposto no início da colonização conforme constatamos em capítulo anterior — não tardou a revelar tendências para a centralização burocrática com o sistema de Governo Geral. Fortaleceu-se após a expulsão dos holandeses e, sobretudo, após a descoberta das Minas Gerais, com sua transferência de Salvador para o Rio de Janeiro, de tal modo que, Ricardo Vélez argumenta, o poder e autoridade dominantes do Estado no Brasil seriam resquícios do "despotismo oriental" herdado dos mouros e imposto após a conquista do sul de Portugal no século VIII. O poder de nossa burocracia estatal teria essa origem longínqua. A necessidade de centralizar a defesa da colônia contra as tentativas de piratas franceses, ingleses e holandeses, assim como o sistema mercantilista promovido pela descoberta de ouro e diamantes teriam reforçado a tendência. Confesso ser um tanto cético quanto à importância dessa brilhante *trouvaille* de meu amigo Ricardo Vélez, uma vez que não acredito terem as condições naturais de Portugal correspondido às exigências do "sistema hidráulico" de Wittfogel — sistema que, afinal de contas, se resume a um determinismo assaz estreito. Mas reconheço que a tese do jovem professor colombiano é interessante e mereceria uma pesquisa mais considerável por parte dos sociólogos brasileiros. O autor invoca inclusive a autoridade prestigiosa de Alexandre Herculano, para quem nunca teria sofrido Portugal um regime realmente feudal como no resto da Europa ocidental. O Estado português, desde o princípio, teria revelado traços inquestionáveis de centralismo burocrático e o papel do terrível marquês de Pombal se esclareceria pelo desejo de restabelecer e modernizar essa estrutura despótica, no momento em que se agravavam os ominosos sinais de decadência. Aceitamos pois *cum grano salis* a teoria hidráulica do Despotismo Oriental como um fator que teria contribuído, juntamente com o "mal latino" anteriormente discutido neste livro e

com os efeitos indiretamente nefastos da Contra-Reforma, na geração da burocracia teratológica que nos distingue, na sociedade de tipo patrimonialista.

Na realidade, já Tocqueville, ele próprio, havia intuído a emergência da Nova Classe que qualificou de "nova aristocracia", como consequência da Revolução. Em sua obra *L'Ancien Régime et la Révolution,* escreveu: "Os funcionários administrativos formam uma classe que possui seu espírito particular, suas tradições, seu próprio orgulho. E a aristocracia da nova sociedade que já está formada e viva: só espera que a Revolução esvazie o lugar". Max Weber é, porém o grande estudioso da moderna burocracia em seus trabalhos sobre Economia e Sociedade. Weber joga com o conceito de burocracia *racional* contra o conceito marxista *dialético* de luta de classes. Vale considerar, à luz dos ensinamentos do grande sociólogo alemão, que a economia soviética se fundamenta hoje no primeiro, e não no segundo, o mesmo se podendo acentuar dos outros países de economia marxista. A União Soviética é hoje, nesse sentido, mais weberiana que marxista — do mesmo modo como a China é mais malthusiana que marxista.

Defensor da liberdade individual, Weber mantinha uma posição ambivalente em relação à burocracia. Considerava-a, simultaneamente, um fator de administração racional da sociedade e um elemento perigoso de despotismo estatal. Suas objeções ao socialismo se justificavam à luz do ideal de liberdade; e essa posição, que associa burocracia ao crescimento teratológico do Estado como um perigo para a sobrevivência da liberdade privada, é hoje muito comum entre economistas, cientistas sociais e filósofos políticos. O socialismo burocrático conduziria a uma nova servidão (Hayek). "Por enquanto", escreveu Weber, "é a ditadura do burocrata e não a do trabalhador que está em marcha". A profecia é inteiramente válida. Tanto no grande empresariado americano, quanto nas lideranças sindicais do Ocidente e no sistema do governo soviético (que em nada é "soviético", isto é, sustentado na *comuna sindical,* mas eminentemente centralizado na burocracia do Kremlin) — quem manda cada vez mais é o burocrata e cada vez menos o proprietário ou o proletário.

Atribui Weber ao racionalismo jurídico *formalista* o domínio da autoridade racional-legal do Ocidente. No Estado moderno, de fato, são os diretores e executivos assalariados das grandes empresas capitalistas e dos bancos, os funcionários públicos e, inclusive, os padres e os militares — os tipos mais importantes dessa estrutura de poder. Assim define ele sua terminologia: na autoridade racional-legal, a obediência não se sustenta numa crença ou devoção às pessoas agraciadas com o carisma, ou numa tradição sagrada, ou afeição familiar para com um senhor (pai-padrinho-patrão) definido pela ordem

da tradição. Antes, a submissão à autoridade é baseada num laço *impessoal,* abstrato, em relação ao "dever de ofício" geralmente definido. O dever de ofício é fixado por constituições, leis, normas, decretos, regulamentos, organogramas e até mesmo praxes *racionalmente estabelecidas,* de tal maneira que a legitimidade da autoridade se torna a legalidade da regra geral que é pensada, anunciada e implementada com correção formal.

Pesquisas mais recentes têm enfatizado o poder crescente da burocracia na "tecnoestrutura" da sociedade industrial ou da futura sociedade pós-industrial. Rosa Luxemburgo, James Burnham e Herbert Marcuse foram autores que, sob influência marxista, levantaram fortemente o problema da burocracia. Max Horkheimer e Theodor Adorno, entre os mais importantes neomarxistas de pós-guerra, reconhecem a tendência para a burocratização em todo o mundo. O bolchevismo estaliniano, tanto quanto o fascismo e o reformismo americano do tipo New Deal, constituem provas da expansão quase irresistível do Estado burocrático. Apoiando a concepção do marxista austríaco Hilferding (morto no princípio da guerra) de que "o capitalismo de organização" se substitui ao capitalismo clássico de concorrência, analisado por Marx, os fundadores da "Escola de Frankfurt" preveem a centralização e concentração do capital, o capitalismo de Estado, o aumento do papel organizador e planejador desse Estado, e a burocratização geral, inclusive das grandes organizações trabalhistas (como aliás ocorre na América do Norte, na Grã-Bretanha e em muitos países da Europa ocidental). Tudo indicaria, segundo esses pensadores, uma regeneração do autoritarismo. Foi uma repulsa radical, contraditória, erotizante e anarquista a essa perspectiva tenebrosa que propôs o grande guru das rebeliões estudantis de 1968, Herbert Marcuse, outro membro associado da mesma seita de Frankfurt. Todos eles, contudo, se revelaram muito mais fortes na crítica gratuita da cultura do que na sugestão criadora de saídas para a crise moderna. Saídas tais como atualmente propostas pelo movimento neoliberal-conservador.

A posição oficial soviética nesse particular é que a *intelligentsia* constitui um mero "estrato social" *(sloi)* que surgiu em consequência da distinção entre trabalho mental e trabalho físico, possuindo um caráter de classe sem ser ela própria uma classe (em *Izmenenie klassovoi struktury,* Moscou, 1961). A conclusão que se poderia tirar dessa definição é que a *intelligentsia* desapareceria após a fase transitória do socialismo, no pleno desenvolvimento do comunismo, com a superação das diferenças entre os dois tipos de trabalho. Quanto à burocracia, ou mais exatamente à "*intelligentsia* técnico-econômica" encarregada de planejar a economia em geral e composta de economistas, técnicos e estatísticos, sua importância na literatura oficial soviética não é menosprezada mas

salientada, como devendo aumentar à medida que progride a passagem do socialismo para o comunismo. Eventualmente, o computador substituiria o burocrata...

Francês interessado em problemas de burocracia e sindicalismo, tendo vivido muitos anos nos Estados Unidos e membro, com Samuel Huntington e J. Watanuki, da Conferência Trilateral que tamanha ira há alguns anos causou aos círculos de esquerda nacionalista, Michel Crozier insiste, em sua obra já citada *O fenômeno burocrático,* que esse fenômeno contra o qual nos revoltamos "nada mais é que o legado paralisante do passado". Contrariando de certo modo a crença de Weber, para quem a burocracia seria uma fatalidade do desenvolvimento da humanidade civilizada no sentido de uma maior racionalidade, Crozier vê a questão numa perspectiva que se assemelha à nossa própria, brasileira: a crise que ameaça a sociedade é antes de tudo a crise de um modelo econômico e político profundamente marcado pelo velho burocratismo. O sociólogo francês inicia a sua obra observando que, da mesma forma como em 1960 "era indispensável recusar a ilusão humanitária, liberal ou socialista, de acordo com a qual o bem e o progresso podiam constituir valores absolutos, valores que era suficiente articular e afirmar corretamente — parece-nos agora urgente desmistificar o sonho revolucionário e a prática esquerdista, segundo os quais o encadeamento catastrófico das contradições impõe a reversão total. Na verdade, parece-nos reconhecer alguma coisa em comum nessas duas atitudes, contudo tão contraditórias: a ignorância das limitações, a incapacidade para compreender a realidade das cargas humanas, e uma visão terrivelmente simplista do determinismo".

A maior parte do livro de 450 páginas é ocupado com uma análise cerrada dos problemas centrais de poder na gênese do fenômeno burocrático. A rotina, as estruturas paralisantes, os estímulos frustrados, a hierarquia e a disciplina que provocam rebeldia, os mecanismos inelutáveis de conflito entre colegas e entre inferiores e dirigentes, as estratégias dos indivíduos e dos grupos para contornar as dificuldades constituem o corpo do trabalho. Crozier aborda os inúmeros problemas humanos que são gerados no empenho de obter mais racionalidade, mais eficiência, maior produtividade no serviço público e nas grandes organizações privadas. Mas acrescentemos às "lúgubres" meditações do apocalipse burocrático que a problemática é fortemente afetada, conforme o próprio Crozier confessa, pelo temperamento ou "caráter nacional" dos povos considerados na análise do fenômeno. É evidente que há povos — e estou pensando, por exemplo, nos suíços! — que são por natureza sóbrios, trabalhadores, esplinéticos, conservadores, "chatos", "caxias" e amantes da rotina.

São *ronds-de-cuir* inatos. Sua adaptação ao ritualismo, à fria racionalidade e ao

círculo vicioso de controle e vigilância da burocracia se faz, obviamente, com mais facilidade — e, consequentemente, é ali a burocracia menor e mais eficiente — do que em populações imaginativas de sangue quente latino e temperamento nervoso, como a brasileira. Entre nós, aparentemente, o problema não tem solução. Estamos mais bem preparados para o futebol ou o carnaval do que para a burocracia. Mas o paradoxo que se destaca das cogitações de Crozier é que quanto mais bem adaptada é uma burocracia ao temperamento local, mais eficiente, e quanto mais eficiente, menos numerosa e opressiva. Entre nós a única solução um dia possível para o fenômeno burocrático é a repulsa à robotização do indivíduo, coisa que só poderá ocorrer com o próprio robô. O computador será a única maneira de romper o círculo vicioso. Ele sempre será mais eficientemente impessoal, mais mecânico, trabalhando *sine ira et studio,* sem irritação, sem preguiça, sem ímpetos grevistas ou pedidos de aumento ou intrigas de promoção, sem mau humor, e menos interessado em seduzir seus companheiros de sala do que em ser seduzido pelo processo em pauta.

De um lado, afirma Crozier, "a maior parte dos autores pensa que o desenvolvimento das organizações burocráticas corresponde ao advento do mundo moderno da racionalização e que, por esse motivo, é intrinsecamente superior a todas as demais formas possíveis de organização; enquanto, do outro, muitos autores e frequentemente os mesmos, consideram as organizações como se fossem Leviatãs através dos quais se está preparando a escravidão da raça humana" (p. 258). Crozier nota que a mesma atitude paradoxal e às vezes ambígua está desde o princípio nas famosas análises de Weber. Alvin Gouldner (citado por Crozier) salienta que os pensadores que se ocupam de burocracia "estão procurando ressuscitar a 'ciência lúgubre' do início do século XIX (a economia política) em lugar de dizer-nos que a burocracia é inevitável" (em *Complex Organizations***,** ed. Amitai Etzion, NY, 1962). Os pensadores pessimistas referidos por Crozier vão de Rosa Luxemburgo e Leon Trotski a Bruno Rizzi, Simone Weil, C. Wright Mills e W. H. Whyte Jr.

Na América, logo depois da guerra, James Burnham profetizou a revolução dos *managers,* os grandes gerentes que se apossariam do poder político e econômico. Bruno Bettelheim também se referiu à "burguesia estatal". Mais recentemente o russo Voslensky vulgarizou o termo *Nomenklatura,* referente aos *Who's who* das personalidades burocráticas que controlam a URSS. Não nos cabe aqui aprofundar essas teses sobre o destino da burocracia. Observemos, contudo, que a noção de uma "nova classe" burocrática, noção geralmente acolhida pelos intelectuais, se distingue nitidamente da concepção crítica de

uma "nova classe" de intelectuais, tese oriunda geralmente de pensadores de tendência conservadora.

* * *

Weber definia as ideologias como "superestruturas fictícias". Apontava para a incongruência entre as afirmativas verbais e as intenções reais. Com aspereza e entusiasmo atacou as frases bombásticas dos *litterati*, neles incluindo os ultranacionalistas e os revolucionários. Sua obra consistiu numa crítica racional à pieguice e preguiça dos ideólogos. Desse modo procurou demonstrar contra Marx que o capitalismo, ao contrário do que este pensava, não é irracional mas a própria materialização da racionalidade — precisamente porque o capitalismo é mais eficiente, mais pragmático e mais natural; e não está contaminado pelas preocupações igualitárias teóricas e utópicas do socialismo. Numa grande empresa privada o objetivo é o lucro, a eficiência, é o propósito racional, a continuidade da operação, a velocidade, precisão e cálculo do resultado do ponto de vista dos interesses do consumo. A prova empírica pode ser tirada pela enorme superioridade da economia americana, em termos de produtividade e do bem-estar que concede, sobre a economia soviética, muito embora esteja esta, há 70 anos, proclamando o seu sempre futuro triunfo e a sempre vindoura inauguração do Paraíso. O fato é que o movimento neoliberal procura, precisamente, reatar com a tradição de liberdade, de iniciativa privada e de concorrência estimulante, não perseguida pelo imposto e o regulamento.

O domínio da ideologia marxista sobre os intelectuais latinos em geral e os brasileiros, em especial, representa o resultado final, lamentável, de um longo e complicado processo de contaminação que não é aqui o momento de discutir*. No Brasil, a palavra "intelectual" tem sido utilizada sem grande critério e frugalidade. Certa vez houve uma "manifestação de intelectuais" na avenida Rio Branco, quatro mil deles — uma verdadeira baderna! Para um país onde quase não se lê e onde pouco se pensa, foi realmente espantoso! O intelectual, no sentido que damos ao termo, tem uma vocação incontestável para a dissidência, a contestação, o não-conformismo, a utopia. O que podemos apenas esperar é que essa vocação cesse de se dirigir contra a tradição cultural e espiritual do Ocidente, e se limite à crítica do que de distorcido, brutal e desumanizante se possa eventualmente manifestar nas tendências da civilização industrial burocrática em sua maturidade atual; assim como ao julgamento dos abusos de poder pelo burocrata. De qualquer forma, é lícito

* Meus livros ***O Brasil na Idade da Razão e A Ideologia do Século XX.***

esperar que o setor burocrático da Nova Classe permaneça em suas posturas conservadoras, enquanto o setor intelectual persevere em seu pendor progressista em nome da Justiça. Mas de uma Justiça liberal e universal, e não meramente socialista ou nacionalista.

* * *

Uma crítica recente e interessante do conceito de Nova Classe em nosso país se encontra na obra *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* (1985), de Leôncio Martins Rodrigues. Esse professor da USP argumenta que nos países capitalistas de desenvolvimento liberal, como na Inglaterra e nos EUA, os intelectuais, em primeiro lugar, não tiveram muita importância política e social. Mas nos países de "tradição burocrática", de Estado forte e burguesia fraca, como na Rússia czarista, a *intelligentsia* desde muito cedo constituiu uma camada social importante, um agente de modernização ou de revolução. No Brasil, durante os 20 anos de autoritarismo militar, a expansão econômica fortaleceu socialmente a camada dos trabalhadores intelectuais enquanto, politicamente, excluía-se a sua participação política aberta. O resultado foi que seus setores mais jovens e radicais aderiram à luta armada, enquanto seus estratos superiores, mais moderados, associaram-se ao PMDB ou ao Partidão. No caso, trata-se, mais especificamente, da "vanguarda" da "nova classe", politicamente mais atuante: sociólogos, economistas, antropólogos, advogados, jornalistas, cientistas políticos. Estes são os setores capazes de elaborar, teoricamente, os valores, ideologias e interesses da "nova classe" que administra a economia e o aparelho estatal.

O titular de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo salienta que o tema que apaixona é o desejo de conquista do poder pelo que chama de "burguesia intelectual". Ele cita dois autores húngaros, G. Konrad e I. Szelenyi, que trataram desse aspecto num livro que considera muito interessante: *A marcha dos intelectuais para o poder.* Um industrial que usa seu capital intelectual para ampliar os lucros de sua empresa não pode ser considerado um intelectual. É o capital econômico que lhe dá renda, poder, prestígio, etc. Como notam os dois autores citados, no caso de um intelectual, o "monopólio (relativo) de um saber complexo é o meio pelo qual a *intelligentsia* procura obter um poder social e retribuições importantes". A libertação do saber, e consequentemente dos intelectuais, do domínio do capital econômico, só pode realmente ocorrer quando o único critério legítimo de poder for o próprio saber. Se pensássemos em uma economia capitalista liberal, tal como Marx imaginou em *O Capital,* fora dos quadros de um sistema político e de um Estado, o fundamento de toda riqueza e poder será sempre a propriedade e o capital econômico.

Consequentemente, a classe capitalista será a classe dominante. Porém, na medida em que se restringe o funcionamento da economia de mercado através da ampliação da intervenção do Estado, com as estatizações das empresas e o planejamento, cresce a importância da tecnocracia e da burocracia, reduzindo-se o poder político e social dos que vivem do capital econômico. A completa estatização dos meios de produção e o planejamento integral da economia e da sociedade significam o fim do capital econômico mas não do capital cultural ou intelectual. A burguesia estaria liquidada, mas não os intelectuais. As fábricas e o sistema produtivo estatal deixariam de ser dirigidos pelos proprietários. Mas sempre haveria necessidade de diretores, gerentes e técnicos. Estes, certamente, não seriam selecionados entre os operários de baixo nível de escolaridade mas entre os economistas, engenheiros, administradores de empresas, etc, quer dizer, entre os que possuem um saber especializado. É nesse processo que uma parcela da intelectualidade (a tecnocracia) se transforma em classe dirigente enquanto o conjunto da intelectualidade se converte na nova classe dominante. *O estatismo,* consequentemente, *é o modo de produção que melhor atende aos interesses da intelectualidade erigida em classe,* na medida em que esse modo de produção implica concomitantemente a eliminação dos capitalistas privados e a sujeição da classe operária aos novos senhores.

Leôncio Martins Rodrigues oferece assim um conceito muito fértil de "capital cultural ou intelectual". Em suma, assevera ele, o "poder operário" entra aí como mera ideologia. Na realidade, em toda parte onde se instalou o socialismo, os trabalhadores manuais foram submetidos a formas de dominação mais duras do que sob o capitalismo privado. O socialismo, como uma criação dos intelectuais, já foi analisado no começo do século segundo lembra o professor paulista, por Jan Makhaiski, autor que ficou esquecido. Mas ele conclui: uma das ideias em que os intelectuais não gostam de pensar é que o saber não separa apenas sábios e ignorantes mas funda um sistema de dominação e hierarquização. O professor paulista não declara, mas o nome que imediatamente me ocorre para ilustrar a sua tese é o do senador Fernando Henrique Cardoso.

* * *

Alguns acham que o termo "intelectual", como tipo social específico e batizado por Clemenceau, apareceu pela primeira vez, em 1898, no "Manifesto dos Intelectuais" firmado entre outros por Emile Zola, Anatole France, Proust e Leon Blum, para protestar, em apoio ao *J'Accuse,* contra o escândalo do processo Dreyfus. Em seu arrazoado contra os

clercs, Julien Benda, ele próprio judeu, acusa principalmente a injustiça dos que, por motivos de fanatismo patriótico, condenaram o oficial judeu.

Muito antes de Benda, porém, Edmond Burke, o grande liberal conservador inglês, se havia despenhado em impropérios contra os jacobinos franceses que desencadearam o terror durante a revolução de 1789-1793. Burke acusou esses ativistas de serem "cabalistas literários e filósofos intrigantes", "políticos teólogos e teólogos políticos". Eles pretendiam, conforme escreveu em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa,* "possuir um grande zelo pelo pobres e as classes inferiores, enquanto com suas sátiras tornavam odiento, pelo seu exagero, os erros das cortes, da nobreza e do clero. Tornavam-se demagogos. Serviam com um laço para unir, em favor de um objeto, a riqueza obnóxia e a inquieta e desesperada miséria." A expressão que Burke empregou para vituperá-los era "homens de letras", *litterati.* Considerava-os "sempre favoráveis às inovações". Para Burke, que a princípio aplaudira a revolução mas depois a condenara, horrorizado com os estragos conjurados pelo terror jacobino, os revolucionários seriam "fanáticos, movidos por ímpeto assassino contra os respectivos pais e tudo que representa a autoridade paterna. Seu ódio de geração explica a ferocidade de suas ações." Burke, um liberal-conservador, usa uma terminologia que, embora de propósitos diametralmente opostos, lembra a semântica edipiana de Freud e de Marcuse.

A expressão russa *intelligentsia* é ainda hoje usada no mesmo sentido (mas Solzhenitsyn lhe recusa o qualificativo, preferindo a seu respeito a expressão "tribo instruída"). A característica de idealismo, sem relação com as circunstâncias concretas, pode ser similarmente notada entre os membros da *intelligentsia* no período anterior à revolução de 1917. Um exemplo curioso dessa atitude e da maneira primária de contornar as dificuldades é oferecido pela crença de Lenine que qualquer operário, contanto que soubesse as quatro operações aritméticas, seria capaz de dirigir uma fábrica. Grande parte dos desastres econômicos do período revolucionário na Rússia e o nascimento de uma *Nomenklatura* tirânica e privilegiada, com o regime soviético, pode ser explicada por esse desconhecimento total da realidade, compensado por ideias abstratas e teoréticas sem fundamento empírico. A parte dos intelectuais de Moscou e São Petersburgo na elaboração do clima de opinião que desencadeou a revolução de 1917 não pode, de fato, ser esquecida. Uma das mais virulentas, dramáticas e psicologicamente profundas caracterizações do tipo se encontra em *Os possessos* de Dostoievsky, e também numa das cenas de *O idiota.* A personagem de *Os possessos* foi provavelmente inspirada pela figura do revolucionário Nechaev, um protótipo do verdadeiro bolchevista. Considerando-se a elite messiânica da

revolução, foram os intelectuais que elaboraram a "ideologia". O termo ainda é válido nos dias que correm. Podemos num tal contexto falar em uma *intelligentsia* brasileira, sem que a palavra indique necessariamente que brilhe singular inteligência em tal congregação. Como dizia Malebranche, o "estúpido e o espirituoso são igualmente cegos diante da verdade. Com a diferença que o estúpido respeita a verdade e o espirituoso a despreza"... O homem que lançou a palavra "ideologia" foi um nobre francês, Destutt de Tracy († 1836), que participou da revolução de 1789 e por milagre escapou de Robespierre. Ele intitulou sua filosofia racionalista e "sensacionalista" precisamente de *ideologia,* da qual ofereceu um resumo em 1801. Obra de um pensador do tipo *philosophe* racional da Idade das Luzes, a "ideologia" de Destutt de Tracy é uma espécie de antropologia no gênero da que foi elaborada nos círculos da filosofia romântica alemã de princípios do século XIX — mas foi o termo por ele cunhado que granjeou eminente carreira.

A ideologia, acentua Alain Besançon (em seu *Les origines intellectuelles du léninisme),* "é uma doutrina sistemática que promete, mediante conversão, uma salvação; que se dá por conforme a uma ordem cósmica, decifrada em sua evolução; que declara apoiar-se sobre uma certeza científica e que impõe uma prática política visando a transformar totalmente a sociedade, de acordo com o modelo imanente que esta encobre e que a doutrina descobriu". Sistema de pensamento cujo desaparecimento sempre se anuncia, a ideologia continua a contaminar de emocionalismo irracional a vida das nações e, mais particularmente agora, das nações do chamado Terceiro Mundo.* Nos dias que correm, os intelectuais, isto é, os professores, jornalistas, cientistas, antropólogos, artistas, ensaístas de todo tipo e quilate, e também clérigos na verdadeira acepção da palavra, se consideram realmente os filhos da luz, os portadores predestinados da missão revolucionária sagrada e os profetas carregadores da "lei histórica". Defendem Ormudz contra as hostes maléficas de Arihman. Já Marx falara nos "filósofos" como cabeças do proletariado. Mais tarde Trotski comparou os bolchevistas aos jesuítas. Seriam, conforme lembraria Bertrand Russell, os modernos "guardiões" da república platônica..

Na época atual, emergiram como os líderes da nova esquerda nacional-socialista e dirigentes, em potencial, dos povos atrasados, subitamente surgidos para a vida independente. Roque Spencer Maciel de Barros, na Introdução à obra de nosso saudoso Nicolas Boer *Militarismo e clericalismo em mudança,* refere-se à "poluição ideológica que outra coisa não faz além de degradar o saber".

Engels definira a ideologia como uma maneira de pensar especial, uma "falsa

---

* Do autor, ***vide A ideologia do século XX***

consciência" em que os motivos determinantes (sempre de ordem econômica) permanecem inconscientes. Assim, um burguês pensaria necessariamente como burguês e um aristocrata como aristocrata. O problema do relativismo da verdade e da correspondência entre a "estrutura" social de produção e a "superestrutura" mental tornou-se um dos principais objetos de disputa entre marxistas. Naturalmente, outras ideologias atribuem a outros motivos determinantes, inconscientes, a posição mental de cada um, eis que, para os racistas, o ariano pensaria, corretamente, como ariano e o judeu ou o negro pensariam, erradamente, como judeu ou negro. Os freudianos generalizaram essa concepção de uma motivação inconsciente, determinada pelos complexos sexuais: "A anatomia é o destino", dizia Freud. Foi realmente a psicanálise que levou o problema para o terreno da investigação científica. O intelectual gnóstico, entretanto, se considera a si próprio como escapando de tais contingências. Mesmo se de origem burguesa como foram Marx, Engels e Lenine, gozaria o intelectual gnóstico de uma "consciência verdadeira" e não se sentiria inconscientemente manobrado por seus sinistros interesses de classe que a "ciência" marxista transcende. Marx não considerava a sua própria posição como ideológica, mas "científica". Temos que esperar Lenine para ouvirmos falar em uma "ideologia" proletária. Mas, de qualquer forma, os intelectuais falam e agem como se fossem os únicos cérebros verdadeiramente "conscientes", num mundo sombrio de motivações falsas e de pulsões subliminares. Com seu irracionalismo e sua inimizade em relação a toda lógica, o intelectual procura ser uma espécie de rei-filósofo, assumindo a liderança das novas nações do Terceiro Mundo e subvertendo a sociedade. Raramente o consegue. Os grandes estadistas nunca foram ideólogos, embora se possam ocasionalmente haver revelado grandes intelectuais e às vezes formidáveis autores — César, Marco Aurélio, Frederico II, Napoleão, Jefferson, Lincoln, de Gaulle, Churchill...

* * *

Nos Estados Unidos, o problema da Nova Classe é recente. Nação pragmática, empenhada em seu próprio pioneirismo e desenvolvimento técnico-industrial, a América do século passado se caracterizou por um certo desdém orgulhoso e vulgar em relação a todo intelectualismo. Sua produção filosófica no terreno social e político era pobre. Não obstante a venerável tradição que herdara da Mãe-pátria inglesa, conheceu poucos pensadores de primeiro plano: James, Dewey, Santayana, Peirce. Só começamos a ouvir falar em temas de filosofia política e social no momento da Grande Depressão quando, pela primeira vez, o Destino Manifesto da grande nação sofre um ominoso eclipse. A ojeriza ao intelectual se

reflete no uso do termo *egghead,* cabeça ovoide. A origem da palavra é obscura mas subitamente circulou com enorme sucesso. A expressão foi empregada na campanha presidencial contra Stevenson, um brilhante e fino intelectual, por partidários de Eisenhower, um burocrata militar de talento mas sem qualquer brilho.* Louis Bromfield, notável escritor e romancista, descreve negativamente "a pessoa de falsas pretensões intelectuais... exageradamente emotiva e feminina em suas reações a qualquer problema... arrogante e desgostosa, cheia de vaidade e de desprezo pela experiência do homem de bom senso e maior capacidade"... Em suma, "um coração sangrando *(bleeding heart),* mas anêmico".

Os neoconservadores americanos como Eric Voegelin, Leo Strauss, Irving Kristol, Daniel Bell, Norman Podhoretz, Daniel Moynihan, Samuel Huntington, Thomas Sowell, Lewis Feuer, Seymour Lipset, William Buckley Jr., Michael Novak, Midge Decter, concordam em suas diatribes dirigidas contra o "destempero da democracia" promovido pelos intelectuais da esquerda liberal — convindo entender que o termo *liberal,* nos Estados Unidos, possui um sentido peculiar que não corresponde ao que prevalece no Brasil e nos países latinos. O ponto de certo modo paradoxal é que os "liberais" americanos, em nome de ideais de igualdade, são quase que invariavelmente inimigos do *Big Business,* da moral religiosa, das desigualdades econômica e favoráveis a um crescimento do poder interventor do Estado na vida econômica e social do país. Os "liberais" da tradição de Jefferson e Jackson enfatizam, na verdade, o igualitarismo democrático, quer no terreno econômico, quer no combate à discriminação racial, enquanto seus opositores são partidários de uma redução do estatismo e tenderiam a sacrificar o esforço antidiscriminatório e o igualitarismo em benefício do conceito clássico de liberdade e responsabilidade. O conceito ideal dos neoconservadores é tal como os "Pais Fundadores" da Pátria o desenvolveram, herdeiros da tradição anglo-saxônica e protestante de cultura. Sem que esses qualificativos tenham muito sentido nos Estados Unidos, diríamos que os intelectuais denunciados pelo neoconservadorismo americano seriam "esquerdistas", revelando certas dúvidas e restrições ao tipo de capitalismo americano, e certo pendor socialista. Seu grande momento de glória se registrou no período da "revolução americana" dos últimos anos da década dos 60 e dos primeiros 70, marcados pela integração racial, o Vietnã, a contracultura dos *hippies,* a libertação sexual e o escândalo de Watergate. O tema é tratado num livro sobre os *Neoconservadores — os homens que estão mudando a política americana* — por um típico

* É de Stevenson um trocadilho realmente intraduzível mas de fino humor: ***Eggheads ofthe world, unite! You have nothing to lose but your yolk...***

jovem cabeça-ovoide "liberal", Peter Steinfels (NY, 1979); e por George H. Nash, em seu *The Conservative Intellectual Movement in America* (NY, 1976). Igualmente instrutiva a obra de Guy Sorman, *La Révolution conservatrice américaine* (1983).

O problema na América é que os intelectuais (professores, cientistas sociais, escritores, jornalistas) são mui frequentemente chamados a participar do governo. Os contatos com o mundo universitário são íntimos. Kennedy e seus irmãos cercaram-se de *eggheads* e encomendaram pesquisa sobre pesquisa a *think-tanks,* formados de pessoal universitário. Casos recentes e particularmente notáveis são os de Kissinger, Brzezinski e Jean Kirkpatrick. Um outro exemplo mais antigo de lente universitário erguido à presidência foi Woodrow Wilson que, malfadadamente, levou para suas considerações de política internacional, nos anos cruciais de 1917-1919, uma terrível ignorância de geografia e história, e preconceitos intelectuais liberais divorciados da realidade política complexa da Europa: o resultado foi o desastre do Tratado de Versalhes que promoveu o nazismo.

O intercâmbio entre universidade e governo, que também se registra no Brasil, faz perder de vista a oposição fundamental que se ergue — conforme quero insistir — entre a classe intelectual e a classe burocrática, uma antinomia que prefiro caracterizar em termos psicológicos, mais que propriamente sociológicos. O burocrata-tipo, para começar, é um *profissional.* Está adstrito a certas regras mais ou menos rígidas de sua profissão e segue uma carreira administrativa. O tecnocrata pertenceria a um setor elitista da burocracia, especializando-se em ramos como a engenharia, a física nuclear, a macroeconomia, a agronomia, a educação, a medicina, cujas perspectivas particulares traria para sua atividade político-administrativa nos setores respectivos. *Lato sensu,* eu incluiria, no Brasil, os militares entre os tecnocratas, embora as origens e o *ethos* da classe armada sejam distintos, *sui generis.*

O intelectual, no sentido que estamos usando a palavra, pode também ser um profissional, mas de profissão menos caracteristicamente técnica, ou não associada à atividade político-administrativa propriamente dita. Vale aqui lembrar a distinção que foi estabelecida por Hume entre o que chamava "facções de princípios" e "facções de interesses". As facções de princípios teriam, na época, conteúdo religioso ou filosófico; ao passo que as facções de interesse se refeririam a interesses de poder ou orientadas para cargos e poder. A distinção psicológica que eu postularia seria então entre o pragmatismo racional, que é exigido do bom burocrata, e o intuicionismo livre e imaginativo que estimula o intelectual. O primeiro está preso às exigências irrefragáveis da realidade empírica, no sentido que se deve curvar às possibilidades da máquina administrativa e aos

complexos e inexoráveis mecanismos do sistema econômico e político de poder, com seus objetivos concretos a curto prazo. Ao segundo, ao contrário, é permitido dar curso à imaginação nefelibática e mesmo às suas veleidades românticas e utópicas. A ética do burocrata distingue-se assim, fundamentalmente, da de seu oposto: são a operosidade, a lealdade, a disciplina, a obediência, o método, a rotina, a atenção ao fato, a capacidade de observação, a concepção de "serviço" que dão valor a seu comportamento. O critério absoluto é o de *eficiência*. A seleção é por merecimento. Como já disse, na velha China concedeu Confucius ao mandarinato uma complexa e venerável filosofia moral para uso da classe, na qual se ingressava por concurso. No Japão, a filosofia do sábio Kung foi adaptada à elite militar dos samurais que, após a abertura do país ao Ocidente, se converteu na classe dirigente do país. O confucionismo colore hoje a área de expansão industrial da Ásia Oriental.

Os deveres dos intelectuais e suas preocupações são de outro tipo: o imperativo supremo de cultuar e defender os valores morais universais. A missão do clérigo, no sentido clássico da palavra, consiste precisamente nessa defesa: era a do sacerdote como apóstolo e testemunho da verdade. O *intelectual autêntico deve encarnar a consciência moral da comunidade*. É por isso que, segundo a velha tradição da escola socrática, está sua "profissão" associada à educação moral (profissão = professor = professo de uma ideia religiosa). A noção de Paideia integra educação, cultura e filosofia moral. Mas infelizmente a corrupção da *intelligentsia* pela ideologia, como consequência da ruptura entre o *esprit de geométrie* racionalista e a *raison du coeur* romântica, ocorrida durante o período barroco com o declínio da fé cristã, constitui o mal profundo que infecta toda a classe.

17

A TRAIÇÃO DOS CLÉRIGOS

Num de seus mais importantes e famosos diálogos, Platão apresenta a figura do sofista. Foi aliás graças a essa obra, o *Protágoras***,** que o termo *sofista* adquiriu suas conotações pejorativas. Na época de Sócrates, o sofista era simplesmente o mestre de retórica e a retórica a arte da política, eis que apenas pela manifestação oral se governa a *polis.* O sofista era um "esperto" e "experto" profissional que ensinava os jovens da aristocracia a fazerem carreira de estadista, de modo que poderíamos, estritamente, compará-lo a um professor de ciência política de nossos dias. A raiz do termo é *sophia,* a sabedoria, podendo então ser o sofista considerado um professor de filosofia. Contudo, por força da ardente crítica socrática, o sofista é hoje, conforme definido nos dicionários, a pessoa que usa sofismas em sua argumentação, o intelectual irresponsável que emprega a lógica de maneira pérfida, "ideológica", com o intuito de induzir em erro. "Sofismar= enganar, lograr com sofismas, deturpar o sentido das sentenças, argumentar especiosamente". Certa parcela do significado positivo se mantêm, porém, no adjetivo *sofisticado* — que sugere a ideia de algo afetado, pouco natural ou artificial, mas também refinado, experimentado pela vida e desprovido de vulgaridade plebeia.

O sofista representa, no fundo, o intelectual que utiliza a sua inteligência para fazer carreira. Para alcançar o poder. Protágoras tornou-se o protótipo do charlatão, do demagogo da inteligência, do indivíduo vivo e finório, mas fundamentalmente desonesto, que corteja os condutores da massa ignara, interessado apenas em usar o brilho de sua palavra ou de sua pena para impressionar, e assim conseguir vantagens pessoais. Sua motivação não é moral. É oriunda exclusivamente da *Libido dominandi* e *disputandi.* Em vez da procura autêntica da verdade em seu sentido filosófico criador, ele se rende à volúpia de exibir-se — colocando na ribalta da opinião pública seu saber, sua erudição, seu poder estético de manobrar conceitos, suas teses desprovidas de profundidade e novidade, mas eficientes pela forma fascinante com que são apresentadas. Para usarmos as categorias kierkegaardianas, o sofista se distinguiria do filósofo como o estético se distingue do ético...

Em certo sentido, toda a obra de Sócrates objetivando a criação da filosofia moral constitui um longo conflito contra os sofistas. O sofista representaria — é ainda a Platão

que devemos a tese *em A República* — um sintoma da decadência espiritual da sociedade poluída pela ideologia *(doxa).* O filósofo, que é o defensor da verdade, da justiça e da virtude, existe em oposição ao sofista e enquanto protege ***aretê,*** a virtude. Age o sofista, simplesmente, como um técnico intelectual privado de qualquer critério de valor. Para ele, simplesmente, equivaleria aretê ao sucesso ou à *virtù* do homem da Renascença. Por isso cabe ao filósofo resistir à poluição ideológica que tudo penetra e tudo contamina sob o efeito desagregador de sua sedução diabólica. Platão sugere que o conflito terminaria no martírio de Sócrates, muito embora seu sacrifício asseguraria o triunfo da filosofia na polis corrompida de Atenas. A dialética de Sócrates e de Protágoras no diálogo do mesmo nome se converte, na *República,* em uma oposição tremenda entre o *philosophos* (amante da sabedoria) e o *philodoxos* (amante de opiniões). O *philodoxos* é, em outras palavras, o sofista, o ideólogo, o mero intelectual. Ele usa esteticamente o *pseudos,* a mentira, para induzir a juventude em erro. No fundo, é um refinado e sofisticado mentiroso. Eric Voegelin acentua (em *Order & History, III*, 3, §3, 1) que o filósofo é o homem que procura resistir à corrupção provocada pelo sofisma na sociedade, ao tentar restabelecer a ordem correta da razão em sua própria alma, em oposição à psique enferma do sofista. A república é finalmente oferecida como o paradigma de uma sociedade espiritualmente bem ordenada, pela ordem da justiça que reina na alma de seus membros, em contraste com a sociedade corrupta que "é o maior de todos os sofistas". A sociedade corrupta seria assim dirigida pela comunidade de sofistas, ou o que chamaríamos hoje a *intelligentsia,* supremamente hábil em moldar a mente não apenas dos jovens ingênuos, mas também dos velhos caducos e ignorantes.

Assinala por outro lado Werner Jaeger *(Paideia,* II.5) que o Protágoras representa o grande movimento de transformação educacional que conduz da sofistica à paideia socrática, o que significaria a formação da verdadeira cultura. O Sócrates platônico arrebenta a fortaleza ideológica de seus adversários e, penetrando pela névoa opaca do nefelibatismo exposto por Protágoras e seus discípulos, faz emergir a verdade de seu próprio programa pedagógico. Segundo Jaeger, o famoso diálogo descreve o debate com os sofistas como uma das batalhas intelectuais decisivas de sua época. Talvez nenhuma das outras obras de Platão supere essa, como análise penetrante do caráter das personalidades intelectualmente sedutoras, porém moralmente viciadas. Através de sua fina ironia, o filósofo elimina a paideia puramente estética da palavra e a sofismátiça erudita e pedante, sobre ambas fazendo brilhar a nova paideia austera e honesta da cultura moral, da verdadeira filosofia.

Ao comparar a filosofia com a medicina — uma constante do pensamento platônico — Sócrates afirma que o conhecimento e a sabedoria que se adquire pela educação constituem o "alimento da alma". *Aretê* e *epistemê,* virtude e conhecimento, são os valores solidários que se condicionam um ao outro, e que o médico da alma, o psicoterapeuta, procura introduzir no paciente para curá-lo da enfermidade do *pseudos* sofismático. A dialética transforma-se no método adequado à persecução da Verdade, substituindo a *technê* ou arte retórica do sofista, que nada mais é que a ciência social ou a antropologia substancialmente ideológica. Protagoras torna-se o tipo do professor de ciência social, antropologia ou filosofia política, de uma ciência e uma filosofia utilitarista e desprovida de critérios de valor. Pela boca de Sócrates, afirma Platão não acreditar que o mero engenho humano, por mais agudo e brilhante que pareça, seja capaz de cuidar das almas e tornar os homens bons. *Aretê* é um dom dos deuses. É uma Graça ou um Carisma. E nessa tese mistura Sócrates o sólido realismo de sua ironia e de sua lógica, com a visão mística que caracteriza a inspiração de seu famoso *daimon.*

No final do diálogo, o filósofo será bem sucedido ao revelar a verdadeira ação de todos os sofistas ali reunidos, em conferência na casa de Callias, a começar pelo próprio Protágoras — que não são senão reles demagogos, reduzidos ao mesmo nível dos *hoi polloi,* da multidão cafajeste que é facilmente seduzida e iludida com belas palavras ocas. Pois se o argumento de Sócrates visa a identificar o conhecimento com a virtude, é preciso distinguir o verdadeiro conhecimento da Ideia do Bem, da erudição superficial e material que impressiona mas não educa, nem cria nada de novo e de sólido. O diálogo termina dramaticamente em torno da contradição que se forma nessa tese: afirmada e negada ora por um, ora por outro, Sócrates e Protágoras — a Tese é a de que *a virtude pode ser ensinada.* A contradição é da essência de toda filosofia dialética. No epílogo ocorre, de fato, uma reversão de posições. E Sócrates afirma que todas as coisas são conhecimento, a justiça, a sábia moderação e a coragem, numa dialética que serviria para o aprofundamento da questão da virtude que pode ser ensinada.

O valor perene da filosofia de Platão reside nisso que o pensamento ocidental sempre a ela recorre para a solução de questões vitais no correr dos séculos. Por isso usei as categorias platônicas em meu livro *O Brasil na Idade da Razão,* para descrever a Magia da Palavra que nos empolga como "uma sobrevivência da mentalidade primitiva" de que falava Artur Ramos. Estamos ainda no estágio primário de cultura em que o sofista é rei. O nosso sofista é mero comentarista pedante do pensamento estrangeiro, que sabe repetir mas não sabe julgar. A *lectio* e a *relectio* dos autores consagrados além-mar lembram o método de

trabalho da escolástica medieval. Em nosso caso, além disso, o intelectual desprovido de ética utiliza sua inteligência para promover-se nos *media* como mero atleta, estrela de cinema ou cantor de rádio. Reparai nas polêmicas de jornal e TV: o objetivo dos participantes não é, em geral, procurar alcançar esse ideal supremo de Verdade, por um embate franco de argumentos bem fundamentados e logicamente concatenados. Derrama-se uma quantidade extraordinária de citações para ostentar o próprio triunfo de erudição: "Que rapaz inteligente! Arre, que é demais!" A polêmica é mesmo um embate *(polemos)* de inteligências. Eles se medem no empenho de demonstrar sua inteligência, *qua* inteligência como numa competição esportista que visa a colher aplausos. Como pavões que querem impressionar a fêmea. O verbalismo oco, o jargão inútil, a retórica sonora e fluente, o palavrório fácil, a improvisação de conceitos meramente especulativos, o trocadilho sarcástico que faz rir, o parnasianismo insopitável, a erudição francesa, inglesa, alemã, ostentosa e vaidosa — eis algumas das características que têm sido mais comumente apontadas pelos observadores de nossa cultura e que revelam o tipo nitidamente *feminino* do pensamento nacional. De tudo não se pode extrair um grama sequer de vitamina cerebral. A polêmica não tarda a descambar para o insulto grosseiro, a distorção, a mentira, a calúnia, a ofensa pessoal. Os sofistas são incapazes de manter a discussão num plano alto de confronto abstrato de ideias substanciais: é um embate concreto de vaidades. Nessa pobreza agreste de conceitos elevados, penetram então os slogans da ideologia como *ultima ratio,* mas na verdade como uma infecção microbiana em corpo combalido: o lugar-comum, o chavão da moda. E a logorreia prossegue como uma inundação — semelhante a uma chuvarada de verão carioca — no meio da qual não se descobre uma gota de fermento verdadeiramente original e criador.

Enfim, no *Protágoras* platônico temos um modelo educacional admirável para o esforço de superação desse tipo de contenda sofismática em cujo baixo nível ainda permanece a maior parte de nossos intelectuais. Se tão pobre ainda é a filosofia brasileira, o de que necessitamos antes de mais nada, no aprimoramento de nossa cultura, é de uma paideia da própria atividade mental. A eliminação da *intelligentsia* e sua substituição por uma intelectualidade inteligente...

* * *

Em livro que já data de 60 anos *(La trahison des clercs,* 1927), mas que nada perdeu de sua vibrante atualidade, Julien Benda denunciou a "traição dos clérigos" sobre os quais deveria recair a responsabilidade pelos padrões morais e espirituais de nossa

sociedade. "Nossa idade é a idade da organização intelectual dos ódios políticos", afirma Benda. O principal argumento de sua obra é a de que os intelectuais (os "clérigos" como eram chamados na Idade Média) atraiçoaram a causa do pensamento especulativo, racional e frio, em proveito dos interesses escusos da paixão política que invoca o nome da nação, do partido, da raça ou da classe. O que, em resumo, defendia Benda era também a soberania da Razão prática, com seus imperativos morais universais, contra os eflúvios da emocionalidade nacionalista, racista ou revolucionária, inspirada pelos vários sistemas ideológicos que perturbam e ensanguentam o planeta. O arrazoado se enquadrava na campanha do autor contra a voga do romantismo que julgava, corretamente, ser o principal corruptor dos ideais cartesianos de ordem, clareza e precisão, correspondentes aos aspectos mais positivos do espírito francês. "E de fato percebo desde dois mil anos até nossa época" — escreve Benda — "através da história, uma série ininterrupta de filósofos, religiosos, homens de letras, artistas e sábios, cujo movimento é uma oposição formal ao realismo das multidões. Para falar especialmente das paixões políticas, esses clérigos a elas se opunham de duas maneiras: ou, inteiramente afastados de tais paixões, davam o exemplo da dedicação à atividade puramente desinteressada do espírito, como foi o caso de um Leonardo da Vinci, um Malebranche, ou um Goethe, criando a fé no valor supremo dessa forma de existência; ou então, mais propriamente como moralistas e debruçados sobre o conflito dos egoísmos humanos, pregavam como um Erasmo, um Kant ou um Renan, com o nome de humanidade ou justiça, a adoção de um princípio abstrato, superior e diretamente contrário a tais paixões... Graças a esses homens, pode-se dizer que, durante dois mil anos, a humanidade fazia o mal mas honrava o bem. Essa contradição constituía a honra da espécie e abria a brecha por onde podia penetrar a civilização. Ora, no fim do século XIX se produziu uma mudança radical: *os intelectuais passam a servir de instrumento das paixões políticas;* aqueles que representavam um freio ao realismo dos povos se tornam seus estimuladores".

Benda esqueceu, porém, que mesmo um Goethe não hesitou em servir a seu monarca, em Weimar, preenchendo funções administrativas. E que Turgot (1727-1781) poderia ter evitado a revolução francesa se seus princípios de economista e*philosophe* houvessem, na prática, sido sustentados por Luís XVI e sua corte. A combinação da *teoria* e da *praxis* num mesmo indivíduo é rara, mas pode ocorrer. Poder-se-ia mesmo sugerir que a primeira tentativa de conciliar os dois ramos da inteligência, preocupados com os negócios públicos, foi empreendida por Platão. De fato, o que Platão propôs foi que os reis se fizessem filósofos e os filósofos se tornassem reis. O próprio Platão não o conseguiu na

prática: sua experiência em Siracusa, quando tentou converter à filosofia o ditador local, Dionísio, terminou em retumbante fracasso. Aristóteles também foi preceptor de Alexandre, mas seus preceitos morais pouco efeito alcançaram sobre o comportamento do grande conquistador. A filosofia e o governo — *theoria* e *praxis* — não entram facilmente em fértil matrimônio, talvez porque o governo se envolve irremediável e inextricavelmente no mundo do coletivo, do político — que é um mundo necessariamente corrompido pelo Mal.

O conflito entre as possibilidades pragmáticas, friamente consideradas pelos tecnoburocratas, e os ideais de perfeição pregados pelos intelectuais sem responsabilidade na *praxis,* é hoje evidente em nosso país. Encontramo-lo amiúde entre "clérigos", no sentido literal da palavra. Ouvimos por exemplo, recentemente, um alto dignitário da Esquerdigreja popular proclamar que a Revolução industrial está falida: mas esse mesmo dignitário leviano usa um automóvel para se locomover na cidade, um avião para ir a Roma, um telefone para se comunicar com seus pares, um rádio-tv para saber das notícias diárias; e, quando está com dor de barriga, recorre a técnicos especializados, providos de todos os recursos da tecnologia médica moderna, fruto da Revolução industrial. Não há muito sentido de coerência. Assim, como outro exemplo, muitos condenam a política de exportação mas afastam deliberadamente de sua consciência que essa política é imposta, de modo irresistível, pela necessidade de pagar uma gigantesca dívida criada pela conta do petróleo que move não apenas o automóvel que os transporta, mas que transporta também e fornece muitos dos limitados confortos da imensa massa de pobres pelos quais fizeram opção preferencial. Li há algum tempo, na revista inglesa *The Economist,* que, por ocasião da visita ao Brasil do chanceler Schmidt, um eminentíssimo membro da alta hierarquia eclesiástica, dom Paulo Evaristo Arns, em conversa particular que manteve com o estadista alemão, insistiu no sentido de que ele persuadisse a alta direção da Volkswagen a remunerar os operários do ABC paulista ao mesmo alto nível que gratifica os da matriz de Stuttgart. Schmidt teria respondido com um sorriso: "Ótima ideia, Eminência! Se isso for feito, a VW paulista fecha as suas portas e volta para a Alemanha, o que muito me ajudaria a resolver os nossos próprios problemas de desemprego..." Essa história é uma lição do que o desconhecimento das leis econômicas pode produzir de noções aberrantes em intelectuais, movidos pela pura convicção idealista, mas desprovidos da responsabilidade pragmática na conduta dos negócios públicos. Paradoxo tanto mais notável quanto, outrora, os membros da Igreja muito se orgulhavam de seu duro realismo e profundo conhecimento das misérias, opróbrios e necessidades da humana servidão.

O traço característico de temperamento dos intelectuais que é seu

desconhecimento das realidades empíricas; sua ausência de espírito prático; em suma, a natureza tipicamente utópica e ideológica de suas elucubrações, foram salientados, entre outros, por Tocqueville em *L'Ancien Regime et la Révolution* (1856). Referindo-se à "condição dos escritores" e criticando seu "distanciamento quase infinito das coisas práticas", Tocqueville enfatizava *"l'absence complète de toute liberté politique faisait que le monde des affaires ne leur était pas seulement malconnu, mais invisible".* E, depois de explicar como essa falta de experiência tinha o efeito de tornar suas teorias mais radicais e mais utópicas do que nunca, acentua que *"la même ignorance leur livrait l'oreille et coeur de la foule".* Opinião semelhante foi externada por John Adams, o segundo presidente dos Estados Unidos, que numa de suas cartas de França comenta: "aqueles que se intitulam a si mesmos os filósofos da revolução francesa" comportam-se como "monges, conhecendo muito pouco a respeito do mundo" e de sua estrutura. É o poeta romântico inglês Wordsworth que assinala, " no meio de todas as revoluções, nas esperanças e temores dos homens", ser esta estrutura da realidade, este "quadro das coisas *(frame of things)* aquilo que ainda se mantém imutável"...

'mid ali revolutions in the hopes
And fears of men, doth still remain unchanged...

Não é sem surpresa que vamos encontrar, numa carta de Einstein a Freud, meditações sobre a agressividade e espírito de destruição que encontramos, frequentemente, entre os intelectuais. "Aqui estou pensando", disse Einstein, "não tanto nas chamadas massas incultas. A experiência prova que antes é a chamada *intelligentsia* que é mais sujeita a ceder ante estas desastrosas sugestões coletivas, uma vez que o intelectual não possui contato direto com a vida em toda sua crueza, mas a descobre em sua forma sintética mais fértil — na página impressa". Vemos, na verdade, que contra o pragmatismo reformista, profunda e friamente meditabundo dos revolucionários anglo-saxões, ergue-se a Nova Classe de intelectuais utópicos, os *philosophes* teoréticos e oraculares dos países latinos, macumbeiros da política. Essa Nova Classe produz principalmente discursos. Produz orações, promessas, planos, organogramas, projetos de lei e constituição, "pacotes", "pacotões", propostas, declarações, artigos de jornal, até mesmo livros. Realmente, o que não produz é riqueza. Produz promessas demagógicas em favor dos pobres, mas fica nisso enquanto defende seus próprios interesses.

Tal é o caso dos pequenos profetas, de que tão cheio está o mundo atual — os Paracletos dos pobres, bafejados por uma aragem qualquer que consideram procedente do

Espírito Santo, o qual também sopra para onde quer; e que, conhecendo intuitivamente a vaga do futuro, colocam-se adequadamente no *surf* que os levará à praia dos seus sonhos tropicalistas; ou tomam, andando, o trem da história que lhes destina a um terminal de poder! Podem então converter-se, senão em bobos do rei, pelo menos em astrólogos da corte. Serão semelhantes aos críticos de arte e de cinema, que já foram definidos como eunucos: pretendem *saber* como se faz a coisa, mas não *podem* fazê-lo... Serão ilustres psicopompos, líderes, gurus, guias espirituais do povo a quem ensinarão o caminho da liberdade e da justiça — tomando suas intuições banais como extraordinários lampejos de uma inteligência genial. Serão terapeutas curando a nação, com o bisturi do terror, dos males da inflação, do capitalismo, da opressão, da exploração do homem pelo homem, da balança de pagamentos, da dívida externa, do imperialismo ianque, da dependência, e das "estruturas" arcaicas, violentas e/ou injustas. Os intelectuais gnósticos, para recordarmos Voegelin *(The New Science of Politics),* dividem-se em três grupos bem distintos: os primeiros são os "teleológicos", os utópicos ou progressivistas que se embevecem diante do mundo futuro que eles próprios irão conceber, na fertilidade de seu ventre imaginativo singular; o segundo tipo é constituído pelos "axiológicos"; e o terceiro pelos ativistas, uma outra variedade em que a elaboração filosófica pouco intervém, já que o que sobretudo interessa é a direção do partido — qualquer que seja, no clube, no congresso, na seita, no aparelho ou na sociedade. De qualquer maneira (ainda repetindo Voegelin), considerará com Marx e sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel,* que a tradição da filosofia ocidental está suficientemente arruinada — e que o famoso povo está pronto para a carniça. Será assim um "radical", quer dizer, alguém que quer subverter a sociedade "pela raiz", quer arrancar a árvore frondosa da civilização para plantar a sua mudinha de cacto predileta. O que talvez se justifique, especialmente no Brasil, pois dado o especial pendor predatório do brasileiro e seu desamor pela árvore, somos todos de certo modo "radicais": queremos erradicar toda a vegetação para, no deserto, na tabula rasa da cultura assim formada, erguermos as flores artificiais de *papier mâché* de nossas esplêndidas lucubrações sociológicas, político-filosóficas, socioeconômicas e mesmo libertário-tecnológicas.

Enquanto a civilização for considerada reação, repressão e opressão, enquanto a insanidade moral for progresso, serão os cafajestes, os malandros, os Macunaímas, as pessoas de menor gabarito moral, porém maior lábia melíflua, as que, imediatamente, alcançarão as posições de mando sobre a opinião pública — a qual se inspira *sempre* em considerações morais, por mais primárias que sejam. Enquanto a disciplina do intelecto pragmático, o desenvolvimento da cultura filosófica e a vida do espírito são estigmatizados

em público como "reacionárias" — o desprezo pela estrutura da realidade, a ignorância dos fatos, as construções falaciosas, a falsificação da história, as opiniões irresponsáveis na base de convicções absolutas, o analfabetismo em matéria de filosofia política e o torpor espiritual serão considerados as virtudes do homem do "povo", sua posse devendo abrir o caminho para o sucesso.

* * *

Fala-se no "fim da ideologia". Solzhenitzyn, entre outros, contribuiu decisivamente para esse resultado ao desmascarar a mentira que detrás dela se esconde. Os acontecimentos contemporâneos demonstram que a ideologia se transformou numa arma de que se serve a Rússia soviética para promover seus próprios interesses imperiais mais egoístas. A aproximação entre a China comunista e o Ocidente supera a discórdia de convicções filosóficas, enquanto a desavença geopolítica entre as duas potências orientais se colore de conteúdos ideológicos, estando realmente em causa a oposição dos interesses nacionais respectivos de Beidjing e Moscou.

A existência do eurocomunismo na Europa ocidental, bem como as incursões da velha e da nova Esquerda nos países do Terceiro Mundo não permitem, contudo, considerar o fenômeno ideológico como superado pelo neoliberalismo. Se o nacionalismo influencia a conduta das nações afro-asiáticas e latino-americanas mais que o socialismo, não nos esqueçamos de que o "terceiro-mundismo" também representa uma ideologia. É possivelmente a mais nefasta que apareceu neste final de século entre os subdesenvolvidos. O "ópio dos intelectuais" de que fala Raymond Aron é, na verdade, o nacional-socialismo que contamina hoje toda a área do calor, da palmeira e do batuque. Lewis Feuer, professor na Universidade de Toronto, atribui, em sua obra de crítica *A ideologia e os ideólogos,* toda a elaboração mental do sistema ao que seria uma espécie de mito arquetípico, evocando profundas nostalgias inconscientes. Seria o arquétipo mosaico, a história do êxodo dos hebreus para Canaã. O mito repetiria, em sucessão invariável, um *leitmotiv* na série de episódios famosos: um povo oprimido, como os hebreus sob domínio egípcio; um líder carismático como Moisés que, movido pela simpatia, resolve libertar o povo; uma revolta bem-sucedida contra a tirania opressora de um Estado civilizado, levada a cabo através de uma sucessão de vitórias e fracassos, mas terminando triunfalmente na "travessia do mar Vermelho"; a concessão de uma nova Lei, no gênero dos Dez Mandamentos proclamados ao pé do monte Sinai; muitas deslealdades cometidas contra esses mandamentos e o esforço

do líder no sentido de manter sua autoridade, diante das traições e infidelidades de seus comandados; o desaparecimento final do herói, quando já contempla a Terra Prometida de seus anseios; finalmente, a esperança de seu retorno como Messias. O mito mosaico completar-se-ia com o mito Jacobita. Esse segundo paradigma, secularizado no mito dos intelectuais, repetiria a história de Jacó (Israel) e a de José, seu filho. Nesse caso, o filho mais moço, mais inteligente, é perseguido por seus irmãos, enfrenta com sucesso provas das mais difíceis, mas acaba triunfando ao inaugurar a soberania absoluta dos intelectuais no Estado leviatânico.

Desde então, acentua Feuer, a ideologia consistiria na repetição invariável do mito, escrito na linguagem da filosofia e da ciência, mas sempre com um conteúdo dramático. Sentencia nosso autor: "Quando as ideias são usadas como armas na guerra psicológica, elas são finalmente avaliadas por seu poder de fogo e não por sua veracidade". A ideologia se transforma numa pseudo-religião e o intelectual se arvora em líder carismático da revolução mundial, como foi o caso de George Lukacz, o neomarxista e estalinista húngaro que confessava sua "paixão intelectual pelo messianismo revolucionário". Muito embora haja participado da revolta húngara de 1956, Lukacz declarou em 1967, no fim da vida, que, "mesmo que todas as profecias e predições marxistas fossem desacreditadas pela realidade empírica, ele ainda continuaria a manter sua fé na verdade do marxismo". A idade obviamente não o corrigiu...

Lembremos o ditado popular segundo o qual o homem que não é um revolucionário romântico na juventude não tem coração; e o homem que não é um conservador empedernido na madureza não tem cabeça. Segundo esse apotegma, estaríamos fadados a mudar de posição com o correr dos anos, mas a regra nem sempre é confirmada. Na nossa época conhecemos muitos exemplos de intelectuais revolucionários (o caso de Lukacz, Marcuse e Reich por exemplo) que se tornaram populares e influentes quando já septuagenários decrépitos. Por outro lado, temos o caso de intelectuais que, jovens na década dos trinta e marxistas, se arrependeram na idade madura, após a experiência traumática das guerras mundiais, e repudiaram "o deus que falhou". É o caso de Eduardo Bernstein, Benedetto Croce, Gide, Camus, Max Eastman, Arthur Koestler e Ignazio Silone. Outro caso mais recente é o dos "novos filósofos" franceses. Camus, Koestler, Malraux e Orwell perderam uma popularidade barata quando abandonaram suas ilusões esquerdistas para criticar o ópio dos intelectuais.

Possuindo uma sensibilidade extraordinária para os acontecimentos políticos e sociais à sua volta, também antecipou Heine, com admirável clarividência, os estragos que

ia fazer a ideologia. Esses "monstros a quem pertence o futuro", escrevia ele, se parecem com "os mais terríveis crocodilos que jamais se arrastaram na lama". A descrição se aplica ao neoprimitivismo, ao irracionalismo e à defesa de um retorno à Utopia Selvagem que propugnam os da Nova Esquerda pois, embora detestem o nazismo, eles aceitam inconscientemente o gesto de Göring que levava a mão ao revólver da cintura, cada vez que ouvia falar em *Kultur...* O romantismo do retorno à natureza envolve uma exaltação da violência e da agressividade animal, num derramamento romântico e desabrido de emoções. Para o ideólogo compenetrado, a própria lógica é tida como relativa: dois e dois não são quatro. Aceitar a verdade da fórmula 2 + 2 = 4 é o mesmo que se submeter à horrenda necessidade autoritária do pai, ao arbítrio do adulto, à lei da velha geração. Marcuse proclama que "a lógica do pensamento permanece a lógica da dominação". Para romper com essa tirania opressiva é necessário aceitar a dialética das explosões. O próprio universo deveria ler *Das Kapital.* Deveria impregnar-se de marxismo. E a ideologia revolucionária, aplicada à natureza, segundo Engels, se traduziria por uma tendência cósmica a grandes *saltos* naturais. Verdadeiras revoluções galácticas...

Feuer define o intelectual ideólogo como uma "personalidade dialética", um emocional *a priori,* um descontente compulsivo, um crítico neurótico, um *misfit.* O ressentimento e o masoquismo configurariam duas das principais características do ideólogo típico. Camus considerava desprezível "proclamar o próprio pecado, ao bater no peito de outrem" — mas não é isso, precisamente, o que todos fazem? Eles contaminam a sociedade com sua própria angústia, polarizam com branco e preto as contradições políticas inevitáveis e projetam sobre a situação do momento a sua própria esquizofrenia. Ionesco, o criador do teatro do absurdo, acentua, depois de visita aos Estados Unidos, que os *eggheads* não aceitam a opinião de um visitante estrangeiro, a não ser que ache a América pior: a nação mais corrompida, mais injusta, mais violenta, mais agressiva que há. Os intelectuais de Berkeley e do Greenwich Village criam, assim, o seu próprio teatro do absurdo ideológico e moral.

A concupiscência masoquista constitui um traço distintivo do ideólogo. Já durante a revolução francesa, sentiam os Jacobinos, como Danton por exemplo, uma verdadeira nostalgia da guilhotina: *les dieux ont soif.* Engels se referia à história como a mais cruel de todas as deusas: o intelectual se compraz em sofrer no holocausto, como vítima e agente da história. Após a revolução russa, assistimos ao empenho patológico com que os velhos bolchevistas se entregaram à sanha assassina de Stalin, circunstância que Koestler descreveu no célebre romance *Darkness at noon* (O zero e o infinito). Atualmente, o

intelectual burguês procura as massas, quer retornar ao seio das massas, voltar à terra, ao solo, ao povo, às massas. Hélio Jaguaribe, em nosso país, propõe uma "democracia de massas". Sentindo-se, porém, rejeitado em sua soberba pretensão de liderança das massas, prefere o jovem intelectual entrar para o terrorismo: lançar uma bomba é maneira adequada de expor a própria ideia. Os intelectuais que se recusam a submeter-se à ideologia e não se sentem inclinados a drogar-se com o opiozinho das massas são boicotados, são acusados de reacionários, deixados no esplêndido isolamento e, à sua volta, se arma uma espessa cortina de silêncio. Foi Ortega y Gasset um dos primeiros a denunciar (1929) essa *Rebelión de las masas.* Bertrand Russel, em sua autobiografia confessou que, após uma viagem à URSS, "a maior parte de meus amigos partilharam a opinião que não se deve dizer o que se pensa sobre a Rússia, a não ser se o que se pensa lhe seja favorável".

Estudando os desvios e ziguezagues das escolas filosóficas, cujos movimentos periódicos configurariam uma lei dos ciclos ideológicos, menciona Lewis Feuer o Kantismo, o Utilitarismo, o Pragmatismo, o Hegelianismo, o Positivismo, o Nietzscheanismo, o Bergsonismo, o Idealismo transcendental, o Existencialismo, o Determinismo, o Historicismo, etc. Haveria uma passagem regular da esquerda para a direita, ou da direita para a esquerda. Uma geração tomaria uma posição na matéria e a geração seguinte uma posição diametralmente oposta, ao sabor da moda. Há muitos exemplos para confirmar a tese. Eis o pragmatismo de William James, uma doutrina liberal que foi mais tarde utilizada pelos fascistas italianos. O mesmo ocorreu com o utilitarismo de Bentham e Stuart Mill, doutrina característica da democracia liberal, quando formulada, mas que depois serviu à argumentação dos socialistas estatizantes. O positivismo de Comte, conservador e autoritário (a ditadura positivista), que no Brasil, com a revolução republicana, transformou-se em uma espécie de jesuitismo científico (os últimos positivistas brasileiros foram, entretanto, quase todos esquerdistas). Nietzsche era um niilista que detestava o Estado, pregava a transmutação de todos os valores e criticava os antissemitas ("prolet-arianos" como os chamava), mas acabou utilizado pelos nazistas que nele só descobriram a exaltação heroica da "besta loura". O existencialismo moderno também nasceu de um filósofo, Kierkegaard, que, indiferente à política, melhor se poderia considerar um burguês alienado. Mas, depois de ser nazista com Heidegger, o existencialismo acabou comunista com Sartre. Alguns filósofos também apreciam as mudanças: já mencionamos Bertrand Russell. Vilfredo Pareto foi do liberalismo para o fascismo e o discípulo de Benedeto Croce, Giovanni Gentile, transformou-se no ideólogo de Mussolini.

Peguy e Orwell são representantes da linha crítica iniciada por Benda. O poder dos pequenos apólogos de Orwell se projeta sobre esta segunda metade do século. Joseph Schumpeter tentou uma "sociologia dos intelectuais", mas sem grande sequência. Na Grã-Bretanha, talvez menos atingida pelo mal, uma ardente e profunda denúncia do "ímpeto suicida" *(death-wish)* dos ideólogos liberais, com suas desastrosas consequências, se encontra na coletânea de artigos de Malcolm Muggeridge, *Things Past* (1978), uma das mais belas peças que conheço nesse sentido. Os exemplos são de cabeças como Harold Lasky, Wells, Shaw, Russell, os Webb e os Fabians em geral, que construíram os alicerces do trabalhismo inglês e se deixaram seduzir pelas róseas perspectivas de uma *détente* com o bolchevismo. Alguns também, como *Sir* Oswald Mosley, foram encampados pelo fascismo e, mais recentemente, Enoch Powell pelo racismo. Em grande parte, àqueles "liberais" e marxistas que procuravam analisar "a crise da democracia" se deve atribuir a situação um tanto ou quanto calamitosa da Inglaterra, de que a Dama de Ferro Margaret Thatcher a procura agora corajosamente extrair.

Um dos melhores representantes do ataque contra os *litterati* nesse extraordinário viveiro de Jacobinos que é o Paris da *rive gauche,* é Raymond Aron em seu *L'opium des intellectuels.* Possuídos por mitos — o mito da esquerda, o mito da revolução, o mito do proletariado — e idolatrando a História de cujas "leis férreas e necessárias" se consideram os inspirados intérpretes; ressentidos, macambúzios e arrogantes, procurando superar a alienação pela ideologia que se transforma numa droga ou numa religião secular, aponta Aron seu dedo acusador para os *maîtres à penser* de tipo Sartre e Merleau-Ponty. Se recordarmos que líderes revolucionários da tempera de Chou Enlai, Pol-Pot e Ho Chimin, se embeberam de ideologia como de leite materno entre o boulevard St. Germain e o boulevard St. Michel, podemos facilmente avaliar a influência catastrófica que exerceram aqueles *philosophes* de nova espécie, sobre os povos que lhes sofreram os lastimosos ensinamentos. O genocídio no Camboja, talvez o mais terrível episódio deste século, pode ser diretamente relacionado com as doutrinas sociais ensinadas, senão na Sorbonne ou na Science-Po, pelo menos nos cafés do *VIème arrondissement:* ali aprendeu Pol-Pot a teoria absurda cuja *praxis* custou ao povo Khmer dois milhões de mortos, um terço da população.

Todos os ideólogos, desde Saint-Simon, Fourier, John Stuart Mill, Hegel, Comte e Marx, até Spengler, Marcuse, Lukacz, Gramsci e Althusser, acreditaram que podiam construir suas teses sociólogas e históricas com a força de verdades científicas. Todos eles afirmaram que podiam determinar as leis causais da dinâmica social, de modo a transformá-las em base de predições exatas, numa espécie de futurologia sociológica. Ora, o grande

problema da sociologia é o da objetividade. Será possível formular as ciências sociais como se fossem ciências exatas? Ciências exatas desprovidas de sentimento, imunes a considerações de valor? Capazes de servir a previsões tão corretas como as que realiza a astronomia ao anunciar um eclipse ou um retorno do cometa de Haley? Eis o que parece muito duvidoso. Em sua obra monumental sobre as principais correntes do marxismo, analisa Kolakowski, com ironia e profundidade, esse interminável debate entre subjetivismo e objetivismo no qual se empenham os intelectuais de esquerda. Foi Karl Popper, porém, que, em suas duas obras *The Open Society and its Enemies* (1950) e *The Poverty of Historicism* (1957), denunciou mais fortemente o historicismo como motivador principal do totalitarismo político. Retomando a famosa distinção postulada por Bergson entre sociedade aberta e sociedade fechada, Popper considera o historicismo responsável pelo condicionamento mental e afetivo do homem moderno, a fim de submetê-lo e integrá-lo numa sociedade fechada. Na dedicatória à segunda das obras mencionadas, o pensador austro-inglês invoca "a memória de incontáveis homens e mulheres de todos os credos, nações e raças que foram vítimas da crença fascista e comunista nas leis inexoráveis do destino histórico". Como tradução filosófica do determinismo histórico primário, o historicismo, na verdade, contamina a obra de Marx assim como a dos ideólogos do nazi-fascismo. Em poucas palavras, trata-se da aplicação do profetismo gnóstico à história, ou seja a secularização integral do velho utopianismo messiânico hebraico, quando a voz do Espírito, *Ruach,* "que falou pelos Profetas", se transforma numa invocação vulgar do orixá do materialismo científico.

Enfrentando a denúncia de Treitschke à "objetividade anêmica, contrária ao sentimento histórico", cabe-nos criticar os que pretendem, subjetivamente, colocar o destino de seu próprio lado. Cabe-nos denunciar os que, carregando uma suposta lei histórica, representativa de um mítico espírito da história, se deixam embalar pela ilusão nefasta de servirem à "observação científica dos fatos determinados por leis férreas".

18
A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO

Sabemos que as virtudes da burocracia eficiente foram, há 2.500 anos, na China pregadas por Confucius (Kung Fu Tzu), o filósofo por excelência da burocracia. A moral confuciana se transformou na religião perene dessa que é uma das mais antigas e estáveis sociedades do planeta. A sobrevivência singular da civilização chinesa se deve, sem dúvida, às duas estruturas fundamentais de sua ordem política e social: a família e a burocracia do mandarinato.

Personificou Confucius (551-479 a.C.) o perfeito intelectual que também possui a vocação de servir a seu senhor, como ministro ou administrador. O mestre atingiu o posto de primeiro-ministro do Estado de Lu, um dos muitos em que então se dividia a China feudal. Sua experiência política, porém, tampouco foi feliz e disso resultou a carreira posterior como sábio, filósofo, educador e professor ambulante — um destino paralelo ao de seu quase contemporâneo grego, Sócrates. As virtudes que Mestre Kung ensinou às gerações futuras de mandarins celestes são aquelas que Weber — não fosse seu positivismo rebelde à concessão subjetiva de valores desejáveis — conosco concordaria em atribuir ao burocrata "desburocratizado" e humanizado. São as virtudes de equidade *(chih),* de humanidade *(jen),* de responsabilidade conscienciosa *(chung)* e de altruísmo *(shu).* Na base dessa ética confuciana compreende-se a razão, proposta pelo próprio Mestre Kung, "pela qual o homem superior tenta entrar para o serviço público, sabendo de antemão que isso é justo e correto, muito embora consciente de que seus princípios não poderão prevalecer". *Chih e Jen* e *Chung* e *Shu...* Entretanto, os deveres dos artistas, poetas e místicos e suas preocupações são de outro tipo. Na velha China sabemos que uma outra escola filosófica, oposta à de Confucius ou, melhor dito, complementar, se desenvolveu em benefício daqueles a quem o exercício do serviço público repugnava. Foi a escola de Lao-tze, mais conhecida como Taoísmo. A escola cujo princípio básico, o *Tao* ou Caminho, poderia ser definido pela fórmula: "deixa como está para ver como fica"...

É possível relacionar as duas classes — a dos intelectuais e a dos burocratas — com a distinção, postulada por Max Weber numa conferência pronunciada para estudantes, em 1918, e publicada sob o título de "A política como vocação". A distinção é entre o que

ele chama a *"ética de pura convicção"* e a *"ética da responsabilidade".* A dialética entre ambas funciona do seguinte modo: a primeira, *Gesinnungsethik,* absoluta, a segunda, *Verantwortungsethik,* contingente. A primeira é ultramundana e não reconhece que as consequências imprevisíveis de uma ação se encontram em relação paradoxal com as intenções. Ela representa uma ética do caráter, uma ética de "fins últimos" que não admitem exceções e, como tal, representam uma máxima que está em oposição fundamental e irredutível com a outra. Criticando seu amigo F. W. Förster, Weber acentua que a "ética da responsabilidade" aceita a ambiguidade moral do mundo e está consciente que do bem não resulta, necessariamente e sempre, o bem; nem tampouco que do mal sempre resulta o mal. Ela exige o compromisso, a negociação, o conhecimento exato do que é possível. Estaria assim eminentemente relacionada com a política — sendo a política, segundo a célebre definição bismarckiana, "a arte do possível"...

Weber já se preocupava com a situação de anarquia revolucionária em que mergulhava a Alemanha após a derrota. Essa situação, agravada pela grande inflação, o desemprego e as tentativas de golpe promovidas pelos comunistas spartakistas, ia ter como consequência, dada a fraqueza da República de Weimar, o surgimento catastrófico do movimento hitlerista. Em sua conferência, Weber considerava o papel que, para a salvação da Alemanha, deveriam desempenhar as duas classes líderes: os intelectuais, depositários da *Kultur* germânica, e os burocratas, herdeiros do Império wilhelmino. Sabemos que a história não confirmou as esperanças do sociólogo: os intelectuais se deixaram seduzir pela ideologia racista e os burocratas se tornaram os instrumentos dóceis do Estado prussiano agressivo. As vocações de ambos se espatifaram no escolho da ideologia.

O sociólogo escreve que o homem que acredita na ética da responsabilidade "leva em consideração, precisamente, as deficiências normais do povo; e, como Fichte corretamente afirmou, não tem mesmo o direito de pressupor sua bondade e sua perfeição. Não se sente na posição de sobrecarregar os outros com os resultados de suas próprias ações, na medida em que foi capaz de prevê-las"... Aquele que acredita numa ética de fins últimos ao contrário, "se sente *responsável* apenas em assegurar que a chama das intenções puras não seja jamais apagada: por exemplo, a chama do protesto contra a injustiça da ordem social. Reacender essa chama sempre de novo é o propósito de seus atos bastante irracionais, conforme sejam julgados tendo em vista seu sucesso possível. São atos que podem e devem ter somente um valor exemplar". Acrescenta Weber que a ética dos fins últimos ou da pura convicção aparentemente se arrebentará diante do problema da justificação dos meios pelos fins. "Na verdade, tem logicamente apenas a possibilidade de

rejeitar toda ação que empregue meios moralmente perigosos — em teoria! No mundo das realidades, de um modo geral, encontramos a experiência sempre registrada que aquele que adere à ética dos fins últimos se transforma, subitamente, num profeta quiliástico. Aquele, por exemplo, que acaba de pregar 'o amor contra a violência', "apela agora para o uso da força e para o *último* ato violento que então conduzirá a um estado de coisas no qual *toda* violência será aniquilada". Os que propõem uma ética de fins últimos são os intelectuais nefelibáticos que não podem, em suma, resistir à irracionalidade ética do mundo. Weber lembra aí a cena do *Grande Inquisidor,* de Dostoievsky, onde o problema é discutido de maneira aflitiva. "Se alguém faz alguma concessão ao princípio de que o fim justifica os meios, não é possível juntar a ética de fins últimos e a ética de responsabilidade sob um mesmo teto ou decretar, eticamente, que fim deve justificar que meio".

Contrastante assim com a anterior, a ética da responsabilidade reconhece a irracionalidade essencial do mundo, mas sugere uma conduta da maneira a mais racional possível na conjuntura dada. Diríamos então, completando o pensamento de Weber, que é a ética pragmática talhada especialmente para o uso do administrador, burocrata ou tecnocrata, responsável pela conduta desse mecanismo altamente complexo, problemático e frio que é a sociedade industrial moderna. Isso não quer dizer, evidentemente, que nem deva o intelectual ser irresponsável, nem o burocrata desprovido de convicções e princípios. Trata-se de uma questão de ênfase em princípios diferentes.

A liderança "espiritual" da *intelligentsia,* em tensão criadora com o poder tecnoburocrático da classe dirigente, me parece constituir a fórmula que tenderá a impor-se na sociedade liberal futura. É evidente, no nosso mundo atual, que as coisas não se passam de maneira tão simples. O perigo da burocracia é que facilmente se corrompe na frieza cruel das considerações pragmáticas — das estatísticas, programas, organogramas, planos, projetos, orçamentos, serviços — ao passo que a intelectualidade é sempre seduzida pela peçonha da ideologia, um complexo de ideias políticas fortemente colorido de ressentimento, inveja e outras emoções vingativas e rebeldes. Esclareço, porém, que coloco os dois tipos de ordens sociais aqui sugeridos não como grupos estanques hostis, mas antes como pólos de tensão.

* * *

O problema dos intelectuais está, em suma, na dependência de sua reinspiração por valores morais mais elevados. Uma nova ética dos intelectuais comportaria padrões

diversos dos que orientam os burocratas — diversos não no sentido de oposição, mas no de ênfase. Menos solicitados pelas exigências empíricas e os deveres pragmáticos que preocupam e se impõem àqueles — sua total liberdade de pensamento e expressão encerra o perigo de desorientá-los, encaminhando-os no sentido do idealismo, do culto aos mitos, do ressentimento irritado ou choraminguento, da irrelevânçia e da divagação utópica. Mas aí justamente reside sua virtude específica de crítica, de estímulo, de elaboração de ideias, de solicitação teórica. A crítica em nome da justiça e da liberdade; o estímulo no sentido de reforma e e correção das distorções que se registraram no decorrer do desenvolvimento industrial; a solicitação moral em benefício dos mais altos padrões de cultura que devem inspirar a comunidade. E assim como foram a liberdade' e o combate aos privilégios e às superstições os grandes *shiboleths* dos *maîtres à penser* no passado, são a igualdade, os direitos humanos, o pacifismo e os imperativos ecológicos os principais temas do momento. Oxalá também se coloquem, por remorso de sua antiga "traição", a serviço dos ideais universais da nova sociedade ecumênica, pluralista e cosmopolita — superando os particularismos provincianos, os ódios e ressentimentos tribais, as desconfianças e egoísmos inertes que se congregam em torno da ideologia nacional-socialista, aquela que mantém a estrutura do Estado-nação soberano.

Que papel os políticos, no sentido diletante tradicional da palavra, exercerão nesse esquema? É o que não posso prever. Creio que a falta de embasamento moral e profissional da classe dos políticos — quer provenham do clientelismo patrimonialista de antanho, quer do populismo contemporâneo — constitui uma das falhas mais graves de nossa estrutura política. Não quero aqui tratar do tema que nos desviaria de nosso propósito mais estrito. Mas na seção seguinte falaremos da formação de possíveis elites para o Brasil.

19

O PAPEL DAS ELITES NO BRASIL

O termo *elite* origina-se no latim pelo francês. Vem de *eligere,* "eleger", "escolher", "selecionar" aquilo que, evidentemente, é considerado melhor. A palavra foi inicialmente utilizada para designar produtos de qualidade excepcional e só posteriormente se lhe estendeu o emprego para cobrir grupos sociais considerados superiores aos demais.

Na sociedade medieval, pode-se dizer que havia apenas duas elites, recrutadas na nobreza e no clero. Estas eram consideradas as duas primeiras classes que dirigiam o "terceiro estado", isto é, o povo, composto de burgueses, artesãos e camponeses. A ideia de aristocracia, herdada da idade clássica, comporta uma superioridade pelo nascimento, pela herança genética, pela linhagem familiar. A noção de elite, ao contrário, é moderna. Ela sugere uma superioridade puramente individual. Nesse sentido, o termo só passou a ser usado a partir de fins do século dezenove, difundindo-se principalmente graças à obra dos sociólogos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Pareto dizia: "Suponhamos que, em todos os ramos de atividade humana, seja atribuído a cada indivíduo um índice que represente um sinal de sua capacidade, de maneira semelhante àquela pela qual se conferem notas das diversas matérias em exames escolares. Ao tipo superior de advogado, por exemplo, será dada nota dez. Ao homem que não consegue um cliente será atribuída nota um — reservando-se o zero para o que for completamente idiota. Ao indivíduo que tiver auferido milhões — honestamente ou não, conforme o caso — daremos um dez. O que chegar à casa dos milhares receberá um seis... E assim por diante em todos os ramos de atividade humana... Reunamos, pois, em uma categoria, as pessoas que possuem os índices mais altos em seus ramos de atividade; e a essa categoria daremos o nome de *elite".* O próprio Pareto não vai além da utilização desse conceito elementar de elite. Ele lhe serve apenas para acentuar a desigualdade de atributos individuais em todas as esferas da vida social e como ponto de partida para uma definição de elite governante, o verdadeiro objeto de sua pesquisa.

Foi Gaetano Mosca, porém, que levou a distinção entre elite e massa para o terreno da política, falando em "elites dirigentes" e "classe política". Mosca expressava suas ideias do seguinte modo: "Entre os fatos e tendências constantes, encontrados em todos os organismos políticos, um é tão óbvio que é visível até ao olhar menos atento. Em todas as

sociedades, desde as mais avançadas e poderosas, até as mais atrasadas, existem duas classes de pessoas, uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira, sempre a menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo; enquanto a segunda, a mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira, de forma que é mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrária e violenta". Mosca e Pareto preocupavam-se, portanto, com o sentido de grupos de pessoas que, independentemente de seu nascimento ou passado familiar, exercem diretamente o poder político ou o influenciam. É notório, por conseguinte, como muitas das considerações que se descobrem hoje em dia nos tratados dos sociólogos e cientistas políticos são encontradas em velhos autores, desde Platão e Aristóteles até Montesquieu, com o significado apenas de "governo dos melhores". E fácil de verificar que: 1) o termo aristocracia desapareceu na democracia moderna precisamente porque esta determina uma igualdade formal perante a lei (isonomia) e uma igualdade de oportunidades, infensa à antiga superioridade dos "bem nascidos", patrícios ou "nobres" por direito de nascença; e que 2) o termo "elite" é perfeitamente válido numa democracia pluralista e livre se comportar, apenas, a condição de uma superioridade *individual* — com a necessária retribuição ao mérito. Se há uma elite artística, uma elite intelectual, uma elite nos desportes — haverá também uma elite política, composta daqueles que se revelaram os melhores para o governo. É essa a "lei de bronze das oligarquias" a que se referia o sociólogo e economista Robert Michels(1911).

As ideias de Pareto e de Mosca foram comprometidas pelo abuso que dela fizeram os fascistas. O fascismo italiano, estritamente, é um populismo de liderança carismática. No caso, o *Duce* Benito Mussolini — o que pouco tem a ver com a ideia de elite. O *Führer Prinzip,* do nazismo, e a noção de raça superior, *Herrenvolk,* melhor se coadunam com um elitismo extremado, mas mesmo assim não correspondem exatamente aos conceitos de Mosca e Pareto — os quais não deixam de obedecer à condição de uma organização democrática e liberal individualista da sociedade. Aliás, o sistema de liberdade política e econômica parece mesmo essencial ao jogo equitativo da concorrência ou competitividade entre méritos desiguais, emulação que permite o surgimento das elites. Contrariamente, a sociedade de massas, a sociedade socialista arregimentada, uniformizada e conformista é aquela que impede ou dificulta o florescimento de elites, estimulando a permanência de uma mediocridade geral.

A democracia implica o domínio da Lei, o princípio da isonomia, ou seja, da igualdade perante o dispositivo legal com a máxima liberdade ao empreendimento

individual. Numa sociedade aberta ideal, deve haver igualdade de oportunidades iniciais para o jogo estimulante da iniciativa privada em que se destaque o mérito. A liberdade de cada um é inteira, nos limites estritos, morais e legais, em que essa liberdade de cada um não comprometa a liberdade do outro. Na organização democrática, não mais imperam os determinismos afetivos e concretos das relações pessoais privilegiadas e arbitrárias de clientela, mas a obrigação lógica, matemática e abstrata da lei, igual para todos. O florescimento das elites intelectuais, empresariais e burocráticas num regime de livre concorrência não está, pois, em conflito com a estrutura política e econômica do Estado democrático moderno. Podemos acentuar que a concepção de uma competição política em que surgem elites governantes, com a igualdade de oportunidades e isonomia, pode ser apresentada como corolário da teoria econômica, de origem anglo-saxônica, que comporta o *laissez-faire* capitalista e a iniciativa privada, numa economia de mercado sujeita à lei da oferta e da procura. Schumpeter tinha plena consciência disso: "Essa noção [de luta competitiva pela liderança política] apresenta dificuldades semelhantes às da competição na esfera econômica." A teoria das elites é, essencialmente, um refinamento do *laissez-faire* da doutrina do individualismo econômico, com sua ênfase na competição e no avançar por si.

Quero acentuar, *en passant,* que os marxistas não conseguem contradizer esse ponto de vista. Os marxistas-leninistas, o que quer dizer, aqueles que seguem as várias correntes socialistas e comunistas da atualidade, taxativamente reconhecem que a igualdade econômica só pode ser alcançada graças à liderança que, sobre as massas proletárias, deve ser exercida por uma pequena elite de agitadores profissionais e dirigentes políticos, fortemente organizados num partido único ditatorial. Chama-se a este a Vanguarda do Proletariado. Na prática, isso conduz à supressão da liberdade, à imposição de regimes totalitários e à acaparação do poder por quadros de burocratas tirânicos, a famosa *Nomenklatura* dos países da Europa oriental: na URSS, uma classe composta de três milhões de pessoas. Na falta de um partido comunista de agitadores e administradores profissionais, a maneira populista mais comum de combater o suposto elitismo se registra nos países subdesenvolvidos — e constitui o recurso à liderança carismática de caudilhos, chefões e ditadores militares que proliferam em todo o Terceiro Mundo como cogumelos em clima úmido. Mesmo estes, porém, não prescindem de uma pseudoelite, uma vanguarda de sicofantas que lhes sirva de instrumento para o governo. Vemos, por exemplo, mesmo em alguns países comunistas como a Romênia, a Albânia e a Coreia do Norte, que essa forma de autoridade, supostamente de transição para um regime racional-legal, conduz na realidade a um retorno a uma autoridade do tipo tradicional mais arbitrário e opressivo: na

Romênia é a família do ditador Ceauşescu quem governa; na Albânia, a família do falecido ditador Enver Hôdja; e na Coreia do Norte, o poder está passando, monarquicamente, para a pessoa do filho do ditador Kim Ilsung. Na Índia socialista da família Nehru o mesmo ocorre: com Rajiv Gandhi, a liderança já está na quarta geração, figurando sua mãe, a senhora Indira Gandhi, na terceira; seu avô, o primeiro-ministro Pandit Jawarhalal Nehru, na segunda; e o bisavô, o Pandit Motilal Nehru, fundador doPartido do Congresso, na primeira.

Criou-se, entretanto, no atual momento nacional, uma ridícula moda de prevenção e crítica ao que é chamado de *elitismo.* Mesmo um ministro da Fazenda, que é um empresário e pertence à elite de banqueiros e *businessmen* de São Paulo, abalou-se a censurar "as elites" que se opõem a alguma iniciativa niveladora e congeladora arbitrária. O hábito é estúpido. *Elite* quer dizer *eleito,* escolhido, preferido. A origem etimológica correspondendo exatamente ao sentido do termo. Quando você vai a um jogo de futebol, torce naturalmente pelo melhor clube e pelos melhores jogadores. Quando assiste à TV, elege naturalmente os melhores programas, de maneira que as melhores novelas e os melhores artistas venham a constituir a elite da TV. Os cantores populares que atraem o maior público são apreciados e glorificados precisamente porque são os melhores. É a maioria da opinião pública que determina quem constitui a elite, e quem a ela não pertence. Em qualquer ramo de atividade humana, é evidente que a seleção se faz pelos melhores, o que chega a ser tautológico. Donde se conclui pela evidência de que, numa eleição política, cada um escolhe aquele que julga melhor corresponder às suas expectativas, sendo que esse eleito irá constituir, juntamente com outros eleitos — pelo menos assim o esperamos! — o grupo da elite política.

No populismo da "democracia de massas" que alguns intelectuais esnobes têm proposto para o país, encontramos em germe a noção de um nivelamento geral que simplesmente resultaria no surgimento daquilo que Hannah Arendt e Talmon já qualificaram de "democracia totalitária": essa gera, infalivelmente, a tirania de um só. Trata-se da maior ameaça à verdadeira democracia, como o bem percebeu Tocqueville ao estudar a democracia americana. Tocqueville antecipou corretamente que, no afã de eliminar uma minoria taxada de "elitista", a maioria pode facilmente eliminar-se a si própria pela entrega do poder absoluto ao tirano.

No abandono em que sempre foi mantida a educação em nosso país, particularmente a educação superior nas ciências sociais, poderíamos mesmo descobrir o empenho perene da oligarquia patrimonialista e burocrática brasileira de impedir a

formação de elites administrativas tecnicamente preparadas segundo critérios racionais de seleção. O mito da "sociedade de massas" constitui, na realidade, uma vasta operação de burla, talvez parcialmente inconsciente, para esconder com uma cortina de fumaça demagógica e, com isso, coibir o ímpeto natural que seleciona as elites numa sociedade individualista livre.

* * *

Quais são as novas elites que estão surgindo em nosso país, qual o seu papel e o que delas podemos esperar?

Podemos, inicialmente, registrar a presença atuante de três grupos ou classes de elite na conduta do país, não apenas dentro do governo como classe dirigente, mas exercendo o seu poder influente de modo indireto. Temos, em primeiro lugar, os militares. Estes constituem uma elite que sob muitos aspectos, parece configurar a velha tradição do poder aristocrático, do que antigamente se chamava a *noblesse d'épée,* a nobreza de espada, especializada no uso do poder armado, de defesa, agressão e coerção; e organizada segundo ritos e princípios tradicionais de hierarquia e disciplina. No Brasil, essa elite militar se transforma rapidamente, mercê de seu recrutamento democrático na classe média e de conformidade com os ideais e interesses da classe média, em uma elite simplesmente burocrática e tecnocrática. Diz-se, frequentemente, que o Brasil foi governado entre 1964 e 1984 por um "sistema" tecnocrático, civil e militar. Se isso é verdade, tal sistema corresponde, corretamente, ao anunciado tipo de domínio racional-legal, proposto por Weber como resultado do desenvolvimento da democracia.

Temos, em segundo lugar, o clero. Este nunca desempenhou em nossa terra um papel relevante como classe. Sempre manteve a Igreja, no Brasil, um comportamento político passavelmente secundário. A situação evidentemente mudou nos últimos vinte e tantos anos com a crescente intervenção, direta e indireta, de sacerdotes na política. Vale aqui chamar a atenção para a obra de Nicolas Boer, *Militarismo e clericalismo em mudança,* com prefácio de Roque Spencer Maciel de Barros (São Paulo, 1980). O trabalho, que infelizmente não recebeu a divulgação que merecia, cobre de maneira exaustiva o desenvolvimento que tomou a elite militar e a elite clerical, frequentemente em conflito em nosso meio. Boer critica os aspectos positivos e negativos de sua respectiva atuação. Pouco teríamos a acrescentar a essa análise, tanto mais interessante quanto traça um confronto histórico com o ocorrido em outras épocas e outras nações. Podemos simplesmente apontar

para os ímpetos hobbesianos que distinguiram os militares de "linha dura" na década dos setenta, e para a tentação rousseauniana que hoje atinge o clero dito "progressista".

A introdução das Comunidades Eclesiais de Base; o aparecimento da CNBB como órgão de mobilização política na Igreja brasileira; as preocupações sociais oriundas do Concilio Vaticano II; a tradição tridentina de reforço do poder secular que, após o advento das famosas encíclicas "sociais", tende a colocar-se numa posição social-estatizante e antiliberal; a criação do PT com o apoio ostensivo da ala "progressista" e a agitação demagógica de clérigos inquietos do tipo Helder Câmara, frei Beto, Leonardo Boff, Evaristo Aras e Pedro Casaldáliga, sugerem a possibilidade de muitos padres estarem cogitando da eventualidade de substituírem os militares como a nova elite, os novos mentores, os novos Aiatolás da República. A CNBB, órgão espúrio na organização milenar da Igreja, permite a um grupo de militantes esquerdistas contornar o obstáculo levantado pelo relacionamento tradicional direto entre o papa e os bispos. Essa entidade comporta-se hoje, francamente, como um grupo de pressão político, para não dizer subversivo. O fenômeno ressuscitaria o papel que desempenharam os jesuítas nos dois primeiros séculos de nossa história — um papel súbita e violen tamente interrompido por Pombal. No intervalo e salvo alguns casos isolados como o de frei Caneca, a Igreja cuidadosamente evitou intervir em assuntos de ordem política. Talvez a data marcante da nova tendência de envolvimento eclesiástico na vida social do país seja o ano de 1954 quando se realizou — se não me engano — o primeiro grande Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro. Naquela época, diante da desordem reinante nos meios dirigentes do país e da ordem impecável que, por contraste, fizeram os sacerdotes imperar naquele evento — ouviu-se muita gente comentar: "agora é a vez dos padres!", "só os padres defendem os pobres e a justiça social", "só eles saberão governar o Brasil", "por que não se deixa os padres substituírem esses políticos incompetentes e corruptos?"...

Estou efetivamente convencido da possibilidade de eclosão de um tipo de liderança populista-clerical semelhante à que levou os clérigos ao poder teocrático no Irã, sob a chefia carismática do aiatolá Khomeini. Ou no gênero do governo clerical-marxista de Manágua, com os Descoto e os Cardenal. O Brasil transformar-se-ia numa espécie de imensa Nicarágua.

O intelectual vira teólogo, o teólogo se converte em agitador populista e a teologia torna-se *praxis* revolucionária. Em seu livro *Do lugar do pobre* (Petrópolis, 1984), Leonardo Boff propõe a seguinte tese: "O momento decisivo é a ação transformadora *(praxis),* o engajamento concreto com os grupos de reflexão-ação. A partir desse

compromisso real se elabora a reflexão teológica sobre os distintos temas. O teólogo deixa de ser mero professor ou especialista religioso; passa a ser também um militante... O teólogo, mais que um professor e doutor, é um militante, um intelectual cristão articulado organicamente com o movimento da história dos pobres, *incorporando-se com seu pensar, falar e escrever e atuar na luta messiânica*".

Na realidade, admira-me que nem Boff, nem qualquer desses bispos alucinados não tenham descoberto a extraordinária avenida das urnas para galgar o poder messiânico que ambicionam. Sua ideologia totalitária nacional-socialista já está aí, prontinha: a chamada Teologia da Libertação. Com a vantagem sobre as ideologias leigas de poder imediatamente utilizar o imenso potencial místico de nosso povo. Uma espécie de sincretismo afro-cristão-marxista como já foi ensaiado na "Missa dos Quilombos" de Pedro Casaldáliga. Uma autêntica macumba ideológica. Que magnífica poção mobilizadora um personagem desse quilate estaria habilitado a destilar! Fundir a política *(praxis)* e a fé numa nova "religião civil" sempre foi o ideal dos revolucionários e Rousseau, como vimos anteriormente, pretendeu modernizar a ideia. Esquecem-se, contudo, do aviso de Voltaire sobre a perversidade da política: *"La Politique a sa source dans la perversité plus que dans la grandeur de l'esprit humain" (em Le Sottisier)...*

A terceira classe a mencionar seria o empresariado industrial. Essa classe constitui também, evidentemente, um grupo em transição cujo poder só se tornou visível há poucas décadas. A transição se efetua a partir do tipo de autoridade tradicional, do sistema patrimonialista, na velha estrutura social da colônia — o sistema dos grandes latifúndios, das fazendas de café e do patriarcalismo açucareiro e pastoril do Nordeste e do Centro — para um sistema capitalista moderno. Em outras palavras, para o sistema industrial liberal de executivos profissionais ou tecnocratas. A influência das multinacionais contribuiria talvez para acelerar a evolução das grandes empresas de capital familiar para as organizações mais modernas de capital por ações, dirigidas por executivos profissionais, treinados em escolas especializadas.

Sem desejar, de maneira alguma, entrar em nova análise mais aprofundada do regime socioeconômico vigente em nosso país, podemos apenas repetir o nosso argumento de que longe ainda estamos de alcançar o estágio da sociedade democrática e capitalista moderna. Os padres marxistas e teólogos da libertação queixam-se do capitalismo por pecados e faltas que, muito mais corretamente, deveriam ser atribuídos ao patrimonialismo estatal e à economia mercantilista, resistentes à mudança e ainda vigorantes na maior parte da zona rural brasileira, com reflexos na vida urbana, e tenaz domínio sobre a mentalidade

da burocracia estatal. Quando falam em pobres explorados, por que não se lembram do crescimento gradativo do Estado há mais de cinquenta anos, sempre em nome de problemas sociais que esse mesmo Estado, em sua incompetência, nunca soube resolver? *O de que precisamos, portanto, não é de menos capitalismo mas de um empresariado industrial mais poderoso,* de menos intervenção no Estado na economia e de mais ativa participação, no desenvolvimento, da iniciativa privada, nacional e estrangeira. A elite empresarial brasileira deve prosseguir em seus atuais esforços no sentido de criar as condições políticas para uma progressiva retirada do Estado de atividades econômicas que não lhe competem e de um tipo de planejamento, útil em princípio, mas perigoso a longo prazo se megalomaníaco e irresponsável.

A reconciliação da política, especialmente da política econômica do mercado livre, com a moral constitui hoje um dos pontos fundamentais da nova proposta liberal. Benjamin Constant, um dos clássicos liberais do século XIX, acentuava que "a liberdade faz um todo — em religião, em filosofia, na literatura, na indústria e na política". Se o liberalismo comporta uma retirada da autoridade estatal de seu mister impróprio de controlar o comportamento moral dos indivíduos; se esse comportamento se restringe à esfera privada familiar e não perturba a segurança geral da comunidade — comporta, entretanto, uma nova ênfase sobre as virtudes ditas calvinistas de trabalho: disciplina mental, poupança, honestidade, franqueza e austeridade. *Caberia reafirmar, poderosamente, uma "ética" econômica.* É isso precisamente o que tentam realizar, em posições às vezes divergentes, autores como Novak, teólogo católico; Gilder, economista; e Albert Hirschman, professor do Institute for Advanced Study da Universidade de Princeton. Liberdade política, prosperidade econômica capitalista e virtudes cristãs de honestidade, trabalho e justiça — eis o tripé sobre o qual se fundamenta a Nova Ordem liberal.

As elites brasileiras devem constituir uma Minoria Criadora, no sentido a que se refere Toynbee. Mas essas elites, geralmente ignorantes, mal informadas, presas aos laços primários da família e da clientela, ainda estão em lento processo de formação. Elas se encontram no estágio inicial de estruturação, privadas de uma sólida base moral mas comprazendo-se no esforço mimético de cópia dos modelos oferecidos pela sociedade *exemplar* — isto é, de cópia dos paradigmas das velhas sociedades civilizadas da Europa e da nova sociedade progressista e tecnológica da América do Norte. Desempenham, por conseguinte, função relevantíssima de transmissoras de cultura. As críticas que são avançadas por certos sociólogos, economistas e teólogos retrógrados contra o fenômeno de imitação dos padrões internacionais de consumo das nações industrializadas, por parte de

nossas classes mais abastadas, são totalmente injustificadas: o fenômeno de *mímesis* é altamente estimulante. É enérgico não apenas no âmbito do desenvolvimento econômico, mas no da cultura. Não fosse ele efetivado e ainda permaneceríamos no limiar da pasmaceira colonial, sem sofrer qualquer incentivo em direção ao desenvolvimento — pasmaceira que é um pouco o que ocorre nas sociedades andinas, centro-americanas e em nossa área nordestina. Quem deseja permanecer na idade da pedra dos botocudos de Mato Grosso?

Toda sociedade em desenvolvimento possui uma *Persona*. É a máscara que, por motivos psicológicos defensivos, procura manter a fim de corresponder aos padrões culturais da sociedade exemplar dominante sobre o planeta. A sociedade brasileira, ainda jovem e desprovida de sólida estrutura cultural própria, se articula no ecúmeno da civilização universal, orientada pelo Ocidente, graças precisamente ao esforço mimético e criativo das elites que lhe dirigem o progresso. Que melhor modelo imitar?

Seria necessário um novo Contrato Social. Ou, como se diz hoje, um novo "Pacto Social". Mas esse Pacto ou Contrato não é algo que pretenda, como denuncia Crozier, "mudar a sociedade por decreto". Numa sociedade livre e portanto, por definição, *pluralista,* só pode haver um princípio básico de aceitação unânime: "tenho inteira liberdade de pensar e de fazer o que bem entendo, contanto que minha liberdade não prejudique o bem geral, nem ameace a segurança da sociedade, nem agrida a liberdade do outro de pensar e fazer também o que bem entenda". No pluralismo da sociedade livre, a única unanimidade passa, naturalmente, pela aceitação da lei moral, a ser definida. Fora dessa aceitação, surge fatalmente a coerção.

20

O GENTLEMAN

O termo inglês *gentleman* não possui equivalente exato em outra língua. Provavelmente porque se trata de uma instituição essencialmente britânica. O português *gentilhomem* carrega o significado de fidalgo, nobre, bem-nascido, bem-educado, "donairoso e elegante". Também o de ocioso, bem vestido, algo de grã-fino. Não é, porém, um termo geralmente usado. Em francês, *gentilhomme* ainda sugere, claramente, o aristocrata que pertence a uma determinada classe social hereditária. "Cavaleiro" era quem antigamente podia andar a cavalo e hoje é o "homem de sentimentos e ações nobres, homem de boa sociedade e de educação esmerada" — o que muito mais se aproxima do significado de *gentleman.* Mas a prova que o conceito é de origem indiscutivelmente britânica está em que, até hoje, se prefere a própria palavra inglesa para sugerir a ideia de uma personalidade de elite na moral, no caráter, na educação, no comportamento; de um homem veraz, reto, honesto, em que se pode depositar inteira confiança. Uma das melhores definições do que seja um *gentleman* me foi oferecida por um amigo, diplomata inglês, ao acentuar que é aquela pessoa que revela consideração pelas conveniências do próximo. *Um gentleman* é sempre um *gentleman,* dizia Dickens. *Selfless and stainless* ("sem egoísmo e sem mancha"), acrescentaria Tennyson. Seria o homem que, como assinalava Chesterton, possui o "sentido da reciprocidade", reciprocidade para com o outro...

Alguém sugeriu, alhures, que a cultura inglesa se resumiu no esforço de criação da figura do *gentleman.* Foi essa a verdadeira Paideia de Eton, de Oxford e de Cambridge: *a formação do homem perfeito no caráter,* e não apenas do homem instruído. Do mesmo modo como na Grécia antiga se objetivava formar o *polites* e, em Roma, o cidadão *(cives)* — dedicado ao serviço de sua cidade, ao trato com seus concidadãos e ao enfrentamento estoico das rudezas da existência — a sociedade inglesa, na época do apogeu do *British raj,* criou esse modelo exemplar e singular que muitas outras nações pretenderam imitar nas suas elites. O *gentleman* era o centro em torno do qual girava a sociedade. Ele usufruía dos serviços de um mordomo, o *gentleman's gentleman.* Era sempre acompanhado por seu melhor amigo, o cão. Gozava do convívio de seus semelhantes nessa instituição peculiar que é o clube, fechado estritamente à entrada de estranhos. Mais para baixo na hierarquia

social, surgia a mulher do *gentleman,* a *lady,* cuja função precípua era gerar outros *gentlemen*. As crianças não deviam ser vistas — porque ainda selvagens — e muito cedo desapareciam nos internatos, depois de haverem adquirido os preceitos rudimentares da boa educação por parte de suas *nannies,* suas amas.

O Partido Conservador inglês sempre postulou dever o país e o mundo serem governados por *gentlemen.* Mais tarde, prosperou o Partido Trabalhista, consagrado ao projeto absurdo de transformar toda a população, composta de *common men,* de gente comum, *hoi polloi, em gentlemen* responsáveis pela política do país. A decadência inglesa data dessa época... Mas o mundo superior do *gentleman* foi abalado de outros modos. A começar por essa curiosa raça de americanos que, tendo originariamente gozado do privilégio singular de serem *gentlemen,* preferiram fazer uma guerra de independência para concretizar a proposta ridícula de que todos os homens nascem iguais e são susceptíveis de alcançar a mesma meta de liberdade, responsabilidade e bem-estar.

O pensador inglês Michael Oakshott, que é velho e venerável representante (tem 80 anos!) do novo movimento liberal-conservador e uma espécie de gurú de *Mrs.* Tatcher, afirma que o código essencial de moralidade britânica é a expressão: *Don't be rude!,* "não seja grosseiro!", imperativo que melhor poderia ser traduzido como "não seja malcriado, não seja cafajeste!". Oakshott gosta de contar a estória dos marinheiros do capitão Cook. Ao desembarcarem numa das ilhas da Polinésia, o grande navegador e descobridor preveniu a equipagem: "Lembrem-se de que os senhores são britânicos!"... Era um aviso e um conselho moral. Tinha razão: alguns anos depois, os marinheiros do *"Bounty"* desembarcaram e se deixaram seduzir pela beleza da natureza ambiente, pela amenidade do clima edênico e pelo apelo da carne das gatinhas locais. O resultado foi o famoso motim que acabou tragicamente...

Gentlemen, até certo ponto, podem ser alguns europeus, às vezes suecos ou holandeses, ou membros da aristocracia daqueles países semibárbaros do "continente" que, pelo fosso esplêndido do estreito de Calais, está isolado do arquipélago britânico. Mas, de qualquer forma, o resto do mundo é sempre de uma maneira ou outra composto de *natives* ou *aliens.* São os elos, os *missing-links* entre o macaco e o homem, pessoal meio selvagem, gente inferior e vulgar que merece ser tratada humanamente mas com certa distância. Essa concepção durou até os cataclismas políticos e bélicos do século XX, em consequência dos quais vingou a noção lamentável do homem comum, o homem das massas, o homem coletivo irresponsável.

O Império britânico, e de algum modo toda a literatura inglesa, configuram uma

tentativa frustrada para estender aos *natives* de todo o planeta as benesses da cultura do *gentleman.* Desse modo, certos rajás hindus, emires árabes, régulos de alguma ilha perdida da Polinésia e até mesmo alguns latinos excepcionais conseguiram se aproximar do soberbo exemplar que pode, às vezes, ser visto em Mayfair ou Park Lane, desembarcando de uma Rolls-Royce com o lábio superior teso *(stiff upper lip)* e um guarda-chuva na mão. Mas é evidente que a atual civilização de democracia popular, produto tenebroso do cafajestismo institucionalizado, é o túmulo desse ideal.

Notai a extensão e as configurações particulares do termo, em seus refinadíssimos pormenores e em sua acepção vulgar. Todo varão pode, em teoria, se tranformar num *gentleman.* Como assinalava Burke, pode um rei criar um nobre, mas não pode fazer um *gentleman.* Na porta de um W.C. público pode figurar a menção *gentlemen.* Mas em nosso país basta entrar numa dessas vespasianas (como aliás em qualquer local coletivo, ônibus, cinema, orelhão, vestíbulo de repartição ou mesmo avião de ponte-aérea), para se constatar a raridade do fenômeno. A imundície lá impera, o barulho cafajeste, o mau cheiro — para denunciar sua ausência. Pouco gente tomou chá em criança...

Na etimologia do termo podemos sempre lembrar as suas origens medievais. Se é verdade que o sentido é elitista, acentuemos que o ideal do verdadeiro cavaleiro cristão — originariamente um membro de uma Ordem de Cavalaria — era defender o fraco; proteger a mulher; socorrer o ferido, a criança, a viúva, o inválido; fazer respeitar a justiça; perseguir o bruto e o pérfido; matar o criminoso assaltante. O oposto do *gentleman* era o homem literalmente ignóbil — aquele que não tem nobreza, que é vil, cruel e desprezível. O cardeal Newman assinalava, no século passado, que "é quase uma definição do *gentleman* dizer que é aquele que jamais faz alguém sofrer" *(never inflicts pain).* Acrescente-se como é inseparável da ideia de serviço ao próximo que acompanha, como obrigação de *status* social, a concepção de *noblesse oblige.* Essa é a verdadeira *honra* da nobreza consciente, o que na verdade não contradiz, mas confirma, a ética do Super-homem proposta por Nietzsche. Toda a história do conceito de *gentleman* demonstra sua evolução a partir de um conteúdo puramente formal e exterior de classe hereditária privilegiada, orgulhosa de sua condição, para uma apreciação mais subjetiva e espiritual em que o homem deve demostrar seu gabarito moral pelas reações aos conflitos da vida e aos percalços da concorrência em sociedade. Como acentuava Richard Steele em 1714, "a apelação de *gentleman* deve ser afixada não às circunstâncias de um homem, mas a seu comportamento em tais circunstâncias"...

Contrariamente à noção de honra e pundonor, entre os latinos e meridionais, que é

mais afetiva e em certo sentido egoísta, narcisista, machista e implica o sentimento tradicional de que o cavalheiro não pode sujar as mãos no trabalho manual, mas apenas usá-las para as armas, o ideal do *gentleman* sugere uma ética ou uma política de consideração para com o outro. É nesse sentido que reflete em termos modernos, seculares, um humanismo que é estoico e profundamente cristão. Como modelo da educação do perfeito cavalheiro, numa paideia aristocrática cuja origem se poderia talvez encontrar em Platão, o paradigma do *gentleman* é tal que tem aplicação universal quando por toda parte, na política, na economia, na cultura, nos sentimos cercados de rinocerontes...

* * *

A última palavra cabe mesmo a Edmund Burke. O grande parlamentar e teórico político, irlandês de nascimento, inglês de adoção, inimigo figadal do jacobismo romântico, ao mesmo tempo líder do Partido Liberal *(whig)* e pensador conservador, Burke manifestou-se a favor da independência das Treze Colônias que se revoltaram para formar os Estados Unidos da América, assim como lutou denodadamente no Parlamento em favor da autonomia da Irlanda. Do mesmo modo, levantou-se com violência contra os abusos que eram cometidos por alguns dos colonizadores imperialistas da Índia, tendo especialmente denunciado Warren Hastings, que fora governador geral da colônia, por abusos e corrupção, conseguindo submetê-lo a julgamento. Estas as palavras de Burke numa carta a um membro da Assembleia Nacional, em 1971, em plena Revolução Francesa que ele condenou com o maior ardor: "Os homens estão preparados para a liberdade civil na proporção exata de sua disposição a controlar seus próprios apetites com cadeias morais; na proporção em que sua sobriedade e equilíbrio de julgamento encontram-se acima de sua vaidade e presunção; na proporção em que estiverem mais dispostos a ouvir os conselhos dos sábios e dos bons, de preferência à lisonja dos velhacos. A sociedade só pode existir se um poder de controle sobre a vontade e os apetites for colocado em algum lugar; e quanto menos houver desse poder dentro de nós, tanto mais haverá fora de nós. Pois está ordenado na eterna constituição das coisas que os homens de mente destemperada não podem ser livres. Suas paixões forjam suas próprias algemas".

A solução preliminar a que podemos humildemente chegar no final desta obra, como resposta às graves questões que foram levantadas, é a seguinte: na concepção liberal não cabe ao Estado impor a moral social. Isso porque a moral social deve ser ensinada no seio da família, na escola e no próprio ambiente social. O produto dessa Paideia é o

verdadeiro *gentleman,* impregnado de religiosidade — de uma religiosidade que não seja ritualista, sacramentalista e supersticiosa, mas fundamentada nos imperativos racionais da ética. A ausência de uma tal religiosidade nos países latinos é que os levou a desenvolverem a noção esdrúxula de uma moralidade imposta pelo Dinossauro.

CONCLUSÃO

Brasil, sociedade liberal-conservadora

A coletânea de estudos coordenada por Hélio Jaguaribe, com a colaboração de Francisco Iglésias, Wanderley Guilherme dos Santos, Vamireh Chacon e Fábio Comparato, sob o título *Brasil, sociedade democrática,* apresenta-se como uma proposta intelectual, concreta e ambiciosa, para a Nova República. Seria um modelo oferecido para soluções constitucionais, segundo uma premissa fundamental que é definida por Jaguaribe como de "passagem histórica de uma democracia elitista a uma democracia de massas". O livro, entretanto, obviamente composto para o momento de inauguração da Nova República, é forte na crítica do regime anterior e medíocre na sugestão de saídas para os problemas do país. Uma clara impressão de *déjà vu* emana de todo o impressionante arrazoado...

Para começar, Jaguaribe não define exatamente o que seja uma "democracia de massas". Suas ilustrações são mesmo ambíguas. Levam-nos a considerar com maior perplexidade a eventualidade de o Brasil se estar mesmo organizando como uma democracia de massas. Afirmar que temos graves problemas sociais para resolver, a começar pelos bolsões de miséria, não é novidade. Pelo menos desde 1930 que estamos conscientes disso, consciência que se aguçou com a revolução industrial promovida pelo presidente Kubitschek. O debate tem girado em torno das várias soluções e atores que se autodesignam quebradores de galhos e salvadores da pátria — todos, porém, insistindo no fortalecimento do Estado burocrático. Getúlio tentou pela tradição da ditadura positivista, contaminada de caudilhismo gaúcho". Os militares apareceram em 1964 como puritanos de Cromwell e também fracassaram. Da década dos 50 à dos 70 tivemos os economistas e tecnocratas, como "elite" condutora do desenvolvimento que, segundo a ESG, deveria fortalecer a segurança. Talvez estejamos agora assistindo à entrada em cena da Nova Classe de clérigos, em sentido amplo: de frei Beto e frei Boff a Jaguaribe, de Evaristo Arns ao Lula, de Matarazzo Suplicy a Fernando Henrique Cardoso.

A gravidade dos problemas sociais e a necessidade de enfrentá-los é um fato. Educação, saúde, controle da natalidade, absorção na economia das massas rurais miseráveis, eliminação das favelas e do crime, elevação geral do nível de vida... Por que os autores, analistas eméritos, não deram uma palavra sequer sobre a questão central, que gira

em torno da explosão demográfica, e sobre o remédio inicial que é o planejamento familiar e paternidade responsável? Aliás, nada indica que tudo isso já não tenha sido tentado desde três décadas, em que pesem os dados estatísticos abundantes e abominavelmente tendenciosos apresentados por Wanderley Guilherme dos Santos.

Devo acentuar que acredito na intensidade do fenômeno de concentração de renda — mas num sentido muito especial. E de qualquer forma, considero uma utopia extravagante e perversa a "conclusão" de Jaguaribe de que "a busca da igualdade social atravessa toda a História, sulcando-a como o eixo central de sua evolução: igualdade política de início, igualdade econômica em seguida, igualdade mundial agora". Que igualdade existe ou pode existir entre o eminente e culto professor Jaguaribe e o molequinho analfabeto que lhe guarda o automóvel de luxo, quando vai tomar seu whisky no Country Club? Que igualdade entre o Brasil e a república do Burundi? Ou entre um sueco e um hotentote da Namíbia? Só duas igualdades são respeitáveis porque só elas são compatíveis com a liberdade: a igualdade perante a lei e a igualdade de oportunidades. O artifício da igualdade econômica é uma concepção socialista que se opõe ao espírito elitista da própria democracia liberal, conforme já havia sido intuído por Tocqueville há 150 anos. E a revolução russa, citada admirativamente pelo industrial Jaguaribe como "ponto eruptivo desencadeante" da segunda etapa, não trouxe, tampouco essa igualdade. Acarretou, isso sim, o domínio tirânico da elite burocrática privilegiada, a *Nomenklatura,* sobre massas oprimidas e pauperizadas pelo subemprego, no maior império da história da humanidade. Não! O eixo central da história contemporânea não *gira tanto em torno do problema da igualdade quanto do problema da liberdade* — o que implica a superação do social-estatismo que viceja, precisamente, na sociedade de massas idealizada pelo ilustre pensador patrício, conselheiro do presidente Sarney na maranhosa conjuntura maranhense em que vive o país.

É curioso e significativo que os cincos preclaros intelectuais não se tenham referido uma só vez, em todas as 485 páginas de sua obra, ao que constitui, isso sim, uma das questões cruciais da nacionalidade: a questão do excessivo poder do Dinossauro estatal. Falar em sociedade de massas quando ainda sofremos de atraso na evolução da autoridade patrimonialista, personalista, empreguista e clientelista é pelo menos prematuro. Depois de haver desempenhado um papel importante e provavelmente inevitável na construção da infraestrutura econômica do país (energia, transportes, comunicações, mineração), revela hoje o Estado sinais evidentes de patologia monstruosa. Falam em "concentração de renda". Concentração de renda ocorreu, obviamente, em proveito do Estado, de seus empregados e

daqueles que o controlam. Por que nenhuma estatística é oferecida para ilustrar a percentagem monumentalmente crescente das despesas da União, dos estados e dos municípios com a manutenção da burocracia? Por que nada é dito sobre as mordomias e privilégios escandalosos, ofensivos a todo critério igualitário, que favorecem os marajás do governo, os parlamentares, os ociosos dos estados e municípios, os dirigentes das empresas estatais e das demais instituições públicas? Por que o segredo? Por que não pagam impostos?

Aí está a contradição radical da proposta jaguaribeana: a igualdade econômica, para ser imposta, tem de ser viabilizada pela intervenção estatal a partir de um comum denominador de ineficiência e pobreza. Cresce então o Estado até alcançar proporções leviatânicas. E cresce a própria desigualdade entre os privilégios da Nova Classe, que administra o Estado, e a massa dos administrados. Aliás, só o embaixador Mário Vieira de Melo, um dos críticos que enriquecem a parte final da obra, apontou para os perigos reais no fenômeno de manifestação da democracia. Acentua Vieira de Melo (p. 468): "Se a igualdade gera a liberdade, ela gera da mesma forma a tirania... Só uma liberdade inteiramente independente do princípio da igualdade pode conduzi-la e guiá-la sem tropeços". E conclui exatamente com aquela pergunta angustiante que é também a nossa (p. 475): "é preciso que as massas não diluam a democracia numa gororoba igualitária, perdendo com isso o poder de se autogovernarem e sendo levadas, em consequência, a transferir o poder político para algo fora de si mesmas — para uma força exterior que não poderia assumir outra forma que não fosse a de um tirano ou a de um ditador." Não é, essa, uma eventualidade ponderável?

E só o professor Victor Márcio Konder, outro comentarista da obra, realmente evocou o problema crucial de nossa época, em que a equação de um país não pode ser resolvida *in vitro,* abstraindo o que se passa no mundo. Afirma com efeito Victor Konder: "...as diversas formas de democracia se defrontam hoje com a experiência totalitária, considerada não como uma forma de tirania particularmente exacerbada, mas como um regime de *natureza diferente* da democracia. A experiência tem ensinado que, onde se instala o sistema totalitário, fecha-se a porta a uma evolução pacífica para a democracia... Esta constatação implica em concluir que, embora a democracia seja um regime próprio de uma sociedade aberta, esta, sem violentar a sua natureza, tem o direito e o dever de defender-se contra os seus mortais inimigos".

* * *

Encheu-se o país de esperanças em princípios de 1985, à inauguração do novo governo, "confiante na solução de todos os seus angustiantes problemas"... O Brasil é um país futurista, além de ser o país do futuro. Povo adolescente, é emotivo, agitado, amante da retórica, ingênuo, sugestionável, às vezes nervosinho, destemperado, aparentemente desmemoriado. Por essa razão alguns podiam conjeturar que tudo ia mudar na Nova República. Eu porém, que sou velho carcomido e na minha infância cheguei a conhecer a primeira Velha República, me atrevo a fazer julgamentos em perspectiva diferente. Por felicidade, espero não estar ainda esclerosado. Esta feliz circunstância me permite suprir, pela experiência pessoal, aquilo de que carecem os livros de história, quase nunca lidos e logo olvidados. Em 1930, lembro-me ainda, foi um frenesi entusiástico de mudança que subverteu o país: ia-se finalmente realizar as promessas liberais que, conforme se pretendia, haviam sido frustradas pela "oligarquia". Não obstante classificada como "deserto de homens e de ideias", a República fervilhou com uma pletora de jovens tenentes, intelectuais e políticos que iam deixar sua marca sobre os 50 anos seguintes. Dois anos depois, contudo, as decepções já eram de porte a provocar uma das poucas guerras civis de certa seriedade que registram nossas crônicas. Falou-se em "constitucionalismo" para justificar o entrevero. A superstição de que uma "nova constituição" constitui uma espécie de Tábua da Lei ou panaceia evangélica que vai orientar o povo no caminho da justiça, da liberdade e da eterna felicidade, perdura até hoje. Mesmo na mente de tão venerável, calejada e serena personalidade quando a do dr. Afonso Arinos. Afinal de contas, depois de sete ou oito instrumentos desse tipo, desde 1822, já deveríamos haver aprendido que uma "nova Constituição" nada mais é que outro exemplar de uma publicação periódica, destinada a ser elaborada e depois inteiramente esquecida. Qual é a lei que se respeita nesta nossa feliz terra de Pindorama, entre as cento e tantas mil em vigor?

Na década dos 30, os anseios futuristas de renovação se aglutinaram em torno de ideologias, presididas de um lado pelo Cavaleiro da Esperança, marxista, e, do outro, pelo Esperado dos nacionalistas de direita. Ambos, porém, só serviram de catalizadores involuntários para o novo Príncipe de Maquiavel, o Pai dos Pobres que cristalizou os velhos sonhos sebastianistas da nacionalidade. O último e maior dos caciques ou coronéis provincianos de nossa estrutura patriarcal clientelista, positivista sem convicções mas oportunista, Getúlio Vargas foi também o primeiro e maior dos líderes carismáticos que souberam compreender a emergência do populismo demagógico através do voto direto. Vargas cognominou a sua ditadura de "Estado Novo". "O Brasil deposita a sua fé e a sua

confiança no presidente da República", diziam os onipresentes cartazes do DIP. Entre aqueles que depositaram a sua fé e confiança no chefe da Nação estava o primeiro presidente eleito da atual Nova República: Tancredo Neves foi ministro da Justiça do ditador.

Em 1945, como reação à onda de esperanças democráticas esquerdizantes que percorreu a Europa, a Ásia e as Américas após o final da segunda guerra mundial, o ditador foi derrubado e instalou-se uma outra Nova República. O "queremismo" persistia porém. Com uma monotonia cíclica — desesperante no meu entender! — fez-se uma nova Constituição. O ditador foi reeleito pelo sufrágio universal direto e suicidou-se para não se afogar num mar de lama. As esperanças renovadas no meio a traumas, agitações, golpes, contragolpes e golpes preventivos levaram ao poder um novo líder carismático que se projetou sobre o futuro — desta vez concretamente, através de um programa de metas industriais e a construção de uma nova capital.

O eterno retorno das coisas... A sujeira naturalmente acumulada nos estaleiros de 50 anos de progresso em cinco trouxeram a vassoura do "Jânio vem aí". O sebastianismo dessa vez se personificou num Encoberto, adepto das renúncias em meio a eflúvios etílicos, emanados de forças ocultas. O protesto, a decepção, as esperanças frustradas determinaram o ímpeto de alguns pelegos mais agitados e incompetentes de salvarem a situação com "reformas de bases" — após novas experiências constitucionais que incluíram um ensaio parlamentarista.

Plus ça change, plus c'est la même chose. Ou seja, continuará tudo, politicamente, como antes, no Quartel General de Abrantes... Um passo à frente de qualquer forma será dado, no lento caminhar de um povo jovem, borbulhando de energias mas ainda inculto e que, dentro de alguns anos, comemorará meio milênio de existência. Nas profundezas da alma coletiva essas peripécias ridículas, às vezes escandalosas, raramente dramáticas, sempre pouco edificantes, esse tortuoso ziguezague, contribuirão, de qualquer maneira, para a aprendizagem política da nacionalidade. São experiências pedagógicas. Um lento processo de racionalização do comportamento conforme concebera Max Weber. Uma *Paideia* que pouco a pouco nos irá inculcando sabedoria. O que caracteriza a puberdade, precisamente, é que o crescimento físico foi mais rápido do que o crescimento mental.

E é assim que, na República velha, sempre renovada, a Esperança nunca morre!

* * *

Estamos chegando ao fim de nossa disquisição e nos desculpamos perante o leitor por muitas repetições e divagações: elas em parte se justificam pela necessidade de insistir sobre certos pontos levantados que nos parecem da maior relevância. O momento é chegado de alcançarmos algumas conclusões mais cartesianamente claras e precisas.

Nosso argumento se desenvolveu a partir da análise de uma dialética do Racionalismo e do Romantismo. Essa dialética ainda é para nós pertinente. No Brasil, foi dela que nascemos — do Renascimento à Idade das Luzes, através da Contra-Reforma; e ainda nela estamos vivendo em virtude da síndrome do "eterno barroco". O Estado brasileiro é forte (ainda que dinossauricamente ineficiente) porque, na Europa, foi na época barroca que se iniciou o monstruoso crescimento do Estado burocrático moderno.

Ora, o Liberalismo, similarmente engendrado na Idade das Luzes, representa em certo sentido uma doutrina meramente negativa: ele nada propõe como fórmula de se construir uma sociedade, salvo que defende a liberdade dos indivíduos de se associarem e de empreenderem conforme sua livre e espontânea vontade, garantindo-se mutuamente a segurança. Historicamente, surgiu o Liberalismo na Europa de um desenvolvimento específico do regime feudal (conclusão que, em certo sentido, também pode ser aplicada ao Japão). Foi nos países onde mais fortemente se organizou uma sociedade feudal, no final da Idade Média, que os primeiros sinais de uma concepção da liberdade e autonomia moral do indivíduo, consciente de seus direitos como homem, se fizeram sentir. A Magna Carta de 1215, na Inglaterra, é um dos marcos fundamentais da luta histórica pela liberdade. Mas constitui um pacto feudal dos barões em revolta contra o rei. Desde o início da evolução do pensamento político no Ocidente, se manifesta assim essa tendência invariável da aristocracia de se erguer contra o poder excessivo do Estado centralizador e contra o arbítrio real. Inversamente, destaca-se também, desde o princípio, a tendência do monarca de procurar o apoio das massas populares e reforçar o alcance do Estado burocrático para resistir aos reclamos, primeiro da aristocracia e, em seguida, da alta burguesia.

Por que foi na Inglaterra e, subsequentemente, nos Estados Unidos da América que prosperaram as ideias liberais? Porque, protegida por seu isolamento insular de ameaças estrangeiras concretas, sentia-se o Reino Unido menos inclinado a enfatizar as considerações de segurança nacional e a promover o reforço do poder central. Na França, ao contrário, foi o feudalismo sendo lentamente corroído pelo poder monárquico, sediado na Ile de France, cujo propósito constante era a unificação e defesa do país. Unificada, não somente podia a França melhor resistir a ameaças externas, ativas sobre quatro fronteiras distintas, mas projetar-se dominantemente sobre toda a Europa.

Muito claramente, durante a Revolução Francesa e o período da ditadura militar napoleônica, o idealismo de 1789, com a proclamação dos direitos do homem e o extraordinário ímpeto de libertação, foi posto a perder pelo enfrentamento nacional da França ao resto da Europa coligada. O Terror de 93 e a ditadura de Robespierre já se haviam justificado pela necessidade de salvação nacional: *salus populi suprema lex...* O liberalismo só se desenvolveu plenamente no século XIX em nações que, como os Escandinavos, os Neerlandeses, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, estavam protegidas da agressividade de seus vizinhos. Poder-se-ia mesmo argumentar que ***o*** Brasil, na época do Império, se permitiu um arremedo de regime liberal parlamentarista em virtude do sentimento de relativa segurança que lhe era granjeado pela proteção tácita da esquadra inglesa e pela proclamação teórica da Doutrina de Monroe: não havia necessidade de fortalecer militarmente o Estado enquanto não nos ameaçasse qualquer imperialismo colonial europeu, nem se fizesse sentir qualquer veleidade descentralizadora de uma aristocracia feudal nativa. Nas nações europeias, ao contrário, em permanente conflito umas com as outras, assim como entre os países da América espanhola pelos mesmos motivos, o imperativo hobbesiano de segurança militar também contribuiu para incentivar o progressivo fortalecimento do Estado.

O processo de crescimento do Estado centralizador e burocrático estava assim prefigurado no absolutismo dos Bourbons. O primeiro modelo, que se poderia realmente considerar "moderno", do Estado absolutista é o da França de Luís XIV. O *Roi Soleil,* entre outras coisas, inaugurou o que hoje chamamos o "culto da personalidade" e a santificação dos ritos do Estado. O "déspota esclarecido" dispunha de grandes ministros para assessorá-lo. Colbert será talvez o primeiro e mais formidável burocrata. A Revolução francesa transformou a França, liquidou com o poder da aristocracia, mas não deixou de reforçar o Estado e sua classe privilegiada de administradores. Napoleão seria a figura-símbolo, a personalidade-chave na transição entre o absolutismo monárquico da idade barroca e o totalitarismo do século XX. Imitador que é de Júlio César, a figura correspondente na Idade Antiga, Bonaparte é o último déspota coroado na tradição monárquica europeia e demonstra, ao mesmo tempo, o carisma protofascista do novo tipo de liderança populista cesariana que surge no século XX. Filho da revolução e genro dos Habsburgos, o imperador inaugura a ideologia da sociedade de massas.

O florescimento esplendoroso do Estado absolutista na Europa, como herdeiro das concepções antiliberais, controladoras do pensamento e oriundas da Contra-Reforma, se coloca assim no momento exato em que o liberalismo se assegura um futuro igualmente

esplêndido na Inglaterra, graças às suas duas revoluções do século XVII. Especialmente a segunda, a Revolução Gloriosa de 1688, inspirada em sentimentos religiosos calvinistas e nas teorias de Locke.

O mesmo processo "continental" de despotismo monárquico patrimonialista, que distingue a evolução dos países da Europa ocidental do modelo insular britânico, se registra na Espanha e em Portugal. Muito antes de qualquer outra nação europeia, Portugal, sob o regime da dinastia de Avis, já se unificara, já se lançara à aventura da conquista de um Império ultramarino e já registrara o enfraquecimento irremediável da aristocracia feudal. A força relativa do Estado português, no momento da colonização do Brasil, explicaria a tradição autoritária e centralizadora de nosso estatismo patrimonialista e a superficialidade correspondente do pensamento liberal em nossa terra.

Quais as origens exatas do Estado forte no Brasil, na história das ideias? Não foi nossa intenção, nesta obra, resolver o problema.* Limitamo-nos a analisar a aplicação do modelo weberiano de autoridade patrimonialista ao caso brasileiro. Admito várias explicações. Seriam todas elas concorrentes e sujeitas à condição primária, sobre a qual insisto, da existência de um atraso, disritmia ou decalagem no desenvolvimento brasileiro, em virtude do qual nos colocamos no estágio em que se encontrava a Europa, como "sociedade exemplar" que é para nossa cultura, na idade barroca ou Idade da Razão. Sofremos a síndrome de Eterno Barroco... As explicações implicam a herança romana (o Mal Latino) e as consequências morais da Contra-Reforma; o atavismo mourisco (o despotismo oriental); o impacto traumático de Pombal (o despotismo esclarecido modernizante); o autoritarismo positivista da Primeira República com pretensões "científicas" (dos chimangos de Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas); a tradição do poder moderador, de origem imperial e transmitida pelas Forças Armadas; e, finalmente, o socialismo marxista, com ênfase no nacionalismo terceiro-mundista, mais recentemente.

Ora, depois de um primeiro florescimento medieval do liberalismo graças à agitação rebelde da aristocracia feudal (agitação que justamente não se registrou em Portugal) e à conquista de foros de direitos e liberdade por uma série de burgos ou cidades da Itália, Alemanha, Flandres, Suíça e península ibérica, a tendência geral no continente no século XVIII foi no sentido de um reforço da autoridade monárquica. O Estado burocrático moderno foi alimentado pela dialética do Racionalismo e do Romantismo. Friedrich Hayek (em *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas)* refere-se às duas correntes liberais então divergentes que se destacam nessa época. Em oposição ao

---

* A obra ***Evolução do pensamento político brasileiro*** na Coleção Tocqueville, visa precisamente analisar essa questão.

empirismo do bom senso que prospera na Grã-Bretanha com Locke, Hume e Adam Smith, no sentido de promover a confiança na capacidade do indivíduo de defender os seus próprios interesses e trabalhar por sua própria prosperidade, floresce no continente o que Hayek chama o ponto de vista racionalista ou *construtivista.* Escreve o grande economista e pensador anglo-austríaco: o construtivismo "pedia a reconstrução deliberada de toda a sociedade de acordo com os princípios da razão. Essa linha derivava da nova filosofia racionalista desenvolvida sobretudo por René Descartes (mas também por Thomas Hobbes na Inglaterra) e alcançou sua mais forte influência no século XVIII através dos filósofos da Iluminação francesa. Voltaire e J.-J. Rousseau foram as duas figuras mais influentes do movimento intelectual que culminou na Revolução francesa e do qual procede o tipo de liberalismo continental ou construtivista. O cerne desse movimento, ao contrário da tradição britânica, não era tanto uma doutrina política definida quanto uma atitude mental generalizada, um reclamo de emancipação de todo preconceito e toda crença que não pudesse ser racionalmente justificada, e excluindo qualquer autoridade de 'padres e reis'".

Hayek não coordena, contudo, o fenômeno do despertar do liberalismo construtivista na Europa continental com o processo ominoso e, de certo modo, independente, de estruturação progressiva do Estado-nação soberano e de criação de uma ideologia romântica correspondente, a do nacionalismo. Foi Rousseau, como vimos, o pensador que trouxe para a cozinha de forno e fogão dessa ideologia o apimentado ingrediente emocional, capaz de transformá-la na poderosa peçonha revolucionária que a distinguiu em nosso século. De qualquer forma, o "construtivismo" racionalista inaugurado por Hobbes invade os países latinos. Ele se estende ao Brasil entre eflúvios românticos com o despotismo modernizante de Pombal, com o positivismo de Augusto Comte na segunda metade do século XIX, com o socialismo marxista de nossos dias e com a mania de planejamento estratégico, implementado pelos militares no período 1964-1984.

A tese que defendi é, portanto, a de que a ideologia nacional-socialista, origem do social-estatismo asfixiante que assoberba o mundo moderno, é o produto "sintético" da antítese dialética da razão e da paixão — elaborada na Idade barroca. As seções do Primeiro Capítulo desta obra foram destinadas a colocar nossa equação brasileira num contexto mais vasto de história universal cujos fatores determinantes foram os grandes movimentos de cultura definidos como Racionalismo e Romantismo. A natureza altamente estetizante, afetiva e, digamos, "dionisíaca" ou "erótica" de nosso povo, nos converteu entusiasticamente ao Romantismo, em permanente tensão com as exigências racionais do desenvolvimento. Ora, Hobbes e Rousseau não são adversários: são aliados naturais.

Ambos, formidáveis pensadores e profetas, contribuem para a versão do Contrato Social que cria o Leviatã moderno. Hobbes o faz pela lógica férrea de um edifício de puro e cruel intelecto, a partir da crença na perversidade original do homem. Rousseau se derrama num dilúvio de lágrimas de emoção pervertida num argumento incoerente, a partir da proposta de um homem natural, originariamente bom. Hobbes e Rousseau esculpem as duas faces do Janus estatal. A Nova Classe é composta, à direita e à esquerda, de burocratas e de intelectuais. Burocratas que são consciente ou inconscientemente hobbesianos e intelectuais que se deixam, quase que invariavelmente, sensibilizar por ímpetos idealistas românticos, na base de conceitos populistas encontradiços na obra de Rousseau. Mas os dois segmentos da Nova Classe, em permanente tensão, cultivam interesses amplamente solidários em torno da manutenção do Estado prepotente: a ambição do intelectual é alcançar o poder e se tornar por sua vez um burocrata, enquanto o esforço permanente do burocrata é conservar o poder, enfrentando e reprimindo a crítica perene do intelectual ressentido. Dialética hegeliana do senhor e do escravo...

Os filósofos "radicais" ingleses da primeira metade do século XIX, particularmente Bentham e John Stuart Mill, bem como o igualitarismo romântico de homens como Jefferson e Jackson, consolidaram as preferências dos intelectuais de língua inglesa por um socialismo democrático de esquerda, com matizes tendentes ao fortalecimento de um Estado de massas. O germe da democracia totalitária do século XX é por eles plantado. O socialismo igualitário foi considerado "progressista" enquanto os conservadores, sobretudo no seio da Igreja católica, se levantavam contra a ideia de liberdade individual. Como acentua Schumpeter, "como uma homenagem suprema mas involuntária, os inimigos do sistema de empresa privada consideraram aconselhável apresentar-se com o título de 'liberais' ", para justificar seu social-estatismo.

A concepção de igualdade, perante a lei ou de liberdade sob o império da lei *(freedom under the law)* é também um produto da Idade da Razão, herdado da antiguidade clássica. Spinoza havia acentuado, num aforismo famoso: "é livre todo aquele que vive unicamente de acordo com os ditados da razão". A noção de *isonomia* já existia na filosofia de Aristóteles. Ela se combinou com a nova perspectiva de liberdade de iniciativa econômica que prospera graças à obra dos economistas ingleses e dos fisiocratas franceses: *"laissez-faire, laissez-passer. Ne pas trop gouverner"...* Os pensadores neoconservadores americanos, os economistas neoliberais ingleses com os da escola austríaca (von Mises, von Hayek, P. T. Bauer), jovens economistas universitários americanos assim como uns raros franceses (R. Aron), preparam na década dos 60 e 70 o renascimento poderoso de um

pensamento sustentado na velha ordem liberal-conservadora, de natureza extremamente criativa. Seu objetivo é estreitar novamente os laços com a tradição individualista perdida, repelindo o populismo da sociedade de massas e concentrando a atenção na segurança da democracia contra a ameaça totalitária soviética. Eu colocaria como antecessores desse pensamento não somente Burke, Tocqueville e Burckhardt, que são redescobertos, mas os filósofos existencialistas Kierkegaard e Nietzsche, por sua *ênfase sobre o Indivíduo singular* que, em sua autonomia existencial e moral, deve enfrentar a ameaça de deglutição pelas massas pantagruélicas.

Por um supreendente paradoxo, a crise anárquica juvenil do final da década dos sessenta, inicialmente promovida pela Grande Revolução Cultural chinesa, prepara, à "esquerda", a crítica à burocracia dominante que será encampada, na década dos oitenta, pelos liberais-conservadores da "direita". É assim, em suma, como vejo o desenvolvimento do liberalismo na iluminação racionalista do século XVIII, esse liberalismo frustrado pelo populismo e "democratismo" rousseauniano da Revolução francesa e pela dialética da ideologia nacional-socialista, que vem milagrosa e subitamente reemergir em nossos próprios dias.

Uma de nossas conclusões finais, por conseguinte, é que a problemática de filosofia política que nos interessa não se coloca mais no sentido de uma dicotomia jacobina entre esquerda e direita, nem tampouco na velha antítese entre liberais e conservadores, e menos ainda no sangrento conflito da década dos trinta entre nacionalismo "fascista" e socialismo internacionalista. A polêmica de nossos dias é diversa. É a que opõe os neoliberais, de um lado, interessados em reduzir o poder açambarcador do Estado de massas, e os social-estatizantes do outro — os primeiros estimulados pelas perspectivas de um mundo cosmopolita, aberto à iniciativa privada de desenvolvimento imprevisível; e os segundos confiantes ainda na relevância de um planejamento "construtivista" em termos de manutenção da estrutura do Estado-nação soberano, fechado e legitimado pela ideologia nacional-socialista.

Este livro constitui a minha contribuição inaugural para a coleção programada pela Sociedade Tocqueville. Encaixa-se portanto, em plena consciência, no grande movimento de opinião que percorre o mundo ocidental desde o princípio da década dos oitenta. Esse movimento do mal chamado neoconservadorismo ou neoliberalismo é o que vingou sobretudo nos Estados Unidos da América, na Grã-Bretanha e na França. Odeio o termo "ideologia". Mais ainda as dicotomias ideológicas artificiais de esquerda e direita. O liberalismo-conservador no meu sentido não representa uma ideologia: é uma doutrina que

proclama o pluralismo das receitas experimentais numa sociedade aberta, sustentada por uma única unanimidade: a da fortaleza da moral social. Não pode portanto ser ideologia, porque não propõe qualquer construtivismo ou panaceia utópica coercitiva. Seu princípio básico é "sobretudo que não haja projetos"... Repetindo Hayek, muito pouco sabemos ainda das leis que controlam o desenvolvimento social para patrocinar planos, programas ou projetos de caráter totalitário. Não podemos obedecer a supostas "leis sociais" que não estão sujeitas a nosso controle. Como também acentua Michel Crozier, *não podemos mudar a sociedade por decreto.* Esses princípios são sobretudo válidos numa nação jovem como o Brasil onde tudo está por fazer, onde a própria estrutura social ainda se encontra num estado de plasticidade informe. A essência do princípio do liberalismo conservador é, por definição, a *liberdade de competição das soluções propostas,* contanto que não ambicionem ao monopólio, à cartelização e ao exclusivismo. É o experimento.

A solução na nova ordem liberal, tal como contemplada pelos membros da Sociedade Tocqueville, só reconhece a permanência de uma lei de aceitação unânime *a priori:* a lei moral. Sem a obediência aos imperativos da ética social, como já haviam notado Locke, Montesquieu, Burke e Tocqueville, não pode sobreviver uma sociedade livre. Se a ordem liberal proposta por Hayek, sob o nome de *Kosmos,* é a ordem amadurecida e espontânea; e se, ao contrário, a ordem do nacional-socialismo é a ordem planejada e imposta que Hayek chama de *Taxis* — o sustentáculo do homem livre diante da constante emergência do imprevisto é a fortaleza de sua responsabilidade moral, o vigor da autonomia de sua consciência individual, a sua coragem singular perante as massas. A função principal, senão única, do Estado é manter a Justiça. Embora sejamos todos homens maduros, reconhecemos em nós essa abertura ao mundo futuro que nasce na prenhez do presente. O sentimento de abertura domina a mentalidade do que, no Japão, se denomina a "juventude flutuante". Gostaríamos de a ela ainda pertencer... Gostaríamos de nos associar, pelo menos pelos laços da simpatia intelectual, aos movimentos que, na Europa e na América do Norte, recusam o coletivismo, propõem a redução do poder do Estado e negam-se a aceitar qualquer dogma ideológico e qualquer messianismo secularizado, a ser imposto pela subversão, a propaganda e o poder militar.

Bibliografia

Acton, Lord John Emerich, *Lectures in Modem History* (1906).
_, *History of Freedom & Other Essays* (1907).
Amado, Gilberto, *À margem da História da República* (1943).
Arciniegas, German, *Latin-America, a Short Cultural History.* Nova York, Knopf, 1968.
Arendt, Hannah, *The Origins of Totalitarism.* Nova York, 1951.
_, *On Revolution.* Nova York, Viking, 1963.
Aristóteles, *Política.*
Arnold, Matthew, *Culture and Anarchy.*
Aron, Raymond, *L'opium des intellectuels.* Paris, 1955.
Azevedo, Fernando de, *A cultura brasileira.* Brasília, UnB (4a. edição, 1963).
Barth, Hans, *The IdeaofOrder.* Dordrecht-Holland, 1960.
Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy.* Boston, 1967. Barroso, Gustavo, *Brasil, colônia de banqueiros.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.
_, *História secreta do Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937.
Barzini, Luigi, *TheItalians.* Londres, 1964. _, *TheEuropeans.* Nova York, 1983.
Becker, Carl L., *The Heavenly City of the Eighteenth Century Philosophers.* New Haven, CT, Yale University Press, 1932. Bell, Daniel, *O fim das ideologias.* Brasília, UnB, 1980. Benda, Julien.Ltf *trahison desclercs.* Paris, 1927. Benoist, Jean-Marie, *Les outils de la liberte.* Paris, Laffont, 1985. Benthan, Jeremy, *An Introduction to the Principies of Morais and Legislation.* Londres, 1769.
Besançon, Alain, *Les origines intellectuelles du léninisme.* Paris, Calmann-Levy, 1977. _, *Anatomie d'un spectre.* Paris, Calmann Levy, 1981.
Boer, Nicolas, *Militarismo eclericalismo em mudança.* São Paulo, T. A. Queiroz, 1980. Brezczinski, Zbigniev, *Between Two Ages.* Nova York, 1970.
Bryce, Lord James, *South America — Observations and Impressions.* Londres, 1911. Buarque de Holanda, Sérgio, *Raízes do Brasil* (3a. ed.). Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
Burckhardt, Jacob, *Reflections on History* (trad. inglesa, 1943). _, *Force and Freedom.* Nova York, 1955.
Burke, Edmond, *Reflexões sobre a revolução francesa.* Brasília, UnB, 1982. Burnham, James, *The Managerial Revolution.* 1941.
Callado, Antônio, *Concerto carioca.* 1985.
Campos, Roberto, *Ensaios de história, economia e sociologia.* APEC, 1963.
_*Do outro lado da cerca.* Rio de Janeiro, 1967.
Capistrano de Abreu, *Ensaiose estudos.* Rio de Janeiro, 1931.
Carneiro, José Fernando, *Psicologia do brasileiro.* Rio de Janeiro, AGIR, 1971.
Ricardo, Cassiano, *O homem cordial.* Rio de Janeiro, INL, 1959.
Cassirer, Ernst, *The Philosophy of the Enlightenment.* Boston, Beacon Press, 1955.
__, *Rousseau, Kant, Goethe.* Nova York, Harper, 1963.
Cirne Lima, Ruy, *Pequena história territorial do Brasil.* Porto Alegre, 1954.
Cobban, Alfred, *Rousseau and the Modem State.* Londres, Allen & Unwin, 1964.
Cohen-Tanugi, *Le droit sans 1'état.* Paris, PUF, 1985.
Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV.* Crozier, Michel, *O fenômeno burocrático.* Brasília, UnB, 1963.
Darwin, Charles, *The Voyage of the Beagle.* Cambridge, 1933.
_, *The Origin ofSpecies.* 1859.
Dérathè, R., *Lerationalismede J. J. Rousseau.* Paris, 1925. Descartes, René, *Discours de la méthode.* Destutt de Tracy, *L'idéologie.* Diaz-Plaja, Fernando, *The Spaniard and the Seven Deadly Sins.* Londres, 1968. Djilas, Milovan, *The New Class.* Nova York, Praeger, 1962. Dostoievsky, Fyodor, *Os possessos.*
_, *O idiota.*
_, *Os irmãos Karamazov.*
Duarte, Nestor, *A ordem privada e a ordem política nacional.* Dumont, Louis, *Essaisur Vindividualisme.* Paris, Seuil, 1983. Faoro, Raimundo, *Os donos do poder.* Porto Alegre, Globo, 1975. Farhat, Emil, *O país dos coitadinhos.* São Paulo, Nacional, 1969.
_, *O paraíso do vira-bosta.* São Paulo, T.A. Queiroz, 1987.
Ferreira, Oliveiros S., *A teoria da Coisa Nossa.* São Paulo, CGD, 1986.
Feuer, Lewis, *Ideology and the Ideologists.* Oxford, Blackwell, 1975.
Feuerbach, Ludwig, *A essência do cristianismo (Das Wesen des Christentum,* 1841).
Fourcade, J. Pierre, *La tentation social-démocrate.* Paris, Plon, 1985.
Freud, Sigmund, *Totem and Taboo.* Londres, Routledge & Kegan Paul, 1950.
_,*MosesandMonotheism.* Londres, Hogarth, 1939.
_, *Civilization and itsDiscontents.* Nova York, Norton, 1961.
Freyre, Gilberto, *Casa Grande & Senzala.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1933. Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
Galbraith, J. K., *The New Industrial State.* Londres, Pelican Books, 1969. Gilder, George, *Wealth andPoverty.* Nova York, 1981.
Goethe, W., *Fausto.*
Gramont, Sanche de, *TheFrench, Portrait ofaPeople.* Nova York, 1969. Guerreiro Ramos, *O problema nacional do Brasil.* Rio de Janeiro, Saga, 1960.
_, *A crise do poder no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
Guimarães Rosa, J., *Grande sertão: veredas.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. Hallowell, John, *The Moral Foundation ofDemocracy.* Chicago, 1954. Harrison, Lawrence, *Underdevelopment is a State of Mind.* Harvard, 1985. Hayek, Friedrich, *O caminho da servidão* (1944).
-, *Individualism & Economic Order.* Chicago, 1948.
_, *New Studies.* Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978.

Hegel, G.W.F., *Filosofia do Direito* (trad. espanhola). México, UNAM, 1975. Herculano, Alexandre, *Da existência ou não-existência do feudalismo nos reinos de*
Leon, Castelae Portugal. Lisboa, 1871. Hobbes, Thomas, *Leviathan* (1651).
_, *Behemoth* (1668).
_, *De Cive* (1642).
Hõffding, Harald, *A History of Modem Philosophy.* Nova York, Dover, 1955. Huizinga, J. H., *TheMaking of a Saint.* Londres, Hamish Hamilton, 1976. Hume, David, *A Treatise on Human Nature* (1768).
_, *Ofthe Jealousy of Trade(llAl).*
Huntford, Roland, *The New Totalitarians.* Londres,
Huntington, Samuel, *Political Order in Changing Societies.* New Haven, CT, Yale
University Press, 1968. ISEB (vários autores), *Introdução aos problemas do Brasil.* Rio de Janeiro, 1956. Jaeger, Werner, *Paideia — The Ideais of Greek Culture.* Oxford, Blackwell, 1957.
Jaguaribe, Hélio (org.), *Brasil, sociedade democrática* (com Francisco Iglésias, Fábio Comparato, Wanderley Guilherme dos Santos). Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
Julliard, Jacques, "Alexis de Tocqueville: uma nova espécie de liberal" (trad. do *Nouvel Observateur,* 1985), *in* Caderno de Cultura de *O Estado de S. Paulo,* 7-7-85.
Jung, Carl G., Tipos psicológicos. *Petrópolis,* Vozes.
_, *Dois ensaios de psicologia analítica.* Petrópolis, Vozes.
Kant, Immanuel, *Crítica da razão pura* (1781). *Crítica da razão prática* (1788).
_, *Idéia para uma história universal de um ponto de vista cosmopolita.*
Kellemen, Peter, *Brasil para principiantes.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961. Keyserling, Hermann Von, *Meditations sud-américaines* (trad. francesa). Paris, 1933. Koestler, Arthur, *Darkness atNoon* (O zero e o infinito), Kolakowski, Leszek, *Main Currentsof Marxism.* Oxford University Press, 1981. Konrad, G., e I. Szelengi, *A marcha dos intelectuais para o poder.* Kristol, Irving, *On the DemocraticIdea in America.* Nova York, 1972.
_, *Two Cheers for Capitalism.* Nova York, Basic Books, 1978.
_, *Reflections of a Neo-Conservative.* Nova York, 1983.
Lamberti, J. P., *Tocqueville et les deux démocraties.* Paris, PUF, 1983. Lehman da Silva, Nelson, *A religião civil do Estado moderno.* Brasília, Thesaurus, 1985.
Legendre, Pierre, *Jouir du pouvoir. Traité de la bureaucratie patriote.* Paris, 1976. Lepage, Henri, *Demain leliberalisme.* Paris, Hachette, 1980.
_, *Demain le capitalism.* Paris, Hachette, 1978.
_, *Pourquoi lapropriété.* Paris, Hachette, 1985.
Lippman, Walter, artigo no *New York Herald Tribune,* 1963.
Marcuse, Herbert, *Soviet Marxism.* Nova York, Colúmbia University Press, 1958. Martins Rodrigues, Leôncio, *Trabalhadores, sindicatos e industrialização.* São Paulo,
Brasiliense, 1974. Marx, Karl, *Manifesto comunista* (1848). _,*0 capital* (1867-1895).
Matta, Roberto da, *Carnavais, malandroseheróis.* Rio de Janeiro, Zahar, 1983. Mercadante, Paulo, *Militares e civis, a ética e o compromisso.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
Meyer, Jean, "Technocrates en uniforme". *Critique,* ago./set. 1978. Meyer, Peter, *Verdict of ThreeDecades* (1953).
Michels, Robert, *Sociologia dos partidos políticos.* Brasília, UnB, 1982. Mill, John Stuart, *Princípios de economia política* (1848). Montaigne, Éssa/s (1571-80). Montesquieu, *L'esprit des lois* (1748).
Morin, Gaston, *La revolte des faits contre le code.* Paris, 1920. Muggeridge, Malcolm, *ThingsPast.* Londres, 1978.
Mumford, Lewis, *The city in History.* Londres, 1961.
_, *The CultureofCities.* Nova York, 1938.
Nabuco, Joaquim, *Um estadista do Império.* São Paulo, 1948. _, *O abolicionismo.* Londres, 1833.
Nash, George H., *The Conservative Intellectual Movement in America.* Nova York, 1976.
Nicolson, Harold, *The Age of Reason.* Londres, Constable, 1960.
__, "Romanticism" —*Horizon,* maio/1961, vol. III, 5.
Nietzsche, Friedrich, *TheBirth ofTragedy.* Nova York, Doubleday, 1956. Nunes Leal, Victor, *Coronelismo, enxada e voto.* Rio de Janeiro, 1950. Oliveira Lima, *D. João VIno Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1945. Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro.* São Paulo, 1933.
_, *Introdução à história da economiapré-capitaljsta no Brasil* (1955).
Ortega y Gasset, *La rebelión de Ias masas* (1929).
Orwell, George, *1984.*
Ostwald, Wilhelm, *GrosseMànner* (1909).
Paim, Antônio, *et al., Curso de introdução ao pensamento político brasileiro.* Brasília, UnB, 1982.
_, *A querela do estatismo.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979.
Parkinson, C. Northcote, *Parkinson'sLaw.* Cambridge, 1957. Pascal, Blaise, *Pensées.*
Paz, Octavio.i?/ *ogro filantrópico.* México, 1979. _, *El labirinto de la soledad.* México, 1979.
Peter, Lawrence, *The Peter Principie* (trad.: *Todo mundo é incompetente* — Rio de
Janeiro, José Olympio, 1982). Peyrefitte, Alain, *Le mal français.* Paris, Plon, 1976. Platão, *A república.*
_, *O protagoras.*
_, *As leis.*
Popper, Sir Karl, *The Open Society and its Enemies.* Londres, 1950.
_, *The Poverty of Historicism.* Londres, 1957.
Queiroz, Eça de, *A cidade e as serras.*
Revel, Jean-François, *La tentation totalitaire.* Paris.

_, *Çomment les démocratiesfinissent.* Paris, Grasset, 1983.
_, *Le reject deTEtat.* Paris, Grasset, 1984.
Ribeiro, Darcy, *A utopia selvagem — Saudades da inocência perdida.* Rio de Janeiro,
-Nova Fronteira, 1982. Rodrigues, José Honório, *Aspirações nacionais.* São Paulo, 1963. Roett, Riordan, Brazil, *Politics in a Patrimonial Society.* Nova York, Praeger, 1978. Romero, Silvio, *Provocações edebates.* Porto, 1910. Rostow, Walter, *The Process of Economic Growth.* Nova York, 1952. Rougemont, Denis,*L'amour et Voccident.* Paris, Plon, 1939.
Rousseau, Jean-Jacques, *Discours sur 1'origine et les fondements de Vinêgalité* (1755).
_, *Émile* (1762).
_, *La nouvelle Héloise* (1761).
_,*Du Contraí social* (1762).
_, *Dialogues de Rousseau et Jean-Jacques* (1780).
Russell, Bertrand, *History of Western Philosphy.* Nova York, Simon and Schuster, 1945.
Sabine, George, *A History of Political Thought.* Londres, 1937. Salisbuty, John of, *Policraticus.*
Sartori, Giovanni, *Partidos e sistemas partidários.* Rio de Janeiro, Zahar/UnB, 1982. Sartre, Jean-Paul,//«/5 *cios.* Paris, Gallimard.
_, *VÊtre et le nêant.*
Scantimburgo, João de, *O poder moderador.* São Paulo, Pioneira, 1980.
Schmitter, Philippe C., *Interest Conflit and Political Change in Brazil.* Stanford
University Press, 1971. Schwartzman, Simon, *São Paulo e o Estado nacional.* São Paulo, 1975.
_, *Bases do autoritarismo brasileiro.* Brasília, UnB, 1982.
Simonsen, Mário Henrique, *Brasil, 2001.* APEC, 1969.
Smith, Adam, *Inquérito concernente à'natureza e às causas da riqueza das nações*
(1776). Brasília, UnB. Solzhenitsyn, Alexandre, *The First Circle* (trad. inglesa). _, *O arquipélago Gulag.*
Sorman, Guy, *La révolution conservatrice américaine.* Paris, Fayard, 1983. ._, *Lasolution libérale.* Paris, Fayard, 1984.
_,*L'État minimum.* Paris, Albin Michel, 1985.
Spengler, Oswald, *A decadência do ocidente* (trad. espanhola). Madri, Espasa-Calpe, 1934.
Steinfels, Peter, *The Neo-Conservatives.* Nova York, 1979. Stepan, Alfred, *Authoritarian Brazil.* Yale University Press, 1973. _, *The State and Society, Peru in Comparaiive Perspective.* Princeton University Press, 1978.
_, *The Military in Politics.* Princeton University Press, 1971 (trad. brasileira,
Arte Nova). -Steuart, Sir James, *Inquiry into the Principies òfPolitical Economy* (1767). Strauss, Leo, *The Political Philosophy of Hobbes.* Chicago, 1952.
_, *Natural Rights and History.* Chicago, 1953.
Talmon, J. L., *The Origins of Totalitarian Democracy.* Londres, 1952.
Tarquinio de Souza, Octávio, *História dos fundadores do Império no Brasil.* Rio de
Janeiro, 1957.
Tawney, R. *H.,Religion and the Rise of Capitalism.* Londres, 1926. Tirso de Andrade, Otávio, artigos no *Jornal do Brasil* (1984-1986). Toèqueville, Alexis de, *De la démocratie en Amérique* (1838).
_,*L'ancien regime et la revolution* (1856).
Torres, Alberto, *A organização nacional.* Rio de Janeiro, 1914.
_, *O problema nacional brasileiro.* Rio de Janeiro, 1914.
Toynbee, Arnold, *A Study in History.* Oxford, 1947.
Trebat, Thomas J., *Brazil's State-owned Enterprises: a Case Study of the State as*
Entrepreneur. Londres, Cambridge University Press, 1983. Unamuno, José de, *Del sentimiento trágico de la vida.* Madri, 1980.
Veblen, Thornstein, *The Theory of the Leisure Class* (1934).
Vélez Rodriguez, Ricardo, *et al., Curso de introdução ao pensamento político brasileiro.* Brasília, UnB, 1982.
Vianna Moog, Clodomir, *Bandeirantes epioneiros.* Rio de Janeiro, 1955.
Viera de Mello, Mário, *Desenvolvimento e cultura.* São Paulo, Nacional, 1963.
Viner, Jacob, "The Intellectual History of Laissezrfaire" — *Journal of Law Econo-mics,* out. 1960.
Voegelin, Eric, *The New Science of Politics.* Chicago University Press, 1952.
_, *Order and History,* vol. I, *Israel and Revolution.* Louisiana University
Press, 1956.
Voltaire,*Dictionaire Philosophique.* Paris, Hachette.
Voslensky, Michael *S.,Nomenklatura* (trad., Brasília, UnB, 1983).
Weber, Max, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (trad., Brasília, UnB).
_, *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade).
_, *Sociology of Religion.* Londres, 1965.
Whitehead, Alfred North, *Science and the Modern World* (1929). São Paulo, Brasi-liense, 1946.
Wilson, Edward, *Sociobiology.* Harvard University Press, 1975.
___, *On Human Nature,* Harvard University Press, 1978. Trad., *Da natureza*
humana, São Paulo, TA. Queiroz/EDUSP, 1981.
Wittfogel, Karl, *OrientalDespotism.* Yale University Press, 1953.
Zaleznik, Abraham, *O poder e a mente empresarial.* São Paulo, Pioneira, 1981. Zola, Emile, *J'accuse* (1898).

SOCIEDADE TOCQUEVILLE

CARTA DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA DE ATUAÇÃO

I — O CONTEXTO EM QUE SE DÁ A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE TOCQUEVILLE

Contrariando o famoso ditado de Lincoln segundo o qual se pode enganar todo o mundo algum tempo; ou enganar alguns todo o tempo, mas não se pode enganar todo o mundo o tempo todo — o fato é que a ideologia estatizante e absolutista de cunho nacional-socialista, que atormenta nosso século, continua a embair todos aqueles que se autointitulam membros da *intelligentsia.* Esta situação de fato vem agregar componente extremamente negativo à nossa tradição republicana que, por si mesma, lamentavelmente registra muitos elementos de que não nos podemos orgulhar.

Sob o Império, vínhamos sendo educados pela doutrina segundo a qual o conflito político resulta da diversidade de interesses. O conflito é componente inelutável da sociedade, consistindo o sistema representativo na forma adequada de mediar os interesses conflitantes. Cumpre ainda ter presente que o mencionado sistema, como toda obra humana, tem suas limitações, cabendo assegurar que possa incorporar sucessivos aperfeiçoamentos.

A doutrina que substituiu esse ideário, posta em circulação no novo regime republicano, consistia em fazer crer que a República era o governo de todo o povo, devendo ser tratados como inimigos — e não simples adversários — os que a ela se contrapusessem. De início, todos os oponentes foram rotulados de monarquistas. Mais tarde, estruturou-se a grande e única divisão que se manteve inalterada ao longo do século: Governo e Oposição. Além disto, buscou-se o regime perfeito e acabado, perfeição essa que comportasse inclusive a eliminação dos conflitos. No período recente, graças à atuação dos elementos mais radicais, a esse legado sombrio adicionou-se a brutal simplificação de tudo reduzir, na arena política, à dicotomia Esquerda e Direita.

Nesse quadro, a presente transição, entregue a si mesma, isto é, caudatária apenas dos aludidos aspectos negativos de nossa tradição republicana, encerra o risco inconteste de levar-nos não à democracia mas a uma forma agravada de autoritarismo.

II — OS PROPÓSITOS DA SOCIEDADE TOCQUEVILLE

O propósito maior da Sociedade Tocqueville consiste em contribuir, pelo seu exemplo, no sentido de que as diversas correntes em que se divide a opinião nacional sejam levadas a explicitar corretamente os princípios em que se louvam. Queremos privilegiar uma determinada vertente do liberalismo, conscientes de que não esgota todas as suas formas. Ao fazê-lo, esperamos promover um debate fecundo entre os próprios liberais, na esperança de contribuir para que sejam bem nítidas as posições vigentes em nossas fileiras.

Ao mesmo tempo em que estivermos empenhados na explicitação de convergências entre os próprios liberais, cuidaremos de forçar definições também no campo dos nossos oponentes. Sob o manto protetor do rótulo de esquerda, vêm sendo mascaradas discrepâncias que precisam ser claramente caracterizadas. No mundo democrático, os socialistas tratam de distinguir-se dos comunistas, conscientes de que estes se acham irremediavelmente comprometidos com as formas totalitárias de exercícios do poder, vigentes no Leste Europeu, em Cuba e outras partes do mundo, compromisso que o chamado *eurocomunismo* não conseguiu eliminar. Nesse campo, também os sociais-democratas esforçam-se para diferenciar-se dos socialistas.

Os integrantes da Sociedade Tocqueville não pretendem contribuir para que se perpetuem indefinições e saberão distinguir as várias propostas socialistas. Estas, aliás, parecem todas corresponder a uma reminiscência do século XVIII. Falta-lhes a força moral de que somente os liberais estão de posse, na medida de fato em que não se acham preocupados com a pessoa humana concreta mas com divagações em torno de classes sociais, das quais resulta sempre o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade.

Queremos, portanto, dar início a uma nova tradição na vida política brasileira. Em que pese a magnitude da tarefa, há no passado de nossa história elementos favoráveis que saberemos reavivar. Por isto, trataremos de preservar esse legado e ao mesmo tempo nos posicionarmos frente à maneira como recebemos a filosofia liberal. As grandes personalidades da cultura luso-brasileira que buscaram nos familiarizar com essa doutrina, à frente Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846), deram preferência à formulação inglesa de tal ideário, desenvolvida a partir do *Segundo Tratado do Governo Civil* (1690) de John Locke (1632/1704). Justamente essa escolha permitiu-lhes conceber instituições capazes de nos proporcionar as quatro décadas de estabilidade política do Segundo Reinado, fato ímpar em nossa história e que nunca mais se reproduziu. Na República, o liberalismo é identificado com o *democratismo,* conduzindo inevitavelmente o país a distúrbios anárquicos, razão pela qual os elementos conservadores da nação acabaram dando preferência às formas autoritárias de governo. Estas, contudo, tampouco se revelaram capazes de assegurar a sonhada estabilidade política. Desde 1889, o país vive em ciclos pendulares de desordem e repressão. A temática descrita exige meditação serena e aprofundada, e dessa meditação se espera possa resultar o reexame da doutrina liberal e a recuperação de nossa melhor tradição na matéria. Queremos reestimular o exame das razões pelas quais não vicejaram no país as instituições do sistema representativo. Mais de 160 anos depois das primeiras eleições destinadas a formar o Parlamento, este organismo continua tão frágil quanto na época de seu nascedouro, não tendo logrado firmar-se ou dispor de maior prestígio e representatividade. Os partidos políticos jamais conseguiram estruturar-se de modo duradouro. Resulta este fenômeno apenas das distorções do pensamento liberal ou decorre de dimensões mais profundas de nossa maneira de ser?

Sempre houve em nossa terra uma terrível confusão entre liberdade e democracia. Em nosso país, a primeira se firmou como conquista lenta, gradual, segura, através do exercício da representação, na experiência parlamentar do Império. A República, surgida ao ensejo do slogan autoritário — "o regime parlamentar é um regime para lamentar" — dissociou o instituto da representação da conquista da liberdade. Esta passou a ser procurada no bojo da retórica populista, contestadora e extravagante, numa nebulosa luta *contra* a autoridade. O liberalismo utópico e romântico comprometeu toda tentativa de consolidação de uma ordem republicana que nos concedesse, ao mesmo tempo, o pleno respeito aos direitos políticos do cidadão com a segurança e bem-estar da coletividade.

No contexto da maré romântica que se foi avolumando no período republicano, mesmo em suas formas ideológicas supostamente positivistas e socialistas "científicas", considerou-se que o indivíduo foi criado para eleger a liberdade e, se necessário, "para ser forçado a ser livre" (Rousseau). Como a prática da representação foi abandonada, permaneceu unicamente de pé o projeto de uma educação compulsória a ser feita por uma minoria de "puros". As ditaduras castilhista e getuliana consagraram esse modelo. Assistimos, neste alvorecer de um novo regime, a mais um debate do furor democratizante-populista cujos arautos são todos aqueles espíritos autoritários, demagógicos e totalitários, que se sentiram marginalizados ou oprimidos pelo recente ciclo de linha dura militar.

Nesse contexto, é imperativo delinear os conceitos, identificando as suas origens e seguindo a sua trajetória. A Sociedade Tocqueville submete o seguinte esquema explicativo:

As ideias liberais se firmaram essencialmente no Ocidente, na luta em prol da representatividade, no início da Idade da Razão do século XVII e do Século das Luzes. As instituições democráticas viriam mais tarde, ao ensejo da "retórica utópico-democrática" (Jefferson) que inspirou as revoluções americanas (1776) e francesa (1789) As instituições do governo representativo, no mundo anglo-saxão, incorporaram a ideia democrática, alargando o voto e consagrando os direitos das minorias. Mas nos países em que foi esquecida a tradição liberal de governo representativo, como é o caso do Brasil, as ideias democráticas apenas estimularam o populismo autoritário e demagógico.

Do ponto de vista sociológico, consideram os fundadores da Sociedade Tocqueville que se consolidou no Brasil um Estado mais forte do que a sociedade (Wittfogel), na trilha da cultura política herdada do cartorialismo português. Ao Estatismo centralizador imposto por Pombal acompanhou a característica denominada por Max Weber de Patrimonialismo, que consiste na concepção e no exercício do poder político como instância privada, a ser administrada de forma doméstica. Em outras palavras, a confusão do público e do privado, num personalismo essencial. O Patrimonialismo brasileiro desenvolveu ampla base estatal, de caráter pré-burocrático (alheia portanto à racionalidade weberiana) e alicerçada na posse de sinecuras improdutivas e no "burocratismo orçamentívoro" (Oliveira Vianna). A modernização efetivada por Pombal em meados do século XVIII deixou intactas as estruturas patrimonialistas do Estado português, tendo desenhado apenas um modelo centralizador conforme o paradigma do Despotismo Esclarecido da época, sustentado na posse da ciência aplicada e aberto à ideia rousseaniana do democratismo autoritário. Esse modelo passou à cultura política brasileira no bojo da tendência cientificista e de liberalismo

radical, que presidiu à organização de nossos primeiros institutos de ensino superior (Real Academia Militar, Seminário de Olinda, Escola Politécnica, etc.) e que empolgou a propaganda republicana. A partir de 1860, o cientificismo pombalino encontrou no positivismo de Comte uma doutrina adequada para exprimir filosoficamente os seus ideais centralizadores e autoritários. A República seria proclamada na onda dessa retomada dos velhos ideais cientificistas, explicitados na retórica positivista. Em que pese os aspectos modernizadores do modelo pombalino, notadamente nas reformas efetivadas por Vargas a partir de 1930, amplos setores da sociedade e do Estado permaneceram atrelados à antiga tendência patrimonial, servindo de massa de manobra à classe política que, após o advento da República, se afastou da ideia e da prática do governo representativo.

Os fundadores da Sociedade Tocqueville consideram ainda que, no contexto do Patrimonialismo Modernizador pombalino, foi atribuída ao Estado a missão de garantir, com auxílio da ciência aplicada, a racionalidade econômica, além de efetivar a ordem política e a moralização dos cidadãos. Na época das práticas conhecidas como Mercantilismo, que visavam não à prosperidade dos cidadãos mas ao poder do Estado, esse ideal do Estado empresário e tutelar recebeu de Pombal o nome de "aritmética política", que por sua vez foi traduzida por Frei Caneca como "geometria política". O getulismo retomou o modelo sob o princípio do "equacionamento técnico dos problemas", o que a *intelligentsia* militar pós-64 de novo compreendeu como "engenharia política" ou como "planejamento estratégico". Em todos esses casos, especialmente após o advento do regime tecnocrático, encontramos uma economia diretorial em que a realidade básica é sempre o Estado empresário. O social-estatismo que nos assoberba no momento configura, assim, uma realidade econômica atrelada ao capitalismo de Estado. A burocracia improdutiva, empreguista e megalomaníaca impõe à sociedade pesada carga tributária e ameaça se converter em *Nomenklatura* totalitária, caso consiga sufocar definitivamente a iniciativa privada. A sociedade brasileira, assim estatizada, só precisaria mudar de dono para se tornar definitivamente comunista, integrada no império soviético conforme a afoita profecia do "Cavaleiro da Esperança".

A realidade do Estado patrimonial burocratizado configura ainda, no sentido dos fundadores da Sociedade Tocqueville, o "complexo de clã" (Oliveira Viana) em que predominam as funções afetivas e os critérios concretos de simpatia ou antipatia, no relacionamento pessoal privilegiado, em detrimento dos princípios abstratos de obediência à lei, de ordem, de responsabilidade e de justiça. Ainda existimos, "em berço esplêndido", sob a proteção do clã familiar. Quem não tem pai, padrinho ou patrono não tem vez. Só entramos parcialmente na Idade da Razão. A nossa modernização se processou a médias. O anacronismo e defasagem de nosso desenvolvimento cultural e mental é o que abre as portas à tentação totalitária.

Consideramos ainda que o que hoje chamamos de democracia constitui um complexo sistema social que engloba três subsistemas: um político, outro econômico e um terceiro sócio-cultural ou moral. A democracia representa basicamente um pluralismo constitucional que estabelece regras, limites e procedimentos para conflitos políticos, econômicos e sociais, com o objetivo de instaurar ou manter um pluralismo de grupos, interesses e opiniões. Isso nos leva a considerar que, se bem conceitual-mente distinta, no real histórico a democracia política não sobrevive sem a economia de mercado, com o qual forma um subsistema de apoio mútuo. A liberdade política é condição de liberdade econômica e esta o suporte necessário para as reivindicações daquela. Uma economia bloqueada por burocratas ou grandes empresas estatais verá logo reduzirem-se à ficção suas liberdades políticas. E liberdades políticas tendem a desaparecer quando ocorre escassez de bens com a dramática necessidade de planejar, racionar, controlar preços e organizar estoques.

O terceiro subsistema é o cultural. Nele o princípio axial, como enuncia Daniel Bell, é a realização de toda a pessoa humana, o homem não sendo considerado um meio mas um fim em si mesmo. Enquanto a estrutura axial da política é constituída pela representação e a participação, com o respeito ao princípio de igualdade perante a lei; o eixo do domínio econômico é a racionalidade funcional estruturada em burocracia e hierarquia, o princípio fundamental da economia é a eficiência, constatamos que no plano cultural outros fatores de ordem ética e tradicional são considerados numa estrutura de funções e especializações, onde a igualdade, primordial no sistema político, tem pouco a ver.

Chegamos então a uma concepção nítida do que seja a democracia: é a interação dos três subsistemas que revelam princípios e estruturas próprios, e cuja estabilidade advém de seu funcionamento integrado e desenvolvimento harmônico. Nesse sentido, Hallowell fala no "fundamento moral da democracia". Tais são, em síntese, os propósitos da Sociedade Tocqueville, com a reavaliação que empreende de nossa tradição republicana.

III — PROGRAMA DE ATUAÇÃO

A Sociedade Tocqueville pretende realizar cursos e seminários, promovendo igualmente o lançamento de uma coleção denominada Biblioteca Tocqueville. Esta tem como objetivo ilustrar o leitor brasileiro sobre os importantes temas aflorados nesta Carta de Princípios, permitindo-lhe entrar em contato direto com os clássicos do pensamento liberal. E além disso familiarizá-lo com o grande debate promovido, na Europa e nos Estados Unidos, pelos chamados "neoliberais" ou "neoconservadores", empenhados em superar os eflúvios universais do liberalismo antinômico e romântico, e do socialismo utópico. Embora o movimento editorial brasileiro não o reflita, nem tampouco a expressão mais geral da imprensa, o liberalismo se constitui no grande animador da discussão teórica de nosso tempo, sobretudo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, suscitando temas tais como o valor do indivíduo frente ao Estado coletivizador e à "rebelião das massas" de que falava Ortega y Gasset; a relevância da moral social, como fundamento da democracia; a questão da pobreza e de sua superação pelo desenvolvimento na economia de mercado; o tema da guerra, da ameaça nuclear e do expansionismo soviético; e o futuro da família diante dos imperativos de justiça, de desenvolvimento e de modernidade. Nossa intelectualidade e nossa juventude somente terão a ganhar com a recomposição dos laços com esta que é, sem dúvida, uma das mais importantes tradições culturais do Ocidente. A Sociedade Tocqueville visa, em suma, difundir em nossa terra a Filosofia Política na tradição socrática e judeo-cristã que, a partir do século XVIII, floresce com as obras de autores como John Locke, Adam Smith, Montesquieu, Edmund Burke, os pais da Pátria americanos, Lord Acton e Alexis de Tocqueville, para culminar em nossa própria época no trabalho entre outros de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, J. Schumpeter, Lord Bauer, Milton Friedman, e nos de Jaspers, Ortega y Gasset, Leo Strauss, Eric Voegelin, M. Rothbard, John Rawls, Dahrendorf, Leszek Kolakowski, Irving Kristol, Robert Nisbet, Julien Benda e Raymond Aron.

A Sociedade Tocqueville procurará associar-se com entidades que perseguem objetivos paralelos ou complementares, dentro do mesmo espírito democrático e neoliberal. A Sociedade Tocqueville também pretende estabelecer um relacionamento amistoso e construtivo com entidades estrangeiras organizadas sob os mesmos princípios.

IV — PRINCIPAIS TÍTULOS DA BIBLIOTECA TOCQUEVILLE

Numa primeira etapa, a Sociedade Tocqueville pretende publicar as seguintes obras estrangeiras e brasileiras:

1) Irving Kristol — Two Cheers for Capitalism
NY, Basic Books, 1978

2) George Nash — The Conservative Intellectual Movement in America, since 1945.
NY, Basic Books, 1979

3) John Locke — Segundo Tratado do Governo Civil
Com introdução de A. Paim

4) Henri Lepage — Demain le Liberalisme, Collection
Pluriel, 1980.

5) Hannah Arendt — O Sistema Totalitário
(título da edição francesa de *Origins of totalitarianism* — Parte 3ª).

6) Raymond Polin — La liberté de notre Temps
Paris, PUF, 1977

7) Raymond Aron	— Éssai sur la Liberté Col. Pluriel, Paris 1975
8) Alain Peyrefitte	— Le Mal Français (O Mal Latino)
9) Vicente Barreto *et alii*	— A Evolução do Pensamento Político Brasileiro (adaptação, concentrada do Curso publicado pela Edit. da UnB)
10) J. O. de Meira Penna	— O Dinossauro — Uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais.e burocratas.
11) U.Macedo, A. Paim, R.Vélez, R.S. Maciel de Barros (orgs.)	— A Tradição Liberal Brasileira
12) Oliveira Vianna	— Introdução ao Estudo da História da Economia pré-capitalista no Brasil J. Olímpio, reedição, com autorização da Fundação Oliveira Viana
13) Ubiratan Borges de Macedo	— A Democracia no Brasil
14) J. O. de Meira Penna	— A psicologia do Subdesenvolvimento APEC, 1972, reedição revista e atualizada

Foi elaborada uma extensa bibliografia de obras estrangeiras no campo do pensamento liberal da economia de mercado, da sociedade plural e da luta contra o totalitarismo cuja tradução e publicação (ou republicação) se enquadra entre os objetivos da Sociedade Tocqueville.

A iniciativa de criação da SociedadeTocqueville é de um grupo de intelectuais liberais residentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outras cidades, a seguir relacionados:

Antônio Paim, Aroldo Rodrigues, Boanerges Ribeiro, Francisco Martins de Souza, José Osvaldo de Meira Penna, Luís Carlos Lisboa, Nicolau Boer, Nelson Lehmann da Silva, Paulo Mercadante, Paulo Pimenta de Mello, Renato Barros Pimentel, Ricardo Vélez Rodriguez, Selvino Antônio Malfatti, Ubiratan Macedo e Victor Márcio Konder.